



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2317

Sexta-feira - 11 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Dionísio Cerqueira	239	Meleiro	581
Agronômica	4	Doutor Pedrinho	240	Modelo	582
Água Doce	28	Faxinal dos Guedes	260	Mondaí	584
Alfredo Wagner	32	Flor do Sertão	261	Morro da Fumaça	585
Anchieta	33	Formosa do Sul	262	Morro Grande	586
Anita Garibaldi	34	Forquilha	263	Navegantes	592
Antônio Carlos	35	Fraiburgo	264	Nova Erechim	598
Apiuna	37	Frei Rogério	279	Nova Trento	599
Arabutã	39	Garopaba	280	Novo Horizonte	625
Ascurra	46	Garuva	292	Otacílio Costa	626
Atalanta	48	Gaspar	301	Ouro	627
Balneário Piçarras	51	Governador Celso Ramos	305	Palhoça	628
Balneário Rincão	52	Gravatal	307	Palmitos	629
Bandeirante	53	Guaraciaba	313	Papanduva	631
Barra Bonita	54	Guaramirim	314	Passos Maia	634
Barra Velha	56	Guarujá do Sul	315	Paulo Lopes	636
Bela Vista do Toldo	68	Herval d'Oeste	317	Penha	638
Belmonte	71	Ibiam	343	Peritiba	645
Benedito Novo	75	Ilhota	344	Petrolândia	648
Biguaçu	76	Imbituba	353	Pinheiro Preto	650
Blumenau	78	Indaial	358	Piratuba	651
Bom Jardim da Serra	88	Iporã do Oeste	378	Pomerode	659
Bom Jesus do Oeste	89	Ipumirim	379	Ponte Serrada	665
Bom Retiro	90	Irani	382	Porto Belo	669
Botuvera	91	Irineópolis	397	Porto União	671
Braço do Trombudo	92	Itá	398	Pouso Redondo	682
Brunópolis	97	Itaiópolis	399	Praia Grande	683
Brusque	98	Itapiranga	400	Presidente Nereu	684
Caçador	108	Itapoá	432	Princesa	685
Caibi	111	Ituporanga	446	Rio dos Cedros	701
Camboriú	112	Jaborá	447	Rio do Sul	692
Campo Alegre	113	Jacinto Machado	448	Rio Fortuna	702
Campos Novos	117	Jaraguá do Sul	450	Romelândia	712
Canelinha	133	Joaçaba	456	Santa Helena	718
Canoinhas	134	José Boiteux	534	Santa Terezinha do Progresso	719
Capinzal	136	Lacerdópolis	535	Santiago do Sul	720
Celso Ramos	138	Lages	552	São Bento do Sul	726
Chapadão do Lageado	140	Laguna	553	São Bonifácio	732
Chapecó	171	Lajeado Grande	557	São Carlos	733
Cocal do Sul	177	Lauro Muller	559	São Domingos	736
Concórdia	179	Lebon Regis	560	São João Batista	737
Cordilheira Alta	188	Leoberto Leal	561	São João do Oeste	742
Coronel Freitas	190	Lontras	563	São Joaquim	743
Coronel Martins	191	Luzerna	564	São José	746
Corupá	193	Mafra	567	São Lourenço do Oeste	749
Cunha Porã	231	Maracajá	571	São Miguel do Oeste	753
Cunhataí	232	Maravilha	577	São Pedro de Alcântara	754
Curitibanos	233	Marema	578	Schroeder	757
Descanso	235	Massaranduba	579	Seara	760

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2317

Sexta-feira - 11 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Serra Alta	761	Treze Tílias	784	Vargeão.....	800
Sombrio.....	762	Trombudo Central.....	785	Vidal Ramos.....	801
Tangará.....	763	Tunápolis.....	786	Videira.....	802
Tigrinhos	765	Turvo	796	Xanxerê.....	803
Tijucas	766	União do Oeste	797	Xavantina	805
Timbé do Sul	767	Urupema	798	Xaxim.....	807
Timbó	768	Urussanga	799	Zortéa	810

Associações

AMMVI	811	AMEOSC	812
-------------	-----	--------------	-----

Consórcios

ARIS	813
CIGA	815
CIS/AMFRI.....	816
CIS/AMOSC.....	816
CIS/AMURC	817



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 312 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 312/2017
NOMEIA E ENQUADRA SERVIDOR EM CARGO EFETIVO

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal do Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº 049/2014 e,

Considerando homologação do resultado final do Concurso Público concernente ao Edital 001/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, por Concurso Público o Sr. JOÃO FABIANO FERREIRA, portador do CPF nº 008.464.489-39, para exercer o Cargo em Provimento Efetivo de MOTORISTA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento e vantagens previstas em lei.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos em 08 de agosto de 2017.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 09 de agosto de 2017.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

TERMO DE POSSE

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal, no Prédio da Prefeitura Municipal de Abdon Batista, situado à Rua João Santin Nº30, Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, compareceu o Sr. JOÃO FABIANO FERREIRA a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA nomeado pela Portaria N.º 312/2017, de 09 de agosto de 2017.

Nesta oportunidade foi-lhe dado a posse pelo Senhor Prefeito Municipal Lucimar Antonio Salmoria, comprometendo-se o empossado a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pelas partes.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Empossante

JOÃO FABIANO FERREIRA
Empossado

PORTARIA 314 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

Portaria nº 314/2017
Concede Licença Prêmio a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal em exercício de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 70 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a: AGOSTINHO SANTIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, referente ao quinquênio de 01.07.2006 à 01.07.2011.

Art. 2º - O período de gozo da licença Prêmio será de 90 dias: 01 de agosto à 29 de outubro de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01 de agosto de 2017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 09 de agosto de 2017.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

Agronômica

PREFEITURA

310/2017

PORTARIA Nº 310/2017 DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando os termos do paragrafo primeiro item IV e alíneas, todos do art. 24 da lei Federal nº 11.494/2007 de 20/06/2007, ainda, art. 3º da lei nº 742/2007 de 08/05/2007, e que determina "modus" da composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e controle social de Fundo de manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB

Considerando que investe membros junto ao conselho municipal de acompanhamento e controle social do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB.

RESOLVE:

1) Nos termos do art. 3º da lei nº 742/2007 de 08/05/2007 e art. 1ª da lei 852/2010 de 27/04/2010, ficam investidos membros junto o conselho municipal de acompanhamento e Controle Social de Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB/ Agronômica – SC, o conselho é pelo período de 2 (dois) anos conforme abaixo:

a) Dois representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1(um) da secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto ou órgão equivalente.

MEMBRO TITULAR: ARIANE GOMES DA SILVA MORETTI

MEMBRO SUPLENTE: GISELEN ROSA

MEMBRO TITULAR: AGATE REGINA GESSNER MAGGIO

MEMBRO SUPLENTE: MOISES DELLA JUSTINA

b) Um representante dos Professores da Educação Básica Pública Municipal:

MEMBRO TITULAR: ALANA JASPER ZUNINO

MEMBRO SUPLENTE: ALMERI ANDREATTA

c) Um representante das Direções dos Núcleos Escolares da Rede Municipal de Ensino

MEMBRO TITULAR: LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI

MEMBRO SUPLENTE: VALDETE MARIA AVI PONTICELLI

d) Um representante dos Servidores Técnico – Administrativo da Rede Municipal de Ensino

MEMBRO TITULAR: CRISTIANI VASSELAI JUSTEN

MEMBRO SUPLENTE: MARIA REGINA MEDEIROS

e) Dois representantes das Associações de Pais de Alunos da Educação Básica, da Rede

MEMBRO TITULAR: VILMA APARECIDA GENEROSO FERNANDES DELLAJUSTINA

MEMBRO SUPLENTE: JULIANA WEBER DA SILVA

MEMBRO TITULAR: CHARLENE BERTO

MEMBRO SUPLENTE: VANIA LUCHTENBERG PEREIRA

f) Um representante do Conselho Municipal de Educação

MEMBRO TITULAR: ELIS REGINA FONTANIVE LOSI

MEMBRO SUPLENTE: ANELITA KNAUL

g) Dois representantes dos estudantes de educação básica pública, sendo 1(um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas

MEMBRO TITULAR: MIRTES SCHLUP

MEMBRO SUPLENTE: ELIZANDRA CRISTINA WINK

MEMBRO TITULAR: PATRICIA REGINA MORESCO

MEMBRO SUPLENTE: MARCIO ROBERTO DA SILVA

h) um representante do conselho tutelar da criança e do Adolescente

MEMBRO TITULAR: RITA PEDROSO

MEMBRO SUPLENTE: ROSELI KORMANN

2-) Revoga a portaria nº 300/2017 de 25/07/2017.

3-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 11 de AGOSTO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

311/2017

PORTARIA Nº 311/2017 DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando a necessidade reprimida do departamento de educação.

RESOLVE:

1-) A partir de 11/08/2017 designado o servidor municipal Sr. Tafarel José Constante matrícula 799, a desenvolver as funções do seu cargo de provimento efetivo de Gerente Técnico Administrativo, no departamento de educação.
Com jornada laboral de segunda a sexta-feira das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:00.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 11 de AGOSTO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

312/2017

PORTARIA n.º 312/2017 DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores, se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores,

Considerando o atendimento das necessidades que urgem haja vista as ações a serem desenvolvidas por esta fazenda pública municipal no âmbito do Departamento administração.

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 38 e incisos Art. 39 e parágrafos da CF/88 bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica nomeado a partir de 21/06/2017 (vinte e um de junho de dois mil e dezessete), o Sr. JOSE STEDILE, brasileiro, domiciliado nesta comarca na rua 07 de setembro, residente em Agronômica, portador da carteira de identidade nº1.421.025 inscrito no CPF sob o nº 564.207.819-49 que se encontra em dia com suas obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento em comissão, DIRETOR ADJUNTO e lotação no Departamento de Administração.
Onde se lê departamento de administração leia-se departamento de obras.

2-) retifica-se a portaria nº 277/2017 de 21/06/2017.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 11 de agosto de 2017

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

CONTRATO 11/2017-FMS

CREDENCIAMENTO Nº 5/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 5/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO Nº 11/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA, inscrito no CNPJ com o nº 11.387.359/0001/80, com sede na Rua XV de Novembro, 402 - Centro, Agronômica - SC, representado representada por seu Diretor do Departamento Sr. ANTÔNIO PEDROSO, doravante designado CONTRATANTE, e a Empresa FISIOTERAPIA GABRIELA MARTINS EIRELI ME, inscrita no CNPJ com o nº 22.703.248/0001-51, com sede na Rua Prefeito Raulino João Rosar, 155, Bairro Jardim América, cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representada, neste ato, por Gabriela Martins Klein de Moura, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do RG nº 2.499.816 SSP/SC e CPF nº 890.027.849-53, residente e domiciliada na Rua Marechal Rondon, nº 296, Bairro Jardim América, cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante designada CONTRATADA, considerando o constante no Edital de credenciamento nº 5/2017 - Inexigibilidade nº 5/2017, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo o CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA ÁREA DE FISIOTERAPIA PARA ATENDIMENTO À PACIENTES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no Edital de Credenciamento 5/2017 e Termo de Referência Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Pelos serviços especializados credenciados a contratada receberá os valores estabelecidos na proposta financeira da estimativa de preço, do Termo de Referência Anexo I, do Município de Agronômica - SC, conforme os serviços e os preços praticados na forma do quadro abaixo:

ITEM	UND	CÓDIGO - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR TABELA SUS R\$
3	Und	302020012 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DE PACIENTE COM CUIDADOS PALIATIVOS	6.35
4	Und	302020020 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE ONCOLÓGICO CLÍNICO	4.67
5	Und	302020039 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRÉ E PÓS CIRURGIA ONCOLÓGICA	6.35
6	Und	302030018 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM ALTERAÇÕES OCULOMOTORAS CENTRAIS C/ COMPROMETIMENTO SISTÊMICO	6.35
7	Und	302030026 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM ALTERAÇÕES OCULOMOTORAS PERIFÉRICAS	4.67
8	Und	302040013 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	6.35
9	Und	302040021 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	4.67
10	Und	302040030 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO CLÍNICO CARDIOVASCULAR	4.67
11	Und	302040048 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE PRÉ/PÓS	6.35
12	Und	302040056 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DISFUNÇÕES VASCULARES PERIFÉRICAS	4.67

13	Und	302050019 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS	6.35
14	Und	302050027 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	4.67
15	Und	302060014 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUN- CIONAIS SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	4.67
16	Und	302060022 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUN- CIONAIS COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	6.35
17	Und	302060030 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DESORDENS DO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR	4.67
18	Und	302060049 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE C/ COMPROMETIMENTO COGNITIVO	6.35
19	Und	302060057 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRÉ/PÓS-OPERATÓRIO DE NEUROCIRUR- GIA	6.35
20	Und	302070010 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE MÉDIO QUEIMADO	4.67
21	Und	302070036 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM SEQUELAS POR QUEIMADURAS (MÉDIO E GRANDE QUEIMADOS)	4.67

1.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, referente aos serviços prestados no mês, datada e assinada por responsável dos órgãos municipais.

1.3. Juntamente com a nota fiscal o credenciado deverá apresentar relatório detalhado contendo no mínimo o Nome do Usuário, Data do Procedimento, Nome do Procedimento, Valor Unitário e Valor Total.

1.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

1.5. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1. Fazem parte deste contrato o Edital de Credenciamento 5/2017 e seus anexos.

3.2. Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento de credenciamento, com fundamento no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e devidamente autorizada pela Autoridade Competente.

CLÁUSULA QUARTA. DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A contratada deverá prestar os serviços, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência Anexo I.

4.2. O objeto desta contratação deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Credenciamento nº 5/2017 - Inexigibilidade nº 5/2017 e seus anexos.

4.3. A credenciada somente poderá fornecer o serviço, mediante apresentação da requisição da Secretaria de Saúde, sendo que somente poderão ser realizados procedimentos com pedido carimbado e assinado pelo Médico responsável das Unidades de Saúde do Município.

4.4. O agendamento das consultas e demais trâmites caberá aos usuários do Serviço de Saúde Municipal, mediante autorização do procedimento na Unidade de Saúde.

4.5. Os serviços deverão ser prestados na sede da empresa proponente, sendo que caberá aos usuários do Serviço de Saúde Municipal, a escolha do local, de forma livre, sem interferência do Município, cabendo à credenciada exigir do usuário a apresentação da requisição subscrita pelo Município/Secretaria de Saúde.

4.6. A credenciada deverá prestar os procedimentos de fisioterapia (10) por requisição em período máximo de 35 (trinta e cinco) dias a contar da data da primeira sessão de fisioterapia.

4.7. Para o procedimento (03.02.02.001-2 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DE PACIENTE COM CUIDADOS PALIATIVOS) a credenciada deverá disponibilizar profissional para fazer procedimentos de fisioterapia em endereço específico a ser informado, em período bissemanal, sem acréscimo ao valor do procedimento.

4.8. A credenciada deve fornecer espaço físico próprio e adequado para os procedimentos, com disponibilidade dos materiais, equipamentos e recursos humanos, realizando os procedimentos em sua sede própria.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Para o fiel cumprimento do presente contrato, a CREDENCIADA se compromete a:

4.0.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município de Agronômica, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.0.2. Realizar todos os procedimentos para os quais se credenciou, constantes na Tabela de Procedimentos SUS, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário;

4.0.3. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

4.0.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços contratados;

- 4.0.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;
- 4.0.6. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;
- 4.0.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;
- 4.0.8. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Agronômica ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;
- 4.0.9. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;
- 4.0.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessárias no quantitativo do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 4.0.11. Prestar o serviço, no preço, prazo e forma estipulados no Edital;
- 4.0.12. A credenciada deverá fornecer os serviços de fisioterapia, somente com a requisição da Prefeitura Municipal de Agronômica (Fundo Municipal de Saúde). Somente poderão ser realizados serviços com o pedido carimbado e assinado pelo Médico responsável das Unidades de Saúde do Município;
- 4.0.13. A empresa credenciada fica obrigada a cumprir as regras e condições estabelecidas neste edital, sob pena de descredenciamento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a credenciada possa executar o objeto deste credenciamento dentro das especificações.
- 6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.
- 6.3. Notificar, por escrito, a credenciada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 6.4. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo o credenciado de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.
- 6.5. Acompanhar os serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da prestação; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1. A vigência do presente Contrato será contada da data de assinatura do referido instrumento até o dia 31/12/2017, prorrogáveis, a critério da Administração, mediante a manutenção da documentação relacionada, pelo prazo o máximo nunca superior a 60 (sessenta meses).
- 6.2. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas neste instrumento;

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

- 8.1. O valor que propôs ao credenciado será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8666/93.
- 8.1.1. Em caso de prorrogação do contrato, nos termos da lei, o preço poderá ser reajustado com base no IGPM/FGV.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:
- a) Quando a contratada não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;
- b) Quando a contratada der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;
- d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.
- 9.2. Ocorrendo a rescisão contratual, a contratada será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.
- 9.3. A solicitação da contratada para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo Município de Agronômica, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
- 9.4. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da contratada, relativas a prestação dos serviços.
- 9.5. Caso o Município de Agronômica não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- 10.1. A Credenciada vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:
- 10.1.1 Por atraso injustificado na prestação dos serviços:
- 10.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);
- 10.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

10.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

10.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Município de Agronômica poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

10.1.2.1. Advertência;

10.1.2.2. multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Agronômica;

10.1.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Agronômica por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.0.1.4. Descredenciamento:

10.1.2.4.1. Pela Prefeitura:

10.1.2.4.1.1- a empresa deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;

10.1.2.4.1.2- a empresa praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

10.1.2.4.1.3- ficar evidenciada a incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;

10.1.2.4.1.4- por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado da Prefeitura Municipal;

10.1.2.4.1.5- em razão de caso fortuito ou força maior;

10.1.2.4.1.6- No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os seus sócios;

10.1.2.4.1.7 - e naquilo que couber, nas outras hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/93.

10.1.2.4.2. Pela Credenciada:

10.1.2.4.2.1. mediante solicitação escrita e devidamente justificada à Prefeitura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.1. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelos profissionais habilitados do Município.

9.2. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Agronômica.

9.3. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.4. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.4.1 Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

9.4.2 Cancelamento do contrato e do credenciamento, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação da prestação dos serviços;

9.4.3 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão pela seguinte dotação:

2.036.3190.00 - 2 - 4/2017 - Manutenção do Fundo de Saúde 2.037.3190.00 - 2 - 7/2017 - Equipe de Saúde da Família - ESF

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato;

II. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Termo de Referência Anexo I, seus anexos e a proposta da contratada.

12.2. A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento.

12.3. Será expressamente proibido ao credenciado cobrar taxas ou qualquer outra importância dos usuários, sob pena de descredenciamento a ser apurado em processo administrativo instaurado imediatamente, apurada denúncia apresentada pelo usuário ou qualquer cidadão, assegurado ao credenciado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13. As partes contratantes elegem o foro de Rio do Sul - SC como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em três vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

AGRONÔMICA em 08 de agosto de 2017.

..... FUNDO MUNICIPAL DE AGRONÔMICA ANTONIO PEDROSO DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTRATANTE GABRIELA MARTINS KLEIN DE MOURA FISIOTERAPIA GABRIELA MARTINS EIRELI ME CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE
CPF: 075.489.709-51

Visto: _____

Advogado: JOEL KORB
OAB/SC Nº 32561

CONTRATO 29/2017

CONTRATO Nº 29/2017

Por este instrumento particular de contrato de prestação de serviço, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.590/0001-90, estabelecida na Rua 7 de setembro, nº 215, Centro, na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF nº 379.381.009-78, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.398.513/0001-53, com Sede na Rua Bernardo Dornbusch, 589, Baependi, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Almir Daufenbach, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF nº 637.139.509-20 e no RG sob o nº 1.896.738-8 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Wolfgang Weege, 1.661, Bairro Parque Malwee, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada CONTRATADA, estabelecem entre si o presente contrato de serviço de apoio administrativo, que reger-se-á de conformidade com às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é o FORNECIMENTO PARCELADO DE CÓPIAS ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DE ATÉ 15 (QUINZE) IMPRESSORAS E COPIADORA PARA OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA E CENTROS EDUCACIONAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROCESSO DE LICITAÇÃO

Este Contrato é firmado com base no que pede o Processo Licitatório Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016, homologado em 28 de novembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução dos serviços objeto do presente contrato dar-se-á pelo regime de execução indireta e sob a forma de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

A EMPRESA DEIXARÁ DISPONÍVEL ATÉ 15 (QUINZE) IMPRESSORAS EM ATÉ 5 (CINCO) DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA E O FORNECIMENTO DAS CÓPIAS DEVERÁ SER REALIZADA CONFORME A NECESSIDADE, NO PRAZO MÁXIMO DE 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS, SENDO QUE A EMPRESA DEVERÁ FORNECER TONER E REALIZAR A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA.

A locação das impressoras está condicionada ao pagamento das cópias realizadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 0,0714 (zero vírgula zero sete quatorze centavos) por cópia, perfazendo um valor total de R\$ 6.755,63 (seis mil setecentos cinquenta e cinco reais sessenta e três centavos).

UNID.	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL
03	3.232,774	CÓPIAS	CÓPIA EM IMPRESSORA, COPIADORA E DIGITALIZAR, COM VELOCIDADE DE IMPRESSÃO PRETO (NORMAL, A4): MAX. 18ppm/ VELOCIDADE DE IMPRESSÃO PRETO (NORMAL, CARTA): MAX. 19ppm/ VOLUME MENSAL DE PAGINAS RECOMENDADO: MIN. 250 MAX 5.000/ QUALIDADE DE IMPRESSÃO PRETO (ÓTIMA)/ BANDEJA DE ENTRADA PARA NO MAX 150 FOLHAS/ BANDEJA DE SAÍDA PARA NO MAX. 100 FOLHAS COM FACE PARA BAIXO/ OPÇÕES DE IMPRESSÃO FRENTE E VERSO: MANUAL.	0,0714	230,82

04	91.383,894	CÓPIAS	CÓPIA EM IMPRESSORA, COPIADORA E SCANNER VELOCIDADE DE CÓPIA E IMPRESSÃO: DE NO MÍNIMO 20 CÓPIAS POR MINUTO E 16 IMPRESSÕES POR MINUTO/ TAMANHO DA IMPRESSÃO: A6 ATÉ OFÍCIO I/ RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 dpi/ AMPLIAÇÃO: FAIXAS DE ZOOM DA COPIADORA. VARIÁVEL DE 25% A 400%/ CAPACIDADE DA BANDEJA DE ALIMENTAÇÃO DE PAPEL: PADRÃO COM DUAS GAVETAS PARA ATÉ FOLHAS, BYPASS PARA ATÉ FOLHAS/ ALIMENTADOR DE DOCUMENTOS: ALIMENTADOR DE ORIGINAIS SIMPLEX PARA ATÉ FOLHAS/ MEMÓRIA DO SISTEMA DE IMPRESSÃO: NO MÍNIMO MB (COMPARTILHADA COM A COPIADORA) DUPLEX: PADRÃO/ IMPRESSÃO: PADRÃO (REDE PADRÃO) SCANNER COLORIDO/ SUPRIMENTOS: DURABILIDADE APROXIMADA: CARTUCHO DE TONER/REVELADOR: C/ NO MÍNIMO E .6.000 (ACOMPANHA CARTUCHO PARA ATÉ 2.000) CILINDRO: ATÉ 18.000.	0,0714	6.524,81
TOTAL GERAL R\$					6.755,63

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Os valores decorrentes desta despesa sairão às contas, consignadas do Orçamento Municipal vigente, classificadas e codificadas sob o nº: 2.003.3390.00 - 0 - 14/2016 - Manutenção Geral do Departamento de Administração 2.010.3390.00 - 165 - 82/2017 - Educação Pré-Escolar de 00 à 05 Anos 2.029.3390.00 - 0 - 82/2016 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural 2.018.3390.00 - 0 - 47/2016 - Manutenção da Divisão de Esportes 2.049.3390.00 - 0 - 50/2016 - Manutenção do Departamento de Planejamento 2.026.3390.00 - 0 - 77/2016 - Manutenção Geral do Departamento de Obras 2.010.3390.00 - 1 - 43/2016 - Educação Pré-Escolar de 00 à 05 Anos 2.005.3390.00 - 1 - 28/2016 - Manutenção do Departamento de Educação

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 dias, após o recebimento da Nota Fiscal, referente às quantias solicitadas, datada e assinada por responsável dos órgãos municipais; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

A empresa contratada deverá apresentar Relatório Mensal dos serviços prestados, a ser entregue juntamente com a Nota Fiscal, sob pena, da não liberação do respectivo pagamento

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O reajuste poderá ocorrer após 12 (doze) meses da assinatura deste contrato, devendo ser aplicado o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) acumulado no período ou outro índice que o vier a substituir.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à contratada, após o cumprimento das formalidades legais;
- Colocar a disposição da CONTRATADA a documentação, dados e informações que lhe forem solicitadas;
- Designar pessoal, seus funcionários, sempre que necessário para prestarem esclarecimentos, acompanharem a realização do trabalho e servir de interlocutor com a CONTRATADA.
- Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados e, sobretudo, em serviço na Prefeitura Municipal;
- Fornecer à contratada todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que a empresa venha a solicitar para o desempenho dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Realizar os serviços, através responsável técnico, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;
- Apresentar toda a documentação e informações necessárias à assinatura do termo de contrato;
- Não prestar informações ou declarações sem previa autorização do CONTRATANTE, a respeito do presente contrato e dos serviços a ela inerentes, que possam comprometer a qualidade e o resultado dos serviços, excetuando-se aquelas características de propaganda comercial de interesse da CONTRATADA;
- Executar todos os serviços ajustados nas condições pactuadas em contrato, através de profissional devidamente qualificado e regularizado;
- Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Atender eventuais acréscimos de serviços solicitados pela Administração;
- Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE na execução dos serviços;
- Responsabilizar-se objetivamente por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros na execução dos serviços objeto deste Contrato;
- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas ligadas à prestação dos serviços em tela, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços objeto do contrato;
- Cumprir integralmente todos os encargos e obrigações trabalhistas fixados na legislação vigente
- Apresentar mensalmente a documentação necessária ao pagamento;
- Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PRAZOS

A vigência da contratação se estenderá até 31/12/2017, podendo ser renovado por mais 12 meses, conforme previsto no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Os aditamentos e as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes não poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido a critério do CONTRATANTE, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Pela inobservância de qualquer disposição do que estabelece este contrato;
- b) Pela inobservância do que dispõe a Lei n. 8.666/1993;
- c) Ficam reconhecidos e assegurados os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e 78 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em virtude da inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente, garantida a prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Fica acordado entre as partes que este contrato reger-se-á principalmente pelas Leis nº. 8.666/1993 / nº 10.520/2002 e subsidiariamente pelas demais Leis vigentes no País.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Em até 20 (vinte) dias, contados da assinatura deste Termo, a CONTRATANTE providenciara a publicação do resumo, nos termos do que dispõe a Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a surgir com a execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.

E, por estarem às partes em pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

AGRÔNOMICA (SC), 08 de agosto de 2017.

..... MUNICÍPIO DE AGRÔNOMICA CESAR LUIZ CUNHA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA - EPP ALMIR DAUFENBACH SÓCIO-ADMINISTRADOR CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE
CPF: 075.489.709-51

Visto: _____

Advogado: JOEL KORB
OAB/SC Nº 32561

CONTRATO 30/2017
CONTRATO Nº 30/2017

Por este instrumento particular de contrato de prestação de serviço, que entre si celebram de um lado MUNICIPIO DE AGRONÔMICA, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 83.102.590/0001-90, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 21, Centro, Município de Agronômica, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo prefeito municipal, Senhor Cesar Luiz Cunha, inscrito no CPF nº 379.381.009-78 doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GENTE SEGURADORA SA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, com Sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 405, Centro Histórico Município de Porto Alegre, Estado de Rio Grande Sul, neste ato representada pelo Senhor Marcelo Wais, inscrito no CPF sob o nº 632.005.380-15, simplesmente denominada CONTRATADA, que reger-se-á de conformidade com às seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**DO OBJETO DO CONTRATO**

1ª- Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA, conforme termo de referência e anexos que integram o Edital do Pregão Presencial nº 35/2017, bem como a proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

Parágrafo primeiro: O detalhamento e as especificações dos serviços contratados estão elencados no Anexo I do Edital – termo de referência, que integra este contrato e nas demais cláusulas do presente instrumento.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA declara expressamente, sob as penas da Lei que está tecnicamente, economicamente e financeiramente apta à execução dos serviços objeto deste contrato.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 40/2017 – Pregão Presencial nº 35/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A contratada deverá emitir imediatamente a(s) apólice(s), objeto do presente Processo Licitatório, a partir da data de assinatura do contrato.

Este Contrato será fiscalizado pelo Secretário de Administração Sr. Francisco Alexandre Duarte Neto.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.
- Informar imediatamente a ocorrência de sinistro e outros acontecimentos que sejam necessários o acionamento da seguradora.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Cumprir todas as cláusulas e condições do Processo Licitatório nº 40/2017 – Pregão Presencial nº 35/2017 e seus Anexos e do contrato.
- Entregar as Apólices de seguro de cada veículo, juntamente com

documentos para atendimento 24 horas, onde seja facilmente identificado a seguradora, contendo telefone, endereço, número de apólice, e todos os dados necessários para o bom atendimento em casos de emergência.

- Providenciar a documentação necessária em caso de sinistro e toda e qualquer exigência para a prestação de serviços de seguradora.

- Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA SEXTA – DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto constantes do presente contrato, o CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor global de R\$ 19.430,00 (Dezenove Mil Quatrocentos e Trinta Reais), referente aos lotes 01 (um) e 04 (Quatro).

CLAUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento total do objeto deste contrato será efetuado “em parcelas”, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de adimplemento do objeto e da nota fiscal, atestado pela comissão responsável pelo seu recebimento, após a devida emissão e apresentação da fatura de cobrança do mesmo.

O valor a ser pago será de forma parcelada, sendo dividida em 4 (quatro) parcelas de igual valor, sendo uma entrada, mais 3 parcelas (30/60/90) dias, após a emissão da Nota Fiscal. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal.

CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das seguintes dotações:

2.026.3390.00 - 0 - 65/2017 - Manutenção Geral do Departamento de Obras 2.015.3390.00 - 104 - 33/2017 - Salário Educação 2.002.3390.00 - 163 - 78/2017 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria 2.018.3390.00 - 0 - 44/2017 - Manutenção da Divisão de Esportes 2.003.3390.00 - 0 - 13/2017 - Manutenção Geral do Departamento de Administração 2.005.3390.00 - 1 - 25/2017 - Manutenção do Departamento de Educação 2.049.3390.00 - 163 - 84/2017 - Manutenção do Departamento de Planejamento

CLAUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços cotados não sofrerão reajuste no período de 12 (doze) meses. Após será adotada a forma de reajuste baseada no INPC acumulado no período.

CLAUSULA DÉCIMA – DOS PRAZOS

O contrato terá vigência de 12 meses, iniciando-se a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido a critério do CONTRATANTE, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Pela inobservância de qualquer disposição do que estabelece este contrato;
- b) Pela inobservância do que dispõe a Lei n. 8.666/1993;
- c) Ficam reconhecidos e assegurados os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e 78 da Lei n. 8.666/1993.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA QUALIFICAÇÃO EXIGIDA

Fica a CONTRATADA obrigada a manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas para a execução dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Fica acordado entre as partes que este contrato reger-se-á principalmente pela Lei n. 8.666/1993 e subsidiariamente pelas demais Leis vigentes no País.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

A contratada fica sujeita as sanções definidas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

A contratante aplicará multa no percentual de 10% (dez por cento) do contrato, em caso de inexecução total ou parcial do presente instrumento, se garantido sempre defesa prévia.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a surgir com a execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.

E, por estarem às partes em pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

AGRONÔMICA (SC), 08 de agosto de 2017.

.....
MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA	GENTE SEGURADORA AS
CESAR LUIZ CUNHA	MARCELO WAIS
PREFEITO MUNICIPAL	REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE
CPF: 075.489.709-51

Visto: _____
Advogado: JOEL KORB
OAB/SC Nº 32561

CONTRATO 31/2017

CONTRATO Nº 31/2017

Por este instrumento particular de contrato de prestação de serviço, que entre si celebram de um lado a MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 83.102.590/0001-90, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 21, Centro, Município de Agronômica, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Cesar Luiz Cunha, inscrito no CPF nº 379.381.009-78 doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS SA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com Sede na Av. Nações

Unidas, 14.261, 18º Andar, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Senhor Francisco Edinaldo Moreira De Souza, inscrito no CPF sob o nº 126.840.598-10, simplesmente denominada CONTRATADA, estabelecem entre si o presente contrato de serviço de apoio administrativo, que reger-se-á de conformidade com às seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**DO OBJETO DO CONTRATO**

1ª- Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA, conforme termo de referência e anexos que integram o Edital do Pregão Presencial nº 35/2017, bem como a proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

Parágrafo primeiro: O detalhamento e as especificações dos serviços contratados estão elencados no Anexo I do Edital – termo de referência, que integra este contrato e nas demais cláusulas do presente instrumento.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA declara expressamente, sob as penas da Lei que está tecnicamente, economicamente e financeiramente apta à execução dos serviços objeto deste contrato.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 40/2017 – Pregão Presencial nº 35/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A contratada deverá emitir imediatamente a(s) apólice(s), objeto do presente Processo Licitatório, a partir da data de assinatura do contrato.

Este Contrato será fiscalizado pelo Secretário de Administração Sr. Francisco Alexandre Duarte Neto.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.
- Informar imediatamente a ocorrência de sinistro e outros acontecimentos que sejam necessários o acionamento da seguradora.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Cumprir todas as cláusulas e condições do Processo Licitatório nº 40/2017 – Pregão Presencial nº 35/2017 e seus Anexos e do contrato.
- Entregar as Apólices de seguro de cada veículo, juntamente com documentos para atendimento 24 horas, onde seja facilmente identificado a seguradora, contendo telefone, endereço, número de apólice, e todos os dados necessários para o bom atendimento em casos de emergência.
- Providenciar a documentação necessária em caso de sinistro e toda e qualquer exigência para a prestação de serviços de seguradora.
- Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA SEXTA – DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto constantes do presente contrato, o CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor global de R\$ 10.770,00 (Dez Mil Setecentos e Setenta Reais), referente aos lotes 02 (Dois) e 03 (três)

CLAUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento total do objeto deste contrato será efetuado “em parcelas”, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de adimplemento do objeto e da nota fiscal, atestado pela comissão responsável pelo seu recebimento, após a devida emissão e apresentação da fatura de cobrança do mesmo.

O valor a ser pago será de forma parcelada, sendo dividida em 4 (quatro) parcelas de igual valor, sendo uma entrada, mais 3 parcelas (30/60/90) dias, após a emissão da Nota Fiscal. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal.

CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das seguintes dotações:

2.026.3390.00 - 0 - 65/2017 - Manutenção Geral do Departamento de Obras
2.015.3390.00 - 104 - 33/2017 - Salário Educação
2.002.3390.00 - 163 - 78/2017 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria
2.018.3390.00 - 0 - 44/2017 - Manutenção da Divisão de Esportes
2.003.3390.00 - 0 - 13/2017 - Manutenção Geral do Departamento de Administração
2.005.3390.00 - 1 - 25/2017 - Manutenção do Departamento de Educação
2.049.3390.00 - 163 - 84/2017 - Manutenção do Departamento de Planejamento

CLAUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços cotados não sofrerão reajuste no período de 12 (doze) meses. Após será adotada a forma de reajuste baseada no INPC acumulado no período.

CLAUSULA DÉCIMA – DOS PRAZOS

O contrato terá vigência de 12 meses, iniciando-se a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido a critério do CONTRATANTE, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Pela inobservância de qualquer disposição do que estabelece este contrato;
- b) Pela inobservância do que dispõe a Lei n. 8.666/1993;
- c) Ficam reconhecidos e assegurados os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e 78 da Lei n. 8.666/1993.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA QUALIFICAÇÃO EXIGIDA

Fica a CONTRATADA obrigada a manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas para a execução dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Fica acordado entre as partes que este contrato reger-se-á principalmente pela Lei n. 8.666/1993 e subsidiariamente pelas demais Leis vigentes no País.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

A contratada fica sujeita as sanções definidas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

A contratante aplicará multa no percentual de 10% (dez por cento) do contrato, em caso de inexecução total ou parcial do presente instrumento, se garantido sempre defesa prévia.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a surgir com a execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.

E, por estarem às partes em pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

AGRÔNOMICA (SC), 08 de Agosto de 2017.

..... MUNICIPIO DE AGRÔNOMICA CESAR LUIZ CUNHA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE MAPFRE SEGUROS GERAIS SA FRANCISCO EDINALDO M. DE SOUZA REPRESENTANTE LEGAL CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE
CPF: 075.489.709-51

Visto: _____
Advogado: JOEL KORB
OAB/SC Nº 32561

DECRETO 057/2017**"APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- A necessidade de planejamento e eficiência nas atividades da Administração Pública quanto aos procedimentos de pagamento de multas, decorrentes de infrações de trânsito, cometidas por condutores de veículos do serviço público municipal;
- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a Instrução Normativa nº 03/2017 da Controladoria Geral do Município, que dispõe sobre a normatização dos procedimentos necessários para identificação do condutor autuado por infração de trânsito com veículos do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Agronômica.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de agosto de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Depto. de Administração e Finanças

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2017

Dispõe sobre os procedimentos para identificação do condutor autuado por infração de trânsito com veículos municipais.

A Controladoria Municipal de Agronômica, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº631 de 03/12/2002 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno;

Considerando a Lei de nº 9.503 de 23/09/1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a Lei Complementar nº01/1990 de 31/10/1990 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Agronômica, e

Considerando a necessidade de planejamento e eficiência nas atividades da Administração Pública quanto aos procedimentos de pagamento de multas, decorrentes de infrações de trânsito, cometidas por condutores de veículos do serviço público municipal,

RESOLVE:**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º - Esta Instrução Normativa tem o seguinte objetivo:

I – Normatizar os procedimentos necessários para uniformizar dos procedimentos que assegurem ao Município seu direito regressivo, tais como: identificação do condutor dos veículos municipais autuados por infração de trânsito; pagamento pelo município das multas decorrentes de autos de infrações de trânsito com veículo municipal; abertura de processo administrativo para apuração dos servidores responsáveis pelas infrações de trânsito cometidas com veículos do Município; notificação e cobrança aos servidores municipais pelas infrações de trânsito cometidas, de forma a garantir o ressarcimento dos prejuízos ao Município.

Art. 2º - Para os fins do disposto nesta Instrução Normativa considera-se:

I – Notificação de Autuação por Infração de Trânsito: documento utilizado por agentes de trânsito, equipamentos eletrônicos ou fotográficos para registrar uma ou mais infrações a legislação de trânsito;

II – Notificação de Penalidade de Multa por Infração de Trânsito: documento expedido pela autoridade de trânsito ou à entidade responsável pelo veículo, cientificando a imposição da penalidade de multa decorrente do Auto de Infração.

TÍTULO II**DO REGISTRO E DO LICENCIAMENTO ANUAL**

Art. 3º - O Departamento de Administração, através do Setor de Patrimônio do Município providenciará a expedição e a renovação em tempo hábil do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV da frota municipal ou a ela custodiadas, obedecendo ao calendário estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT.

TÍTULO III**DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO**

Art. 4º - A inobservância a qualquer preceito da legislação de trânsito pelo servidor condutor, ou pessoa por ele designada, implica em

responsabilidade pessoal, funcional, civil e penal do servidor responsável pelo veículo municipal, independentemente de sua lotação ou do local da infração, sujeitando os infratores às respectivas penalidades e medidas administrativas impostas, conforme estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Agronômica.

Art. 5º - No caso de multa de trânsito aplicada a veículo municipal por órgão, agência ou entidade executiva de trânsito, é de responsabilidade da administração municipal através do Setor de Patrimônio, identificar o servidor infrator, através dos seguintes procedimentos administrativos:

I – Identificação do Infrator:

1. De posse do documento "Notificação de Autuação por Infração de Trânsito" imediatamente procederá com a indicação do condutor infrator.
2. Caso haja recusa por parte do motorista infrator, o superior deverá fazer constar do termo que o mesmo foi cientificado, mas se recusou a assiná-lo, sempre na presença de duas (02) testemunhas, que deverão assinar o documento.
3. Após identificação do condutor pelo Setor de Patrimônio cabe ao mesmo, juntar a documentação devidamente preenchida e enviar ao DETRAN/SC ou ao órgão de trânsito responsável, quando se tratar de notificações fora do Estado de Santa Catarina, mediante protocolo, para que seja realizada a indicação e a consequente transferência de pontuação na CNH do condutor/infrator.
4. Uma cópia do Auto de Infração de Trânsito deverá ser entregue ao servidor autuado imediatamente depois de identificado sua infração, para, querendo e de sua iniciativa, apresentar defesa da Autuação em tempo hábil, nas instâncias competentes.
5. A não identificação do motorista implica em penalização do município, nos termos do parágrafo 8º do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro, e Resoluções nº151/2013 de 08/10/2013 e nº393/2011 de 25/10/2011.

II – Pagamento da Multa:

1. Recebida a "Notificação de Penalidade de Multa por Infração de Trânsito", o responsável pelo Setor de Patrimônio solicitará a presença do servidor infrator para proceder com sua autorização de desconto, assinando o documento intitulado "Autorização do Desconto na Folha de Pagamento" (ANEXO I) em três vias.
2. O valor da multa a ser descontado na Folha de Pagamento do servidor poderá ser pago de forma integral ou em parcelas, desde que essas não excedam a décima parte da remuneração do servidor, conforme disposto no art. 68 do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Agronômica, conforme autorização do mesmo no Setor Pessoal.
3. Caso haja recusa do servidor infrator em assinar documento de Autorização do Desconto na Folha de Pagamento o Responsável pelo Setor de Patrimônio dará ciência formalmente ao Diretor de Departamento ao qual está lotado o infrator, para as providências cabíveis.
4. O Responsável pelo Setor de Patrimônio entregará uma cópia da "Autorização do Desconto da Folha de Pagamento" para o Setor Pessoal, preenchendo devidamente o documento intitulado "Controle de Entrega da Autorização de Desconto" (ANEXO II), para que proceda com o devido desconto do servidor infrator.
5. O responsável pelo Setor de Patrimônio juntará a "Notificação de Penalidade de Multa por Infração de Trânsito" com uma cópia da "Autorização do Desconto na Folha de Pagamento" e entregará ao Setor de Contabilidade, protocolando no ANEXO II, para que o responsável proceda com o devido empenhamento.
6. O Setor de Contabilidade encaminhará a Tesouraria para efetuar o pagamento da multa, atentando-se a data de seu vencimento, para se beneficiar do desconto de 20%.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES EM GERAIS

Art. 6º - Toda e qualquer dúvida ou omissão gerada por esta norma, deverá ser solucionada junto ao Departamento de Administração.

Art. 7º - Esta instrução Normativa entre em vigor na data de sua publicação.

Agronômica/SC, 03 de agosto de 2017.

Marilene Niquelatti
Agente de Controle Interno
Matrícula: 279

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

_____ - brasileiro, inscrito no CPF _____ ocupante do cargo de _____,
da Prefeitura Municipal de Agronômica, lotado no Departamento Municipal _____, AUTORIZO o desconto em folha,
conforme previsto no Art.67, parágrafo único e Art. 68 da Lei Complementar 01/1990 de 31 de Outubro de 1990, do pagamento referente
ao Auto de Infração de Trânsito de nº _____,

Valor em R\$: _____

Portanto estou ciente que o desconto será efetuado em folha de pagamento da seguinte forma:

(_____) parcela de R\$ _____ da folha de pagamento do mês de _____ de _____.

Agronômica SC, ____ de _____ de ____.

(assinatura do servidor)
Matrícula: _____

Sistema de Controle Interno, e

Considerando os Conselhos de Políticas Públicas são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais;

Considerando que os Conselhos são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade;

Considerando que é dever do Poder Público fornecer contribuições que permitam ao Conselho ter uma atuação mais qualificada no desempenho de suas atribuições acompanhar, controlar e avaliar as políticas no município;

RESOLVE:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Esta Instrução Normativa tem como objetivos:

I - Normatizar os procedimentos necessários para garantir a participação ativa e legítima dos conselheiros, tanto da sociedade civil, quanto do governo;

II – Regulamentar as diretrizes necessárias para uma atuação mais qualificada no desempenho das suas atribuições de conselheiro: discutir, acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução das políticas públicas, como a educação, a saúde, o meio ambiente, a assistência social, habitação, etc..

Art. 2º - Para os fins do disposto nesta Instrução Normativa considera-se:

I – Políticas Públicas são um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

II – Conselho Municipal de Política Pública: Espaço de participação compartilhado entre a sociedade civil e o governo, onde podem interagir e pensar políticas públicas locais.

TÍTULO II DA ESTRUTURA DO CONSELHO

Art. 3º - A estrutura ou o funcionamento do conselho será definido pelo próprio conselho e instituído no Regimento Interno, sempre respeitando a sua lei de criação. O conselho pode optar ainda por instituir uma secretaria executiva e/ou então câmaras técnicas, sendo ambas as assessorias ao conselho, que delegará a elas atribuições.

Art. 4º - As primeiras tarefas para a estruturação do conselho são:

a) Elaborar o Regimento Interno do conselho:

O Regimento Interno é o documento que apresentará a forma de funcionamento do conselho, definindo reuniões, estruturas do conselho e outros temas. É organizado em capítulos, que podem ser subdivididos em seções. Os conselhos municipais, sendo instâncias de democracia direta, não devem ser burocratizados. Os seus Regimentos Internos devem prever a substituição ágil dos seus membros, quando necessário.

b) Definir o calendário de reuniões (e demais atividades, se for o caso):

As reuniões do conselho devem ser públicas, de fácil acesso a todos, e com data e horário, previamente divulgados, onde, qualquer pessoa pode participar dessas reuniões - com direito a voz, porém, caso haja necessidade de votar algo, somente os conselheiros poderão fazê-lo.

A frequência das reuniões ordinárias será estabelecida no Regimento Interno do conselho, que poderão ser, mensais, bimestrais ou outra frequência, atentando-se porém, a uma frequência que possa garantir que o conselho se mantenha atualizado. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no Regimento Interno. Em qualquer um dos casos, exigem-se convocatórias formais para as reuniões via e-mail ou documental, com confirmação de recebimento.

O ideal é que as datas das reuniões sejam agendadas para o ano todo, para que dessa forma todos possam programar a sua participação. Caso isso não seja possível, outra opção é que sempre se agende a data da próxima reunião no final da reunião vigente. Pode-se, ainda, estabelecer uma data fixa para as reuniões.

c) Elaborar o seu Plano de Ação:

O Plano de Ação é um mecanismo para o planejamento da atuação dos conselhos municipais no desempenho de suas funções e deve ser o principal instrumento de apoio à tomada de decisão.

O conselho deve pautar sua atuação no Plano Municipal referente à política pública em que atua, seja para monitorar seu cumprimento, seja para aprimorá-lo a partir das deliberações estabelecidas nas conferências. O conselho também pode pressionar pela criação do Plano Municipal, quando esse não existe. É importante que o conselho atue com base em legislações específicas, sejam elas federais, estaduais

ou municipais.

O conselheiro deve conhecer os Planos Nacionais referentes à sua área de atuação. E frequentemente, discutirá as prioridades municipais que foram acordadas na conferência municipal da sua política pública, que, aliás, é sua obrigação convocar, juntamente com o Poder Executivo local, o qual deve disponibilizar os recursos necessários para que esta possa ser organizada.

No Plano de Ação do conselho devem estar presentes as seguintes preocupações:

- Informações e capacitação continuada dos conselheiros municipais quanto à legislação, à organização da gestão e às políticas e prerrogativas do conselho municipal;
- Integração com a população por meio de campanhas de divulgação do papel dos conselhos, de estratégias de valorização na sociedade do papel dos conselhos para o fortalecimento do controle social, de vínculos com outras instâncias de controle social, de campanhas educativas para democratizar a informação e propiciar a atuação de outras entidades e outros atores sociais no controle social;
- Vínculos entre os diversos conselhos municipais, com o objetivo de formular, acompanhar e fiscalizar as políticas intersetoriais.

O Plano de Ação deve conter cinco etapas básicas:

1. Reflexão sobre a forma de gestão do conselho;

A reflexão sobre a gestão do conselho deve ser orientada pelas seguintes questões problematizadoras: Quais os principais problemas que temos hoje na gestão deste conselho? Por que propor mudança na forma de gestão do conselho? Quem somos e por que estamos no conselho? Que aspectos internos ao funcionamento precisam ser considerados para torná-lo participativo?

2. Diagnóstico;

A segunda tarefa, antes mesmo de elaborar o Plano de Ação, é traçar um diagnóstico da política pública no município. Ele mostrará a realidade que se deseja modificar, o contexto no qual se vai trabalhar e seus beneficiários.

3. Formulação;

Após concluído o diagnóstico, o conselho deve definir quais serão as suas prioridades naquele ano, ou seja, quais os principais problemas que se pretende modificar; é a formulação.

4. Execução:

Consiste em definir as metas, isto é, quais os desafios que se quer enfrentar e os resultados que se pretende alcançar por meio das ações a serem implementadas. É justamente a partir da definição das metas e resultados que o Plano de Ação deve ser elaborado, detalhando como concretizá-los e definindo assim os recursos necessários (econômicos, orçamentários, humanos, materiais, políticos), os responsáveis e possíveis parceiros para os trabalhos.

5. Avaliação.

Durante todo o processo é preciso avaliar o que está sendo implementado. Ao final, deve-se refletir se os objetivos propostos foram alcançados.

d) Convocar a Conferência Municipal da Política Pública a qual se refere;

Conferências são espaços participativos cujo objetivo principal é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir o que deve ser prioridade na política pública específica da qual trata nos próximos anos. Há conferências nos âmbitos municipais, estaduais e nacionais. As conferências municipais e estaduais pautam-se, necessariamente, pelos objetivos e temas da conferência nacional e funcionam como fases preparatórias. As conferências podem ser antecedidas por pré-conferências. Estas podem acontecer de forma descentralizada no município, garantindo que um número maior de pessoas participe e amadureça suas ideias para a conferência. Pode-se ainda organizar pré-conferências por segmentos sociais. O município deve avaliar a necessidade de realizar pré-conferências, bem como seus formatos.

As conferências também funcionam como um espaço de troca de experiência entre os diversos setores sociais e órgãos governamentais dos três poderes. Participam desse espaço todos os segmentos sociais envolvidos com a política pública em questão, como usuários e profissionais da política setorial em questão, gestores públicos, legisladores, entidades não-governamentais, dentre outros.

Além disso, a conferência avalia os programas do governo em andamento, identifica seus problemas e propõe mudanças; também delibera sobre os conselhos (propondo, inclusive, a sua criação, caso não exista ainda) e avalia e propõe instrumentos de participação popular para a concretização das diretrizes acordadas e para a discussão do orçamento. É muito importante garantir a participação dos usuários nas pré-conferências e conferências municipais. Ao final da conferência tem-se uma espécie de pacto para alcançar as metas e as prioridades que foram nela estabelecidas coletivamente.

e) Capacitação dos Conselheiros

Para o bom desempenho de um conselho deverá ser destinado recursos para a capacitação dos conselheiros com o objetivo de garantir que todos tenham acesso ao conhecimento necessário para a participação efetiva nas discussões.

O governo municipal deverá prever em seu orçamento os recursos financeiros para as capacitações necessárias. Cabe ao conselho apontar as demandas para as formações de seus conselheiros.

TÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHEIRO

Art. 5º - As atribuições dos membros junto ao Conselho são:

- Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho;
- Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias ou assuntos que lhes forem distribuídas pelo Presidente do conselho;
- Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do conselho;

- Exercer outras atribuições, por delegação do conselho;
- Informar a população em geral e o seu segmento em específico sobre o papel e as deliberações do conselho, utilizando-se inclusive dos meios eletrônicos;
- Defender propostas e interesses do segmento social que representa e não seus interesses individuais ou exclusivos da sua organização;
- Conhecer a política pública de que trata o conselho e o seu município;
- Ter disponibilidade para participar das reuniões e atividades do conselho;

TÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 6º - As regras para a eleição de cada conselho devem estar em sua lei de criação ou no Regimento Interno, elaborado logo após a sua criação legal.

Art. 7º - Nos conselhos os representantes podem ser escolhidos de diversas maneiras. Assim, a escolha de um conselheiro da sociedade civil para um conselho de política pública não é necessariamente feita através de sua candidatura e posterior votação via eleição. Essa escolha pode ser feita via indicação, por exemplo. A pessoa é escolhida porque o grupo acredita que ela é a mais adequada para representá-lo; porque sabe atuar ou negociar em nome do coletivo; conhece bem os problemas do grupo ou então porque é parte dele ou filiada à organização.

Art. 8º - Em relação ao número e tipo de representantes, quando um conselho é composto pelo mesmo número de representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil há o que chamamos de representação paritária. Hoje existem conselhos que não têm representação paritária e possuem um número maior de representantes da sociedade civil em detrimento do governo.

Art. 9º - A duração dos mandatos não devem ser muito curtos, pois dificultam o exercício de garantir a sequência das políticas educacionais e não devem ser muito longos, pois dificultam a inovação frente às mudanças da realidade e as aspirações emergentes da comunidade. É importante também que a renovação periódica seja parcial dos mandatos, evitando a renovação total que impede a sequência e a perspectiva história das políticas públicas.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES EM GERAIS

Art. 9º - É preciso manter organizada a documentação de todas as atividades do conselho, desde a sua criação, pelos seguintes motivos:

- a) O histórico sobre todas as decisões tomadas pode ser consultado sempre que necessário;
- b) Novos conselheiros podem inteirar-se do que já ocorreu;
- c) Qualquer pessoa pode consultar o registro sobre a criação e funcionamento do conselho, sobre a identificação das instituições, os convites e as convocações para as reuniões, as atas das reuniões, a lista de presença, as fotos das atividades realizadas e outros documentos afins.

Art. 10 - Toda e qualquer dúvida ou omissão gerada por esta norma, deverá ser solucionada junto ao Departamento de Administração.

Art. 11 – Esta instrução Normativa entre em vigor na data de sua publicação.

Agrônômica, 03 de agosto de 2017.

Marilene Niquelatti
Agente de Controle Interno

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 37/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 1/6

Processo Nº.: 42/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2017

No dia 10 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.590/0001-90, com sede administrativa localizada na RUA 7 DE SETEMBRO, 215, bairro CENTRO, CEP nº. 89188-000, nesta cidade de Agronômica/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF sob o nº. 379.381.009-78, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 37/2017, Processo Licitatório nº. 42/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BASE DE BRITA GRADUADA DE PEDRA GRANITICA E RACHÃO DE PEDRA GRANITICA PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE AGRONOMICA Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7573	COMERCIAL DACLANDE LTDA - ME	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIAL DACLANDE LTDA - ME	03.222.166/0001-40	GILBERTO GRABOSKI	704.699.389-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BASE DE BRITA GRADUADA DE PEDRA GRANITICA E RACHÃO DE PEDRA GRANITICA PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE AGRONOMICA
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7573 - COMERCIAL DACLANDE LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BASE DE BRITA GRADUADA DE PEDRA GRANITICA	M3		10.000,000	43,0000	430.000,00
2	RACHÃO DE PEDRA GRANITICA	M3		5.000,000	40,0000	200.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 2/6
Processo Nº.: 42/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 3/6
Processo Nº.: 42/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 4/6
Processo Nº.: 42/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 5/6
Processo Nº.: 42/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 6/6
Processo Nº.: 42/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Agronômica para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Agronômica, 10 de Agosto de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

COMERCIAL DACLANDE LTDA - ME

CNPJ: 03.222.166/0001-40 _____

Água Doce

PREFEITURA

282/2017

PORTARIA Nº 282/2017 – DE 10 DE AGOSTO DE 2017

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que os veículos, Ônibus VW placa MIU 8581 e Ônibus placa MIS 1247 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficarão à disposição da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, no dia 13 de agosto de 2017, para transporte de eleitores que votarão na Eleição para escolha de Conselheiros Tutelares no município, saindo da Linha Três Pinheiros, em frente à Empresa Agrícola Fraiburgo, passando pelo Restaurante Piccoli e Posto do Paulinho seguindo até o local de votação no Distrito de Hercilópolis. Sairá também, do Assentamento 1º de Agosto, passando pelos Assentamentos Terra à Vista, Oziel Alves Pereira, 9 de Novembro, Olaria, Linha Serra da Trincheira e Linha Paiol de Telhas seguindo até o local de votação no centro do município de Água Doce - SC.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de agosto de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

283/2017

PORTARIA Nº 283/2017 – DE 10 DE AGOSTO DE 2017

“NOMEIA PROVISORIAMENTE CONSELHO DIRETOR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA – SIMA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 72 da Lei Orgânica do Município

Considerando o disposto no art. 32, §1º ao 4º da Lei Complementar 016/99,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear provisoriamente o Conselho Diretor, conforme Ata nº 006/2017 com a seguinte composição:

PRESIDENTE: EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI

VICE-PRESIDENTE: JAMES FRANCISCO BEAL

SECRETÁRIA: MARIA HELENA CERINO

TESOUREIRA: MARÍLIA LINS DA SILVA

MEMBRO: MARJORIE JEANE SETTI DE OLIVEIRA

Art. 2º As atribuições do Conselho Diretor Provisório permanecerão até que ocorra a indicação regular, nos termos do art. 30 da Lei Complementar nº 016/99, não devendo ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante prévia justificativa.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de agosto de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Dir. Dpto. De Recursos Humanos

CONVOCAÇÃO CELESTE REDINATO LINHARES VELOSO

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Celeste Redinato Linhares Veloso, aprovado no Teste Seletivo 001/2017, no cargo de Motorista, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter temporário.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 10 de agosto de 2017

Antonio José Bissani

Prefeito

Celeste Redinato Linhares Veloso

Recebido em: ____/____/____

DECRETO Nº 102/2017

DECRETO Nº 102/2017 – DE 01 DE AGOSTO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453/2016, 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453/2016 de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.365,05 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais e cinco centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa no orçamento vigente Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS
3.3.90.00.0.1.0735.0/24 Aplicações Diretas R\$ 4.365,05
TOTAL R\$ 4.365,05

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0735 – Transf. Média e Alta Complexidade – MAC.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 103/2017

DECRETO Nº 103/2017 – DE 09 DE AGOSTO DE 2017
“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.508, de 09 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor R\$ 14.455,28 (quatorze mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo será para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE
4.4.90.00.0.0.3.0088/67 Aplicações Diretas R\$ 14.455,28
TOTAL R\$ 14.455,28

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2016 verificado na rubrica: 0.1.0088 – Alienações de Bens Destinados a Programas de Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 104/2017

DECRETO Nº 104/2017 – DE 09 DE AGOSTO DE 2017
“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.509, de 09 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicação Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE
4.4.90.00.0.1.0064/66 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS
3.3.90.00.0.1.0064/16 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.507/2017

LEI Nº 2.507/2017 – DE 09 DE AGOSTO DE 2017
“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR O PLANO PLURIANUAL DE 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Plano Plurianual de 2018/2021.

Parágrafo único. Ficam alterados neste ato a que se refere o “caput” do artigo 1º o Plano Plurianual de acordo com a Lei nº 2.498/2017 de 27 de junho de 2017, para atender a Lei Complementar nº 115/2017 que Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Município.

Art. 2º. Ficam inclusas no Plano Plurianual 2018/2021 as ações:

- 2065 Manutenção do Departamento de Apoio Administrativo e Operacional;
- 2066 Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil - Creche;

- 2067 Manutenção do Departamento de Compras, Licitações e Convênios;
- 2068 Manutenção do Departamento de Patrimônio e Material;
- 2069 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos;
- 2070 Manutenção do Departamento de Tributação e Fiscalização;
- 2071 Manutenção do Departamento Financeiro;
- 2072 Manutenção do Departamento de Infraestrutura Rural.

Art. 3º. Ficam alterados no Plano Plurianual de 2018/2021 o órgão e a unidade orçamentária das ações:

- 2003 Manutenção das Assessorias e Contadoria 02.01 Gabinete do Prefeito e Vice passando para órgão e unidade 03.07 Secretaria de Administração e Fazenda.

- 2007 Manutenção do Departamento de Controle Interno 03.01 Secretaria de Administração e Fazenda passando para órgão 02.04 Gabinete do Prefeito e Vice.

- Passando do órgão 07 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e unidade 03 Departamento de Urbanismo para órgão 08 Secretaria de Infraestrutura para unidade 04 Departamento de Urbanismo as ações:

- 1011 Aquisição de terreno para o novo Cemitério Público;
- 2038 Manutenção do Convênio Rádio Patrulha;
- 2039 Manutenção do Departamento de Urbanismo;
- 1012 Pavimentação, Abertura e Conservação de Vias Urbanas;
- 2040 Embelezamento Urbano;
- 2041 Manutenção da Limpeza Pública.

- Passando do órgão 0703 Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Departamento de Urbanismo para 0805 Secretaria de Infraestrutura – Departamento de Trânsito a ação 2042 Manutenção do Departamento de Trânsito.

Art. 4º. Fica alterado o elemento de despesa 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operações entre órgãos na ação:

2001 Desenvolvimento de Atividades para Manutenção do Trabalho Legislativo passando 3.1.91.00.00 Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.508/2017

LEI Nº 2.508/2017 – DE 09 DE AGOSTO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor R\$ 14.455,28 (quatorze mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo será para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE
4.4.90.00.0.0.3.0088/67 Aplicações Diretas R\$ 14.455,28
TOTAL R\$ 14.455,28

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2016 verificado na rubrica: 0.1.0088 –Alienações de Bens Destinados a Programas de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.509/2017

LEI Nº 2.509/2017 – DE 09 DE AGOSTO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicação Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE
4.4.90.00.0.1.0064/66 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a anular parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS
3.3.90.00.0.1.0064/16 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de agosto de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES, E PATRIMÔNIO PÚBLICO.

VALOR MENSAL: R\$ 1.259,00 (UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS)

SIGNATÁRIOS: JAMES FRANCISCO BEAL, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, E ERNESTO MUNIS DE SOUZA JR – BETHA SISTEMAS LTDA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 6 (SEIS) MESES, INICIADO EM 05/07/2017 COM TÉRMINO EM 31/12/2017.

EXTRATO DE CONTATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: RÁDIO TROPICAL FM LTDA ME.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

VALOR MENSAL: R\$ 2.145,00 (DOIS MIL CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS)

SIGNATÁRIOS: JAMES FRANCISCO BEAL PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E FERNANDO LOPES DE LIMA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 5 (CINCO) MESES, INICIADO EM 10/08/2017 COM TÉRMINO EM 31/12/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO 3/2017 PREGÃO PRESENCIAL 3/2017

CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 3/2017

PREGÃO PRESENCIAL 3/2017

A CÂMARA DE VEREADORES AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 3/2017, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 3/2017", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado à aquisição de Equipamentos de Informática para a Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, SC, o qual será processado e julgado no dia 24 de agosto de 2017 às 09h15, em consonância com a Lei Federal nº 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega dos envelopes até as 09h00 do dia 24/08/2017.

Integra do edital disponível em: www.cvaguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 11 de agosto de 2017

JAMES FRANCISCO BEAL

Presidente

Alfredo Wagner

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL °09-2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2017

MUNICIPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 23 de Agosto de 2017.

Horário de Abertura:10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner - SC.

Aquisição estimada de Óleos, Lubrificantes, Filtros e Afins para a frota municipal, abaixo divididos por itens, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos, parte integrante deste edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas telefone 48- 3276 1211 setor de licitações.

Alfredo Wagner, em 10 de Agosto de 2017.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

Anchieta (SC), 08 de Agosto de 2017.

Ilma Senhora
PATRICIA GONÇALVES

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 001/20017

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do dia de hoje, para tratar da contratação para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da qual prestou provas do Processo Seletivo nº 001/2017.

Salientamos que o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática o direito da contratação pra a qual foi convocada.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

DESISTÊNCIA DE VAGA

Ilmo. Senhor
Ivan José Canci
DD. Prefeito Municipal
Anchieta – Sc.

Eu, Patrícia Gonçalves, portadora do CPF sob nº. 079.365.969-84, residente e domiciliada no município de Campo Erê – SC, aprovada no Processo Seletivo nº. 001/2017 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a qual fui convocada em 08/08/2017 para assumir a vaga, DECLARO que não assumirei a vaga para a qual fui convocada.

Anchieta (SC), 08 de Agosto de 2017.

Patrícia Gonçalves

Anita Garibaldi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2017

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2017

Objeto:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de COPOS, PRATOS E CUMBUCAS para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Anita Garibaldi, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "E" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 13h40 do dia 23/08/2017

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 09 de Agosto de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 094/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 068/2017 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de material de construção, ferramentas e equipamentos, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura Dia 25 de agosto de 2017 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 10 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 095/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 069/2017 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Lote; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, na forma e condições definidas em cada lote, com fornecimento de peças, SEM EXCLUSIVIDADE. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 25 de agosto de 2017 as 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 10 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 053/2017

DECRETO Nº 053/17 de 10 de agosto de 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 143.361,47 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes

Diretas 143.361,47

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 143.361,47

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 054/2017

DECRETO Nº 054/17 de 10 de agosto de 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 56.638,53 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00 Aplicacoes Diretas 56.638,53

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 56.638,53

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de agosto de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 404/2017

PORTARIA Nº 404/2017

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, por 90 dias, LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA, a servidora TAINARA INES GUESER KUHN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS

GERAIS, a contar de 07 de agosto de 2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de agosto de 2017.

PORTARIA N 405/2017

PORTARIA Nº 405/2017

Prorroga contratação de servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, de FERNANDA APARECIDA PEPPLER SIMONES, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40H, a partir de 07 de agosto de 2017 a 03 de novembro de 2017, em substituição a TAINARA INES GUESSER KUHN.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de agosto de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA, faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017 para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva, para os cargos de: Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais para Escolas. Os vencimentos variam de R\$ 1.037,57 até R\$ 1.408,13. As provas objetivas e práticas serão realizadas na data de 03 de Setembro de 2017. As inscrições serão realizadas somente através da internet no sítio www.apiuna.sc.gov.br, no período de 14/08/2017 até às 23h:59min do dia 28/08/2017. As demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Apiúna e no sítio www.apiuna.sc.gov.br.

Prefeitura Municipal de Apiúna, 08 de Agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves/Prefeito Municipal

EXTRATO RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 92/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Extrato de resultado de licitação

Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 92/2017
O Prefeito de Apiúna torna público resultado do julgamento da Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia nº 31/2017, que tem por objeto CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE MATAÇO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA LOCALIDADE DE MARGEM ESQUERDA APIÚNA/SC, PARA RECUPERAÇÃO DE DANO CAUSADO EM ÁREA DANIFICADA POR DESASTRE AMBIENTAL CONFORME INFORMAÇÕES CONTIDAS NO FIDE - FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DO DESASTRE, ELABORADO PELA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO, na qual declara vencedora do item 01a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, CNPJ: 06.145.928/0001-40, com valor total de R\$ 25.489,56 (vinte e cinco mil e quatrocentos e oitenta e nove mil reais e cinquenta e seis centavos).

Jose Gerson Gonçalves/ Prefeito de Apiúna.

PORTARIA Nº0341/2017

PORTARIA Nº 0341/2017

De 03 de agosto de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PARA A SERVIDORA

ALINE SCHULTZ

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 78/2005 de 08/12/2005,

RESOLVE

Conceder Função Gratificada II no valor de R\$ 499,34 para a servidora ALINE SCHULTZ, ocupante do cargo de Psicólogo, a partir de 01 de agosto de 2017, por coordenar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0342/2017

PORTARIA Nº 0342/2017

De 03 de agosto de 2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017

José Gerson Gonçalves, Prefeito do Município de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017.

Art. 2º - A Comissão a que se refere o art. 1º, fica assim composta:

- I – Mariléia Rezini Merini - Presidente
- II - Juliana Jaqueline Elias - Secretária
- III - Aline Berkembrock - Membro
- IV - Jaciane Hoepers - Membro
- V - Valmor Elias - Membro

Parágrafo Único – A Comissão Coordenadora poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - Compete a Comissão Coordenadora promover a realização das provas escritas e práticas quando exigidas, a conferência dos títulos, emitir julgamento mediante a atribuição de notas e/ou pontos, deliberar sobre os casos omissos.

Parágrafo Único - Em sendo contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, caberá a Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas.

Art. 4º - As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Coordenadora presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Coordenadora:

- I – lavrar as atas dos trabalhos da comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;
- II – coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III – propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV – elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0343/2017

PORTARIA Nº 0343/2017

De 07 de agosto de 2017

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

LIZANDRA MENELLI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 121/2012 de 24/02/2012 e de acordo com o resultado do Processo Seletivo nº 004/2016 de 11/11/2016 com homologação do resultado final em 23/12/2016,

RESOLVE

Contratar temporariamente LIZANDRA MENELLI para o cargo de PROFESSOR – 40h, inscrição nº 497707 do Processo Seletivo nº 004/2016, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 07/08/2017 até 15/12/2017 em substituição a Valceli Terezinha Hasckel que está de licença maternidade.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 07 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0344/2017

PORTARIA Nº 0344/2017

De 08 de agosto de 2017

CONVOCA DE CONCURSO PÚBLICO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017,

RESOLVE

CONVOCAR candidatos aprovados no Concurso Público nº 02/2017:

Candidato	Cargo
Humberto Hank	Auxiliar de Serviços Gerais
Carlos da Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais
Adriana Paulina da Veiga	Instrutor de Música – Violino e Teclado

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0345/2017

PORTARIA Nº 0345/2017

De 08 de agosto de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PARA A SERVIDORA

DARCI FUCHT LEITE

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 78/2005 de 08/12/2005,

RESOLVE

Conceder Função Gratificada VI no valor de R\$ 333,81 para a servidora DARCI FUCHT LEITE, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, a partir de agosto de 2017, por ser responsável pela organização do estoque da enfermagem.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0346/2017

PORTARIA Nº 0346/2017

De 10 de agosto de 2017

ALTERA CARGA HORÁRIA DE

AMANDA ANGIOLETTI FLORENTINO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

ALTERAR a carga horária da servidora efetiva, AMANDA ANGIOLETTI FLORENTINO, contrato 52051-4, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20H semanais passando a exercer 40H semanais a partir de 10/08/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2094 ANEXO 1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA Departamento de Tributos

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro

CNPJ: 95.995.221/0001-53 - Fone: (49)3448-0048 - Fax: 3448-0234 - CEP: 89.740-000

PEDI-DO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁ-REA	DATA
68398	HELIO LOSCH	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	9	01/07/2017
66263	WALMOR WILMAR BASTIAN	Vala e Bueiro - Retro-esc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	9	03/07/2017
68564	CELRO ROQUE FABRIN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA FAZENDI-NHA	4	03/07/2017
68393	JAIR JAIRO HARTMANN	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	03/07/2017
64242	JONEI LUNKES	Vala e Bueiro - Retro-esc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA FAZENDI-NHA	4	03/07/2017
67836	LIDIA LINO DIESEL	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA AURORA	2	04/07/2017
66579	VALERIO BRAUN	Estrada de Roça	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	11	05/07/2017
68568	NODAREO KASTER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	DISTRITO NOVA ESTRELA	Sem Área	05/07/2017
68397	ADÃO VALMIR TOMÉ	Construção tanques ou açudes	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA SÃO JOÃO	10	06/07/2017
66458	NORMÉLIO GERHARDT	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	9	10/07/2017
67792	EDEMAR KLEMENT	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	9	10/07/2017
64771	SELVINO PECINI	Vala e Bueiro - Retro-esc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	11	11/07/2017
68451	EMIDIO AREND	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	1	12/07/2017
67820	DOMINGOS ERNESTO GALUPPO	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA BEIRA RIO	8	12/07/2017
67833	CLAUDIR AFONSO FRANK	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PROGRES-SO	5	13/07/2017
67793	EDEMAR KLEMENT	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	9	13/07/2017
68865	ADEMIR SÉRGIO DAN-NENHAUER	Hora Excedente - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	10	13/07/2017
68449	SIMONE GOSENHEIMER	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA TONÉLIO EBELING	Sem Área	13/07/2017
68392	MARNEIDE FÁTIMA HARTMANN BRAU	Vala e Bueiro - Retro-esc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LINHA LINHA UNIDOS	2	14/07/2017
66908	NEORI TIEMANN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	14/07/2017
68222	ADEMAR DEUNER	Outros serviços	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA AURORA	2	17/07/2017
68088	IVO BUHL	Outros serviços	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	17/07/2017
64687	ILCO KOCH	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	DISTRITO NOVA ESTRELA	2	18/07/2017
67119	HUGO CHRISTMANN	Pequena Terraplenagem	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	18/07/2017
67954	CELI PETRY	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA RUDI ERNANI GROSS	Sem Área	18/07/2017

Total de : 25

DECRETO 2094 ANEXO II

PEDI-DO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁ-REA	DATA
68559	VALMOR GROSSER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	03/07/2017
68558	VOLNEI GOMES BALTAZAR	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	10	03/07/2017
68562	ANILDO SCHOULTEN	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	04/07/2017
68563	HERTA LÜCKEMEIER	Outros serviços	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	04/07/2017
68561	ALCIDIO SIPP	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	DISTRITO NOVA ESTRELA	2	04/07/2017
68569	ALMIR RENNER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	9	05/07/2017
68570	INÁCIO LUECKEMEIER	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	05/07/2017
68571	IVALDINO CAPITANI	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	06/07/2017
68677	DEFENDI MASSON	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA AURORA	2	06/07/2017
68622	NESTOR ADIR SCHEER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA BEIRA RIO	8	06/07/2017
68675	RUDI RITTER	Estrada de Roça	PÁ CARREGADEIRA	LOCALIDADE LINHA BEIRA RIO	8	06/07/2017
68676	ROBERTO HARRI DEUNER	Abertura de cisterna e fonte	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GODOFREDO	4	06/07/2017
68673	WALDEMAR FRANSCISCO PICHETTI	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	06/07/2017
68678	RUDIMAR WENTZ	Limpeza de tanques ou açudes	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA COSTA E SILVA	8	07/07/2017
68679	ALSIR ANDRÉ HEIN	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S	175 LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	3	07/07/2017
68682	ADEMIR MEYRING	Pequena Terraplenagem	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA FAZENDINHA	4	07/07/2017
68680	ERNY PETRY	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	VILA CANHADA GRANDE	11	07/07/2017
68683	NÁDIA SUELI FRIES ROHDE	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA BALDUINO LAMB	Sem Área	07/07/2017
68688	ADELMO FERUCK	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	10/07/2017
68687	ILMAR ARI AREND	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	10/07/2017
68689	MILVIO ADÃO PEDROSO	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	10	10/07/2017
68690	HEDO PREDIGER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	11/07/2017
68691	HEDO PREDIGER	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	11/07/2017
68692	HUGO USINGER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	5	12/07/2017
68695	ONARIO LICEU DEUNER	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	3	12/07/2017
68697	SELVINO PECINI	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	11	12/07/2017
68693	NEORI KLEEMANN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	5	12/07/2017
68698	ILMAR WILTGEN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	10	14/07/2017

PEDI-DO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁ-REA	DATA
68699	ILMAR WILTGEN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	10	14/07/2017
68700	HUGO USINGER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	5	14/07/2017
68701	HUGO USINGER	Limpeza de tanques ou açudes	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	5	14/07/2017
68702	IVO BUHL	Pequena Terraplenagem	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	14/07/2017
68804	SILVERIO MALAKOWSKI	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	10	17/07/2017

68807	REMIDIO DEUNER	Transp. Cama, Adubo de Aviário	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	5	19/07/2017
68808	ONARIO LICEU DEUNER	Outros serviços	CAMINHÃO CAÇAMBA	RUA PEDRO LEOPOLDO JUNGES	Sem Área	20/07/2017
68810	MILTON FREDERICO NITSCHKE	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOB-CAT S175	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	20/07/2017
68809	SINESIO FINGER	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	11	20/07/2017
68861	BARBARAH CRISTINE LEIDOW SORG	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA VICTOR BASEI	Sem Área	21/07/2017
68882	LEONIR WILSKÉ	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOB-CAT S175	LOCALIDADE LINHA PINTADO	3	24/07/2017
68883	GILMAR JAIR DEUNER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	24/07/2017
68881	NADIR BRAUN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA JURITI	2	24/07/2017
68884	DIRCEU MULLER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LINHA LINHA UNIDOS	2	24/07/2017
68886	IDO VERNÓ KRÜETZ-MANN	Abertura de cisterna e fonte	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	26/07/2017
68889	LUCIELE SIEBENEI-CHLER	Outros serviços	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	3	26/07/2017
68888	LEONARDO PETRY	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	4	26/07/2017
68887	AURIA PETRY	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	AVENIDA DOS IMIGRANTES	Sem Área	26/07/2017
68943	ADEMIR KROHN	Abertura de Fossa	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	3	27/07/2017
68942	ADIR ZIMMERMANN	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	27/07/2017
68941	AIRTON DANNE-NHAUER	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOB-CAT S175	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	6	27/07/2017
68940	LUCAS LUIZ PATZLAFF	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA JOÃO GOSSENHEIMER	Sem Área	27/07/2017
68945	NELSON REMIDIO APPELT	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA BEIRA RIO	8	31/07/2017

Total de : 51

DECRETO 2094.2017

DECRETO Nº 2094, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Publicação das relações das execuções dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal e dá outras providências,

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no § 8º do art. 10 da Lei nº 853, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre as Políticas Públicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e a realização de serviços em área rurais e urbanas, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica publicado a execução dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal nos termos do § 1º e seguintes do art. 10 da Lei nº 853/2016 de 28 de abril de 2016, no conforme anexos e a descrição abaixo:

I – Serviços EXECUTADOS:

a) área urbana:

a.1) 03 (três) proprietário urbanos, situados na área urbana do Município;

b) Outros:

b.1) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea nº01(um);

b.2) 04 (quatro) proprietários rurais, constantes na Microárea 02 (dois);

b.3) 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);

b.4) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 05 (cinco);

b.5) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 06 (seis);

b.6) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 08 (oito);

b.7) 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea 09 (nove);

b.8) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 10 (dez);

b.3) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 11 (onze);

II – Serviços SOLICITADOS:

a) área urbana:



- a.1) 05 (cinco) proprietário urbanos, situados na área urbana do Município;
 b) Outros:
 b.1) 04 (quatro) proprietários rurais, constantes na Microárea nº02(dois);
 b.2) 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea 03 (três);
 b.3) 09 (nove) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);
 b.4) 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea 05 (cinco);
 b.5) 10(dez) proprietários rurais, constantes na Microárea 06 (seis);
 b.6) 04 (quatro) proprietários rurais, constantes na Microárea 08 (oito);
 b.7) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 09 (nove);
 b.8) 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea 10 (dez);
 b.3) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 11 (onze);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 10 de Agosto de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita Municipal

Glaucia Pottratz Responsável Pelas Publicações	Registra-se e Publica-se. Em 10 de Agosto de 2017.
---	---

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 07-2017

Recursos recebidos no período de 01/07/2017 à 31/07/2017

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	PisotransporteAtençãoBásica-PAB/Fixo	9.095,67
417213302000000	Estratégia de Saúde da Família-ESF	14.260,00
417213303000000	Estratégia de Saúde da Família-ACS	10.140,00
417213304000000	Transf. Assistência Farmacêutica	1.783,30
417213307000000	Vigilância Sanitária	4.005,30
417213309000000	Programa de Saúde Bucal-SB	2.230,00
417213310000000	Transf. Alta e Média Complexo-MAC	23.830,32
417213311000000	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade-PMAQ	10.700,00
417213313000000	Vig. em Saúde-PVVS	4.787,34
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	15.217,15
417213503010000	PNAE-PNAECePNAE Educação Infantil	3.053,40
417213503020000	PNAE-PNAEF/Ensino Fundamental	2.738,80
417213503030000	FNDE/PNAE-AEE	84,80
417213504010000	PNATE-Educação Infantil	610,00
417213504020000	PNATE-Ensino Fundamental	3.407,31

Recursos recebidos no período de 01/07/2017 à 31/07/2017

Rúbrica Descrição Valor

417213504030000 PNATE-Ensino Médio 1.195,10

Total dos Recursos Recebidos no Período

107.138,49

Maiores informações a respeito do valor liberado e a integração dos termos supramencionados, podem ser obtidas na Diretoria de Administração e Fazenda, na Prefeitura Municipal de Arbutã, situada na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arbutã (SC), em 31/07/2017
Leani Kapp Schmitt
Prefeitura de Arbutã

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES- PS. 02/2017

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 02/2017

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Agente de Copa e Higienização		
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	661986	Bruna Pottratz Cousseau
2	649932	Cleisi Mara Heinrichs
3	660213	Janaina Sheila Da Silva
4	649234	Luciane Schiavini
5	662955	Luciane Soares dos Santos
6	659824	Noeli Baller
7	661624	Noemi Doerzbacher Arend
8	662943	Priscila Rejene Dezini
9	651818	Rosecler Hann Pilger
Médico Veterinário		
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	662785	Andre Felipe Bagatini
2	663137	Antonio Ricardo Rodrigues Dos Santos
3	651475	Bruna Kubiak Duarte
4	662933	Cesar Rodrigo De Souza Surian
5	649631	Diana Balbinott
6	654302	Elizandra Rejane Rex
7	658248	Gabriela Casa
8	659384	Giane Trentin
9	659744	Jessica Scortegagna
10	656604	Jonathan Leonardo Ampessan
11	661771	Jordana Magro
12	658849	Juliana Jacovas
13	659472	Keila Catarina Prior
14	656152	Luana Borelli
15	658637	Marcelo Abatti
16	663404	Marciane Barbieri

17	647555	Marcos Jesus De Santanna
18	647837	Mariana Benetti
19	659520	Marline Pozza
20	663136	Rafael Barros
21	661486	Raissa Isaura Rossi
22	648542	Rui Reis De Cerqueira
23	656352	Thais Bastos Stefanello
24	661693	Wesley Colman Machado Lemos

Psicólogo

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	651240	Adriana Kelly Perondi
2	656635	Adriana May Rossi
3	660909	Alexssandra Carpe Silveira
4	652299	Aline Aparecida Engel
5	659946	Ana Leticia Mandrik
6	662583	Angelica Neves Bina
7	662641	Brenda Soliman
8	655808	Caroline Comelli
9	649558	Charles Chiyuan Conte Tsang
10	656773	Cheila Cristina Pecini Presotto
11	662929	Cintia Maria Farinea Teixeira
12	661797	Cristiane Amadei
13	660079	Daniele Port
14	657661	Elaine Viancelli
15	655329	Elisiana Pain Dos Santos
16	659522	Graziele Sponchiado
17	660339	Jacqueline Gottlicher Eckert Zolet
18	662679	Jessica Caroline Spuldaro
19	659089	Karine Kurek
20	654135	Larissa Teresinha Da Silva
21	656135	Leandro Zanon
22	652779	Maiara Schwanke
23	647378	Marialinna Bressan Zampieri
24	661829	Mariana Da Costa Cechin
25	647768	Marieli Camila Da Silva
26	661620	Marindia Colla

27	654891	Monik Karolyne Bezerra Vidal
28	662123	Morgana Maziero
29	662365	Pamella Mara Melz
30	661015	Ricardo Sachser
31	661393	Samara Bordignon Antunes
32	655215	Sandro Molina Ruiz Dias
33	648399	Tatiane Masiero Da Silva
34	661862	Tayline Lecardelli
35	655257	Vanessa Ivaz Correia Da Silva

Arabutã - SC, 10 de Agosto de 2017.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita Municipal

PORTARIA 284/2017

PORTARIA Nº 284/2017

CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade a servidora ANDREIA APARECIDA PEREIRA inscrita no CPF sob nº. 043.184.569-78, ocupante do cargo de Provimento em Efetivo Agente de Copa e Higienização, no percentual de 15%(quinze por cento) do vencimento da classe em que estiver enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, I, letra "c", da Lei Complementar nº 158/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, em especial os termos da portaria nº125 de 11 de fevereiro 2015, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Ascurra

PREFEITURA

EDITAL 0001/2017

EDITAL Nº 001/2017 DE PROMOÇÃO VERTICAL POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, EXCETO PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, Art. 21, § 3º (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento dos Servidores Públicos do Município de Ascurra), resolve:

Abrir inscrições e baixar normas da promoção funcional por nova titulação ou habilitação para os Servidores Públicos Municipais de Ascurra, exceto profissionais do magistério.

Torna público, para o conhecimento dos interessados que ficam abertas as inscrições para promoção funcional por nova titulação ou habilitação, dentro do mesmo cargo, aberto aos servidores municipais estáveis (que já concluíram o estágio probatório) que integram o quadro dos Servidores Públicos do Município de Ascurra.

1. Das Inscrições

1.1 – Período, Horário e local de Inscrição.

As inscrições estarão abertas aos servidores públicos municipais estáveis que integram o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Ascurra, do dia 27/07/2017 a 11/08/2017, na sala de Recursos Humanos do Município.

2. Dos Requisitos

- Ser servidor público municipal integrante do quadro do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos (LC nº 118/2011);

- Ser estável, ou seja, já ter cumprido integralmente o período de estágio probatório;

- A comprovação de permanência, por no mínimo 03 (três) anos no exercício do cargo;

- A nova titulação ou habilitação deverá ser de forma sequencial a habilitação exigida para o provimento do seu cargo efetivo, conforme segue:

2.1 - Para o cargo em que é exigido como a habilitação mínima a conclusão das Séries Iniciais (antiga 4ª Série), o primeiro título sequencial é a conclusão do Ensino Fundamental (1º Grau);

2.2 - Para os cargos em que é exigido o Ensino Fundamental (1º Grau) será considerado como primeiro título sequencial a apresentação da conclusão no Ensino Médio (2º Grau);

2.3 - Para os cargos em que é exigido o Ensino Médio, será considerado como primeiro título sequencial a apresentação da conclusão no curso de Graduação;

2.4 - Para os cargos em que é exigido o curso de Graduação, será considerado como primeiro título sequencial a apresentação da conclusão em curso de Pós-Graduação e assim sucessivamente.

2.5 - O servidor que ao tomar posse no cargo para o qual prestou concurso já possuir habilitação superior daquela mínima exigida

para o cargo, terá que cumprir o interstício mínimo de 03 (três) anos para fazer jus à promoção por titulação ou habilitação.

2.6 - A nova titulação ou habilitação deverá ser comprovada através de cópia do título mediante apresentação do original para autenticação no ato da inscrição.

3. Documentos

No ato de realização da inscrição, o interessado que se enquadrar nos requisitos previstos no item 2, deverá entregar os seguintes documentos, sendo que não poderão ser juntados outros documentos após a inscrição:

- Ficha de inscrição preenchida e assinada;
- Fotocópia dos certificados da titulação ou habilitação;
- Declaração em formulário próprio, assinada pelo servidor interessado, que já concluiu o estágio probatório.

4. Disposições Gerais

4.1 – Cada candidato fará jus à promoção vertical, de uma referência para outra imediatamente superior;

4.2 – O novo enquadramento alcançado pelo servidor, através da presente promoção, será efetuado no corrente mês;

4.3 – A divulgação dos resultados da presente promoção será publicada no dia 16/08/2017, no mural da Prefeitura Municipal;

4.4 – O servidor terá dois dias úteis para impetrar recurso. O recurso deverá ser feito com identificação do recorrente (nome completo, endereço residencial, telefone, cargo ocupado, descrever as razões do recurso e assinar), e ser protocolado junto ao setor de Recursos Humanos do Município, no prédio da Prefeitura Municipal. Não serão aceitos recursos fora do prazo.

4.5 – A divulgação final será no dia 22/08/2017, no mural da Prefeitura Municipal;

4.6 – Cabe total responsabilidade ao interessado, a leitura, interpretação e ciência deste edital e suas regras para promoção funcional.

4.7 – Os casos omissos serão analisados pela comissão, com assessoramento jurídico se for necessário.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 27 de Julho de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

PROMOÇÃO VERTICAL POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, EXCETO PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO.

EDITAL 001/2017

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Declaro para os devidos fins que sou servidor (a) público (a) municipal efetivo (a) estável já tendo concluído estágio probatório.

Nome: _____

Cargo: _____

Data da Posse: _____

Sendo a mais pura expressão da verdade, sob as penas da lei.

Assinatura do Servidor

FICHA DE INSCRIÇÃO

TÍTULO OU HABILITAÇÃO APRESENTADA:

Nome do Curso	Nível

Nestes termos,
Pede deferimento.

Ascurra, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Servidor: _____

Responsável pela inscrição: _____

EDITAL 0001/2017 - ERRATA

ERRATA Nº 01

EDITAL Nº 001/2017 DE PROMOÇÃO VERTICAL POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, EXCETO PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, Art. 21, § 3º (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento dos Servidores Públicos do Município de Ascurra) torna público a Errata 01 ao Edital.

CONSIDERANDO, o prazo exíguo de inscrição para a apresentação dos títulos por nova titulação ou habilitação dos servidores municipais, exceto profissionais do magistério;

CONSIDERANDO, que é dever da Administração Municipal rever seus atos, quando eivados de ilegitimidade;

RESOLVE:
ONDE SE LÊ:

1.1 – Período, Horário e local de Inscrição.

As inscrições estarão abertas aos servidores públicos municipais estáveis que integram o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Ascurra, do dia 27/07/2017 a 11/08/2017, na sala de Recursos Humanos do Município.

LEIA-SE:

1.1 – Período, Horário e local de Inscrição.

As inscrições estarão abertas aos servidores públicos municipais estáveis que integram o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Ascurra, do dia 27/07/2017 a 30/08/2017, na sala de Recursos Humanos do Município.

ONDE SE LÊ:

4. Disposições Gerais

[...]

4.2 – O novo enquadramento alcançado pelo servidor, através da presente promoção, será efetuado no corrente mês;

4.3 – A divulgação dos resultados da presente promoção será publicada no dia 16/08/2017, no mural da Prefeitura Municipal;

[...]

4.5 – A divulgação final será no dia 22/08/2017, no mural da Prefeitura Municipal;

LEIA-SE:

4. Disposições Gerais

[...]

4.2 – O novo enquadramento alcançado pelo servidor, através da presente promoção, será efetuado no corrente mês, se recebido até o dia 25/08/2017, ou no mês subsequente, se recebido após esta data, com efeitos retroativos ao mês de Agosto/2017 e pagos no mês de Setembro/2017.

4.3 – A divulgação do resultado parcial da presente promoção será publicada no dia 05/09/2017, no mural da Prefeitura Municipal;

[...]

4.5 – A divulgação final será no dia 11/09/2017, no mural da Prefeitura Municipal;

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 10 de Agosto de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1506/2017

LEI N.º 1506/2017

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 3.276.000,00 (Três milhões duzentos e setenta e seis mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 75.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

04.122.0010.2.004 – Manutenção dos Serviços de Assistência Técnica Municipal

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Instit. Priv. sem Fins Lucr R\$ 20.000,00

04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 85.000,00

28.123.0016.2.007 – Cont. p/ Formação Pat. Serv. Público - PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

28.123.0016.2.008 – Pagamento de Inativos e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

20.606.0037.2.014 – Incentivo a Produção Agrícola e Pecuária

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas
..... R\$ 400.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 400.000,00

12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 65.000,00

12.365.0049.2.020 – Manutenção da Merenda Escolar – Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

12.362.0049.2.021 – Assistência aos Educandos – Apoio ao Ensino Médio

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

12.364.0049.2.022 – Assistência aos Educandos – Apoio ao Ensino Universitário

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 130.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 206.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 130.000,00

08.244.0076.2.042 – Manutenção dos Serviços de Proteção e Atend. Integral a Família - PAIF

3.1.90.00.00.00.00.00.0029 – Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0029 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 400.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas
..... R\$ 140.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 400.000,00

10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Intermunicipal de

Saúde - AMAVI

3.3.93.00.00.00.00.00.0101 – Aplicação Direta Dec. de Oper. entre Órgãos... R\$ 50.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 – Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais); provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0112 – Transferências de Convênios - Outros no valor de R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais); provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0080 – Recursos Ordinários no valor de R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais); e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE**02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE**

04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

28.123.0016.2.006 – Amortização da Dívida Pública

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.123.0019.2.009 – Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO**04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO**

20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

23.691.0028.2.011 – Promoção de Comércio e Serviços

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Luc R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

20.606.0031.2.012 – Mecanização Agrícola

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

06.182.0039.2.046 – Manutenção da Defesa Civil

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Luc R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

27.812.0058.1.004 – Construção e Reformas de Dependências Esportivas

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

12.361.0040.1.013 – Ampliação da Rede Física – Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.361.0046.2.017 – Manutenção da Capacitação Educacional

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.361.0049.2.019 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.367.0049.2.023 – Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Luc R\$ 25.000,00

12.366.0052.2.024 – Educação de Jovens e Adultos

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Luc R\$ 2.000,00

27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS**06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS**

15.451.0064.1.007 – Implantação Urbanística

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

..... R\$ 30.000,00

16.482.0064.1.008 – Construção de Unidades Habitacionais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

26.782.0061.1.009 – Construção e Reparos de Pontes e Pontilhões

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 12.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 12.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

15.452.0064.2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 –Transferências a Inst. Privadas sem
Fins Luc R\$ 10.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0076.2.030 – Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 11.000,00

08.244.0073.2.032 – Assistência a Família

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 –Transferências a Consórcios Públicos
..... R\$ 6.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

23.695.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

18.541.0085.2.035 – Preservação e Conservação Ambiental

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 16.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas
..... R\$ 130.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0082 –Transferências a Inst. Privadas sem
Fins Luc R\$ 15.000,00

10.304.0097.2.040 – Manutenção da Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

10.305.0100.2.041 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas

11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0064.1.015 – Construção e Ampliação de Redes de Esgoto e Saneamento

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.500,00

17.512.0064.2.049 – Manutenção do Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 17.500,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos

do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 10 de agosto de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 07/2017 - FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2017- FMED

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 - FMED

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017-FMED

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de carne bovina para atender os alunos das Unidades de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras no ano letivo de 2017, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

ROSAR ALIMENTOS LTDA - EPP Total do Fornecedor: R\$166.450,00

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, vigorando até 30 de julho de 2018.vigorando até 31 de maio de 2018.

Balneário Piçarras(SC), 1º de agosto de 2017.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 051/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 051/PMBR/2017

Período de Credenciamento: 11/08/2017 à 11/08/2018.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: O município de Balneário Rincão, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para Credenciamento de empresas do ramo pertinente, para execução de serviços de pavimentação com lajotas diretamente à comunidade, de acordo com o Programa de Pavimentação Comunitária, o disposto da Lei Nº. 231/2015, do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 10 de Agosto de 2017.

Rafael Motta Custódio

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 24/08/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços de Materiais Esportivos e Premiações para aquisições futuras, no atendimento as diversas competições promovidas pela Secretaria de Turismo, Esportes e Cultura do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 10 de Agosto de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 052/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 052/PMBR/2017.

Data e horário final de inscrição: 28/08/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: O município de Balneário, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a Subcomissão Técnica a ser constituída para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação, que será instaurada pela Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, objetivando a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 10 de Agosto de 2017.

Rafael Motta Custódio

Presidente da Comissão de Licitação

Bandeirante

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 12 2017

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 12/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO torna Público o Presente Edital de Chamada Pública visando a contratação de Segundo Professor (Intérprete de Libras) 20 horas, na Escola Municipal Bandeirante. A presente chamada acontecerá no dia 14 de Agosto de 2017, às 08:00h junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, sito na Avenida Santo Antônio, 1069, Centro, no Município de Bandeirante. Para a chamada será necessário os seguintes requisitos:

- 1º Habilitação na área;
- 2º Cursando habilitação na área;
- 3º Tempo de serviço no magistério;
- 4º Cursos na área.

Bandeirante-SC, 11 de Agosto 2017.

MARLEI OLIBONI LAMB

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2017 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BANDEIRANTE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2017

Processo de origem: Pregão presencial nº 06/2017

Órgão registrador: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BANDEIRANTE

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO PARA O SETOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE.

Detentoras da Ata:

ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME, vencedora do item 3, no valor total de R\$ 680 (seiscentos e oitenta reais);

JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME, vencedora dos itens 4, 5, 6 e 10, no valor total de R\$ 1.764,00 (mil setecentos e sessenta e quatro reais);

MB CATARINENSE LTDA ME, vencedora do item 2, no valor total de R\$ 2.085,00 (dois mil e oitenta e cinco reais);

POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA ME, vencedora dos itens 1 e 12, no valor total de R\$ 5.118,00 (cinco mil cento e dezoito reais);

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP, vencedora dos itens 7, 8, 9 e 11, no valor total de R\$ 2.173,00 (dois mil cento e setenta e três reais).

Valor total: R\$ 11.820,00 (onze mil oitocentos e vinte reais)

Assinatura da ata de registro de preços: 10 de agosto de 2017.

Validade da ata de registro de preços: 10 de agosto de 2018.

O inteiro teor da ata pode ser solicitado pelo telefone (49) 3626 0012 ou pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.

Bandeirante, SC, em 10 de agosto de 2017

Janete Fátima Santin Degasperi – Gestora do F.M.A.S.

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 954/2017

DECRETO Nº 954/2017

CRIA COMISSÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.

Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, promulgada em 11 de dezembro de 1997,

DECRETA:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: JEZICA GUARAGNI, JESSICA BERGMANN E DELCIRA GUBERT, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao Processo Seletivo nº003/2017, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Processo Seletivo Nº. 003/2017.

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Fica vedada a inscrição de parentes no referido processo seletivo, das pessoas acima nomeadas para a comissão do processo seletivo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, 19 de janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO Nº13/2017 FMAS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2017

DITAL DE PREGÃO Nº 013/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Contratação de peça teatral com o tema, Relações familiares e problematização do alcoolismo na família, a ser realizada no dia 23/09/2017 às 13h00min horas, com público alvo, família atendidas pelo CRAS, carga horária de no mínimo 2 horas. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 09:30 horas do dia 23 de agosto de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 10 de agosto de 2017.

NEURA MARIA SCHONARDIE DERES

Gestora do FMAS

EDITAL PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº10/2017 FMDR

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTORURAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017

EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2017

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Aquisição de implementos agrícolas destinado aos trabalhos da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme anexo. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 23 de agosto de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 10 de agosto de 2017.

SADI PANDOLFO

Gestor FMDR

PORTARIA Nº260 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº260 de 10 de agosto de 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DE SENVOLVIMETO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- CONSELHO DO FUNDEB.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso VI do artigo 73 da lei Orgânica do Município, de 11 de dezembro de 1997 e em especial as Leis Municipais nº 457/2007 de13 de abril de 2007 e 608/2011 de 29 de agosto de 2011;

Resolve:

Art.1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CONSELHO DO FUNDEB, com a seguinte composição:

I –Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Agnaldo Deres;

Titular: Loivana Caneppele;

Suplente: Rodrigo Faliguski Stringhini;

Suplente: Jaciara Viviane Sehnem Sturmer.

II –Representantes do Magistério Municipal:

Titular: Vera Lúcia Parmigiani;

Suplente:Tânia de Fátima Barbosa Sturmer.

III – Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Marcia Fiametti;

Suplente:Mélia Tereza Martinelli.

IV- Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas:

Titular: Jessica Bergmann;

Suplente:Joana Rocha Schreiner

V – Representantes dos Pais de alunos da Educação Básica Pública

Titular:Delcira Gubert

Suplente:Adelar de Souza

VI – Representantes dos estudantes da educação Básica Pública

Titular: Alice Bernardete Dill Bresolin
Suplente: Marenice Catto Kozerski
VII- Representantes do Conselho Tutelar:
Titular:; Catiane Cristina Rech
Suplente: Ana Lucia Dresch Zardo
VIII- Representantes do Conselho Municipal de educação:
Titular: Marli Teresinha Cáus de Luca;
Suplente: Rejane Sotili.

Art.2º O exercício do mandato de conselheiro será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período, constituindo-se o exercício do mandato em serviço público relevante.

Art.3º. Fica revogada a Portaria nº243/2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de agosto de 2017.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 261, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.
"CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 261, de 10 de agosto de 2017.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,5 (duas e meia) diárias ao servidor Davi Zaccaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº055/2017 e Roteiro de Viagem nº026/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº54/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de agosto de 2017.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº. 08/2017 – CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

Resolução nº. 08/2017 – CMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Barra Bonita - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária, realizada dia 09 de agosto de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 017/97, de 17 de fevereiro de 1997, alterada p/ Lei nº 279/01 e Lei 304/02, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Barra Bonita – CMAS, de conformidade ao Decreto nº. 906 de 18/01/2017 e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ vinte e quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos (24.324,32), referente ao ano de 2017, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita (SC), 09 de agosto de 2017.

NATALINA OLDONI FAVRETTO

Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social

Barra Velha

PREFEITURA

L E I Nº 1606, DE 21 DE JULHO DE 2017

LEI Nº 1606, DE 21 DE JULHO DE 2017

"Denomina de RUA CARLOS ROBERTO PHILIPPI a Rua 4000 (código 597), localizada no Bairro Jardim Icaraí, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que o Plenário aprovou, e o Senhor Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA CARLOS ROBERTO PHILIPPI, a Rua 4000 (código 597), localizada no Bairro Jardim Icaraí, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 21 de julho de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

L E I Nº 1608, DE 21 DE JULHO DE 2017

LEI Nº 1608, DE 21 DE JULHO DE 2017

"Dispõe sobre a concessão de auxílio-saúde aos servidores públicos municipais ativos e inativos e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso I, da Lei Orgânica do Município; FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio para a assistência à saúde dos servidores ativos e inativos do Município de Barra Velha será prestado na forma de auxílio financeiro mensal, denominado auxílio-saúde, para fins de ressarcimento das despesas mensais com plano de saúde de livre escolha e responsabilidade do beneficiário.

Parágrafo único. O recebimento do auxílio-saúde previsto nesta Lei é condicionado ao não recebimento de auxílio financeiro semelhante nem possuir o beneficiário outro programa de assistência à saúde, custeado integral ou parcialmente pelos cofres públicos.

Art. 2º. São considerados beneficiários do auxílio-saúde, os servidores efetivos ativos, inativos, e os ocupantes exclusivamente de cargo em comissão da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 3º. A concessão do auxílio-saúde corresponderá a valor único mensal efetivamente despendido pelo servidor ativo, pelos comissionados e pelos inativos, com o plano de saúde na condição de titular, até o limite máximo individual fixado no Anexo I desta Lei, segmentado por faixas etárias.

Parágrafo primeiro. O valor referente ao ressarcimento do custeio com plano de assistência à saúde tem caráter indenizatório e deverá ser lançado na folha de pagamento do beneficiário como rendimento isento e não tributável para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com base no art. 39, inciso XLV, do Decreto (federal) nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda), não incidindo sobre ele desconto algum.

Art. 4º. Não são reembolsáveis pelo Município, quaisquer outras despesas médicas, hospitalares, odontológicas, com medicamentos, co-participação ou outras pertinentes à assistência à saúde, sendo o auxílio financeiro destinado exclusivamente ao custeio das despesas individuais do beneficiário com o respectivo plano de saúde.

Art. 5º. A concessão do auxílio-saúde, condicionada ao requerimento do Servidor ativo, comissionados e dos inativos através de formulário específico (Anexo II) e à apresentação dos comprovantes definidos em ato próprio, ocorrerá a partir do mês do requerimento.

Art. 6º. Aos beneficiários do auxílio-saúde não vinculados a Associação de Servidores Públicos do Município de Barra Velha - ASBAVE, Constituem obrigações do beneficiário:

I - o efetivo pagamento das mensalidades ou contribuições junto à operadora ou gestora do seu plano de saúde;

II - encaminhar a Diretoria de Recursos Humanos dos Poderes Executivo e Legislativo a comprovação mensal perante a Prefeitura e/ou Câmara de Vereadores de Barra Velha, do pagamento das mensalidades do plano de saúde;

III - a comunicação imediata a Prefeitura e/ou Câmara de Vereadores de Barra Velha, da rescisão do contrato de plano de saúde, da adesão a outro plano de saúde, do cancelamento da adesão a plano de saúde ou outra alteração que afete a concessão do auxílio-saúde.

Art. 7º Aos beneficiários do auxílio-saúde vinculado a Associação dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha – ASBAVE, constitui obrigações da ASBAVE:

I - encaminhar a Diretoria de Recursos Humanos dos Poderes Executivo e Legislativo, relatório de controle dos valores pagos pelos

servidores ao Plano de Saúde, acompanhado das notas fiscais e comprovantes de pagamentos;

II - a comunicação imediata a Prefeitura e/ou Câmara de Vereadores de Barra Velha, da rescisão do contrato de plano de saúde, da adesão a outro plano de saúde, do cancelamento da adesão a plano de saúde ou outra alteração que afete a concessão do auxílio-saúde.

§ 1º - Fica autorizado a Prefeitura e a Câmara de Vereadores de Barra Velha a descontar na folha de pagamento dos servidores os valores correspondentes as despesas contratadas junto as operadoras de plano de saúde vinculadas a Associação dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha.

§ 2º. A Prefeitura e a Câmara de Vereadores deverão efetuar o repasse a Associação dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha – ASBAVE até o dia 10 de cada mês, o valor retido do servidor referente às despesas contratadas com o plano de saúde.

Art. 8º. A Prefeitura Municipal de Barra Velha fará transferência do valor referente aos auxílios dos Servidores Inativos que aderirem ao Auxílio-saúde ao IPREVE.

Art. 9º. A não comprovação dos pagamentos do plano de saúde no prazo e forma a serem definidos em ato regulamentar é motivo para a imediata suspensão do benefício concedido, se for o caso, a devolução dos valores recebidos indevidamente através de desconto em folha de pagamento, além do cancelamento da concessão do auxílio-saúde.

Art. 10. O auxílio-saúde será suspenso ou cancelado, conforme o exame do caso concreto, a pedido do próprio servidor ou por iniciativa da Associação dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha – ASBAVE, nas seguintes hipóteses:

I– exoneração ou demissão;

II– falecimento;

III– licença ou afastamento sem remuneração;

IV– decisão judicial;

V– recebimento de vantagem semelhante, cuja informação foi omitida pelo beneficiário;

VI- prestação de informações inverídicas pelo beneficiário;

VII- rescisão de convênio ou instrumento similar firmado pela Prefeitura Municipal de Barra Velha, que dá amparo para cessão de servidor para outro órgão público ou entidade;

VIII– cessão a outro órgão ou entidade, exceto se a cessão atender a interesse recíproco, expresso por meio de convênio ou instrumento similar celebrado pela Câmara de Vereadores;

IX–outras situações previstas em lei ou nesta Resolução.

§ 1º No caso dos incisos V e VI, o servidor, além do ressarcimento de valores recebidos indevidamente, poderá sofrer as sanções previstas na legislação vigente.

§ 2º Verificado a qualquer tempo o pagamento indevido do auxílio-saúde, o servidor deverá restituir os valores recebidos.

Art. 11. O servidor que acumule cargos na forma da Constituição Federal fará jus à percepção de auxílio-saúde exclusivamente com relação a um dos vínculos, conforme expressa opção.

Art. 12. Os valores limite do auxílio-saúde constantes do Anexo I desta Lei poderão ser alterados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, observado o interstício mínimo de um ano a partir da data inicial fixada nesta Lei para outorga do subsídio, desde que verificada a defasagem dos valores estabelecidos, de acordo com as disponibilidades orçamentária e financeira.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo de Barra Velha fica autorizado a editar os atos necessários para a operacionalização do estabelecido nesta Lei.

Art. 14. Fica limitado o valor máximo de R\$ 15.000,00 (quinze mil) reais no poder Executivo, o valor correspondente ao auxílio-saúde.

§ 1º Para a adequação do limite Máximo constante no caput os valores correspondentes no Anexo I desta lei poderá ser pago de forma proporcional aos usuários dos planos de saúde.

§ 2º O valor limite previsto no caput deste artigo, poderá ser alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme disponibilidade financeira do Município.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas da Prefeitura e Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos por atos do Chefe do Poder Executivo.

Art. 17. A concessão do auxílio-saúde aos atuais servidores ativos, comissionados e inativos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Barra Velha, que preencham as condições estabelecidas por esta Lei, será efetivada a contar do primeiro dia útil do mês subsequente através de requerimento do próprio servidor.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos desde 1º de julho de 2017.

Barra Velha, 21 de julho de 2017.

Valter Marino Zimmermann

Prefeito

ANEXO I

TABELA DE VALORES LIMITE PARA CONCESSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA (AUXÍLIO-SAÚDE)

FAIXA ETÁRIA	VALOR MÁXIMO MENSAL PER CAPITA
Até 23 anos	73,58
24 à 28 anos	95,55
29 à 33 anos	116,68
34 à 38 anos	128,35
39 à 43 anos	134,77
44 à 48 anos	151,78
49 à 53 anos	163,92
54 à 58 anos	195,00
Mais de 59 anos	245,00

ANEXO II

REQUERIMENTO DO RESSARCIMENTO DO AUXÍLIO – SAÚDE

NOME:	
MATRÍCULA:	DATA DE NASCIMENTO:
SERVIDOR: () ATIVO () INATIVO	
LOTAÇÃO:	CARGO:
ENDEREÇO:	Nº:
BAIRRO:	CIDADE:
TELEFONE RES.:	CELULAR:
EMAIL:	
FILIAO A PLANO DE SAÚDE ASBAVE: () SIM () NÃO	

PLANO DE SAÚDE:	Nº DO CONTRATO:
OBS: A PERCEPÇÃO DO PER CAPITA ESTÁ CONDICIONADA AO PREENCHIMENTO DO PRESENTE FORMULÁRIO EM TODOS OS SEUS CAMPOS E À INCLUSÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	
Deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:	
• Declaração da sua operadora de plano de saúde, constando o nome do titular (obrigatoriamente o servidor); beneficiário não vinculado a ASBAVE.	
• Comprovante de pagamento da mensalidade, beneficiário não vinculado a ASBAVE, entregar mensalmente até o dia 10 de cada mês.	

Confirmo que as informações acima prestadas são verdadeiras, sob as penas da Lei e que autorizo a reposição ao erário dos valores recebidos indevidamente. Data: _____ Assinatura: _____ .

Parecer do Controle Interno:

() Deferido;	Motivo do Indeferimento:
() Indeferido;	_____ .

LEI Nº 1607 - DE 21 DE JULHO DE 2017

LEI Nº 1607 - DE 21 DE JULHO DE 2017

Reconhece dívida indenizatória de exercício anterior e autoriza seu pagamento à servidora que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em atendimento ao Projeto de Lei do Poder Legislativo Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida dívida de exercício anterior, concernente ao período compreendido entre janeiro de dois mil e doze e dezembro de dois mil e quinze, referente a adicional de insalubridade no percentual de 40% (quarenta por cento) conforme processo administrativo nº 001/2017.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento à servidora ELIANE MARIA MELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora na Câmara de Vereadores de Barra Velha a quantia de R\$. 17.499,87 (dezesete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos).

Art. 3º O índice utilizado para a atualização do valor foi o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado da data inicial do período devido à servidora até a data da propositura desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Barra Velha
Unidade Gestora: 01 - Câmara Municipal de Barra Velha
Função: 01 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Manutenção do Processo Legislativo
Ação: 2001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha
Dotação: 3.3.90.00.00 - Aplicações diretas
Elemento: 3.3.90.92.00 – Despesas de exercícios anteriores

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER MARINI ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 214 - DE 21 DE JULHO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 214 - DE 21 DE JULHO DE 2017
ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 120, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta a alínea “e” no inciso “IV” do artigo 54 da Lei Complementar 120 de 11 de novembro de 2011, com a seguinte redação:

“Art. 54...
IV...

e- Auxílio-saúde. Entende-se por auxílio-saúde o auxílio oneroso aos cofres municipais concedidos aos servidores ativos e inativos do município de Barra Velha, ainda que em estágio probatório, regulamentado por Lei específica.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 215, 1º DE AGOSTO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 215, 1º DE AGOSTO DE 2017
Regulamenta a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, disciplina os parâmetros a serem considerados na apuração do tributo, bem como os critérios de rateio, a forma de atualização, prazos e condições de pagamentos e dá outras providências.

OPREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica regulamentada a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, prevista no Art. 149-A, da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 177, da Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013.

§ 1º Considera-se serviço de iluminação pública para os fins deste artigo aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos, quaisquer outros bens públicos de uso comum, assim como as atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação, inclusive a realização de eventos públicos.

§ 2º O produto da arrecadação é vinculado exclusivamente ao custeio do serviço de iluminação pública.

Art. 2º Contribuinte da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública é o usuário de energia elétrica, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel localizado no território do Município.

Parágrafo Único – O usuário de energia elétrica, os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis localizados nas áreas atendidas pelo serviço de iluminação pública, respondem solidariamente pelo pagamento da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art. 3º A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública tem como fato gerador a prestação dos serviços de iluminação pública, pelo município, efetivamente prestados ou colocados à disposição dos contribuintes nas vias, logradouros públicos e bens de uso comum do povo.

Art. 4º A Base de Cálculo da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública é o custo mensal com os serviços de iluminação pública rateado entre os contribuintes:

I - Nos casos de imóveis edificados com ligação à rede de energia elétrica, de acordo com o respectivo consumo individual, a cujo montante da respectiva conta aplicar-se-á a alíquota constante da Tabela I, anexa a esta Lei, observadas as categorias de contribuintes e os correspondentes níveis de consumo.

II - Nos casos dos imóveis sem ligação à rede de energia elétrica, aplicar-se-á os valores constantes na Tabela II, em razão do metro linear

de testada do imóvel.

§ 1º O valor da contribuição será:

I - apurado e cobrado, em 12 (doze) parcelas mensais, por meio de nota fiscal fatura emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica;

II - apurado pela autoridade administrativa e cobrado juntamente com o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, ou na forma e prazo fixados em regulamento.

§ 2º Integram o custo formador da base de cálculo da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública:

I - Despesas com a energia elétrica consumida pelos serviços de iluminação das vias, logradouros e demais bens de uso comum do povo.

II - Despesas com administração, operação, manutenção e melhoramentos do sistema de iluminação pública.

III - Investimentos e despesas com a ampliação do sistema de iluminação pública.

IV - Despesas com instalações provisórias para realização de serviços ou eventos públicos.

V - Investimentos e despesas com instalação de rede elétrica para zonas ou imóveis de interesse social.

Art. 5º A apuração e o lançamento da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, por bem imóvel, será efetuada considerando-se:

I - Na hipótese do inciso I do Art. 4º, o valor devido apurado pela concessionária do serviço de iluminação pública do Município;

II - Na hipótese do inciso II do Art. 4º, o valor devido lançado pela Administração Pública no documento de arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano, conforme a Tabela II em anexo.

Art. 6º O pagamento da contribuição poderá ser efetuado:

I - através da fatura de iluminação pública;

II - através do documento de arrecadação do IPTU.

Art. 7º O vencimento da contribuição ocorrerá:

I - quando sujeita ao pagamento através da fatura de energia elétrica, nos mesmos prazos e vencimentos da respectiva conta de energia elétrica;

II - quando sujeita ao pagamento através do documento de arrecadação do IPTU, nas mesmas datas e prazos fixados para o pagamento do imposto.

Parágrafo Único - A contribuição aproveita as vantagens fiscais e submete-se às penalidades aplicáveis ao IPTU ou à tarifa de energia elétrica, conforme o caso, de acordo com a modalidade de pagamento a que estiver sujeita.

Art. 8º Quando a contribuição sujeita ao pagamento através da fatura de energia elétrica não for efetuado no vencimento fixado, o lançamento do tributo será realizado de ofício pela Secretaria de Finanças desta Prefeitura, segundo as normas estabelecidas para o lançamento tributário.

Parágrafo Único - Na hipótese do lançamento a que se refere o caput, o vencimento da contribuição ocorrerá 30 dias após a notificação do contribuinte.

Art. 9º O lançamento de ofício será efetuado com base nos dados constantes do Cadastro de Contribuintes da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, a ser constituído e mantido pela Prefeitura para essa finalidade.

Art. 10 Ficam obrigados a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes da COSIP:

I - os usuários de energia elétrica, atendidos pela concessionária responsável pelo fornecimento do serviço;

II - os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis localizados nas áreas atendidas pelo serviço de iluminação pública no Município.

Parágrafo Único - No processo administrativo fiscal, compreendendo os procedimentos destinados à determinação e exigência da contribuição, bem como a imposição de penalidades, observar-se-á a legislação prevista para os demais tributos municipais.

Art.11 Os contribuintes cadastrados como Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Barra Velha ficam isentos do pagamento da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

Art. 12 O valor da contribuição de que trata esta Lei Complementar será reajustado, anualmente no mês de janeiro do ano a que se referir, por Decreto do Poder Executivo, de acordo com a evolução do custo do serviço de iluminação pública ou pela variação nominal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 1º de agosto de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

Tabela I

I - Consumidores residenciais (exceto veranista)

(CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA)

Consumo em kWh	Tarifa
b4A	
atual	
até 30	2,25%
31	até 50 2,74%
51	até 100 4,75%
101	até 200 7,60%
201	até 300 11,40%
301	até 400 12,20%
401	até 500 13,05%
501	até 600 14,60%
601	até 700 16,06%
701	até 800 17,67%
801	até 900 19,44%
901	até 1000 21,38%
1001	de 1100 23,52%
1101	até 1200 25,87%
1201	até 1300 28,46%
1301	até 1400 31,31%
1401	até 1500 34,44%
1501	até 1600 37,88%
1601	até ∞ 41,67%

II - Consumidores comerciais, industriais e empresariais

Consumo em kWh	Tarifa
b4A	
atual	
até 30	4,22%
31	até 50 6,19%

51 até 100 12,95%
----- ----- ----- -----
101 até 200 15,48%
----- ----- ----- -----
201 até 300 18,30%
----- ----- ----- -----
301 até 400 20,03%
----- ----- ----- -----
401 até 500 21,93%
----- ----- ----- -----
501 até 600 22,69%
----- ----- ----- -----
601 até 700 23,48%
----- ----- ----- -----
701 até 800 24,30%
----- ----- ----- -----
801 até 900 25,15%
----- ----- ----- -----
901 até 1000 26,03%
----- ----- ----- -----
1001 de 1100 27,33%
----- ----- ----- -----
1101 até 1200 29,49%
----- ----- ----- -----
1201 até 1300 32,44%
----- ----- ----- -----
1301 até 1400 35,68%
----- ----- ----- -----
1401 até 1500 39,24%
----- ----- ----- -----
1501 até 1600 43,17%
----- ----- ----- -----
1601 até ∞ 47,48%
----- ----- ----- -----

III - Consumidor Poder Público (exceto municipal)

Consumo em kWh Tarifa
b4A
atual
===== =====
até 30 64,00%
----- ----- ----- -----
31 até 50 64,00%
----- ----- ----- -----
51 até 100 64,00%
----- ----- ----- -----
101 até 200 64,00%
----- ----- ----- -----
201 até 300 64,00%
----- ----- ----- -----
301 até 400 64,00%
----- ----- ----- -----
401 até 500 64,00%
----- ----- ----- -----
501 até 600 64,00%
----- ----- ----- -----
601 até 700 64,00%
----- ----- ----- -----
701 até 800 64,00%
----- ----- ----- -----
801 até 900 64,00%
----- ----- ----- -----
901 até 1000 64,00%
----- ----- ----- -----
1001 de 1100 64,00%
----- ----- ----- -----
1101 até 1200 64,00%
----- ----- ----- -----

1201 até 1300 64,00%
----- ----- ----- -----
1301 até 1400 64,00%
----- ----- ----- -----
1401 até 1500 64,00%
----- ----- ----- -----
1501 até 1600 64,00%
----- ----- ----- -----
1601 até ∞ 64,00%
----- ----- ----- -----
_____ _____ _____ _____

IV - Consumidor residencial veranista

Consumo em kWh Tarifa
b4A
atual
===== =====
até 30 11,40%
----- ----- ----- -----
31 até 50 12,20%
----- ----- ----- -----
51 até 100 13,05%
----- ----- ----- -----
101 até 200 13,97%
----- ----- ----- -----
201 até 300 14,95%
----- ----- ----- -----
301 até 400 15,99%
----- ----- ----- -----
401 até 500 17,12%
----- ----- ----- -----
501 até 600 18,31%
----- ----- ----- -----
601 até 700 19,59%
----- ----- ----- -----
701 até 800 20,96%
----- ----- ----- -----
801 até 900 22,43%
----- ----- ----- -----
901 até 1000 24,00%
----- ----- ----- -----
1001 de 1100 25,68%
----- ----- ----- -----
1101 até 1200 27,48%
----- ----- ----- -----
1201 até 1300 29,40%
----- ----- ----- -----
1301 até 1400 31,46%
----- ----- ----- -----
1401 até 1500 33,66%
----- ----- ----- -----
1501 até 1600 36,02%
----- ----- ----- -----
1601 até ∞ 38,54%
----- ----- ----- -----
_____ _____ _____ _____

V - Consumidor primário

Consumo em kWh Tarifa
b4A
atual
===== =====
até 2.000 114,00%
----- ----- ----- -----
2.001 até 5.000 171,00%
----- ----- ----- -----
5.001 até 10.000 228,00%
----- ----- ----- -----
10.001 até 20.000 250,76%

----- ----- ----- -----
20.001 até 30.000 275,83%
----- ----- ----- -----
30.001 até 40.000 303,42%
----- ----- ----- -----
40.001 até 50.000 333,76%
----- ----- ----- -----
Acima de 50.001 367,13%
_____ _____ _____ _____

Tabela II

Imóveis Sem Ligação à Rede de Energia Elétrica

FAIXA DE TESTADA - EM METRO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO ANUAL -
LINEAR EM REAIS
===== =====
Até 10 Isento
----- -----
Acima de 10 até 12 29,19
----- -----
Acima de 12 até 20 43,79
----- -----
Acima de 20 até 50 58,38
----- -----
Acima de 50 até 100 87,58
----- -----
Acima de 100 até 200 116,77
----- -----
Acima de 200 175,16
_____ _____

LEI COMPLEMENTAR Nº 216, 1º DE AGOSTO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 216, 1º DE AGOSTO DE 2017

"Altera disposições da Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013, que "Institui O Código Tributário Municipal e dispõe sobre normas gerais de direito tributário aplicáveis ao município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 251, da Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 251 A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública é destinada ao custeio dos serviços de iluminação pública no Município."

Art. 2º O § 2º, do art. 251, da Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º São contribuintes da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública os usuários de energia elétrica, os proprietários, os titulares do domínio útil ou os possuidores a qualquer título de bem imóvel localizado no território do Município."

Art. 3º Fica incluído o§ 3º, no art. 251, da Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013, com a seguinte redação:

"§3º A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública tem como fato gerador a prestação dos serviços de iluminação pública, pelo município, efetivamente prestados ou colocados à disposição dos contribuintes nas vias, logradouros públicos e bens de uso comum do povo."

Art. 4º O caput do art. 252, da Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 252 A contribuição de que trata o artigo anterior corresponderá ao custo mensal do serviço de iluminação pública rateado entre os contribuintes."

Art. 5º Fica incluído no art. 253, da Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013, o § único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A empresa concessionária, deverá contabilizar mensalmente, o produto da arrecadação da Contribuição, em conta própria, individualmente identificada, e fornecerá à Prefeitura Municipal, até o dia 15 do mês subsequente àquele em que se operou o recolhimento, o demonstrativo de arrecadação."

Art. 6º Fica revogado o artigo 286, da Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013 e os artigos 348, 349, 351, 352, 353 e 354, da Lei Complementar nº11, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 1º de agosto de 2.017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1605, DE 21 DE JULHO DE 2017

LEI Nº. 1605, DE 21 DE JULHO DE 2017

"DESAPROPRIA ÁREA DE TERRAS DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, NO BAIRRO CENTRO "

VALTER MARINO ZIMMERMANN, Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a desapropriar uma área de terra com área de 334,36m², declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1154, de 29 de maio de 2017, de forma amigável ou judicial, situada no Bairro Centro, Município de Barra Velha, pertencente a Pedro Jeremias Borba e Irecy Pinheiro Borba, devidamente cadastrada na Prefeitura de Barra Velha, sob parte da inscrição imobiliária nº 01.03.057.4118.001 e registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, sob parte da matrícula nº 30.415.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar aos proprietários, a título de indenização, por esta área desapropriada o valor de até R\$ 14.481,13 (quatorze mil, quatrocentos e oitenta e um reais e treze centavos).

§ 2º A área mencionada no caput deste artigo destina-se a extensão da rua Irma Genoveva Kresting, conforme Memorial Descritivo, Levantamento Planimétrico, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA e Comprovante de Pagamento de ART, partes integrantes desta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a desapropriar uma área de terra com área de 426,89m², declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1154, de 29 de maio de 2017, de forma amigável ou judicial, situada no Bairro Centro, Município de Barra Velha, pertencente a Pedro Jeremias Borba e Irecy Pinheiro Borba, devidamente cadastrada na Prefeitura de Barra Velha, sob parte da inscrição imobiliária nº 01.03.057.4118.001 e registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, sob parte da matrícula nº 30.415.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar ao proprietário, a título de indenização, por esta área desapropriada o valor de até R\$ 18.488,60 (dezoito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).

§ 2º A área mencionada no caput deste artigo destina-se a extensão da rua Alfredo Maria, conforme Memorial Descritivo, Levantamento Planimétrico, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA e Comprovante de Pagamento de ART, partes integrantes desta Lei.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a desapropriar uma área de terra com área de 561,35m², declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1154, de 29 de maio de 2017, de forma amigável ou judicial, situada no Bairro Centro, Município de Barra Velha, pertencente a Pedro Jeremias Borba e Irecy Pinheiro Borba, devidamente cadastrada na Prefeitura de Barra Velha, sob parte da inscrição imobiliária nº 01.03.057.4118.001 e registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, sob parte da matrícula nº 30.415.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar ao proprietário, a título de indenização, por esta área desapropriada o valor de até R\$ 24.312,06 (vinte e quatro mil, trezentos e doze reais e seis centavos).

§ 2º A área mencionada no caput deste artigo destina-se a extensão da Rua Maria Mariana Ribeiro, conforme Memorial Descritivo, Levantamento Planimétrico, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA e Comprovante de Pagamento de ART, partes integrantes desta Lei.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a desapropriar uma área de terra com área de 555,67m², declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1154, de 29 de maio de 2017, de forma amigável ou judicial, situada no Bairro Centro, Município de Barra Velha, pertencente a Pedro Jeremias Borba e Irecy Pinheiro Borba, devidamente cadastrada na Prefeitura de Barra Velha, sob parte da inscrição imobiliária nº 01.03.057.4118.001 e registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, sob parte da matrícula nº 30.415.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar ao proprietário, a título de indenização, por esta área desapropriada o valor de até R\$ 24.066,06 (vinte e quatro mil, sessenta e seis reais e seis centavos).

§ 2º A área mencionada no caput deste artigo destina-se a extensão da Rua Roberto Harold Hermann, conforme Memorial Descritivo, Levantamento Planimétrico, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA e Comprovante de Pagamento de ART, partes integrantes desta Lei.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a desapropriar uma área de terra com área de 300,69m², declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1154, de 29 de maio de 2017, de forma amigável ou judicial, situada no Bairro Centro, Município de Barra Velha, pertencente a Pedro Jeremias Borba e Irecy Pinheiro Borba, devidamente cadastrada na Prefeitura de Barra Velha, sob parte da inscrição imobiliária nº

01.03.057.4118.001 e registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, sob parte da matrícula nº 30.415.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar ao proprietário, a título de indenização, por esta área desapropriada o valor de até R\$ 13.022,88 (treze mil, vinte e dois reais e oitenta e oito centavos).

§ 2º A área mencionada no caput deste artigo destina-se a extensão da Rua Ildegard Hess, conforme Memorial Descritivo, Levantamento Planimétrico, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA e Comprovante de Pagamento de ART, partes integrantes desta Lei.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a desapropriar uma área de terra com área de 1.104,11m², declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1154, de 29 de maio de 2017, de forma amigável ou judicial, situada no Bairro Centro, Município de Barra Velha, pertencente a Pedro Jeremias Borba e Irecy Pinheiro Borba, devidamente cadastrada na Prefeitura de Barra Velha, sob parte da inscrição imobiliária nº 01.03.057.4118.001 e registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, sob parte da matrícula nº 30.415.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar ao proprietário, a título de indenização, por esta área desapropriada o valor de até R\$ 47.819,00 (quarenta e sete mil, oitocentos e dezenove reais).

§ 2º A área mencionada no caput deste artigo destina-se a extensão da Marino Atanásio Pinheiro, conforme Memorial Descritivo, Levantamento Planimétrico, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA e Comprovante de Pagamento de ART, partes integrantes desta Lei.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a desapropriar uma área de terra com área de 1.171,48m², declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1154, de 29 de maio de 2017, de forma amigável ou judicial, situada no Bairro Centro, Município de Barra Velha, pertencente a Pedro Jeremias Borba e Irecy Pinheiro Borba, devidamente cadastrada na Prefeitura de Barra Velha, sob parte da inscrição imobiliária nº 01.03.057.4118.001 e registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, sob parte da matrícula nº 30.415.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar ao proprietário, a título de indenização, por esta área desapropriada o valor de até R\$ 50.736,79 (cinquenta mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e nove centavos).

§ 2º A área mencionada no caput deste artigo destina-se a extensão da Reinaldo Leopoldo Dallanhol, conforme Memorial Descritivo, Levantamento Planimétrico, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA e Comprovante de Pagamento de ART, partes integrantes desta Lei.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a desapropriar uma área de terra com área de 968,58m², declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1154, de 29 de maio de 2017, de forma amigável ou judicial, situada no Bairro Centro, Município de Barra Velha, pertencente a Pedro Jeremias Borba e Irecy Pinheiro Borba, devidamente cadastrada na Prefeitura de Barra Velha, sob parte da inscrição imobiliária nº 01.03.057.4118.001 e registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, sob parte da matrícula nº 30.415.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar ao proprietário, a título de indenização, por esta área desapropriada o valor de até R\$ 41.949,19 (quarenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos).

§ 2º A área mencionada no caput deste artigo destina-se a extensão da Rua 4400, conforme Memorial Descritivo, Levantamento Planimétrico, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA e Comprovante de Pagamento de ART, partes integrantes desta Lei.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a desapropriar uma área de terra com área de 1.129,04m², declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 1154, de 29 de maio de 2017, de forma amigável ou judicial, situada no Bairro Centro, Município de Barra Velha, pertencente a Pedro Jeremias Borba e Irecy Pinheiro Borba, devidamente cadastrada na Prefeitura de Barra Velha, sob parte da inscrição imobiliária nº 01.03.057.4118.001 e registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, sob parte da matrícula nº 30.415.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a pagar ao proprietário, a título de indenização, por esta área desapropriada o valor de até R\$ 48.898,72 (quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

§ 2º A área mencionada no caput deste artigo destina-se a extensão da Rua Nazareno Teixeira da Costa, conforme Memorial Descritivo, Levantamento Planimétrico, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA e Comprovante de Pagamento de ART, partes integrantes desta Lei.

Art. 10 As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do município do orçamento vigente.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 21 de julho de 2017.
Valter Marino Zimmermann
Prefeito Municipal

LEI Nº 1609, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº 1609, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PERMUTAR ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO COM A EMPRESA AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE BARRAVELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a permutar uma área de terras de 30.444,00 metros quadrados de propriedade da municipalidade representada por 117 lotes, sendo 30 (trinta) lotes da Quadra 137, 36 (trinta e seis) lotes da Quadra 163, 36 (trinta e seis) lotes da Quadra 164 e 15 (quinze) lotes da Quadra 165, do loteamento Jardim Balneário Piçarras II, situada no Bairro Itajuba, nesta Cidade e Comarca, conforme matrículas constantes do Anexo I, parte integrante desta lei.

Art. 2º A área mencionada no artigo anterior será permutada com a Empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.094.629/0001-36, conforme segue:

I – Transferência para o Município de Barra Velha dos direitos de lavra de uma área de 34.33 hectares, com processo junto ao DNPM sob nº 815.067/2003, por um período de até 17(dezessete) anos, cuja exploração está avaliada em R\$. 1.750.000,00 (Hum milhão setecentos e cinquenta mil reais), conforme avaliações fornecidas pelas empresas especializadas em mineração; e

II – Torna de R\$. 1.650.000,00 (Hum milhão seiscentos e cinquenta mil reais), que serão pagos em dez parcelas sucessivamente, conforme segue:

- 1ª Parcela R\$. 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 2ª Parcela R\$. 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 3ª Parcela R\$. 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 4ª Parcela R\$. 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- 5ª Parcela R\$. 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- 6ª Parcela R\$. 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- 7ª Parcela R\$. 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- 8ª Parcela R\$. 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- 9ª Parcela R\$. 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- 10ª Parcela R\$. 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da Empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 1º de agosto de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei nº 1609/2017)

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIA 597/2017

PORTARIA Nº 597/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO DE SERVIDORES PARA SUA CONDUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, incisos XXIV, XXV e XXVI da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 134 e 139 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, considerando, a decisão contida às folhas 412 a 422 do Processo de Sindicância Nº 001/2015, instaurado contra a Servidora Mariza Schiessl; considerando também, a necessidade de instauração de Processo Administrativo Disciplinar com o propósito de averiguar se a Servidora cometeu efetivamente a infração disciplinar apontada no Processo de Sindicância, consistente no abandono de emprego; considerando finalmente, a necessidade de solução e decisão administrativa definitiva sobre o assunto, RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar Nº 001/2017, com a finalidade de apurar infração disciplinar supostamente cometida pela Servidora Mariza Schiessl, apontada no Processo de Sindicância Administrativa Nº 001/2015 como infratora das normas contidas nos Artigos 125, Inciso II e Artigo 129, da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. O Processo Administrativo instaurado por esta Portaria, será conduzido por uma Comissão de Servidores Públicos Municipais efetivos e estáveis no serviço público municipal e integrada pelos seguintes servidores:

I - Silvana do Carmo Dambroski, investida no cargo de Assistente Social do quadro de pessoal de provimento efetivo do poder executivo municipal.

II - Sorlene da Glória Vieira Schermack, investida no cargo de Assistente Administrativo do quadro de pessoal de provimento efetivo do poder executivo municipal.

III - Eracides Karvat, investido no cargo de motorista do quadro de pessoal de provimento efetivo do poder executivo municipal.

Art. 3º. A Comissão nomeada por esta Portaria pelo voto da maioria de seus Membros, escolherá entre seus integrantes o Presidente, o Secretário e o Membro da Comissão consoante estabelece o Artigo 140 da Lei Complementar Nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 4º. A Comissão nomeada por esta Portaria, deverá concluir os seus trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da sua publicação, podendo o mesmo ser prorrogado, mediante pedido fundamentado e justificado da Comissão, conforme previsão legal contida no Artigo 143 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 5º. Fica assegurado a Comissão nomeada por esta Portaria, o direito de requisitar apoio técnico e jurídico para o desempenho das suas funções, ficando desde já designado para o assessoramento jurídico o Doutor Willian do Nascimento.

Art. 6º. O Processo Administrativo ora instaurado, deverá assegurar a servidora o direito de ampla defesa, com os meios e recursos

probatórios requeridos e permitidos, desde que não sejam considerados pela Comissão como pedidos meramente protelatórios.

Art.7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 10 de agosto de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 10 de Agosto de 2017

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA 598/2017

PORTARIA nº. 598/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a servidora JULIANE LECIN, investida no cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 06/01/2016 à 05/01/2017 a partir de 07/08/2017 à 26/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/08/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 10 de agosto de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 10 de agosto de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIAS 582-A-583-A/2017

PORTARIA nº. 582-A/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder a MARCIANE APARECIDA KUCARZ, investida no cargo de Técnica em Enfermagem lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/07/2017, de acordo com atestado médico entregue no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de julho de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14 de julho de 2017.

NATANAEL PIRES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 582-B/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV e XXV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Exonerar o servidor JÚLIO SCHINDLER FILHO, investido no cargo de Operador de Máquinas do Quadro de Provisão Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/07/2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de julho de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14 de julho de 2017.

NATANAEL PIRES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 583-A/2017, DE 19 DE JULHO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 67, incisos IV, V e XXIV da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente

RETIFICA PORTARIA

Art. 1º. Fica retificada a Portaria nº 583/2017, ou seja, onde se lê: "(...) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (...)", leia-se "(...)Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural".

Art. 2º. As demais disposições contidas na Portaria nº 583/2017 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 19 de julho de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 19 de julho de 2017.

NATANAEL PIRES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIAS 592-596/2017

PORTARIA nº. 592/2017, DE 25 DE JULHO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder a LUCILENE DEMBINSKI investida no cargo de Merendeira do Quadro de Provisão Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação na Escola Municipal Terezinha Corrêa Agostinho, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/07/2017, de acordo com atestado médico entregue no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 25 de julho de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 25 de julho de 2017.

NATANAEL PIRES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 593/2017, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. REVOGAR, a pedido, a Portaria nº 389 de 01 de Fevereiro de 2017 que concedia a servidora FERNANDA FERNANDES CORRÊA licença sem vencimentos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de agosto de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de agosto de 2017.

NATANAEL PIRES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 594/2017, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora ROSANA CAVALHEIRO, investida no cargo de Assistente Pedagógico, referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 à 31/05/2017 a partir de 01/08/2017 à 30/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de agosto de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de agosto de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 595/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 67, incisos IV, V e XXIV da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente

Art. 1º. Fica revogada a disposição contida no artigo 1º da Portaria nº 309/2017, a qual nomeou FRANCISCO CARLOS SCHIESSL para exercer o cargo de Provisório em Comissão e Confiança de Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, com o mesmo permanecendo no cargo de Provisório em Comissão e Confiança de Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. As demais disposições contidas na Portaria nº 309/2017 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de agosto de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09 de agosto de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 596/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 67, inciso II, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. NOMEAR DAUVÃ MIZWA, para exercer o cargo de Provisório em Comissão e Confiança de Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração correspondente ao Código ou Nível de Referência Salarial CC-1, fixado no anexo 01 da Lei Municipal nº 978 de julho de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de agosto de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09 de agosto de 2017.

NATANAEL PIRES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Belmonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 073/2017 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (APÓS OS RECURSOS), RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 016/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos), referentes ao Edital de Processo Seletivo nº 001/2017, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 02) - ABRANGÊNCIA: SÃO JORGE OESTE, TABAJARA, LINHA MULLER, PARTE PEPERI.			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição
1	78	ANDRÉIA DE SOUZA KOSWOSKI	HOMOLOGADA
2	54	MARCIANE GREZELE	HOMOLOGADA
3	45	SABRINA POLLO	HOMOLOGADA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 05) - ABRANGÊNCIA: SEDE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição
1	10	CLAUDETE RIBEIRO DA SILVA PELOSO	HOMOLOGADA
2	72	JAQUELINE MARIA MORO NUNES	HOMOLOGADA
3	50	JOCILENE JULIANA NIEVINSKI PASINI	HOMOLOGADA
4	35	LETÍCIA JAROSKI HOSS	HOMOLOGADA
5	77	SIDINEIA GAWSKI	HOMOLOGADA
6	61	VANDERSON PAULO GARBIM	HOMOLOGADA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 06) - ABRANGÊNCIA: BELA UNIÃO E SAÍDA PARA SEDE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição
1	80	CLACIR GOMES	HOMOLOGADA
2	30	MARCIA MARIA PIASESKI SOSTER	HOMOLOGADA
3	38	SIMONE GAWSKI	HOMOLOGADA
4	71	VANESSA INELVE PREVIDI	HOMOLOGADA
MONITOR DE PROGRAMAS SÓCIO EDUCATIVOS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição
1	65	ANDRESSA KELLY REVERS PIETRO BIASI	HOMOLOGADA
2	55	DANIELA GAVSKI	HOMOLOGADA
3	32	INES FATIMA DEBASTIANI	HOMOLOGADA
4	47	JULIANA ZANELLA	HOMOLOGADA
5	17	KETLIN PAULA MILESKE	HOMOLOGADA
6	53	LUCILAINE SOTILI	HOMOLOGADA
7	40	MAIARA MARIGA	HOMOLOGADA
8	23	MARCIANI DO NASCIMENTO	HOMOLOGADA
9	63	NADIA WRONSKI	HOMOLOGADA
10	29	NADIELI DA SILVA PELOSO	HOMOLOGADA
11	13	TAMARA LURDES DO CAMPO DALLA PICOLA	HOMOLOGADA
PSICÓLOGO CRAS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição

1	16	CHARLINE BEAL	HOMOLOGADA
2	33	CRISTIANE ALVES DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
3	34	DAIANE FERNANDA SALVI	HOMOLOGADA
4	6	DÂNELA CARLA SCHMITZ	HOMOLOGADA
5	59	EDUARDA DA SILVA	HOMOLOGADA
6	37	EDUARDO HUBNER	HOMOLOGADA
7	31	FERNANDO COMPAGNONI SILVERIO	HOMOLOGADA
8	67	FRANCIELI MARLI LOCATELLI OLIVEIRA	HOMOLOGADA
9	24	GUSTAVO PIVATTO DOS SANTOS	HOMOLOGADA
10	73	KARINE ZAMBAZI	HOMOLOGADA
11	74	LISANDRA KOOP DE OLIVEIRA BRITO	HOMOLOGADA
12	68	MARCELO SCHMITZ DOS SANTOS	HOMOLOGADA
13	44	MARILENE LUCIA MARTELLO BAGNARA	HOMOLOGADA
14	76	THALITA MONTEIRO CORREIA	HOMOLOGADA
15	64	TIAGO DA SILVA	HOMOLOGADA
16	21	VANESSA BRUNETO	HOMOLOGADA

Art. 2º Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 001/2017 do Município de Belmonte/SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 02) - ABRANGÊNCIA: SÃO JORGE OESTE, TABAJARA, LINHA MULLER, PARTE PEPERI.			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição
1	43	ANDRÉIA DE SOUZA KOSWOSKI	Cancelada pelo candidato.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 05) - ABRANGÊNCIA: SEDE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição
1	49	ANDERSON DE LIMA CORREA	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	7	RAQUEL SIMONE RORATTO	Cancelada pelo candidato.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 06) - ABRANGÊNCIA: BELA UNIÃO E SAÍDA PARA SEDE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição
1	58	DAMARIS PRISCILA TOMAS HERRMANN	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	26	FABIANO BORGES DOS SANTOS	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	46	MICHEL ODENIR STRACK	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	5	PÂMELA IAROCESKI TURRA	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
MONITOR DE PROGRAMAS SÓCIO EDUCATIVOS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição
1	11	ADRIANI TERESINHA DO NASCIMENTO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	27	ANDRE LORENSKI	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	48	ANTÔNIO GABRIEL DE ABREU RABELO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	36	CAMILA TIBOLA	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	81	DANILO DA CRUZ PEREIRA	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	51	JESSICA ALVES CASEMIRO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	60	LUANA FROZA MORESKI	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	56	MARISE CORREIA DE ALENCAR	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	22	MILENA BERNARDI TURATTI	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	8	RAQUEL SIMONE RORATTO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	18	SIMONE SCHMITT BERTONCELLO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	39	TAINARA ALMEIDA BASSO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	75	WESLEN MICHAEL WERNER	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PSICÓLOGO CRAS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação inscrição
1	66	ANDRESSA SAUZEM MAYER	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	3	ANNELISE HELENA ULLRICH BECK	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	19	BRUNA ANTUNES	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	25	CAMILA VIER	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	9	CAROLINE GOMES PETRY	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	12	CHÉURI SIMONETTI	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	28	CLEIDIANE PUHL	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	79	EVANDRO RADAELI	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	14	FRANCIELE CLETO MARIANO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	52	GESSICA A. DE MELLO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	82	GRACIELA RITTER	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	62	JÉSSICA DIAS DE SOUZA	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	15	JOSCELAINE CRISTIANE CARDOSO LIMA	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	57	JUSSARA CONSOLADORA COLLE	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	41	KELI CRISTINA BARTH	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	70	MARIA VITÓRIA LIMA CARVALHO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	42	MARIANE DALLASTRA GODARTH	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	69	NATALÍ CRISTINE SIMONETTI	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	20	SABRYNA JOANE VOOS BORTONCELLO TAROUÇO	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	4	SOLANGE KAPPES	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 001/2017 do Município de Belmonte/SC.

Art. 4º Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Belmonte - SC, 09 de Agosto de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Sonia T. G. Morosini

Sec. da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE BELMONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017

Registro de Preços

Objeto: aquisição de peças, materiais e mão de obra mecânica, destinados na manutenção do sistema de embreagem e câmbio do veículo Fiat Ducato Multi Jaedi T 2.3, placa QHB 7865, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 23/08/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.
Belmonte/SC, 10 de agosto de 2017.

Volmir José Frozza

Gestor do FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

MUNICIPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

Registro de Preços

Objeto: Aquisição de peças, materiais e mão de obra mecânica, destinados na manutenção do Trator Cortador de Grama, Briggs e Stratton, pat. 2397, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 23/08/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 10 de agosto de 2017.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 80/2017

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2017.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 80/2017.

DATA: 01/08/2017 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 80/2017, em relação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE PROJETOS COM ACOMPANHAMENTO, AUXÍLIO E OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS E SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DE CONVÊNIOS NO ÂMBITO ESTADUAL E FEDERAL E TREINAMENTO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Proposta de Preços para prestação de serviços	
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Certidão Negativa de FGTS	Lei 8.666/93, Art. 29, IV
Contrato Social	Lei 8.666/93, Art. 27, III
CNPJ	Lei 8.666/93, Art. 29, I
Declaração Obrigatória	Lei 8.666/93, Art. 27, V
Certidão Simplificada Expedida pela Junta Comercial SC	
Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial	

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa contratada HD CONSULTORIA LTDA ME encontrasse com a documentação de habilitação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2924/2017

PORTARIA nº 2924 de 07 de agosto de 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RETIFICA:

Portaria 2619 de 19 de novembro de 2014, onde se lê:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TERESINHA APARECIDA DALPRA FAGUNDES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 22/05/2017 a 26/06/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TERESINHA APARECIDA DALPRA FAGUNDES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 22/05/2017 a 26/05/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2925/2017

PORTARIA Nº. 2925 de 10 de agosto de 2017

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 2057/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Luis Henrique Couto da Rosa, por meio da Portaria nº 2057/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando 8.215/2017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 29/07/2017 a 26/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/07/2017.

Biguaçu, 10 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2926/2017

PORTARIA Nº. 2926 de 10 de agosto de 2017

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 2061/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Carlos Eduardo Peres, por meio da Portaria nº 2061/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando 8.215/2017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 29/07/2017 a 26/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/07/2017.

Biguaçu, 10 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2927/2017

PORTARIA Nº. 2927 de 10 de agosto de 2017

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 2062/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Luiz Augusto Vieira, por meio da Portaria nº 2062/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando 8.215/2017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 29/07/2017 a 26/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/07/2017.

Biguaçu, 10 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2928/2017

PORTARIA Nº. 2928 de 10 de agosto de 2017

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 2083/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Rômulo Schurhaus, por meio da Portaria nº 2083/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando 8.215/2017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 30/07/2017 a 27/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/07/2017.

Biguaçu, 10 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2929/2017

PORTARIA Nº. 2929 de 10 de agosto de 2017

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 2084/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Maicon Faustino da Mota, por meio da Portaria nº 2084/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando 8.215/2017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 30/07/2017 a 27/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 30/07/2017.

Biguaçu, 10 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2930/2017

PORTARIA nº 2930 de 10 de agosto de 2017

Torna sem efeito a Portarias n. 2685/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portarias n.º 2685 de 05 de julho de 2017, que designava a servidora Luisa Violatto Sampaio à disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação a partir de 11/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2931/2017

PORTARIA nº 2931 de 10 de agosto de 2017

Designar Servidor (a) a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Bernardo

Heringer Rodrigues Silva, ocupante do cargo Efetivo de Procurador do Município, na Procuradoria Geral do Município, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pelo período de 02(dois) anos, sem prejuízo de sua remuneração, a contar de 11/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

A Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições (Portaria nº 137/2017 e 121/2017), torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar no dia 24 de agosto de 2017, com a entrega dos envelopes até às 13h30min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 24 de agosto de 2017, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro – Biguaçu – SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação

nº 003/2017 na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, para contratação de empresa especializada em elaboração e implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores efetivos da Câmara de Vereadores de Biguaçu, de acordo com as condições e especificações constantes nos anexos do edital. Local para obtenção do edital: site da Câmara Municipal de Biguaçu, www.cmb.sc.gov.br (transparência/licitações) ou através do e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 – Ramal 231.

Biguaçu/SC, 11 de AGOSTO de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara de Vereadores

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.457/2017

LEI Nº 8.457, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

DENOMINA DE "RUA ALTAMIRO ROMÃO DE OLIVEIRA", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO DO SALTO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Altamiro Romão de Oliveira, a via pública localizada no lado ímpar da Rua Bahia, ao lado da casa nº 163, cadastrada sob nº 3.616, com 165,00 m (cento e sessenta e cinco metros) de extensão, no Bairro do Salto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.458/2017

LEI 8.458, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À LIGA BLUMENAUENSE DOS GINCANEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à Liga Blumenauense dos Gincaneiros, inscrita no CNPJ sob o nº 07.274.696/0001-93, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.673, de 29 de abril de 2005, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a custear parte das despesas da Gincana Cidade de Blumenau.

Art. 2º A despesa prevista no artigo 1º desta Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2004 – Apoio Financeiro a Entidades
Modalidade 3.3.50 (14) Trans. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 10.000,00
Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 3º A entidade beneficiada prestará contas da aplicação do recurso recebido, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.134/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.134, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.
INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, O PROGRAMA "LAR LEGAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar institui, no âmbito do Município de Blumenau, o Programa "Lar Legal", que tem por objetivo a regularização do registro de imóveis urbanos e urbanizados loteados, desmembrados, fracionados ou não.

Art. 2º O reconhecimento do domínio sobre imóvel urbano ou urbanizado, integrante de loteamento ou desmembramento (fracionamento ou desdobro) não autorizado ou executado sem a observância das determinações do ato administrativo de licença, localizado em área urbana consolidada, implantada e integrada à cidade, excluídas as áreas de risco ambiental ou de preservação permanente que não se enquadrem nos termos do artigo 54 da Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, em favor de pessoas preponderantemente de baixa renda, poderá ser pleiteado em juízo conforme o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 3º Considera-se área urbana consolidada, para os efeitos desta Lei Complementar, a parcela do território urbano com densidade demográfica considerável, malha viária implantada e, ainda, no mínimo, 2 (dois) equipamentos de infraestrutura urbana (drenagem de águas pluviais, esgotamento sanitário, abastecimento de água, distribuição de energia elétrica, limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos) implantados, cuja ocupação, de forma mansa e pacífica, há, pelo menos, 5 (cinco) anos, a natureza das edificações existentes, dentre outras situações peculiares, indique a irreversibilidade da posse e induza ao domínio.

§1º Para aferir a situação jurídica consolidada, serão suficientes quaisquer documentos hábeis a comprová-la, notadamente provenientes do Poder Público, especialmente do Município.

§2º Em se tratando de imóvel público ou submetido à intervenção do Poder Público, a obtenção do domínio pressupõe a existência de lei autorizadora.

§3º A declaração do domínio em favor do adquirente não isenta nem afasta qualquer das responsabilidades do proprietário, loteador ou do Poder Público, tampouco importa em prejuízo à adoção das medidas cíveis, criminais ou administrativas, cabíveis contra o faltoso.

§4º Não se incluem nos objetivos do Programa "Lar Legal" a implantação de planos de regularização fundiária ou ambiental.

Art. 4º O pedido de reconhecimento judicial do domínio do imóvel urbano ou urbanizado, em área urbana consolidada, poderá ser formulado pelo Município de Blumenau ao Juiz de Direito com competência em registro público, atendidas as normas e regras estabelecidas pela Resolução n. 8, de 9 de junho de 2014, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar termos

de cooperação, convênios e outros ajustes com a União, o Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para a implantação de políticas públicas relacionadas a esta Lei Complementar, com destaque para a regularização fundiária de interesse social; a legitimação da posse para fins de moradia, com o objetivo de conferir título de reconhecimento de posse às famílias de baixa renda; e a demarcação urbanística que consiste em procedimento administrativo destinado à regularização fundiária, no afã de identificar os ocupantes e o tempo das respectivas posses.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.129/2017

PORTARIA Nº 21.129, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando SREFH/DAF nº 014/2017, de 03/08/2017, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de junho de 2017, a servidora pública municipal MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação - SREFH, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Social do Programa Municipal de Habitação e Interesse Social (PMHIS) – FGC-50%, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, constante do Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.131/2017

PORTARIA Nº 21.131, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A COMISSÃO ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 200 ANOS DE NASCIMENTO DO DR. HERMANN BRUNO OTTO BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 11.386, de 18 de julho de 2017, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, para comporem a Comissão Especial de Organização das Comemorações dos 200 anos de Nascimento do Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, criada pelo Decreto nº 11.386, de 18 de julho de 2017 e com as atribuições nele previstas:

HELENICE GLORINHA MACHADO LUCHETTA e LEANDRO RODRIGUES DA SILVA, representantes titular e suplente, respectivamente,

do Gabinete do Prefeito – GAPREF;

ANDRÉ ROSS ESPEZIM DA SILVA e KAROLINA BONIN, representantes titular e suplente, respectivamente, do Gabinete do Vice-Prefeito – GAVICE;

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS e SUELI MARIA VANZUITA PETRY, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Cultural de Blumenau – FCB;

ERNO BUBLITZ e MILTON BÄHR, representantes titular e suplente, respectivamente, da Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI;

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO e ALEXANDER CHRISTIAN VIBRANS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB;
MARCOS SCHROEDER, representante titular do Instituto Histórico de Blumenau – IHB;

HANS DIETER DIDJURGEIT, representante titular do Consulado Honorário da República da Alemanha;

MARKUS BLUMENSCHNEIDER, representante titular da Câmara de Comércio Brasil Alemanha;

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO E JENS JUERGEN MANTAU, representantes titular e suplente, respectivamente, da Câmara de Vereadores de Blumenau;

ELTON GOMES E PAULO VOLLES, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho Municipal de Política Cultural.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.132/2017

PORTARIA Nº 21.132, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

JANAINA CARLA DA CRUZ, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 01 de agosto de 2017, conforme Processo Administrativo nº 6092/08/2017;

DEISE MARIA VON CZÉKUS ROUSSENQ, do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 02 de agosto de 2017, conforme Processo Administrativo nº 6178/08/2017;

FERNANDA WAYERS MORAIS PEREIRA, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 01 de agosto de 2017, conforme Processo Administrativo nº 6207/08/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2013

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O
SR. BERTRAM BARTH.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. HASSO MULLER II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-041/2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 464,40 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos), reajustando o valor da locação para R\$ 866,86 (oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos) mensais, a partir de 03 de março de 2017, totalizando o valor do contrato em R\$ 10.402,32 (dez mil quatrocentos e dois reais e trinta e dois centavos).

DATA: 31 de julho de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 131/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº 131/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A
AGROPECUÁRIA LAURO SCHMITT LTDA EPP.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precário e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração comercial de cerveja e/ou chopp artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica, no período correspondente as Edições OKTOBERFEST 2017 e 2018 e durante a SOMMERFEST 2018 e 2019 – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 006/2017.

PREÇO: R\$ 14.412,00 (catorze mil quatrocentos e doze reais).

PRAZO: Durante o período das edições da OKTOBERFEST 2017 e 2018 e durante o período das edições da SOMMERFEST 2018 e 2019. Este contrato terá seu prazo de vigência de sua assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2019.

DATA: 17 de julho de 2017.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 159/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A
EMPRESA JULIO CESAR KLOCK ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E ASSESSORAMENTO NOS TRABALHOS DE DEFINIÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VALOR ADICIONADO FISCAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEFINIR A PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL E COMUNICAÇÃO – ICMS.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 004/2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 2.135,04 (dois mil cento e trinta e cinco reais e quatro centavos) em decorrência do reajuste do valor contratual para R\$ 7.127,92 (sete mil cento e vinte e sete reais e noventa e dois centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 85.535,04 (oitenta e cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e quatro centavos), para o período de 09 de junho de 2017 até 08 de junho de 2018.

DATA: 27 de julho de 2017.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 206/2016

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 206/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A
EMPRESA RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE CICLOVIA NA ALAMEDA RIO BRANCO (ENTRE A RUA XV DE NOVEMBRO E RUA HERMANN HUSCHER) COM EXTENSÃO DE 1.052,38M, COMPREENDENDO DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 015/2016.

PRAZO: PRAZO DE EXECUÇÃO - Prorroga-se por mais 04 (quatro) meses, ou seja, de 07 de maio até 06 de setembro de 2017. II - PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga-se por mais 05 (cinco) meses, ou seja, de 26 de junho até 26 de novembro de 2017.

DATA: 24 de julho de 2017.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 207/2016

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 207/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A
RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE CICLOFAIXA NA RUA NEREU RAMOS (ENTRE A RUA XV DE NOVEMBRO E RUA PASTOR STUTZER), COM EXTENSÃO DE 1.072,83M., COMPREENDENDO DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, BAIRRO CENTRO.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 015/2016.

PRAZO: I. PRAZO DE EXECUÇÃO - Prorroga-se por mais 04 (quatro) meses, ou seja, de 08 de maio de 2017 até 07 de setembro de 2017. II - PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga-se o prazo por mais 05 (cinco) meses, ou seja, de 27 de junho de 2017 até 26 de novembro de 2017.

DATA: 27 de julho de 2017.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 249/2012

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 249/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SQUITTER AMBIENTAL EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS DO BRASIL LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM METEOROLOGIA COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FORNECIMENTO DE DADOS AMBIENTAIS, DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE MONITORAMENTO, ALERTA E GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-010/12.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 86.872,67 (oitenta e seis mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), alterando o valor das parcelas remanescentes para R\$ 108.240,46 (cento e oito mil duzentos e quarenta reais e quarenta e seis centavos) mensais.

DATA: 24 de julho de 2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017
Objeto: Contratação de empresa para as entregas comerciais (impressão/acabamento/manutenção prévia das estruturas a serem reaproveitadas e demais serviços) que envolvem o evento Oktoberfest 2017, conforme especificações constantes neste edital - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 23 de agosto de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 23 de agosto de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 10/08/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017
Objeto: Registro de Preços para higiene, limpeza e descartáveis pelo período de 01 ano - Diversas Secretárias - FCB -FAEMA-FMD-SETERB- PROEB-FMAS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 24 de agosto de 2017, às 9h00min. Início da sessão: dia 24 de agosto de 2017, às 09h30min. Participação exclusiva de ME e EPP nos itens contemplados no art. 48 da Lei Comp. 123/2006 e alterações. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no sítio oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 11/08/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02-004/17

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços nº. 02-004-17 - Contratação empresa para execução de reforma de ponte em estrutura de madeira e fundação em pedra argamassada, localizada na Rua Arnold Hemmer, Bairro: Badenfur, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos - SEURB.

Contratada: EXATA CONSTRUTORA, PAVIMENTADORA E COMERCIO EIRELI ME.

CNPJ: 07.065.772/0001-50.

Valor total: R\$ 218.930,78 (duzentos e dezoito mil novecentos e trinta reais e setenta e oito centavos).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de software, equipamento e serviço de instalação e configuração da infraestrutura tecnológica de Informação do Instituto Municipal de Seguridade Social de Servidores de Blumenau, conforme especificações no edital, pelo período de 12 meses. ISSBLU. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 24 de agosto de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 24 de agosto de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº. 7732/04, Lei Federal: nº. 10.520/02 e, subsidiariamente e nº. 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº. 123/2006 e alteração. Blumenau, 14/08/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA SEDEAD Nº 31.649/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.649/2017

RENOVA A CEDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA À FUNDAÇÃO DE DESPORTOS DE BLUMENAU – FMD.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013 e conforme ofício nº 250/2017, da Fundação Municipal de Desportos - FMD, resolve:

RENOVAR

com ênus para o Município, a cedência, dos servidores públicos municipais, abaixo indicados, a contar de 01 de agosto de 2017.

ANDRE ROBERTO HASSE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDAD.

ARMINDO BARBIERI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CESAR AUGUSTO AUGUSTIN, ocupante dos cargos de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CLEIA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

DITER STRUB, ocupante do cargo de provimento efetivo de

Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

EVALDO RAIMUNDO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

FAUSTO JOSE STEINWANDTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

GERCY DE ALMEIDA CAMARGO FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

GRACIELLE FARIA DE AQUINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

GUILHERME RODOLFO CIPRIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

JAMES WILSON CURTIPASSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

JOAO ALMEIDA CAMARGO NETO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

JOAO HENRIQUE NEGRAO DE CASTRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Desportivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

JOSIANE HELMANN PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

MARCELO CARNASCIALI CAVICHIOLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Desportivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

RAUL AMORIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

REINALDO CESAR GUIMARAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

SERGIO LUIS CARNEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

SERGIO LUIZ GRACIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

VALMIR VITORIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 31.612/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.612/2017

RENOVA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDITE APARECIDA ADRIANO A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

com ônus para o Município e mediante ressarcimento, a cedência da servidora pública municipal EDITE APARECIDA ADRIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a Câmara Municipal de Blumenau, a contar de 03 de março de 2017, de acordo com o Processo Administrativo nº 2017/07/5897.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 de julho de 2017.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 31.557/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.557/2017

ALTERA A PORTARIA Nº 30.456/2016, QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS AO(A) SERVIDOR(A) LENNON CESAR NOGUEIRA DE LIMA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

A Portaria nº 30.456/2016 que concedeu licença para tratar de assuntos particulares de até 02 (dois) anos, para 398 (TREZENTOS E NOVENTA E OITO DIAS) dias, concedida no período de 08.06.2016 a 10.07.2017, ao(a) servidor(a) público(a) municipal LENNON CESAR NOGUEIRA DE LIMA, servidor(a) público(a) municipal desde 01 de março de 2011, concursado(a), ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, de conformidade com o Processo nº 2017/06/004957.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de julho de 2017.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 31.613/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.613/2017

RENOVA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANA DE FATIMA DALPASQUALI A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

com ônus para o Município e mediante ressarcimento, a cedência da servidora pública municipal LUCIANA DE FATIMA DALPASQUALI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, a Câmara Municipal de Blumenau, a contar de 03 de março de 2017,

de acordo com o Processo Administrativo nº 2017/07/5899.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 de julho de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

Blumenau, 13 de julho de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 31.588/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.588/2017

ALTERA A PORTARIA Nº 13.603/1999, QUE CONCEDEU LICENÇA PARA ACOMPANHAR O CÔNJUGE, SEM REMUNERAÇÃO, POR PRAZO INDETERMINADO, A CONTAR DE 01 de FEVEREIRO de 1999 AO(A) SERVIDOR(A) ROSI MERI BUKOWITZ JANKAUSKAS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

ALTERAR

De acordo com o artigo 145, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

A Portaria nº 13.603/1999 que concedeu licença para acompanhar o cônjuge, sem remuneração, por prazo indeterminado, a contar de 01 de fevereiro de 1999 até 12 de julho de 2017, ao(a) servidor(a) público(a) municipal ROSI MERI BUKOWITZ JANKAUSKAS ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, de conformidade com o Processo nº 2017/07/005552.

PORTARIA SEDEAD Nº 31.614/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.614/2017

RENOVA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA REGINA NOBREGA KUCHENBECKER A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

com ônus para o Município e mediante ressarcimento, a cedência da servidora pública municipal SANDRA REGINA NOBREGA KUCHENBECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a Câmara Municipal de Blumenau, a contar de 03 de março de 2017, de acordo com o Processo Administrativo nº 2017/07/5898.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 de julho de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 487

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 487

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO	
31.622	2017	28.07.2017	2017/07/005252	ANA CRISTINA ALFARTH MULLER	99	04.04.2005 a 12.07.2005
31.623	2017	28.07.2017	2017/07/005705	LAIS SOARES VIEIRA	864	05.03.2015 18.07.2017
31.621	2017	28.07.2017	2017/06/005033	LOIRI SALETE FERREIRA	529	18.01.2016 01.07.2017
31.624	2017	28.07.2017	2017/07/005837	MONICA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA	557	09.11.2015 20.07.2017
31.620	2017	28.07.2017	2017/06/005013	NICOLE SAMANTA DOS SANTOS DE ROMA	493	24.02.2016 01.07.2017
31.619	2017	28.07.2017	2017/06/004956	CLEIDE VARGAS	522	01.02.2016 30.06.2017

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

Anderson Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 449/2017 - GABSEMUS

PORTARIA Nº 449 / 2017 / GABSEMUS

Nomear os representantes para compor a Comissão de Revisão do Protocolo de Acolhimento para as Unidades de Saúde do município de Blumenau

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Promoção da saúde, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere, nos termos da Lei nº. 1094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

NOMEAR

Os representantes que irão compor a Comissão de Elaboração do Protocolo de Acolhimento do município de Blumenau, com o objetivo de normatizar condutas de acolhimento aos usuários do SUS, visando a garantia de atendimento humanizado:

Nome	Categoria
Aurélio Piccoli Criveli	Médico
Carlos Eduardo Velozo	Gerente Saúde Bucal
Eliane Kosinski Von Dentz	Enfermeiro
Fernanda Mello Muller Hesse	Enfermeiro
Janara Caroline Ribeiro	Enfermeiro
Joslaine Rafaela Menegazzo	Enfermeiro
Juliana Antoniutti Brandes Arruda	Cirurgião Dentista
Juliana Ludwig Quintani	Psicólogo
Larissa Daiane Osowski Barreto	Enfermeiro
Luciane Elesbão Carpes Mateussi	Técnico de enfermagem
Marco Aurélio Georg	Enfermeiro
Maria do Carmo de Souza	Técnico em Higiene Dental
Priscila Muriel Ribas Leopoldino	Enfermeiro
Rafael de Franceschi	Médico
Rafaela do Nascimento	Enfermeiro
Vitor Hugo Lenzi Cristelli	Cirurgião dentista

A presente proposta deverá ser apresentada até o dia 30 de novembro de 2017.

Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, 17 de julho de 2017.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Promoção da Saúde

PORTARIA Nº 6089/2017 - SAMAE

PORTARIA Nº 6089/17

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

D E T E R M I N A R

Abertura de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, através da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, contra o servidor público autárquico municipal J.S, cadastro 1120-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado na Diretoria de Operações, conforme Memorando Nº 41/2017 Sigla DT, de 03/08/2017 expedido pela Seção

de Transportes.

Samae, 07 de agosto de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6090/2017 - SAMAE

PORTARIA Nº 6090/17

RETIFICA A PORTARIA Nº 6071/17, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

RETIFICAR

A Portaria Nº 6071/17, de 22 de junho de 2016, que determina abertura de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, publicada no DOM-e 2282, de 26 de junho de 2017, onde se lê: "SAMAE, 22 DE JUNHO DE 2016", leia-se: "SAMAE, 22 DE JUNHO DE 2017".

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6091/2017 - SAMAE

PORTARIA Nº 6091/17

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTAGIO OBRIGATÓRIO EM JORNALISMO PROMOVIDO PELA FURB.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

AUTORIZAR

O afastamento sem remuneração da servidora pública municipal VICTORIA DE OLIVEIRA GIOTTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria Administrativa, para realizar Estágio Obrigatório em Jornalismo, promovido pela FURB, pelo período de (60) sessenta dias, a contar de 01 de agosto de 2017, em jornada parcial de trabalho (08:30 as 12:30 horas). Conforme Processo Administrativo Nº 356/1707.

Samae, 09 de agosto de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Diretor Presidente

EXTRATO Nº 322/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 322/2017

Dispensa de Licitação nº. 351/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de materiais farmacológicos, higiene e beleza para diversos setores da Universidade. Contratados: ASAMED DISTRIB DE PROD MÉDICOS E FARMACEUTICOS LTDA (CNPJ nº 07.281.329/0001-17), BOTICA DERMATOLOGICA DERMAESTÉTICA LTDA (CNPJ nº 85.314.110/0001-80), FARMACIA ECONOMICA LTDA (CNPJ nº 82.169.624/0001-00), FLAVISA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME (CNPJ nº 11.014.970/0001-62), SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA (CNPJ nº 68.337.658/0001-27) e SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA-SESI (03.777.341/0064-40). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias consecutivos contados a partir da entrega do material e da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.575,98 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos) / 01.14.12.364.0076.2014(Centro de Ciências da Saúde) /01.33.10.302.0078.2033(Hospital Universitário e Ambulatório) /01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/01.23.12.362.0077.2023(Escola Técnica Vale do Itajaí)/3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.09.01(Medicamentos Básico). Blumenau, 07 de agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 329/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 329/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 234/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, exigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, I, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DOS SOFTWARES MATLAB, SIMULINK, SIMSCAPE, CONTROL SYSTEM TOOLBOX E SIMSCAPE POWER SYSTEMS PARA USO NO CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS DA FURB. Contratada: Opencadd Advanced Technology Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ nº 60.455.193/0001-05). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a efetiva disponibilização das licenças dos softwares, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigma acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 14.511,00 (quatorze mil, quinhentos e onze reais) / 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas) 4.4.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 4.4.90.39.94 (Aquisição de Softwares de Aplicação).

Blumenau, 10 de Agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 330/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 330/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Equilab, Inc

OBJETO: Aquisição de Sistema de Cromatografia a Líquido acoplada a Espectrômetro de Massa Lc/Ms/Ms Modelo Tsq Quantum Access Max Através Convênio Furb/Finep Nº 01.14.00149.00 no Âmbito do Projeto Intitulado "Infraestrutura Aos Programas De Pós-Graduação Em Áreas Das Ciências Tecnológicas E Da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 304/2017 e Contrato nº.187/2017, de 01 de agosto de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 472.500,00 (quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais), hoje equivalente a US\$ 150.000.00 (cento e cinquenta mil dólares estadunidenses), preço FCA fabricante para importação direta convertidos em moeda brasileira, à taxa de câmbio vigente no dia do efetivo pagamento, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante de folhas 46 à 49 do processo de Dispensa nº 304/2017, anteriormente mencionado, sendo este(s) o(s) preço(s) unitário(s):

Item	Qtde	Descrição	Valor Unitário (US\$)
01	01	Sistema de Cromatografia a Líquido acoplada a Espectrômetro de Massa LC/MS/MS modelo TSQ QUANTUM ACCESS MAX. Inclui: - Detector Espectrômetro de Massa TSQ Quantum Access Max; - Fone de Íons API ortogonal ION MAX; - Sonda HESI "Electron-Spray" Ion Max; - Sistema de infusão de padrões; - Uma bomba mecânica rotativa de pré-vácuo; - Sistema de dados formado por microcomputador Dell de alta performance minitorre, com monitor, teclado, mouse, software Windows 7 64 bits Profissional. Ref.: TSQACCESSBMS. Software TraceFinder 4.0 EFS. Ref.: OPTON30459. Serviço de Qualificação de Instalação e Qualificação. Ref. OPTON08600.	150.000,00
	01	Cromatógrafo a Líquido Modelo Ultimate 3000 Quaternary Standar Ref.: 52000315. Composto por :	
	01	5035.9200 Módulo solvente SRD-3600	
	01	5040.0031 Bomba 4 canais LPG-3400SD	
	01	5822.0020 Amostrador WPS-3000TSL	
	01	5730.0010 Comp. Coluna TCC-3000SD	
	01	6040.5000 Mixer Kit for 35 uL	
	10	6822.0001 Seringa 25 uL	
	10	6820.2415 Sample loop, 25 uL	
	02	6040.2390 Viper Cap., IDxL 0.18x950mm, SST	
		5960.0188 DCMSLink for Xcalibur (curr.ver)	
	01	Sistema de filtração de solvent para HPLC modelo GFA 47. Ref.: 311420	
	02	Membrana de filtração, Ref.: M047-RC045	
		Filtro e seringa (para filtração de amostras de HPLC) Ref.: S25-RC45-C	
	01	Kit de fracos para amostras de 2ml Standart Opening 8-425. Ref.: 200404	
	02	Coluna para cromatografia líquida de alta velocidade e eficiência Accucore C18, núcleo sólido, diâmetro de poro 80 ^Å , carga de carbono 9%, área superficial 130m ² /g, faixa de pH de 1 a 11, dimensões 100x2.1mm, tamanho da partícula 2,6um. Temperatura de operação 70°C. Marca: Thermo. Ref.: 17126-102130	
	01	Pré-coluna para HPLC Accucore C18. Ref.: 74104-012101	
		Coluna para cromatografia líquida de alta velocidade e eficiência Accucore RP-MS, diâmetro do 80 ^Å , hidrofo- bicidade média, área superficial 130m ² /g, faixa de pH de 2 a 9, dimensões 50x2.1mm, tamanho da partícula 2,6um. Temperatura de operação 70°C. Marca Thermo. Ref.: 17626-052130.	
		Pré-coluna para HPLC Accucore RP-MS, dimensões 10x2,1mm, tamanho da partícula 2,6um, tamanho do poro 80 ^Å , área superficial 130m ² /g, carga do carbono 7%, endcapped, pH 1 – 11. Marca Termo. Pacote com 4 unidades. (Necessita holder ref.: 852-00). Ref.: 17626-012105.	
		Suporte para pré-coluna tipo Drop-in, tipo UNIGARD conector direto, para pré-colunas e colunas com 2.1 e 3.0mm de diâmetro interno, marca Thermo. Ref.: 85200.	
		Gerador de nitrogênio, modelo Genius NM32LA, Ref.: 10620	
		GARANTIA: 15 meses após o embarque ou 12 meses após a instalação, o prazo que vencer primeiro.	
Total em US\$			150.000,00

PAGAMENTO: A CONTRATANTE efetuará o pagamento à vista, de R\$ 472.500,00 (quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais), hoje equivalente a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares estadunidenses), preço FCA (free carrier) para importação direta convertidos em moeda brasileira, à taxa de câmbio vigente no dia do efetivo pagamento, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante de folhas 46 a 49 do Processo de Dispensa de Licitação nº 304/2017, à empresa Equilab, Inc., em parcela única, através de Carta de Crédito do Banco do Brasi à vista e irrevogável, sendo que as despesas bancárias nacionais e internacionais serão de responsabilidade da CONTRATANTE.).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo do presente Contrato ficará vinculado a vigência da garantia do(s) equipamento(s), constante da Cláusula Quinta deste instrumento contratual, ou seja, de 12 (doze) meses a contar da data de recebimento do(s) equipamento (s).

DATA: 09/08/2017.

EXTRATO Nº 331/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 331/2017

Dispensa de Licitação nº. 369/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de coffee break para evento denominado StartUp FURB a ser realizado em parceria com o SEBRAE no período de 14 a 31/08/2017. Contratada: BRUNO RICARDO WINZEWSKI (KIBAGUETTI) (CNPJ Nº 12.412.571/0001-12). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias consecutivos contados a partir da prestação do serviço e entrega da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 4.992,11 (quatro mil novecentos e noventa e dois reais e onze centavos)/ 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.41 (Fornecimento de Alimentação).

Blumenau, 10 de Agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DL 23/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 75/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: FLAVIO SANTOS FERMINO - ME

Valor : 2.562,50 (dois mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 17/08/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 23/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE REPARO ELÉTRICO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO FORD CARGO PLACA MEC 2505

Bom Jardim da Serra, 10 de Agosto de 2017

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 1851/2017 - PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1851/2017

EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2017

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 24 de Agosto de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços, tendo como objeto a eventual Terceirização de Horas Maquina para serviços junto ao município.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 08 de Agosto de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 03/2017 FMS.

Objeto: Aquisição de um motor, peças e serviço de mão de obra para conserto do veículo para transporte de pacientes Citroem Jumper, placa MCU6870. Contratada: BSJ Peças e Serviços Automotivos/Globo Auto Center Ltda. ME. Valor Total: R\$ 19.712,60 (dezenove mil setecentos e doze reais e sessenta centavos). Fundamentação: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 11 de agosto de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PP 25/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 25/2017 para Aquisição de pó de brita, para manutenção das vias urbanas do município de Bom Retiro. A abertura dos envelopes será dia 23/08/17 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 11 de agosto 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO PÚBLICO

Botuverá, 08 de Agosto de 2017

ATO PÚBLICO CONVOCATÓRIO

A honrosa COMISSÃO DE LICITAÇÃO da Prefeitura Municipal de Botuverá, instituída pela portaria Nº 126/2017 de 01 de Julho de 2017, vem através deste, fazer do conhecimento de todos, a publicação de Ato Convocatório das empresas abaixo relacionadas, devido as mesmas, quando na participação do Processo Licitatório Nº 38/2017 – Pregão Presencial Nº 31/2017 – SRP – materiais de Expediente. Escritório e Afins Diversos, sendo as estas, respectivas vencedoras de lotes específicos do certame, a apresentarem as propostas atualizadas, para a finalização do processo, como; Adjudicação, Homologação e emissão de Ata de Registro de Preço, no prazo máximo de 24 (Vinte e Quatro) horas, contado a partir do recebimento deste. A não apresentação, ou mesmo envio das propostas atualizadas, no prazo fixado, desclassifica-se os vencedores, convocando os demais na ordem de classificação, e/ou revogação dos lotes do Processo Licitatório, e a realização de novo processo para aquisição dos específicos materiais.

Diante do exposto, sabendo-se que já foram solicitadas via correio eletrônico as propostas, e não obtendo sucesso desta forma, ficam as empresas cientes da abertura de Processo Administrativo, para aplicação das penas previstas em edital. Segue abaixo relação das empresas convocadas a apresentar propostas atualizadas;

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, CNPJ: 21.304.312/0001-69, Rua Amsterdam, Nº 891, Bairro Itoupavazinha, cidade de Blumenau/SC, CNPJ: 21.304.312/0001-69, CEP: 89070-00 Fone: (47) 3327-1253, licitacao@ricarl.com.br

Vencedor dos Lotes: 05 – 08 – 10 – 12 - 15

PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELLI ME, CNPJ: 26.682.219/0001-01, Situada na Rua Caribe, Nº 99, Bairro Velha Central, cidade de Blumenau/SC, CEP: 89046-635, FONE: (47) 3288-7375, performaceblumenau@hotmail.com

Vencedor dos Lotes: 06 – 07 – 09 – 11 - 14

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELLI – ME – CNPJ: 12.667.876/0001-75, Situada na Rua Pereira de Oliveira, Nº 85, Galpão 02, Bairro da Velha, Cidade de Blumenau/SC, CEP: 89036-350, FONE: (47) 3329-2221, rspapelaria@terra.com.br

Vencedor dos Lotes: 02 – 03 -13

Este Ato Convocatório passará a valer, após publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios), na data de 09/08/2017, para conhecimento de todos.

Sem mais para o momento

Cordialmente

Márcio Adriano de Oliveira
Pregoeiro/Membro da Comissão de Licitação
Coordenador de Compras e Licitações
Prefeitura Municipal de Botuverá

PL43/2017-PP36/2017-SRP-MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DIVERSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº43/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº.36/2017/SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório, tipo Registro de Preços, para aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DIVERSOS, nas condições expressas no Edital. Credenciamento, abertura da documentação e propostas: Até as 14:30 Horas do dia 24/08/2017, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Setor de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47)3359-1170 e e-mail, licitacao@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá, 11 de Agosto de 2017.

José Luiz Colombi
Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 067 2017

DECRETO Nº 067/2017

Constitui e nomeia os membros do núcleo gestor de planejamento territorial do Município de Braço do Trombudo

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 061/2007, de 11.07.2007, etc...

DECRETA :

Art. 1º -Fica constituído o núcleo gestor de planejamento territorial do Município de Braço do Trombudo, para atender as normas e condições da Lei Complementar nº 061/2007, de 11.07.2007, o qual terá a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Executivo Estadual, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Oldemir Gastão

Suplente: Daniéle Girardi Heck

II – Representantes do Poder Público Municipal, 3 efetivos e 3 suplentes:

Efetivo: Natanael Vinicius Vinotti

Suplente: Tarciso José Prim

Efetivo: Michele Vermoehlen

Suplente: Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz

Efetivo: Conrado Rinnert Neto

Suplente: Fábio Dalmarco

III – Representantes dos movimentos populares, 2 efetivos e 2 suplentes:

Efetivo: Frida Weiss

Suplente: Arlei Everaldo Larsen

Efetivo: Luciane Bertelli Kniss

Suplente: Eugenio Krueger

IV – Representantes das Entidades Empresariais, 2 efetivos e 2 suplentes:

Efetivo: Marlus Ivan Nagel

Suplente: Adriana Luiz Hellmann

Efetivo: Jonas Mugge

Suplente: Débora Schovinder

V – Representantes de Entidades de Trabalhadores e Sindicais, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Josiani da Silva

Suplente: André Roberto Roloff

VI – Representantes de Instituições acadêmicas e de pesquisa, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Rosana Baade Leonhardt

Suplente: Silvania Rolling Goede

VII – Representantes das ONG's, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Moisés da Silva

Suplente: Camila Hinckel

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especificamente o Decreto nº 0128/2015 de 19 de outubro de 2015.

Braço do Trombudo, em 09 de agosto de 2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 068 2017

DECRETO Nº. 068/2017.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezessete, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 100,00 (Cem reais), conforme segue:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.072 – Convênios Multas de Trânsito - Civil

(92) – 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0011 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), conforme segue:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.072 – Convênios Multas de Trânsito - Civil

(94) – 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0011 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de agosto de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 084 2017

PORTARIA Nº 084/2017

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Marise Erbs Pianesse, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer/Ser., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 20.07.2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 20.07.2017.

Braço do Trombudo, em 08 de agosto de 2017.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2017 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2017

Número do Registro de Preços: 11/2017 Data do Registro: 16/05/2017 Válido até: 16/05/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de redes pluviais, em diversas localidades do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo de concreto 30 cm (8876)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	17,7374	1
2	Tubos de concreto 40CM (19833)		FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -ME (9483)	Fabricon	0	16,5471	2
		UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	25,9238	1
			FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -ME (9483)	Fabricon	0	25,4917	2
3	Tubos de concreto 50CM (19834)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	36,9301	1
			FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -ME (9483)	Fabricon	0	37,1194	2
4	Tubos de concreto 60CM (19835)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	49,3917	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 11/2017		Data do Registro: 16/05/2017		Válido até: 16/05/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de redes pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	Fabicon	0	51,8778	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 11/2017		Data do Registro: 16/05/2017		Válido até: 16/05/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de redes pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

PROCESSO Nº 21/2017

(6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
(9483) - FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

Braço do Trombudo, 16 de Maio de 2017.



Brunópolis

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PPA CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, convida a todos os Munícipes para participarem de Audiência Pública para elaboração e discussão do Plano Plurianual 2018-2021, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018, e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2018, a realizar-se em 17/08/2017, a partir das 10:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores.

Brunópolis/SC, 08 de agosto de 2017.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047-2017

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 047/2017

TOMADA DE PREÇO nº 004/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E DESLOCAMENTO DE POSTE DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ALTA E BAIXA TENSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS EQUIPAMENTOS.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise da proposta apresentada pela Empresa licitante, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global, a empresa AMPER SERVIÇOS LTDA, com valor global de R\$ 79.397,52 (setenta e nove mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto e considerando que o representante da empresa licitante, presente nesta sessão, renunciaram ao prazo recursal (artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93), recomendo a adjudicação e homologação do objeto licitado.

10/08/2017

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058-2017

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 058/2017

TOMADA DE PREÇO nº 007/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO LEOPOLDO, BAIRRO SÃO PEDRO, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise da proposta apresentada pela Empresa licitante, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global, a empresa PACOPEDEIRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA, com valor global de R\$ 357.174,53 (trezentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

10/08/2017

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 002-2017 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 002/2017

ESPÉCIE: reajuste no valor do óleo diesel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 072/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3 001000.0020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017; VALOR: R\$ 289.000,00. CONTRATADA: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de agosto de 2017.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002-2017

PREGÃO nº 001/2017

Processo Licitatório nº 002/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Instituto Brusquense de Planejamento (IBPLAN), torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de motocicletas.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/09/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 14/08/2017

RONALDO DOS SANTOS

Diretor de Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108-2017

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 003/2017

Processo Licitatório nº 108/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DE PASSEIOS DA RUA PADRE ANTONIO EISING, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/09/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 14/08/2017

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

Diretora Geral

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109-2017

PREGÃO nº 061/2017

Processo Licitatório nº 109/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição e instalação de piso laminado e piso vinílico para a Administração Pública. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque,

no dia 06/09/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/08/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110-2017

PREGÃO nº 062/2017

Processo Licitatório nº 110/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de material hidráulico, esgoto e acessórios.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 05/09/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/08/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110-2017.

PREGÃO nº 063/2017

Processo Licitatório nº 111/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de sonorização de eventos.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 12/09/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/08/2017

WILLIAN FERNANDES MOLINA
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112-2017

PREGÃO nº 064/2017

Processo Licitatório nº 112/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de EPI's (equipamentos de proteção individual) e EPC's (equipamentos de proteção coletiva).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 30/08/2017, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/08/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113-2017

PREGÃO nº 065/2017

Processo Licitatório nº 113/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de equipamentos diversos (cortadores, esmerilhadeira, martelo, demolidor e extrusora).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/09/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/08/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114-2017

PREGÃO nº 066/2017

Processo Licitatório nº 114/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Trânsito e Mobilidade, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de tintas e materiais para pintura.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/08/2017, às 15h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 14/08/2017

ALONSO MORO TORRES
Secretaria de Trânsito e Mobilidade

PORTARIA Nº 1965-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1965/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
727156	0	VALDINEIA HEERDT	Secretaria de Saúde	12/06/2017	21/06/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/06/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de Junho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2078-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2078/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4287894	1	NELSON GABRIEL DE OLIVEIRA NUNES	Secretaria de Saúde	20/06/2017	04/07/2017	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/06/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de Junho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2107-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2107/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1060120	2	DANIELA DA SILVA	Secretaria de Saúde	22/06/2017	21/07/2017	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22/06/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de Junho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2145-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2145/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
702161	2	ANDREIA DA SILVA	Secretaria de Saúde	26/06/2017	20/07/2017	25
8370	0	RAINOLDO NASCIMENTO	Secretaria de Saúde	26/06/2017	15/07/2017	20
4126181	1	JULIO WITTACKER DE MORAES	Secretaria de Saúde	26/06/2017	15/07/2017	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 26/06/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de Junho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2263-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2263/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
358959	1	FRANCISCO ROMEU RODRIGUES	Fundação Municipal de Esportes	03/07/2017	01/08/2017	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 e Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ADEMIR LUIZ DE SOUZA
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2267-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2267/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
674060	3	ISAIAS ANTONIO BARBOSA	Fundação Municipal de Esportes	03/07/2017	01/08/2017	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ADEMIR LUIZ DE SOUZA
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2304-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2304/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
519472	8	MARIA EDUARDA MULLER	Secretaria Municipal de Educação	06/07/2017	04/08/2017	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

JOSÉ ZANCANARO
Secretário Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2350-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2350/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

1071874	1	ROSANGELA OLIVEIRA DA CUNHA	Secretaria de Saúde	11/07/2017	30/07/2017	20
---------	---	-----------------------------	---------------------	------------	------------	----

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2441-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2441/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
451797	2	RICARDO ALEXANDRE LUEBKE	Secretaria de Saúde	17/07/2017	28/07/2017	12
447269	4	REGINA LUBKE	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
4299060	1	THAYNA DA CUNHA EWERTON	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
724661	0	EDMAR SANTANA GOMES	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
672327	1	ROSILANA DE SOUZA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
516465	6	ADRIANA MORASKI WEHRMANN	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
679640	5	TERESINHA ROUX	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
828742	1	JESSICA DOS SANTOS	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
761354	3	JOSIANE DE SOUZA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
1088394	2	LAIS NEUSA MARTINS	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
673285	2	LUCIA HELENA DA SILVA OLIVEIRA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
942383	1	EDILAINE MARTINS MORATTO OLIVEIRA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
889210	0	JOSE ADAO DUARTE	Secretaria de Saúde	17/07/2017	15/08/2017	30
373532	6	ANA CLAUDIA MACHADO	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2443-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2443/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

423360	0	INGRID ELEN BARON	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
1089307	1	MARIA DAS DORES DA SILVA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
723754	0	GISELE SILVA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
456055	1	SHIRLEI CARLENE VISCONTI DEMARCHE	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
4248023	1	NADIA FONSECA MACIEL	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
734071	0	SANDRINE VIEIRA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
849936	3	ALINE DOS SANTOS MUNHOZ	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
741477	0	ANA PAULA PETRY LIMA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
390518	2	PEDRO CORREA DA SILVA NETO	Secretaria de Saúde	17/07/2017	30/07/2017	14
723550	0	CLEBER DA SILVA MOSSINI	Secretaria de Saúde	17/07/2017	31/07/2017	15
672980	1	ROSANI ZINGELERSKI	Secretaria de Saúde	17/07/2017	31/07/2017	15
723673	0	ELAINE WEIRICH	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
893838	2	MARISETE FURQUIM	Secretaria de Saúde	17/07/2017	05/08/2017	20
727210	0	RAFAELA LOPES DORIA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
4309529	1	THIAGO VOLTOLINI	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
4240286	2	MARIA LUCIA RAMARI DE LIMA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	26/07/2017	10
4299604	1	JESSICA TELLES CARDOSO	Secretaria de Saúde	17/07/2017	28/07/2017	12
1022350	2	ANGELA MARIA GONCALVES DA SILVA	Secretaria de Saúde	17/07/2017	31/07/2017	15
4116755	1	KAROLINE FAVERO	Secretaria de Saúde	17/07/2017	31/07/2017	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2461-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 2461/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
679291	2	FRANCIELE ANDRADE LOPES	Secretaria de Saúde	18/07/2017	07/08/2017	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 e Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2481-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 2481/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
840718	2	SALETE VENTURA	Secretaria de Saúde	19/07/2017	07/08/2017	20
672351	3	CARLA REGINA DA LUZ	Secretaria de Saúde	19/07/2017	28/07/2017	10
733695	0	MARISE MOTTA	Secretaria de Saúde	19/07/2017	28/07/2017	10
672335	5	EDIONAINE FATIMA BELMIRO DOS SANTOS PAZIO	Secretaria de Saúde	19/07/2017	28/07/2017	10
721913	0	RAMIRO FELIPPE DIAS	Secretaria de Saúde	19/07/2017	28/07/2017	10
1009842	2	SIMARA MARQUES	Secretaria de Saúde	19/07/2017	28/07/2017	10
4116720	1	PAULA CARNEVALI	Secretaria de Saúde	19/07/2017	28/07/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2503-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2503/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4170024	1	GERRI ADRIANI ROSA	Secretaria de Saúde	20/07/2017	08/08/2017	20
423963	2	EDUARDO LOOS	Secretaria de Saúde	20/07/2017	29/07/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2543-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2543/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
803430	4	MARCELO DA SILVA FIGUEIREDO	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
878758	0	VALQUIRIA BERNADETE RUNCKUS	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
890596	2	FABIANA GUILARDI BARROS	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
7455	0	DENIA DOMIT EMPINOTTI	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
358118	1	THAIS DE OLIVEIRA FORMENTO	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
744050	1	CARLINE FERNANDA SCHEEREN	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
358428	2	CARLA PROVESI ALVES	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
1003127	0	MARCELO BRUNO CASTRO DA SILVA	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER
Diretora

PORTARIA Nº 2544-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2544/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
765899	0	KATIA GRACIOSA QUINALHA	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
938645	3	ANGELICA DIAS PINHEIRO	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
903876	0	KAMILA RICARDO DE SOUZA	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10
928925	0	LUCIANE CANEVER	Secretaria de Saúde	24/07/2017	03/08/2017	11
4116763	1	CIBELE MORESCO BOER	Secretaria de Saúde	24/07/2017	12/08/2017	10
442704	6	LUCI SUELI CARDOSO PAZA	Secretaria de Saúde	24/07/2017	12/08/2017	20
647845	2	FABRICIO CORREA	Secretaria de Saúde	24/07/2017	12/08/2017	20
1040812	4	VANESSA BEILFUSS	Secretaria de Saúde	24/07/2017	12/08/2017	20
723975	0	ELI MARIA MENEGASSO	Secretaria de Saúde	24/07/2017	12/08/2017	20
1003216	0	KLEBER FERNANDES FRANCA	Secretaria de Saúde	24/07/2017	02/08/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora

PORTARIA Nº 2626-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2626/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
723770	0	EDILA MARISTANE SANTOS PEDEBOS	Secretaria de Saúde	31/07/2017	19/08/2017	20
4159250	1	BEZALEEL ANTONIO DOS SANTOS	Secretaria de Saúde	31/07/2017	19/08/2017	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 88-2017 - CONCORRÊNCIA – 03-2017- PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 88/2017 – CONCORRÊNCIA – 03-2017-
PREFEITURA

EDITAL: CONCORRÊNCIA Nº 03/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE CERCA METÁLICA EM CRECHE PRÓ INFÂNCIA TIPO B, SITO NA RUA ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI, BAIRRO NOSSA SENHORA SALETE, COM EXTENSÃO DE 170,19M

ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/09/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 11/09/2017 às 14h10min.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, SITO Av. Santa Catarina, 195 e o Edital através do site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 10 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 93-217 PREGÃO PRESENCIAL 49-2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 93/2017 – Pregão Presencial – 49-2017-
PREFEITURA

COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE CONCRETO, MEIO FIO, PEDRISCO E AREIA DESTINADOS A EXECUÇÃO DE PASSEIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/08/2017 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 24/08/2017 às 16h10min.

Maiores Informações na Diretoria de Licitações e Contratos e o Edital completo poderão ser obtidos no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais.

Caçador, 09 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.210

DECRETO Nº 7.210, de 09 de agosto de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2017, em favor do Gabinete do Prefeito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 36.692,61 (trinta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), conforme segue:

20.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.2 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.01.64 (385) – Aplicações Diretas R\$ 36.692,61

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada parcialmente a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

20.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.2 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.01.64 (353) – Aplicações Diretas R\$ 36.692,61

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 7.211

DECRETO Nº 7.211, de 10 de agosto de 2017.

Homologa a Resolução nº 20, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 20, de 08 de agosto de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, conforme previsto no art. 10, da Lei nº 3.214, de 31 de março de 2015, a qual fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto 2017.
Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

Resolução 20/2017 de 08 de agosto de 2017

Dispõe sobre a aprovação dos projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações governamentais registradas no CMDCA inscritas através do Edital 01/2017 do CMDCA- Edital de seleção pública de Projetos para financiamento no ano de 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução 10/2017 que estabelece critérios para a análise e aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA- Edital 01/2017. CONSIDERANDO as Atas nº 01 a 04 da comissão especial para o Edital 01/2017 – Edital de seleção pública de projetos para financiamento no ano de 2017.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia 08 de agosto de 2017, Ata nº 349.

Resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos das entidades abaixo:

1) Associação Esporte Clube Flamengo- AFHAGO: valor R\$ 5.452,70 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos);

2) Associação Brasileira de Educação e Cultura- ABEC (Centro Social Marista Caçador- CESMAR): valor R\$ 3.660,00 (três mil, seiscentos e sessenta reais);

3) Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador- APAE: valor R\$ 5.454,54 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos);

4) Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador- APAS: valor R\$: 5.261,92 (cinco mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e dois centavos);

5) Associação Maria Rosa- AMAR: valor R\$ 4.366,45 (quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos);

6) Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social- ACEIAS: valor R\$ 3.598,15 (três mil, quinhentos e noventa e oito reais e quinze centavos);

Art. 2º. As entidades/serviços cujos projetos sejam aprovados serão oficializadas, por e-mail, pelo CMDCA e terão prazo de até sete dias úteis a contar da aprovação para protocolar todos os documentos necessários ao convênio na sede da Secretaria dos Conselhos Municipais, em única juntada de documentos e/ou os Termos de referência.

Art. 3º. Após receber os documentos referentes aos projetos aprovados pelo CMDCA, a Secretaria dos Conselhos Municipais procederá a tramitação burocrática do termo de convênio/subvenção ou licitação.

Art. 4º. Os projetos/entidades selecionados devem prestar contas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA, sito à Rua Adelmir Pressanto, 264, Centro, Caçador/SC, até trinta dias após a conclusão da liberação do repasse.

Art. 5º. A prestação de contas será analisada pelo CMDCA e posteriormente encaminhada ao Controle Interno do Município que poderão sem aviso prévio e a qualquer tempo fazer diligências ou solicitar informações para verificar a execução do projeto.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 08 de agosto de 2017.

NEUZELI APARECIDA DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO - PROCON

PAD Nº 43/2016 Cip nº 42.006.001.16.0002505

Reclamante: NADIR DA SILVA RIBEIRO

Reclamado: DELTO FERNANDO BREHM PORTO EIRELI – ME
CNPJ Nº 20.711.712/0001-26

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 43/2016, figurando como reclamada DELTO FERNANDO BREHM PORTO EIRELI – ME, com vistas a apurar prática infrativa pois a consumidora comprou 01 (um) rolo de papel higiênico luxo soft, com 60 (sessenta) metros, conforme nota fiscal nº 029767, em data de 18/07/16, no valor de R\$ 2,98, mas o referido produto tinha apenas 43 (quarenta e três) metros de papel.

Certificamos que através das fls. 34 e 36 dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, o que restou inexitosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada que está aberto o processo administrativo nº 43/2016, a fim de comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do presente processo.

Caçador (SC), 04 de agosto de 2017.

CRISTIANO ZANCHI

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON
Município de Caçador (SC)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2017 - SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador

Considerando o disposto Art. 18 da Lei Municipal 2.563/2008, segundo o qual

“Art. 18 As Micro e Pequenas Empresas que se encontrarem sem movimento há mais de três anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das declarações. Parágrafo único. Em prazo idêntico ao mencionado no caput, poderá a municipalidade baixá-la ex-offício”

Considerando que os contribuintes abaixo relacionados se encontram sem registro de movimento no cadastro municipal há mais de 3 (três) anos

Considerando que estes não foram encontrados em seus respectivos endereços

N O T I F I C A

As empresas a seguir:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF
FAGANELLO REPRESENTAÇÕES LTDA ME	01.298.007/0001-02
ELOIR JOSE TODESCHINI 46702881991	15.436.534/0001-32
SALVADOR BAIRROS	04.655.137/0001-35
ANDERSON GOMES	024.354.259-37
ILMA ALVES MOREIRA ME	05.619.886/0001-70
EUGENIO CALIXTO	296.437.249-72
MGM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP	79.290.72/0002-10
JOSE CORDEIRO 38555409934	18.896.901/0001-79
JANETE APARECIDA PEREIRA ME	08.084.431/0001-95

para que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a partir da publicação deste, compareçam à Secretaria da Fazenda e Fiscalização Municipal para esclarecer quanto à continuação de sua atividade econômica.

Caso esta notificação não seja cumprida no prazo máximo acima fixado, a Fiscalização procederá com a baixa ex-officio da inscrição municipal bem como as demais providências junto às Fazendas Estadual e Federal.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 04 de agosto de 2017.

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN
Secretário da Fazenda

MARA DO AMARAL E SILVA
Fiscal de Obras e Posturas

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2017

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL QUE FAZ O MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC E ENGEMO CONSTRUÇÃO LTDA. O MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, doravante denominado CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Santa Catarina, 195, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 83074302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Saulo Sperotto, residente e domiciliado nesta cidade, e ENGEMO CONSTRUÇÃO LTDA., doravante denominado CONTRATADO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03637604/0001-31, estabelecida à Rua Cabo João M. T. Palhano, nº 722, centro, na cidade de Santa Cecília – SC, . As pessoas acima especificadas resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL, referente ao contrato administrativo nº 20/2017, com amparo no art.78, XII e art. 79, inciso II da Lei 8.666/93. O presente Termo tem por objeto a Rescisão Consensual do Contrato Administrativo nº 20/2017 (CONSTRUÇÃO DE CRECHE PRÓ – INFANCIA TIPO B), a contar da presente data, firmado entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO, conforme dispõe o art. 79, inciso II da Lei 8.666/93. Tendo como princípio o interesse da administração e a observância da legalidade estrita, anulando desta forma o processo licitatório.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 061 - 2017 - NOMEAÇÃO ASSESSOR MICHELE

PORTARIA nº 061 de 09 de agosto de 2017.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 10 e 33, III da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MICHELE GUADAGNIN para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para prestar assessoramento à vereadora Cleony Lopes Barboza Figur.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 09 de agosto de 2017.
Antonio Rubiano Schmitz
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 062 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA nº 062 de 08 de agosto de 2017.

Concede Progressão Funcional por curso de capacitação a servidores efetivos da Câmara Municipal

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento no art. 28 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por participação em cursos de formação e/ou capacitação, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2015 a 31 de julho de 2017, aos servidores DANIEL HEBERLE, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Controladora Interna, DIMALEICY APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo e JOSÉ LUIZ FURLIN, ocupante do cargo de Motorista, todos do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, empossados em 01/08/2011, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão para a Classe/Referência abaixo indicada, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A:

DANIEL HEBERLE – Ascensão da Classe/Referência III-B para III-D
DANIELA M. DE OLIVEIRA – Ascensão da Classe/Referência III-B para III-D

DIMALEICY A. PEREIRA – Ascensão da Classe/Referência II-B para II-D

JOSÉ LUIZ FURLIN – Ascensão da Classe/Referência II-B para II-D

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 09 de agosto de 2017.
Antonio Rubiano Schmitz
PRESIDENTE

Caibi

PREFEITURA

DECRETO Nº 137/2017

DECRETO Nº 137/2017, de 10 de Agosto de 2017

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Comissão de Licitação do objeto do Processo Licitatório nº 085/2017, Dispensa de Inexigibilidade nº 007/2017 Chamamento Público Nº 002/2017 da Prefeitura Municipal de Caibi –SC.

ELOI JOSÉ LIBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Nº 8.883/94,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação nomeada pelo Decreto Nº 131/2017 de 27/07/2017, que tem por objeto: SELECIONAR PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO, RECOLHA, GUARDA E DEPOSITO DE VEICULOS LOCALIZADOS E/OU APREENDIDOS, EM DECORRÊNCIA DE PROCEDIMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA OU POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO.

Art. 2º. Fica homologado o objeto do Chamamento Público em favor do proponente abaixo relacionado:

Proponente	Item	Descrição	Vlr. da locação Mensal R\$
JESSE AMAURI BOITA MEI	1	Locação de imóvel para a prestação de serviços de remoção, recolha, guarda e depósito de veículos localizados e/ou apreendidos, em decorrência de procedimento de polícia judiciária ou por infração de trânsito.	1.095,00

Total do proponente vencedor

Nome do Proponente	Valor da locação mensal R\$
JESSE AMAURI BOITA MEI	1.095,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante do Chamamento Público supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, 10 de Agosto de 2017.

Eloi José Libano

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 25/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2017- FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 070/2017 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÕES DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS AS ATIVIDADES REALIZADAS NA SECRETARIA DE SAÚDE".

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 10 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 158/2017

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 158/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CAMILA SUELEN DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob nº 066.737.569-42, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público exercendo a Função de PSICÓLOGO, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 14 de agosto de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 10 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

DEISI ESTELA AMORIM

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 10.665 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.665 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicação Direta	
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 300,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicação Direta	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 10 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.666 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.666 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO CAESPE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 1º e Alíneas "a" e "b" do Artigo 42 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

DECRETA:

Art. 1º Designar os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, Estágio Probatório – CAESPE, para iniciarem seus trabalhos no corrente ano, previsto na Seção V, Artigos 41 a 50, em especial o §1º e Alíneas "a" e "b" do Artigo 42, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de Setembro de 2002.

BETINA MOREIRA DA SILVA – Matrícula Funcional nº 026;
JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO – Matrícula Funcional nº 000084;
LUCIELLE KAROLYNE CUBAS – Matrícula Funcional nº 000500;
ROSANI APARECIDA DA SILVA – Matrícula Funcional nº 000211;
PATRICK ONGHERO – Matrícula Funcional nº 000609.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 10 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.667 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.667 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 126-A da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; Decreta:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal JONAS MARIO MILCZEWSKI, Matrícula Funcional nº 000694, Registro no Sistema sob o nº 955135, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, receber a Gratificação Especial do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto Sanitário, valor correspondente à 50% (cincoenta por cento) da Função Gratificada FG-1, que corresponde a R\$ 799,90 (setecentos e noventa e nove reais, e noventa centavos) mensais, a partir de 10 de agosto de 2017, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único. A Gratificação de que trata o caput deste artigo, será concedida durante o período em que o servidor estiver exercendo suas funções no Sistema de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto Sanitário, em regime de Sobre Aviso, sendo vedada a percepção de horas extras no período de Sobre Aviso.

Art. 2º O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada Especial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 10 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.668 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.668 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 100,00 (cem reais), no seguinte Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social	
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 100,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa Dotação Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social	
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 10 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.581 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.581 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art. 1º O Servidor Público Municipal, Municipal JONAS MARIO MILCZEWSKI, Matrícula Funcional nº 000694, Registro no Sistema sob o nº 955135, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional V, nomeado pelo Decreto Municipal nº 7.257 de 05 de setembro de 2012, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2017.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 10 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 18/2017 - SOCIAL

PROCESSO DE COMPRA Nº 11/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Conforme publicação ocorrida no DOM/SC, página 77, edição nº 2315, no dia 09 de agosto de 2017, levamos ao conhecimento dos interessados a retificação da data de abertura do Pregão Presencial nº 18/2017:

Onde se lê:

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25 de Agosto de 2017 às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura.

Leia-se:

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 28 de Agosto de 2017 às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura

Campos Novos, 10 de agosto de 2017.

PORTARIA Nº 1721/17

PORTARIA Nº 1721/17 de 04/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANDIR BORGES DE LIMA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário IVANDIR BORGES DE LIMA para exercer o cargo de CARPINTEIRO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1722/17

PORTARIA Nº 1722/17 de 04/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANEISE DE LORENSI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, considerando que a servidora Adriana Helena Rossa Mello encontra-se em cargo comissionado,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JANEISE DE LORENSI para exercer

o cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1723/17

PORTARIA Nº 1723/17 de 04/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANA DE MENECH GUARDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELIANA DE MENECH GUARDA para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II com carga horária de 20 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Agosto de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1724/17

PORTARIA Nº 1724/17 de 04/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA GONÇALVES RECALCATTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELIZANGELA GONÇALVES RECALCATTI para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II com carga horária de 40 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Agosto de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Agosto de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1725/17

PORTARIA Nº 1725/17 de 04/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NEOCIMARA TALITA ROSALEN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, considerando que a servidora Laudiceia Bernardi Gewehr encontra-se em auxílio maternidade,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário NEOCIMARA TALITA ROSALEN para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL I com carga horária de 20 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Agosto de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1732/17

PORTARIA Nº 1732/17 de 07/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SHEILA FRANÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SHEILA FRANÇA para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II com carga horária de 20 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1735/17

PORTARIA Nº 1735/17 de 07/08/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Agosto de 2017.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1736/17

PORTARIA Nº 1736/17 DE 07/08/17

EXONERA O SERVIDOR PAULO CEZAR TESSER POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1776268021 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera o servidor PAULO CEZAR TESSER, por aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de PROFESSOR, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1737/17

PORTARIA Nº 1737/13 de 07/08/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A MARIA ZENITA LORENTZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 6176755771 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Invalidez à servidora MARIA ZENITA LORENTZ, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1738/17

PORTARIA Nº 1738/17 DE 07/08/17

EXONERA A SERVIDORA ELIANE APARECIDA OLIVEIRA ANTUNES POR APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1718272879 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera a servidora ELIANE APARECIDA OLIVEIRA ANTUNES, por aposentadoria especial dos professores de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Professora, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Agosto de 2017.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1739/17

PORTARIA Nº 1739/17 DE 07/08/17

EXONERA A SERVIDORA MARILINDA FAGUNDES MACIEL POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (PROFESSORES)

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1718272879 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera a servidora MARILINDA FAGUNDES MACIEL, por aposentadoria por tempo de contribuição de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Professora, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1740/17

PORTARIA Nº 1740/17 de 07/08/17

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o (a) servidor (a) ADELIR AMERICANO, portador da CNH nº05576353597, categoria AB, ocupante do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, do quadro de servidores contratados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente por 30(trinta) dias veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1741/17

PORTARIA Nº 1741/17 de 07/08/2017

DISPENSA O (A) SERVIDOR (A) ROSANI APARECIDA BITARELLO DO CARGO DE SECRETÁRIA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o (a) servidor (a) ROSANI APARECIDA BITARELLO, da função de SECRETÁRIA da escola C.E.I.M ELIETE TEIXEIRA LOPES, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 24 de Junho de 2017,

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1742/17

PORTARIA Nº 1742/17 DE 08/08/17

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADO PELA PORTARIA Nº 1371/2017 DE 16/05/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos no Processo Administrativo nº 02/2017 nomeado pela Portaria nº 1607/2017, pelo período de 30 (trinta) dias (08/08/2017 á 07/09/2017).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1745/17

PORTARIA Nº 1745/17 DE 08/08/17

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica, considerando o Ofício Nº034/17 da Secretária da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o processo administrativo para apurar divergências no atestado médico de 27/07/2017 apresentado pela servidora Marionice Ceregatti Correia.

Art. 2º A comissão permanente de sindicância nomeada pela Portaria nº 1744/17 de 08/08/17 terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**ATA 08 PREGÃO PRESENCIAL 192017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 1/12

Processo Nº.: 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2017

No dia 10 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) SAMAE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA CAETANO CARLOS, 466, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR, o Sr(a). ALEXANDRE KUNEN, inscrito no CPF sob o nº. 023.331.319-26, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2017, Processo Licitatório nº. 22/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS PELA COORDENADORIA TÉCNICA DO SAMAE, COM ENTREGA ESTIMADA PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6427	IND. E COM. DE CALHAS DEVILLA LTDA	1, 3, 4, 5, 7, 8, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 40, 45, 47, 56
7803	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	2, 6, 9, 13, 14, 15, 28, 32, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
IND. E COM. DE CALHAS DEVILLA LTDA	02.704.339/0001-02	JOSÉ DIRCEU BEVILAQUA	019.028.709-80
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSÉ THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS PELA COORDENADORIA TÉCNICA DO SAMAE, COM ENTREGA ESTIMADA PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6427 - IND. E COM. DE CALHAS DEVILLA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PÁ METÁLICA P/OLARIA C/ CABO DE MADEIRA 120CM Altura aproximada com o cabo de 1515 mm Largura da pá de 237mm Comprimento da pá de 303mm Comprimento total da pá 518mm Diâmetro para cabo de aproximadamente 34mm	UN	TRAMONTIN	50,000	33,8000	1.690,00
3	VASSOURA ANCINHO FERRO C/ CABO 18 DENTES Confeccionada em arame de aço 2,00mm, pintura tinta epóxi eletrostática, dispositivo com regulagem nos arames.	UN	TRAMONTIN	30,000	16,9000	507,00

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 2/12
 Processo Nº.: 22/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

Fornecedor: 6427 - IND. E COM. DE CALHAS DEVILLA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	CABO CURVO PARA PÁ Madeira maciça goiábão Com acabamento lixado. Utiliza-se após o lixamento uma cera protetora (Carnaúba). Proporcionando ao produto uma textura macia e cor clara e marrom natural. " Comprimento do cabo 1200mm Peso máximo de 1,4 kg	UN	MÃO FORTE	30,000	23,5000	705,00
5	CORTA VERGALHÕES 36" Mandíbulas forjadas em aço, acabamento fosfatizado, cabos tubulares pintados e com revestimento, com uma dureza nas áreas de corte diferenciada para um melhor desempenho, cortar pinos ou barras de aço.	UN	BLACK JACK	1,000	215,0000	215,00
7	PICARETA ALVIÃO METÁLICA Picareta alvião metálica, tamanho 4 libras, com olho de 70x45mm e cabo de madeira de aproximadamente 90cm. Largura de 98mm Comprimento de 451mm	UN	TRAMONTIN/	25,000	58,0000	1.450,00
8	CABO PARA PICARETA Cabo oval para picareta Madeira maciça goiábão Com acabamento lixado. Comprimento de aproximadamente 920mm Peso aproximado de 1,3 kg	UN	MONFORT	50,000	19,5000	975,00
16	CHAVE PARA TUBO OU " CHAVE DE CANO" 36" Chave de tubo reta com corpo em alumínio mordentes e demais componentes iguais as chaves de ferro fundido com possibilidade de troca de mordentes quando necessário , a chave deve oferecer a mesma durabilidade e resistência das chaves de ferro fundido. Tamanho da chave de 36" ou 900mm, com capacidade de abertura de 5" ou 125mm, com peso aproximado de 5,0kg.	UN	WORKER	2,000	274,0000	548,00
17	CHAVE PARA TUBO OU " CHAVE DE CANO" 48" Chave de tubo reta com corpo em alumínio mordentes e demais componentes iguais as chaves de ferro fundido com possibilidade de troca de mordentes quando necessário , a chave deve oferecer a mesma durabilidade e resistência das chaves de ferro fundido. Tamanho da chave 48" ou 1200, com capacidade de abertura de 6"ou 150mm, peso aproximado entre 17 e 19 kg.	UN	WORKER	2,000	450,0000	900,00
19	ARAME MIG PARA SOLDA 1,0MM ROLO COM 15KG Bitola do arame: 1mm, Peso: 15KG, Solda com gás.	UN		1,000	144,0000	144,00
20	DISCO DE CORTE PARA INOX Produto: Disco de corte para inox 115 x 1,0 x 22 mm, podem ser utilizados tanto em aço ao carbono como em aços inoxidáveis. Indicado para uso na montagem e manutenção industrial. Aplicação: Aços e suas ligas, aço inoxidável, ferro fundido nodular, bronze duro e materiais ferrosos em geral. Especificações: Dimensões:115 x 1,0 x22 mm Reforço: 2 telas	UN	KALA	500,000	2,4900	1.245,00
21	DISCO DE CORTE PARA AÇO INOXIDÁVEL 9" Disco de corte para inox 228mm x 2,0mm x 22,2mm 500 unidades. Disco De Desbaste 9 Polegadas Corpo reforçado com telas de fibra de vidro Velocidade máxima de trabalho: 6.500RPM - 80m/s Diâmetro: 9" (230mm) Espessura: 1/4" (6,3mm) Diâmetro do furo: 7/8" (22,23mm)	UN	WORKER	100,000	8,6000	860,00
22	DISCO FLAP COM GRÃO 120 E 7" Diâmetro: 7" (178 mm) Furo: 7/8" (22,23 mm) Velocidade: 8.500 rpm/80 m/s Grão: 120	UN	TIROLIT	120,000	13,4000	1.608,00
23	DISCO FLAP COM GRÃO 80 E 7" Diâmetro: 7" (178 mm) Furo: 7/8" (22,23 mm) Velocidade: 8.500 rpm/80 m/s Grão: 80	UN	TIROLIT	120,000	16,9000	2.028,00

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 3/12

Processo Nº.: 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

Fornecedor: 6427 - IND. E COM. DE CALHAS DEVILLA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	MICRO ÓLEO DESENGRIPANTE 300 ML AEROSSOL ANTICORROSIVO E LUB Aerossol; Anticorrosivo; Lubrificante; Conteúdo: 300ml; Peso Líquido: 210 gr. A validade do produto teve ser no mínimo de 2 anos após a data de entrega para o SAMAE.	UN	COLL'S	200,000	7,5500	1.510,00
30	ADESIVO JUNTA LIQUIDA SEMI SECATIVO Utilizado para vedações de tubos e flanges, contendo 100 g por embalagem com resistência térmica que varia de -30 a 150°C, na cor branca, o multi vedante semi secativo deve ter o prazo de validade de no mínimo 2 anos após a data de entrega para o SAMAE.	UN	TEK BOND	100,000	7,9500	795,00
31	ADESIVO INSTANTÂNEO 20G AÇÃO ULTRA RÁPIDA E EXTRA FORTE	UN	WORKER	100,000	6,4900	649,00
33	SILICONE ACETICO INCOLOR FLEX Composição: polímero de silicone acético Secagem ao toque: 1 hora (a temperatura ambiente) Secagem total: 24 horas, relativo a ventilação, úmida e espessura do produto aplicado Cor: incolor Embalagem: cartucho 310ml	UN	KALA	50,000	11,4900	574,50
34	SILICONE ACETICO PRETO FLEX Composição: polímero de silicone acético Secagem ao toque: 1 hora (a temperatura ambiente) Secagem total: 24 horas, relativo a ventilação, úmida e espessura do produto aplicado Cor: preto Embalagem: cartucho 310ml	UN	TEC BOND	50,000	13,4000	670,00
35	SILICONE ACETICO BRANCO FLEX Composição: polímero de silicone acético Secagem ao toque: 1 hora (a temperatura ambiente) Secagem total: 24 horas, relativo a ventilação, úmida e espessura do produto aplicado Cor: branco Embalagem: cartucho 310ml	UN	TEC BOND	50,000	13,4000	670,00
37	JOGO DE CHAVE COMBINADA COM CATRACA Fabricado em aço cromo vanádio Acabamento cromado e polido Contém sistema de catraca na parte estrela, o que possibilita a rotação do parafuso com 5º de movimento versus 30º na chave estrela comum Medidas estampadas em baixo relevo facilitando a identificação da ferramenta Possui marcação do sentido da rotação da catraca em ambos os lados Indicada para aperto e desaperto de parafusos e porcas com perfil quadrado ou sextavado Acompanha suporte plástico ou maleta para a acomodação e transporte das chaves No mínimo 12 peças, sendo: :: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 mm	UN	BELZER	2,000	440,0000	880,00
40	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6 POL Alicate de corte diagonal Corpo forjado em aço especial e temperado Acabamento cromado Cabeça e articulações lixadas Cabo em formato ergonômico e isolamento elétrica de 1000V, para aumentar o conforto e a segurança Tempera especial no gume de corte e mandíbulas, garantindo maior resistência Articulação suave para facilitar o uso Em conformidade com a NR10 e NBR 9699 Comprimento: 6"	UN	WOLKER	10,000	20,0000	200,00

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 4/12
 Processo Nº.: 22/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

Fornecedor: 6427 - IND. E COM. DE CALHAS DEVILLA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	SERRA SABRE BI-VOLT AUTOMÁTICO 110/220V PARA SERRA METAIS Características: Sistema de iluminação com 2 leds integrados à ferramenta: precisão e produtividade em ambientes escuros. Sistema de troca rápida de lâminas: dispensando o uso de ferramentas. Carcasa de engrenagem revestida de borracha para um manuseamento seguro e confortável. Potência mínima: 1.300 watts Distância mínima do golpe do golpe: 1 - 1/8" (28mm) Rotação sem carga: 0 - 2.700min.-1 Comprimento entre: 49 e 55cm Número de cursos em vazio 0 - 2.900 c.p.m. Peso máximo do equipamento entre 4,1 kg e 5,0 kg Equipamento deve ser acompanhado de; Lâmina de serra para madeira Lâmina de serra para metal Mala de transporte Incluir 100 laminas sobressalentes para corte de metais	UN	SKIL	1,000	975,0000	975,00
47	PARAFUSADEIRA DE IMPACTO A BATERIA 18V, PROFISSIONAL Especificações técnicas: Torque, máx. (em materiais duros)75 Nm Torque, máx. (em materiais macios)47 Nm Torque, máx. (duro/macio)75 / 47 Nm nº de rotações (sem carga) (1ª velocidade / 2ª velocidade)0 - 480 / 0 - 2100 r.p.m. Nº máx. de impactos31,500 i.p.m. Capacidade do mandril1,5 - 13 mm Rosca do veio da broca1/2" Voltagem da Bateria18 V Autonomia da bateria4 Ah Peso incl. bateria2,3 kg Configurações de Torque25+1 Comprimento204 mm Largura255 mm Altura255 mm Tipo de elementoLítio Diâmetro de perfuração Ø máx. de perfuração em madeira82 mm Ø máx. de perfuração em aço13 mm Ø máx. de perfuração em alvenaria16 mm Ø do parafuso Ø máximo do parafuso12 mm Perfurar metal Valor de emissão de vibrações ah2.5 m/s² Incerteza K1.5 m/s² Perfurar com percussão em alvenaria Valor de emissão de vibrações ah12.5 m/s² Incerteza K1.5 m/s² Parafusar Valor de emissão de vibrações ah2.5 m/s² Incerteza K1.5 m/s² Inclui maleta, 2 baterias de 6,0 Ah, 2 baterias de lítio de 4,0 Ah.	UN	BOSCH	3,000	1.195,0000	3.585,00
56	MOTO BOMBA DE ALTA PRESSÃO PARA LAVAÇÃO DE AMBIENTES O equipamento deve ter no mínimo os seguintes detalhes técnicos: Bocais com rosca BSP 1.1/2" Eixo em aço inoxidável Rotor fechado de alumínio ou bronze Selo mecânico constituído de aço inox AISI-304, buna N, grafite e cerâmica (ME-AL) e grafite e cerâmica. Motor elétrico IP-55, 2 polos, 60Hz trifásico, potência de 7,5cv, pressão em torno de 160 m.c.a, com altura de sucção de 8 m.c.a, com número mínimo de estágios de 5, estes devem ter um diâmetro aproximado que fique entre 125 e 150mm por estágio. Número pode variar de acordo com número de estágios ou pressão de trabalho da moto bomba. O equipamento deve vir com no mínimo 30 metros de mangueira e com bico de alta pressão compatível com as especificações técnicas da bomba. Deverá acompanhar o equipamento manual e vista expandida contendo as especificações técnicas e desenho e descrição de peças para eventuais manutenções, ambas em português.	UN	SCHNEIDER	1,000	5.950,0000	5.950,00

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 5/12

Processo Nº.: 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

Fornecedor: 7803 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PÁ MEIA LUA METÁLICO SEM CABO Largura de 197 mm Altura de 324mm Comprimento de 502mm Diâmetro para cabo de 34mm	UN	tramontina	10,000	30,0000	300,00
6	GROSA Grosa meia cana para madeira de 10" com cabo.	UN	tramontina	15,000	49,0000	735,00
9	SERRA COPO COM SUPORTE COM ENCAIXE DE 3/8" E BROCA Lâmina bi-metálica, Dentes em aço rápido HSS Tempera total no corpo Dentes travados Rosca: 4,1/8" Diâmetro: 105mm	UN	tramontina	4,000	125,0000	500,00
13	TESOURA EM ALUMÍNIO PARA PEAD Tesoura para PEAD de 0 a 32 mm em Alumínio sem catraca de acionamento dos mordentes, A tesoura deve conter lâmina de aço inox temperada e revenida, com possibilidade de inversão para um aproveitamento total da mesma. Corta tubos de plásticos (PEAD, PEX, PP). Encaixe para tubos com diâmetros até 42 mm. Ideal para tubos de 20mm e 32 mm. Corte limpo com menos rebarbas sem deformar o tubo de plástico. Cabo com design exclusivo anti esmagamento, protege as mãos do operador. Não necessita de catraca de acionamento. Lâmina reversível com dois lados para corte, aumenta a vida útil da ferramenta. Lâmina substituível. Incluir 100 laminas sobressalentes.	UN	metaltax	25,000	90,0000	2.250,00
14	CAVADEIRA PARA LIMPEZA DE REGISTROS Cavadeira desmontável exclusiva para limpeza de Registro de Manobra. Encaixe e abertura das pás da Cavadeira de acordo com a cavidade do Registro. Comprimento das Hastes: 1500 mm.	UN	mecaltec	2,000	500,0000	1.000,00
15	CHAVE DE TUBO OU "CHAVE DE CANO" 24" Chave de tubo reta com corpo em alumínio mordentes e demais componentes iguais as chaves de ferro fundido com possibilidade de troca de mordentes quando necessário, a chave deve oferecer a mesma durabilidade e resistência das chaves de ferro fundido. Tamanho da chave de 24" ou 600mm, com capacidade de abertura de 3" ou 80mm, com peso aproximado entre 2,5 e 3,0 kg.	UN	carbografitte	2,000	177,0000	354,00
28	FLUIDO DE CORTE PARA TODOS OS TIPOS DE METAIS Embalagem com 500ml, com alto poder de refrigeração e ação imediata, prazo de validade de 2 anos após a entrega para o SAMAE.	UN	ECOLUB	10,000	60,0000	600,00
32	ADESIVO COLA PARA JUNTAS DE MOTORES 73 G Com resistência termina de -30 a 120°C Cada embalagem 73g. Indicado para colagem de plásticos e borrachas nitrílicas Com fixação rápida e elevada, com prazo de validade de no mínimo 2 anos após a data de entrega para o SAMAE.	UN	BRASCOLA	100,000	6,5000	650,00
46	SERRA SABRE A BATERIA 18V Sapata giratória com abertura superior - Máximo controle e visibilidade Alavanca para a troca da serra sem chave em metal reforçado - máxima eficiência na troca rápida de serra Bateria XRP- tempo de trabalho estendido - Máximo tempo de vida e funcionamento da bateria Serra de corte de 25 mm (1") e 2.900 GPM - Rapidez ao cortar Empunhadura texturizada - aumenta a comodidade e o controle Troca de lâminas sem chave Freio elétrico 100% rolamentada Bivolt Golpes por Minuto: 0 a 3500 GPM Comprimento de Golpe: 25 mm Peso entre 2,8 e 3,5 Kg Acompanha carregador Bivolt de 1 hora, 1 bateria, maleta e 100 serras sobressalentes.	UN	bosch	2,000	1.950,0000	3.900,00

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 6/12

Processo Nº.: 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

Fornecedor: 7803 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
48	ESMERILHADEIRA ANGULAR SEM FIO A BATERIA 18V Nº de rotações sem carga 10000 r.p.m. Voltagem da Bateria 18 V Peso incl. bateria 2.2 kg Largura 30 mm Inclui ; Chaveta de pino Carregador 1 AL 1860 CV 30' 2 baterias de lítio de 18 V 4,0 Ah 1 mala para transporte Nº de rotações sem carga 10000 r.p.m. Voltagem da Bateria 18 V Peso incl. bateria 2.2 kg Largura 30 mm Inclui ; Chaveta de pino Carregador 1 AL 1860 CV 30' 2 baterias de lítio de 18 V 4,0 Ah 1 mala para transporte	UN	DGA452RFE	3,000	2.100,0000	6.300,00
50	CALIBRADOR DE PNEUS COM MANGUEIRA 8M Alimentação: 220 VAC 60 HZ Consumo: Máximo entre 8 e 12 Watts Stand by 0,5 Watts Temperatura de operação: - 10º C a +5 a 70º C Peso: 4 Kg Pressão máxima de calibragem: 145 psi (10,0 bar) BP 58 psi (4,0 bar) Pressão máxima de linha de ar: 200 psi (13,8 bar) Precisão no modo manométrico: 0,15 psi (0,01 bar) Dimensões: 12X21X18 cm Faixa de Pressão: 03 ~ 145 psi (0,2 ~ 10,0 bar) Custo acessível; Garantia de no mínimo um ano; Gabinete em alumínio; Assistência Técnica em todo território nacional; Painel com leitura em ícones (desenhos) facilita o entendimento do processo de calibragem; Visor de 1" em Policarbonato com leds verdes (facilita a visualização noturna à distância (aproximadamente 10 metros), e à prova de vandalismo Fonte de alimentação: Junto com a placa controladora; Sistema de configuração do equipamento pelo teclado: (Ex: 58 libras p/ 145 libras ou 145 libras p/ 58 libras); Válvulas e circuitos internos que trabalham em baixa tensão, minimizando as despesas com manutenção; Válvulas de Alta Vazão - Trabalha com filtro na entrada e saída de ar; Teclado de policarbonato e acionamento através de botões com molas, à prova de água e vandalismo; Compatibilidade com nitrogênio; Converte unidade de pressão PSI/BAR para BAR/PSI;	UN	Prestovac	1,000	680,0000	680,00
51	PISTOLA DE PINTURA ELÉTRICA PULVERIZADORA 900W - 220V C/ MOTOR Vazão Mínima: 800ml/min Capacidade do reservatório: Mínimo de 700ml	UN	vonder	1,000	550,0000	550,00
52	TRENA DE BOLSO 8 METROS Largura da fita: 25mm Comprimento: 8m Graduação: S9 Com base emborrachada com dupla injeção com graduação de fita nylon e graduação milímetro e polegada	UN	vonder	16,000	26,0000	416,00
53	TRENA DE BOLSO 3 METROS Largura da fita: 13mm Comprimento: 3m Graduação: S9 Com base emborrachada com dupla injeção com graduação de fita nylon e graduação milímetro e polegada	UN	nove54	15,000	9,0000	135,00
54	TRENA DE BOLSO 5 METROS Largura da fita: 19mm Comprimento: 5m Graduação: S9 Com base emborrachada com dupla injeção com graduação de fita nylon e graduação milímetro e polegada	UN	NOVE54	5,000	13,0000	65,00

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOSPágina: 7/12
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017**Fornecedor: 7803 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
55	ESCADA TELESCÓPICA DE ALUMÍNIO Dimensões Aproximadas: Tamanho aberta: 4,40m Tamanho fechada: 92cm Largura: 48cm. Possuir 15 degraus. Peso máximo de segurança: 150kg. Material: Alumínio liga 6061 (o mesmo utilizado na confecção de aeronaves), borracha e plástico ABS.	UN	VILATRADE	1,000	750,0000	750,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/12
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOSPágina: 9/12
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 10/12
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 11/12
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 12/12
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 10 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR

Empresas Participantes:

IND. E COM. DE CALHAS DEVILLA LTDA

CNPJ: 02.704.339/0001-02 _____

JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

CNPJ: 12.532.054/0001-87 _____

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 014/SEMAIS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha SC.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 014/SEMAIS/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de serviços de análises laboratoriais físico-químicas e microbiológicas de água bruta e tratada, através de realização de análises semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anual, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 23 de agosto de 2017, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 10 de agosto de 2017. EDUARDO FURTADO – Diretor Administrativo.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 182/2017

DECRETO Nº. 182/2017

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, rESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 442,00 m² (quatrocentos e quarenta e dois metros quadrados), procedido pela IGREJA PENTECOSTAL ATALAIAS DE CRISTO, situado na Rua Alfredo Paul, esquina com a Rua Nazir Cordeiro, Bairro Campo D'Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob à matrícula nº. 27.726, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 30, com área de 217,60 m², lote nº 31, com área de 224,40 m² pertencente à quadra nº 1270, conforme requerimento protocolado sob nº. 4729/2017.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 783/2017

PORTARIA Nº. 783/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, rESOLVE:

AUTORIZAR

Art. 1º - Fica autorizada JUCELI MASTHEY, que exerce o cargo de provimento em comissão de Diretor Agropecuário, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 252/ST/2017.

Art. 2º - Fica autorizada ELY CLELIA FERREIRA ZIMMERMANN, que exerce o cargo de provimento em comissão de Diretor de Turismo, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 253/ST/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 801/2017

PORTARIA Nº. 801/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90;

CONSIDERANDO a Portaria nº 724/2017, rESOLVE:
AFASTAR PREVENTIVAMENTE

Art. 1º - Fica o servidor ROBERTO CARLOS FERREIRA, nos termos do artigo 167 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas, da Lei nº 2.305/90, por medida cautelar, afastado do exercício do cargo, pelo prazo inicial de 30 (trinta) dias, a partir de 09/08/2017, sem prejuízo da remuneração, conforme Comunicado da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria nº 724/2017.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMDR 02/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMDR 02/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. FMDR 02/2017 (PRESENCIAL)

1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas/SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 24/08/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 13h25min (entrega) e 13h30min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 18/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 132/2017

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 18/2017

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/09/2017, às 09h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 14/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 23/2017 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 37/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 23/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/08/2017, às 14h00min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LONAS PARA TOLDO COM INSTALAÇÃO EM ESTRUTURAS JÁ EXISTENTES E PARA O FORNECIMENTO DE LONAS PARA TOLDO MAIS AS ESTRUTURAS, INSTALADOS EM DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 13h55min do dia 23/08/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto do Passos

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0245/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0245/2017		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: PEDREIRA TRIANGULO LTDA - ME		
Valor : 218.896,11 (duzentos e dezoito mil oitocentos e noventa e seis reais e onze centavos)		
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 31/12/2017		
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0006/2017 Processo_Licitatório....: 0100 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa especializada para Pavimentação Asfáltica em C.A.U.Q e Sinalização de parte da Estrada Municipal da Comunidade de Lindemberg, Município de Capinzal/SC, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Projetos, Cronograma. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 10 de Agosto de 2017		

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 005, DE 7 DE AGOSTO DE 2017

EDITAL Nº 005, DE 7 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a realização de Audiência Pública para apreciação da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO - do Município de Capinzal (SC), para o exercício de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal (SC), e o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao inciso I do parágrafo 1º do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, consubstanciados ao artigo 5º da Resolução nº 44, de, 13 de maio de 2002, e parágrafos 3º e 4º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e demais legislação aplicável, COMUNICAM as ENTIDADES CÍVIS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS e a POPULAÇÃO EM GERAL, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 21 de agosto de 2017 – segunda-feira - às 19:00 horas, no Auditório “Edgar Lancini” nesta Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, Centro, com o objetivo de discutir as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Capinzal para o exercício de 2018 - LDO - as quais constam no Projeto de Lei nº 019/2017, de origem do Poder Executivo Municipal.

Câmara de Vereadores, em 7 de agosto de 2017.

Vereador Gilmar Junior da Silveira
Presidente da Câmara de Vereadores

Vereador Lucas Antônio Dorini
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

Registrado e publicado o teor do presente Edital no Diário Oficial do Município.

Vereador Gilmar Junior da Silveira
Presidente da Câmara de Vereadores

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**PORTARIA N º 55/2017/SIMAE-CAO**

PORTARIA N º 055/2017/SIMAE-CAO, de 10 de agosto de 2017.

Concede férias ao Servidor que especifica .

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder férias ao servidor Adão Nilson Ribeiro da Silva, ocupante do cargo de Encanador, padrão 04.20, nível 02, ref. E, referente o período aquisitivo de 02 de junho de 2016 a 01 de junho de 2017, com período de fruição de 04 a 23 de setembro de 2017.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

PORTARIA N º 56/2017/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 056/2017/SIMAE-CAO, de 10 de agosto de 2017.

Concede férias à servidora que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder férias a servidora Natalia Zimmermann Boaretto, ocupante do cargo de Engenheiro Sanitarista, padrão 07.02, nível 01, ref. A, referente, período aquisitivo de 09 de junho de 2016 a 08 de junho de 2017, com período de fruição de 11 a 30 de setembro de 2017.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATO 107/2017

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC

REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATO: 107/2017

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pelo Sr. ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

CIMECON PRE MOLDADOS, inscrita no CNPJ: 81.364.713/0001-36, com Sede na rua nº 01 – lote 06 – Quadra 119 – distrito industrial – Campos Novos/SC, neste ato representada pelo Sr. ELSON PAULO MACHADO, CPF: 637.511.199-49, firma a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

1.10 DETENTOR obriga-se a entregar:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº038/2017 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

2.1- DOS ITENS

Tubo 2 mt - um 1340,00 total : 40,200.00

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado onde for requerido pela Secretaria municipal solicitante de forma imediata.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

3.4 - A entrega dos itens deverá ser de maneira imediata, conforme requisição emitida pelo Departamento de Compras do Município. Caso os objetos a serem fornecidos sejam entregue via frete, será concedido o prazo máximo de 7 dias úteis para sua respectiva entrega.

2.5 - Tendo em vista que se trata de REGISTRO DE PREÇOS a Administração fará a aquisição dos produtos conforme a demanda e necessidade no decorrer do exercício de 2017.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado de forma imediata ou em até 3 dias se for via frete, a partir do recebimento da requisição (A.F) de material, na SECRETARIA REQUISITANTE.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 45 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de

30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega dá no no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, 10 DE AGOSTO de 2017 à 10 DE AGOSTO de 2018.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias de 2017:

31, 28, 34, 20 – 3.3.90.00.00.00.00.0002 – Sec de Cidade e Meio Ambiente

37 – 3.3.90.00.00.00.00.0002 – Secretaria de Obras

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos 10 de agosto de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL
DETENTOR:

CIMECOM PRE MOLDADOS LTDA

REVOGAÇÃO 57/2017

ATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público, neste ao representado por seu Prefeito Municipal Ondino Ribeiro de Medeiros, no uso de suas atribuições legais, ainda, em cumprimento às disposições contidas no Art. 49 da Lei 8.666/93 e da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, decide REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 57/2017 – TOMADA DE PREÇO Nº 06/2017, que tem por objeto a OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 785,54 m² CORRESPONDENTE À 04 (QUATRO) SALAS DE AULA A SEREM IMPLANTADAS NO NÚCLEO MUNICIPAL SANTO ANTONIO – CELSO RAMOS/SC, PARA ATENDER O PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos;

3º - CONSIDERANDO que após efetuar uma análise minuciosa do texto editalício, a Administração concluiu que o Edital de Licitação necessita de alterações e correções substanciais que irão modificar o conteúdo das propostas, motivo pelo qual;

REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 57/2017 – TOMADA DE PREÇO Nº 06/2017.

Celso Ramos, 10 de agosto de 2017.

Ondino Ribeiro de Medeiros
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 055, DE 10.08.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 055, DE 10.08.2017

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0670, de 15.12.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 36.500,00, (trinta e seis mil e quinhentos reais), da seguinte dotação do orçamento vigente:

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
02 – Divisão de Turismo
18 – Gestão Ambiental
695 – Turismo
11 – Gestão Ambiental
116 – Transferência de Convênios - Outros
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1039 - Construção de Infraestrutura Turística R\$ 36.500,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
02 – Divisão de Turismo
18 – Gestão Ambiental
695 – Turismo
11 – Gestão Ambiental
116 – Transferência de Convênios - Outros
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1039 - Construção de Infraestrutura Turística R\$ 36.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de agosto de 2017.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 259/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 259/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.1999, Lei Complementar 047 de 01.12.2010 e de acordo com a Lei Complementar nº. 0014 de 12.12.03,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear ALINE DA SILVEIRA, para ocupar o cargo em Comissão de Agente de Controle Interno, no Gabinete da Prefeita - Nível DAS-7, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos legais a 02/08/2017.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 10 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 353/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 353/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, por Tempo de Serviço prestado ao município, ao Servidor Público MARCELO DE SOUZA, matriculado sob nº 1632/08, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos 40 - horas, em exercício na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01/08/2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 354/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 354/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, por Tempo de Serviço prestado ao município, ao Servidor Público MARCIANO SYPRIANI, matriculado sob nº 2598/01, ocupante do cargo efetivo de Mecânico 40 - horas, em exercício na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01/08/2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

P O R T A R I A N° 355/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIAN° 355/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, por Tempo de Serviço prestado ao município, a Servidora Pública MARCIANE LOPES, matriculada sob nº 1177/04, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais 40 - horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01/08/2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

RGF_1ºSEMESTRE_2017_CHAPADAO_DO_LAGEADO

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2016 A JUNHO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.592.249,98	0,00
Pessoal Ativo	6.592.249,98	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.592.249,98	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.610.157,49	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.592.249,98	52,28
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.566.094,49	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.187.789,77	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.809.485,04	54,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
 Prefeita Municipal

Joelsio Machado
 Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER
 Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.086.553,44	1.999.241,14	0,00
Disponibilidade de Caixa	2.086.553,44	1.999.241,14	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.170.528,88	2.721.702,04	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	83.975,44	722.460,90	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.179.257,23	12.610.157,49	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	14.615.108,68	15.132.188,99	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	13.153.597,81	13.618.970,09	0,00
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	11.013,65	128.830,02	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63.597,33	489.703,32	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER
Secretário da Fazenda

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	12.179.257,23	12.610.157,49	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.679.436,59	2.774.234,65	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.411.492,93	2.496.811,19	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE:			

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.610.157,49	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.017.625,20	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.815.862,68	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	882.711,02	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
 Prefeita Municipal

Joelsio Machado
 Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER
 Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00										
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	887.221,57	22.082,70	201.924,13	10.503,97	33.772,01	0,00	618.938,76	37.431,55	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	19.114,72	0,00	100.919,08	0,00	18.410,55	0,00	(100.214,91)	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	187.596,40	0,00	33.444,74	0,00	3.598,52	0,00	150.553,14	230,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	124.110,13	21.460,95	23.676,90	2.609,80	0,00	0,00	76.362,48	11.108,07	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	60.539,34	0,00	37.685,14	6.573,53	11.762,94	0,00	4.517,73	14.377,27	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	67.429,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.429,47	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	428.431,51	621,75	6.198,27	1.320,64	0,00	0,00	420.290,85	11.716,21	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.834.480,47	35.690,18	462.763,89	42.768,33	128.852,85	0,00	1.164.405,22	186.487,86	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	288,42	0,00	0,00	(288,42)	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	220.600,59	0,00	24.580,81	0,00	17.719,62	0,00	178.300,16	959,37	0,00	0,00
Recursos Ordinários	1.613.879,88	35.690,18	438.183,08	42.479,91	111.133,23	0,00	986.393,48	185.528,49	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.721.702,04	57.772,88	664.688,02	53.272,30	162.624,86	0,00	1.783.343,98	223.919,41	0,00	0,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS Prefeita Municipal	Joelsio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0	MAICSON MONTIBELLER Secretário da Fazenda
---	--	--

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	12.610.157,49	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.592.249,98	52,28
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.566.094,49	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.187.789,77	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.132.188,99	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.774.234,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.017.625,20	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	882.711,02	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	223.919,41	1.783.343,98

FONTE:

Chapadao do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
 Prefeita Municipal

Joelsio Machado
 Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER
 Secretario da Fazenda

RREO_3ºBIMESTRE_2017_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	9.672.279,88	9.672.279,88	2.026.427,86	20,95	6.007.602,29	62,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.660.015,88	9.660.015,88	2.026.427,86	20,98	5.984.917,98	61,96
IMPOSTOS	225.500,69	225.500,69	45.012,77	19,96	115.352,59	51,15
TAXAS	177.000,00	177.000,00	33.108,24	18,71	75.710,48	42,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	48.500,69	48.500,69	11.904,53	24,55	39.642,11	81,74
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	30.001,00	30.001,00	10.183,11	33,94	33.734,71	112,45
RECEITA PATRIMONIAL	30.001,00	30.001,00	10.183,11	33,94	33.734,71	112,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	31.001,00	31.001,00	53.095,72	171,27	115.192,97	371,58
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	11.001,00	11.001,00	53.095,72	482,64	115.192,97	1.047,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.676.212,19	8.676.212,19	1.916.513,59	22,09	5.690.285,80	65,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.676.212,19	8.676.212,19	1.916.513,59	22,09	5.690.285,80	65,58
MULTAS E JUROS DE MORA	697.301,00	697.301,00	1.622,67	0,23	30.351,91	4,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.951,00	1.951,00	709,31	36,36	6.932,34	355,32
RECEITA DA DIVIDAATIVA	10.000,00	10.000,00	370,21	3,70	19.239,23	192,39
RECEITAS DIVERSAS	2.350,00	2.350,00	357,96	15,23	1.597,76	67,99
RECEITAS DE CAPITAL	12.264,00	12.264,00	0,00	0,00	22.684,31	184,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.256,00	1.256,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.256,00	1.256,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.002,00	10.002,00	0,00	0,00	22.684,31	226,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	22.684,31	226,84
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.672.279,88	9.672.279,88	2.026.427,86	20,95	6.007.602,29	62,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.672.279,88	9.672.279,88	2.026.427,86	20,95	6.007.602,29	62,11
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	227.987,27	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.672.279,88	9.672.279,88	2.026.427,86	20,95	6.235.589,56	64,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	764.155,33	—	—	567.275,46	—
Superávit Financeiro	—	764.155,33	—	—	567.275,46	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
						3.664.677,59

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.672.279,88	10.475.194,42	2.379.329,49	6.459.508,97	4.015.685,45	2.591.841,10	6.235.589,56	4.239.604,86	5.570.901,54
DESPESAS CORRENTES	9.231.881,54	9.516.501,41	2.295.663,54	5.888.453,91	3.628.047,50	2.311.675,10	5.691.679,45	3.824.821,96	5.031.296,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.583.203,86	4.636.349,19	1.168.827,46	3.221.739,14	1.414.610,05	1.168.827,46	3.221.739,14	1.414.610,05	2.754.768,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.648.676,68	4.880.151,22	1.126.836,08	2.666.714,77	2.213.436,45	1.142.847,64	2.469.940,31	2.410.210,91	2.276.528,30
DESPESAS DE CAPITAL	380.398,34	898.693,01	83.665,95	571.055,06	327.637,95	280.166,00	543.910,11	354.782,90	539.605,11
INVESTIMENTOS	380.397,34	898.692,01	83.665,95	571.055,06	327.636,95	280.166,00	543.910,11	354.781,90	539.605,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.672.279,88	10.475.194,42	2.379.329,49	6.459.508,97	4.015.685,45	2.591.841,10	6.235.589,56	4.239.604,86	5.570.901,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.672.279,88	10.475.194,42	2.379.329,49	6.459.508,97	4.015.685,45	2.591.841,10	6.235.589,56	4.239.604,86	5.570.901,54
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	436.700,75
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.672.279,88	10.475.194,42	2.379.329,49	6.459.508,97	—	2.591.841,10	6.235.589,56	—	6.007.602,29
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER
Secretário da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										RS 1,0		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	Legislativa	9.672.279,88	10.475.194,42	2.379.329,49	6.459.508,97	100,00	4.015.685,45	2.591.841,10	6.235.589,56	100,00	4.239.604,86	
	Ação Legislativa	690.000,00	690.000,00	115.377,98	319.799,62	4,95	370.200,38	115.947,98	319.799,62	5,13	370.200,38	
	Administração	1.861.813,05	2.301.813,05	450.540,12	1.592.372,86	24,65	709.440,19	657.368,00	1.548.951,27	24,84	752.861,78	
	Administração Geral	1.018.807,05	1.458.807,05	296.941,46	1.141.915,17	17,68	316.891,88	512.103,26	1.118.446,56	17,94	340.360,49	
	Administração Financeira	843.006,00	843.006,00	153.598,66	450.457,69	6,97	392.548,31	145.264,74	430.504,71	6,90	412.501,29	
	Defesa Nacional	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
	Defesa Civil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
	Segurança Pública	25.000,00	25.000,00	7.933,42	20.044,10	0,31	4.955,90	3.265,07	15.345,15	0,25	9.654,85	
	Policimento	25.000,00	25.000,00	7.933,42	20.044,10	0,31	4.955,90	3.265,07	15.345,15	0,25	9.654,85	
	Assistência Social	381.204,99	381.204,99	105.788,29	289.798,07	4,49	91.406,92	98.456,60	277.167,62	4,44	104.037,37	
	Assistência ao Idoso	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
	Assistência Comunitária	377.204,99	377.204,99	105.788,29	289.798,07	4,49	87.406,92	98.456,60	277.167,62	4,44	100.037,37	
	Saúde	1.625.962,03	1.891.972,03	438.278,56	1.215.706,27	18,82	676.265,76	467.453,83	1.178.467,82	18,90	713.504,21	
	Atenção Básica	1.564.959,03	1.817.887,25	428.269,95	1.185.004,30	18,35	632.882,95	457.445,22	1.152.125,85	18,48	685.761,40	
	Vigilância Sanitária	50.001,00	50.001,00	9.613,29	25.946,65	0,40	24.054,35	9.613,29	25.946,65	0,42	24.054,35	
	Vigilância Epidemiológica	11.002,00	24.083,78	395,32	4.755,32	0,07	19.328,46	395,32	395,32	0,01	23.688,46	
	Trabalho	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
	Fomento ao Trabalho	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
	Educação	2.573.019,80	2.623.165,13	667.074,40	1.648.376,90	25,52	974.788,23	617.459,06	1.548.244,65	24,83	1.074.920,48	
	Ensino Fundamental	1.779.610,89	1.829.756,22	561.550,26	1.321.237,41	20,45	508.518,81	512.792,44	1.225.084,48	19,65	604.671,74	
	Educação Infantil	783.405,91	783.405,91	105.524,14	327.139,49	5,06	456.266,42	104.666,62	323.160,17	5,18	480.245,74	
	Educação Especial	10.003,00	10.003,00	0,00	0,00	0,00	10.003,00	0,00	0,00	0,00	10.003,00	
	Cultura	57.001,00	57.001,00	0,00	2.500,00	0,04	54.501,00	0,00	2.500,00	0,04	54.501,00	
	Diffusão Cultural	57.001,00	57.001,00	0,00	2.500,00	0,04	54.501,00	0,00	2.500,00	0,04	54.501,00	
	Direitos da Cidadania	8.004,07	38.004,07	1.252,30	2.423,30	0,04	35.580,77	2.333,30	2.423,30	0,04	35.580,77	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	8.004,07	38.004,07	1.252,30	2.423,30	0,04	35.580,77	2.333,30	2.423,30	0,04	35.580,77	
Urbanismo	1.042.755,00	1.059.514,21	331.264,58	856.062,51	13,25	203.451,70	357.319,24	836.218,18	13,41	223.296,03		
Infra-Estrutura Urbana	92.754,00	109.513,21	13.730,34	49.960,89	0,77	59.552,32	13.730,34	49.960,89	0,80	59.552,32		
Serviços Urbanos	950.001,00	950.001,00	317.534,24	806.101,62	12,48	143.899,38	343.588,90	786.257,29	12,61	163.743,71		
Habituação	2.005,00	2.005,00	0,00	0,00	0,00	2.005,00	0,00	0,00	0,00	2.005,00		
Habituação Rural	2.005,00	2.005,00	0,00	0,00	0,00	2.005,00	0,00	0,00	0,00	2.005,00		
Saneamento	30.002,00	30.002,00	6.327,60	9.163,42	0,14	20.838,58	6.327,60	9.163,42	0,15	20.838,58		
Saneamento Básico Urbano	30.002,00	30.002,00	6.327,60	9.163,42	0,14	20.838,58	6.327,60	9.163,42	0,15	20.838,58		
Gestão Ambiental	215.002,00	215.002,00	31.653,01	59.259,97	0,92	155.742,03	32.444,51	59.157,27	0,95	155.844,73		
Preservação e Conservação Ambiental	147.502,00	147.502,00	31.653,01	59.049,97	0,91	88.452,03	32.444,51	58.947,27	0,95	88.554,73		

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	9.672.279,88	10.475.194,42	2.379.329,49	6.459.508,97	4.015.685,45	2.591.841,10	6.235.589,56	100,00
Turismo	215.002,00	215.002,00	31.653,01	59.259,97	155.742,03	32.444,51	59.157,27	0,95
Agricultura	67.500,00	67.500,00	0,00	210,00	67.290,00	0,00	210,00	0,00
Extensão Rural	617.009,00	617.009,00	127.150,33	311.906,97	305.102,03	129.493,27	307.726,04	4,93
Transporte	617.009,00	617.009,00	127.150,33	311.906,97	305.102,03	129.493,27	307.726,04	4,93
Transporte Rodoviário	362.500,94	362.500,94	74.142,09	78.192,09	284.308,85	72.502,33	76.552,33	1,23
Desporto e Lazer	362.500,94	362.500,94	74.142,09	78.192,09	284.308,85	72.502,33	76.552,33	1,23
Desporto Comunitário	113.001,00	113.001,00	22.546,81	53.902,89	59.098,11	31.470,31	53.872,89	0,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	113.001,00	113.001,00	22.546,81	53.902,89	59.098,11	31.470,31	53.872,89	0,86
	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.672.279,88	10.475.194,42	2.379.329,49	6.459.508,97	4.015.685,45	2.591.841,10	6.235.589,56	100,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS Prefeita Municipal	Joelcio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0	MAICSON MONTIBELLER Secretário da Fazenda
---	--	--

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2016 A JUNHO/2017

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	RS 1,00
				Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)																	
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.117.072,19	1.010.592,41	905.313,63	1.077.669,17	1.476.033,90	2.155.554,57	1.122.873,20	1.268.341,70	1.023.043,54	1.251.591,15	1.241.667,62	1.146.379,62	14.736.872,70	9.835.915,88		
IPT.U.		12.316,43	43.350,10	10.665,51	6.138,54	12.168,70	77.626,34	9.525,51	4.535,23	11.180,98	45.098,10	34.349,09	10.693,68	277.628,21	225.500,69		
I.R.R.F.		369,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.205,42	13.981,66	625,00	42.181,50	25.000,00		
I.S.S.		2.799,27	6.314,24	5.249,86	2.089,52	7.611,94	16.823,92	2.318,05	1.329,50	5.646,47	1.297,94	2.694,53	1.897,27	56.162,91	60.000,00		
I.T.E.I.		6.951,49	4.138,68	4.076,90	3.460,76	2.621,40	1.235,39	1.079,17	0,00	692,67	1.240,00	8.400,38	5.220,67	39.207,51	12.000,00		
Outras Receitas Tributárias		2.198,25	32.907,18	1.338,75	597,86	1.935,36	59.767,03	6.128,29	3.205,73	4.851,84	15.254,74	9.272,62	2.830,74	140.276,29	128.500,69		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		4.299,67	4.805,82	4.309,47	4.712,11	4.214,71	4.065,94	5.025,72	5.752,37	5.234,70	7.538,81	5.492,62	4.690,49	60.142,43	30.001,00		
RECEITA PATRIMONIAL		18.291,26	15.928,17	12.394,05	10.992,71	13.041,69	17.681,15	15.186,88	12.626,61	17.020,93	17.262,83	37.466,39	15.629,33	203.502,00	31.001,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.081.787,21	946.328,78	877.382,26	965.609,52	1.422.826,14	2.047.568,43	1.088.767,49	1.245.197,76	985.432,32	1.161.074,11	1.163.422,17	1.114.710,80	14.131.105,99	8.852.112,19		
Cota-Parte do FPM.		574.515,35	465.940,62	378.821,49	459.849,52	838.988,98	1.311.543,46	557.723,59	714.963,63	447.992,93	539.743,28	612.970,67	594.316,40	7.467.262,92	4.015.780,00		
Cota-Parte do ICMS.		258.637,34	256.714,11	274.231,78	284.224,99	276.319,30	304.384,18	316.559,56	280.899,30	294.982,75	305.679,62	278.970,55	283.738,80	3.425.642,28	2.000.659,01		
Cota-Parte do IPVA.		15.692,40	16.016,56	13.271,94	10.665,47	5.002,63	6.306,00	7.146,78	11.977,28	18.647,96	22.230,32	23.466,73	23.967,91	174.575,98	80.000,00		
Cota-Parte do ITR.		414,3	0,00	556,65	1.292,66	19,27	0,00	79,50	7,47	0,00	23,31	14,77	7,71	2.032,97	1.500,00		
Outras Transferências Correntes		112.494,38	84.035,26	84.061,29	95.706,17	151.443,51	261.480,58	67.831,18	102.905,55	85.739,70	152.726,67	110.470,04	90.214,57	1.398.116,90	1.856.792,18		
Transferências da LC 61/1999		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências da LC 87/1996		1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,45	1.076,45	1.076,45	1.076,45	1.076,45	1.076,45	12.918,12	13.000,00		
Transferências do FUNDEB		119.139,74	122.643,66	125.342,34	142.814,14	146.975,88	162.775,64	139.350,43	133.345,08	137.402,53	139.594,46	135.762,96	141.388,96	1.648.555,82	894.401,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		377,62	599,54	562,34	216,29	23.782,66	8.432,71	3.367,60	229,73	4.174,61	20.967,30	957,35	695,32	64.263,07	697.301,00		
DEDUÇÕES (II)		130.945,64	148.626,28	134.354,26	152.224,65	225.123,67	266.121,66	177.311,82	202.693,30	153.144,62	174.579,73	184.215,74	177.403,64	2.126.715,21	175.900,00		
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		130.945,64	148.626,28	134.354,26	152.224,65	225.123,67	266.121,66	177.311,82	202.693,30	153.144,62	174.579,73	184.215,74	177.403,64	2.126.715,21	175.900,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		986.126,55	861.966,13	770.959,37	925.444,52	1.250.910,23	1.889.432,91	945.561,38	1.065.678,40	869.898,92	1.077.351,42	1.057.451,88	968.975,98	12.610.157,49	9.680.015,88		
FONTE:																	
Lageado do Lagado, 10/08/2017																	

MARCSON MONTIBELLER
Secretário da Fazenda

Joelson Machado
Contador - CRCSC 008.103/00

MARU GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 30 Abr 2017 (B)	Em 30 Jun 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.086.553,44	2.531.375,46	1.999.241,14
Disponibilidade de Caixa	2.086.553,44	2.531.375,46	1.999.241,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.170.528,88	3.226.985,67	2.721.702,04
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	83.975,44	695.610,21	722.460,90
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Jun 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	145.000,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Joelsio Machado

Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER

Secretário da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.649.014,88	5.869.725,01	5.458.135,84
Receita Tributária	225.500,69	115.352,59	154.099,26
I.P.T.U.	25.000,00	41.812,08	39.149,25
I.S.S.	60.000,00	15.273,76	31.478,37
I.T.B.I.	12.000,00	16.722,89	15.893,26
I.R.R.F.	80.000,00	1.901,75	33.208,06
Outras Receitas Tributárias	48.500,69	39.642,11	34.370,32
Receita de Contribuição	30.001,00	33.734,71	32.336,72
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	30.001,00	33.734,71	32.336,72
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	31.001,00	115.192,97	95.881,88
(-) Aplicações Financeiras	11.001,00	115.192,97	95.881,88
Transferências Correntes	8.676.212,19	5.690.285,80	5.258.199,61
F.P.M.	3.915.760,00	2.750.178,97	2.550.726,23
I.P.V.A	64.000,00	85.941,99	84.989,71
I.C.M.S.	1.950.659,01	1.416.904,89	1.267.728,73
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.745.793,18	1.437.259,95	1.354.754,94
Demais Receitas Correntes	697.301,00	30.351,91	13.500,25
Dívida Ativa	2.350,00	1.597,76	4.096,54
Diversas Receitas Correntes	694.951,00	28.754,15	9.403,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	12.264,00	22.684,31	337.245,48
Operações de Crédito (III)	1.006,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.256,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	10.002,00	22.684,31	337.245,48
Convênios	10.000,00	22.684,31	337.245,48
Outras Transferências de Capital	2,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	10.002,00	22.684,31	337.245,48
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.659.016,88	5.892.409,32	5.795.381,32

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.516.501,41	5.888.453,91	5.029.249,12	5.691.679,45	4.953.970,79
Pessoal e Encargos Sociais	4.636.349,19	3.221.739,14	2.945.674,67	3.221.739,14	2.945.674,67
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.880.151,22	2.666.714,77	2.083.574,45	2.469.940,31	2.008.296,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.516.500,41	5.888.453,91	5.029.249,12	5.691.679,45	4.953.970,79
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	898.693,01	571.055,06	967.704,84	543.910,11	939.533,84
Investimentos	898.692,01	571.055,06	967.704,84	543.910,11	939.533,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	898.692,01	571.055,06	967.704,84	543.910,11	939.533,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	10.475.192,42	6.459.508,97	5.996.953,96	6.235.589,56	5.893.504,63
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-816.175,54	-567.099,65	-201.572,64	-343.180,24	-98.123,31
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	573.473,72	-	567.275,46	0,00
Superávit Financeiro	-	573.473,72	-	567.275,46	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-13.261,00

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Chapadao do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER
Secretario da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016												
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)														
EXECUTIVO														
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	55.975,14	28.000,30	57.772,88	-	26.202,56	10.325,03	10.325,03	-	53.272,30	111.045,18				
Fundo de Assistência Social	55.975,14	28.000,30	57.772,88	0,00	26.202,56	10.325,03	10.325,03	0,00	53.272,30	111.045,18				
SECRETARIA DA AGRICULTURA	55.749,71	24.257,26	57.547,45	0,00	22.459,52	9.838,53	9.838,53	0,00	35.041,79	92.589,24				
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	768,81	0,00	768,81	0,00	0,00	905,00	905,00	0,00	1.591,69	2.360,50				
SECRETARIA DA FAZENDA	73,00	2.174,00	73,00	0,00	2.174,00	210,00	210,00	0,00	1.289,40	1.342,40				
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	35.223,02	16.195,36	36.985,49	0,00	14.462,89	8.655,00	8.655,00	0,00	5.984,95	42.950,44				
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	1.796,50	15,37	0,00	1.781,13	68,53	68,53	0,00	2.837,85	2.837,85				
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	290,08	13,00	290,08	0,00	13,00	0,00	0,00	0,00	15.847,38	16.137,46				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO	19.394,80	2.878,40	19.434,70	0,00	2.838,50	0,00	0,00	0,00	7.525,89	26.960,59				
Fundo Municipal de Saúde	225,43	3.743,04	225,43	0,00	3.743,04	486,50	486,50	0,00	18.230,51	18.455,94				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)														
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL (III) = (I + II):	55.975,14	28.000,30	57.772,88	0,00	26.202,56	10.325,03	10.325,03	0,00	53.272,30	111.045,18				
FONTE:														

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita MunicipalJoeliso Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0MAICSON MONTIBELLER
Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	179.850,00	179.850,00	77.968,33	43,35
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	26.200,00	26.200,00	42.408,05	161,86
1.1.1- IPTU	25.000,00	25.000,00	41.812,08	167,25
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.200,00	1.200,00	595,97	49,66
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	13.000,00	13.000,00	16.728,90	128,68
1.2.1- ITBI	12.000,00	12.000,00	16.722,89	139,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	6,01	0,60
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.650,00	60.650,00	16.929,63	27,91
1.3.1- ISS	60.000,00	60.000,00	15.273,76	25,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	650,00	650,00	1.655,87	254,75
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	1.901,75	2,38
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.143.919,01	6.143.919,01	5.346.599,17	87,02
2.1- Cota-Parte FPM	4.013.760,00	4.013.760,00	3.437.723,50	85,65
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.013.760,00	4.013.760,00	3.437.723,50	85,65
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.000.659,01	2.000.659,01	1.771.130,58	88,53
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	13.000,00	13.000,00	6.458,70	49,68
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	35.000,00	35.000,00	23.726,65	67,79
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	132,76	8,85
2.6- Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	107.426,98	134,28
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.323.769,01	6.323.769,01	5.424.567,50	85,78
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	163.002,00	163.002,00	136.113,62	83,50
5.1- Transferências do Salário-Educação	88.002,00	88.002,00	92.520,49	105,13
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	17.337,60	43,34
5.4- Transferências Diretas - PNATE	35.000,00	35.000,00	23.219,32	66,34
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	3.036,21	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	110.509,04	110.509,04	85.928,45	77,76
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	283.512,04	283.512,04	222.042,07	78,32

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	175.900,00	175.900,00	1.069.318,85	607,91
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	100.000,00	100.000,00	687.544,53	687,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	50.000,00	50.000,00	354.225,69	708,45
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.600,00	2.600,00	1.291,74	49,68
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.000,00	7.000,00	4.745,36	67,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	26,54	8,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	16.000,00	16.000,00	21.484,99	134,28
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	884.401,00	884.401,00	826.844,42	93,49
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	884.401,00	884.401,00	826.844,42	93,49
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	708.501,00	708.501,00	-242.474,43	-34,22

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	563.240,80	616.386,13	603.465,47	97,90	603.465,47	97,90
13.1- Com Educação Infantil	192.254,50	207.254,50	207.159,52	99,95	207.159,52	99,95
13.2- Com Ensino Fundamental	370.986,30	409.131,63	396.305,95	96,87	396.305,95	96,87
14- OUTRAS DESPESAS	323.660,20	297.660,20	207.498,07	69,71	207.268,07	69,63
14.1- Com Educação Infantil	125.645,50	110.645,50	101.737,45	91,95	101.737,45	91,95
14.2- Com Ensino Fundamental	198.014,70	187.014,70	105.760,62	56,55	105.530,62	56,43
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	886.901,00	914.046,33	810.963,54	88,72	810.733,54	88,70
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB					VALOR	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						810.733,54
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						72,98
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						25,07
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						1,95
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 2						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	763.902,91	763.902,91	327.139,49	42,82	323.160,17	42,30
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.529.103,85	1.536.249,18	1.116.744,92	72,69	1.031.700,06	67,16
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	569.001,00	596.146,33	502.066,57	84,22	501.836,57	84,18
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	960.102,85	940.102,85	614.678,35	65,38	529.863,49	56,36
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.293.006,76	2.300.152,09	1.443.884,41	62,77	1.354.860,23	58,90
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-242.474,43
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-242.474,43
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						1.597.334,66
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						29,45
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	88.002,00	121.002,00	41.604,00	34,38	41.604,00	34,38
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	192.008,04	202.008,04	162.888,49	80,63	151.780,42	75,14
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	280.011,04	323.011,04	204.492,49	63,31	193.384,42	59,87
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.573.017,80	2.623.163,13	1.648.376,90	62,84	1.548.244,65	59,02
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	28.145,33	26.902,07
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	828.299,40	92.520,49
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	654.733,61	44.659,00
48.1 Orçamento do Exercício	654.733,61	41.604,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	3.055,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	2.483,12
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	201.711,12	77.246,68
51- (+) Ajustes	7.326,96	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	7.326,96	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	209.038,08	77.246,68

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER
Secretário da Fazenda

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS			
								Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100	
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				179.850,00		179.850,00		77.968,33		43,35	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				25.000,00		25.000,00		41.812,08		167,25	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				12.000,00		12.000,00		16.722,89		139,36	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				60.000,00		60.000,00		15.273,76		25,46	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				80.000,00		80.000,00		1.901,75		2,38	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				450,00		450,00		188,01		37,34	
Dívida Ativa dos Impostos				2.250,00		2.250,00		1.452,31		64,55	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				150,00		150,00		637,53		425,02	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				6.314.042,01		6.314.042,01		5.346.875,17		84,68	
Cota-Parte FPM				4.013.760,00		4.013.760,00		3.437.723,50		85,65	
Cota-Parte ITR				1.500,00		1.500,00		132,76		8,85	
Cota-Parte IPVA				80.000,00		80.000,00		107.426,98		134,28	
Cota-Parte ICMS				2.000.659,01		2.000.659,01		1.771.130,58		88,53	
Cota-Parte IPI-Exportação				35.000,00		35.000,00		23.726,65		67,79	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				183.123,00		183.123,00		6.734,70		3,68	
Desoneração ICMS (LC 87/96)				13.000,00		13.000,00		6.458,70		49,68	
Outras				170.123,00		170.123,00		276,00		0,16	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				6.493.892,01		6.493.892,01		5.424.843,50		83,54	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (c)		RECEITAS REALIZADAS			
								Até o Bimestre (d)		% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				264.602,00		264.602,00		198.532,99		75,03	
Provenientes da União				264.602,00		264.602,00		198.532,99		75,03	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				3,00		3,00		0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				26.503,00		26.503,00		22.846,98		86,21	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				291.108,00		291.108,00		221.379,97		76,05	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
								Até o Bimestre (f)		% (f/e)*100	
								Até o Bimestre (g)		% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES				1.566.452,63		1.777.427,17		1.210.789,95		68,12	
Pessoal e Encargos Sociais				746.802,00		746.802,00		558.850,86		74,83	
Outras Despesas Correntes				819.650,63		1.030.625,17		651.939,09		63,26	
DESPESAS DE CAPITAL				52.509,40		107.544,86		2.033,00		1,89	
Investimentos				52.509,40		107.544,86		2.033,00		1,89	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	52.509,40	107.544,86	2.033,00	1,89	2.033,00	1,89
Investimentos	52.509,40	107.544,86	2.033,00	1,89	2.033,00	1,89
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.618.962,03	1.884.972,03	1.212.822,95	64,34	1.175.584,50	62,37
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	361.123,59	600.472,49	371.093,78	30,60	355.757,14	30,26
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	357.616,59	596.965,49	371.093,78	30,60	355.757,14	30,26
Recursos de Operações de Crédito	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	3.504,00	3.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	361.123,59	600.472,49	371.093,78	30,60	355.757,14	30,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.257.838,44	1.284.499,54	841.729,17	69,40	819.827,36	69,74
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						15,11
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						6.100,83

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (m/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (n/Total m)*100
Atenção Básica	1.564.959,03	1.817.887,25	1.185.004,30	97,47	1.152.125,85	97,76
Vigilância Sanitária	50.001,00	50.001,00	25.946,65	2,13	25.946,65	2,20
Vigilância Epidemiológica	11.002,00	24.083,78	4.755,32	0,39	395,32	0,03
TOTAL	1.625.962,03	1.891.972,03	1.215.706,27	100,00	1.178.467,82	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita MunicipalJoelcio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0MAICSON MONTIBELLER
Secretário da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026

NADA A DECLARAR

FONTE:

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER
Secretário da Fazenda

Município de Chapadao do Lageado - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		9.672.279,88		
Previsão Atualizada		9.672.279,88		
Receitas Realizadas		6.007.602,29		
Déficit Orçamentário		227.987,27		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		567.275,46		
DESPESAS				
Dotação Inicial		9.672.279,88		
Créditos Adicionais		802.914,54		
Dotação Atualizada		10.475.194,42		
Despesas Empenhadas		6.459.508,97		
Despesas Liquidadas		6.235.589,56		
Despesas pagas		5.570.901,54		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		6.459.508,97		
Despesas Liquidadas		6.235.589,56		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		12.610.157,49		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		145.000,00	0,00	0,00
Resultado Primário		-13.261,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	63.597,33	0,00	10.325,03	53.272,30
EXECUTIVO	63.597,33	0,00	10.325,03	53.272,30
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	83.975,44	0,00	26.202,56	57.772,88
EXECUTIVO	83.975,44	0,00	26.202,56	57.772,88
TOTAL:	147.572,77	0,00	36.527,59	111.045,18
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.597.334,66	25%	29,45
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		603.465,47	60%	72,98
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.006,00	
Despesa de Capital Líquida		543.910,11	354.782,90	

Continua 1/2

Município de Chapadão do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	1.256,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	61.040,50

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	819.827,36	15,00	15,11

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Chapadão do Lageado, 10/08/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
 Prefeita Municipal

Joelsio Machado
 Contador - CRC/SC 026.103/O-0

MAICSON MONTIBELLER
 Secretário da Fazenda

Chapécó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 34.523, DE 25 DE JULHO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.523, DE 25 DE JULHO DE 2017.

Abre Crédito Orçamentário pelo Superávit Financeiro, no Orçamento programa de 2017.

O Prefeito Municipal de Chapécó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapécó e autorização contida na Lei Municipal nº 6920/16 de 14 de Dezembro de 2016.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO E MOBILIDADE

05.05 - Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade

(491) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.072-3890 - Aplicação Direta
..... 89.900,00

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED

06.06 - Secretaria de Educação

(490) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.134-3320 - Aplicação Direta
..... 323.988,01

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos abaixo relacionada:

Fonte de Recurso: 3320 - Sup. Finan. Exer. Ant. - Transf. de Conv. - União - Educação

Fonte de Recurso: 3890 - Sup. Finan. Exer. Ant. - Alienação de Bens

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina,

em 25 de julho de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.528, DE 25 DE JULHO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.528, DE 25 DE JULHO DE 2017.

Abre Crédito Orçamentário pelo Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2017.

O Prefeito Municipal de Chapécó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapécó, autorização contida na Lei Municipal nº 6920/16 de 14 de Dezembro de 2016.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO E MOBILIDADE

05.05 - Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade

(105) 3.3.30.00.00.00.00.00.2.072-1006 - Transfer. a Estados e ao Distrito Federal 200.000,00

(96) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.065-1000 - Aplicação Direta
..... 700.000,00

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED

06.06 - Secretaria de Educação

(163) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.122-1010 - Aplicação Direta
..... 1.500.000,00

(156) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.121-1010 - Aplicação Direta
..... 1.500.000,00

07 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE

07.07 - Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente

(198) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.201-1000 - Aplicação Direta
..... 300.000,00

09 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

09.09 - Secretaria de Infraestrutura Urbana

(286) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.281-1000 - Aplicação Direta
..... 5.000.000,00

(264) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.252-1000 - Aplicação Direta
..... 1.000.000,00

31 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO

31.31 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

(366) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.503-1000 - Aplicação Direta
..... 30.000,00

(404) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.523-1000 - Aplicação Direta
..... 500.000,00

35 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

35.35 - Secretaria de Comunicação Social

(475) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.592-1000 - Aplicação Direta
..... 1.870.000,00

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação com base na tendência do exercício nas fontes de recursos abaixo relacionadas:

Fonte de Recurso: 1000 - Recursos Ordinários

Fonte de Recurso: 1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Educação

Fonte de Recurso: 1006 - Recursos Ordinários - Fundo Policia Militar

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina,

em 25 de julho de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.529, DE 25 DE JULHO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.529, DE 25 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre a criação e nomeação dos membros da Comissão Organizadora para Elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. Fica criada a Comissão Organizadora para Elaboração do

Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres.

Art. 2º. Ficam nomeados para compor a Comissão Organizadora para Elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEASC

- a) Titular: Jeanice Xavier Baez
- b) Suplente: Débora Parizotto
- c) Titular: Cristiane Seben
- d) Suplente: Adriana Dassoler
- e) Titular: Gilmar Cortina
- f) Suplente: Majuliê Giolo Leite
- g) Titular: Eliane Santin
- h) Suplente: Ana Paula Machado
- i) Titular: Keli Magali de Oliveira Duarte
- j) Suplente: Cláudia Strasser
- k) Titular: Márcia de Abreu Guelber
- l) Suplente: Juliana Gemelli
- m) Titular: Claudete Teresinha Moraes
- n) Suplente: Célia Dulce Hirt
- o) Titular: Paula Nichele Mastrogiacomio Hübner
- p) Suplente: Suzi Carina Chaves

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SEDUC:

- a) Titular: Nadia Sasso
- b) Suplente: Mariana Vargas Becker

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SESAU:

- a) Titular: Elizene Lara da Silveira
- b) Suplente: Vanessa Pagliari Cortina

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/SECUL

- a) Titular: Eliane Costa Curta
- b) Suplente: Luciele Pompeo

V - POLÍCIA MILITAR – GUARDIÃO MARIA DA PENHA

- a) Titular: Dayse M. Mascarello
- b) Suplente: Ismael D. Petrucci Jr

VI - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO E MOBILIDADE/SE-DEMOB

- a) Titular: Luciane Aparecida Filipini Stobe
- b) Suplente: Leila Janine Antonini de Souza

VII - CONSELHO TUTELAR REGIÃO SUL

- a) Titular: Lucilei Longo barro
- b) Suplente: Maria Elizabete Lopes

VIII - CONSELHO TUTELAR REGIÃO NORTE:

- a) Titular: Eliana Olga Moro Espíndola
- b) Suplente: Sandra Simone Ranno

IX - DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER E IDOSO - DPCAMI:

- a) Titular: Jiana Cella
- b) Suplente: Rosane Camargo da Rosa

X - UNIMED CHAPECÓ

- a) Titular: Jaqueline Schinaider
- b) Suplente: Juciele Wrublewski

XI - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

- a) Titular: Flávia Rubiane Durgante
- b) Suplente: Carolina Rosa Listone

XII - OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL 5ª SUBSEÇÃO CHAPECÓ

- a) Titular: Sandra Lúcia Fagundes
- b) Suplente: Eldecira Rosa da Silva

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 25 de julho de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.530, DE 25 DE JULHO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.530, DE 25 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 34.448, de 10 de julho de 2017, que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. O item 1 da alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 34.448, de 10 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

I -

a);

1. Titular: Débora Angélica Parisotto."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 25 de julho de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.531, DE 25 DE JULHO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.531, DE 25 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, que nomeia os membros que constituem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O item 1 da alínea "e" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

I -

e)

1. Titular - Amarildo Sperandio de Bairros - Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer/SEJEL;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 25 de julho de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.532, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.532, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. O item 2 da alínea "d" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.:
II -:
d):
2 - Titular - Marlon Aldebrand - Ordem dos Advogados do Brasil/OAB - 5ª Subseção de Chapecó;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 01 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.533, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.533, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Municipal nº. 4.776/04,

DECRETA :

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, gestão 2017/2019:

I - DA ESFERA DO GOVERNO MUNICIPAL:**a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEASC:**

1 - Titular: Joana de Paula Minaraski

2 - Suplente: Ivete Maria Valdameri Scapinello

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SEDUC:

1 - Titular: Rubia Teresinha Ferreira Muller Zatt

2 - Suplente: Sergio Antônio Riboli

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER/SEJEL

1 - Titular: Ciro Villa Sanches

2 - Suplente: Vanderlei Morera

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SECUL

1 - Titular: Elenira Holzapfel

2 - Suplente: Evanise Rodrigues

e) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/SECUL

1 - Titular: Damiana Fernandes de Mello

2 - Suplente: Ana Lucia Marchalek

II – DA ESFERA DO GOVERNO FEDERAL

a) Titular: – Elisônia Carin Renk - Instituto Nacional de Seguro Social/INSS

b) Suplente: Silvana Hoffmann Velasques Moreira - Instituto Nacional de Seguro Social/INSS

III – DA ESFERA DO GOVERNO ESTADUAL

a) Titular: Ediane Bergamin - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SDR

b) Suplente: Otília Coelho Rodrigues - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional/SDR

IV - REPRESENTAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

a) ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB/5ª SUBSEÇÃO DE CHAPECÓ:

1 - Titular: Arthur Badalotti Smaniotto

2 - Suplente: Eimar Rudolfo Rudiger

b) SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/SESC

1 - Titular: Auriane Parisotto

2 - Suplente: Miriam Menegatti

c) UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ/UNO-CHAPECÓ

1 - Titular: Clodoaldo Antônio de Sá

2 - Suplente: Fatima Ferretti Tombini

d) ASSOCIAÇÃO DE GRUPO DE IDOSOS PINHEIRINHO

1 - Titular: Antônio Orlandi

2 - Suplente: José Setembrino Ferreira Sagaz

e) GRUPO DE IDOSOS VIVA VIDA/VISTA ALEGRE

1 - Titular: Ires Domingas Huber

f) GRUPO DE IDOSOS ARCO IRES/BAIRRO SÃO PEDRO

1 - Suplente: Juvita Kilian Maciel

g) ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS E HIPERTENSOS DE CHAPECÓ -SC/ ADHI

1 - Titular: Severiano Miotto

2 - Suplente: Maria Salete Trindade

h) ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/ASAPREV

1 - Titular: João Maria Almeida da Silva

2 - Suplente: Augusto Vieira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº. 31222/2015; nº. 32545/2016; nº. 32567/2016; nº. 32646/2016; nº. 32697/2016; nº. 32880/2016; nº. 33028/2016; nº. 33730/2017; nº. 33900/2017; nº. 33901/2017; nº. 34135/2017; nº. 34177/2017; nº. 34223/2017; nº. 34232/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 01 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 34.566, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.566, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Institui a Medalha de Honra do Centenário de Chapecó aos Ex-Prefeitos Municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e, CONSIDERANDO a importância e o dever de manter viva a memória de nossa cidade, quanto ao reconhecimento público dos Ex-Prefeitos Municipais que assumiram definitivamente a titularidade do cargo e conduziram os destinos do Poder Executivo Municipal; CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal tem o dever de homenagear lideranças de nosso município que contribuíram para o seu desenvolvimento e que desempenharam a função de Prefeito Municipal, representando o povo chapecoense.

CONSIDERANDO que no ano de 2017 comemora-se o Centenário de Emancipação Político-Administrativa de Chapecó, sendo um momento marcante da história de nossa cidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Medalha de Honra do Centenário de Chapecó aos Ex-Prefeitos Municipais, em reconhecimento público aos serviços prestados pelos Ex-Prefeitos Municipais que assumiram definitivamente a titularidade do cargo.

Parágrafo único. A referida medalha será concedida uma única vez, no ano do Centenário de Chapecó, durante a realização da XX Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó – EFAPI 2017.

Art. 2º. A medalha será cunhada conforme o disposto no Anexo Único deste Decreto e conterá no verso os dizeres: "MEDALHA DE HONRA DO CENTENÁRIO DE CHAPECÓ AO EX-PREFEITO MUNICIPAL XXXX, CONFORME DECRETO Nº. 34.566, DE 10 DE AGOSTO

DE 2017."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 10 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/2017

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO, para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: FARMACEUTICO BIOQUIMICO/ANALISTA CLINICO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
02º	328291	CARLA ELISE HEINZ RIEG

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 04 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067/2017

O Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, para contratação sob regime celetista, nos respectivos cargos e áreas de atuação, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria da Saúde de Chapecó, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto nº 700-L, Ala Norte da Arena Condá, Centro, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016		
Cargo: Agente de Combate as Endemias		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
26º	200	GRAZIELI CRISTIANA JUNG FORTES
27º	312	DEBORA APARECIDA BRINGHENTI RAMOS
28º	339	ELIANA REGINA RIBAS
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Jardim América (urbana)		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
5º	333	LORIDANE FATIMA BLASI

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Chico Mendes		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
4º	373	ANA FLAVIA CARDOSO DOS SANTOS

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Efapi		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
1º	056	ANDRESSA CARARO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Chapecó-SC, 04 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

GABARITO DEFINITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

GABARITO DEFINITIVO

Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PUBLICO, para o conhecimento dos interessados, em virtude de ter sido julgado improcedentes os recursos interpostos, o gabarito definitivo da prova escrita referente ao Processo Seletivo Público, destinado ao preenchimento de vagas celetistas, para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias.

CARGO: Agente Comunitário de Saúde

1- A	11- C	21- C	31- C	41- B
2- B	12- A	22- A	32- D	42- D
3- C	13- B	23- C	33- A	43- A
4- A	14- D	24- D	34- D	44- B
5- A	15- B	25- D	35- A	45- D
6- B	16- B	26- B	36- C	46- B
7- D	17- C	27- B	37- C	47- B
8- D	18- A	28- A	38- A	48- D
9- C	19- B	29- A	39- C	49- C
10- C	20- C	30- C	40- C	50- D

CARGO: Agente de Combate as Endemias

1- B	11- B	21- A	31- B	41- B
2- D	12- D	22- B	32- D	42- D
3- B	13- C	23- D	33- B	43- A
4- A	14- D	24- C	34- A	44- D
5- C	15- A	25- B	35- C	45- B
6- D	16- C	26- A	36- A	46- B
7- C	17- A	27- C	37- B	47- A
8- A	18- D	28- D	38- A	48- D
9- B	19- B	29- A	39- B	49- C
10- A	20- C	30- B	40- C	50- A

Chapecó-SC, 09 de Agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 006 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ/SC – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 006 de 09 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho do Cofinanciamento Estadual da Assistência Social do município de Chapecó/SC para o ano de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.565 de 27 de março de 2014 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho para o cofinanciamento Estadual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS do município de Chapecó/SC, ano de 2017, para Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, o qual foi apresentado e aprovado na reunião ordinária do CMAS na data de 09 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 09 de agosto de 2017.

Erli Terezinha Abreu

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESUMO DE DECRETOS 11/08/2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--	--

RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
34522	25/07/2017	Exoneração, a pedido, de CARLOS AUGUSTO ARAÚJO DOS SANTOS
34524	25/07/2017	Nomeação de MAURICIO JUNIOR FIDÉLIS
34525	25/07/2017	Nomeação de DERLI STOBÉ
34526	25/07/2017	Nomeação de ERIVELTO DE QUADROS ORTIZ
34527	25/07/2017	Nomeação de JUAREZ JOSÉ BONGIORNO
34534	03/08/2017	Exoneração, a pedido, de RODRIGO MAURÍCIO RIBEIRO
34535	03/08/2017	Exoneração, a pedido, de JOÃO MARIA FERREIRA
34536	03/08/2017	Anula o Decreto nº. 33.539, de 16 de janeiro de 2017, que nomeou GADIEGO CARARO RIBEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Instrutor com Curso Superior AC - Habilitação em Violoncelo/Violino
34537	03/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.377, de 29 de junho de 2017, que nomeou FLAVIO NARDON, para ocupar o cargo de Monitor Social, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34538	03/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.378, de 29 de junho de 2017, que nomeou DIOGO THOMAS MARCHALEK, para ocupar o cargo de Monitor Social, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34539	03/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.380, de 29 de junho de 2017, que nomeou GIOVANI SAVAGNAGO, para ocupar o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, em virtude da não posse dentro do prazo legal

34540	03/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.383, de 29 de junho de 2017, que nomeou CRISTIANE STEIN DE SOUZA, para ocupar o cargo de Monitor Social Pedagogo, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34541	03/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.384, de 29 de junho de 2017, que nomeou DEJANIRA BRUNETTO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34542	03/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.387, de 29 de junho de 2017, que nomeou FERNANDA TRENTIN DE SOUZA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Externos, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34543	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ADSON BATISTA MEDEIROS
34544	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de JOÃO CARLOS VALENTIM VEIGA JÚNIOR
34545	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ROMUALDO ARTI CARVALHO DE LIMAS
34546	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de ADILSON BRIZOLA
34547	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MARCIO FRANCISCO RAZIA
34548	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MARCELO LOPES BARALDI
34549	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MAURI MENEZES
34550	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de THIAGO DAMBROS
34551	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de RAFAELA ROSSI MARQUES
34552	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de CAMILA DOS ANJOS
34553	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de MARISTELA PERREIRA PUTZEL
34554	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de EDNA MENEGATTI
34555	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de DONATELLA CAROLINA KELLER AGNOLETTI
34556	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de DEBORA RUBAS
34557	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de DORACI BRUTSCHER WISKOW
34558	03/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de DANIELE SINGER
34559	03/08/2017	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, à servidora pública municipal LEIA BORGES VIEIRA ASSUMPÇÃO
34560	04/08/2017	Concede Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade ao servidor público municipal ALAN HENRIQUE MARTINS ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Juízo da 94ª Zona Eleitoral de Chapecó
34561	04/08/2017	Concede Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade à servidora pública municipal FERNANDA FABIANA LEDRA, à Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
34562	04/08/2017	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal DALVA GUERREIRO DE JESUS

34563	04/08/2017	Cessa os efeitos do Decreto nº. 10.024, de 5 de fevereiro de 2002, que concedeu pensão aos dependentes da servidora pública municipal SALETE TEREZINHA PASTORIO, tendo em vista o falecimento do pensionista MARCELINO ANTONIO PASTORINO, em 17 de outubro de 2016 e tendo em vista que o pensionista FÁBIO FRANCISCO PASTORINO, completou 21 anos de idade em 27 de abril de 2016
-------	------------	--

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 100 DE 2017

Portaria Nº 100/17

Exonerar, a pedido, servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, rESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo ANDREI VINICIUS HAUSER ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 8 de agosto de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 08 de agosto de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 15/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 29/2017.

ADITIVO Nº: 15/2017.

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: TATIANE BEATRIZ TALAMINE.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 30/PMCS/2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 02/PMCS/2017.

Objeto do contrato: Serviços de bombeiros particulares, para realização da CocalFest.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a alteração da Cláusula nona do contrato firmado entre as partes em 15/05/2017.

Assinatura: 28/07/2017.

Vigência: Início: 28/07/2017 Término: 31/12/2017.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 49/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 49/2017

DATA: 01/AGOSTO/2017

CONTRATADA: DATATEM SOLUÇÕES LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL DE CONEXÃO AS REDES DE DADOS, COM USO DA APN PRIVADA, COM CONEXÃO DIRETA, PARA ACOMPANHAMENTO ON LINE DOS NÍVEIS DE MEDIÇÃO DO RESERVATÓRIO E DO ACIONAMENTO A DISTANCIA DOS CONJUNTOS MOTO BOMBA COM FORNECIMENTO DE 06(SEIS) CHIPS.

VALOR: R\$ 1.132,80 (HUM MIL, CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS) ANUAL.

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 10/AGOSTO/2017

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 50/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 50/2017

DATA: 01/AGOSTO/2017

CONTRATADA: LUTOP INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA – EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 350 METROS DE CONCERTINA DUPLA CLIPADA, DIÂMETRO 450 MM, GALVANIZADA, COM NO MÍNIMO 08 VOL-TAS EM CADA METRO E COM 05 UNIDADES DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO/AVISO PARA CADA MUDANÇA DE DIREÇÃO DA CONCERTINA, PARA USO NO MURO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DESTA AUTARQUIA, CONFORME O ANEXO I DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017, CONFORME TABELA ABAIXO:

Item	Descrição	Qtide	Marca	R\$ Unit	R\$ Total
01	Concertina Dupla Clipada, diâmetro 450 mm, galvanizada, com no mínimo 08 voltas em cada metro e com 05 unidades de placas de sinalização/aviso para cada mudança de direção da concertina, para uso no muro da Estação de Tratamento de Água desta Autarquia. OBS: Nas 05 unidades de placas de sinalização/aviso, solicitadas acima, incluir texto alertando para a segurança das pessoas de que o material é perigoso e cortante/perfurante, com nome da empresa fabricante e o telefone da mesma.	350 me-tros	SCUDO	13,55	4.742,50

VALOR: R\$ 4.742,50(QUATRO MIL, SETECENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31/12/2017

DATA: 10/AGOSTO/2017
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 51/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 51/2017 – 1º ADITIVO AO CONTRATO 37/2016

DATA: 02/AGOSTO/2017

CONTRATADA: MICRONEC AGÊNCIA E COMPUTAÇÃO EIRELLI

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM DO SITE WWW.SAMAE.COCALDOSUL.SC.GOV.BR.

VALOR: R\$ 235,87(DUZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 10/AGOSTO/2017

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 52/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 52/2017 – 1º ADITIVO AO CONTRATO 46/2016

DATA: 04/AGOSTO/2017

CONTRATADA: VISANI TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELLI-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 137,50 SACAS DE RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE, EMBALADOS EM SACAS DE 25 KG, A SER USADO PARA TAPAR AS TRAVESSIAS DE PISTAS AONDE O SAMAE EFETUA MANUTENÇÃO OU AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA DA SEDE E COMUNIDADES.

VALOR: R\$ 2.612,50(DOIS MIL, SEISCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31/12/2017

DATA: 10/AGOSTO/2017

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017 – FIA AQUISIÇÃO DE BENS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017 – FIA
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de brinquedos e jogos educativos para os projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme Resolução CMDCA nº 124/2016 de 08 de setembro de 2016, com recursos próprios do FIA, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 23/08/2017

Início da Sessão: dia 23/08/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações", e no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2017.

DENISE JUSTI LOPES

Gestora do FIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017 – FMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017 – FMC
Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviços de fotografia e filmagem, tradução e interpretação de libras, apresentações de dança e realização de oficinas artísticas, a serem realizadas no Centro Cultural Concórdia, neste Município, visando o desenvolvimento das atividades inerentes ao projeto denominado "Plano Anual de Atividades do Centro Cultural Concórdia 2017", com recursos do convênio PRONAC-MECENATO, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 23/08/2017.

Abertura: dia 23/08/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2017.

JULIO GOMES

Diretor-Geral da FMC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 80/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 80/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAE – Mais Educação Ensino Fundamental, no valor de R\$ 5.949,80 (cinco mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos).

Concórdia SC, 10 de agosto de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 81/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 81/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 1.314,40 (um mil trezentos e quatorze reais e quarenta centavos), EJA, no valor de R\$ 96,00 (noventa e seis reais), Creche, no valor de R\$ 46.095,60 (quarenta e seis mil noventa e cinco reais e sessenta centavos), Pré Escola, no valor de R\$ 17.374,20 (dezesete mil e trezentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), Ensino Fundamental, no valor de R\$ 42.031,20 (quarenta e dois mil trinta e um reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 10 de agosto de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1/2017

ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO, doravante denominado MUNICÍPIO e a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, pelo 20º BATALHÃO, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo Tenente-Coronel da Polícia Militar, senhor SÉRGIO ROGÉRIO SILVA DE VARGAS.

OBJETO: Cessão de uso do bem imóvel "Casa do Papai Noel", situado na Praça Prefeito Dogelo Goss, Centro, nesta Cidade, a ser utilizada como base da Polícia Militar, das 8h às 20h, visando à cooperação no atendimento aos serviços de segurança pública, atendendo o interesse para coletividade.

PRAZO: 4 (quatro) anos, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 30 de maio de 2017.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO FMEC Nº 6/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 6/2017

ESPÉCIE: Termo de Fomento celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO FUTEBOL CONCORDIENSE, inscrita no CNPJ sob nº 22.325.698/0001-58, com sede na Rua Dionísio Alberto Boff, 71, Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor JACIEL SEGALA.

OBJETO: A presente parceria tem por objeto em conjunção de esforços com FMEC, incentivar e difundir o esporte, tendo como finalidade a representação do Município em competições de Futebol em competições regionais, estaduais e amistosos nas categorias Infantil (sub-15), Juvenil (sub-17), Juniores (sub-20) e Joguinhos Abertos de SC, através do repasse financeiro, para a PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 116.250,00.

PRAZO: Até 31.12.2017, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2017.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO E RESPONSABILIDADE Nº 1/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO E

RESPONSABILIDADE Nº 1/2017

ESPÉCIE: Termo de Permissão e Responsabilidade celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO e a EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA – CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE SUÍNOS E AVES – CNPSA, inscrita no CNPJ sob nº 00.348.003/0065-85, representada pela sua Chefe-Geral, senhora JANICE REIS CIACCI ZANELLA, inscrita no CPF sob nº 586.812.306-97.

OBJETO: Cedência de uso do pátio da Secretaria Municipal de Transportes, localizada na Rua Adílio Hilário Mützenberg, 1.000, Bairro Guilherme Reich, Concórdia, SC, para estacionamento do ônibus, placa MEB 5838, de propriedade da PERMISSSIONÁRIA, no período noturno, de segunda a sexta-feira, e durante todo o dia, aos sábados, domingos e feriados.

PRAZO: Até 31.12.2020, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 6 de julho de 2017.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3/2017

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre os procedimentos e prazos para a geração e remessa das informações no Sistema e-Sfinge e pelos Órgãos e Entidades dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal à Auditoria Geral do Município.

A AUDITORIA GERAL do MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 199, de 13 de agosto de 2001 e alterações, para o exercício das competências do Controle Interno e considerando:

- que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Estadual, instituiu o Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-Sfinge, por meio da Instrução Normativa N.TC-004/2004 e alterações;

- a necessidade de adaptar e normatizar as disposições da Instrução Normativa N.TC-004/2004, de 8 de dezembro de 2004 e alterações, e N.TC-20/2015, de 31 de agosto de 2015, no que diz respeito aos prazos de remessa dos dados e informações por meio informatizado pelos Órgãos e Entidades dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, pertinentes ao controle externo exercido pelo TCE/SC;

- a importância de estipular datas para o repasse de informações contidas no e-Sfinge à Auditoria Geral e a Secretaria Municipal de Finanças – SEMUF, com a finalidade de haver tempo hábil para os possíveis ajustes nas informações remetidas e confirmação final por parte da Auditoria Geral do Município.

RESOLVE :

Art. 1º A remessa de dados e informações pelo Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-Sfinge, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, observará, obrigatoriamente, as normas e procedimentos constantes nos Anexos desta Instrução Normativa.

Art. 2º A não observância ou descumprimento de qualquer dispositivo desta Instrução Normativa, poderá sujeitar o responsável pela Unidade Administrativa às penalidades previstas em legislação pertinente.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

MARCIANO CORADI
Auditor Interno

ANEXO I

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Sistema e-Sfinge é um instrumento destinado ao aperfeiçoamento da gestão do controle externo, exercido pelo TCE/SC, por meio da remessa de informações e dados informatizados, pelos Órgãos e Entidades dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Art. 2º Deverão encaminhar as informações do e-Sfinge, nos prazos de que trata o Anexo II desta Instrução Normativa, os seguintes Órgãos e Entidades da Administração direta e indireta do Município e do Poder Legislativo:

- I – Câmara Municipal de Vereadores;
- II – Prefeitura Municipal de Concórdia – PMC;
- III – Fundação Municipal de Cultura – FMC;
- IV – Fundação Municipal de Esportes – FMEC;
- V – Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS;
- VI – Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA;
- VII – Fundo Municipal de Saúde – FMS;
- VIII – Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA;
- IX – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

§ 1º Os Órgãos e Entidades dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal previstos neste artigo, são responsáveis pela guarda, organização e preenchimento das informações exigidas do TCE/SC, de acordo com os leiautes dos arquivos do Sistema e-Sfinge, bem como pela posterior remessa à Auditoria Geral.

§ 2º A SEMUF realizará a remessa das informações dos Órgãos e Entidades da Administração prevista nos incisos II a VI.

§ 3º A remessa das informações no e-Sfinge dos órgãos relacionados nos incisos I, VII, VIII e IX se dará pelo respectivo ente.

CAPÍTULO II**DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PARA O ENVIO DE INFORMAÇÕES BIMESTRAIS**

Art. 3º Deverão ser encaminhadas pelo sistema e-Sfinge, até o 15º dia do mês subsequente ao encerramento do bimestre:

I – À SEMUF:

a) Pela Diretoria de Compras e responsável pelo setor de compras do IPRECON, as informações sobre as licitações e contratos,

preferencialmente, por geração de dados via sistema informatizado de licitações e contratos, e a disponibilização dos respectivos textos jurídicos.

b) Pelas Unidades Administrativas, informações sobre Convênios e/ou Termos, por geração de dados via sistema informatizado e a disponibilização dos respectivos textos jurídicos;

II – Ao TCE/SC, pelo sistema e-Sfinge web, cientificando o envio a SEMUF:

a) Pela Diretoria de Recursos Humanos do Município e pelo responsável pelo setor de recursos humanos do IPRECON, as informações dos atos de pessoal, disponibilizadas por geração de dados via sistema informatizado de folha de pagamento;

§ 1º Havendo a necessidade do descarte por razões de inconsistências, das informações do Recursos Humanos ou da SEMUF, constantes no mesmo módulo, o descarte das informações de um elimina o outro, devendo ser realizado o reenvio de informações, sempre que necessário.

§ 2º Não sendo possível à eliminação das inconsistências, será justificado o ocorrido, anexando o “Relatório de Inconsistências de Dados”, cabendo à Auditoria Geral, a sua aceitação ou recusa.

§ 3º Os servidores responsáveis pelo envio de dados contábeis dos órgãos e entidades previstas no art. 2º, deverão comunicar a SEMUF o término do envio de dados web, para que sejam enviados os dados via desktop.

§ 4º Após o envio das informações, o servidor responsável comunicará a SEMUF para realizar o envio das informações, a teor do que dispõe o § 2º, do art. 2º.

§ 5º Acompanhará as informações de que trata este artigo, “extrato do pacote gerado para remessa”.

Art. 4º A Assessoria de Planejamento será responsável pela guarda, organização e cadastramento no e-Sfinge dos textos jurídicos relacionados ao Plano Plurianual – PPA e suas alterações, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e suas alterações, à Lei Orçamentária Anual – LOA e suas alterações e a Lei Orgânica do Município ou alterações.

§ 1º Nas alterações da LOA, decorrentes de Decretos de alterações de crédito, a organização e o cadastramento no e-Sfinge dos textos jurídicos relacionados, será realizada pela SEMUF.

§ 2º Todas as informações descritas neste artigo, além de outras que o TCE/SC ou o e-Sfinge possa vir a exigir, acerca da elaboração e acompanhamento do Planejamento Municipal, serão prestadas pela Assessoria de Planejamento do Município, que deve encaminhar estas informações à SEMUF sempre que solicitadas, por meio de Comunicação Interna.

Art. 5º Os Órgãos e Entidades de que trata o art. 2º, deverão enviar os dados finais (execução orçamentária, registros contábeis, atos de pessoal, licitações e contratos, dentre outros) ao e-Sfinge, no prazo definido no Anexo II.

Art. 6º A Auditoria Geral será responsável pela confirmação final do e-Sfinge ao TCE/SC, das informações cadastradas e geradas.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PARA O ENVIO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO PREFEITO

Art. 7º Após o envio definitivo das informações do e-Sfinge do último bimestre do ano e após o recebimento on line, da documentação de que trata o art. 7º da N.TC - 20/2015 TCE/SC e alterações, dos Órgãos e Entidades dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, a Auditoria Geral realizará a confirmação no sistema, autorizando a conferência e assinatura dos balanços pelos órgãos e entidade da administração de que trata o art. 2º, deste Anexo.

§ 1º A confirmação no sistema, de que trata o caput deste artigo, ocorrerá até o 5º dia útil do mês de fevereiro.

Art. 8º Os contadores responsáveis pelos balanços nos órgãos e entidade da administração de que trata o art. 2º, deverão emitir e conferir os balanços até a data de 10 de fevereiro.

§ 1º Os balanços, após comparação com os emitidos pelo sistema gerenciador de dados eletrônicos utilizado pelo Município, serão assinados no sistema e-Sfinge até a data de 15 de fevereiro;

§ 2º Havendo divergências nos balanços, o contador responsável deverá comunicar a SEMUF e encaminhar nota explicativa.

§ 3º Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior, a SEMUF emitirá nota explicativa consolidada, que será enviada juntamente com os balanços no sistema e-Sfinge.

Art. 9º Os balanços consolidados serão gerados pelo sistema e-Sfinge, no primeiro dia útil após a assinatura dos balanços, pelos Órgãos e Entidades da Administração de que trata o art. 2º deste Anexo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 O descumprimento dos prazos para remessa e transmissão dos dados e informações pelo e-Sfinge poderá acarretar sanção, por parte do TCE/SC, ao Prefeito, ao Auditor Interno, ao Presidente da Câmara de Vereadores, aos Gestores Municipais e aos responsáveis pelo cadastramento do e-Sfinge.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo cadastramento e geração de dados no e-Sfinge, poderão responder pelo repasse de dados falsos, bem como pela omissão na prestação de informações exigidas pelo Sistema, desde que devidamente apurada a responsabilidade do servidor na ação.

Art. 11 No caso de impossibilidade de cadastramento e geração de dados pelo e-Sfinge em tempo hábil para cumprimento dos prazos estabelecidos, o responsável deverá comunicar imediatamente à Auditoria Geral os motivos que acarretaram o problema.

Art. 12 A Auditoria Geral transmitirá os dados dos Órgãos e das Entidades da Administração descritas no art. 2º, no prazo estipulado no Anexo II, considerando o tempo médio para assinatura dos balancetes pelos Contadores e Gestores das Unidades e confirmação das remessas pelo Controle Interno.

§ 1º A ausência de dados no prazo legal estabelecido pelo TCE/SC para remessa das informações pelo e-Sfinge, poderá acarretar sanção conforme previsto no art. 10 desta Instrução Normativa, pois impossibilitará a confirmação das remessas pela Auditoria Geral do Município.

§ 2º Havendo "restrição à confirmação" por parte do TCE/SC para qualquer Unidade Gestora em virtude de eventual inconsistência de dados, ficará também impossibilitada à confirmação da remessa final pela Auditoria Geral, a qual se não ocorrer no prazo legal, poderá acarretar sanção conforme previsto no art. 10 desta Instrução Normativa.

Art. 13 Quando detectada alguma inconsistência nas informações após a geração do pacote de dados e envio à Auditoria Geral para transmissão ao TCE/SC, o responsável deverá solicitar ao Controle Interno chave para retorno de competência, mediante prévia justificativa.

Art. 14 Os órgãos e entidades da Administração previstos no art. 2º são responsáveis pelas correções de eventuais inconsistências na geração de dados no e-Sfinge, bem como pelas divergências apontadas pelo TCE/SC, quando do recebimento dos arquivos enviados, com consequente "restrição à confirmação".

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2017.

MARCIANO CORADI

Auditor Geral

ANEXO II

PRAZO DE ENVIO DAS INFORMAÇÕES AO SISTEMA E-SFINGE				
Bimestre	Informações referentes ao artigo 3º desta Instrução Normativa.	Contábil – Envio de dados WEB		Data limite para Auditoria Geral enviar as informações ao Tribunal de Contas de Santa Catarina.
		Informações referentes aos Órgãos e Entidades previstas no art. 2º incisos I e III a IX.	Informações referentes aos Órgãos e Entidades previstas no art. 2º inciso II.	
Janeiro/Fevereiro	15 de Março	22 de Março	25 de Março	30 de Março
Março/Abril	15 de Maio	22 de Maio	25 de Maio	30 de Maio
Maio/Junho	15 de Julho	22 de Julho	25 de Julho	30 de Julho
Julho/Agosto	15 de Setembro	22 de Setembro	25 de Setembro	30 de Setembro
Setembro/Outubro	15 de Novembro	22 de Novembro	25 de Novembro	30 de Novembro
Novembro/Dezembro	15 de Janeiro	22 de Janeiro	25 de Janeiro	30 de Janeiro

BALANCETE FINANCEIRO IPRECON - 07/2017

Pág 1 / 2

IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Julho / 2017



BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		3.814.047,56
Ordinária		0,00
Vinculada		3.814.047,56
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		(53.303,96)
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(206.689,66)
Inscrição de Restos a Pagar Processados		(557,00)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		153.942,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		137.013.922,49
Caixa e Equivalentes de Caixa		76.505,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.761,72
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		136.928.654,99
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		140.774.666,09

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		1.252.471,46
Ordinária		0,00
Vinculada		1.252.471,46
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		153.942,70
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		153.942,70
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		139.368.251,93

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPRI491103-1735-UJU-240054555 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

10/08/2017 08:49

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Julho / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.044,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.761,72
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		139.358.445,34
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		140.774.666,09

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 10/08/2017, Hora emissão 08:49:34

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora
CRC/SC 027.452/O-5

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-1735-UJNJ-240054555 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

10/08/2017 08:49

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 2.731/2017**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.731, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Adicional por Tempo de Serviço.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com os arts. 41 a 43 da Lei Complementar nº 574, de 13 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora Zenite Terezinha Michelin Farina, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, o Adicional por Tempo de Serviço de 1% (um por cento) do padrão de vencimento do cargo efetivo do servidor, correspondente a 1 (um) anuênio do período de 14 de agosto de 2016 a 13 de agosto de 2017, a partir de 1º de agosto de 2017.

Concórdia, 8 de agosto de 2017.

Artêmio Ortigara

Presidente

Mauro Acir Fetta

1º Secretário

BALANCETE FINANCEIRO 07/2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Julho
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	290.569,86
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	282.858,99
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	241.040,36
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.793,63
		INVESTIMENTOS	4.025,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.710,87
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.710,87
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.416,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.416,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	622.244,55	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	621.125,02
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	2.004,22	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	2.004,22
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	37.768,93	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	36.548,58
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	291.408,97	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	291.901,54
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	291.062,43	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	290.670,68
SALDOS ANTERIORES	339.860,76	SALDOS ATUAIS	361.826,43
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	339.860,76	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	361.826,43
TOTAL	1.273.521,31	TOTAL	1.273.521,31

CONCORDIA, 31/07/2017

ARTEMIO ORTIGARA
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 597/2017

DECRETO Nº 597 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Altermir Pederssetti, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.207/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.000,08 (vinte e quatro mil e oito centavos), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.069 – Manutenção e Ampliação da Coleta do Lixo Hospitalar

Modalidade de Aplicação: 335000 – 64

Fonte de Recursos: 30.02 – Ordinários – R\$ 24.000,08

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 09 de agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 598/2017

DECRETO Nº 598/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de seu filho, da Servidora Municipal, Sra. SILVANI KOLLETT, ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº591501, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 599/2017

DECRETO Nº 599/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de seu filho, da Servidora Municipal, Sra. ANA PAULA BRIANSINI, ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº557101, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 07/08/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 600/2017

DECRETO Nº 600/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dia de licença para tratamento de saúde do Servidor Municipal, Sr. JAIR BORSOI, ocupante do cargo de Motorista, Matrícula nº 71801, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de Agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

EXTRATO EDITAL PROC. 98/2017 PPR. 39/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal em Exercício, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 98/2017

Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 39/2017

Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO, de acordo com as especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 24/08/2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24/08/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 10 de agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP N° 43/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P N° 43/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até às 8h30min do dia 24/08/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 8h30min do dia 24/08/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 11 de agosto de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

CONTRATO Nº 047/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 047/2017.
MÊS/ANO: AGOSTO/2017 NÚMERO CONTRATO: 047/2017
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente edital é a Contratações de serviços de mão-de-obra mecânica e elétrica (hora/homem), com substituição de peças necessárias para realização dos serviços de manutenção, recuperação ou revisão geral de veículos Volkswagen Voyage 1.6, ano 2012/2013, placas MKW0286, Renault Logan 1.6, ano 2013, placas MLT0466, Renault Logan 1.6, ano 2014/2015, placas MKH2285, Renault Van Master, ano 2013/2014, placas MLX1618, de uso da Secretaria Municipal de Saúde de Coronel Martins, conforme segue abaixo, referente aos itens do processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo será de um ano tendo início na data da assinatura do mesmo, quando se iniciará a prestação dos serviços, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade, mediante livre acordo entre as partes, formalizado em termo aditivo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 16.995.885/0001-46

CONTRATADO: MECÂNICA STRAPASSON - EIRELI - ME

CONTRATO Nº 048/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 048/2017.
MÊS/ANO: AGOSTO/2017 NÚMERO CONTRATO: 048/2017
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/08/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços especializados em scanner, mão-de-obra mecânica e elétrica (hora/homem), com substituição de peças necessárias para realização dos serviços de manutenção, recuperação ou revisão geral de veículos Chevrolet Celta 1,0, ano 2012/2013, placas MLA3558, Renault Logan 1.6, ano 2014/2015, placas MKH2355, Renault Van Master, ano 2012, placas MJT2293 e Ambulância Fiat Ducato, ano 2010, placas MHN7016, de uso da Secretaria Municipal de Saúde de Coronel Martins, conforme segue abaixo referente aos itens do processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo será de um ano tendo início na data da assinatura do mesmo, quando se iniciará a prestação dos serviços, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade, mediante livre acordo entre as partes, formalizado em termo aditivo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 08.676.505/0001-82

CONTRATADO: VOLMIR DE BRITO GOMES - ME

CONTRATO Nº 049/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 049/2017.
MÊS/ANO: AGOSTO/2017 NÚMERO CONTRATO: 049/2017
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/08/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Por este ato e na melhor forma de direito, o LOCADOR aluga a LOCATÁRIA, parte do imóvel rural de sua propriedade sob matrícula nº. 01.085, com aproximadamente 2.566,40 M2 (dois mil quinhentos e sessenta e seis metros quadrados e quarenta centésimos), localizado em Linha Bottega, deste Município de Coronel Martins - SC, para a retirada de cascalho, sem limite de quantidade e sem limite de profundidade, a ser usado na pavimentação das rodovias do Município pela Prefeitura ou por quem esta autorizar, tudo conforme levantamento topográfico realizado pela equipe técnica da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina (AMNOROESTE) o qual constitui-se parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

A vigência da presente locação inicia-se nesta data e finda em 31 de dezembro de 2020, não podendo o presente contrato ser rescindido antes da data final sob qualquer hipótese, ficando ainda o LOCADOR em caso de venda, transferência ou doação do imóvel, obrigado a comunicar os novos adquirentes o conteúdo do presente contrato, os quais deverão respeitar e observar todas as cláusulas deste instrumento, ficando sub-rogados em todas as condições que ora se instituem ao LOCADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CPF: 907.725-479-04

CONTRATADO: VALDOCIR PAULO GIRARDI

CONVÊNIO Nº 002/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO CONVÊNIO Nº. 002 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

MÊS/ANO: AGOSTO/2017 NÚMERO CONVÊNIO: 002/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/08/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste no repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de serviços prestados no atendimento médico a população de Coronel Martins – SC, no serviço de urgência/emergência e sobreaviso médico de 09 especialidades médicas, exames de radiologia e laboratório, ambos com funcionamento integral (24 horas).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/07/2018, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 889.428.734/0022-04

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA – HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO.

CONVÊNIO Nº 003/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO CONVÊNIO Nº. 003 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

MÊS/ANO: AGOSTO/2017 NÚMERO CONVÊNIO: 003/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/08/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste no repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de serviços prestados no atendimento médico a população de Coronel Martins – SC, sendo que o limite será de até 15 (quinze) atendimento por mês, chegando ao total de 45 (quarenta e cinco) atendimento trimestralmente (+excedente) nas áreas de: clínica médica, obstetrícia, cirurgia e pediatria, e pronto atendimento para:

- a) Exames de Raio x;
- b) Exames diversos, acompanhamento de pacientes em observação pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e internação de pacientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/05/2018, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 86.223.864/0001-98

CONTRATADA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO

Corupá

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 002/2017 - (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015) EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 002/2017 (Edital de Concurso Público Nº 001/2015)

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em entendimento e em atendimento ao Edital de Concurso Público Nº 001/2015,

CONSIDERANDO que o não comparecimento a qualquer das etapas do Concurso Público Nº 001/2015 implica em desistência tácita;

CONSIDERANDO que a candidata abaixo aprovada na 1ª fase do Concurso Público Nº 001/2015, não compareceu ao chamamento para a realização do exame médico pré-admissional da Prefeitura Municipal de Corupá, na data e horário previsto, conforme declaração em anexo ao presente Edital;

CONSIDERANDO o termo de renúncia definitiva enviada por e-mail da candidata abaixo;

CARGO: PROFESSOR II Português

Ordem	Nome	Edital	Data
2º	DIANA LIZ REIS DE BITTENCOURT	015/2017	07/08/2017

RESOLVE homologar a desistência formal e expressa da candidata: DIANA LIZ REIS DE BITTENCOURT, do cargo de Professor II Português; em conformidade com os itens do Edital do Concurso Público 001/2015.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 10 dias do mês de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORUPÁ E A
ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE
CORUPÁ – ASBANCO, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.467/0001-70, doravante denominado de Administração Pública Municipal, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro, cidade de Corupá/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. João Carlos Gottardi, portador da Carteira de identidade nº 2.985.910, expedida pela SSPDC/SC, inscrito no CPF sob nº 824.772.569-04, e, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ – ASBANCO**, doravante denominada de Organização da Sociedade Civil, com sede na Rua Augustinho Oliari, nº 181, Bairro João Tozini, cidade de Corupá/SC, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Adolar Behnke, portador da Carteira de identidade nº 1.582.656 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 624.895.349-04, acordam e ajustam o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, com fundamento no Decreto Municipal nº 1.256 de 16 de fevereiro de 2017 e Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto firmar a parceria com a finalidade de desenvolver o evento da 6ª Semana da Banana de Corupá, que ocorrerá nos dias 16 a 21 de agosto de 2017, tendo como principal objetivo promover o setor da bananicultura com a intenção de valorizar o trabalho do produtor, melhorar a sua qualidade de vida e fomentar o crescimento econômico do cultivo da fruta, difundindo o associativismo e cooperativismo dentro do Município e região, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O presente acordo não envolve transferência de recursos financeiros entres os partícipes.

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017

1



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 A Organização da Sociedade Civil é responsável, obrigando-se nos seguintes termos a:

- a) Zelar pela preservação e guarda da Praça Arthur Müller, como se seu fosse, arcando com eventuais danos;
- b) Utilizar os serviços e a Praça Arthur Müller e seus arredores exclusivamente para atendimento das necessidades previstas no Plano de Trabalho, sendo expressamente vedada a sua utilização para outros fins;
- c) Comunicar a Administração Pública Municipal a substituição dos responsáveis pela Organização da Sociedade Civil, assim como alterações em seu Estatuto;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ

4.1 Autorizar a utilização dos espaços da Praça Arthur Müller bem como os arredores para a realização dos trabalhos da ASBANCO, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, EPAGRI, CIDASC e Sindicato Rural para a realização da 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ. Além disso, compromete-se a realizar o fechamento das estradas em locais estratégicos para que não ocorra passagem de veículos, no período de 14/08/2017 a 22/08/2017;

4.2 Ceder os banheiros públicos da Praça Arthur Müller, para uso público, além de realizar a limpeza dos mesmos durante o evento, no período de 15/08/2017 a 22/08/2017;

4.3 Disponibilizar nos dias 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de agosto um funcionário para realizar a segurança no período das 18:00 horas até as 8:00 horas da manhã;

4.4 Fornecer apoio técnico, desde o início até o final do evento, compreendendo a montagem do evento, além do fornecimento de funcionários para manutenção dos trabalhos no período do dia 15/08/2017 até o dia 22/08/2017;

4.5 Fornecer apoio técnico para manutenção e desinstalação dos equipamentos que envolvem energia elétrica durante o evento, no período 14/08/2017 a 22/08/2017;

4.6 Designar o Sr. Marcos Martini como Gestor que ficará como responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização incluindo:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar as inconsistências detectadas;
- c) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
- d) Emitir parecer técnico de acompanhamento da parceria;

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

e) Comunicar formalmente a Organização da Sociedade Civil qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Acordo;

f) Em cumprimento ao disposto na alínea h do artigo 35 da Lei nº 13.019/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº 4.222/17 de 15 de março de 2017, realizará o monitoramento e avaliação do presente Acordo;

g) Assinalar prazo para que a Organização da Sociedade Civil adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Acordo de Cooperação, sempre que verificada alguma irregularidade, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;

4.7 Durante o período de 16/08/2017 a 18/08/2017 a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente irá concentrar seus trabalhos nas tendas montadas na Praça Arthur Muller, não havendo expediente no prédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo para a execução deste Acordo de Cooperação será a partir do mês de agosto de 2017 até 31 de agosto de 2017.

5.2 O prazo estabelecido na cláusula 5.1 deste instrumento poderá ser prorrogado mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao órgão gestor em, no mínimo, 30 (trinta) dias anteriores ao término do prazo final.

5.3 Poderá o Município de Corupá promover de ofício a prorrogação do presente instrumento, mediante a celebração de termo aditivo, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada esta prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

6.1 A presente parceria poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada participe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

6.2 Quando da denúncia, rescisão ou extinção da parceria, caberá a Organização da Sociedade Civil apresentar ao Município no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

6.3 É prerrogativa do Município, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de colaboração, termos de fomento e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea b do item 7.1.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1 A execução deste Acordo de Cooperação será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor O Sr. Marcos Martini e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria nº 4.222/17 de 15 de março de 2017, nos termos da Lei nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 1.256 de 16 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1 Será de responsabilidade do Município, providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

9.2 O Plano de Trabalho, nos termos previstos no artigo 22 e seus incisos e o parágrafo único do artigo 42 da Lei nº 13.019/14, constará como anexo ao presente Acordo de Cooperação, sendo dele parte integrante e indissociável.

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 As partes elegem o foro da Comarca de Jaraguá do Sul, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Aplicam-se os dispositivos, no que couber, o Decreto Municipal nº 1.256 de 16 de fevereiro de 2017, a Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações que não foram mencionados neste instrumento.

11.2 E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Corupá (SC), 10 de agosto de 2017.

**JOÃO CARLOS GOTTARDI
MUNICÍPIO DE CORUPÁ**

**ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ – ASBANCO
ADOLAR BEHNKE
REPRESENTANTE LEGAL**

TESTEMUNHAS:

**MARCOS MARTINI
CPF: 310.589.309-15**

**SILVIO RICHARDT
CPF: 401.225.739-00**

VISTO:

**LUCIANO CANI
Assessor Jurídico – Decreto nº 1196/17
OAB/SC 27.727**

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

ANEXO I**PLANO DE TRABALHO****1. DADOS CADASTRAIS**

Proponente: ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ - ASBANCO		CNPJ: 00.848.506/0001-55	
Endereço	Rua Augustinho Oliari	Bairro	João Tozini
Cidade Corupá	CEP. 892780-000	DDD/tel. (47) 3375 1848	N: 181
Conta Corrente: 9905-8	Banco: Banco do Brasil (001)	Agência: 2011-7	
Identificação do Subscritor: ADOLAR BEHNKE		CPF 624.895.349-04	
CI/ Órgão Exp. 1.582.656 SESPDC SC	Cargo Presidente	Função	Matrícula
Endereço Estrada Rio Novo, 780	Bairro Rio Novo	Cidade/CEP: Corupá – 89.278-000	Fone (47) 9 9123-5599

1.2 INTERESSE PÚBLICO ENVOLVIDO

A 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ consolidou-se como um importante e belo evento dentro do calendário municipal. A realização deste tem como objetivo promover o setor da bananicultura valorizando a cultura da banana, principal atividade agrícola de Corupá, e o trabalho de centenas de famílias agricultoras. A história da bananicultura caminha lado a lado com o desenvolvimento da cidade isto pode ser observado quando comparamos os 120 anos de fundação do município e os registros históricos que evidenciam o cultivo da fruta a 109 anos. Apesar das dificuldades do plantio em relevo montanhoso e clima subtropical a banana teve e tem extrema importância no desenvolvimento de nossa cidade. Os produtores de Corupá foram agraciados com o decreto municipal 344/2011 que institui o dia 21 de agosto como sendo o Dia da Banana uma data especial para promover a história do cultivo da fruta, o desenvolvimento do município, fazendo com que ocorra o intercâmbio entre os mais diversos elos da cadeia produtiva, como: instituições, técnicos, produtores, fornecedores, comerciantes de banana e o público geral do campo e da cidade.

O evento irá proporcionar o resgate histórico, enaltecer a cultura e seus produtores promover o contato entre comerciantes e produtores, fazendo assim, com que se aumente as chances de futuras negociações, acarretando em uma melhora no arrecadamento e trazendo interferências positivas na qualidade de vida dos agricultores familiares.

2. PLANO DE TRABALHO**2.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Este plano de trabalho tem como finalidade o custeio de parte das despesas da 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ. A bananicultura está concentrada no Norte de Santa Catarina há quase um século e o município de Corupá é o pioneiro nesta cultura, por esse motivo nossa cidade concentra o maior número de famílias produtoras do Estado. Devido à importância desta fruta e como forma de homenagear os agricultores no dia 21 de agosto é comemorado oficialmente o Dia da Banana no município de Corupá. Para desfrutar desta data, diversas atividades serão realizadas durante o período de 16 a 21 de

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

agosto de 2017. Este ano o evento acontece na praça Artur Müller no centro da cidade e a abertura oficial do evento ocorrerá às 9:00 horas no dia 16/08/2017.

Durante o período de 16/08/2017 a 18/08/2017 a ASBANCO - Associação dos Bananicultores de Corupá, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, a CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá irão concentrar seus trabalhos nas tendas montadas para a realização do evento, neste caso na Praça Arthur Müller no centro da cidade. Nestes mesmos dias haverá a visita de alunos e professores de escolas da rede municipal e estadual, em dois turnos, onde será realizado palestras com o tema “A bananicultura de Corupá e seus avanços” nas tendas do evento. Paralelamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees, que concentra o maior número de alunos do meio agrícola, os professores provocam a imaginação e desenvolvem a criatividade das crianças e jovens através de atividades artísticas divididas em 05 categorias:

3º ano – Trabalho com a folha da bananeira e releitura de algumas obras, 2) 4º ano – Desenho de máquinas agrícolas; 3) 5º e 6º anos – Desenho e criação de máquinas agrícolas com sucatas; 4) 7º ano – Trabalho de releitura na cultura da banana em alto relevo e 5) 8º e 9º ano – Concurso do Slogan e Logomarca do “Dia da Banana”.

Ao total estas atividades reúnem 194 alunos da EMEF Francisco Mees e nesta última categoria a logomarca e o slogan vencedor do “Dia da Banana” estará representado no cartaz do evento para a edição de 2018. Em todas as categorias os alunos receberão certificado de participação e os três primeiros colocados serão premiados para incentivar a participação nas próximas edições do evento.

No período de 16/08/2017 a 20/08/2017 a organização do evento estará resgatando a história da bananicultura local através de fotos antigas cedidas pela comunidade corupaense. Será realizado também os concursos que trazem os seguintes questionamentos: Qual é o número de bananas do cacho? e Qual o peso de uma banana? para despertar a curiosidade dos visitantes. Ainda acontecerá exposição de máquinas e implementos agrícolas, de cachos e caixas de banana, produtos à base da fruta, feira de artesanato dando destaque à fibra de bananeira. A recepção dos cachos doados pelos produtores acontecerá no dia 17/08/2017.

Nos dias 16/08/2017 a 21/08/2017 está previsto para acontecer o Festival Gastronômico com pratos à base de banana que serão servidos nos restaurantes e lanchonetes de Corupá.

Na sexta feira dia 18/08/2017 acontecerá a 3ª “Noite do Pastel”, na qual acontecerá amostra dos trabalhos da EMEF Francisco Mees e divulgação dos ganhadores do concurso da logomarca e slogan do Dia da Banana de 2018.

No dia 19/08/2017 ocorrerá o 1º Concurso de Cucas de Banana com o intuito de resgatar a tradição deste famoso doce alemão que tornou-se típica entre os imigrantes, aqui no Brasil, que incorporaram à receita produtos que no país-origem não existiam – a Bananen Kuche (cuca-de-banana) é um bom exemplo. O concurso será realizado em duas categorias: 1) Pessoa física para a comunidade em geral e 2) Pessoa jurídica destinada a padarias e confeitarias de Corupá. O concurso conta com envolvimento direto da ACIAC - Associação Empresarial de Corupá e a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer. Ainda na tarde do sábado, dia 19 de agosto, serão realizadas apresentações de Dança Infantil, Ballet Infantil, Fit Dance e Zumba pelos grupos Gutolândia Espaço Kids e Studio de Dança Puro Swuing.

Em meio a programação das festividades acontecerá no domingo, dia 20 de agosto, a apresentação de teatro de animação com o espetáculo "O Flautista de Hamelin" destinado a comunidade em geral, mas principalmente aos alunos da rede municipal. A peça é encenada pela Trip Teatro, de Rio do Sul, que atua desde 1989 com o propósito de defender e difundir o teatro, em especial o teatro de animação que inclui bonecos, máscaras, objetos, formas ou sombras, representando o homem, o

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

animal ou ideias abstratas, como forma autêntica de expressão artística e rico patrimônio imaterial da humanidade, no mesmo dia acontecerá a missa em comemoração ao Dia da Banana na Igreja Matriz São José e o II Banana Bike com percurso de 50km que reserva lindas paisagens no interior do município e em meio as plantações de banana. A concentração acontecerá na praça central as 07:30 horas onde será servido um delicioso café da manhã e a largada será às 08:30horas com previsão de retorno as 12:30horas.O II Banana Bike está sendo organizado em parceria com o grupo Pedala + Corupá. Está previsto para os dias 19/08/2017 e 20/08/2017 nas tendas do evento onde acontecerão as apresentações culturais o espaço para praça de alimentação com “Food Trucks” para melhor comodidade do público.

No dia 21 de agosto, oficialmente o Dia da Banana em Corupá representantes da ASBANCO, EPAGRI e Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, membros das instituições organizadoras, irão se dividir e realizar apresentações sobre a bananicultura de forma simultânea para alunos da 4º e 5º séries nas seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira será realizada 1 palestra pela manhã e 2 no período da tarde, na Escola Básica São José serão realizadas 2 no período matutino e 1 no período vespertino, na Escola José Pasqualini terão 2 apresentações no período da manhã e 2 no período da tarde, na Escola São José serão 2 de manhã e 1 à tarde e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees terá 1 apresentação pela manhã e 1 no período da tarde. Ao total participarão desta atividade aproximadamente 270 alunos. Todas as atividades que ocorrerão durante o evento estão detalhadas na programação.

PROGRAMAÇÃO COMEMORAÇÃO AO DIA DA BANANA

16 a 21 de agosto de 2017

Praça Artur Muller – Corupá

DATA	HORARIO		ATIVIDADE
16 (Quarta feira)	09:00		Abertura oficial do evento nas tendas de trabalho.
16 á 18 (Quarta a Sexta)	09:00	17:00	Trabalhos da Secretaria de Desenvolvimento Rural, ASBANCO, CIDASC e EPAGRI serão deslocados para a área de exposição. Haverá emissão de NFP-e, CFO, CFC e PTV. Palestras sobre “A bananicultura de Corupá e seus avanços”, para alunos de escolas da rede municipal e estadual na tenda do evento. EPAGRI/SC Concurso Logomarca e Slogan “Dia da Banana” na <u>Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees.</u>
16 a 20 (Quarta a Domingo)	09:00	18:00	Concursos: Qual é o número de bananas do cacho? e Qual o peso de uma banana? Exposição de fotos sobre a história da Bananicultura. Exposição cachos e produtos à base de banana, máquinas e implementos. Feira de Artesanato promovida pela ACART.
16 até 21 (Quarta a Segunda)	Verificar programação própria e horários		Festival Gastronômico com pratos à base de banana nos estabelecimentos nos restaurantes e lanchonetes de Corupá.
17 (Quinta- feira)	07:00	12:00	Recepção cachos de banana.
18 (Sexta-feira)	19:00		3ª “Noite do Pastel” com homenagem aos pais e amostra de trabalhos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees.
19 (Sábado)	10:00	22:00	FOOD TRUCK
	14:00	15:00	Apresentação de Dança e Aulão- Studio Puro Swing.
	15:00	16:00	Apresentação Gutolândia Espaço Kids.
	16:00		1º Concurso de Cucas de Banana.

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

	14:00	17:00	Projeto Conhecendo a SCR CRED – serviços e brinquedos infantis.
	08:00		Missa em comemoração ao Dia da Banana - Igreja Matriz São José.
20 (Domingo)	08:30	12:00	II BANANA BIKE - Pedala + Corupá.
	10:00	20:00	FOOD TRUCK
	14:00	15:00	Espectáculo "O Flautista de Hamelin" – Teatro de animação –TRIP TEATRO
21 (Segunda-feira)	Período Matutino e Vespertino		Palestra nas Escolas do Município em homenagem ao "Dia da Banana": -Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira, -Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pasqualini; -Escola Municipal de Ensino Fundamental São Jose e -Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees.

O intuito é gerar a integração entre os órgãos envolvidos com a bananicultura, poderes públicos, a população do campo e da cidade, fazendo com que ocorra troca de informações e crescimento mútuo para o desenvolvimento da bananicultura regional.

2.2 FINALIDADE (Dec. 127/2011 - Art. 14º - I – descrição da finalidade, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter.)

O evento é uma realização da ASBANCO - Associação dos Bananicultores de Corupá em parceria com a Cooperativa da Agricultura Familiar Cooper Rio Novo com o apoio da Prefeitura Municipal de Corupá através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e Sindicato Rural na qual possui alguns objetivos sociais e culturais:

- Promover o setor da bananicultura, permitindo que durante o evento ocorra a integração entre os órgãos e a população do campo e da cidade, fazendo com que acarrete em um maior entendimento e desenvolvimento da cadeia dentro e fora do município;
- Proporcionar ao produtor contatos com comerciantes para que nesse contexto o bananicultor possa ter uma maior rentabilidade, resultando desta forma na melhoria da qualidade de vida no campo;
- Oportunizar a todos os segmentos da bananicultura, informações e debates a fim de buscar a ampliação do mercado e com isso o crescimento do setor, gerando trabalho, renda e emprego;
- Efetivar perante ao público a data de 21 de agosto como Dia da Banana no município de Corupá;
- Consolidar Corupá como a Capital Catarinense da Banana;
- Valorizar o bananicultor e a agricultura familiar;
- Difundir a força do Associativismo e Cooperativismo da região;
- Estreitar os laços e o relacionamento entre as instituições envolvidas com o setor bananeiro;
- Fazer com que as crianças e adultos tenham maior conhecimento referente aos processos e historia da bananicultura local;
- Valorizar a cultura da banana no município.

2.3 JUSTIFICATIVA (Dec. 127/2011- Art. 14º - II – justificativa contendo a caracterização do interesse público em executar o objeto, evidenciando os benefícios sociais a serem obtidos.)

O cultivo de banana na região Norte do Estado é um dos mais tecnificados do Brasil, além da tecnologia aplicada na produção, o clima característico dos subtrópicos confere qualidade diferenciada da fruta das demais regiões do país. Outro fator que cabe ser ressaltado é o forte desenvolvimento do associativismo e cooperativismo local.

Devido à grande importância da bananicultura no município surgiram organizações de relevante importância social,

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

como é o caso da maior Associação de Bananicultores do Brasil, a ASBANCO - Associação dos Bananicultores de Corupá, fundada em 30 de julho de 1994, na qual, surgiu através de um movimento de agricultores em busca de melhores condições para sua permanência na agricultura familiar. Atualmente possui 400 associados ativos, onde presta serviços para 65% dos produtores de banana do município. Suas atividades são voltadas ao fortalecimento de seus associados, destacando-se nacionalmente e até internacionalmente pela organização administrativa e assistência técnica prestada aos bananicultores. Além disso, no ano de 2006 foi fundada por 21 famílias a Cooperativa da Agricultura Familiar Rio Novo que sempre buscou no cooperativismo uma forma de permanecer na agricultura fazendo com que seus filhos não abandonassem o meio rural e seu produto pudesse chegar diretamente ao consumidor.

2.4 LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ será realizada nas dependências da Praça Arthur Müller no centro da cidade de Corupá/SC mediante a autorização do Poder Executivo do município.

Este local foi escolhido estrategicamente por estar bem localizado, ser um espaço democrático e possuir capacidade de atender o público, além disso, por ter sido palco das edições anteriores do evento.

2.5 INDICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO, SOB OS ASPECTOS QUANTITATIVO E QUALITATIVO (Dec. 127/2011 - Art. 14º - III – indicação do público-alvo sob os aspectos quantitativo e qualitativo.)

A comissão organizadora espera com que durante os dias da 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ o evento atinja um público aproximado de 2.500 pessoas entre técnicos, produtores, fornecedores, autoridades, estudantes, instituições ligadas a atividade e moradores de Corupá.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL DO PROPONENTE PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO (Dec. 127/2011 - Art. 14º, VIII)

A ASBANCO juntamente com seus parceiros já realizaram outras cinco edições do Dia da Banana, onde pode ser observado uma interação social muito grande entre a população do campo e da cidade. Além disso, pode ser notado o interesse das crianças e adultos referente aos processos de produção, processamento e comercialização da banana, além do resgate da história da formação da cidade de Corupá.

3. CRONOGRAMA FÍSICO (Dec. 127/2011 - Art. 14º - VI – Cronograma físico contendo a descrição das etapas e das tarefas e previsão de execução). (Dec. 127/2011 - Art. 14º - VII – previsão de prazo para a execução do objeto e da data específica do evento, quando for o caso.)

Etapas	Descrição	Execução	
		Início	Término
1	Planejamento e elaboração do cronograma do evento.	01/01/2017	01/10/2017
2	Intermediação de orçamentos	01/04/2017	14/07/2017
3	Realização das contratações	01/04/2017	11/08/2017
4	Pagamento	01/08/2017	25/08/2017
5	Prestação de contas	22/08/2017	02/10/2017

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

4. PLANO DE APLICAÇÃO

4.1 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Secretaria do Estado de Santa Catarina): (R\$) 10.000,00 (Dez mil reais)

O recurso será utilizado para custear as despesas da 6ª SEMANA DA BANANA conforme especificado abaixo (**Etapa 2**):

DESCRIÇÃO	PAGAMENTO À VISTA
Aluguel de Tendas: Serão utilizadas 6 tendas (5 m x 10 m) e 1 tenda (10 m x 10 m) contendo 10 fechamentos laterais no centro da Praça Artur Muller, onde servirão de proteção e local de trabalho da ASBANCO, CIDASC, EPAGRI e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, bem como, abrigo para exposições de artesanatos e sala de palestras para alunos do ensino fundamental. Já está incluso o serviço de montagem, ART e laudo de flamabilidade. As tendas serão montadas no dia 14/08/2017 e será desmontada no dia 22/08/2017.	06 tendas piramidais 10 m x 5 m = R\$ 3.000,00 01 tenda piramidal 10 m x 10 m = R\$ 530,00 Total = R\$ 3.530,00
Aluguel de Tendas: Serão utilizadas 4 tendas (10 m x 10 m) na lateral da praça onde servirá de suporte e espaço de apresentações culturais para a comunidade. Já está incluso o serviço de montagem, ART e laudo de flamabilidade. As tendas serão montadas no dia 18/08/2017 e serão desmontadas no dia 21/08/2017.	04 tendas piramidais 10 m x 10 m = R\$ 530,00 Total = R\$ 2.120,00
Segurança do Evento: Será necessária a presença de 1 segurança no dia (19/08) no turno das 8 horas às 18 horas e 1 segurança no dia (20/08) no turno das 8 horas às 18 horas. Estão inclusos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, uniforme, equipamentos, taxa de administração, vale transporte, alimentação, impostos, tributos e lucro.	1 segurança (12 horas) = R\$ 215,00 Total = R\$ 430,00
Aluguel de Sanitários Portáteis: Serão utilizados 2 sanitários portáteis femininos e 2 sanitários portáteis masculinos que ficarão fixos na praça durante 24 horas nos dias 19 e 20 de agosto. Estão inclusos o transporte das 04 unidades de sanitários químicos. Os banheiros acompanham papel toalha, papel higiênico, desinfetante e sabonete líquido.	02 Sanitários portáteis (Masculino) = R\$ 400,00 02 Sanitários portáteis (Feminino) = R\$ 400,00 Total = R\$ 800,00
Aluguel de Gerador: Será necessário a utilização de 1 gerador trifásico, tensão 220/380 volts, 60 Hz, de 180 KVA, com regulador eletrônico de tensão e frequência, silenciado, montado em container. Está incluso o transporte do equipamento, a instalação e desinstalação do equipamento, 04 lances de cabos de 30 m para interligação do grupo ao sistema, o combustível para o funcionamento do gerador. O gerador ficará ligado desde as 9:00 da manhã do dia 19/08/2017 até às 21:00 horas do dia (20/08/2017).	01 Gerador em uso para 02 dias = R\$ 3.000,00 Total = R\$ 3.000,00

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

4. PLANO DE APLICAÇÃO

4.2 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Prefeitura Municipal de Corupá): (R\$) 10.000,00 (Dez mil reais)

O recurso será utilizado para custear as despesas da 6ª SEMANA DA BANANA conforme especificado abaixo (**Etapas** 2):

DESCRIÇÃO	PAGAMENTO À VISTA
Bandanas: Serão utilizadas 200 bandanas em poliéster dry triangulares personalizadas para os participantes do II BANANA BIKE que será realizado no dia 20/08/2017.	200 Bandanas Total = R\$ 2.000,00
Aluguel de Mesas e Cadeiras Plásticas: Serão utilizados 100 jogos de mesas com quatro cadeiras brancas empilháveis com braços de polipropileno que serão utilizadas nos dias 19 e 20 para atender o público que estará na praça de alimentação do FOOD TRUCK.	100 mesas = R\$ 500,00 400 cadeiras = R\$ 1000,00 Total = R\$ 1.500,00
Placas de Premiação: Serão entregues para as empresas ganhadoras do I concurso de cucas de banana 3 placas de premiação em aço inox fotogravado em baixo relevo com pintura automotiva medindo 20 x 30 cm acondicionado em estojo de couro preto e 3 eletrodomésticos que serão doados por empresas parceiras para os ganhadores (pessoa física). O concurso ocorrerá no dia 19/08/2017.	03 Placas de Premiação (unidade) = R\$ 220,00 Total = R\$ 660,00
Gráfica: Serão utilizados 250 certificados no formato 21 x 29,7 cm, papel couchê fosco 250 g – cor 4x0; 2000 folders 01 no formato 15x21 cm, papel couchê, brilho 115 impressão frente e verso; 2000 folders 02 no formato 15x21 cm, papel couchê, brilho 115 impressão frente e verso; 200 cartazes no formato 62 x 42cm – cor 4x0 papel couchê brilho 150g, acabamento refilado.	250 Certificados - Formato: 29,7 X 21 cm - Cor: 4 X0 Papel: Couchê Fosco 250 g - Acabamento: Refilado = R\$ 270,00 Folder 01 - Formato: 15 x 21 cm - Cor: 4 x 4 - Papel: Couchê Brilho 115 g - Acabamento: Refilado = R\$ 320,00 Folder 02 - Formato: 15 x 21 cm - Cor: 4 x 4 - Papel: Couchê Brilho 115 g - Acabamento: Refilado = 320,00 Cartaz - Formato: 42 x 62 cm - Cor: 4 x 0 - Papel: Couchê Brilho 150 g - Acabamento: Refilado = R\$ 380,00 Total = 1.290,00
Gráfica: Serão utilizados 250 cartões para lápis no formato 4x4 cm, papel triplex 250 g - cor 4x4 com acabamento furado; 400 cartões para doce – impressão frente e verso no formato 7x4 cm papel triplex 250 g - cor 4x4, acabamento perfurado; 200 etiquetas para cachos no formato 14x10 cm - cor: 4x0, papel couchê fosco 150 g	Cartão para Lápis - Formato: 4 x 4 cm - Cor: 4 x 4 Papel: Triplex 250 g - Acabamento: Refilado e Furado = R\$ 60,00 Cartão para Doce - Formato: 4 x 4 cm - Cor: 7 x 4 Papel: Triplex 250 g - Acabamento: Refilado e Furado = R\$ 170,00 Etiqueta - Formato: 14 x 10 cm - Cor: 4 x 0 - Papel: Couchê Fosco 150 g - Acabamento: Refilado = R\$ 62,50 Total = 292,50
Aluguel de Sonorização: Será utilizado nos dias 19/08/2017 e 20/08/2017 equipamentos para cobrir a sonorização do evento que compreende: 4 caixas de som; 4 tripés; 1 potência; 1 mesa de som; 1 notebook, demais cabos para ligações; 1 microfone com fio e 1 microfone sem fio. Estará previsto os serviços de DJ, instalação, som e iluminação.	Aluguel de equipamentos de sonorização e serviços de instalação = 900,00 Total = R\$ 900,00
Rádio: Serão contratados os serviços de rádio onde serão realizadas	Propagandas na rádio = 2.000,00

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

05 inserções diárias no período de 23 à 31 de julho, 12 inserções diárias de 01 à 21 de agosto, gravadas e ao vivo. Está previsto Pit Stops e flashes ao vivo direto do evento transmitido nos dias 19 e 20 de agosto (Sábado e Domingo).	Total = 2.000,00
Peça Teatral: Será contratada o espetáculo teatral “O Flautista de Hamelin” para uma apresentação de 40 minutos, onde já estarão inclusos os custos de transporte de equipe, material cênico e nota fiscal, além de sonorização e iluminação cênica, caso necessário.	Apresentação do Espetáculo teatral (40 minutos) = R\$ 1.300,00 Total = R\$ 1.300,00
Internet: Está previsto o uso de internet via rádio de 5 mega para dar suporte aos equipamentos que serão utilizados para serviços durante o evento (dia 16 a 21 de agosto). Está incluso a antena e serviço de instalação.	Equipamentos e serviços de instalação = R\$ 120,00 Total = R\$ 120,00

5. PLANO DE APOIO DE INFRAESTRUTURA

- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá disponibilizar nos dias 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de agosto um funcionário para realizar a segurança no período das 18 horas até as 8:00 horas da manhã;
- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá fornecer apoio técnico, desde o início até o final do evento, compreendendo a montagem do evento, além do fornecimento de funcionários para manutenção dos trabalhos. O período se estende do dia 15/08/2017 até o dia 22/08/2017;
- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá fornecer apoio técnico para manutenção e desinstalação dos equipamentos que envolvem energia elétrica durante o evento. Período 14/08/2017 a 22/08/2017;
- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá de cobrir o evento com matérias de divulgação em jornais, rádios e internet, sobre os acontecimentos e resultados. Período de atuação poderá se realizar de 15/08/2017 até 21/08/2017;
- A Prefeitura Municipal de Corupá se compromete a ceder o espaço da Praça Arthur Müller, bem como os arredores para a realização dos trabalhos da ASBANCO, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, EPAGRI, CIDASC e Sindicato Rural para a realização da 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ. Além disso, compromete-se a realizar o fechamento das estradas em locais estratégicos para que não ocorra passagem de veículos. Período de 14/08/2017 a 22/08/2017.
- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá ceder os banheiros públicos da Praça Arthur Müller, para uso público, além de realizar a limpeza dos mesmos durante o evento. Período de 15/08/2017 a 22/08/2017.

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017

DECRETO Nº 1341/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br**DECRETO Nº 1341/2017****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.262/2017 de 10 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 2.256.000,00 (Dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Div. de Pessoal, Adm. E Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 8)	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.9)	50.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manut. Div. de Desenv. Mun. e Planejamento	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 11)	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 12)	30.000,00
03.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Man. Ativ. Div. Tes., Contab. E Tributação	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 14)	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 16)	50.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Div. De Desenv Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Div. De Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 21)	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 23)	50.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão De Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Div. De Meio Ambiente	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 29)	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 31)	30.000,00

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 47)	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 50)	150.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 56)	50.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.302.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 64)	50.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 92)	100.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 135)	240.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 145)	96.000,00
09.000		Secretaria Assist. Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Man. Do Dep. De Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 166)	50.000,00
09.000		Secretaria Assist. Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.1002.2036		Manutenção do Programa de Atenção a Família	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 163)	50.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.843.0090.0001		Serviços da Dívida Interna	
4.6.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 183)	680.000,00
TOTAL			2.256.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.1005		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 119)	48.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 121)	240.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.1004		Construção, Ampliação E Melhoria das Unidades de Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 130)	48.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 122)	360.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 143)	900.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 137)	100.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
004.122.0090.2032		Despesas Gerais do Município	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 180)	560.000,00
TOTAL			2.256.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 10 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 1342/2017

DECRETO Nº 1342/2017

AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER PARA OS EVENTOS QUE ESPECIFICA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no dia 12 de agosto de 2017, a utilização do espaço público da Praça Municipal Artur Müller, para a realização dos seguintes eventos:

I - Realização do sorteio da promoção "Meu pai é mil" promovido pela ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CORUPÁ – CORUPÁ FM, com início às 14:00 horas e término às 16:00 horas;

II - Realização da edição do 3º Musicando na Praça promovido pela Secretaria de Educação e Cultura, com início às 10:00 horas e término às 11:00 horas;

III - Realização do evento 1º Despertar na Praça, com início às 9:00 horas e término às 16:00 horas.

Art. 2º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 10 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1343/17

DECRETO Nº 1343/17

AUTORIZA O GRUPO AMOR MAIOR, A REALIZAR PEDÁGIO SOLIDÁRIO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a realização de PEDÁGIO SOLIDÁRIO, no dia 12 de agosto de 2017, com início às 08 horas e término às 12 horas, realizado pelo GRUPO AMOR MAIOR, tendo como responsável a Sra. Sonia Paiva.

Art. 2º - A realização do Pedágio Solidário será na Rua Jaraguá e na Rua Roberto Seidel.

Parágrafo único: A realização do Pedágio Solidário fica condicionada a que a responsável do evento preste informação junto aos órgãos de polícia competentes.

Art. 3º - A autorização para o Pedágio Solidário não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Trânsito Brasileiro, vedação ao embarço, a fluidez regular do trânsito e demais Leis.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 11 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 016/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 016/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº 001/2015, conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

O candidato convocado por este Edital, deverá apresentar-se, na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana, sito à Rua Vidal Ramos, nº 222, Bairro

Centro, próximo a Escola de Educação Básica Teresa Ramos, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 09 dias do mês de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I
CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
CARGO: PROFESSOR II Português 20 horas

Ordem	Nome	Data	Horário
3º	Margaret Hass	16/08/2017	10:00

LEI Nº 2.261, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº 2.261, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, denominado REFIS/CORUPÁ – 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a presente Lei;

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, denominado REFIS/CORUPÁ – 2017, destinado a promover a regularização dos créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2016, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, ou outros créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, com parcelamento em curso ou não.

§ 1º Os débitos de que trata o caput deste artigo poderão ser pagos, em parcelas mensais e sucessivas, desde que seja requerido até 30 de novembro de 2017, com redução de multa e juros de mora nos seguintes percentuais:

I - 95% (noventa e cinco por cento), quando regularizado em parcela única, com vencimento em até 30 (trinta) dias da data do requerimento;

II - 70% (setenta por cento), quando regularizado em até 6 (seis) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em até 30 (trinta) dias da data do requerimento;

III - 50% (cinquenta por cento), quando regularizado em até 12 (doze) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

§ 2º Ao ser concedido o parcelamento, acrescer-se-á ao débito juros de mora simples computados à razão de 1,00% (um por cento) ao mês.

§ 3º A inadimplência do parcelamento por 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas, implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, os acréscimos legais na forma da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, bem como, se for o caso, no prosseguimento da ação de execução fiscal.

Art. 2º O contribuinte optante pela forma de parcelamento previsto nos incisos do parágrafo 1º do artigo anterior que, comprovadamente percebam uma renda familiar inferior a um salário mínimo, terão assegurado o dobro de parcelas, observado sempre os valores mínimos estabelecidos no parágrafo 2º do artigo 4º.

Art. 3º Para os débitos que trata o artigo 1º, fica facultado ao contribuinte a opção por parcelamento individualizado, ou seja, por exercício.

Art. 4º O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, REFIS/CORUPÁ – 2017, dar-se-á por opção do sujeito passivo que fará, mediante requerimento fornecido pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda que, conforme a espécie do tributo, será acompanhado de documentação fiscal específica, cujo rol deverá constar de Decreto do Prefeito Municipal se necessário.

§ 1º Para ingresso no REFIS/CORUPÁ – 2017, o optante deverá indicar, expressamente, o débito que deseja incluir, podendo contemplar, também, o saldo remanescente de parcelamentos em curso, sem prejuízo de outros benefícios então concedidos.

§ 2º As parcelas, que terão valor mínimo de 20 (vinte) UFRMs em se tratando de devedor pessoa física, e valor mínimo de 40 (quarenta) UFRMs em se tratando de devedor pessoa jurídica, serão calculadas utilizando-se a seguinte fórmula:

$$P = \{(I + C) + [(J + M) \times (1 - a/100)]\} / b$$

P = valor da parcela

I = valor do débito
C = valor da correção
M = valor da multa
J = valor dos juros
a = percentual de redução
b = número de parcelas

§ 3º Nos débitos tributários ajuizados para cobrança executiva, deverá o optante quitar os honorários advocatícios e custas processuais diretamente com o Poder Judiciário, junto ao Fórum da Comarca onde tenha sido ajuizada a Ação de Execução Fiscal.

§ 4º A parcela paga com atraso deverá ser quitada sem as reduções previstas no parágrafo 1º do artigo 1º, e deverá ser acrescida de juros de mora calculados até a data do pagamento.

Art. 5º A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, REFIS/CORUPÁ – 2017, sujeita o optante a:

- I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos consolidados incluídos no REFIS/CORUPÁ – 2017;
- II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;
- III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS/CORUPÁ – 2017.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS/CORUPÁ – 2017 implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, durante todo período em que o contribuinte permanecer no Programa de Recuperação Fiscal, até seu total adimplemento.

Art. 6º A homologação da opção será efetuada pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data do pedido, em consonância com as datas de pagamento previstas no parágrafo 1º, do artigo 1º da presente Lei, findo o qual, não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Art. 7º O contribuinte será excluído do Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, REFIS/CORUPÁ – 2017, nas seguintes hipóteses:

- I - deixar de atender qualquer uma das exigências do artigo 5º desta Lei;
- II - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;
- III - declaração de insolvência judicial no caso de contribuinte pessoa física, ou decretação de falência, quando pessoa jurídica.

§ 1º A exclusão do REFIS/CORUPÁ – 2017 implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores.

§ 2º A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º Constatado o motivo de exclusão do Programa, a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda notificará previamente o optante via Correios ou por meio do Diário Oficial do Município, assegurando-lhe o direito de conhecer antecipadamente os fatos que lhe são imputados, para oferecimento de defesa no prazo de 30 (trinta) dias, facultando-lhe a produção de provas.

I - Após a apresentação de defesa e, eventualmente, da instrução probatória, a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda decidirá, fundamentadamente, se trata ou não de caso de exclusão, conforme definição da presente Lei.

II - Da decisão que excluir o optante do REFIS/CORUPÁ – 2017, caberá recurso com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 8º O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas.

Art. 9. A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, através do Setor de Tributação, deverá comunicar de imediato à assessoria jurídica do município sobre a adesão e quitação de contribuinte que possuir débito ajuizado.

Art. 10. A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal, REFIS/CORUPÁ – 2017, exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei, exceto os já existentes na data da opção pelo REFIS/CORUPÁ – 2017.

Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto os casos omissos da presente Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 10 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dez dias do mês de agosto de 2017. Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

LEI Nº 2.262, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

LEI Nº 2.262, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a presente Lei;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 2.256.000,00 (Dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Div. de Pessoal, Adm. E Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 8)	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 9)	50.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manut. Div. de Desenv. Mun. e Planejamento	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 11)	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 12)	30.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Man. Ativ. Div. Tes., Contab. E Tributação	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 14)	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 16)	50.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Div. De Desenv Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Div. De Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 21)	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 23)	50.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão De Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Div. De Meio Ambiente	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 29)	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 31)	30.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 47)	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 50)	150.000,00

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

06.000			
06.001		Secretaria Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Fundo Municipal de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00		Bloco de Atenção Básica	
	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.56)	50.000,00
06.000			
06.001		Secretaria Municipal de Saúde	
010.302.0081.1011		Fundo Municipal de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 64)	50.000,00
07.000			
07.001		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
015.452.0039.2014		Divisão de Estradas e Rodagem	
3.3.90.00.00.00.00		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 92)	100.000,00
08.000			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.361.0047.2020		Divisão de Educação	
3.3.90.00.00.00.00		Manutenção do Transporte Escolar	
	0.1.00.58	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 135)	240.000,00
08.000			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.365.0047.2019		Divisão de Educação	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção do Ensino Infantil	
	0.1.00.18	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 145)	96.000,00
09.000			
09.001		Secretaria Assist. Social, Trabalho e Habitação	
008.244.0064.2011		Manutenção da Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00		Man. Do Dep. De Assistência Social	
	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 166)	50.000,00
09.000			
09.001		Secretaria Assist. Social, Trabalho e Habitação	
008.244.1002.2036		Manutenção da Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00		Manutenção do Programa de Atenção a Família	
	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 163)	50.000,00
10.000			
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.843.0090.0001		Encargos Gerais do Município	
4.6.90.00.00.00.00		Serviços da Dívida Interna	
	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 183)	680.000,00
		TOTAL	2.256.000,00

Art. 2º Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

012.361.0047.1005		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 119)	48.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 121)	240.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.1004		Construção, Ampliação E Melhoria das Unidades de Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 130)	48.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 122)	360.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 143)	900.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 137)	100.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
004.122.0090.2032		Despesas Gerais do Município	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 180)	560.000,00
		TOTAL	2.256.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 10 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dez dias do mês de agosto de 2017.
Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORUPÁ E A
ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE
CORUPÁ – ASBANCO, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.467/0001-70, doravante denominado de Administração Pública Municipal, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro, cidade de Corupá/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. João Carlos Gottardi, portador da Carteira de identidade nº 2.985.910, expedida pela SSPDC/SC, inscrito no CPF sob nº 824.772.569-04, e, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ – ASBANCO**, doravante denominada de Organização da Sociedade Civil, com sede na Rua Augustinho Oliari, nº 181, Bairro João Tozini, cidade de Corupá/SC, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Adolar Behnke, portador da Carteira de identidade nº 1.582.656 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 624.895.349-04, acordam e ajustam o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento no Decreto Municipal nº 1.256 de 16 de fevereiro de 2017 e Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto firmar a parceria com a finalidade de desenvolver o evento da 6ª Semana da Banana de Corupá, que ocorrerá nos dias 16 a 21 de agosto de 2017, tendo como principal objetivo promover o setor da bananicultura com a intenção de valorizar o trabalho do produtor, melhorar a sua qualidade de vida e fomentar o crescimento econômico do cultivo da fruta, difundindo o associativismo e cooperativismo dentro do Município e região, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

1



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais). Sendo que desta importância, o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) serão repassados pela Agência de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul - ADR, e o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) serão repassados pelo Município de Corupá.

2.2 O valor a ser repassado para a Organização da Sociedade Civil no montante de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) advindos da Agência de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul – ADR, ficará a cargo do Município a sua utilização e seguirá o cronograma de desembolso descrito no plano de aplicação.

2.3 Os recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberados em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela Organização da Sociedade Civil.

2.4 O pagamento será efetuado conforme Plano de Trabalho em anexo, parte integrante deste Termo.

2.5 Os valores fixados a partir da assinatura deste Termo, não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

3.1 As despesas decorrentes deste Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.02 – DIVISÃO DE FINANÇAS

004.122.0009.2.004 – MANUTENÇÃO ATIV.DIV. TESOURARIA, CONTAB. E TRIB.

3.3.50.00.00.00.00.00 – TRANF. A. INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

0.3.00.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

4.1 A Organização da Sociedade Civil é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

a) Iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após a assinatura do Termo de Fomento;

b) Prestar contas dos recursos recebidos de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.019/2014;

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

- c) Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Termo e no Plano de Trabalho em anexo;
- d) Prestar contas perante a Administração Pública Municipal em até 60 (sessenta) dias após a liberação dos recursos, em relação aos recursos recebidos e aplicados, cujos valores e documentos, embora consolidados, deverão permitir a contabilização da baixa de responsabilidade, observado também o determinado na Lei nº 13.019/2014;
- e) Fornecer dados complementares ao Município, sempre que solicitado;
- f) Manter registros contábeis atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores do Município;
- g) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- h) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução e manter os comprovantes arquivados;
- i) Comunicar a Administração Pública Municipal a substituição dos responsáveis pela Organização da Sociedade Civil, assim como alterações em seu Estatuto;
- j) Restituir a Administração Pública Municipal, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para a consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;
- k) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ

5.1 Transferir os recursos à Organização da Sociedade Civil conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho em anexo.

5.2 Designar o Sr. Marcos Martini como Gestor que ficará como responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização incluindo:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
- d) Emitir parecer técnico de acompanhamento por ocasião das prestações de contas parciais e parecer técnico final por ocasião da prestação de contas final;
- e) Comunicar formalmente a Organização da Sociedade Civil qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
- f) Em cumprimento ao disposto na alínea h do artigo 35 da Lei nº 13.019/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº 4.222/17 de 15 de março de 2017, realizará o monitoramento e avaliação do presente Termo;
- g) Assinalar prazo para que a Organização da Sociedade Civil adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo de Fomento, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo de retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS PARA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas final dos recursos recebidos deverá ser apresentada ao final da parceria em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência com os seguintes documentos:

- a) Relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;
- b) Relatório de monitoramento do Gestor da Parceria sobre o andamento da parceria e o atingimento das metas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

7.1 A Organização da Sociedade Civil compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O prazo para a execução deste Termo de Fomento será a partir do mês de agosto de 2017 até 31 de agosto de 2017.

8.2 O prazo estabelecido na cláusula 8.1 deste instrumento poderá ser prorrogado mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao órgão gestor em, no mínimo, 30 (trinta) dias anteriores ao término do prazo final.

8.3 Poderá o Município de Corupá promover de ofício a prorrogação do presente instrumento, mediante a celebração de termo aditivo, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada esta prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

9.1 A presente parceria poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

9.2 Quando da denúncia, rescisão ou extinção da parceria, caberá a Organização da Sociedade Civil apresentar ao Município no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

9.3 É prerrogativa do Município, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de colaboração, termos de fomento e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea b do item 10.1.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução deste Termo de Fomento será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor o Sr. Marcos Martini e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria nº 4.222/17 de 15 de março de 2017, nos termos da Lei nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 1.256 de 16 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 Será de responsabilidade do Município, providenciar a publicação deste Termo de Fomento, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

12.2 O Plano de Trabalho, nos termos previstos no artigo 22 e seus incisos e o parágrafo único do artigo 42 da Lei nº 13.019/14, constará como anexo ao presente Termo de Fomento, sendo dele parte integrante e indissociável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o foro da Comarca de Jaraguá do Sul, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Aplicam-se os dispositivos, no que couber, o Decreto Municipal nº 1.256 de 16 de fevereiro de 2017, a Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações que não foram mencionados neste instrumento.

14.2 E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Corupá (SC), 10 de agosto de 2017.

**JOÃO CARLOS GOTTARDI
MUNICÍPIO DE CORUPÁ**

**ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ – ASBANCO
ADOLAR BEHNKE
REPRESENTANTE LEGAL**

TESTEMUNHAS:

**MARCOS MARTINI
CPF: 310.589.309-15**

**SILVIO RICHARDT
CPF: 401.225.739-00**

VISTO:

**LUCIANO CANI
Assessor Jurídico – Decreto nº 1196/17
OAB/SC 27.727**

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

7

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

ANEXO I**PLANO DE TRABALHO**

1. DADOS CADASTRAIS			
Proponente: ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ - ASBANCO			CNPJ: 00.848.506/0001-55
Endereço	Rua Augustinho Oliari	Bairro João Tozini	N: 181
Cidade Corupá	CEP. 892780-000	DDD/tel. (47) 3375 1848	
Conta Corrente: 9905-8	Banco: Banco do Brasil (001)	Agência: 2011-7	
Identificação do Subscritor: ADOLAR BEHNKE			CPF 624.895.349-04
CI/ Órgão Exp. 1.582.656 SESPDC SC	Cargo Presidente	Função	Matrícula
Endereço Estrada Rio Novo, 780	Bairro Rio Novo	Cidade/CEP: Corupá – 89.278-000	Fone (47) 9 9123-5599

1.2 INTERESSE PÚBLICO ENVOLVIDO

A 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ consolidou-se como um importante e belo evento dentro do calendário municipal. A realização deste tem como objetivo promover o setor da bananicultura valorizando a cultura da banana, principal atividade agrícola de Corupá, e o trabalho de centenas de famílias agricultoras. A história da bananicultura caminha lado a lado com o desenvolvimento da cidade isto pode ser observado quando comparamos os 120 anos de fundação do município e os registros históricos que evidenciam o cultivo da fruta a 109 anos. Apesar das dificuldades do plantio em relevo montanhoso e clima subtropical a banana teve e tem extrema importância no desenvolvimento de nossa cidade. Os produtores de Corupá foram agraciados com o decreto municipal 344/2011 que institui o dia 21 de agosto como sendo o Dia da Banana uma data especial para promover a história do cultivo da fruta, o desenvolvimento do município, fazendo com que ocorra o intercâmbio entre os mais diversos elos da cadeia produtiva, como: instituições, técnicos, produtores, fornecedores, comerciantes de banana e o público geral do campo e da cidade.

O evento irá proporcionar o resgate histórico, enaltecer a cultura e seus produtores promover o contato entre comerciantes e produtores, fazendo assim, com que se aumente as chances de futuras negociações, acarretando em uma melhora no arrecadamento e trazendo interferências positivas na qualidade de vida dos agricultores familiares.

2. PLANO DE TRABALHO**2.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Este plano de trabalho tem como finalidade o custeio de parte das despesas da 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ. A bananicultura está concentrada no Norte de Santa Catarina há quase um século e o município de Corupá é o pioneiro nesta cultura, por esse motivo nossa cidade concentra o maior número de famílias produtoras do Estado. Devido à importância desta fruta e como forma de homenagear os agricultores no dia 21 de agosto é comemorado oficialmente o Dia da Banana no município de Corupá. Para desfrutar desta data, diversas atividades serão realizadas durante o período de 16 a 21 de

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

agosto de 2017. Este ano o evento acontece na praça Artur Müller no centro da cidade e a abertura oficial do evento ocorrerá às 9:00 horas no dia 16/08/2017.

Durante o período de 16/08/2017 a 18/08/2017 a ASBANCO - Associação dos Bananicultores de Corupá, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, a CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá irão concentrar seus trabalhos nas tendas montadas para a realização do evento, neste caso na Praça Arthur Müller no centro da cidade. Nestes mesmos dias haverá a visita de alunos e professores de escolas da rede municipal e estadual, em dois turnos, onde será realizado palestras com o tema “A bananicultura de Corupá e seus avanços” nas tendas do evento. Paralelamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees, que concentra o maior número de alunos do meio agrícola, os professores provocam a imaginação e desenvolvem a criatividade das crianças e jovens através de atividades artísticas divididas em 05 categorias:

3º ano – Trabalho com a folha da bananeira e releitura de algumas obras, 2) 4º ano – Desenho de máquinas agrícolas; 3) 5º e 6º anos – Desenho e criação de máquinas agrícolas com sucatas; 4) 7º ano – Trabalho de releitura na cultura da banana em alto relevo e 5) 8º e 9º ano – Concurso do Slogan e Logomarca do “Dia da Banana”.

Ao total estas atividades reúnem 194 alunos da EMEF Francisco Mees e nesta última categoria a logomarca e o slogan vencedor do “Dia da Banana” estará representado no cartaz do evento para a edição de 2018. Em todas as categorias os alunos receberão certificado de participação e os três primeiros colocados serão premiados para incentivar a participação nas próximas edições do evento.

No período de 16/08/2017 a 20/08/2017 a organização do evento estará resgatando a história da bananicultura local através de fotos antigas cedidas pela comunidade corupaense. Será realizado também os concursos que trazem os seguintes questionamentos: Qual é o número de bananas do cacho? e Qual o peso de uma banana? para despertar a curiosidade dos visitantes. Ainda acontecerá exposição de máquinas e implementos agrícolas, de cachos e caixas de banana, produtos à base da fruta, feira de artesanato dando destaque à fibra de bananeira. A recepção dos cachos doados pelos produtores acontecerá no dia 17/08/2017.

Nos dias 16/08/2017 a 21/08/2017 está previsto para acontecer o Festival Gastronômico com pratos à base de banana que serão servidos nos restaurantes e lanchonetes de Corupá.

Na sexta feira dia 18/08/2017 acontecerá a 3ª “Noite do Pastel”, na qual acontecerá amostra dos trabalhos da EMEF Francisco Mees e divulgação dos ganhadores do concurso da logomarca e slogan do Dia da Banana de 2018.

No dia 19/08/2017 ocorrerá o 1º Concurso de Cucas de Banana com o intuito de resgatar a tradição deste famoso doce alemão que tornou-se típica entre os imigrantes, aqui no Brasil, que incorporaram à receita produtos que no país-origem não existiam – a Bananen Kuche (cuca-de-banana) é um bom exemplo. O concurso será realizado em duas categorias: 1) Pessoa física para a comunidade em geral e 2) Pessoa jurídica destinada a padarias e confeitarias de Corupá. O concurso conta com envolvimento direto da ACIAC - Associação Empresarial de Corupá e a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer. Ainda na tarde do sábado, dia 19 de agosto, serão realizadas apresentações de Dança Infantil, Ballet Infantil, Fit Dance e Zumba pelos grupos Gutolândia Espaço Kids e Studio de Dança Puro Swuing.

Em meio a programação das festividades acontecerá no domingo, dia 20 de agosto, a apresentação de teatro de animação com o espetáculo “O Flautista de Hamelin” destinado a comunidade em geral, mas principalmente aos alunos da rede municipal. A peça é encenada pela Trip Teatro, de Rio do Sul, que atua desde 1989 com o propósito de defender e difundir o teatro, em especial o teatro de animação que inclui bonecos, máscaras, objetos, formas ou sombras, representando o homem, o

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

animal ou ideias abstratas, como forma autêntica de expressão artística e rico patrimônio imaterial da humanidade, no mesmo dia acontecerá a missa em comemoração ao Dia da Banana na Igreja Matriz São José e o II Banana Bike com percurso de 50km que reserva lindas paisagens no interior do município e em meio as plantações de banana. A concentração acontecerá na praça central as 07:30 horas onde será servido um delicioso café da manhã e a largada será às 08:30 horas com previsão de retorno as 12:30 horas. O II Banana Bike está sendo organizado em parceria com o grupo Pedala + Corupá. Está previsto para os dias 19/08/2017 e 20/08/2017 nas tendas do evento onde acontecerão as apresentações culturais o espaço para praça de alimentação com “Food Trucks” para melhor comodidade do público.

No dia 21 de agosto, oficialmente o Dia da Banana em Corupá representantes da ASBANCO, EPAGRI e Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, membros das instituições organizadoras, irão se dividir e realizar apresentações sobre a bananicultura de forma simultânea para alunos da 4º e 5º séries nas seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira será realizada 1 palestra pela manhã e 2 no período da tarde, na Escola Básica São José serão realizadas 2 no período matutino e 1 no período vespertino, na Escola José Pasqualini terão 2 apresentações no período da manhã e 2 no período da tarde, na Escola São José serão 2 de manhã e 1 à tarde e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees terá 1 apresentação pela manhã e 1 no período da tarde. Ao total participarão desta atividade aproximadamente 270 alunos. Todas as atividades que ocorrerão durante o evento estão detalhadas na programação.

PROGRAMAÇÃO COMEMORAÇÃO AO DIA DA BANANA

16 a 21 de agosto de 2017

Praça Artur Muller – Corupá

DATA	HORARIO		ATIVIDADE
16 (Quarta-feira)	09:00		Abertura oficial do evento nas tendas de trabalho.
16 á 18 (Quarta a Sexta)	09:00	17:00	Trabalhos da Secretaria de Desenvolvimento Rural, ASBANCO, CIDASC e EPAGRI serão deslocados para a área de exposição. Haverá emissão de NFP-e, CFO, CFC e PTV. Palestras sobre “A bananicultura de Corupá e seus avanços”, para alunos de escolas da rede municipal e estadual na tenda do evento. EPAGRI/SC Concurso Logomarca e Slogan “Dia da Banana” na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees .
16 a 20 (Quarta a Domingo)	09:00	18:00	Concursos: Qual é o número de bananas do cacho? e Qual o peso de uma banana? Exposição de fotos sobre a história da Bananicultura. Exposição cachos e produtos à base de banana, máquinas e implementos. Feira de Artesanato promovida pela ACART.
16 até 21 (Quarta a Segunda)	Verificar programação própria e horários		Festival Gastronômico com pratos à base de banana nos estabelecimentos nos restaurantes e lanchonetes de Corupá.
17 (Quinta-feira)	07:00	12:00	Recepção cachos de banana.
18 (Sexta-feira)	19:00		3ª “Noite do Pastel” com homenagem aos pais e amostra de trabalhos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees.
19 (Sábado)	10:00	22:00	FOOD TRUCK
	14:00	15:00	Apresentação de Dança e Aulão- Studio Puro Swing.
	15:00	16:00	Apresentação Gutolândia Espaço Kids.
	16:00		1º Concurso de Cucas de Banana.

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

	14:00	17:00	Projeto Conhecendo a SCR CRED – serviços e brinquedos infantis.
	08:00		Missa em comemoração ao Dia da Banana - Igreja Matriz São José.
20 (Domingo)	08:30	12:00	II BANANA BIKE - Pedala + Corupá.
	10:00	20:00	FOOD TRUCK
	14:00	15:00	Espetáculo "O Flautista de Hamelin" – Teatro de animação –TRIP TEATRO
21 (Segunda-feira)	Período Matutino e Vespertino		Palestra nas Escolas do Município em homenagem ao "Dia da Banana": -Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira, -Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pasqualini; -Escola Municipal de Ensino Fundamental São Jose e -Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Mees.

O intuito é gerar a integração entre os órgãos envolvidos com a bananicultura, poderes públicos, a população do campo e da cidade, fazendo com que ocorra troca de informações e crescimento mútuo para o desenvolvimento da bananicultura regional.

2.2 FINALIDADE (Dec. 127/2011 - Art. 14º - I – descrição da finalidade, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter.)

O evento é uma realização da ASBANCO - Associação dos Bananicultores de Corupá em parceria com a Cooperativa da Agricultura Familiar Cooper Rio Novo com o apoio da Prefeitura Municipal de Corupá através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e Sindicato Rural na qual possui alguns objetivos sociais e culturais:

- Promover o setor da bananicultura, permitindo que durante o evento ocorra a integração entre os órgãos e a população do campo e da cidade, fazendo com que acarrete em um maior entendimento e desenvolvimento da cadeia dentro e fora do município;
- Proporcionar ao produtor contatos com comerciantes para que nesse contexto o bananicultor possa ter uma maior rentabilidade, resultando desta forma na melhoria da qualidade de vida no campo;
- Oportunizar a todos os segmentos da bananicultura, informações e debates a fim de buscar a ampliação do mercado e com isso o crescimento do setor, gerando trabalho, renda e emprego;
- Efetivar perante ao público a data de 21 de agosto como Dia da Banana no município de Corupá;
- Consolidar Corupá como a Capital Catarinense da Banana;
- Valorizar o bananicultor e a agricultura familiar;
- Difundir a força do Associativismo e Cooperativismo da região;
- Estreitar os laços e o relacionamento entre as instituições envolvidas com o setor bananeiro;
- Fazer com que as crianças e adultos tenham maior conhecimento referente aos processos e historia da bananicultura local;
- Valorizar a cultura da banana no município.

2.3 JUSTIFICATIVA (Dec. 127/2011- Art. 14º - II – justificativa contendo a caracterização do interesse público em executar o objeto, evidenciando os benefícios sociais a serem obtidos.)

O cultivo de banana na região Norte do Estado é um dos mais tecnificados do Brasil, além da tecnologia aplicada na produção, o clima característico dos subtropicais confere qualidade diferenciada da fruta das demais regiões do país. Outro fator que cabe ser ressaltado é o forte desenvolvimento do associativismo e cooperativismo local.

Devido à grande importância da bananicultura no município surgiram organizações de relevante importância social,

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

como é o caso da maior Associação de Bananicultores do Brasil, a ASBANCO - Associação dos Bananicultores de Corupá, fundada em 30 de julho de 1994, na qual, surgiu através de um movimento de agricultores em busca de melhores condições para sua permanência na agricultura familiar. Atualmente possui 400 associados ativos, onde presta serviços para 65% dos produtores de banana do município. Suas atividades são voltadas ao fortalecimento de seus associados, destacando-se nacionalmente e até internacionalmente pela organização administrativa e assistência técnica prestada aos bananicultores. Além disso, no ano de 2006 foi fundada por 21 famílias a Cooperativa da Agricultura Familiar Rio Novo que sempre buscou no cooperativismo uma forma de permanecer na agricultura fazendo com que seus filhos não abandonassem o meio rural e seu produto pudesse chegar diretamente ao consumidor.

2.4 LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ será realizada nas dependências da Praça Arthur Müller no centro da cidade de Corupá/SC mediante a autorização do Poder Executivo do município.

Este local foi escolhido estrategicamente por estar bem localizado, ser um espaço democrático e possuir capacidade de atender o público, além disso, por ter sido palco das edições anteriores do evento.

2.5 INDICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO, SOB OS ASPECTOS QUANTITATIVO E QUALITATIVO (Dec. 127/2011 - Art. 14º - III – indicação do público-alvo sob os aspectos quantitativo e qualitativo.)

A comissão organizadora espera com que durante os dias da 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ o evento atinja um público aproximado de 2.500 pessoas entre técnicos, produtores, fornecedores, autoridades, estudantes, instituições ligadas a atividade e moradores de Corupá.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL DO PROPONENTE PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO (Dec. 127/2011 - Art. 14º, VIII)

A ASBANCO juntamente com seus parceiros já realizaram outras cinco edições do Dia da Banana, onde pode ser observado uma interação social muito grande entre a população do campo e da cidade. Além disso, pode ser notado o interesse das crianças e adultos referente aos processos de produção, processamento e comercialização da banana, além do resgate da história da formação da cidade de Corupá.

3. CRONOGRAMA FÍSICO (Dec. 127/2011 - Art. 14º - VI – Cronograma físico contendo a descrição das etapas e das tarefas e previsão de execução). (Dec. 127/2011 - Art. 14º - VII – previsão de prazo para a execução do objeto e da data específica do evento, quando for o caso.)

Etapas	Descrição	Execução	
		Início	Término
1	Planejamento e elaboração do cronograma do evento.	01/01/2017	01/10/2017
2	Intermediação de orçamentos	01/04/2017	14/07/2017
3	Realização das contratações	01/04/2017	11/08/2017
4	Pagamento	01/08/2017	25/08/2017
5	Prestação de contas	22/08/2017	02/10/2017

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

4. PLANO DE APLICAÇÃO

4.1 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Secretaria do Estado de Santa Catarina): (R\$) 10.000,00 (Dez mil reais)

O recurso será utilizado para custear as despesas da 6ª SEMANA DA BANANA conforme especificado abaixo (**Etapa 2**):

DESCRIÇÃO	PAGAMENTO À VISTA
Aluguel de Tendas: Serão utilizadas 6 tendas (5 m x 10 m) e 1 tenda (10 m x 10 m) contendo 10 fechamentos laterais no centro da Praça Artur Muller, onde servirão de proteção e local de trabalho da ASBANCO, CIDASC, EPAGRI e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, bem como, abrigo para exposições de artesanatos e sala de palestras para alunos do ensino fundamental. Já está incluso o serviço de montagem, ART e laudo de flamabilidade. As tendas serão montadas no dia 14/08/2017 e será desmontada no dia 22/08/2017.	06 tendas piramidais 10 m x 5 m = R\$ 3.000,00 01 tenda piramidal 10 m x 10 m = R\$ 530,00 Total = R\$ 3.530,00
Aluguel de Tendas: Serão utilizadas 4 tendas (10 m x 10 m) na lateral da praça onde servirá de suporte e espaço de apresentações culturais para a comunidade. Já está incluso o serviço de montagem, ART e laudo de flamabilidade. As tendas serão montadas no dia 18/08/2017 e serão desmontadas no dia 21/08/2017.	04 tendas piramidais 10 m x 10 m = R\$ 530,00 Total = R\$ 2.120,00
Segurança do Evento: Será necessária a presença de 1 segurança no dia (19/08) no turno das 8 horas às 18 horas e 1 segurança no dia (20/08) no turno das 8 horas às 18 horas. Estão inclusos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, uniforme, equipamentos, taxa de administração, vale transporte, alimentação, impostos, tributos e lucro.	1 segurança (12 horas) = R\$ 215,00 Total = R\$ 430,00
Aluguel de Sanitários Portáteis: Serão utilizados 2 sanitários portáteis femininos e 2 sanitários portáteis masculinos que ficarão fixos na praça durante 24 horas nos dias 19 e 20 de agosto. Estão inclusos o transporte das 04 unidades de sanitários químicos. Os banheiros acompanham papel toalha, papel higiênico, desinfetante e sabonete líquido.	02 Sanitários portáteis (Masculino) = R\$ 400,00 02 Sanitários portáteis (Feminino) = R\$ 400,00 Total = R\$ 800,00
Aluguel de Gerador: Será necessário a utilização de 1 gerador trifásico, tensão 220/380 volts, 60 Hz, de 180 KVA, com regulador eletrônico de tensão e frequência, silenciado, montado em container. Está incluso o transporte do equipamento, a instalação e desinstalação do equipamento, 04 lances de cabos de 30 m para interligação do grupo ao sistema, o combustível para o funcionamento do gerador. O gerador ficará ligado desde as 9:00 da manhã do dia 19/08/2017 até às 21:00 horas do dia (20/08/2017).	01 Gerador em uso para 02 dias = R\$ 3.000,00 Total = R\$ 3.000,00

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

13



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

4. PLANO DE APLICAÇÃO

4.2 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Prefeitura Municipal de Corupá): (R\$) 10.000,00 (Dez mil reais)

O recurso será utilizado para custear as despesas da 6ª SEMANA DA BANANA conforme especificado abaixo (**Etapas** 2):

DESCRIÇÃO	PAGAMENTO À VISTA
Bandanas: Serão utilizadas 200 bandanas em poliéster dry triangulares personalizadas para os participantes do II BANANA BIKE que será realizado no dia 20/08/2017.	200 Bandanas Total = R\$ 2.000,00
Aluguel de Mesas e Cadeiras Plásticas: Serão utilizados 100 jogos de mesas com quatro cadeiras brancas empilháveis com braços de polipropileno que serão utilizadas nos dias 19 e 20 para atender o público que estará na praça de alimentação do FOOD TRUCK.	100 mesas = R\$ 500,00 400 cadeiras = R\$ 1000,00 Total = R\$ 1.500,00
Placas de Premiação: Serão entregues para as empresas ganhadoras do I concurso de cucas de banana 3 placas de premiação em aço inox fotogravado em baixo relevo com pintura automotiva medindo 20 x 30 cm acondicionado em estojo de couro preto e 3 eletrodomésticos que serão doados por empresas parceiras para os ganhadores (pessoa física). O concurso ocorrerá no dia 19/08/2017.	03 Placas de Premiação (unidade) = R\$ 220,00 Total = R\$ 660,00
Gráfica: Serão utilizados 250 certificados no formato 21 x 29,7 cm, papel couchê fosco 250 g – cor 4x0; 2000 folders 01 no formato 15x21 cm, papel couchê, brilho 115 impressão frente e verso; 2000 folders 02 no formato 15x21 cm, papel couchê, brilho 115 impressão frente e verso; 200 cartazes no formato 62 x 42cm – cor 4x0 papel couchê brilho 150g, acabamento refilado.	250 Certificados - Formato: 29,7 X 21 cm - Cor: 4 X0 Papel: Couchê Fosco 250 g - Acabamento: Refilado = R\$ 270,00 Folder 01 - Formato: 15 x 21 cm - Cor: 4 x 4 - Papel: Couchê Brilho 115 g - Acabamento: Refilado = R\$ 320,00 Folder 02 - Formato: 15 x 21 cm - Cor: 4 x 4 - Papel: Couchê Brilho 115 g - Acabamento: Refilado = 320,00 Cartaz - Formato: 42 x 62 cm - Cor: 4 x 0 - Papel: Couchê Brilho 150 g - Acabamento: Refilado = R\$ 380,00 Total = 1.290,00
Gráfica: Serão utilizados 250 cartões para lápis no formato 4x4 cm, papel triplex 250 g - cor 4x4 com acabamento furado; 400 cartões para doce – impressão frente e verso no formato 7x4 cm papel triplex 250 g - cor 4x4, acabamento perfurado; 200 etiquetas para cachos no formato 14x10 cm - cor: 4x0, papel couchê fosco 150 g	Cartão para Lápis - Formato: 4 x 4 cm - Cor: 4 x 4 Papel: Triplex 250 g - Acabamento: Refilado e Furado = R\$ 60,00 Cartão para Doce - Formato: 4 x 4 cm - Cor: 7 x 4 Papel: Triplex 250 g - Acabamento: Refilado e Furado = R\$ 170,00 Etiqueta - Formato: 14 x 10 cm - Cor: 4 x 0 - Papel: Couchê Fosco 150 g - Acabamento: Refilado = R\$ 62,50 Total = 292,50
Aluguel de Sonorização: Será utilizado nos dias 19/08/2017 e 20/08/2017 equipamentos para cobrir a sonorização do evento que compreende: 4 caixas de som; 4 tripés; 1 potência; 1 mesa de som; 1 notebook, demais cabos para ligações; 1 microfone com fio e 1 microfone sem fio. Estará previsto os serviços de DJ, instalação, som e iluminação.	Aluguel de equipamentos de sonorização e serviços de instalação = 900,00 Total = R\$ 900,00
Rádio: Serão contratados os serviços de rádio onde serão realizadas	Propagandas na rádio = 2.000,00

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

05 inserções diárias no período de 23 à 31 de julho, 12 inserções diárias de 01 à 21 de agosto, gravadas e ao vivo. Está previsto Pit Stops e flashes ao vivo direto do evento transmitido nos dias 19 e 20 de agosto (Sábado e Domingo).	Total = 2.000,00
Peça Teatral: Será contratada o espetáculo teatral “O Flautista de Hamelin” para uma apresentação de 40 minutos, onde já estarão inclusos os custos de transporte de equipe, material cênico e nota fiscal, além de sonorização e iluminação cênica, caso necessário.	Apresentação do Espetáculo teatral (40 minutos) = R\$ 1.300,00 Total = R\$ 1.300,00
Internet: Está previsto o uso de internet via rádio de 5 mega para dar suporte aos equipamentos que serão utilizados para serviços durante o evento (dia 16 a 21 de agosto). Está incluso a antena e serviço de instalação.	Equipamentos e serviços de instalação = R\$ 120,00 Total = R\$ 120,00

5. PLANO DE APOIO DE INFRAESTRUTURA

- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá disponibilizar nos dias 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de agosto um funcionário para realizar a segurança no período das 18 horas até as 8:00 horas da manhã;
- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá fornecer apoio técnico, desde o início até o final do evento, compreendendo a montagem do evento, além do fornecimento de funcionários para manutenção dos trabalhos. O período se estende do dia 15/08/2017 até o dia 22/08/2017;
- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá fornecer apoio técnico para manutenção e desinstalação dos equipamentos que envolvem energia elétrica durante o evento. Período 14/08/2017 a 22/08/2017;
- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá de cobrir o evento com matérias de divulgação em jornais, rádios e internet, sobre os acontecimentos e resultados. Período de atuação poderá se realizar de 15/08/2017 até 21/08/2017;
- A Prefeitura Municipal de Corupá se compromete a ceder o espaço da Praça Arthur Müller, bem como os arredores para a realização dos trabalhos da ASBANCO, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, EPAGRI, CIDASC e Sindicato Rural para a realização da 6ª SEMANA DA BANANA DE CORUPÁ. Além disso, compromete-se a realizar o fechamento das estradas em locais estratégicos para que não ocorra passagem de veículos. Período de 14/08/2017 a 22/08/2017.
- Caberá a Prefeitura Municipal de Corupá ceder os banheiros públicos da Praça Arthur Müller, para uso público, além de realizar a limpeza dos mesmos durante o evento. Período de 15/08/2017 a 22/08/2017.

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 0118/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa DANIEL KRUGER MEI.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DO TELHADO DO CEI PEQUENO PRÍNCIPE, MEDINDO 410M².

Processo Licitatório nº 01432/2017.

Dispensa por Limite nº 1339/2017.

Valor: R\$ 4.970,00

Data: 10/08/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 080 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 080/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXCEPCIONAL RECONDUÇÃO DOS MEMBROS QUE COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 77 c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 9º da Lei 735/2012;

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconduzidos os membros abaixo discriminados, para compor o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Cunhataí, excepcionalmente até o dia 15 de Outubro de 2017:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal, Titulares e respectivos Suplentes:

Titulares: SADIMIR MORATELLI
SILVANI BILHA THEISEN
ADRIANE NEUNFELDT FRANKEN
LOVANI SIMON HENZ

Suplentes: RITA WARKEN
SEVERINO BERRIDO RITTER
ILOISE WENDT SCHUH
MIRTES BOTH

II - Representantes indicados pelas Entidades Não-Governamentais:

a) Representantes do Clube de Damas de Cunhataí:

Titular : IRES KEMMER
Suplente: AMÉLIA FREY

b) Representantes do Clube '4S' de Cunhataí:

Titular: LIANE WARKEN
Suplente: JOSÉ TERNUS

c) Representantes da Associação de Pais e Professores de Cunhataí:

Titular: LURDES CHIAPINOTO HANSEN
Suplente: VERA LÚCIA THEISEN HUNOFF

d) Representantes da Associação das Mulheres Voluntárias de Cunhataí:

Titular: KELLY MEZZAROBBA
Suplente: JOICELINE SAUSEN

Parágrafo Único. Justifica-se a recondução devido à necessidade de alteração e adequação da Lei Municipal 735/2012 frente às Instruções Normativas da área da Assistência Social. Tão logo ocorra a alteração da Lei, serão nomeados novos membros para compor o Conselho.

Art. 2º. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não serão remunerados e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 10 de Agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 167/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 167/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, REDE DE NYLON E TENDA TIPO GAZEBO, QUE SERÃO UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA - 15 A 17 ANOS - NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, DURANTE OS DIAS 02 A 10 DE SETEMBRO DE 2017, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 29/08/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 29/08/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de Agosto de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2017

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE SALAS DIGITAIS E APARELHOS PARA PREMIAÇÃO DA FEIRA DO CONHECIMENTO, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 31/08/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo. Após, será aberto os envelopes das empresas que realizaram protocolo, para classificação de propostas.

A partir das 14:00 horas do dia 01/09/2017, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 07 de Agosto de 2017.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 166/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 166/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, com o valor de R\$ 3.183,00 (Três mil e cento e oitenta e três reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO MECÂNICA DE 250 HORAS DA RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406 ADVANCED DA FROTA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL. CONFORME ART. 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – "para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 09 de Agosto de 2017.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva Paula Juliana Lima Martins
Membro Membro

Roberto Carlos da Silva
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 09 de Agosto de 2017.

Herlon Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 09 de Agosto de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba e a empresa Confecções Machry Ltda – Me, valor de R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais).
RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS, PARA USO EM EVENTOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUE INTERESSADOS NO PROCESSO Nº 14/2017 SENDO ESTE PUBLICADO 3 VEZES, MANTENDO TODAS AS DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS EM EDITAL, GERANDO ECONOMIA NA PUBLICAÇÃO E LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE AS CAMISETAS SERÃO UTILIZADAS NO MÊS DE SETEMBRO NO EVENTO DIA D, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 24 INCISO V DA LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:
- V – "Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 10 de Agosto de 2017.

Diego Sebem Wordell Daniele Cristina Pozzo da Silva

Presidente da Comissão Membro

Roberto Carlos da Silva Paula Juliana L. Martins

Membro Membro

Cristina Melo Menegotto

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitiba, 10 de Agosto de 2017.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 10 de Agosto de 2017.

Marcio Damiani Poletto

Presidente do Fundo

Descanso

PREFEITURA

LEI 1533 2017AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 230.000,00

LEI Nº 1533/2017, de 10 de agosto de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 230.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), para reforço da dotação orçamentária vigente abaixo especificada:

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
Proj./Ativ.	10.301.0023.2.060	Manut.das Ativ.de Atenção Básica à Saúde
3.1.90.00.00.00.00.0529	Aplicações Diretas (13)	230.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior, a redução em igual valor das dotações orçamentárias vigentes, abaixo especificadas:

Órgão:	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	03.03	DPTO.ADM.,REC.HUMANOS E SERV.GERAIS
Proj./Ativ.	04.131.0002.2.006	Manut.Serv.Comunicação e Publ.Institucional e Legal
3.3.90.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (7)	50.000,00

Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade:	07.12	DIVISÃO DE TURISMO
Proj./Ativ.	04.695.0004.2.015	Revitalização e Melhorias do Morro do Cristo Redentor
4.4.90.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (74)	50.000,00

Órgão:	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES
Proj./Ativ.	26.782.0009.2.027	Manut.Dpto.Transp.Frotas de Equip.e Rodov.Munic.
3.3.90.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (85)	110.000,00
Proj./Ativ.	26.782.0009.2.028	Manutenção e Reformas da Fábrica de Tubos
3.3.90.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (91)	20.000,00
	T O T A L ¢	230.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 – Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 10 de agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

LEI 1534/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 265.000,00

LEI Nº 1534/2017, de 10 de agosto de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 265.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais), para reforço das dotações orçamentárias vigentes abaixo especificadas:

Órgão:	03.00	SECRET.MUNIC.DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade:	03.03	DPTO.ADM.,REC.HUMANOS E SERV.GERAIS	
Proj./Ativ.	04.122.0002.2.005	Manut.Dpto.Administração e Recursos Humanos	
3.1.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (3)	5.000,00

Órgão:	09.00	SECRET.MUNIC.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
Unidade:	09.13	DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
Proj./Ativ.	15.451.0010.2.029	Manut.e Func.Dpto.de Obras e Serviços Urbanos	
3.1.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (92)	90.000,00
Proj./Ativ.	15.452.0010.2.030	Limp.Sinaliz.e Melh.de Vias,Praças e Cemitério Públ.	
3.1.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (95)	15.000,00

Órgão:	11.00	SECRET.MUNIC.DO BEM ESTAR SOCIAL	
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	08.244.0014.2.040	Manut.e Func.da Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (124)	30.000,00
Proj./Ativ.	08.244.0016.2.072	Gestão da Proteção Social Básica	
3.1.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (130)	125.000,00
		T O T A L ¢	265.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior, a redução em igual valor das dotações orçamentárias vigentes, abaixo especificadas:

Órgão:	08.00	SECRET.MUNIC.DE TRANSPORTES	
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES	
Proj./Ativ.	26.782.0009.2.027	Manut.Dpto.Transp.Frotas de Equip.e Rodov.Munic.	
3.3.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (85)	67.000,00

Órgão:	09.00	SECRET.MUNIC.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
Unidade:	09.13	DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
Proj./Ativ.	15.452.0010.2.030	Limp.Sinaliz.e Melh.de Vias,Praças e Cemitério Públ.	
3.3.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (96)	105.000,00

Órgão:	11.00	SECRET.MUNIC.DO BEM ESTAR SOCIAL	
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ.	08.244.0016.1.018	Ampliação/Reformas de Instalações para o SCFV	
4.4.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (129)	30.000,00
Proj./Ativ.	08.244.0014.2.040	Manut.e Func.da Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (123)	63.000,00
		T O T A L ¢	265.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 – Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 10 de agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

LEI 1535 2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 4.416,00

LEI Nº 1535/2017, de 10 de agosto de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 4.416,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 4.416,00 (quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais), para reforço da dotação orçamentária vigente abaixo especificada:

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade:	10.15	FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Proj./Ativ.	20.608.0011.2.035	Incentivo e Assistência Produtor Rural
3.1.71.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas	4.416,00

Art. 2º Servirá de recursos para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior, a redução em igual valor da dotação orçamentária vigente, abaixo especificada:

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade:	10.15	FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Proj./Ativ.	20.608.0011.2.035	Incentivo e Assistência Produtor Rural
3.3.90.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (110)	4.416,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 - Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 4.416,00 (quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais).

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 10 de agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico - Adm.RH/DP

LEI COMPLEMENTAR 32/2017 AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA COM 4.000 M², DO IMÓVEL CONSTANTE DE PARTE DAS CHÁCARAS NºS 01 E 02, ONDE ESTÁ EDIFICADO UM PAVILHÃO EM ALVENARIA (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS), DE PROPRIEDADE DA UNIÃO FEDERAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 32/2017, de 10 de agosto de 2017.

AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA COM 4.000 M², DO IMÓVEL CONSTANTE DE PARTE DAS CHÁCARAS NºS 01 E 02, ONDE ESTÁ EDIFICADO UM PAVILHÃO EM ALVENARIA (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS), DE PROPRIEDADE DA UNIÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação o imóvel constante de Parte das Chácaras nºs 01 e 02, com a área total de 4.000 m², sobre o qual está edificado um Pavilhão em alvenaria (Centro de Convivência de Idosos), medindo 363,81 m², sito no perímetro urbano da cidade de Descanso, confrontando: ao norte, com a Rua Érico Veríssimo e com os lotes urbanos nºs 189 e 190, do loteamento Cristo Rei, medindo 100 metros; ao sul, com parte das mesmas chácaras nºs 01 e 02, por linha seca de 83 metros; ao leste, com a chácara nº 10-A, por linha seca de 57 metros; ao oeste, com parte das mesmas chácaras nºs 01 e 02, por linha seca de 50 metros, de propriedade da UNIÃO FEDERAL, sob matrícula do imóvel nº 3.997, Livro nº 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, permanecendo a avaliação do imóvel o valor informado no Termo de Doação, qual seja, R\$ 491.042,07 (quatrocentos e noventa e um mil, quarenta e dois reais e sete centavos).

Art. 2º A doação da área mencionada no artigo 1º desta Lei, deverá ser escriturada à municipalidade, ficando ratificado na íntegra o Termo de Doação do Livro nº 15 - Termos Diversos e Escrituras - folhas 150/152.

Art. 3º A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 695, de 20 de dezembro de 2006.

Descanso - SC, 10 de agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei Complementar em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico - Adm.RH/DP

PREGÃO PRESENCIAL 57 2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS EM VÔOS REGULARES

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais em vôos regulares, destinadas aos servidores quando em viagens a serviço ou de interesse do Município de Descanso/SC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 10:00 horas do dia 24/08/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 10:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 11 de Agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 58 2017 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS PARA O PREPARO DE REFEIÇÕES AOS SERVIDORES MUNICIPAIS A SERVIÇO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ALMOXARIFADO DA GARAGEM

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e outros para o preparo de refeições aos Servidores Municipais a serviço no interior do Município e materiais de higiene e limpeza para o almoxarifado da garagem, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 24/08/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 11 de Agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 59 2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MELHORIAS E ADAPTAÇÕES NO PRÉDIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA, OBJETIVANDO A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO CENTRAL DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017

Objeto: Contratação de empresa para execução de melhorias e adaptações no prédio da Delegacia de Polícia, objetivando a instalação de equipamentos para monitoramento central do sistema de videomonitoramento urbano, com recursos provenientes de Convenio de Segurança Pública, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 25/08/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 11 de Agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15-2017 - HOMOLOGAÇÃO - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/17

HOMOLOGAÇÃO: 10/05/17

CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA ATENDIMENTO JUNTO AS 06 EQUIPES DE ESTRATEGIA DE SAUDE BUCAL DO MUNICIPIO, PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.256,84 (cinco mil duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)

DATA: 10/08/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-PREGÃO

PRESENCIAL Nº 15/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/17

HOMOLOGAÇÃO: 10/05/17

CONTRATADO: ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPIT LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA ATENDIMENTO JUNTO AS 06 EQUIPES DE ESTRATEGIA DE SAUDE BUCAL DO MUNICIPIO, PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.764,35 (sete mil setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)

DATA: 10/08/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/17

HOMOLOGAÇÃO: 10/05/17

CONTRATADO: ODONTOSUL LTDA - EPP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA ATENDIMENTO JUNTO AS 06 EQUIPES DE ESTRATEGIA DE SAUDE BUCAL DO MUNICIPIO, PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.729,70 (cinco mil setecentos e vinte e nove reais e setenta centavos)

DATA: 10/08/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO

PRESENCIAL Nº 15/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/17

HOMOLOGAÇÃO: 10/05/17

CONTRATADO: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA ATENDIMENTO JUNTO AS 06 EQUIPES DE ESTRATEGIA DE SAUDE BUCAL DO MUNICIPIO, PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.671,90 (quatro mil seiscentos e setenta e um reais e noventa centavos)

DATA: 10/08/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO

PRESENCIAL Nº 15/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/17

HOMOLOGAÇÃO: 10/05/17

CONTRATADO: POSSATTO & POSSATO LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA ATENDIMENTO JUNTO AS 06 EQUIPES DE ESTRATEGIA DE SAUDE BUCAL DO MUNICIPIO, PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.848,38 (cinco mil oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos)

DATA: 10/08/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 56/2017

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa NILO ANDREI FORMIGARI 00492033986, inscrita no CNPJ: 24.019.795/0001-48, com sede à rua TRAVESSÃO DO TIGRE, S/N – BAIRRO RIBEIRÃO PINHEIRO, CIDADE DE BENEDITO NOVO-SC – CEP: 89.124-000, aqui representada por NILO ANDREI FORMIGARI, CPF: 004.920.339-86, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 025/2017, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e VALOR:

1.1 - O objeto do presente contrato é a contratação de empresa ou profissional autônomo para ministrar aulas de VIOLÃO E CANTO, KARATÊ E PATINAÇÃO ARTÍSTICA exclusivamente para moradores da cidade de Doutor Pedrinho, conforme segue:

Item	Quant.	Unid	Especificação dos Serviços	Valor Unitário Contratado	Valor Total Contratado
03	520	horas	PROFESSOR PARA MINISTRAR AULAS DE ACORDEON	24,90	12.948,00

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 025/2017, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

1.3 - O presente contrato, assim como a licitação da qual ocorreu, não abriga o MUNICÍPIO à autorizar ou solicitar sua execução integral (nas quantidades e prazos licitados).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2017 do MUNICÍPIO, como segue:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO
01 - CULTURA
2004 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS
33903699 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEITOS PESSOA FÍSICA
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO
01 - CULTURA
2004 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS
33903999 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEITOS PESSOA JURÍDICA
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO
02 - DESPORTO
2018- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTO AMADOR
33903699 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEITOS PESSOA FÍSICA
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO
02 - DESPORTO
2018- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTO AMADOR
33903999 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEITOS PESSOA JURÍDICA
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de tributos e encargos de qualquer natureza, transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços mensais, além da Nota Fiscal/

Fatura devidamente atestada pelo agente da municipalidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES GERAIS:

4.1 - O contrato terá vigência de 12 meses a partir da data de sua assinatura, podendo ter seu prazo de vigência prorrogado mediante termo aditivo, conforme artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8666/93.

4.2- As cargas horárias serão definidas da seguinte forma:

- a) REF. ITEM 01: carga horária máxima: 10h semanais em horário a definir;
- b) REF. ITEM 02: carga horária máxima: 10h semanais em horário a definir;
- c) REF. ITEM 03: carga horária máxima: 8h semanais em horário a definir;
- d) REF. ITEM 04: carga horária máxima: 8h semanais em horário a definir;

4.3 - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade pelo deslocamento, alimentação e hospedagem de seus técnicos ao local da prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- b) Ressarcir ao MUNICÍPIO do equivalente a todos os danos decorrentes da paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- d) Manter, durante a execução do contrato e/ou prestação dos serviços, as mesmas condições de habilitação;
- e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- f) Fornecer o objeto contratado e/ou prestar os serviços previstos, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- g) Fornecer o objeto e/ou prestar os serviços previstos com agilidade, pontualidade e boa qualidade técnica, dentro dos padrões exigidos, inclusive atentando para os prazos legais e regulamentares a serem observados pelo MUNICÍPIO para cumprimento de obrigações ou envio de informações e documentos aos órgãos de controle;
- h) Aceitar que sejam prestados os serviços do objeto de forma parcial ou fracionada, conforme necessidades do MUNICÍPIO.
- i) Responsabilizar-se pelos prejuízos causados a municipalidade e/ou a terceiros em face de imperícia, imprudência e negligência dos profissionais destacados para prestação dos serviços, bem como pelas eventuais multas aplicadas aos agentes públicos em face do descumprimento de prazo, atraso ou omissão na prestação de informações ou cumprimento de obrigações legais ou regulamentares relacionadas ao objeto da licitação;
- j) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- k) respeitar o sistema de segurança da Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ela. Responsabilizar-se à integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, garantindo a continuidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela não-prestação dos referidos serviços;
- l) Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e previdenciárias vigentes;
- m) Garantir a preservação do conteúdo das informações que lhe forem confiadas;
- n) Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços;
- o) A Contratada é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer não podendo ser arguida solidariedade do Contratante, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE;
- p) Respeitar as regras de sigilo e confidencialidade dos documentos trabalhados, de acordo com a legislação vigente;
- q) Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no Contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;
- r) Comunicar à CONTRATANTE durante a execução dos serviços quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos serviços prestados no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES:

7.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

7.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

7.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso ou defeito na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso ou defeito na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

7.1.2.1 - A multa por inexecução contratual ou por atraso no cumprimento de obrigações legais e regulamentares, inclusive decorrente do atraso da remessa de informações aos órgão de controle, seja por culpa do não comparecimento semanal da assessoria no Município para suporte direto, por falta de resposta ou solução de dúvidas, consultas ou questionamentos feito pelos agentes da municipalidade, ou por omissão ou erro cometido pelos profissionais destacados para prestação dos serviços, será de 10% (dez por cento) sobre o valor devido pelo serviço a ser executado (valor global do contrato), sem prejuízo da apuração dos danos efetivamente causados.).

7.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço prestado, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

7.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

8.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

8.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA NONA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

9.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

10.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designada o Secretário de Desporto e Cultura do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 03 de julho de 2017.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
MUNICÍPIO CONTRATANTE

NILO ANDREI FORMIGARI
CONTRATADO

Testemunhas:

MÁRCIO TRAVALHA

JANAÍNA LENZI DE CASTILHO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 57/2017

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa GUMZ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E TRANSPORTES EIRELI ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.159.698/0001-08 situado à Rua BOM RETIRNO, 294, BARRA SÃO JOÃO, cidade de BENEDITO NOVO-SC, CEP: 89.124-000 neste ato representado pelo SR. GIANCARLO GUMZ, CPF sob nº 058.997.859-42 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 37/2017, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS EM HORAS, INCLUINDO OPERADOR E COMBUSTÍVEL, SENDO UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA**, conforme segue:

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	P. UNIT.	P. TOTAL	MARCA/MODELO
1	Horas	100	Locação de 100 horas de escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 17.000 quilos, em perfeito estado de manutenção para a prestação dos serviços, incluindo combustível, operador habilitado, transporte e manutenção do equipamento por conta da empresa vencedora.	R\$ 156,00	R\$ 15.600,00	NEW-HOLLAND 175B
TOTAL GERAL R\$						

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 29/2017, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2017 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903999– OUTROS SERVIÇOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços por item acima citada (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - A proponente deverá prestar os serviços imediatamente após emissão da autorização de fornecimento parcelada, com tolerância máxima de 48 (quarenta e oito) horas, em diversos locais, a serem definidos pela Secretaria de Obras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução observará o disposto no item 4.1 da Cláusula anterior, sendo que este contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.3 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão da ordem de fornecimento, observado o disposto no item 4.1 da Cláusula anterior.

5.4 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má execução dos serviços;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos e/ou prestados os serviços de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.
- h) Será de inteira responsabilidade do proponente, manter a documentação do operador e do equipamento além de realizar manutenção preventiva e corretiva, bem como troca de pneus, filtro, óleo, peças desgastadas ou defeituosas, e toda despesa relacionada à manutenção mecânica ou elétrica, sendo vedada qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços ofertados;
- i) A proponente vencedora terá total responsabilidade sobre os serviços executados e prestará garantia sobre os mesmos, devendo refazê-los no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas no caso de má execução dos mesmos;
- j) A proponente vencedora deverá apresentar condições de atendimento das horas previstas, tendo a responsabilidade de dispor de 2 (duas) máquinas da mesma função, caso seja necessária a substituição;
- k) A contratada deverá entregar mensalmente até dia primeiro de cada mês um cronograma de atendimento das horas mensais solicitadas pela contratante através da autorização de fornecimento e a execução dos serviços deverá atender as normas técnicas da legislação ambiental vigente.
- l) Em caso de rompimento de barragem, derrubada de cercas durante a execução dos serviços ora licitados, a empresa contratada será responsável pela reconstrução sem custos adicionais ao Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 – O Município se obriga a:

- a) Efetuar controle das horas executadas pelo vencedor, através de servidor designado pelo Secretário de Obras, sendo que as horas contabilizadas serão as horas trabalhadas e serão cronometradas, onde constará o início do horímetro e o final, devidamente assinado pelo operador e pelo fiscal da operação;
- b) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva entrega do objeto desta licitação;
- c) Efetuar o pagamento à licitante contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, e sua regular liquidação;
- d) Notificar, por escrito, à licitante contratada das irregularidades constatadas, dando prazo para correção e/ou defesa, incluindo-se o alerta sobre a possibilidade de aplicação de sanções;
- e) Aplicar à empresa vencedora as penalidades previstas, quando for o caso;
- f) Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 10 de JULHO de 2017.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

GUMZ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E TRANSPORTES EIRELI ME
Empresa Contratada

Testemunhas:

Ercides Giacomozzi

José Marcos Claudino dos Santos

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 58/2017

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa ZANDONÁ ASSESSORIA E OBRAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.226.008/0001-50, situado à AVENIDA CENTRAL, 414 – APTO 1601-A - CENTRO, cidade de BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC, CEP: 88.330-668, neste ato representado pelo JOSÉ CARLOS ZANDONÁ, CPF sob nº 862.984.459-00 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 036/2017, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e VALOR:

0.1 - O objeto do presente contrato é Contratação de SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EM GERAL, conforme segue:

Item	Quant.	Unid	Especificação dos Serviços	Valor Unitário Contratado	Valor Total Contratado
01	15.000	M²	Contratação de Serviços de Engenharia para Elaboração de Projetos, conforme os sub-itens listados abaixo:		79.000,00
1.1	5.000	M²	A - Projetos de edificações: indicando todos os dados necessários segundo a legislação e normas técnicas em vigor (ABNT e plano Diretor do Município de Doutor Pedrinho) contendo: projeto arquitetônico com plantas baixas, cortes e elevações, projeto estrutural, hidrossanitário completo, elétrico completo, preventivo de incêndio completo, quantitativos com memória de cálculo, cronograma físico financeiro, memorial descritivo, levantamento de áreas existentes em caso de reformas, orçamento prévio e topografia e emissão e pagamento das respectivas ARTs e projetos em 3D. Obs.: A impressão das plantas de engenharia são responsabilidade da contratada de acordo com as exigências de cada projeto e sem ônus ao Município; Projetos que retornem para readequação em virtude de problemas decorrentes de erros da contratada não poderá ser cobrado novamente. Haverá cobrança, somente nos casos em que o Contratante autorizar (alterações solicitadas pelo Contratante).	10,00	50.000,00

1.2	10.000	M²	<p>B – Projeto de infraestrutura: (pavimentação de ruas, inserção de vias, trevos, rótulas, pontes, calçadas e outros envolvendo o sistema viário do Município) indicando todos os dados necessários segundo a legislação e normas técnicas em vigor (ABNT e plano Diretor do Município de Doutor Pedrinho) contendo: Levantamento planialtimétrico com o cadastro da infraestrutura existente, testada dos lotes com identificação dos proprietários, drenagem pluvial com cotas de topo e fundo das caixas de captação, rede de água e esgoto, postes da rede elétrica, muros, cercas e outros, necessários para execução do projeto. Projeto de: terraplanagem com seções transversais a cada 20 m; drenagem pluvial e profunda com memória de cálculo do dimensionamento das tubulações adotadas; pavimentação com dimensionamento do pavimento, incluindo se necessário, sondagens e ensaios do subleito existente; obras complementares; sinalização; quantitativos com memória de cálculo; orçamento; cronograma físico financeiro; memorial descritivo dos serviços a executar; detalhes construtivos; topografia; e emissão e pagamento das respectivas ARTs e projetos em 3D.</p> <p>Obs.: A impressão das plantas de engenharia são responsabilidade da contratada de acordo com as exigências de cada projeto e sem ônus ao Município;</p> <p>Projetos que retornem para readequação em virtude de problemas decorrentes de erros da contratada não poderá ser cobrado novamente. Haverá cobrança, somente nos casos em que o Contratante autorizar (alterações solicitadas pelo Contratante).</p>	2,90	29.000,00
-----	--------	----	--	------	-----------

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 036/2017, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

1.3 - O presente contrato, assim como a licitação da qual ocorreu, não abriga o MUNICÍPIO à autorizar ou solicitar sua execução integral (nas quantidades e prazos licitados).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2017 do MUNICÍPIO, como segue:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
01 - ADMINISTRACAO E FINANÇAS
2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
33903905 – SERVICOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de tributos e encargos de qualquer natureza, transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços mensais, mediante a apresentação de relatório circunstanciado contendo: descrição dos serviços prestados e quantidade de metros quadrados projetados no caso do item 1 e de horas trabalhadas no caso do item 2, além da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo agente da municipalidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES GERAIS:

4.1 - O contrato vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, podendo ter seu prazo de vigência prorrogado mediante termo aditivo, conforme artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8666/93.

4.2 – O agente do MUNICÍPIO encaminhará à CONTRATADA, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a eventual alteração de dias para atendimento in loco, bem como com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas os questionamentos e consultas relacionados aos serviços contratados.

4.3 - Os serviços de Fiscalização deverão ser prestados no mínimo 3 dias na semana presencial sendo no mínimo 4 horas diárias.

4.4 - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade pelo deslocamento, alimentação e hospedagem de seus técnicos ao local da prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- Ressarcir ao MUNICÍPIO do equivalente a todos os danos decorrentes da paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

- d) Manter, durante a execução do contrato e/ou prestação dos serviços, as mesmas condições de habilitação;
- e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- f) Fornecer o objeto contratado e/ou prestar os serviços previstos, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- g) Fornecer o objeto e/ou prestar os serviços previstos com agilidade, pontualidade e boa qualidade técnica, dentro dos padrões exigidos, inclusive atentando para os prazos legais e regulamentares a serem observados pelo MUNICÍPIO para cumprimento de obrigações ou envio de informações e documentos aos órgãos de controle;
- h) Aceitar que sejam prestados os serviços do objeto de forma parcial ou fracionada, conforme necessidades do MUNICÍPIO.
- i) Responsabilizar-se pelos prejuízos causados a municipalidade e/ou a terceiros em face de imperícia, imprudência e negligência dos profissionais destacados para prestação dos serviços, bem como pelas eventuais multas aplicadas aos agentes públicos em face do descumprimento de prazo, atraso ou omissão na prestação de informações ou cumprimento de obrigações legais ou regulamentares relacionadas ao objeto da licitação;
- j) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- k) respeitar o sistema de segurança da Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ela. Responsabilizar-se à integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, garantindo a continuidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela não-prestação dos referidos serviços;
- l) Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e previdenciárias vigentes;
- m) Garantir a preservação do conteúdo das informações que lhe forem confiadas;
- n) Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços;
- o) A Contratada é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer não podendo ser arguida solidariedade do Contratante, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE;
- p) Respeitar as regras de sigilo e confidencialidade dos documentos trabalhados, de acordo com a legislação vigente;
- q) Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no Contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;
- r) Comunicar à CONTRATANTE durante a execução dos serviços quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos serviços prestados no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES:

7.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

7.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

7.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso ou defeito na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso ou defeito na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

7.1.2.1 - A multa por inexecução contratual ou por atraso no cumprimento de obrigações legais e regulamentares, inclusive decorrente do atraso da remessa de informações aos órgão de controle, seja por culpa do não comparecimento semanal da assessoria no Município para suporte direto, por falta de resposta ou solução de dúvidas, consultas ou questionamentos feito pelos agentes da municipalidade, ou por omissão ou erro cometido pelos profissionais destacados para prestação dos serviços, será de 10% (dez por cento) sobre o valor devido pelo serviço a ser executado (valor global do contrato), sem prejuízo da apuração dos danos efetivamente causados.).

7.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço prestado, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

7.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

8.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

8.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA NONA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

9.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

10.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária de Administração e Finanças do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 14 de JULHO de 2017.

MUNICÍPIO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

EMPRESA CONTRATADA
ZANDONÁ ASSESSORIA E OBRAS LTDA
JOSÉ CARLOS ZANDONÁ

Testemunhas:

Tassiana Ouriques Becker

André Luiz Mazzi

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 60/2017

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa NABLA ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.787.907/0001-07, situado à Rua Laurentino, 103, Bairro Atiradores - cidade de Joinville, SC – CEP: 89.203-106 neste ato representado pelo SR. UBIRATAN GILBERTO DE CARVALHO FRANCO, CPF sob nº 346.028.168-51 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 35-2017, Lei Federal nº 10.520/2002, e disposições da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 -

Objeto: MANUTENCAO DE ILUMINACAO PUBLICA DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Máximo R\$
01	01	01	MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL CONTENDO: 04 UND LAMPADAS VAPOR METÁLICO TUBO/HPI 220V, 1000W, 08 UND LAMPADAS VAPOR METÁLICO TUBO/HPI 220V, 2000W ; 04 UND REATOR VAPOR METÁLICO 1000W; 08 UND REATOR METÁLICO 2000W; 16 HR MAO DE ELTRECISTA E 08 HR CAMINHAO MUNCK. Prazo de garantia: 01 ano.	
TOTAL GERAL MÁXIMO				R\$ 7.900,00

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 39/2017, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2017 do MUNICÍPIO, como segue:

08 – SEC MUN DESPORTO CULTURA E TURISMO
02- DESPORTO
2018 – MANUTENÇÃO ATIVIDADES DESPORTO AMADOR
33903026– MATERIAL ELETRICO
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

08 – SEC MUN DESPORTO CULTURA E TURISMO
02- DESPORTO
2018 – MANUTENÇÃO ATIVIDADES DESPORTO AMADOR
33903905– SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAL
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços por item acima citada (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 10 (dez) dias para início do serviço, contados da data da respectiva ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.3 – O respectivo serviço se iniciará após a emissão da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa oficial, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 21 de julho de 2017.

MUNICÍPIO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

NABLA ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA-ME
UBIRATAN GILBERTO DE CARVALHO FRANCO
EMPRESA CONTRATADA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 61/2017

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal SIMONI MERCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa JULIO SILVESTRI FILHO ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.608.150/0001-50, situado à Rua LUIZ MAGALHÃES DE MEDEIROS, 1050, SALA 01 - HUMAITÁ cidade de TUBARÃO-SC, CEP: 88.708-250, neste ato representado pelo SR. JULIO SILVESTRI FILHO, CPF sob nº 912.281.669-00 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 35-2017, Lei Federal nº 10.520/2002, e disposições da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE LÂMINAS PARA DIVERSAS MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Máximo R\$	
				Unitário	Total

1	60	UND	LAMINA EM AÇO TEMPERADO PARA MOTONIVELADORA 3/4 RETA - 13 FUIROS DIMENSÕES: 1823,00 X 200,00 X 19,00 (MM) DUREZA: MÍNIMO DE 440 HB RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: MÍNIMA DE 145 KGF/MM" (A dureza e resistência devem estar comprovadas por Certificado emitido pelo Fabricante). MARCA: METISA (VERMELHA)	400,00	24.000,00
2	60	UND	LAMINA EM AÇO TEMPERADO PARA MOTONIVELADORA 5/8 CURVA - 13 FUIROS DIMENSÕES: 1823,00 X 200,00 X 19,00 (MM) DUREZA: MÍNIMO DE 440 HB RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: MÍNIMA DE 145 KGF/MM" (A dureza e resistência devem estar comprovadas por Certificado emitido pelo Fabricante). MARCA: METISA (VERMELHA)	400,00	24.000,00
3	2	UND	LÂMINA MINI CARREGADEIRA (CONCHA) 7 FUIROS- 5/8 – RETA MARCA: PTMX	340,00	680,00
4	2	UND	LÂMINA MINI CARREGADEIRA (VASSOURA) 10 FUIROS -5/8 – RETA MARCA: PTMX	300,00	600,00
6	1	UND	LÂMINA RETROESCAVADEIRA JCB 8 FUIROS - 3/4 – RETA MARCA: PTMX	795,00	795,00
TOTAL GERAL MÁXIMO					R\$ 50.075,00

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 35/2017, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2017 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903999 – MATERIAL DE CONSUMO-OUTROS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços por item acima citada (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento, inclusive que, acaso surjam dúvidas sobre o tipo de aço do produto fornecido ou sua dureza, o MUNICÍPIO poderá solicitar laudo técnico de compatibilidade das lâminas com o solicitado no edital, com ônus para a CONTRATADA.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 02 dias para entrega das lâminas solicitadas, contados da data da respectiva ordem de compra, sendo que a entrega se dará na Secretaria de Obras do MUNICÍPIO, conforme necessidade deste, independente da quantidade solicitada.

4.2 - Excepcionalmente, em caso de urgência (uso imediato), poderá o MUNICÍPIO retirar parte do item diretamente na sede da CONTRATADA, mediante desconto correspondente no preço, correspondente ao frete.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.3 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa oficial, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 01 de AGOSTO de 2017.

MUNICÍPIO
SIMONI MERCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

CONTRATADA
JULIO SILVESTRI FILHO
JULIO SILVESTRI FILHO ME

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 62 /2017

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal SIMONI MERCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa G.MAIOCHI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.091.974/0001-18, situado à ROD. BR 280, Nº 13354, cidade de GUARAMIRIM-SC, CEP: 89.270-000 neste ato representado pelo SR. AILTON MAIOCHI, CPF sob nº 219.040.229-87 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 35-2017, Lei Federal nº 10.520/2002, e disposições da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE LÂMINAS PARA DIVERSAS MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Máximo R\$	
				Unitário	Total
5	2	UND	LÂMINA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 4 FUROS 3/4 RETA – MARCA: RCP	325,00	R\$ 650,00
TOTAL GERAL MÁXIMO					R\$ 650,00

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 35/2017, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2017 do MUNICÍPIO, como segue:

04 – SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903999 – MATERIAL DE CONSUMO-OUTROS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços por item acima citada (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento, inclusive que, acaso surjam dúvidas sobre o tipo de aço do produto fornecido ou sua dureza, o MUNICÍPIO poderá solicitar laudo técnico de compatibilidade das lâminas com o solicitado no edital, com ônus para a CONTRATADA.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 02 dias para entrega das lâminas solicitadas, contados da data da respectiva ordem de

compra, sendo que a entrega se dará na Secretaria de Obras do MUNICÍPIO, conforme necessidade deste, independente da quantidade solicitada.

4.2 - Excepcionalmente, em caso de urgência (uso imediato), poderá o MUNICÍPIO retirar parte do item diretamente na sede da CONTRATADA, mediante desconto correspondente no preço, correspondente ao frete.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.3 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa oficial, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer

indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 01 de AGOSTO de 2017.

MUNICÍPIO
SIMONI MERCIA MESCH NONES
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

CONTRATADA
AILTON MAIOCHI
G.MAIOCHI & CIA LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 63/2017

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada por sua Prefeita, SIMONI MÉRICA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.954.555/0001-01, situado à Rua EZILDA SCHMIDT COELHO – 01- BARREIROS cidade de SÃO JOSÉ-SC 88.113-115, neste ato representado pelo SR. ANSELMO COELHO, CPF sob nº 253.012.259-87, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 41-2017, Lei Federal nº 10.520/2002, e disposições da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA DIVERSAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, conforme segue:

51519 - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Óleo lubrificante AGM 68, com nível de desempenho HLP, para sistema hidráulico de tratores, máquinas e implementos agrícolas, com excelente resistência a corrosão, ao desgaste e a oxidação, bem como contendo uma alta propriedade antiespumante e estabilidade térmica, atendendo às especificações da norma DIN 51524 parte 2 (HLP) em balde de 20 litros	BALDE	MOTOR'S PRIME	40	R\$231,00	R\$9.240,00
2	Óleo lubrificante para transmissões e engrenagens hipóides, com viscosidade SAE 90 e nível de desempenho API GL-5, devendo atender às especificações MIL-L-2105D, em balde de 20 litros.	BALDE	PACKBLEND	20	R\$234,00	R\$4.680,00
3	Óleo lubrificante para sistemas hidráulicos e conversores de torque, com viscosidade SAE 10W, resistente a oxidação, desgaste, corrosão e ferrugem, atendendo as normas ALLISON C3, em balde com 20 litros	BALDE	LUBRAX	25	R\$252,00	R\$6.300,00
4	Óleo lubrificante para transmissões, caixas de câmbio, transmissões finais e sistemas hidráulicos, usados em aplicações fora de estrada, com viscosidade SAE 30, com alto nível de desempenho, em balde de 20 litros.	BALDE	LUBRAX	30	R\$310,00	R\$9.300,00
6	Óleo lubrificante 85w140 para engrenagens de transmissões automotivas, diferenciais e acionamentos finais, com elevado desempenho, mesmo em condições de operação extremamente severas, com nível de desempenho API GL-5, em balde de 20 litros.	BALDE	PACKBLEND	25	R\$241,00	R\$6.025,00
7	Óleo lubrificante para transmissões manuais e eixos de tração, com viscosidade SAE 80, que requeiram nível de desempenho API GL-4, em balde de 20 litros.	BALDE	PACKBLEND	20	R\$250,00	R\$5.000,00
8	Óleo lubrificante semissintético, de elevado desempenho para motores a diesel, gasolina, etanol e flex, que operem em condições de elevada severidade, com viscosidade SAE 10W40 e nível de desempenho API SN, em embalagem de 1 litro.	LITRO	REPSOL	120	R\$19,50	R\$2.340,00

9	Óleo lubrificante sintético 5w30, para motores de veículos novos e antigos, resistente a corrosão e ao desgaste, operando em condições severas de operação, apresentando nível de desempenho API SN, em embalagem de 1 litro.	LITRO	PACKBLEND	180	R\$21,00	R\$3.780,00
10	Fluido de freio com alto ponto de ebulição e elevada resistência à oxidação, atendendo a classificação DOT 4, para uso em sistemas de freio a disco, tambor e ABS, para veículos, utilitários e caminhões, em embalagem de 500 ML.	UNID	HI TECH DOT-4	24	R\$15,50	R\$372,00
Total do Fornecedor:						R\$47.037,00

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 35/2017, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2017 do MUNICÍPIO, como segue:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços por item acima citada (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento, inclusive que, acaso surjam dúvidas sobre o tipo de aço do produto fornecido ou sua dureza, o MUNICÍPIO poderá solicitar laudo técnico de compatibilidade das lâminas com o solicitado no edital, com ônus para a CONTRATADA.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 02 dias para entrega das lâminas solicitadas, contados da data da respectiva ordem de compra, sendo que a entrega se dará na Secretaria de Obras do MUNICÍPIO, conforme necessidade deste, independente da quantidade solicitada.

4.2 - Excepcionalmente, em caso de urgência (uso imediato), poderá o MUNICÍPIO retirar parte do item diretamente na sede da CONTRATADA, mediante desconto correspondente no preço, correspondente ao frete.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

5.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.3 - No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa oficial, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 01 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

CONTRATADA
ANSELMO COELHO
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 64/2017

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Brasília, 02, centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, neste ato representado por sua Prefeita, Sr. Simoni Mércia Mesch Nones, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa MARCHIORI, BUENO, SANTOS – ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, CNPJ nº 00.316.755/0001-08, com sede na(o) Rua Pastor Stutzer, 42 – Bairro Jardim Blumenau, cidade de Blumenau-SC – CEP: 89.010-390, neste ato representada por MARCELO SCHUSTER BUENO, doravante denominado(a) simplesmente de CONTRATADO(A), em decorrência do Processo Licitatório nº 42/2017, modalidade CARTA CONVITE nº 42/2017, homologado em 02/08/2017, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente ao Instrumento Convocatório antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente CONTRATO tem por objetivo a SELEÇÃO DE PESSOA JURÍDICA A SER CONTRATADA PARA PRESTAR SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA AO MUNICÍPIO PERANTE AS JUSTIÇAS: COMUM, FEDERAL E ESPECIALIZADA DO TRABALHO, COM ATUAÇÃO EM TODAS AS INSTÂNCIAS, DOS TRIBUNAIS SEDIADOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA E CORTES SUPERIORES, ASSIM COMO EM CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICOS EM CONTENCIOSO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, CONSOANTE DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS E OBSERVAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS NO PERÍODO DE 12 MESES.

1.2 – O assessoramento e a consultoria deverão ser realizados diretamente na sede do Município uma vez por semana e, à distância através dos meios eletrônicos disponíveis e eficazes nos demais dias da semana, sem prejuízo da prestação de serviços em ações e processos onde o Município seja parte ou tenha interesse.

1.3 - Será facultado ao Município de Doutor Pedrinho alterar a designação do local e dia de prestação dos serviços para melhor atendimento dos agentes públicos municipais durante a vigência do contrato, sem prejuízo das demais atividades previstas e sem aumento da quantidade de horas a serem disponibilizadas.

1.4 - A contratação não gera vínculo empregatício, entretanto a Administração efetuará as retenções estabelecidas em lei, bem como recolherá os encargos previdenciários regulares que eventualmente incidam sobre o objeto contratado.

1.5 – Na sede administrativa, o licitante deverá prestar assessoria direta em atos, negócios e processos administrativos, bem como consultoria superior ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Secretários Municipais, aplicando conhecimentos especializados em direito público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - A presente contratação fundamenta-se no artigo 13, II, III e V, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, observando-se as disposições próprias estabelecidas no artigo 54 e seguintes do mesmo dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES:**12.1 - DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO:**

- a) Controlar a efetiva entrega do objeto desta licitação, bem como sua qualidade e conformidade;
- b) Notificar, por escrito, a Contratada de qualquer irregularidade

na execução do contrato, oportunizando o contraditório e a ampla defesa, antes da aplicação de qualquer sanção, bem como impor as penalidades previstas, quando for o caso;

- c) Efetuar o pagamento a Contratada no prazo avençado, após a entrega e liquidação da Nota Fiscal no setor competente;
- d) Comunicar imediatamente a licitante Contratada acerca do recebimento de citações e intimações relacionadas aos processos judiciais que são objeto da presente licitação;
- e) Outorgar as competentes procurações ou subestabelecimentos;
- f) Entregar à CONTRATADA agenda de audiências e sessões já designadas, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato;
- g) Entregar à CONTRATADA todos os documentos relativos aos processos;
- h) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato;
- i) Fornecer todo e qualquer documento necessário à defesa do MUNICÍPIO, nos prazos adequados;
- j) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro do estipulado neste contrato e fornecer em tempo hábil toda a documentação necessária, para o bom e fiel desempenho das tarefas inerentes a este contrato.
- k) Indicar, em tempo hábil, quando solicitado por escrito pela CONTRATADA, os assistentes técnicos para acompanhar as perícias judiciais;
- l) Indicar prepostos e testemunhas para comparecimento às audiências.

12.2 - DA EMPRESA VENCEDORA:

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com agilidade, pontualidade e boa qualidade técnica;
- g) Responsabilizar-se pelos prejuízos causados a municipalidade e/ou a terceiros em face de imperícia, imprudência e negligência dos profissionais destacados para prestação dos serviços;
- h) Aceitar que sejam prestados os serviços de forma parcial, conforme necessidade do município.
- i) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- j) Respeitar o sistema de segurança da Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ela.
- k) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, garantindo a continuidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela não-prestação dos referidos serviços;
- l) Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e previdenciárias vigentes;
- m) Garantir a preservação do conteúdo das informações que lhe forem confiadas;
- n) Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços;
- o) A Contratada é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive eventuais inadimplementos

trabalhistas em que possa incorrer não podendo ser arguida solidariedade do Contratante, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE;

p) Respeitar as regras de sigilo e confidencialidade dos documentos trabalhados, de acordo com a legislação vigente

q) Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no Contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO(A) CONTRATADO(A)

4.1 - O(A) CONTRATADO(A) é exclusivamente responsável pela indenização de dano causado ao CONTRATANTE, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, ficando assegurado ao(a) CONTRATADO(A) o direito de regresso, se for o caso.

CLÁUSULA QUINTA- DO PREÇO

5.1 - O preço ajustado é de R\$ 6.199,00 (seis mil, cento e noventa e nove reais) por mês, conforme proposta vencedora da Licitação – Convite nº 42/2017.

§ 1º - O(A) CONTRATADO(A) apresentará nota fiscal de prestação de serviços, bem como, sujeitar-se-á aos descontos legais cabíveis.

§ 2º - O pagamento será efetuado mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

5.2 - No preço contratado estão inclusos os encargos sociais e trabalhistas, impostos federais, estaduais e municipais e todas e quaisquer despesas diretas e indiretas inerentes à prestação dos serviços (inclusive de alimentação e deslocamento semanal para atendimento na sede do Município), observando e atendendo integralmente ao estabelecido no Instrumento Convocatório e neste Contrato.

5.3 – Não haverá reajuste do preço durante a vigência contratual regular, sendo admitida sua correção apenas em caso de prorrogação do contrato para exercícios posteriores, e após o decurso de um ano do início da prestação dos serviços, hipótese em que se aplicará o coeficiente do INPC acumulado nos doze meses anteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão por conta do Orçamento Programa/2017:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – GABINETE DO PREFEITO

2002 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA E GABINETE DO PREFEITO

339036.99 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PF

1000000 - LIVRE

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

7.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir da data de sua assinatura, com vigência de 12 meses.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8.666/93. A rescisão antecipada observará as disposições próprias da Lei e/ou do contrato.

7.2 - Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos

administrativos.

§ 1º - O(A) CONTRATADO(A) reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Este Contrato poderá ser rescindido antecipadamente por ambas as partes, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1 - Qualquer alteração do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem às partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em duas (2) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Doutor Pedrinho (SC), 02 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal

CONTRATADO(A)

MARCELO SCHUSTER BUENO

MARCHIORI, BUENO, SANTOS – ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

Testemunhas:

TASSIANA OURIQUES BECKER

JANAÍNA LENZI DE CASTILHO

EXTRATO DE EDITAL Nº 47/2017

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 47/2017

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo “Menor Preço” por lote, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 56/2015, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 24/08/2017, Hora: 09h00min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 24/08/2017, Hora: 09h30min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 10 de agosto de 2017.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 0073/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0073/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA TRANSPORTE COLETIVO REGULAR INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

Prazo de vigência até 31/12/2017.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de Agosto de 2017.

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI

Secretaria Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL 0009/2017- FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0009/2017 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0009/2017 - FMS – Melhor Preço Global, visando registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SAÚDE PÚBLICA de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 23 de Agosto de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 10 de Agosto de 2017.

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI

Secretária Municipal de Saúde

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº 75/2017

DECRETO Nº 075/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam pelo presente Decreto NOMEADOS os membros do Conselho Municipal de Educação-CME, que terá a seguinte composição:

I – Representantes dos Professores:

Titular: Eli Alves de Oliveira Wagner – CPF nº 042.992.769-06;
Suplente: Inacio Luiz Saling – CPF nº 549.166.150-34

Titular: Giane Rossatto Marinho da Silva – CPF nº 021.885.769-18
Suplente: Raquel Aparecida de Lima – CPF nº 058.025.539-52

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Maria Lucia Freiburger – CPF nº 401.250.179-87
Suplente: Rosani Terezinha Zamprogna Rizzi – CPF nº 942.247.309-87

III – Representantes dos Pais de alunos:

Titular: Idacir Perin – CPF nº 991.212.989-04
Suplente: Sandra Batista Machado Merlo – CPF nº 026.589.429-82

Titular: Lourdes Rossa Previatti – CPF nº 503.227.889-00
Suplente: Delisa Engel – CPF nº 637.415.209-34

IV – Representantes indicados pelo Poder Executivo:

Titular: Moacir Schwertz – CPF nº 052.591.489-75
Suplente: Adriano Pereira – CPF nº 069.258.089-17

Titular: Rosinéia Wroenski Dall'Agnol - CPF nº 048.971.049-20
Suplente: Rosmari Zanella – CPF nº 060.329.429-45

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 090/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,
aos 10 dias do mês de Agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 201/2017

	PORTARIA Nº 201/2017
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento a servidora municipal DANIELA PIZZATTO na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 10 dias do mês de Agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 202/2017

	PORTARIA Nº 202/2017
DISPÕE SOBRE EFETIVAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria, EFETIVADOS nesta data, como Servidores Públicos Concursados, por cumprimento do período de estágio probatório, percebendo vencimento em conformidade com o quadro próprio, os seguintes servidores:

NOME	CARGO
MICHEL ESTEVÃO AVRELLA	MÉDICO VETERINÁRIO
TAIS APARECIDA DE AMARANTE	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 51/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 51/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 22/2017

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇO DE LAVAGEM DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 25/08/2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 25/08/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0010 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 10 de Agosto de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 252/2017 - "CONCEDE HORÁRIO ESPECIAL A SERVIDORA QUE MENCIONA"

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 252, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE HORÁRIO ESPECIAL A SERVIDORA QUE MENCIONA"

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 71, XXVI, da Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública DAIANE FRIGO, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, do quadro de cargos em Comissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo nos termos do art. 80 c/c art. 40 da Lei Complementar N.º 17/2006 e suas alterações, dispensa para fins de frequentar as disciplinas de Mestrado em História, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), todas as terças-feiras no período de 15 de agosto de 2017 à 28 de novembro de 2017, mediante desconto em folha de pagamento do valor equivalente às horas não trabalhadas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 10 de agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 114/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 114/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para execução de reforma geral do britador do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de agosto de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 10 de agosto de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº. 118, DE 28 DE JUNHO DE 2017. (REPUBLICADO)

DECRETO Nº. 118, DE 28 DE JUNHO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº. 044, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE NOMEIA MURIEL ZANETTE PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE GOVERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei nº 2.065, de 18 de fevereiro de 2015, seus anexos,

CONSIDERANDO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Portaria nº 313, de 15 de agosto de 2011, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Planejamento, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 02/01/2013;

CONSIDERANDO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Portaria nº 171, de 01 de março de 2013, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Saúde, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 02/01/2014;

CONSIDERANDO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Portaria nº 065, de 03 de fevereiro de 2014, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Saúde, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 31/03/2014;

CONSIDERANDO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Portaria nº 227, de 01 de abril de 2014, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Adjunto de Saúde, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 02/02/2015;

CONSIDERANDO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pela Decreto

nº 099, de 29 de abril de 2016, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Saúde, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social, sendo exonerado em 02/01/2017;

CONSIDERANDO que MURIEL ZANETTE foi nomeado pelo Decreto nº 044, de 03 de fevereiro de 2017, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Governo, com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que MURIEL ZANETTE, é servidor público estadual, matrícula nº 373.532-0-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotado na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 412, de 26 junho de 2008, do Estado de Santa Catarina, determina no seu art. 19 que no caso de cessão de segurado para órgão ou entidade da administração direta ou indireta da União, dos Estados ou Municípios, o desconto e o recolhimento das contribuições previdenciárias, do segurado e patronal, previstas no art. 17, serão de responsabilidade do órgão cessionário, caso a remuneração do segurado ocorrer à conta daquele.

CONSIDERANDO que as contribuições previdenciárias do servidor Muriel Zanette foram indevidamente recolhidas ao Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV notificou o Município de Forquilha e o servidor Muriel Zanette a regularizarem as contribuições previdenciárias dos períodos acima referidos;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado a quitação das contribuições previdenciárias do servidor Muriel Zanette ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV com a compensação das contribuições pagas de forma indevida ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º Fica alterado o § 2º do Decreto nº 044, de 03 de fevereiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 17 e 19 da Lei Complementar nº 412, de 26 junho de 2008, do Estado de Santa Catarina."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos ao dia 03 de fevereiro de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 28 de junho de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 28 de junho de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0085_2017 - PMF

Aviso do Pregão Presencial nº 0085/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação em regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO de empresa especializada na prestação de serviços de Rastreamento e Monitoramento de Veículos via Satélite POR GPS/GSM/GPRS, compreendendo a adesão, a instalação de módulos rastreadores em comodato, a configuração, a capacitação de todos os usuários do sistema, o suporte técnico e garantia de funcionamento, bem como a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web para gestão de frota do Município de Fraiburgo e das entidades participantes FME, FMS e SANEFRAI, conforme a necessidade durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses da assinatura do contrato, conforme artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 25.08.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de agosto de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 190 - 2017

DECRETO Nº 190, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da Secretaria de Finanças		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (44)	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M.	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o decreto 186 de 01/08/2017.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 10 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 136-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES ENSINO FUNDAMENTAL E AUXILIAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 136/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional – Educação Infantil	187º ao 188º classificados	09/08/2017 às 10 horas
04	Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental	73º classificado	09/08/2017 às 10 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental

Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 08 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Contato via telefone e publicado em Diário Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 137-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES ENSINO FUNDAMENTAL) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 137/2017

FIAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
04	Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental	74º classificado	11/08/2017 às 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio
Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Contato via telefone e publicado em Diário Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 138 -2017 (AAN) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 138/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 009/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	18 ° ao 19º classificados	11/08/2017 às 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 009/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

p) Carteirinha de saúde atualizada.

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 009/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar de Alimentação e Nutrição	Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Fundamental

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Contato via telefone e publicado em Diário Oficial

Portaria nº 25342017

PORTARIA Nº. 2534, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor GUILHERME TROMBETTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 076.525.799-88, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25352017

PORTARIA Nº. 2535, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1746/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 20 horas semanais auxiliando aluno com necessidades educativas especiais;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANE APARECIDA MORAES DA CRUZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.361.939-30, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 14 de agosto de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25362017

PORTARIA Nº 2536, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de
Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ALISON PAULO ZUCCO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 045.314.019-05, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 12931, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT17PMF106, Processo Administrativo Licitatório nº 0137/2017 - PMF, Tomada de Preços nº 0012/2017, cujo objeto é Contratação de empresa do ramo para execução de reforma na edificação do conselho tutelar, localizado na rua São Paulo, quadra 083, lote 2, Bairro Bela Vista, nesta cidade, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 191 - 2017**DECRETO Nº 191, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.**

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL, DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 - SF, DOS CARGOS COM PROVA PRÁTICA DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI.

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Edital de Concurso Público nº. 001/2017 - SF, dos cargos com prova prática, conforme relações anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 10 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2017-SF
Resultado Final - Cargos com Prova Prática



Cargo: Instalador Hidráulico

Insc	Nome	Nascimento	NLN	NMT	NCE	NPE	NPP	NF	Jurado	Class
2615	LINDOMAR PRATES	18/10/1961	0.80	0.60	6.40	7.80	9.50	8.82	Não	1

[NLN]: Nota em Língua Nacional / [NMT]: Nota em Matemática / [NCE]: Nota em Conhecimentos Específicos do Cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NPP]: Nota da Prova Prática /
[NF] Nota Final



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2017-SF
Resultado Final - Cargos com Prova Prática



Cargo: Operador de ETA/ETE

Insc	Nome	Nascimento	NLN	NMT	NNI	NCE	NPE	NPP	NF	Jurado	Class
2836	AISLAN FABRICIO PUTON	17/08/1989	0.60	0.60	0.60	6.30	8.10	9.00	8.64	Não	1
3350	CAROLINE VIECELLI	14/06/1989	0.80	0.60	0.80	7.00	9.20	7.70	8.30	Não	2
509	REGINALDO JOSE DE MELLO	24/11/1988	0.40	0.80	0.20	4.20	5.60	10.00	8.24	Não	3
1420	CLEBER ALBUQUERQUE	05/06/1989	0.40	0.40	0.40	4.20	5.40	8.50	7.26	Não	4
2878	DEISIANE BEAL	28/10/1993	0.40	0.80	0.60	3.50	5.30	7.50	6.62	Não	5
2699	IVAIR ANTONIO CONTE	13/08/1967	0.60	1.00	0.00	4.90	6.50	5.70	6.02	Não	6
396	EVANDERSON MARQUES	23/02/1987	0.60	0.60	0.60	3.50	5.30	6.10	5.78	Não	7
2619	RAFAEL FERNANDO FERREIRA HELT	14/05/1998	1.00	0.60	0.40	3.50	5.50	0.00	2.20	Não	8

[NLN]: Nota em Língua Nacional / [NMT]: Nota em Matemática / [NNI]: Nota em Noções de Informática / [NCE]: Nota em Conhecimentos Específicos do Cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NPP]: Nota da Prova Prática / [NF] Nota Final



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2017-SF
Resultado Final - Cargos com Prova Prática



Cargo: Operador de Máquinas - Retroescavadeira

Insc	Nome	Nascimento	NLN	NMT	NCE	NPE	NPP	NF	Jurado	Class
2757	CLAUDINEI DE MELLO	26/02/1977	0.80	1.00	7.20	9.00	9.50	9.30	Não	1
1421	GIAN EDSON DOS SANTOS	26/08/1994	0.40	0.80	7.20	8.40	9.50	9.06	Não	2

[NLN]: Nota em Língua Nacional / [NMT]: Nota em Matemática / [NCE]: Nota em Conhecimentos Específicos do Cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NPP]: Nota da Prova Prática /
[NF] Nota Final



DECRETO Nº 192 - 2017**DECRETO Nº 192, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.**

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL, DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 - PMF, DOS CARGOS COM PROVA PRÁTICA DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO.

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Edital de Concurso Público nº. 001/2017 - PMF, dos cargos com prova prática, conforme relações anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 10 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2017-PMF
Resultado Final - Cargos com Prova Prática



Cargo: Operador de Máquinas - Motoniveladora

Insc	Nome	Nascimento	NLN	NMT	NCE	NPE	NPP	NF	Jurado	Class
2073	CESAR AUGUSTO SOUZA	10/05/1985	1.00	1.00	8.00	10.00	3.20	5.92	Não	1
3446	EVERALDO ALVES FERREIRA	10/05/1978	0.40	0.40	5.60	6.40	0.50	2.86	Não	2

[NLN]: Nota em Língua Nacional / [NMT]: Nota em Matemática / [NCE]: Nota em Conhecimentos Específicos do Cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NPP]: Nota da Prova Prática / [NF] Nota Final



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2017-PMF
Resultado Final - Cargos com Prova Prática



Cargo: Operador de Máquinas - Retroescavadeira

Insc	Nome	Nascimento	NLN	NMT	NCE	NPE	NPP	NF	Jurado	Class
2877	GILSON BEAL	22/11/1995	1.00	0.80	7.20	9.00	10.00	9.60	Não	1
1412	LUIZ ARTUR DOS SANTOS	07/09/1992	0.60	0.80	8.00	9.40	9.50	9.46	Não	2
3355	JONIEL MORAIS SILVA	11/10/1995	0.80	0.80	7.20	8.80	9.75	9.37	Não	3
1908	ALDO PEPPE	08/09/1978	0.40	0.40	7.20	8.00	10.00	9.20	Não	4
1348	RUBINHO GUGIEL MULLER	30/03/1994	0.40	0.20	6.40	7.00	10.00	8.80	Não	5
2736	CLAUDEMIR TAUFER	25/06/1961	0.20	0.40	5.60	6.20	10.00	8.48	Não	6
2678	CIDINEI MARCONDES	02/03/1973	0.60	0.80	8.00	9.40	7.50	8.26	Não	7
1878	GERSO MOTTER	30/06/1979	0.20	0.40	6.40	7.00	8.00	7.60	Não	8

[NLN]: Nota em Língua Nacional / [NMT]: Nota em Matemática / [NCE]: Nota em Conhecimentos Específicos do Cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NPP]: Nota da Prova Prática / [NF] Nota Final



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2017-PMF
Resultado Final - Cargos com Prova Prática



Cargo: Operador de Máquinas - Trator de Esteira

Insc	Nome	Nascimento	NLN	NMT	NCE	NPE	NPP	NF	Jurado	Class
1225	RUBIN MULLER	20/10/1962	0.20	0.80	7.20	8.20	10.00	9.28	Não	1
2512	ROBSON DE SOUZA FERREIRA	31/08/1992	1.00	0.80	6.40	8.20	5.80	6.76	Não	2
1472	OLANDIR BEATRIZ DOS SANTOS	04/06/1980	0.60	0.60	7.20	8.40	1.00	3.96	Não	3

[NLN]: Nota em Língua Nacional / [NMT]: Nota em Matemática / [NCE]: Nota em Conhecimentos Específicos do Cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NPP]: Nota da Prova Prática / [NF] Nota Final



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2017-PMF
Resultado Final - Cargos com Prova Prática



Cargo: Operador de Trator de Pneu

Insc	Nome	Nascimento	NLN	NMT	NCE	NPE	NPP	NF	Jurado	Class
2856	PAULO EDSON ANTUNES	14/10/1972	0.80	0.60	6.40	7.80	10.00	9.12	Não	1
1030	CLEVERSON DE MATOS	12/03/1992	0.60	0.60	6.40	7.60	10.00	9.04	Não	2
2065	WILLIAN LENZ TEODORO	24/11/1994	0.60	0.20	6.40	7.20	10.00	8.88	Não	3
2851	EDEMILSON FERNANDO PEREIRA	04/11/1977	0.80	0.00	5.60	6.40	9.75	8.41	Não	4
405	ANTONIO GILBERTO RIBEIRO DA SILVA	10/08/1976	0.60	0.20	6.40	7.20	7.50	7.38	Não	5
1614	ILDO ANTONIO COUTO	07/01/1972	0.20	0.40	7.20	7.80	4.65	5.91	Não	6

[NLN]: Nota em Língua Nacional / [NMT]: Nota em Matemática / [NCE]: Nota em Conhecimentos Específicos do Cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NPP]: Nota da Prova Prática / [NF] Nota Final

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº. 904/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO (SC).**

DECRETO Nº. 904/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 12, inciso II da Lei nº 869/2016 de 01/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	03	Fundo Municipal	
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.105	Programa Piso Básico Variável - PMAQ	
31	4.4.90.00.00.00.00.0.0155	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 3.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 3.000,00 (três mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	03	Fundo Municipal	
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.105	Programa Piso Básico Variável - PMAQ	
30	3.3.90.00.00.00.00.0.0155	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Frei Rogério, 10 de agosto de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 905/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

DECRETO Nº. 905/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 12, inciso II da Lei nº 869/2016 de 01/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	02	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.005	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
17	4.4.90.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 5.000,00

Art. 3º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	02	Secretaria de Administração E Finanças	
Proj./Ativ.	2.005	Manutenção Da Secretaria De Administração E Finanças	
15	3.3.90.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 5.000,00

Frei Rogério, 10 de agosto de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 024/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 024/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

MARCIA REGINA DE CARVALHO

Candidato(a): 004805

Cargo: MONITOR DE OFICINA ARTES, TERAPIA/TEATRO - PETI

Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MONITOR DE OFICINA ARTES, TERAPIA/TEATRO - PETI para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 025/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 025/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

ARYANEE VIRTUOSO AMARAL

Candidato(a): 004688

Cargo: MONITOR DE OFICINA TERAPEUTICA - CAPS

Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MONITOR DE OFICINA TERAPEUTICA - CAPS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 026/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 026/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

MARIA APARECIDA FERNANDES

Candidato(a): 004690

Cargo: ENFERMEIRO - CAPS

Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO - CAPS

para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 027/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 027/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

DANÚBIA DE SOUZA

Candidato(a): 004987

Cargo: MÉDICO CARDIOLOGISTA

Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MÉDICO CARDIOLOGISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 028/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 028/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

DIEGO ALVAREZ NARANJO

Candidato(a): 005202

Cargo: MÉDICO ESP. EM CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO

Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MÉDICO ESP. EM CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 029/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 029/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

JOSÉ CARLSEN

Candidato(a): 004381

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 030/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 030/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

ADÃO DE SOUZA

Candidato(a): 004411

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 031/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 031/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

CAIO ERNESTO DE SOUZA PASSOS

Candidato(a): 004427

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 032/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 032/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

SAMIR DE ARAÚJO

Candidato(a): 004481

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 04º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 04º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 033/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 033/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

PEDRO PAULO LUIZ

Candidato(a): 004402

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 05º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 05º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 034/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 034/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

CARLOS ALBERTO ABREU DA SILVA

Candidato(a): 004426

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 06º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 06º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 035/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 035/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

JOÃO DE AMORIM

Candidato(a): 004450

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 07º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 07º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 036/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 036/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
EDSON MELO DE AGUIAR
Candidato(a): 004450
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 08º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 08º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 037/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 037/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
BENTO DA ROSA
Candidato(a): 004721
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 09º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 09º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 038/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 038/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
ABÍLIO GONÇALVES FILHO
Candidato(a): 004487
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 10º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 10º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 039/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 039/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
EMERSON DE AGUIAR
Candidato(a): 004828
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 040/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 040/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
PERTONÍLIO ESTÁCIO
Candidato(a): 004657
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 12º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 12º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 041/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 041/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
ADÚCIO INÁCIO VIEIRA
Candidato(a): 004484
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 13º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 13º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 042/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 042/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
INDALÉCIO CARLSEM
Candidato(a): 004389
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 14º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 14º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 043/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 043/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
MANOEL CONSTANTE
Candidato(a): 004401
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 15º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 15º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 044/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 044/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
AIRTON GONÇALVES SEBASTIÃO
Candidato(a): 004482
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 16º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 16º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 045/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 045/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
JOÃO VIEIRA LOURENÇO
Candidato(a): 004478
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 17º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 17º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 046/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 046/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
IRIS TEIXEIRA GONÇALVES
Candidato(a): 004536
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 18º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 18º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 047/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 047/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
CLEMIR ZANELATO
Candidato(a): 004491
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 19º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 19º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 048/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 048/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
EVERTON DE AGUIAR
Candidato(a): 004829
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 20º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 20º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 049/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 049/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
FRANCISCO IUDICE
Candidato(a): 004815
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 21º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 21º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 050/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 050/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
DENER DE OLIVEIRA FRANÇA
Candidato(a): 004500
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 22º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 22º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 051/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 051/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
RONALD VIEIRA DE OLIVEIRA
Candidato(a): 004728
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 23º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 23º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 052/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 052/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
ALESSANDRO ALEXANDRE DUARTE
Candidato(a): 004774
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 24º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 24º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 053/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 053/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
ANTONIO PEDRO DE SOUZA
Candidato(a): 004628
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 25º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 25º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 054/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 054/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

MARIA LAURA MARTINS

Candidato(a): 004400

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 26º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 26º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 055/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 055/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

VOLNEI DE SOUZA

Candidato(a): 004483

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 27º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 27º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 056/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 056/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

EDEMIR TORQUATO

Candidato(a): 004522

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 28º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 28º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 057/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 057/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

NIVALDO JOSÉ DA SILVA

Candidato(a): 004479

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 29º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 29º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 058/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 058/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

MARIA CELIA SEMEÃO PINHEIRO

Candidato(a): 004580

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 30º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 30º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 059/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 059/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

CANDIDO NASCIMENTO

Candidato(a): 004480
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 31º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 31º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 060/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 060/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
HALLYFER MATHEUS CHAGAS GONÇALVES
Candidato(a): 005128
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 32º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 32º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 061/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 061/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
AMILTON DE ARAÚJO
Candidato(a): 004457
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 33º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 33º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 062/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 062/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
NILTON FERREIRA
Candidato(a): 004477
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 34º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 34º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 063/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 063/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
EVANDRO FONTOURA MORAES
Candidato(a): 004662
Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
Classificação: 35º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 35º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 064/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 064/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
GABRIELA ROSA PAES
Candidato(a): 005060
Cargo: EDUCADOR SOCIAL
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de EDUCADOR SOCIAL para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 065/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 065/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
EMERSON OLIVEIRA DE MOURA
Candidato(a): 005124
Cargo: MONITOR DE OFICINA DE INFORMÁTICA
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MONITOR DE OFICINA DE INFORMÁTICA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 066/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 066/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
KAROLINE SANTOS LOURENÇO
Candidato(a): 005046
Cargo: SERVENTE
Classificação: 05º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 05º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 067/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 067/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
ROSIMERE DA SILVEIRA
Candidato(a): 005154
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 068/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 068/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
CHARLENE PACHECO DE LIMA
Candidato(a): 005428
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 069/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 069/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
CRISTINA FARIAS
Candidato(a): 005153
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Classificação: 04º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 04º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 070/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 070/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
NAIANE DA SILVEIRA SEVERINO
Candidato(a): 004599
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Classificação: 05º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 05º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 071/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 071/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

CLAUDIA RENATA GASPARONI OETINGER

Candidato(a): 004545

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H

Classificação: 06º LUGAR

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 06º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 107/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 107/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

SANDRA IZABEL INACIO PEDRO

Candidato(a): 261046

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Classificação: 39º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 39º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 108/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 108/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

KACILDA DE SOUZA

Candidato(a): 259028

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Classificação: 40º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 40º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 109/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 109/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

JOELMA DE BONA

Candidato(a): 248234

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Classificação: 41º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 41º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 110/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 110/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

OTILIA DARCI RODRIGUES STEFEN

Candidato(a): 243847

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Classificação: 42º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 42º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 111/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 111/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

DENIZE PACHECO DE ABREU

Candidato(a): 258443

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Classificação: 43º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 43º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 112/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 112/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

JOSIANE FARACO DA LUZ

Candidato(a): 257116

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Classificação: 44º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 44º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 113/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 113/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

IARA DOS SANTOS MARTINS WESTRUP

Candidato(a): 265158

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Classificação: 45º LUGAR

Garopaba, 09 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 45º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 140/2017

DECRETO N.º 140, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 230.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.057 de 10/08/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	200.000,00
12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	50.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	150.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	15.000,00

26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	15.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	15.000,00
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	200.000,00
12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	50.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	150.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	15.000,00
15451311.041 - Construção do Centro Administrativo Municipal	15.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	15.000,00
23695512.064 - Garopaba 04 Estação	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 158/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 158/2017

PMG

Ata nº. 158/2017; Processo nº 083/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: BLACK COTTON COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME, CNPJ nº 04.845.540/0001-27 Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GAROPABA Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 159/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 159/2017

PMG

Ata nº. 159/2017; Processo nº 091/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP, CNPJ nº 19.032.430/0001-13 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE, DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 160/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 160/2017

PMG

Ata nº. 160/2017; Processo nº 091/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: DANIEL ROGERIO DA ROCHA, CNPJ nº 19.008.104/0001-70 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE, DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 161/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 161/2017

PMG

Ata nº. 161/2017; Processo nº 091/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, CNPJ nº 14.292.313/0001-75 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE, DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA Data da Assinatura: 07/08/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 162/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 162/2017

PMG

Ata nº. 162/2017; Processo nº 091/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: GRAFICA E EDITORA KAYGANGUE LTDA, CNPJ nº 75.624.932/0001-04 Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE, DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DAS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA Data da Assinatura: 07/08/2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.058, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.058, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA E MODIFICA E DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1781, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013, ALTERADA PELA LEI Nº 1943/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Altera o caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 1781, de 30 de dezembro de 2013 que passar a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o chefe do poder executivo, autorizado, em caráter excepcional, a aprovar as Construções irregulares, clandestinas e não adequadas para atividade originalmente legalizada existentes no Município de Garopaba, até a data de 31 de dezembro de 2013, podendo ser aprovadas para fins de concessão do “habite-se”, na forma da presente Lei Complementar.”

Art. 2º. Altera o Parágrafo Único do artigo 4º da Lei Complementar

n.º 1781, de 30 de dezembro de 2013, modificado pela Lei nº 1943, de 17 de dezembro de 2015, que passar a ter a seguinte redação:

“Art. 4º ...

Parágrafo Único: O prazo para propor a regularização prevista nesta Lei será até 31/12/2017, sendo que os projetos protocolados na vigência da presente legislação gozarão de todos os benefícios previsto nesta Lei, até a análise final pelas Secretarias Municipais de competência.

Art. 3º. Altera o Parágrafo Primeiro do artigo 7º da Lei Complementar nº 1781, de 30 de dezembro de 2013, que passar a ter a seguinte redação:

“Art. 7º...

“§. 1º. A Prefeitura Municipal poderá aprovar as obras, já consolidadas, e que estiverem construídas sobre o recuo frontal e laterais e que não atendam aos recuos obrigatórios e testada mínima da(s) unidade(s), da zona onde se situa a construção.”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de agosto de 2017.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 11/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2.057, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº 2.057, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 230.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	200.000,00
12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	50.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	150.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	15.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	15.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	15.000,00
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de

R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	200.000,00
12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	50.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	150.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	15.000,00
15451311.041 - Construção do Centro Administrativo Municipal	15.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	15.000,00
23695512.064 - Garopaba 04 Estação	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 11/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2.059, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº 2.059, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

“INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO ESCOTEIRO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Garopaba, o “Dia do Escoteiro” a ser comemorado anualmente, no dia 23 de abril.

Art. 2º - O Dia Mundial do Escoteiro é festejado anualmente em 23 de abril. O escoteiro é uma atividade voluntária, global, educacional, que não pertence a qualquer partido e que não possui nenhum objetivo lucrativo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 11/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº. 982/2017

PORTARIA N.º 982, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata VIVIANE MARIA RAULINO, CPF n.º 070.425.459-07, aprovada e classificada como 8ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de RECEPCIONISTA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar funções de atendimento ao público, arquivo, protocolo de correpondências e atendimento a telefonemas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/08/2017, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 051/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2017 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. VANESSA DE SOUZA CHAVES, brasileira, casada, professora, RG nº 3.244.506, CPF: 047.671.599-70, residente e domiciliada na Rua Vereador Reginaldo Mews, 168 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Ofício nº 312/2017, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e Manifestação favorável da Controladoria Municipal do Município, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 051/2017 até o dia 03/10/2017.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 051/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 07 de Agosto de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Clélio Leandro Pedralli
Contratado	
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO 083/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

CONTRATO Nº 083/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. FABIANA DE SOUZA LEANDRO, brasileira, casada, professor, RG nº3.827.806-5, CPF: 049.259.829-07, residente e domiciliada à Travessa Julha da Costa, s/n, Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 37 (trinta e sete) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 01 de Agosto de 2017, terminando no dia 07 de Setembro de 2017, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2.298,80 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino

Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 31 de Julho de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clédio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO 084/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 084/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. KATIA DROSZCZAK DE LIMA, brasileira, solteira, Enfermeira, RG nº 5.920.516, CPF: 071.559.229-78, residente e domiciliado na Rua Deodoro de Carvalho, 449, Itapema do Norte, Itapoá/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de ENFERMEIRA do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 145 (cento e quarenta e cinco) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 07 de Agosto de 2017, terminando no dia 31 de Dezembro de 2017, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 5.482,58 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde de Garuva, Atenção Básica, Estratégia Saúde de Família, Manutenção do Programa Saúde da Família – 14.001.10.301.1012.2041.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de SAÚDE, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 07 de agosto de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clédio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DECRETO 161/2017

DECRETO Nº 161 DE 04 DE AGOSTO DE 2017

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – COMDEMA.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

CAPÍTULO I

Da natureza

Art. 1º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – COMDEMA criado pela Lei 1424/2009 e alterado pela Lei 1906 de 23 de Outubro de 2015, constitui órgão colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo no âmbito da sua competência, integrante do Sistema Municipal do Meio Ambiente SISMMAM, nos termos da Lei Municipal 1906/2015.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – COMDEMA é órgão de participação direta da sociedade civil organizada na Administração Pública Municipal, no tocante ao Meio Ambiente.

CAPÍTULO II

Da finalidade

Art. 2º O COMDEMA é órgão paritário, deliberativo, consultivo e formulador da Política Municipal do Meio Ambiente, com poderes de normatização complementar e controle das atividades potencialmente causadores de desequilíbrio ambiental, atuando para a proteção e a melhoria da qualidade do meio ambiente no Município de Garuva, competindo-lhe ainda:

- I – Criar normas, critérios e padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade do meio ambiente, sendo obedecidas as leis e diretrizes gerais municipais, estaduais, federais e internacionais;
- II – Deliberar, em última instância administrativa, em grau de recurso, sobre as infrações ambientais lavradas em auto de infração ambiental emitidas pela Secretaria de Saneamento Ambiental;
- III – Deliberar e aprovar a proposta de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, a ser encaminhada pelo órgão ambiental municipal até o último dia útil do mês de agosto, com vistas ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual;
- IV – Apresentar propostas para formulação ou reformulação do Plano Diretor, no que se refere às questões ambientais;
- V – Assessorar, estudar e propor às instâncias do Governo Municipal diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos ambientais;
- VI – Deliberar sobre os padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;
- VII – Garantir dispositivos de informação (audiências públicas) à comunidade sobre as políticas, diretrizes, normas e regulamentos ambientais;
- VIII – Propor ao poder executivo e/ou ao legislativo, projetos de lei, decretos e regulamentações referentes à proteção e conservação ambiental no Município;
- IX – Manter intercâmbio, apreciar, apresentar sugestões e proceder, quando julgar necessário, à realização de estudos sobre alternativas e possíveis consequências ambientais associadas a projetos públicos e/ou privados, requisitando aos órgãos do SISMMAM competentes, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis à apreciação dos Estudos Prévios de Impacto Ambiental (EPIA) e seus respectivos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA), no caso de obras ou atividades com efetiva ou significativa degradação ambiental local, emitindo parecer que servirá de subsídio ao órgão competente; em especial nas áreas consideradas patrimônio histórico, cultural e ambiental local;
- X – Fiscalizar os Licenciamentos de atividades locais efetivas ou potencialmente poluidoras, a ser concedidos pela União, pelos

Estados, e/ou Município, visando o controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos naturais;

XI – Sugerir aos órgãos competentes, através da Secretaria/Fundação, a concessão de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, visando à melhoria da qualidade ambiental; e/ou determinar, mediante representação do COMDEMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional;

XII – Exigir dos órgãos competentes o poder de polícia relacionado com a política municipal do meio ambiente;

XIII – Definir parâmetros e dar pareceres sobre manutenção a projetos de jardinagem e arborização das vias e logradouros públicos;

XIV – Sugerir prioridades para o atendimento de projetos a serem executados pelo Executivo Municipal, em conformidade com a legislação em vigor, bem como exercer a fiscalização, o controle e o fomento à proteção dos recursos ambientais;

XV – Promover a integração na gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, articular a viabilidade técnica, econômica e financeira de programas e projetos de investimento e apoiar a integração entre as políticas públicas e setoriais, visando o desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas;

XVI – Promover a articulação e a integração entre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), de iniciativas nacionais e regionais, promovendo a participação de todas as instituições e segmentos da comunidade para propor políticas públicas ambientais de estudos, monitoramento, planos, programas e projetos às diretrizes e metas estabelecidas para a Bacias Hidrográficas da Região Norte de Santa Catarina, com vistas a garantir a conservação e a proteção dos recursos ambientais;

XVII – Acompanhar a implementação e administração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conforme disposto no inciso I do art. 6º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

XVIII – Apreciar e decidir a respeito das infrações ambientais, em segunda instância administrativa, os recursos interpostos em razão de aplicação de penalidades baseadas em legislação ambiental municipal;

XIX – Encaminhar aos órgãos competentes (Polícia Ambiental / Procon – Defesa do Consumidor / Ministérios Públicos Estadual e Federal) as denúncias de danos ao patrimônio histórico, cultural e ambiental de que tomar conhecimento;

XX – Incentivar o uso de mecanismos de desenvolvimentos limpos (MDLs) no âmbito do município;

XXI – Incentivar a estruturação e o fortalecimento institucional do Comitê de Bacia Hidrográfica do Cubatão;

XXII – Avaliar regularmente a implementação e a execução da política e normas ambientais do município, estabelecendo sistemas de indicadores;

XXIII – Recomendar aos órgãos ambientais competentes a elaboração do Relatório de Qualidade Ambiental, previsto no inciso X do art. 9º da Lei nº 6.938, de 1981;

XXIV – Estabelecer sistema de divulgação de seus trabalhos;

XXV – Promover a integração dos órgãos colegiados de meio ambiente;

XXVI – Elaborar, aprovar e acompanhar a implementação da Agenda Municipal do Meio Ambiente, sob a forma de recomendação;

XXVII – Acompanhar a implementação das Agendas Nacional e Estadual do Meio Ambiente, a ser propostas aos órgãos e às entidades do SISMMAM;

XXVIII – Deliberar sobre os casos omissos, elaborar e alterar o seu regimento interno, submetendo-o a deliberação do COMDEMA e à aprovação do Prefeito Municipal;

XXIX – A Agenda Municipal de Meio Ambiente deve recomendar os temas, programas e projetos considerados prioritários para melhoria da qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável do município, indicando os objetivos a serem alcançados em período de dois anos.

CAPÍTULO III**Da composição e da organização****Seção I****Da composição**

Art. 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (COMDEMA) será constituído por 13 (treze membros), com mandatos de dois anos, com a seguinte composição:

I - 4 (quatro) representantes do Poder Executivo, preferencialmente concursados, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo:

a) 1 (um) representantes da Secretaria de Saneamento Ambiental;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais;

II - 2 (dois) representantes do Poder Legislativo, indicados pelo seu Presidente;

III - 2 (dois) representantes de Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos de atuação ambiental, com sede, escritório ou sucursal no Município de Garuva,

IV - 1 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Garuva;

V - 1 (um) representante da Associação dos produtores rurais, com sede no Município de Garuva;

VI - 02 (dois) representantes das associações de bairros.

§ 1º. No caso de substituição de algum representante, a(s) entidade(s) representada(s) deve(m) encaminhar nova indicação.

§ 2º. O não-comparecimento de um conselheiro a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas que não tenham sido justificadas, durante doze meses, implica na sua exclusão do COMDEMA.

Seção II**Da Organização**

Art. 4º. A estrutura organizacional do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente é composta de:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Vice-Presidência;

IV - Secretaria Executiva; e

V - Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudo.

Subseção I**Do Plenário**

Art. 5º. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade.

Art. 6º. Os assuntos a serem submetidos à apreciação do Plenário poderão ser apresentados por qualquer Conselheiro e constituir-se-ão de:

I - proposta de Resolução: quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do COMDEMA;

II - proposta de Moção: quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática ambiental; e

III - proposta de Análise e Parecer Consultivo sobre matérias ambientais submetidas à sua apreciação, bem como Projetos de Lei ou de atos administrativos.

§ 1º. As propostas de Resolução, de Moção, de Análise e de Parecer Consultivo serão encaminhadas à Secretaria Executiva. Devem ser ouvidas previamente as Câmaras Técnicas, as Comissões e/ou Grupos de Estudos competentes, que terão o prazo de 20 (vinte) dias para se manifestar sobre o assunto. A Secretaria Executiva então informará aos Conselheiros e proporá à Presidência sua inclusão na pauta de reunião ordinária, conforme a ordem cronológica de apresentação.

§ 2º. As Resoluções, Moções, Análises e Pareceres Consultivos serão datados e numerados em ordem distinta, cabendo à Secretaria

Executiva corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

Art. 7º. As Resoluções aprovadas pelo plenário serão referendadas pela Presidência no prazo máximo de 30 (trinta) dias e publicadas no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único. A Presidência poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer assunto aprovado, desde que constatados equívocos de natureza técnica ou jurídica, ou impropriedades em sua redação, devendo o assunto ser obrigatoriamente incluído em reunião subsequente, acompanhado de propostas de emendas devidamente justificadas.

Art. 8º. Ao Plenário compete:

I - discutir e deliberar sobre assuntos relacionados com a competência do Conselho;

II - julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à sua apreciação; e

III - julgar os recursos interpostos decorrentes das infrações ambientais municipais;

Subseção II**Da Presidência**

Art. 9º. A Presidência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente será exercida pelo Secretário do Meio Ambiente do Município e/ou mediante votação conforme decisão do plenário.

Parágrafo Único. Na ausência do Presidente, a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do Vice-Presidente, e no impedimento deste, pelo representante da secretaria executiva.

Art. 10. São atribuições do Presidente:

I - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

II - aprovar a pauta das reuniões;

III - submeter ao Plenário os expedientes oriundos da Secretaria Executiva;

IV - requisitar serviços especiais dos membros do Conselho e delegar competência;

V - expedir pedidos de informação e consultas a autoridades estaduais, federais e municipais, de governos estrangeiros e da sociedade civil;

VI - assinar as Resoluções, Moções, Análises e Pareceres Consultivos aprovados pelo Conselho;

VII - representar o Conselho ou delegar a sua representação;

VIII - autorizar a execução de atividades fora da sede do Conselho;

IX - constituir e extinguir, ouvidos os demais membros do Conselho, Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos;

X - assinar as atas dos assuntos tratados nas reuniões do Plenário;

XI - tomar decisões, de caráter urgente, ad referendum do Conselho;

XII - dispor sobre o funcionamento da Secretaria Executiva; e

XIII - resolver casos não previstos nesse Regimento.

Subseção III**Da Vice-Presidência**

Art. 11. A Vice-Presidência do Conselho do Municipal do Meio Ambiente será mediante votação conforme decisão do plenário.

Art. 12. São atribuições do Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;

II - supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva; e

III - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho.

Subseção IV**Da Secretaria Executiva**

Art. 13. A Secretaria Executiva será dirigida por um(a) Secretário(a) Executivo(a), Conselheiro(a) ou não, designado pelo Secretário do Meio Ambiente Municipal e/ou mediante votação do plenário.

Art. 14. Os serviços administrativos da Secretaria Executiva serão

desenvolvidos com o apoio técnico e operacional de servidores requisitados de órgãos e entidades da Administração Municipal.

Art. 15. Os documentos enviados ao Conselho, bem como os recursos administrativos, serão recebidos, registrados e autuados pela Secretaria Executiva.

Art. 16. O(A) Secretário(a) Executivo(a) do Conselho deverá comparecer a todas as reuniões do Plenário, incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões.

Parágrafo Único. Se o Secretário(a) Executivo(a) for membro do Conselho, participará das reuniões com direito a voto.

Art. 17. Os documentos de que trata o artigo 15 serão completados com informações referentes ao assunto neles abordados e encaminhados à Presidência do Conselho para exame, se for o caso, pelas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos.

§ 1º. A Presidência poderá mandar devolver ao interessado documentos recebidos que tratem de assuntos que possam ser solucionados por outro órgão ou entidade da Administração Municipal.

§ 2º. O prazo para a apresentação dos relatórios das Câmaras Técnicas, das Comissões e dos Grupos de Estudos será fixado pela Presidência do Conselho.

§ 3º. Os recursos administrativos recebidos e autuados pela Secretaria Executiva serão distribuídos em Plenário pelo Presidente.

Art. 18. São atribuições da Secretaria Executiva:

I - planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da Secretaria Executiva;

II - assessorar técnica e administrativamente a Presidência do Conselho;

III - executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho;

IV - organizar e manter arquivada toda a documentação relativa às atividades do Conselho;

V - colher dados e informações dos setores da Administração Direta e Indireta, necessários à complementação das atividades do Conselho;

VI - propor a pauta das reuniões para aprovação da Presidência do Conselho;

VII - convocar as reuniões do Conselho, por determinação da Presidência, e secretariar seus trabalhos;

VIII - elaborar as atas e os sumários dos assuntos das reuniões e a redação final de todos os documentos que forem expedidos pelo Conselho;

IX - assinar todos os documentos oriundos da Presidência do Conselho, por delegação do Presidente;

X - manter controle atualizado sobre os recursos administrativos, sua autuação, nome das partes, distribuição, nome do relator e cumprimento do prazo de julgamento;

XI - certificar nos autos dos Recursos Administrativos a condição de ser ou não o recorrente reincidente na prática de infrações ambientais; e

XII - manter em dia o sistema de informações, via rede informatizada.

§ 1º. Os recursos serão distribuídos ao Relator pela Secretaria Executiva mediante sorteio, de forma igualitária, tendo por base a relação dos membros do COMDEMA, abrindo-se prazo de 30 dias para a devolução do processo com o respectivo Parecer.

§ 2º. No caso de impedimento devidamente justificado pelo Relator no respectivo processo, será este restituído à Secretaria Executiva em cinco dias, sendo imediatamente procedida a redistribuição, abrindo-se novo prazo de 30 dias para que o novo Relator ofereça seu Parecer.

§ 3º. Mediante solicitação e justificativa escrita dirigida à Presidência, poderá ser concedido prazo maior, não superior a 60 dias, para o Relator designado apresentar seu Parecer, quando o recurso abranger questões de maior complexidade.

CAPÍTULO IV Das reuniões

Art. 19. O Plenário realizará reuniões ordinárias com periodicidade

mensal, tendo cronograma previamente estabelecido, e reuniões extraordinárias, a qualquer momento, por convocação da direção do Conselho.

Art. 20. As reuniões do Plenário obedecerão à seguinte ordem:

I - instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;

II - discussão e aprovação da ata;

III - discussão de matérias de interesse ambiental;

IV - julgamento de recursos administrativos;

V - constituição de Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos;

VI - agenda livre para, a critério da Presidência do Conselho, ser discutidos ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral; e

VII - encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

Art. 21. A presença mínima de metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples, que estabelecerá quorum para a realização das reuniões e deliberação.

Art. 22. As pautas das reuniões serão estabelecidas pela Presidência do Conselho, sendo propostas, anteriormente, pela Secretaria Executiva.

Art. 23. A Secretaria Executiva distribuirá, com antecedência, a agenda e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões para todos os Conselheiros.

Art. 24. Os Pareceres Consultivos das Câmaras Técnicas, das Comissões e/ou Grupos de Estudos, a serem apresentados durante as reuniões, deverão ser elaborados por escrito e entregues à Secretaria Executiva, até a data da realização da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta, salvo em casos devidamente justificados, admitidos pela Presidência.

Art. 25. Durante a exposição dos assuntos contidos nos Pareceres Consultivos, não serão permitidos apartes, com exceção aos da Presidência do Conselho.

Parágrafo Único. Nas discussões sobre o teor dos Pareceres Consultivos, os membros do Conselho, farão uso da palavra, que será concedida pela Presidência, na ordem em que for solicitada.

Art. 26. Terminada a exposição do Parecer Consultivo, será o assunto posto em discussão, sendo assegurado o tempo máximo de dez minutos para cada membro do Plenário, podendo ser prorrogado este prazo, a critério da Presidência.

Art. 27. Após as discussões, o assunto será votado pelo Plenário.

Parágrafo Único. Somente terão direito a voto os membros previstos no artigo 3º desse Regimento, ou seus respectivos suplentes.

Art. 28. Das reuniões do Plenário serão lavradas atas, que serão previamente enviadas aos membros do Conselho e submetidas à aprovação na reunião subsequente, para fins de publicação no Diário Oficial do Município.

CAPÍTULO V Dos Recursos

Art. 29. Autuado o processo de Recurso, será o mesmo remetido ao órgão municipal (secretaria e/ou fundação ambiental) pela Secretaria Executiva, para informar e remeter o respectivo processo administrativo em 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O recurso será distribuído pela Secretaria Executiva nos termos do artigo 18, § 1º, deste Regimento, salvo motivo de força maior apresentado pelo órgão municipal (secretaria e/ou fundação ambiental), caso em que o Presidente do Conselho poderá prorrogá-lo.

Art. 30. Os processos de recursos que versem sobre matéria idêntica e interpostos pelo mesmo interessado, serão distribuídos, por conexão, ao mesmo Relator.

Parágrafo Único. Distribuído o processo de Recurso, a entidade representada ficará responsável pelo mesmo, sendo Relator o Conselheiro titular ou suplente que o recebeu.

Art. 31. O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação será por ele efetuada, ou, quando não for possível, por um dos representantes da entidade responsável pelo processo de Recurso, ou ainda, na ausência destes, pela Secretaria

Executiva.

Art. 32. O Conselheiro titular ou suplente, representante do órgão municipal (secretaria e/ou fundação ambiental) não poderá ser Relator ou votar em processo de recursos interpostos de decisão daquela entidade.

§ 1o. O mesmo critério se aplica a entidades a quem forem delegadas competências de fiscalização e autuação, nos processos a elas concernentes.

§ 2o. O resultado que se refere o Art. 32, sendo empate, será tido como vencedor para critério de desempate o voto do relator.

Art. 33. Os membros do Conselho poderão pedir vistas do Recurso Administrativo, isolada ou concomitantemente, se discordarem do Parecer do Relator, quando do julgamento deste em Plenário, cabendo-lhes elaborar novo Parecer, sendo os Pareceres reapreciados e votados na reunião seguinte, prevalecendo aquele que obtiver o maior número de votos.

§ 1o. Somente um pedido de vistas poderá ser concedido a cada membro para cada Recurso Administrativo.

§ 2o. O Recorrente poderá requerer à Presidência do Conselho, por escrito e até 24 (vinte e quatro) horas antes do julgamento de seu recurso, a oportunidade de efetuar sustentação oral em Plenário, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) minutos e deverá ocorrer após a leitura do voto do Relator e antes do julgamento desse pelo Plenário.

§ 3o. O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação em Plenário será efetuada por um dos representantes da entidade membro responsável pelo julgamento do recurso. Na ausência destes, será lido pelo Secretário Executivo e, em seguida, votado.

§ 4o. Os Pareceres dos Relatores, exarados nos recursos, serão feitos por escrito e de maneira padronizada quanto ao seu aspecto formal e terão a sua ementa publicada no Diário Oficial do Município, constituindo coisa julgada administrativa e irrecurável.

Art. 34. A intimação da decisão do Conselho ao recorrente, após a publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado, será efetuada pela Secretaria Executiva.

Art. 35. Transitada em julgado a decisão, será o processo baixado a órgão municipal (secretaria e/ou fundação ambiental) pela Secretaria Executiva para dar cumprimento à decisão do Conselho.

Art. 36. O Presidente decidirá sobre o encaminhamento, em diligência, dos processos de recurso aos órgãos e entidades, a pedido do Conselheiro Relator.

Parágrafo Único. A diligência interrompe o prazo fixado para a apresentação do relatório pelo tempo que transcorrer.

CAPÍTULO VI

Das câmaras técnicas, comissões e/ou grupos de estudos

Art. 37. Poderá a Presidência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, ouvidos os demais membros, constituir Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos.

§ 1o. O Conselho poderá constituir tantas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos, quantos forem necessários, compostas integralmente ou não, por Conselheiros e especialistas de reconhecida competência.

§ 2o. As Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos têm por finalidades estudar, analisar e propor soluções através de pareceres consultivos concernentes aos assuntos que forem discutidos em reunião do Conselho, encaminhando-os previamente à Secretaria Executiva.

§ 3o. As Câmaras Técnicas serão formadas respeitando-se o limite máximo de 06 (seis) integrantes, sendo 2 (dois) membros do Conselho, titulares ou suplentes, e mais 4 (oito) representantes das instituições participantes do Conselho, sugeridos pela Presidência ou pelos Conselheiros e aprovados pelo Plenário, onde o Presidente e o Relator serão eleitos pelos membros da Câmara.

§ 4o. Os membros indicados em sessão plenária, para participar das Câmaras Técnicas, não poderão ser substituídos posteriormente, a não ser por nova deliberação do Plenário.

§ 5o. Na composição das Câmaras Técnicas deverá ser considerada a competência e afinidade das instituições representadas com o assunto a ser discutido.

§ 6o. Cada instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 3 (três) Câmaras Técnicas.

Art. 38. As Câmaras Técnicas terão a responsabilidade de examinar e relatar ao Plenário assuntos de sua competência.

Art. 39. As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por votação da maioria simples de seus membros, cabendo ao seu Presidente, além do voto comum, o de qualidade.

§ 1o. A Presidência da Câmara Técnica poderá relatar assuntos ou designar um Relator a cada reunião.

§ 2o. A ausência não justificada de membros da Câmara Técnica por três reuniões consecutivas ou por cinco alternadas, no decorrer do biênio, implicará na sua exclusão do mesmo.

§ 3o. A substituição de membro excluído, na hipótese prevista no parágrafo anterior, será proposta pelos demais membros da Câmara Técnica e encaminhada por seu Presidente ao Plenário do Conselho.

Art. 40. As reuniões das Câmaras Técnicas serão públicas e terão seus assuntos apresentados pelo Relator com o respectivo Parecer, devendo ser convocadas por suas respectivas Presidências com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

Art. 41. As Câmaras Técnicas poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros, obedecendo o disposto neste Regimento.

Art. 42. Das reuniões das Câmaras Técnicas serão lavradas atas em livro próprio, aprovadas pelos seus membros e assinadas pela Presidência.

CAPÍTULO VII

Das disposições gerais e finais

Art. 43. Os membros do Conselho previstos no artigo 3º poderão apresentar propostas de alteração deste Regimento, sempre que houver necessidade de atualizá-lo, encaminhando-as à Secretaria Executiva para exame e Parecer.

§ 1o. De posse do parecer da Secretaria Executiva, a Presidência o submeterá à votação do Conselho, em Plenário.

§ 2o. A alteração proposta será aprovada se obtiver o voto favorável de 2/3 dos membros do Conselho e submetido à aprovação do Prefeito municipal, nos termos da legislação específica;

Art. 44. A participação dos membros no Conselho é considerada serviço de natureza relevante e não será remunerado.

Art. 45. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pela Presidência do Conselho, ouvido o Plenário.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO 164/2017

DECRETO N° 164 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 1988, de 28/06/2017.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 941.577,20 (novecentos e quarenta e um mil quinhentos e setenta e sete reais e vinte centavos) no orçamento do Município de Garuva para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	03.08.00	R\$	941.577,20
--	------	----------	-----	------------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO 165/2017

DECRETO N° 165 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, incisos I e II da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), no orçamento do Município de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.01.00	R\$	250.000,00
09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3390	01.00.00	R\$	10.000.00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. será utilizado recurso proveniente do provável Excesso de Arrecadação calculado para as receitas de Recursos Ordinários do Tesouro.

Art. 3o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1043.2030 Man. de repasses de convênios (educ)	3390	01.36.00	R\$	100.000,00
--	------	----------	-----	------------

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguintes dotação orçamentária:

07.001.12.361.1043.2030 Man. de repasses de convênios (educ)	4490	01.36.00	R\$	100.000,00
--	------	----------	-----	------------

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI N° 1992

LEI N° 1992, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Firmar Termo de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando à realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar, e dá outras providências."

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando à realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês para despesas de manutenção de viatura, nos termos da minuta anexa que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação própria do orçamento municipal do corrente ano e dos próximos exercícios.

Art. 3º. A vigência do convênio será de 05 anos, a partir da sua assinatura, podendo ser rescindido a qualquer tempo pela municipalidade.

Art. 4º. Fica Revogada a Lei nº1953, de 25 de Outubro de 2016.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 120/2017

PORTARIA Nº. 120, de 04 de agosto de 2017

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO DA SERVIDORA MARIA TEREZINHA MACHADO ZIETZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

CONSIDERANDO, o Processo de readaptação funcional nº. 827/2014.

CONSIDERANDO, parecer da junta médica do município

CONSIDERANDO, Ofício nº 91/2017 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º. – Prorrogar o remanejamento provisório da servidora pública municipal MARIA TEREZINHA MACHADO ZIETZ, da função de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica Oficial de Readaptação para reavaliar o servidor após 17 (dezessete) meses a contar da data a que retroage os efeitos desta Portaria.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de abril de 2016.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 121/2017

PORTARIA Nº 121 de 08 de agosto de 2017

“DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DO SERVIDOR ADRYEL PABST, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

CONSIDERANDO, Processo nº 2310/2017

RESOLVE:

Art. 1º. – Remover o servidor ADRYEL PABST, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças para a Secretaria Municipal de Saúde, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 122/2017

PORTARIA Nº. 122 de 09 de agosto de 2017

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo n.º 2354/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 1º. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor ADRIANO BURNIER.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Operacional II, Classe II, referência “A”.

Art. 2º. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 09 de agosto de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 123/2017

PORTARIA Nº. 123 de 09 de agosto de 2017

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 2357/2017 – B460;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora SOLANGE DA GRAÇA NOGUEIRA.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 09 de agosto de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA 124/2017

PORTARIA Nº. 124 de 09 de agosto de 2017

"DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar LAURO FELIPE RAIZER– RG nº 10.543.281-0, CPF nº 084.938.799-08 e CRISTHIAN BLEICHVEL JOHANN RG nº 469.561-3, CPF nº 046.893.899-00, servidores desta Prefeitura, para atuarem como fiscais do contrato nº 006/2017 (Empresa Eletro Comercial Energiluz Ltda), até a vigência final do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA 125/2017

PORTARIA Nº. 125 de 09 de agosto de 2017

"DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar LAURO FELIPE RAIZER– RG nº 10.543.281-0, CPF nº 084.938.799-08 e CRISTHIAN BLEICHVEL JOHANN RG nº 469.561-3, CPF nº 046.893.899-00, servidores desta Prefeitura, para atuarem como fiscais do contrato nº 007/2017 (Empresa Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda Epp), até a vigência final do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 101/2017

Aviso de Suspensão do Pregão Presencial nº 48/2017

A Prefeitura de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados que o Processo Administrativo nº 101/2017, Pregão Presencial nº 48/2017, a qual tem por objeto Registro de preços para futuras aquisições de materiais para sinalização viária, que em razão de questionamento ao edital de licitação fica SUSPENSO o presente edital para análise dos questionamentos levantados.

Gaspar (SC), 10 de agosto de 2017.

PEDRO CÂNDIDO DE SOUZA

Pregoeiro | Dec. 7.569/2017

DECRETO Nº 7.609, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.609, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCEREM CARGOS EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 04 de agosto de 2017, conforme a Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017, os servidores abaixo designados, para o exercício de cargos em comissão no Poder Executivo do Município de Gaspar:

I – Lotados no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito:

a) ADEMOR LUIZ MACHADO, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 506.176.649-00, Controlador-Geral do Município, ref. 78, com carga horária de 40 horas semanais;

b) ANA PAULA SCHURE, inscrita no CPF sob o nº 043.132.729-76, Assessora Administrativa, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

c) BRUNA NAGEL DA COSTA, inscrita no CPF sob o nº 108.448.379-38, Coordenadora de Gabinete, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais;

d) CRISTINA PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº 068.010.499-25, Coordenadora de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

e) DIEGO BECKER, inscrito no CPF sob o nº 079.639.489-00, Diretor Adjunto de Comunicação, ref. 45, com carga horária de 40 horas semanais;

f) LILIANE DA ROSA MACHADO, inscrita no CPF sob o nº 265.838.038-01, Superintendente de Comunicação, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais;

g) NORBERTO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 601.130.069-34, Diretor de Obras do Belchior, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

h) RAUL SCHILLER, inscrito no CPF sob o nº 217.528.429-87, Superintendente do Belchior, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais;

i) RONI JEAN MULLER, inscrito no CPF sob o nº 924.462.809-00, Superintendente de Gestão Compartilhada, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais;

j) SIMONE JOSIANE PEREIRA ALVES DE ANDRADE, inscrita no CPF sob o nº 798.796.919-20, Coordenadora de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;

k) TARCISIO JOSÉ LANSER, inscrito no CPF sob o nº 656.339.709-34, Coordenador de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais; e

l) VILMAR FLORENCIO ROSA, inscrito no CPF sob o nº 468.245.109-04, Diretor Associação Moradores e Mutirão, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais.

II – Lotados na Secretaria de Assistência Social:

a) CALISTO LOPES CERQUEIRA, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 549.029.329-20, Coordenador de Administração e finanças, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais;

b) MAIARA POLLA DOS SANTOS, servidora efetiva, inscrita no CPF sob o nº 048.514.229-54, Diretora-Geral de Assistência Social, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

c) MONICA ROEDER MEDEIROS, inscrita no CPF sob o nº 466.361.029-34, Coordenadora de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais; e

d) SANTIAGO MARTIN NAVIA, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 004.713.659-63, Assessor de Políticas Socioassistenciais, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais.

III – Lotados na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo:

a) DELGIO RONCAGLIO, inscrito no CPF sob o nº 294.387.649-68, Diretor Administrativo, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

b) EDUARDO SCHNEIDER PEDRINI, inscrito no CPF sob o nº 037.013.669-18, Assessor de Desenvolvimento Econômico, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

c) MARIA HELENA SCHULTZ, inscrita no CPF sob o nº 605.781.739-72, Coordenadora Geral SINE, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais; e

d) SAMARA HAMMES, inscrita no CPF sob o nº 046.143.399-05, Assessora de Trabalho e Renda, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais.

IV – Lotados na Fundação Municipal de Esporte e Lazer:

a) CLAUDIO ROBERTO ÁVILA, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 389.317.370-68, Diretor de Esportes, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

b) EZEQUIEL HINTZ, inscrito no CPF sob o nº 895.717.119-34, Assessor Administrativo, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais; e

c) WELINTON GRAFFUNDER LINS, inscrito no CPF sob o nº 103.456.579-69, Assessor para Assuntos da Juventude, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de agosto de 2017.

Gaspar, 03 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.610, DE 04 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.610, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI da Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Procuradoria-Geral do Município:

Órgão: 11 Procuradoria Geral do Município	
Unidade: 23 Procuradoria Geral do Município	
Função: 03 Essencial à Justiça	
Sub-Função: 061 Ação Judiciária	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2204 Manutenção do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município	
Dotação: 237 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 5.500,00
Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Projeto: 1127 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 244 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	
Dotação: 245 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Art. 2º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 14 Ditrão - Diretoria de Trânsito	
Função: 26 Transporte	
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário	
Programa: 0015 Gestão da Ditrão	
Projeto: 1065 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 235 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 3.813,00
Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	

Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	
Projeto: 1017 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	
Dotação: 240 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
Unidade: 17 Polícia Civil - Trânsito	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0017 Gestão da Polícia Civil	
Atividade: 2082 Manutenção da Polícia Civil	
Dotação: 246 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 48.000,00

Art. 3º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 247 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 730.089,41
Dotação: 248 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 130.000,00

Art. 4º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 75 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 5º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Unidade: 19 Secretaria Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Função: 15 Urbanismo	
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Projeto: 1109 Implantação de Sistemas de Drenagem Pluvial e Escoamento de	
Dotação: 169 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 64.768,67

Art. 6º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2044 Transporte Escolar	
Dotação: 106 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 7º Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Projeto: 1253 Pavimentação de ruas	
Dotação: 131 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 500.000,00

Art. 8º Por conta da anulação do art. 7º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Projeto: 1253 Pavimentação de ruas	
Dotação: 132 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 500.000,00

Art. 9º Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 136 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 10 Por conta da anulação do art. 9º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 143 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 11. Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 18 Corpo de Bombeiros	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 182 Defesa Civil	
Programa: 0016 Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar	
Atividade: 2080 Apoio à Segurança Pública	
Dotação: 61 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.500,00

Art. 12. Por conta da anulação do art. 11 fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 18 Corpo de Bombeiros	

Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 182 Defesa Civil	
Programa: 0016 Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar	
Atividade: 2080 Apoio à Segurança Pública	
Dotação: 62 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.500,00

Art. 13. Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 14 Ditrán - Diretoria de Trânsito	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 452 Serviços Urbanos	
Programa: 0015 Gestão da Ditrán	
Projeto: 1147 Manutenção da Área Azul	
Dotação: 33 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Art. 14. Por conta da anulação do art. 13 fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 14 Ditrán - Diretoria de Trânsito	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 452 Serviços Urbanos	
Programa: 0015 Gestão da Ditrán	
Projeto: 1147 Manutenção da Área Azul	
Dotação: 35 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Art. 15. Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente na Secretaria Municipal da Fazenda:

Órgão: 15 Secretaria Municipal da Fazenda	
Unidade: 15 Secretaria Municipal da Fazenda	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 123 Administração Financeira	
Programa: 0031 Gestão da Secretaria da Fazenda	
Atividade: 2208 Manutenção da Secretaria da Fazenda	
Dotação: 197 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 16. Por conta da anulação do art. 15 fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal da Fazenda:

Órgão: 15 Secretaria Municipal da Fazenda	
Unidade: 15 Secretaria Municipal da Fazenda	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 123 Administração Financeira	
Programa: 0031 Gestão da Secretaria da Fazenda	
Atividade: 2208 Manutenção da Secretaria da Fazenda	
Dotação: 202 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 17 Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 150 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 18. Por conta da anulação do art. 17 fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 153 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.266, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 5.266, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 06/2017, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR J.L.R.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 02/2017 – PAD 06/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 11 de agosto de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2017, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor J.L.R.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.267, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 5.267, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2017, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR A.M. DE C. F.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183

da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 03/2017 – PAD 07/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 13 de agosto de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2017, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor A.M. de C.F.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 82/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

PREGÃO PRESENCIAL 82/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna públicoque realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA AS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/08/2017até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/08/2017 às10h-30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governador-celsoramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 10 de agosto de 2017.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 83/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

PREGÃO PRESENCIAL 83/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna públicoque realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS PARA AS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/08/2017até às 15h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/08/2017 às15h-30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura

Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelsoramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 10 de agosto de 2017.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 84/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

PREGÃO PRESENCIAL 84/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna públicoque realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PUPITO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/08/2017até às 17h30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/08/2017 às18h-00min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governador-celsoramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 10 de agosto de 2017.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO 029/2017 - O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES PARA OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE GOVERN

Extrato do Contrato Nº 29/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 029/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

CONTRATADA: OUTSOURCING CENTER COM. DE COPIADORAS E

IMPRESSÕES LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES PARA OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, REFERENTE AO PREGÃO N.º 035/2016, PROCESSO 60/2016.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O contrato terá vigência até 04/08/2018 DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO R\$ 24.612,00 (vinte e quatro mil seiscentos e doze reais).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 04/08/2017.

Governador Celso Ramos, 04 de agosto de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 030/2017 - O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES PARA OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE GOVERN

Extrato do Contrato Nº 30/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 030/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADA: OUTSOURCING CENTER COM. DE COPIADORAS E IMPRESSÕES LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES PARA OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, REFERENTE AO PREGÃO N.º 035/2016, PROCESSO 60/2016.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O contrato terá vigência até 04/08/2018 DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO R\$ 98.448,00 (noventa e oito mil quatrocentos quarenta e oito reais).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 04/08/2017.

Governador Celso Ramos, 04 de agosto de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2016 - O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A READEQUAÇÃO DO ITEM 1.2 DO 4º TERMO ADITIVO QUE ADITOU O CONTRATO 038/2016 EM R\$24.620,50 (VINTE E QUATRO MIL SEISCENTOS E VINTE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), PASSANDO A VIGORAR O VALOR DE R\$ 23.501,44 (V

Extrato do Quinto Termo Aditivo referente ao contrato nº 38/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 38/2016.

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2016

PROCESSO Nº 48/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a readequação do item 1.2 do 4º termo aditivo que aditou o contrato 038/2016 em R\$24.620,50 (vinte e quatro mil seiscentos e vinte reais e cinquenta centavos), passando a vigorar o valor de R\$ 23.501,44 (vinte e três mil quinhentos e um reais e quarenta e quatro centavos).

Governador Celso Ramos/SC, 24 de maio de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2016 - O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO 038/2016, POR MAIS 60 (SESENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE 29/07/2017 E CONCEDER O REAJUSTE ANUAL DE 5,70%, CONFORME PREVISÃO LEGAL CONSTANTE NO ART. 40, XI DA LEI 8.666/93.

Extrato do Sexto Termo Aditivo referente ao contrato nº 38/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 38/2016.

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2016

PROCESSO Nº 48/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato 038/2016, por mais 60 (sessenta) dias a partir da data de 29/07/2017 e conceder o reajuste anual de 5,70%, conforme previsão legal constante no art. 40, xi da lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de julho de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

DECRETO 078 - ALTERAR NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DECRETO N.º 078 DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

"Dispõe sobre a alteração da comissão permanente de licitação, pregoeiro e equipe de apoio nomeada através do decreto nº 003 de 24 de Janeiro de 2017 e dá outras providências."

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 8666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais alterações legais em vigor, Lei Complementar nº 81/2005 e demais legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a Comissão Permanente de Licitação do Município de Gravatal – SC, a qual terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, sendo que dentre esses documentos estão os de habilitação e propostas.

- I – Presidente – Claudia Vicenzi Machado;
- II - Secretária – Anderson Policarpo Darella Neves;
- III – Membro - Rodrigo Mendes Daufemback;
- IV – 1º Suplente – Maria das Dores Costa Izidório;
- V - 2º Suplente – Priscila Corrêa Albano;
- VI -3º Suplente – Leandro Oliveira Machado;

Art. 2º - Fica nomeado o Pregoeiro do Município de Gravatal – SC e a equipe de apoio, a qual terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes sendo que dentre esses documentos estão os de habilitação e propostas, nos processos da modalidade Pregão Presencial e Eletrônico;

- I – Pregoeiro – Alessandro Magaroto de Oliveira
- II – Equipe de Apoio : Comissão de Licitação

Art. 3º - As nomeações de que tratam os artigos 1º e 2º deste Decreto, são válidas no período de 04 de Agosto de 2017 à 31 de Dezembro de 2017.

Art. 4º - Terão direito a gratificação de função somente os membros que participarem efetivamente da Comissão Permanente de licitação e Pregão, salvo quando o suplente assumir a função de membro efetivo.

Gravatal - SC, 04 de Agosto de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.848 - ANULA E SUPLEMENTA

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.848

DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICIPIO DE GRAVATAL PARA FINS DE CONSTITUINHA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	03 – Secretaria Educação Inovação Cultura, Esporte E Lazer	
Projeto/Atividade:	1.018 CONSTR. AMP. E REF. FÍSICA DO ENSINO INFANTIL	
Despesa:	(38) 4.4.90.00.00.00.00.0083 -	R\$ 70.000,00

Projeto/Atividade:	1.016 CONSTR. AMP. E REDE FISICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa:	(18) 4.4.90.00.00.00.00.0083 -	R\$ 60.000,00
Despesa:	(17) 3.3.90.00.00.00.00.0083 -	R\$ 20.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 150.000,00		

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	03 – Secretaria Educação Inovação Cultura, Esporte E Lazer	
Projeto/Atividade:	2.013 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	
Despesa:	(44) 3.3.90.00.00.00.00.0083 -	R\$ 150.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 150.000,00		

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de Agosto de 2017
Edvaldo Bez de Oliveira
Prefeito de Gravatal

PORTARIA 559 - GILMAR COMELLI RODRIGUES - FÉRIAS

PORTARIA N.º 559/2017 DE 17 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal GILMAR COMELLI RODRIGUES, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 08/02/2015 a 07/02/2016, devendo ser gozadas no período de 17/07/2017 a 15/08/2017.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 17 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 560 - EDVANIA DE OLIVEIRA - FÉRIAS

PORTARIA N.º 560/2017 DE 17 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias à servidora municipal EDVÂNIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 26/08/2016 a 25/08/2017, devendo ser gozadas no período de 17/07/2017 a 15/08/2017.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,

em 17 de Julho de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 561 - VANESSA PLÁCIDO MENDES - EXONERAR

PORTARIA Nº 561/2017 DE 17 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

REVOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora VANESSA PLÁCIDO MENDES, do Cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 17 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 562 - MAYARA TOMÉ ONOFRE - EXONERAR

PORTARIA Nº 562/2017 DE 18 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

REVOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora MAYARA TOMÉ ONOFRE, do Cargo de Professora Educação Infantil de provimento temporário, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 18 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 563 - MARIA DE MEDEIROS MEDEIROS - SUPERVISORA DE DEPARTAMENTO

PORTARIA Nº 563/2017 DE 18 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear MARIA DE MEDEIROS MEDEIROS, para o Cargo de SUPERVISORA DE DEPARTAMENTO, com carga Horária de 40 horas semanais, a contar de 18 de julho de 2017, percebendo o vencimento relativo ao Grupo VII, do anexo VI, da Lei Complementar Nº 139/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 18 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 564 - CINTIA MENDES DO AMARAL - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PORTARIA Nº 564/2017 DE 18 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, que a servidora municipal, Sibele Mendonça de Sá, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil, encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, ocasionando a vacância da vaga de Professora Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que a substituta da vaga acima, Vanessa Plácido Mendes desistiu da vaga, ocasionando novamente a vacância da vaga de Professora Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que a educação é serviço essencial e deverá ser contínuo;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Edital n.º 001/2017 e Lei Complementar Nº 181/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter Temporário CINTIA MENDES DO AMARAL, Processo Seletivo nº 001/2017, classificação nº 50, para o cargo temporário de Professora Ensino Fundamental Séries Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, na EEF Prof. Naíde Guedert Teixeira, localizada no Bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 18 de julho de 2017 até o término da Licença para Tratamento de Saúde da servidora (ACT Sibele Mendonça de Sá) e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 18 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 565 - FERNANDA RODRIGUES AMÉRICO - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PORTARIA Nº 565/2017 DE 18 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, que a servidora municipal, Sibele Mendonça de Sá, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil, encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, ocasionando a vacância da vaga de Professora Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que a substituta da vaga acima, Vanessa Plácido Mendes desistiu da vaga, ocasionando novamente a vacância da vaga de Professora Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que a educação é serviço essencial e deverá ser contínuo;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Edital n.º 001/2017 e Lei Complementar Nº 181/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter Temporário FERNANDA RODRIGUES AMÉRICO, Processo Seletivo nº 001/2017, classificação nº 74, para o cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro Educacional Infantil Mickeylândia, localizada no Bairro Termas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 18 de julho de 2017 até o término da Licença para Tratamento de Saúde da servidora (ACT Sibele Mendonça de Sá) e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 18 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 566 - GISELI CARDOSO DA ROSA FORTUNATO - EXONERAR

PORTARIA Nº 566/2017 DE 18 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

REVOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a funcionária GISELI CARDOSO DA ROSA FORTUNATO, do Cargo de Agente Comunitária - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 18 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 567 - SILVANA MENDES DE SOUZA - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PORTARIA Nº 567/2017 DE 21 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, que a servidora municipal, Rosangela Rodrigues Martinelli, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, encontra-se em férias, ocasionando a vacância da vaga de Auxiliar de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO, que o preenchimento dos cargos de Auxiliares de Serviços Gerais nas escolas e Centros Educacionais Infantis da rede Municipal, ainda vacantes são de extremo interesse e necessidade pública para o bom e regular desenvolvimento do sistema de ensino municipal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Edital n.º 001/2017 e Lei Complementar Nº 181/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter Temporário SILVANA MENDES

DE SOUZA, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, no Projeto Brincarte, localizada no Bairro Termas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 21 de julho de 2017 até 09 de agosto de 2017 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 568 - HORA EXTRA JULHO 2017

PORTARIA N.º 568/2017 DE 24 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO: A Autorização de Pagamento de Horas Extras/Ponto, enviada mensalmente pelos secretários municipais, indicando os funcionários que fazem jus ao direito e a quantidade de horas extras que devem ser pagas;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER horas extras aos servidores abaixo relacionados, trabalhadas durante os meses de Maio e Junho do ano corrente com as vantagens estabelecidas em Lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alexsandro Magaroto de Oliveira	50,28
Ana Claudia da Silva	28,00
Anderson Policarpo Darella Neves	48,38
Elizangela Borges da Silva Calegari	30,60
Fabiola Medeiros Correa da Silva	60,00
Graziela das Neves Inácio	14,00
João Ricardo Pereira de Assunção	1,62
Joelma Fernandes Ferreira	45,52
José Nazareno Fidélis	60,00
Maria Aparecida Martins da Silva	59,00
Muriel Marcon Cardoso	60,00
Nilson Ribeiro Fernandes	46,10
Raquel Martins Mendes	28,00

SECRETARIA DE SAÚDE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Cássio Ferreira Bittencourt	25,00
Dalci Anastácio Alves	52,00
Eduardo Ancelmo Martins	60,00
Eduardo Fernandes Mendonça	25,00
Francieli Mendes	10,00
Gilmar Comelli Rodrigues	51,00
Jaison Nazário Candido	10,00
Juliano Fagundes de Araújo	40,00
Liziane Sachet	20,00
Márcio Laurentino Mendonça	50,00
Mislene Beza Gordo Sarzana	10,00
Rafael Fernandes Machado	10,00
Rosimar Vicenzi de Assunção Mendes	30,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Cedoir Martins de Souza	58,55

Celio Batista	59,80
Deyvid da Silva dos Santos	59,00
Dionathan da Luz Nazário	60,00
Eder Soares da Silva	59,00
Jose Carlos Beckhauser Mendes	59,05
Marcia Cristina Falcão Fleitas	18,00
Marlei Mendes dos Santos Martins	60,00
Rodinei Mendes Monteiro	60,00

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alaercio Gonçalves de Medeiros	50,00
Alex Martins da Silva	59,45
Daniel May Maciano	50,00
Francisco de Assis Silveira Maia	60,00
José Marangoni Furlan	60,00
José Rodrigues Fernandes	60,00
Paulo Melo da Silva	50,00
Salésio Veronez	40,00
Sebastião Rodrigues Fernandes	55,00
Valcir Fileti Rousseng	50,00
Valerio Fileti	60,00
Valnei Boneli dos Santos	40,00
Wilson Mendes	30,00
Zenilton Nascimento	50,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Fabricio de Oliveira Machado	50,00
Paulo Martins da Rosa	50,00
Silvio Zapelini Botega	30,00

HORAS EM ATRASO MESES ANTERIORES	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
José Nazareno Fidelis	15,00
Marlei Mendes dos Santos Martins	20,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gravatal/SC, 24 de Julho de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Gravatal

Wanderlei Nazário Marega
Secretário da Fazenda

PORTARIA 569 - JADER SALAZAR CARDOSO - FÉRIAS PORTARIA N.º 569/2017 DE 24 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias ao servidor municipal JADER SALAZAR CARDOSO, ocupante do cargo de Facilitador Cultural, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 28/04/2016 a 27/04/2017, devendo ser gozadas no período de 24/07/2017 a 02/08/2017.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 24 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 570 - GUILHERME NUNES GOULART - EXONERAR

PORTARIA Nº 570/2017 DE 24 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

REVOLVE:

Art. 1º - Demitir a pedido o servidor GUILHERME NUNES GOULART, do Cargo de Professor Ensino Fundamental - Religião, de provimento temporário, com carga horária de 10 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 24 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 571 - ADRIANA DA LUZ FERNANDES - AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS

PORTARIA N.º 571/2017 DE 24 DE JULHO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA PARA DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a servidora ADRIANA DA LUZ FERNANDES – CNH Nº 03579395851 a dirigir de forma eventual, os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Gravatal.

§ 1º - Os veículos poderão ser utilizados pela servidora em casos de necessidade quando não houver motoristas disponíveis.

§ 2º - A servidora mencionada neste artigo, somente poderá dirigir veículos da frota municipal conforme categoria de habilitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 24 de Julho de 2017.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 572 - KEILA FURLAN DOS SANTOS - AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS

PORTARIA N.º 572/2017 DE 24 DE JULHO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA PARA DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas

pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a servidora KEILA FURLAN DOS SANTOS – CNH Nº 05795743276 a dirigir de forma eventual, os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Gravatal.

§ 1º - Os veículos poderão ser utilizados pela servidora em casos de necessidade quando não houver motoristas disponíveis.

§ 2º - A servidora mencionada neste artigo, somente poderá dirigir veículos da frota municipal conforme categoria de habilitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 24 de Julho de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 573 - VALÉRIO FILETI - ABONO PECUNIÁRIO

PORTARIA N.º 573/2017 DE 24 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º- CONVERTER 10 (dez) dias de férias em ABONO PECUNIÁRIO, ao servidor municipal VALÉRIO FILETI, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 08/02/2014 à 07/02/2015, na forma do parágrafo 4º do artigo 69 da Lei Complementar n.º 22/03 de 09/06/03, alterada pela Lei Complementar nº 23/03 de 04/07/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 24 de Julho de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 574 - ROSIANE BORGES CORREA - FÉRIAS

PORTARIA N.º 574/2017 DE 31 DE JULHO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias à servidora municipal ROSIANE BORGES CORREA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 31/01/2017, devendo ser gozadas no período de 31/07/2017 a 29/08/2017.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 31 de Julho de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA DE 106.2017.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 106/2017
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANT
Valor : 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, QUE ACONTECERÁ NO DIA 21 (VINTE E UM) DE OUTUBRO DE 2017 PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DO QUADRO, PARA ONZE CARGOS.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 92.17 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE HORA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº92/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 115/17, Edital de Pregão Presencial Nº 92/17, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Hora Máquina de Retroescavadeira; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 23/08/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 23/08/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 10 de agosto de 2017.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 114.2017.DOCX

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2017
PROCESSO Nº 114/2017 HOMOLOGAÇÃO: 10/08/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, QUE ACONTECERÁ NO DIA 21 (VINTE E UM) DE OUTUBRO DE 2017 PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DO QUADRO, PARA ONZE CARGOS.

CONTRATADO: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANT
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso VIII da Lei de Licitações.

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 143/2017 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 143/2017 PMG

Processo Licitatório: 143/2017 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PESADOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 24/08/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 24/08/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 10 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor Jaragua Eventos Esportivos Ltda ME referente ao empenho nº. 3843/2017, datado em 01/08/2017, no valor de 16.763,98. Este pagamento se refere a contratação de arbitragem para realização dos campeonatos municipais.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para o pagamento de árbitros e auxiliares que atuam nos campeonatos promovidos pela secretaria de esportes. As competições estão em andamento e, ainda, não houve nenhum pagamento. Assim, para que não ocorra interrupções, é imprescindível o pagamento das rodadas até aqui realizadas, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 10 de Agosto de 2017.

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor Jaragua

Eventos Esportivos Ltda ME referente ao empenho nº. 4439/2017, datado em 07/08/2017, no valor de 12.485,65. Este pagamento se refere a contratação de arbitragem para realização dos campeonatos municipais.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para o pagamento de árbitros e auxiliares que atuam nos campeonatos promovidos pela secretaria de esportes. As competições estão em andamento e, ainda, não houve nenhum pagamento. Assim, para que não ocorra interrupções, é imprescindível o pagamento das rodadas até aqui realizadas, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 10 de Agosto de 2017.

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

122/2017

DECRETO Nº 122/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.545/17 de 10 de agosto de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.978,04 (trinta e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e quatro centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 07- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Unidade 01- Departamento de Indústria e Comércio:

Função 22 – Indústria

Subfunção 661 – Promoção Industrial

Programa 36 – Incentivo a Indústria e Comércio

Atividade: 2.071 – Manutenção da Secretaria de Indústria e Comércio

3.1.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 14.978,04

Soma R\$ 39.978,04

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

Unidade 07- Encargos Gerais do Município:

Função 04 – Administração

Subfunção 122 – Administração Geral

Programa 02 – Administração e Planejamento

Atividade: 2.033 – Manutenção da EXPOGUARUJÁ

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 29.978,04

Órgão 07- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Unidade 01- Departamento de Indústria e Comércio:

Função 22 – Indústria

Subfunção 661 – Promoção Industrial

Programa 36 – Incentivo a Indústria e Comércio

Atividade: 2.098 – Contribuição a Entidades de apoio a Indústria e Comércio

3.3.50.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Soma R\$ 39.978,04

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 10 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

2545/2017

LEI Nº 2.545/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.978,04 (trinta e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e quatro centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 07- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Unidade 01- Departamento de Indústria e Comércio:

Função 22 – Indústria

Subfunção 661 – Promoção Industrial

Programa 36 – Incentivo a Indústria e Comércio

Atividade: 2.071 – Manutenção da Secretaria de Indústria e Comércio

3.1.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 14.978,04

Soma R\$ 39.978,04

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

Unidade 07- Encargos Gerais do Município:

Função 04 – Administração

Subfunção 122 – Administração Geral

Programa 02 – Administração e Planejamento

Atividade: 2.033 – Manutenção da EXPOGUARUJÁ

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 29.978,04

Órgão 07- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Unidade 01- Departamento de Indústria e Comércio:

Função 22 – Indústria

Subfunção 661 – Promoção Industrial

Programa 36 – Incentivo a Indústria e Comércio

Atividade: 2.098 – Contribuição a Entidades de apoio a Indústria e Comércio

3.3.50.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Soma R\$ 39.978,04

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 10 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora
Secretário Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.702/2017

Decreto Nº 3702/2017

"Abre Crédito Adicional Suplementar"

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 3196 de 09 de agosto de 2017

Decreta

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no valor 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais), a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS				
0801.26.782.002-2052	Manutenção das Ações Desenvolvidas pela Secretaria				
31900000	174	100	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	165.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	R\$ 165.000,00
--	----------------

Art. 2º - Com os recursos advindos da anulação de que trata o art. 1º fica suplementada no valor R\$ 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais) à conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001.10.301.0045-1051	Aquisição de Equipamentos e Veículos				
44900000	006	102	Investimentos	R\$	165.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	R\$ 165.000,00
--	----------------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 09 de agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.196/2017.

LEI Nº 3196/2017

"Abre Crédito Adicional Suplementar"

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais), a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS				
0801.26.782.002-2052	Manutenção das Ações Desenvolvidas pela Secretaria				
31900000	174	100	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	165.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	R\$ 165.000,00
--	----------------

Art. 2º - Com os recursos advindos da anulação de que trata o art. 1º fica suplementada no valor R\$ 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais) à conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				

1001.10.301.0045-1051	Aquisição de Equipamentos e Veículos					
44900000	006	102	Investimentos	R\$	165.000,00	
Total do Crédito Adicional Suplementar					R\$ 165.000,00	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 09 de agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.197/2017.

Estado de Santa Catarina Município de Herval d'Oeste	
---	--

LEI Nº. 3.197/2017

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente,
Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em anexo.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Herval d'Oeste no Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções que é parte integrante desta lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 09 de agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

1º ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, e com sede na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, por intermédio dos municípios consorciados, ARROIO TRINTA, CAÇADOR, CALMON, FRAIBURGO, IBIAM, IOMERÊ, LEBON RÉGIS, MACIEIRA, MATOS COSTA, MONTE CARLO, PINHEIRO PRETO, RIO DAS ANTAS, SALTO VELOSO, TANGARÁ, TIMBÓ GRANDE, E VIDEIRA, de comum acordo, firmam a PRIMEIRA ALTERAÇÃO e CONSOLIDAÇÃO ao PROTOCOLO DE INTENÇÕES, o qual passa a denominar-se CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes alterações, observadas as condições abaixo estabelecidas:

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE, PRAZO DE DURAÇÃO E SEDE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

Parágrafo único: O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do Decreto Federal n. 6017/07.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

Art. 2º - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA tem por objetivos a união dos municípios do Estado de Santa Catarina para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal

com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios catarinenses, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Art. 3º - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA tem natureza multifinalitária, destinado a cumprir as seguintes finalidades:

I - Proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, especialmente: seleção, gestão, capacitação e treinamento de pessoal, educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;

II - Articular os municípios consorciados na defesa dos seus interesses para o desenvolvimento regional, podendo desenvolver planejamentos regionalizados, captação de recursos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, aplicando-os na área de atuação do consórcio, a fim de alcançar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios consorciados;

III - Proporcionar infraestrutura e desenvolvimento regional, buscando a realização de serviços nas mais diversas áreas de atuação, inclusive mediante a execução de obras públicas, execução de horas máquinas e manutenção da infraestrutura viária sob responsabilidade dos municípios consorciados;

IV - Planejar, assessorar ou executar ações de proteção e gestão do meio ambiente, preservação de florestas, da fauna e da flora, bem como a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais e sítios arqueológicos, podendo responsabilizar-se pelos procedimentos de cadastro, controle, fiscalização e licenciamento ambiental de competência dos municípios consorciados;

V - Prestar suporte e executar ações de integração das administrações tributárias dos municípios, podendo representá-las perante as administrações tributárias da União e dos Estados, instituir conselhos de contribuintes regionalizados, realizar julgamento em instância administrativa de litígios fiscais suscitados diante da aplicação da legislação tributária municipal, estabelecer programas de fiscalização tributária conjunta, e propor políticas regionalizadas de incentivos fiscais;

VI - Executar ações de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII - Apoiar o planejamento e a gestão urbana e territorial intermunicipal, inclusive regularização fundiária, política habitacional e mobilidade urbana;

VIII - Promover, incentivar e fomentar o desenvolvimento turístico dos municípios consorciados, a fim de facilitar e viabilizar ações e serviços turísticos, de lazer e entretenimento com eficiência e qualidade.

IX - Planejar, gerir ou administrar serviços e recursos de regimes próprios de previdência dos servidores públicos dos municípios consorciados, vedado que os recursos arrecadados em um ente federativo sejam utilizados no pagamento de benefícios de segurados de outro ente;

X – Executar ações para atuar nos diversos meios de comunicação, como internet, rádio, televisão, jornais, revistas, etc., visando o cumprimento do princípio da publicidade e transparência da administração pública, para divulgação de programas e ações institucionais do consórcio e dos municípios consorciados;

XI - Executar estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia, arquitetura, topografia e correlatos;

XII - Realizar ações de integração esportiva, cultural e científica nos municípios consorciados;

XIII - Desenvolver ou prestar ações conjuntas de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

XIV - Promover ações de gestão dos serviços públicos municipais de iluminação pública nos municípios consorciados;

XV - Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

Parágrafo único. Para alcançar suas finalidades, o CIMCATARINA poderá:

I - Firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, § 1º, I da Lei 11.107/05), seja no âmbito Federal ou Estadual;

II - Ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, gozando inclusive do aumento dos valores previstos na Lei de Licitações, para os casos de dispensa;

III - Instituir, através de decisão da Assembleia Geral, Fundos Intermunicipais para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de entes federados, do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países, visando o desenvolvimento de ações para cumprimento de seus objetivos e finalidades;

IV - Realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios;

V - Realizar licitações de concessões públicas e parcerias público-privadas e fiscalizar contratos de concessão de serviços públicos de competência dos municípios consorciados, nos termos da legislação em vigor;

VI – Instituir banco de informações de fornecedores e registros cadastrais de licitantes e contratantes do consórcio e dos municípios consorciados, inclusive implementar e informar o cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública, nos termos da legislação em vigor;

VII - Instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços públicos prestados pelo consórcio ou por seus municípios consorciados à população.

CAPÍTULO III

DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 4º - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo único: A alteração ou a extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, previamente autorizado, e sendo ratificado, através de lei dos entes consorciados.

Art. 5º - O Consórcio terá sede na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, CEP 89.580-000, no Município de Fraiburgo, Estado

de Santa Catarina, podendo ser alterada por decisão da Assembléia Geral.

TÍTULO II DA SUBSCRIÇÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO I DA SUBSCRIÇÃO

Art. 6º - São subscritores do presente Protocolo de Intenções:

I - MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 0026, na cidade de Arroio Trinta, SC.

II - MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.302/0001-31, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 195, na cidade de Caçador, SC.

III - MUNICÍPIO DE CALMON, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.949.806/0001-37, com sede na Rua Vereador Teodosio Paulek, nº 312, na cidade de Calmon, SC.

IV - MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.754.044/0001-34, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 860, na cidade de Curitiba, SC.

V - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.947.979/0001-74, com sede na Avenida Rio das Antas, nº 185, na cidade de Fraiburgo, SC.

VI - MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.616.039/0001-09, com sede na Rua Adolfo Soletti, nº 750, na cidade de Frei Rogério, SC. VII - MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.745/0001-74, com sede na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, nº 0020, na cidade de Ibiã, SC.

VIII - MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede na Rua João Rech, nº 500, na cidade de Iomerê, SC.

IX - MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.310/0001-88, com sede na Rua Artur Barth, nº 300, na cidade de Lebon Régis, SC.

X - MUNICÍPIO DE MACIEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.992.020/0001-00, com sede na Rua José Augusto Royer, nº 0133, na cidade de Macieira, SC.

XI - MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.566/0001-51, com sede na Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, na cidade de Matos Costa, SC.

XII - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, nº 111, na cidade de Pinheiro Preto, SC.

XIII - MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.991.287/0001-75, com sede na Rua João da Silva Calomeno, nº 243, na cidade de Ponte Alta do Norte, SC.

XIV - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.294/0001-23, com sede na Rua do Comércio, nº 780, na cidade de Rio das Antas, SC.

XV - MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.827.353/0001-24, com sede na Travessa das Flores, nº 0058, na cidade de Salto Veloso, SC.

XVI - MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goethen Sobrinho, nº 555, na cidade de Santa Cecília, SC.

XVII - MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.991.261/0001-27, com sede na Rua Juvenino França de Moraes, nº 0019, na cidade de São Cristóvão do Sul, SC.

XVIII - MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 78.497.492/0001-60, com sede na Rua Santa Cecília, nº 385, na cidade de Timbó Grande, SC.

XIX - MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, na cidade de Videira, SC.

Art. 7º - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 05(cinco) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á no contrato de consórcio público.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Ente da Federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

§ 2º - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 02 (dois) anos da sua assinatura.

§ 3º - A ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembléia Geral do Consórcio Público.

Art. 8º - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do artigo 6º deste Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

Art. 9º - Todos os municípios catarinenses constantes da relação do Anexo I deste Protocolo de Intenções poderão a qualquer momento ingressar no consórcio, sendo que o município não subscritor fará o pedido formal ao Presidente do consórcio público, o qual, uma vez aprovado na Assembleia Geral, comunicará formalmente o município interessado para que adote as providências legais.

Parágrafo único. Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, a inclusão da dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao consórcio, a subscrição do contrato de programa e a celebração do contrato de rateio.

Art. 10 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da federação subscritores, em Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 11 - A área de atuação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA será a área correspondente à soma dos territórios dos municípios consorciados.

Art. 12 - Em caso de interesse dos municípios consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

TÍTULO III DOS DIREITOS, DEVERES E CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 13 - Constituem direitos dos consorciados:

- I – participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II – votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;
- III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;
- IV – compor a Presidência e Vice-Presidência ou Conselho Fiscal do consórcio nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

Art. 14 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 15 - Constituem deveres dos consorciados:

- I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;
- II – acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;
- III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;
- IV – participar ativamente das reuniões e Assembléias Gerais do consórcio.

CAPÍTULO II DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO

Art. 16 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com suas finalidades previstas no artigo 3º deste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

- I – firmar protocolo de intenções;
- II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;
- III – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;
- IV – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembléia Geral do Consórcio.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - O Consórcio tem a seguinte organização:

- I - Assembléia Geral;
- II - Presidência;
- III - Diretoria Executiva;
- VI - Conselho Fiscal.

Parágrafo único: O estatuto do Consórcio poderá criar outros órgãos temporários ou permanentes e a Diretoria Executiva poderá instituir órgãos, singulares ou colegiados, câmaras técnicas e núcleos regionais de atuação, independente de alteração do Protocolo de Intenções.

Art. 18 - O Consórcio será organizado por estatuto, que disporá sobre a organização e funcionamento de cada um de seus órgãos constitutivos, observando todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 19 - A Assembléia Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, é a instância máxima do Consórcio, sendo constituída pelos prefeitos dos municípios consorciados, podendo ser ordinária ou extraordinária.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência a agente público do Poder Executivo Municipal para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Ninguém poderá representar mais de um ente consorciado na mesma Assembléia Geral.

Art. 20 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 02(duas) vezes por ano, em datas a serem definidas, devendo ser feita convocação com antecedência mínima de 10(dez) dias, pelos meios legais.

§ 1º - A Assembléia Geral ocorre extraordinariamente, sempre que convocada, para tratar de matéria importante, inclusive, para deliberar sobre alteração estatutária e alterações de ordem administrativa e de pessoal, por iniciativa do Presidente do Consórcio ou a pedido de 50%(cinquenta por cento) dos consorciados, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas pelos meios legais.

§ 2º - A Assembléia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

Art. 21 - O quorum exigido para realização de Assembléia Geral, em primeira convocação, é de no mínimo 2/3(dois terços) dos consorciados. Parágrafo único. Não se realizando em primeira convocação, considera automaticamente convocada para meia hora depois no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de participantes.

Art. 22 - Cada consorciado terá direito a 01(um) voto na Assembléia Geral.

§ 1º - Somente terá direito a voto o Prefeito ou seu representante autorizado.

§ 2º - O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto nos casos motivados, quando decidido por 2/3(dois terços) dos participantes da Assembléia Geral.

Art. 23 - Compete à Assembléia Geral:

I – deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA;

II - homologar o ingresso no consórcio de Ente Federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

III – estabelecer orientação superior do Consórcio, promovendo e recomendando estudos e soluções para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos entes consorciados;

IV – aplicar a pena de exclusão do consórcio;

V - elaborar e aprovar o estatuto do consórcio e suas alterações;

VI – eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio, cujos mandatos serão de 01 (um) ano;

VII – ratificar ou recusar a nomeação, exonerar ou destituir membros da Diretoria Executiva;

VIII – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho proposto pela Presidência;

c) o orçamento anual do consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;

f) a alienação e a oneração de bens do consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

IX – homologar as decisões do Conselho Fiscal;

X – aceitar a cessão de servidores por ente federado consorciado ou conveniado ao consórcio;

XI – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

XII – aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

XIII – apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XIV – Aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio;

XV – Dissolver o consórcio, na forma prevista neste Protocolo de Intenções.

§ 1º - Somente será aceita a cessão de servidores sem ônus para o consórcio mediante decisão da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

§ 2º - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

§ 3º - O Presidente, o Vice-Presidente e os membros do Conselho Fiscal serão substituídos automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Chefe do Poder Executivo do município consorciado.

Art. 24 – A Presidência (Presidente e o Vice-Presidente) será eleita em Assembléia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas até o início da sessão.

§ 1º - Somente será aceita a candidatura à Presidência de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

§ 2º - A Presidência será eleita por voto público e nominal.

§ 3º - Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 4º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos dos presentes, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função.

§ 5º - No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 6º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

Art. 25 - Proclamado eleito o candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que nomeie a Diretoria Executiva ou a confirme.

§ 1º - Uma vez nomeado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se os indicados aceitam a nomeação.

§ 2º - Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 3º - Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova nomeação.

Art. 26 - Em Assembléia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente ou Vice-Presidente ou membros do Conselho Fiscal do Consórcio, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3(dois terços) dos consorciados.

§ 1º - Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 2º - A votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por 15(quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao Membro que se pretenda destituir.

§ 3º - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

§ 4º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 5º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 6º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembléia e nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes, em relação ao mesmo fato.

Art. 27 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração do estatuto do consórcio, por meio de publicação dando ciência a todos os subscritores.

§ 1º - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por votação de 2/3 dos presentes, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto do projeto de estatuto que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

§ 2º - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

§ 3º - Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º - O estatuto preverá as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

§ 5º - O estatuto do consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Art. 28 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federados representados na Assembléia Geral;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo.

§ 3º - A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 4º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 29 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 10(dez) dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet ou órgão oficial.

Parágrafo único: Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 30 – O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em Assembléia Geral, entre os membros do consórcio, com mandato de 01(um) ano, vedada a reeleição, de acordo com as previsões do capítulo anterior e deste capítulo.

Art. 31 - A eleição dos membros da Presidência será realizada em até quinze dias do encerramento do mandato anterior, exceto a primeira eleição, podendo a posse ocorrer no mesmo ato ou posteriormente.

Art. 32 - Somente poderá ser votado para os cargos da Presidência do consórcio o Prefeito do Município que esteja consorciado por um período mínimo de 06(seis) meses anteriores a eleição e que não tenha débito para com o consórcio, com exceção da primeira Presidência do consórcio.

§ 1º - O Presidente do consórcio no caso de vacância, afastamento, licenciamento, falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente, no período de até 30 dias.

§ 2º - No período de férias do cargo de Prefeito, o Presidente do consórcio será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 3º - O afastamento do cargo de Prefeito é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

§ 4º - O Vice-Presidente quando assumir o cargo de Presidente será considerado como Presidente em exercício.

§ 5º - Os membros da Presidência não têm direito à remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

Art. 33 - São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Estatuto:

I - representar judicial e extrajudicialmente o consórcio;

- II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;
 - III - convocar as reuniões da Diretoria Executiva;
 - IV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
 - V - solicitar, fundamentadamente, que sejam postos à disposição do consórcio os servidores dos municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública;
 - VI - administrar o patrimônio do consórcio;
 - VII - autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;
 - VIII - convocar a Assembléia Geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio;
 - IX - prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;
 - X - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio.
- § 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente ou a Diretoria Executiva.
- § 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 34 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

Art. 35 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência do consórcio.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 36 - A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Executivo, um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro, um Diretor Jurídico, cinco Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional e dez Diretores de Gestão de Desenvolvimento Regional, previstos no Anexo II, que exercerão funções administrativas, financeiras, jurídicas e técnicas do consórcio.

§ 1º - A Diretoria Executiva é dirigida pelo Diretor Executivo, a quem cabe cumprir as determinações deste Protocolo de Intenções, do Contrato do Consórcio e do Estatuto.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva ocuparão emprego em comissão, de livre admissão e demissão, e perceberão a remuneração estabelecida para o emprego público, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimentos ou subsídios de qualquer outro ente federado ou órgão do poder público.

§ 3º - O termo de nomeação da Diretoria Executiva e o procedimento para a respectiva posse serão fixados no estatuto.

Art. 37 - Além do previsto no estatuto, compete ao Diretor Executivo:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;

II – autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

IV – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

Art. 38 - Para exercício das funções de Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Diretor Jurídico, Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional e Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, será exigida formação profissional de nível superior e inscrição no órgão ou conselho regulador da profissão, quando exigido, nos termos dos Anexos, deste protocolo de intenções.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 39 - O Conselho Fiscal é composto por 03(três) conselheiros titulares e 03(três) suplentes, sendo Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral ou seus representantes, com mandato de 02(dois) anos.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença absoluta de entes consorciados.

§ 2º - Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal representante de ente consorciado.

§ 3º - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§ 4º - Consideram-se eleitos como titulares os 03(três) candidatos com maior número de votos e como suplentes os 03(três) subseqüentes, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

Art. 40 - Além do previsto no estatuto do consórcio, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao consórcio.

§ 2º - O estatuto deliberará sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

§ 3º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

TÍTULO V DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 41 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos, previsto no Anexo do presente Protocolo de Intenções e os servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 42 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente não serão remunerados.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva perceberão remuneração estabelecida para os empregos públicos, previstas nos Anexos, parte integrante do presente Protocolo de Intenções, acaso não perceba qualquer outro tipo de remuneração de qualquer outro Ente federado ou órgão do Poder Público.

Art. 43 - Os empregados públicos próprios do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§ 1º - Somente serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores sem ônus para o consórcio, ficando vinculados ao regime jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem.

§ 2º - O regulamento aprovado pela Assembléia Geral deliberará sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especialmente da descrição das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos.

§ 3º - A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Diretor Executivo, observadas as formalidades legais.

§ 4º - Os entes da federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada ente.

§ 5º - Os servidores cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário.

Art. 44 - O quadro de pessoal do consórcio é composto pelos empregados públicos e ocupantes de empregos em comissão constantes no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - Os empregos do consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os empregos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração do Presidente do Consórcio, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º - No prazo de 01(um) ano, da aprovação do plano de empregos e salários dos empregados públicos, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA realizará concurso público para preenchimento das vagas de seu quadro de pessoal.

§ 3º - A remuneração, a carga horária, as especificações, as descrições e as atribuições dos agentes públicos são as definidas nos Anexos II, III e IV deste Protocolo de Intenções.

§ 4º - Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 5º - Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 6º - Nos termos dos estatutos, os empregados públicos do Consórcio ou servidores a ele cedidos, excetuados os empregos em comissão, poderão perceber, a critério do Diretor Executivo e conforme as regras previstas nos parágrafos seguintes, gratificação pelo exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento, gratificação pela mudança do local de trabalho e gratificação de cedência para consórcio público, conforme regulamento a ser definido pela Diretoria Executiva e aprovado em Assembleia Geral.

§ 7º - A gratificação pelo exercício de funções que sejam consideradas de chefia, direção ou assessoramento, no valor mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais) é devida aos empregados públicos do Consórcio ou servidores cedidos, excetuados os empregos em comissão.

§ 8º - A gratificação pela mudança do local de trabalho, no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de caráter indenizatório, é devida aos empregados públicos do Consórcio ou servidores cedidos, excetuados os empregos em comissão, que venha a residir em outra cidade daquela que originalmente desempenhava suas funções, a pedido do Consórcio.

§ 9º - A gratificação de cedência para consórcio público, no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de caráter indenizatório, é devida aos servidores cedidos, pelos transtornos e óbices na realização de novas funções em estrutura funcional diversa daquela originalmente lotada no órgão cedente.

§ 10 - As gratificações previstas nos §§ 7º, 8º e 9º poderão ser cumulativas e serão revistas conforme o § 4º deste artigo.

Art. 45 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

§ 1º - A cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

§ 2º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

Art. 46 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

I - até que se realize concurso público previsto no § 2º, do artigo 44, deste Protocolo de Intenções;

II - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que se vierem a vagar;

III - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

IV - para atender demandas do serviço, com programas e convênios.

V - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

VI - realização de levantamentos cadastrais e sócio-econômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

VII - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 47 - Além do salário e das demais vantagens previstas neste Protocolo de Intenções, serão pagas aos empregados os seguintes adicionais, na forma estabelecida em lei:

I - décimo terceiro salário;

II - férias e adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno.

Parágrafo único: O Estatuto preverá as formas de concessão de outras vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

TÍTULO VI

DA GESTÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 48 - Fica autorizado pelos municípios que integram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal n. 11.107/2005, a fazer gestão associada dos serviços públicos que constituem as finalidades previstas no artigo 3º deste Protocolo de Intenções.

Art. 49 - Ao consórcio é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV - os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI - as penalidades e sua forma de aplicação;

VII - os casos de extinção;

VIII - os bens reversíveis;

IX - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI - a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII - demais cláusulas previstas na Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º - Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do consórcio.

§ 10 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente

às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11 - No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

Art. 50 – O consórcio elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único: São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II - o objeto e a finalidade do rateio;

III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;

IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;

V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII - o direito e obrigações das partes;

IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X - o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI - demais condições previstas na Lei Federal 11.107/2005 e seu regulamento.

Art. 51 - Para o cumprimento de suas finalidades, deverá o consórcio realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade permitidos por essas normas.

§ 1º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Diretor Executivo e/ou pelo Presidente.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

Art. 52 - O consórcio poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II - submeter a análise e aprovação da Assembléia Geral.

Parágrafo único: As tarifas previstas neste artigo podem ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembléia Geral.

Art. 53 - O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

Art. 54 - O consórcio fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Art. 55 - O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único: Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembléia Geral, exigida aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos representantes dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

CAPITULO II

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

Art. 56 - A execução das receitas e das despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 57 - Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;
XI – os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º - Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II – quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Protocolo de Intenções;

III – na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

§ 3º - Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º - O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet ou equivalente.

§ 6º - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º - Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

TÍTULO VII

DA RETIRADA DO CONSÓRCIO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CAPÍTULO I

DA RETIRADA DO CONSÓRCIO

Art. 58 - A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

§ 1º - A retirada do ente não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio.

§ 2º - Os bens destinados ao consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções do consórcio público ou pela Assembléia Geral do consórcio.

Art. 59 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

IV – a não ratificação por lei de alterações do protocolo de intenções no prazo fixado em Assembléia Geral.

§ 1º - A exclusão prevista neste artigo somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão e estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa.

§ 3º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o 2/3 dos votos.

§ 4º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§ 5º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

§ 6º - Por decisão da assembléia geral poderá haver a reabilitação do ente excluído, mediante a comprovação de regularização dos motivos da exclusão.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 60 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 61 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções e na legislação aplicável.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 62 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes Federativos que as editaram.

Art. 63 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, com os seguintes princípios:

- I – respeito à autonomia dos entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada Ente Federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;
- II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;
- III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;
- IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente Federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;
- V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 64 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial de cada órgão subscritor.

Parágrafo único: A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

Art. 65 - Deverá ser publicado anualmente relatório geral das atividades do consórcio.

Art. 66 - Fica instituído como órgão oficial de publicação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 67 - As alterações do Protocolo de Intenções, convertem-se em contrato de consórcio público após sua ratificação pelos municípios consorciados.

§ 1º - Após a aprovação das alterações do protocolo de intenções os municípios consorciados terão o prazo de 4(quatro) meses para ratificação por lei das alterações do protocolo de intenções e decorrido este prazo os municípios que não tiveram suas leis ratificadas estão suspensos do Consórcio.

§ 2º - Decorridos 2(dois) meses da suspensão, o município que não se reabilitar através da ratificação por lei das alterações do protocolo de intenções será excluído do consórcio público, por motivo grave, observadas as disposições do artigo 59, deste protocolo de intenções.

§ 3º - A conversão do protocolo de intenções em contrato de consórcio público será dará, no momento da vigência da 5ª (quinta) lei de ratificação.

§ 4º - Ao final dos prazos previstos nos parágrafos 1º e 2º, caso não atingindo o número mínimo de leis de ratificação para a conversão do protocolo de intenções em contrato de consórcio público, serão mantidas as disposições do contrato original.

Art. 68 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a administração pública em geral.

Art. 69 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, assinam a 1º alteração do presente Protocolo de Intenções, que se regerá pela Lei Federal 11.107/ 2005, pelo Decreto Federal 6.017/2007, consolidando-o em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Fraiburgo, 26 de fevereiro de 2014.

Municípios consorciados subscritores da 1º Alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTES-TADO – CINCO:

Alcir Felchilcher Gilberto Amaro Comazzetto
ARROIO TRINTA CAÇADOR

Ivo Biazolo Clóvis José Bussatto
FRAIBURGO IBIAM

Luciano Paganini Ludovino Labas
IOMERÊ LEBON RÉGIS

Emerson Zanella Raul Ribas Neto
MACIEIRA MATOS COSTA

Euzébio Calisto Viecei Claudemir Cesca
PINHEIRO PRETO SALTO VELOSO

Euclides Cruz Marcos Nei Corrêa Siqueira
TANGARÁ MONTE CARLO

Almir Fernandes Wilmar Carelli
TIMBÓ GRANDE VIDEIRA

Este texto não substitui o publicado no DOM de 05.03.2014 – Edição nº 1439 (www.diariomunicipal.sc.gov.br)
ANEXO I

Todos os municípios catarinenses são possíveis municípios a integrarem o CIMCATARINA, conforme segue:

1	Abdon Batista	149	Leoberto Leal
2	Abelardo Luz	150	Lindóia do Sul
3	Agrolândia	151	Lontras
4	Agronômica	152	Luiz Alves
5	Água Doce	153	Luzerna
6	Águas de Chapecó	154	Macieira (Subscritor)
7	Águas Frias	155	Mafra
8	Águas Mornas	156	Major Gercino
9	Alfredo Wagner	157	Major Vieira
10	Alto Bela Vista	158	Maracajá
11	Anchieta	159	Maravilha
12	Angelina	160	Marema
13	Anita Garibaldi	161	Massaranduba
14	Anitópolis	162	Matos Costa (Subscritor)
15	Antônio Carlos	163	Meleiro
16	Apiúna	164	Mirim Doce
17	Arabutã	165	Modelo
18	Araquari	166	Mondaí
19	Araranguá	167	Monte Carlo
20	Armazém	168	Monte Castelo
21	Arroio Trinta (Subscritor)	169	Morro da Fumaça
22	Arvoredo	170	Morro Grande
23	Ascurra	171	Navegantes
24	Atalanta	172	Nova Erechim
25	Aurora	173	Nova Itaberaba
26	Balneário Arroio do Silva	174	Nova Trento
27	Balneário Barra do Sul	175	Nova Veneza
28	Balneário Camboriú	176	Novo Horizonte
29	Balneário Gaivota	177	Orleans
30	Balneário Piçarras	178	Otacílio Costa
31	Balneário Rincão	179	Ouro
32	Bandeirante	180	Ouro Verde
33	Barra Bonita	181	Paial
34	Barra Velha	182	Painel
35	Bela Vista do Toldo	183	Palhoça
36	Belmonte	184	Palma Sola
37	Benedito Novo	185	Palmeira
38	Biguaçu	186	Palmitos
39	Blumenau	187	Papanduva
40	Bocaina do Sul	188	Paraíso
41	Bom Jardim da Serra	189	Passo de Torres
42	Bom Jesus	190	Passos Maia
43	Bom Jesus do Oeste	191	Paulo Lopes

44	Bom Retiro	192	Pedras Grandes
45	Bombinhas	193	Penha
46	Botuverá	194	Peritiba
47	Braço do Norte	195	Pescaria Brava
48	Braço do Trombudo	196	Petrolândia
49	Brunópolis	197	Pinhalzinho
50	Brusque	198	Pinheiro Preto (Subscritor)
51	Caçador (Subscritor)	199	Piratuba
52	Caibi	200	Planalto Alegre
53	Calmon (Subscritor)	201	Pomerode
54	Camboriú	202	Ponte Alta
55	Campo Alegre	203	Ponte Alta do Norte (Subscritor)
56	Campo Belo do Sul	204	Ponte Serrada
57	Campo Erê	205	Porto Belo
58	Campos Novos	206	Porto União
59	Canelinha	207	Pouso Redondo
60	Canoinhas	208	Praia Grande
61	Capão Alto	209	Presidente Castello Branco
62	Capinzal	210	Presidente Getúlio
63	Capivari de Baixo	211	Presidente Nereu
64	Catanduvas	212	Princesa
65	Caxambu do Sul	213	Quilombo
66	Celso Ramos	214	Rancho Queimado
67	Cerro Negro	215	Rio das Antas (Subscritor)
68	Chapadão do Lageado	216	Rio do Campo
69	Chapecó	217	Rio do Oeste
70	Cocal do Sul	218	Rio do Sul
71	Concórdia	219	Rio dos Cedros
72	Cordilheira Alta	220	Rio Fortuna
73	Coronel Freitas	221	Rio Negrinho
74	Coronel Martins	222	Rio Rufino
75	Correia Pinto	223	Riqueza
76	Corupá	224	Rodeio
77	Criciúma	225	Romelândia
78	Cunha Porã	226	Salete
79	Cunhataí	227	Saltinho
80	Curitibanos (Subscritor)	228	Salto Veloso (Subscritor)
81	Descanso	229	Sangão
82	Dionísio Cerqueira	230	Santa Cecília (Subscritor)
83	Dona Emma	231	Santa Helena
84	Doutor Pedrinho	232	Santa Rosa de Lima
85	Entre Rios	233	Santa Rosa do Sul
86	Ermo	234	Santa Terezinha
87	Erval Velho	235	Santa Terezinha do Progresso
88	Faxinal dos Guedes	236	Santiago do Sul
89	Flor do Sertão	237	Santo Amaro da Imperatriz
90	Florianópolis	238	São Bento do Sul
91	Formosa do Sul	239	São Bernardino
92	Forquilha	240	São Bonifácio
93	Fraiburgo (Subscritor)	241	São Carlos

94	Frei Rogério (Subscritor)	242	São Cristovão do Sul (Subscritor)
95	Galvão	243	São Domingos
96	Garopaba	244	São Francisco do Sul
97	Garuva	245	São João Batista
98	Gaspar	246	São João do Itaperiú
99	Governador Celso Ramos	247	São João do Oeste
100	Grão Pará	248	São João do Sul
101	Gravatal	249	São Joaquim
102	Guabiruba	250	São José
103	Guaraciaba	251	São José do Cedro
104	Guaramirim	252	São José do Cerrito
105	Guarujá do Sul	253	São Lourenço do Oeste
106	Guatambú	254	São Ludgero
107	Herval d'Oeste	255	São Martinho
108	Ibiam (Subscritor)	256	São Miguel da Boa Vista
109	Ibicaré	257	São Miguel do Oeste
110	Ibirama	258	São Pedro de Alcântara
111	Içara	259	Saudades
112	Ilhota	260	Schroeder
113	Imaruí	261	Seara
114	Imbituba	262	Serra Alta
115	Imbuia	263	Siderópolis
116	Indaial	264	Sombrio
117	Iomerê (Subscritor)	265	Sul Brasil
118	Ipira	266	Taió
119	Iporã do Oeste	267	Tangará
120	Ipuaçu	268	Tigrinhos
121	Ipumirim	269	Tijucas
122	Iraceminha	270	Timbé do Sul
123	Irani	271	Timbó
124	Irati	272	Timbó Grande (Subscritor)
125	Irineópolis	273	Três Barras
126	Itá	274	Treviso
127	Itaiópolis	275	Treze de Maio
128	Itajaí	276	Treze Tilias
129	Itapema	277	Trombudo Central
130	Itapiranga	278	Tubarão
131	Itapoá	279	Tunápolis
132	Ituporanga	280	Turvo
133	Jaborá	281	União do Oeste
134	Jacinto Machado	282	Urubici
135	Jaguaruna	283	Urupema
136	Jaraguá do Sul	284	Urussanga
137	Jardinópolis	285	Vargeão
138	Joaçaba	286	Vargem
139	Joinville	287	Vargem Bonita
140	José Boiteux	288	Vidal Ramos
141	Jupiá	289	Videira (Subscritor)
142	Lacerdópolis	290	Vitor Meireles
143	Lages	291	Witmarsum

144	Laguna		292	Xanxerê
145	Lajeado Grande		293	Xavantina
146	Laurentino		294	Xaxim
147	Lauro Muller		295	Zortéa
148	Lebon Régis (Subscritor)			

Obs.: Ficam inclusos neste anexo todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios listados acima.

ANEXO II

AGENTES PÚBLICOS

Empregos Públicos	Número de Vagas	Carga Horária Semanal	Referência Salarial mensal	Provimento
Diretor Executivo	01	40	134	Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Administrativo	01	40	122	Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Financeiro	01	40	122	Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Jurídico	01	40	122	Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional	05	40	118	Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional	10	40	98	Emprego em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-I	20	40	40	Emprego Público (concurso público)
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-II	30	40	60	Emprego Público (concurso público)
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-III	20	40	75	Emprego Público (concurso público)
Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV	50	40	98	Emprego Público (concurso público)
Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional-I	10	40	20	Emprego Público (concurso público)
Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional-II	10	40	37	Emprego Público (concurso público)
Agente Operacional em Gestão de Desenvolvimento Regional	10	40	70	Emprego Público (concurso público)

ANEXO III

TABELA DE UNIDADES, ESTABELECIDAS EM REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Valor (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Referência	Valor (R\$)	Referência	Valor (R\$)
1	592,79	41	1.308,89	81	2.890,09	121	6.381,44
2	604,64	42	1.335,07	82	2.947,89	122	6.509,07
3	616,74	43	1.361,78	83	3.006,85	123	6.639,25
4	629,07	44	1.389,01	84	3.066,99	124	6.772,03
5	641,65	45	1.416,79	85	3.128,34	125	6.907,47
6	654,48	46	1.445,12	86	3.190,90	126	7.045,63
7	667,57	47	1.474,03	87	3.254,72	127	7.186,54
8	680,92	48	1.503,51	88	3.319,81	128	7.330,27
9	694,53	49	1.533,58	89	3.386,21	129	7.476,88
10	708,43	50	1.564,25	90	3.453,93	130	7.626,42
11	722,60	51	1.595,54	91	3.523,01	131	7.778,94
12	737,05	52	1.627,44	92	3.593,47	132	7.934,53
13	751,80	53	1.660,00	93	3.665,34	133	8.093,22
14	766,83	54	1.693,19	94	3.738,65	134	8.255,07
15	782,16	55	1.727,05	95	3.813,42	135	8.420,17
16	797,81	56	1.761,60	96	3.889,69	136	8.588,59
17	813,77	57	1.796,84	97	3.967,48	137	8.760,35
18	830,05	58	1.832,77	98	4.046,83	138	8.935,56
19	846,64	59	1.869,43	99	4.127,77	139	9.114,27
20	863,57	60	1.906,81	100	4.210,32	140	9.296,55

21	880,85	61	1.944,95	101	4.294,53	141	9.482,49
22	898,46	62	1.983,85	102	4.380,42	142	9.672,13
23	916,43	63	2.023,52	103	4.468,03	143	9.865,58
24	934,76	64	2.063,99	104	4.557,38	144	10.062,89
25	953,45	65	2.105,28	105	4.648,54	145	10.264,15
26	972,53	66	2.147,38	106	4.741,50	146	10.469,43
27	991,97	67	2.190,33	107	4.836,34	147	10.678,82
28	1.011,82	68	2.234,14	108	4.933,07	148	10.892,40
29	1.032,06	69	2.278,82	109	5.031,72	149	11.110,25
30	1.052,70	70	2.324,40	110	5.132,36	150	11.332,45
31	1.073,75	71	2.370,88	111	5.235,01	151	11.559,10
32	1.095,22	72	2.418,31	112	5.339,71	152	11.790,29
33	1.117,13	73	2.466,66	113	5.446,51	153	12.026,09
34	1.139,47	74	2.516,00	114	5.555,44	154	12.266,62
35	1.162,26	75	2.566,33	115	5.666,54	155	12.511,95
36	1.185,51	76	2.617,65	116	5.779,87	156	12.762,18
37	1.209,22	77	2.670,00	117	5.895,47	157	13.017,43
38	1.233,40	78	2.723,40	118	6.013,38	158	13.277,77
39	1.258,06	79	2.777,87	119	6.133,64	159	13.543,33
40	1.283,23	80	2.833,42	120	6.256,32	160	13.814,20

ANEXO IV

DESCRIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

I) Denominação do Emprego em Comissão: Diretor Executivo

Escolaridade: Nível Superior

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 134 (cento e trinta e quatro)

Descrição das Atribuições:

1 - realizar administração geral do consórcio;

2 - julgar recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;

3 - autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

4 - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

5 - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

6 - executar atividades delegadas:

a) ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

b) convocar as reuniões da Diretoria Executiva;

c) zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

d) solicitar, fundamentadamente, que sejam postos à disposição do consórcio os servidores dos municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública;

e) administrar o patrimônio do consórcio;

f) autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;

g) convocar a Assembléia Geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio;

h) prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

7 - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio.

II) Denominação do Emprego em Comissão: Diretor Administrativo

Escolaridade: Nível Superior

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 122 (cento e vinte e dois)

Descrição das Atribuições:

1 – administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

2 - realizar reuniões, orientações e auditorias;

3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;

4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;

5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;

6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;

- 7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
- 26 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
- 29 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

III) Denominação do Emprego em Comissão: Diretor Financeiro

Escolaridade: Nível Superior

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 122 (cento e vinte e dois)

Descrição das Atribuições:

- 1 – administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos financeiros e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- 2 - realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
- 26 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

29 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

IV) Denominação do Emprego em Comissão: Diretor Jurídico

Escolaridade: Nível Superior

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 122 (cento e vinte e dois)

Descrição das Atribuições:

- 1 – administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos jurídicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- 2 - realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
- 26 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
- 29 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

V) Denominação do Emprego em Comissão: Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional

Escolaridade: Nível Superior

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 118 (cento e dezoito)

Descrição das Atribuições:

- 1 – administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos administrativos, financeiros, técnicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Contrato de Programa do Consórcio;
- 2 - realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;

- 18 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
- 26 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
- 29 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

VI) Denominação do Emprego em Comissão: Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional

Escolaridade: Nível Superior

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior.

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 98 (noventa e oito)

Descrição das Atribuições:

- 1 - administrar, gerenciar, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência, promovendo todos os atos administrativos, financeiros, técnicos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- 2 - realizar reuniões, orientações e auditorias;
- 3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - elaborar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
- 26 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- 28 - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;
- 29 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

VII) Denominação do Emprego Público: Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-I

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente ao 1º Grau)

Habilitação Profissional: Conclusão do Ensino Fundamental

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 40 (quarenta)

Descrição das Atribuições:

- 1 - executar, sob supervisão, atividades auxiliares de apoio nas áreas de atuação do Consórcio;
- 2 - executar atividades e serviços auxiliares administrativos, logísticos e operacionais que lhes forem atribuídos, relacionados aos serviços administrativos do órgão;
- 3 - elaborar relatórios de apoio aos serviços administrativos do consórcio;

- 4 - executar trabalhos relativos à tramitação de papéis e processos;
- 5 - coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;
- 6 - executar serviços de cadastro em geral, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 7 - controlar atividades relacionadas com recursos humanos;
- 8 - prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos relativos a preenchimento e entrega de documentos;
- 9 - executar serviços de apoio à análise e encaminhamento de processos;
- 10 - executar serviços relativos à atualização de registros funcionais, digitação, cadastramento de dados, manutenção e organização de arquivos;
- 11 - expedir registros e documentos em geral, sob orientação superior;
- 12 - secretariar autoridades superiores, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;
- 13 - integrar-se em projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos, emprestando apoio administrativo necessário;
- 14 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

VIII) Denominação do Emprego Público: Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-II

Escolaridade: Ensino Médio (Equivalente ao 2º Grau)

Habilitação Profissional: Conclusão do Ensino Médio, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando houver.

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 60 (sessenta)

Descrição das Atribuições:

- 1 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;
- 2 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do Consórcio;
- 3 - receber e montar os processos administrativos;
- 4 - coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;
- 5 - redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;
- 6 - auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- 7 - controlar e executar o cadastramento de bens móveis e imóveis;
- 8 - auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;
- 9 - auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- 10 - conduzir veículos, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria, observada a legislação de trânsito vigente, elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 11 - executar trabalhos referentes à análise e controle de serviços contábeis, em consonância com sua habilitação;
- 12 - executar trabalhos relativos a balancetes, análise e controle estatístico;
- 13 - executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 14 - executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisas legislativas e jurisprudências;
- 15 - executar atividades afetas à administração de recursos humanos;
- 16 - expedir registros e documentos em geral;
- 17 - secretariar autoridades;
- 18 - redigir expedientes relacionados as suas atribuições;
- 19 - participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;
- 20 - fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;
- 21 - prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 22 - prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;
- 23 - realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;
- 24 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

IX) Denominação do Emprego Público: Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-III

Escolaridade: Nível Superior

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior, relacionado às atividades do Consórcio, reconhecido pelo Ministério da Educação, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso.

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 75 (setenta e cinco)

Descrição das Atribuições:

- 1 - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
- 2 - realizar orientações e auditorias;
- 3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;

- 15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
- 26 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

X) Denominação do Emprego Público: Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV

Escolaridade: Nível Superior

Habilitação Profissional: Conclusão de Curso de Nível Superior, relacionado às atividades do Consórcio, reconhecido pelo Ministério da Educação, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando houver.

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 98 (noventa e oito)

Descrição das Atribuições:

- 1 - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
- 2 - realizar orientações e auditorias;
- 3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- 5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados a sua área de atuação;
- 8 - propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 17 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 18 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 19 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 20 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 21 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 22 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 23 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 24 - elaborar registros de operações contábeis;
- 25 - fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
- 26 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 27 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

XI) Denominação do Emprego Público: Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional-I

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau)

Habilitação Profissional: Curso de Ensino Fundamental - Séries Iniciais

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 20 (vinte)

Descrição das Atribuições:

- 1 - executar, sob supervisão, atividades operacionais relacionadas ao órgão;
- 2 - realizar trabalhos de manutenção, limpeza e conservação de ambientes externos, máquinas, veículos e equipamentos, contribuindo com a realização das tarefas de outros profissionais.
- 3 - auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.
- 4 - auxiliar na execução de obras, preparando canteiros de obras, limpando a área e compactando solos, a fim de possibilitar o início dos

trabalhos, determinando o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material, preparando o solo, recobrando-o com areia ou terra, para nivelá-lo para permitir o assentamento das peças.

5 - promover a execução, manutenção, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água, vasos sanitários, pias, vestiários, alambrados, entre outros.

6 - manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do Consórcio, visando o bem-estar e saúde das pessoas.

7 - manter todo o processo de higienização do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo e limpeza

8 - coletar resíduos, selecionando os materiais e dejetos coletados.

9 - Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.

10 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

XII) Denominação do Emprego Público: Agente de Serviços em Gestão de Desenvolvimento Regional-II

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente ao 1º Grau)

Habilitação Profissional: Conclusão do Ensino Fundamental

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 37 (trinta e sete)

Descrição das Atribuições:

1 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação;

2 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do Consórcio;

3 - receber e montar os processos administrativos;

4 - coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;

5 - redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;

6 - auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;

7 - auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;

8 - auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;

9 - conduzir veículos para transporte de passageiros e/ou cargas, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D", observada a legislação de trânsito vigente, efetuando pequenos reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;

10 - executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;

11 - expedir registros e documentos em geral;

12 - secretariar autoridades;

13 - redigir expedientes relacionados as suas atribuições;

14 - participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;

15 - fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;

16 - prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

17 - prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;

18 - realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;

19 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

XIII) Denominação do Emprego Público: Agente Operacional em Gestão de Desenvolvimento Regional

Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau)

Habilitação Profissional: Curso de Ensino Fundamental - Séries Iniciais

Jornada De Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Referência Salarial Mensal: 70 (setenta)

Descrição das Atribuições:

1 - operar máquinas como motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, tratores, retroescavadeiras, vibrocabadora, fresadora entre e outras, para execução de serviços de escavação, terraplenagem, desmatamento, barragem, nivelamento de solo, pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas e estradas vicinais, curva de nível e bueiros, carregamento e descarregamento de material, entre outros, para realização da obra, de acordo com o especificado;

2 - conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;

3 - operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;

4 - zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

5 - efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas sob sua responsabilidade;

6 - por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;

7 - acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;

8 - anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;

9 - conduzir as máquinas e os tratores sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;

10 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

PORTARIA Nº 1118/2017

PORTARIA Nº 1118/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor DENIS HENRIQUE BARROS DOS SANTOS (Matr. 4675), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Serviços Ambulatoriais, Nível – DAS-2, Anexo VI da LC Nº 335/2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 10 de agosto de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela Lei Complementar Nº 335/2016. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1119/2017

PORTARIA Nº 1119/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora MILENE KRANZ MOREIRA (Matr. 4676), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Nível – DAS-4, Anexo VI da LC Nº 335/2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 10 de agosto de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela Lei Complementar Nº 335/2016. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1120/2017

PORTARIA Nº 1120/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A REDAÇÃO da Portaria Nº 486/2017, da Servidora EDNA SCALABRIN MARTINI (Matr. 2952), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/A, Anexo XI da LC

Nº 316/2013, 40 horas semanais; no que tange ao local em que a Servidora deverá realizar suas atividades laborais como Reforço Escolar, sendo somente junto ao CME Pequeno Príncipe, conforme CI nº 079/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1121/2017

PORTARIA Nº 1121/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Servidor EDUARDO RAMELLA (Matr. 4663), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Programas Educacionais, Nível – DAS-2, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 10 de agosto de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – EXCLUSIVAMENTE ME E EPP

OBJETO

Registro de preços para eventual aquisição de frutas, verduras e legumes para as secretarias municipais de Assistência Social, Educação e Saúde pelo período de 06 meses, conforme tabela constante do Anexo I deste edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 23/08/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 11 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Assistência Social

TIPO: Menor Preço por item – EXCLUSIVAMENTE ME E EPP

OBJETO

Registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios (cesta básica) a serem ofertados como benefício eventual às famílias em situação de vulnerabilidade social, atendidas pela Secretaria de Assistência Social (CRAS E CREAS) do município de Herval d' Oeste pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09:00 horas do dia 22/08/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922

Herval d'Oeste, 10 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO MUNICIPAL

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 255/2017

PORTARIA Nº 255, DE 19 DE JULHO DE 2017

“NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 003/2017”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999 e a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999; considerando o Edital nº 003, de 25 de julho de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, Edital nº 003, de 25 de julho de 2017, a qual será composta pelas seguintes pessoas:

I – Luis Fernando Tragancin Rinaldi, Farmacêutico – Presidente;

II — Célia Aparecida da Silva Ramos, Auxiliar de Enfermagem - Secretária;

III – Leila Aparecida Ramos Araldi, Pedagoga – Membro.

Art. 2º. A Comissão supervisionará todo o Processo Seletivo que será executado pela AMAC Concursos Públicos Ltda – ME.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE JULHO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 267/2017

PORTARIA Nº 267, DE 04 DE AGOSTO DE 2017

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 001, de 24 de julho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 04.08.2017, o Contrato de Trabalho nº 001/2017, celebrado com FRANCINE PASQUAL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

RESOLUÇÃO Nº 06/2017 - CMS

RESOLUÇÃO N. 06/2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 063, de 10 de Novembro de 1997.

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Ordinária do dia 02 de Agosto de 2017 e Ata n. 162

RESOLVE:

Art. 1 – Art 1 Aprovar ajuda para exame de Ressonância Magnética de Crânio com anestesia e consulta com médico Geneticista para o seguinte paciente:

-Pedro Evaristo Varela Tomas, ajuda de custo no valor de R\$ 1.038,00 reais para exame de Ressonância Magnética de Crânio com anestesia.

-Pedro Evaristo Varela Tomas, ajuda de custo no valor de R\$350,00 reais para consulta com médico Geneticista.

Art 2 – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3- Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 09 DE AGOSTO DE 2017
Selmir Paulo Bodanese
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ibiam

Homologada em: 10/08/2017
Ivanir Zanin
Prefeito Municipal de Ibiam
Publicação e Registro

Ilhota

PREFEITURA

6. EXTRATO DE DISPENSA - DJ 292 2017 - CONCERTO DE CAMINHÃO PIPA

DISPENSA LICITATÓRIA - Nº 292/2017 - PROCESSO 353/2017

Amparo legal: art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: REFERENTE À CONCERTO DE CAMINHÃO PIPA PLACAS
MBJ 5706, CONFORME DECRETO 072/2017
CONTRATADA: – AUTO MECÂNICA RH LTDA - ME

Ilhota, 07 de Agosto de 2017.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Valor Total: R\$ 14.900,00 (Quatorze mil e novecentos reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 076 PRG 040- 2017 PMI - SRP-LÂMINAS - JÚLIO SILVESTRI FILHO-ME

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 076/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 325/2017

Pregão Presencial: 040/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIL DE DESGASTE (LÂMINAS E JOGO DE PARAFUSOS).

Fornecedor: JÚLIO SILVESTRI FILHO ME

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	1	1	LÂMINA MOT CURVA 3/4 13 FUROS (5X8) 280 A 320 HB	339,00	100,00	JULIO SILVESTRI FILHO	METISA
1	3	1	JOGO DE PARAFUSOS COM PORCAS PARA LÂMINA 13 FUROS CURVA, ESPESSURA 3/4, FURO 5/8. 280 A 320 HB	37,90	100,00	JULIO SILVESTRI FILHO	FEY

Valor: R\$ 37.690,00 (trinta e sete mil seiscentos e noventa reais)

Assinatura: 09/08/2017

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 077 PRG 040- 2017 PMI - SRP- LÂMINAS - TRATOR PEÇAS COMÉCIO

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 077/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 325/2017

Pregão Presencial: 040/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIL DE DESGASTE (LÂMINAS E JOGO DE PARAFUSOS),

Fornecedor: TRATOR PEÇAS COMÉCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	2	1	LÂMINA MOT CURVA 3/4 13 FUROS (3X4) 280 A 320	337,90	100,00	TRATOR PEÇAS-COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	ECOPLAN

1	4	1	JOGO DE PARAFUSOS COM PORCAS PARA LÂMINA 13 FUROS CURVA, ESPESSURA 3/4, FURO 3/4. 280 A 320 HB	37,95	100,00	TRATOR PEÇAS-COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	REX
---	---	---	--	-------	--------	---	-----

Valor: R\$ 37.585,00 (trinta e sete mil quinhentos e oitenta e cinco reais)

Assinatura: 09/08/2017

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017 –PMI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO, JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE.

Ata nº 077/2017 – PMI

Aos (nove) dias do mês de Agosto de 2017, o Município de Ilhota, com sede à Rua Dr. Leoberto Leal, nº 160 – Centro – Ilhota/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob o nº 83.102.301/0001-53, doravante denominado "MUNICÍPIO", neste ato representado pelo (a) Prefeito Municipal, o(a) Senhor(a) Erico de Oliveira, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº 338420 e inscrito no CPF sob o nº 291.364.239-04, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Firma TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA, estabelecida na Rua Nossa Senhora do Guadalupe, nº 122, BR 101- KM 201, Bairro Barreiros, na cidade de São José, Estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.905.071/0001-93, telefone: 48- 3258-2024 e email: tratorcomercial@gmail.com doravante, denominada "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no processo, referente ao Processo de licitação nº 325/2017 - PMI para Registro de Preços do tipo MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 8666/93 e demais normas correlatas, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO E LOCAL DE FORNECIMENTO

1.1 - Constitui objeto da presente ata, Contratação de empresa(s) pelo sistema de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DESGASTE (LÂMINAS E JOGO DE PARAFUSOS), conforme Anexo I do Edital, deste Município pelo período de 12 meses.

1.1.1 - A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições, de acordo com o a lei.

1.2 – Os materiais/serviços deverão ser fornecidos nas Secretarias solicitantes de acordo com os locais do Anexo XI do edital, no horário das 08:00 às 12:00 e 13:00 à 17:00 hs, em até 5 (cinco) dias úteis, após solicitação da Secretaria requisitante mediante Autorização de Compras (AC) ou Ordem de Serviço(OS).

1.3 – Os produtos/serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos, com as garantias previstas no edital, bem assim, estar em conformidade com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os itens considerados inadequados ou não atenderem às exigibilidades, deverão ser recompostos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Órgão da Administração contratante, poderá ser renovado, no prazo previsto no subitem 4.2 da ata, sem prejuízo nas penalidades previstas, pelo atraso inicial.

1.3.1 - Entende-se por produto/serviço inadequado, aquele que apresentar: inferior qualidade, fora das especificações acima exigidas, contendo defeitos.

2 - DO PREÇO

2.1 - As descrições dos materiais, marcas e preços unitários, ficarão assim firmados:

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	2	1	LÂMINA MOT CURVA 3/4 13 FUROS (3X4) 280 A 320	337,90	100,00	TRATOR PEÇAS-COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	ECOPLAN
1	4	1	JOGO DE PARAFUSOS COM PORCAS PARA LÂMINA 13 FUROS CURVA, ESPESSURA 3/4, FURO 3/4. 280 A 320 HB	37,95	100,00	TRATOR PEÇAS-COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	REX

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
TRATOR PEÇAS-COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	37.585,00	trinta e sete mil quinhentos e oitenta e cinco reais

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

2.1.1 – O valor Global desta Ata de Registro de Preços importa em R\$ 37.585,00 (trinta e sete mil quinhentos e oitenta e cinco reais) que

serão pagos parceladamente em até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega de cada parcela.

2.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), leis sociais, administração, lucros, veículo, equipamentos e ferramental, e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital e nesta Ata.

3 - DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

3.1 - Os preços constantes do registro de preços serão reajustados pelo IGP - DI, publicado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que o vier a substituir legalmente, sendo que em quaisquer casos, na aplicação do reajuste previsto, o preço não poderá ser ultrapassado ao praticado no mercado, nem mesmo ir de encontro as determinações insertas nas leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município, à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da Ata. Por conseguinte, independentemente de provocação do Órgão Gerenciado do SIREP, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a beneficiária do Registro de Preço, obriga-se, voluntariamente, a comunicar ao Órgão Gerenciado do SIREP, o novo preço que substituirá o então registrado.

3.2 - Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão gerenciador.

3.3 - O disposto no item anterior aplica-se igualmente, no caso de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas já existentes e/ou nas demais situações, com respaldo no art. 65, inc. II, alínea d, da lei 8666/93, em que a revisão contratual pode ser intentada a qualquer tempo, independentemente de previsão expressamente pactuada, visto que são situações inusitadas que, dada a sua imprevisibilidade, não foram cogitadas pelas partes, isto baseado no "Fato do Príncipe" e na teoria da imprevisão ou se previsto, porém, de consequências incalculáveis, que implicou no desequilíbrio econômico do contrato, quebrando a primitiva equação econômico-financeira, reduzindo os preços de mercado, devidamente comprovados.

3.4 – A Contratada, em função da dinâmica do mercado, poderá, com base no art. 65, inc. II, alínea "d" da lei 8666/93, solicitar a atualização (revisão) dos preços vigentes através de solicitação formal a Administração Municipal, por meio de planilha de composição de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição (por ocasião da proposta inicial, anterior e após o aumento) de matérias-primas, taxas e afins, introdução de taxas e impostos, componentes e/ou de outros documentos, que comprovem o real desequilíbrio financeiro, sendo que:

a) A atualização de preços deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço da proposta e o de mercado vigente à época do fato superveniente, na busca ideal para melhor manutenção do lucro da beneficiária, podendo, quando não for possível se obter, tecnicamente, amostragens técnicas aplanilhadas, ser utilizado como parâmetros ponderados, pesquisas divulgadas por órgãos oficiais, como: DIEESE, FGV, IBGE, e demais afins.

b) Independentemente da solicitação de que trata o item 3.4, o Município poderá, a qualquer momento, reduzir os preços registrados, em conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado regional, nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios, com efeitos financeiros a partir da ocorrência real do fato.

c) Caso a Contratada venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente, sob as penalidades previstas no edital.

4 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DA ATA

4.1 – A Detentora da Ata de Registro de Preço, ao longo da validade do registro, será convocada a retirar o pedido ou a firmar as contratações decorrentes da Ata, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da convocação expedida pelo Município ou da data da publicação no diário oficial do Município, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei federal nº 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital e nesta ata.

4.1.1 - No ato da contratação, o representante da adjudicada deverá, caso exigido, apresentar contrato social ou instrumento equivalente que comprove sua titularidade, ou contrato social com documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório competente, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

4.1.2 - Quando do contrato e/ou da retirada do Pedido, caso solicitado, a fornecedora deverá apresentar novas provas de regularidade fiscal, regularidade com o INSS e FGTS e demais exigidas na fase licitatória, sob pena de rescisão.

4.2 - A CONTRATADA terá um prazo conforme item 1.2 desta ata, contados da data de recebimento da Autorização de Compras, para estruturar-se e fornecer o objeto licitado.

4.3 – Quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2, poderão ser prorrogados, quando solicitado pela detentora da ata, e desde que ocorra algum motivo fortuito ou força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração.

4.4 - O prazo de validade deste registro de preço será de 12 meses, contado da assinatura da ata de registro.

5. DOS PAGAMENTOS

5.1 – O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 30 dias após emissão da Nota Fiscal e entrega dos produtos ou fornecimento dos serviços mediante a apresentação da Autorização de Compras/Ordem de Serviço, acompanhada da Respectiva Nota Fiscal com o devido aceite. Não será aceito boleto bancário para pagamento.

5.2 - Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.

5.3 - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações.

5.4 - A Prefeitura Municipal de Ilhota reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste Edital.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento dos itens, constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO e a

DETENTORA DA ATA, serão formalizadas através de Pedido, contrato ou outro termo equivalente, observando-se as condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro e demais anexos integrantes.

6.2 - Na hipótese do primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato e/ou pedido, no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, exceto o preço que será o de seu último lance ofertado, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

6.3 - Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um detentor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4 - Os pedidos de fornecimento/prestação deverão ser formalizados diretamente, segundo as conveniências da administração direta, autarquias, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, sob o controle do Órgão Gerenciador do Sistema do SIREP (Departamento de Compras).

6.5 - Os pedidos deverão ser efetuados através de emissão de Ordens de Fornecimento, devidamente enumeradas e nominais à Detentora da Ata ou Contratada, deles constando: data, valor unitário, quantidade, carimbo e assinatura do responsável da unidade do órgão requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia dos mesmos aos processos de requisição e de liquidação, segundo as conveniências da administração direta, autarquias, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, sob o controle do Departamento de Compras.

7 – DO RECEBIMENTO/OBRIGAÇÕES/PENALIDADES/RESCISÃO

7.1 – O recebimento e aceitação dos produtos se farão das formas seguintes:

7.1.1 - O material será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73 inciso II da Lei federal nº 8666/93, sendo que a aferição, recebimento e fiscalização serão exercidos por servidor designado, conforme art. 67 da mesma lei, e será o(a) servidor(a) responsável da secretária.

7.1.2 - O Contratante inspecionará e verificará o cumprimento das especificações legais, sendo que caso estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado, os rejeitará ou devolverá.

7.1.2.1 – Quando da não aceitação ou devolução do produto, objeto do edital, a critério do Contratante, na forma do sub-item 4.2, da ata, poderá ser concedido novo prazo para o cumprimento pendente, sem prejuízo nas penas contratuais ou rescisórias.

7.1.3 - Correrão por conta da fornecedora, as despesas e custos decorrentes da não aceitação ou devolução do objeto do contrato.

7.1.4 - A fornecedora deverá fornecer os itens, constantes do objeto desta ata, conforme os pedidos feitos pelos órgãos relacionados no item 1.2 da ata de registro.

7.1.5 - O fornecedor deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro, ainda que a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.

7.2 - Constituem obrigações da detentora da ata, dentre outras inerentes ou decorrentes do edital, desta ata e do futuro pedido:

7.2.1.1 - Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o "Pedido", o mesmo deverá ser enviado pelo Correio, devidamente registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

7.2.2 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das especificações exigidas no anexo I do edital de licitação origem.

7.2.3 – Responsabilizar-se pelos recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, que incidam ou venham a incidir sobre os materiais, objeto contratual.

7.2.4 - Arcar com todos os impostos, taxas, encargos, ônus e despesas relativas ao cumprimento do Contrato.

7.2.5 – Acatar, à medida da necessidade do Contratante, com as eventuais alterações contratuais, nos limites da lei.

7.2.6 – Cumprir os prazos das obrigações propostas, bem como no que se refere às garantias de reposição, no caso de entrega de material inadequado, previsto no subitem 1.3 da ata de registro.

7.2.7 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do faturamento, que impliquem em aumento de despesas ou perdas.

7.2.8 – Fornecer, caso solicitado pelo Município ou Órgão CONTRATANTE, Certidão Negativa de Débito - CND, emitida pelo INSS, o Certificado Regularização de Situação - CRF, junto ao FGTS e provas de quitação com as Fazendas Públicas, Federal ou Municipal, sob a pena de sustação de quaisquer créditos, até a efetiva comprovação da inexistência dos referidos débitos.

7.2.9 - Cumprir, durante a execução do Contrato, todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes, a que houver dado causa.

7.2.11 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

7.2.13 - Observar, no decorrer das contratações, decorrentes do Registro de Preços, os termos da Lei e regulamento pertinentes, previstos nesta ata e no edital de Pregão origem.

7.2.14 – Manter efetivo controle sobre o saldo do objeto do edital a fornecer por conta do registro de preço, visando dar garantias ao seu direito de paralisação do fornecimento, quando do seu esgotamento.

7.2.15 - Comunicar por escrito ao CONTRATANTE, toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução do Contrato.

7.2.16 - Emitir as notas fiscais no ato do abastecimento e entregá-las imediatamente ao CONTRATANTE.

7.3 - Constituem obrigações do Município ou órgão Contratante, dentre outras inerentes ou decorrentes da Contratação:

7.3.1 - liquidar os documentos de cobrança, conforme o prazo previsto no edital;

7.3.2 - publicar extrato do Contrato, na forma da Lei;

7.3.3 - dar o devido recebimento do objeto do contrato, através da unidade requisitante, após a devida análise e aprovação prévia;

7.3.4 – Através de quaisquer dos órgãos requisitantes, administração direta, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, emitir os Pedidos ou contratos, a seu critério, segundo as conveniências de momento, ao longo da validade do registro.

7.3.5 - Emitir as Ordens de Fornecimento devidamente enumeradas e nominais à Contratada, medida da necessidade dos itens.

7.4 – Pelos motivos e condições, previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações

assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a Detentora da Ata ou contratada estará sujeita, são as seguintes:

7.4.1 - Advertência, para descumprimentos contratuais previstos no edital, nesta Ata e legais, todos de natureza leve e não reincidentes, à juízo do Município ou Contratante.

7.4.3 - Multa correspondente a 2% (dois cento) do valor total da Ata de Registro de Preço, na ocorrência de atraso no início para estruturação ou na solução de eventuais problemas no fornecimento ou na qualidade dos produtos, bem como na ocasional falta destes, conforme prevê os subitens 1.3,1.3.1 e 4.2, desta ata.

7.4.4 - Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos produtos contemplados à Detentora da Ata, constantes da Ata de Registro, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993;

7.4.5 - Multas variáveis entre 0,01 % (um centésimo por cento) a 0,08% (oito centésimos por cento) do valor contemplado à Detentora da Ata, constantes da Ata de Registro, caso a CONTRATADA:

a) fornecer produto fora das especificações legais e exigidas nesta ata;

b) desrespeitar quaisquer das obrigações e demais cláusulas desta ata e do edital origem.

7.4.6 - Multa de 20,0% (vinte por cento) sobre o valor da contratação correspondente, pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando solicitado por qualquer órgão da administração, dentro do prazo estabelecido;

7.4.7 - Multa de 20,0% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando cabível ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido;

7.4.7.1 - Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a detentora que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, mencionados nos itens 4.1.1 e 4.1.2, desta Ata.

7.4.8 - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do material a ser fornecido pela detentora da ata, pela entrega em desconformidade com as condições desta Ata, independentemente da obrigação de trocá-lo dentro do prazo previsto.

7.5 - A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da(s) fatura(s), se for (em) apresentada(s) após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da Detentora da Ata ou Contratada, se a fatura for insuficiente;

7.5.1 - No caso de cobrança de multa diretamente da Contratada, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida prévia defesa.

7.6 - A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que o Município de Ilhota adote as medidas judiciais cabíveis.

7.7 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com Município de Ilhota/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e indireta, poderão ser aplicadas à licitante ou contratada, juntamente com as de multa prevista no contrato, conforme dispõe o subitem 12.1, do Edital de Pregão Origem.

7.7.1 - A aplicação de quaisquer destas sanções, será publicada no Diário oficial do Município.

7.8 - A Contratada poderá, ainda, sujeitar-se às sanções previstas desta ata, caso:

7.9.1 - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos.

7.9.2 - Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

7.9.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Município de Ilhota, em virtude de atos ilícitos praticados.

7.10 - Poderá, ainda, a FORNECEDORA, a juízo do CONTRATANTE, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente documento.

7.11 - No caso de rescisão contratual, cessará automaticamente todas as atividades relativas ao fornecimento, objeto desta ata.

7.12 - Caso o MUNICÍPIO não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

7.13 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

7.18 - A rescisão da Ata de Registro, da Autorização de Compra ou do contrato, será aplicada, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso de interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de qualquer inadimplemento contratual previsto nesta ata ou no edital origem, pelos motivos elencados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, em especial, se a detentora da ata ou futura Contratada:

7.18.2 - Incorrer em atraso no início para estruturação ou na solução de eventuais problemas no fornecimento ou na qualidade dos produtos, bem como na ocasional falta destes, conforme prevê os subitens 1.3,1.3.1 e 4.2, desta ata;

7.18.3 - desrespeitar os dispositivos legais ou pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando solicitado por qualquer órgão da administração, dentro do prazo estabelecido;

7.18.4 - Promover alteração social ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo do contratante, prejudique a execução do Contrato.

7.18.5 - Transferir o contrato a terceiros ou acobertar o fornecimento do objeto contratual, com razão social diferente.

7.18.6 - Contrair falência;

7.19 - Rescindido o Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em acerto de contas, as despesas aprovadas e efetivamente realizadas.

7.20 - Com base no artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do Município contratante, que a exemplo da rescisão administrativa, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

7.21 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1- O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a previa defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pela Administração, quando:

- a) a Fornecedora não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços, notadamente nas hipóteses de inexecução total ou parcial ou rescisão dos ajustes dela decorrentes;
- b) a adjudicatária, injustificadamente, deixar de assinar a Ata de Registro de Preço ou de firmar o contrato ou de retirar o Pedido decorrente do registro de preços;
- c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa ou contratual, pelos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar reduzir o(s) seus(s) preço(s) registrado(s);
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

II - pelo Detentor da ata, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, devidamente justificado e aceito pelo Município.

8.2 - O cancelamento da ata de registro de preço e demais sanções administrativas serão precedidos de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador do sistema (Departamento de Compras do Município Contratante), sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.3 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 8.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.4 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do quinto dia útil, contado da publicação, pelo decurso de prazo.

8.5 - A solicitação da fornecedora ou prestadora de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de materiais, constantes do registro de preços.

9 – DA DISCRICIONALIDADE DA CONTRATAÇÃO

9.1 – A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações decorrentes deste registro, que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada à Administração, a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços.

10 - DA AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 - Poderão fazer uso desta Ata todos os órgãos dos Poderes Executivo do Município de Ilhota – SC, inclusive, os fundos, fundações públicas, do Município, ainda que dela não participantes, mediante consulta prévia e autorização expressa da Secretaria da Administração do Município de Ilhota – SC.

10.1.1 – A utilização da Ata por órgãos dela não participantes, nos termos do item 10.1, que dependerá da anuência da detentora, não poderá acarretar prejuízo do atendimento dos quantitativos inicialmente estimados.

10.2 - A contratação e a emissão de nota de empenho serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Pasta à qual pertencer o órgão participante, ou pela autoridade por ele delegada, ficando a Unidade responsável pelo cumprimento das disposições da presente Ata, bem assim da estrita observância das normas aplicáveis à matéria.

10.3 - A retificação do empenho ou seu cancelamento total ou parcial obedecerão à mesma regra.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores em vigor.

11.2 - Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços, ou do futuro contrato ou Pedido.

12 - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da cidade de Gaspar/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata de Registro de Preço, pelo futuro contrato ou Pedido, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Ilhota/SC, 09 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA
CNPJ: 79.905.071/0001-93

EXTRATO DE CONTRATO 022 - CARONA 2017 PMI - KCR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Extrato de Contrato nº 022/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: nº 288/2017

Inexibilidade: nº 06/2017

Objeto: Balança plataforma 150 kg

Contratada: KCR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI-EPP

Valor Total: R\$ 1.190,00 (Hum mil cento e noventa reais)

Assinatura: 07/07/2017

Vigência: 6 (seis) meses

ERICO DE OLIVEIRA

PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO 023 - CARONA 2017 PMI - CASA E BAR NORDESTE COMÉRCIO DE UTILIDADES DO LAR LTDA

Extrato de Contrato nº 023/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: nº 288/2017

Inexibilidade: nº 06/2017

Objeto: Espremedor Comercial de Frutas Cítricas

Contratada: CASA E BAR NORDESTE COMÉRCIO DE UTILIDADES DO LAR LTDA-ME

Valor Total: R\$ 240,32 (Duzentos e quarenta e trinta e dois centavos)

Assinatura: 07/07/2017

Vigência: 6 (seis) meses

ERICO DE OLIVEIRA

PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO 024 - CARONA 2017 PMI - MAQMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

Extrato de Contrato nº 024/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: nº 291/2017

Inexibilidade: nº 07/2017

Objeto:

12 unidades Conjunto para aluno tamanho 1 valor de R\$ 199,50

12 unidades Conjunto para aluno tamanho 2 valor de R\$ 184,00

10 unidades Conjunto coletivo tamanho 1 valor de R\$ 550,00

Contratada: MAQMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS - LTDA

Valor Total: R\$ 10.102,00 (Dez mil e cento e dois reais)

Assinatura: 07/07/2017

Vigência: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO 026 DL 245 - 2017 CUL - LOCAÇÃO BANHEIROS QUÍMICOS - MULTIBAN, CÓPIA DO CONTRATO

Extrato de Contrato nº 026/2017
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo de Dispensa por Limite: nº 245/2017

Objeto: Locação de 4 unidades de Banheiros Químicos valor de R\$ 150,00

Contratada: MULTIBAN-LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA

Valor Total: R\$ 600,00 (Seiscentos reais)

Assinatura: 24/07/2017

Vigência: 30 (trinta) dias

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO 027 CARONA - BRINK MÓBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA

Extrato de Contrato nº 027/2017
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo de Licitação: nº 301/2017
Inexibibilidade nº 08/2017

Objeto:

1 unidade Túnel Lúdico valor de R\$ 1200,00
1 unidade Casinha de Boneca valor de R\$ 1800,00
1 unidade Gangorra 2 lugares valor de R\$ 200,00
1 unidade Gira-Gira (carrossel) 3 lugares valor de R\$ 749,80

Contratada: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA

Valor Total: R\$ 3.949,80 (Três mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos)

Assinatura: 13/07/2017

Vigência: 12 (doze) meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO

EXTRATO DE DISPENSA - DJ 300 2017 - SUPRI E CIA

DISPENSA LICITATÓRIA - Nº 300/2017 - PROCESSO 363/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE 02 IMPRESORAS PARA O PERÍODO MÁXIMO DE 2 MESES ATÉ A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO INERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017.

CONTRATADA: – SUPRI & CIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÃO LTDA

Valor Total: R\$ 1.580,00 (um mil, quinhentos e oitenta reais).

Amparo legal: art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93.

Ilhota, 09 de agosto de 2017.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 16/2017**

	Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41 Fone / Fax: (047) 3343-1182 Email: camara@ilhota.sc.gov.br	
--	--	--

PORTARIA Nº 16/2017

“CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

FRANCISCO DOMINGOS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 2% a título de progressão funcional horizontal por cursos de aperfeiçoamento nos moldes do art. 5º, II e art. 7º da Lei 1785/2014 à servidora Wanessa Schutz, lotada nesta casa de Leis no cargo de Técnico Administrativo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se
Publica-se
Cumpra-se

Ilhota, 09 de agosto de 2017.
Francisco Domingos
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

PORTARIA 17/2017

	Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41 Fone / Fax: (047) 3343-1182 Email: camara@ilhota.sc.gov.br	
--	--	--

PORTARIA Nº 17/2017

“CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

FRANCISCO DOMINGOS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 2% a título de progressão funcional horizontal por cursos de aperfeiçoamento nos moldes do art. 5º, II e art. 7º da Lei 1785/2014 à servidora Maristela Castellain, lotada nesta casa de Leis no cargo de Auxiliar Técnico Administrativo Financeiro.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se
Publica-se
Cumpra-se

Ilhota, 09 de agosto de 2017.
Francisco Domingos
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE ERRATA PROCESSO 14/2017 PREGÃO 10/2017 SEMUSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê "Licitação regida pelo tipo de: MENOR PREÇO GLOBAL", referente ao Edital do Pregão nº 10/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 04 de Agosto de 2017, ler-se-á "Licitação regida pelo tipo de: MENOR PREÇO POR ITEM" respectivamente.

Imbituba, 11 de Agosto de 2017.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 59.2017 PREGÃO 35.2017

PREFEITURA DE IMBITUBA

MULTIENTIDADES

PROCESSO Nº 59/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria de Infra-estrutura, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 24 de agosto de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, TROCA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA PARA REPOSIÇÃO DOS PNEUMÁTICOS DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA/SC, INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de agosto de 2017.

Alex Sandro Carpes

Secretária Municipal de Infra estrutura - SEINFRA

PORTARIA PMI/SEAD Nº 601/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 601, de 10 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeiro, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Leandro Mortola de Lima	Servente Merendeiro	903.773.700-53	10/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 602/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 602, de 11 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Síntia de Farias	Agente Comunitário de Saúde – Área 08	038.768.759-94	11/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 603/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 603, de 11 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeiro, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Deyvid Max May	Servente Merendeiro	024.543.259-00	14/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 604/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 604, de 11 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Leamar do Nascimento	Servente Merendeira	952.322.149-34	14/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 605/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 605, de 11 de agosto de 2017.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. LUIZ ANTÔNIO DAVID, Odontólogo, inscrito no CPF sob o n.º 621.234.839-15, admitido em 01 de agosto de 1992, contrato nº 285, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	01.09.2017 a 30.09.2017 01.11.2017 a 30.11.2017 02.01.2018 a 31.01.2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de agosto de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEINFRA Nº 001, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA PMI/SEINFRA Nº 001, de 10 de agosto de 2017.

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à reforma da cobertura, alambrado e piso do ginásio de Nova Brasília e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA e saneamento, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato nº 16/2017, para execução de obra de reforma do Ginásio de Esportes, localizado no bairro de Nova Brasília, por meio do processo Licitatório nº 35/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Eng. Civil Jarlex Teixeira - CREA/SC 126752-5, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela empresa contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba-SC, 10 de agosto de 2017.

ALEX SANDRO CARPES
Secretário da SEINFRA

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 010/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

RESOLUÇÃO Nº 010

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 01 de agosto de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.724, de 13 de maio de 2016, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba – CMAS.

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$ 24.324,32 e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor total de R\$ 78.695,65 a serem transferido para o FMAS referente ao ano de 2017 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de agosto de 2017.

João Batista Laurindo

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 033/2017**

Ato da Presidência nº 033/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 25ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 14 de agosto de 2017 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
047	PL 4.933/2017	14/07/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Cria o Museu Histórico de Imbituba	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 10 de agosto de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Gilberto Pereira	Humberto Carlos dos Santos
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 675/17

. DECRETO Nº 675/17

. De 09 de agosto de 2017

REGULAMENTA E ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CRIADOS PELA LEI 2.317/94 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

ANDRE LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 92, inciso VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei 2.317/94 e alterações e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que os cargos constantes do presente instrumento legal não possuem a devida regulamentação sobre as atribuições/funções,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para todos os efeitos legais, as descrições e atribuições dos cargos efetivos da Administração Municipal, criados pela Lei 2.317 e alterações posteriores, conforme as disposições constantes do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Município de Indaial, em 09 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº675/2017

Arquiteto	<p>elaborar e acompanhar a aplicação dos instrumentos urbanísticos, como Plano Diretor, legislação de uso do solo, zoneamento urbano e aplicação do Estatuto da Cidade, zelando pela sua aplicabilidade e exequibilidade, conforme as diretrizes estabelecidas;</p> <p>coordenar e gerenciar processos relacionados à análise e licenciamento urbanísticos, incluindo atividades econômicas, uso do solo, construção civil e regularização fundiária;</p> <p>participar de grupos multidisciplinares para discussão de questões relacionadas à gestão urbana, entre as quais a criação de unidades de conservação, áreas de interesse social, programas habitacionais, programas de defesa civil, projetos de expansão da rede de infraestrutura urbana, criação de sistemas de informação e cadastros;</p> <p>realizar estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras que tenham caráter essencialmente artístico e monumental;</p> <p>organizar e manter base de dados de interesse urbanístico, incluindo cadastros técnicos, contendo informações sobre imóveis, loteamentos, logradouros, estabelecimentos licenciados, obras públicas, equipamentos urbanos e rede de infraestrutura;</p> <p>analisar processos de licenciamento de estabelecimentos e atividades, em conformidade com as posturas municipais e legislação de uso do solo, integrando, sempre que possível, as normas ambientais, tributárias e sanitárias;</p> <p>colaborar com a definição de rotinas e procedimentos administrativos decorrentes da aplicação das normas urbanísticas, montagem de cadastros e sistemas de informação, exercício da fiscalização e execução de políticas públicas correlatas;</p> <p>elaborar mapas temáticos relacionados ao planejamento e gestão urbanos, incluindo mapas de zoneamento urbanístico, uso do solo, evolução do parcelamento, equipamentos urbanos, redes de infraestrutura, sistema viário, patrimônio público, áreas de risco e de interesse ambiental, social, econômico e turístico;</p> <p>elaborar estudos preliminares, anteprojetos, projeto arquitetônico, paisagístico, urbanístico e de execução das intervenções espaciais públicas, segundo sua imaginação e conhecimento técnico, observando normas edilícias e construtivas, estética, estabilidade, salubridade, conforto ambiental e energético, técnica construtiva e materiais a serem empregados;</p> <p>elaborar cronograma físico-financeiro das intervenções espaciais propostas, zelando pela exequibilidade e viabilidade de execução;</p> <p>vistoriar e inspecionar, para fins de processos administrativos de concessão de habite-se, renovação de licença para construir e outros correlatos, ou para verificação das condições de segurança e estabilidade das construções, conforme as técnicas e normas construtivas adequadas;</p> <p>exercer o poder de polícia urbanística nas situações em que se verifique o descumprimento das normas de licenciamento de atividades e construção ou das exigências processuais, notificando, lavrando auto de infração e definindo a penalidade cabível, para os casos em que o nível de complexidade o exigir;</p> <p>integrar equipes de trabalho e comissões para discussão de obras públicas ou de interesse público, mantendo coerência com a política urbana adotada e a legislação urbanística e edilícia vigentes;</p> <p>avaliar e diagnosticar as condições do local a sofrer a intervenção, através de levantamentos de campo, elaboração de relatórios, registros iconográficos e fotográficos e outros que se fizerem necessários ao perfeito entendimento do local e seu entorno;</p> <p>integrar equipes de trabalho e comissões para discussão de preservação e tombamentos de patrimônio de interesse histórico, cultural e paisagístico;</p> <p>conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos;</p> <p>orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução de tarefas típicas do cargo;</p> <p>desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</p>
-----------	--

Assistente Social	<p>participar do planejamento e gestão das políticas sociais;</p> <p>coordenar a execução de programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela Municipalidade;</p> <p>elaborar campanhas de prevenção e educação na área de políticas sociais, em articulação com as áreas de saúde, educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda;</p> <p>elaborar e executar projetos comunitários para atendimento de demandas específicas de idosos, mulheres, pessoas com necessidades educacionais especiais e associações comunitárias entre outros segmentos;</p> <p>compor e participar de equipes multidisciplinares para a elaboração, coordenação e execução de programas, projetos e serviços nas áreas da saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda entre outros;</p> <p>participar da elaboração, coordenação e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e assistência social;</p> <p>coordenar e realizar levantamento de dados para identificar e conhecer os indicadores sociais, promovendo o diagnóstico social do Município;</p> <p>desenvolver ações educativas e sócio educativas nas unidades de saúde, unidades de educação e unidades de assistência social, visando a busca de solução de problemas identificados pelo diagnóstico social;</p> <p>realizar entrevistas e avaliação social do público para fins de concessão de auxílios, benefícios e laudos técnicos que identifiquem a elegibilidade frente às necessidades sociais;</p> <p>organizar e manter atualizadas as referências sobre as características socioeconômicas dos usuários nas unidades de assistência social da Prefeitura;</p> <p>promover o atendimento ao usuário da assistência social em Rede de Proteção e Inclusão Social, com vistas ao atendimento integral;</p> <p>acompanhar, orientar e encaminhar o servidor com problemas de saúde, desde o início do processo de tratamento e afastamento do trabalho, bem como o seu retorno, fazendo visitas domiciliares se necessário;</p> <p>incentivar a comunidade a participar das atividades, dos programas e projetos desenvolvidos pela Prefeitura;</p> <p>coordenar, executar ou supervisionar a realização de programas e serviços sócio assistenciais, com atividades de caráter educativo e/ou recreativo para proporcionar a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar dos usuários das políticas públicas;</p> <p>colaborar no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, auxiliando no tratamento em equipe interdisciplinar buscando proporcionar melhor qualidade de vida do paciente;</p> <p>orientar os usuários da rede municipal serviços públicos, inclusive aqueles com problemas referentes à readaptação ou reabilitação profissional e social por diminuição da capacidade de trabalho, sobre suas relações empregatícias;</p> <p>estudar e propor soluções para a melhoria de condições materiais, ambientais e sociais do trabalho;</p> <p>apoiar a área de Defesa Civil da Prefeitura no planejamento das ações em situações de calamidade e emergência;</p> <p>prestar orientação social, realizar visitas, identificar recursos e meios de acesso para atendimento ou defesa de direitos junto a indivíduos, grupos e segmentos populacionais;</p> <p>emitir laudos técnicos quanto à vulnerabilidade da família para o recebimento de programas do Município na área de habilitação e regulamentação fundiária;</p> <p>elaborar, coordenar e executar programas e projetos de reabilitação comunitária para pessoas com deficiência;</p> <p>divulgar as políticas sociais e de saúde utilizando os meios de comunicação, participando de eventos e elaborando material educativo;</p> <p>formular projetos para captação de recursos;</p> <p>articular-se com outras unidades da Prefeitura, com entidades governamentais e não governamentais, com universidades e outras instituições, a fim de desenvolver formação de parcerias para o desenvolvimento de ações voltadas para a comunidade;</p> <p>representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos;</p> <p>conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos;</p> <p>desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</p>
Bioquímico	<p>Coordenar, executar e acompanhar as atividades específicas do laboratório de análises clínicas, desde a recepção (coleta) do material para exame e análise, até a entrega do laudo final ao paciente;</p> <p>Supervisionar e/ou executar análises hematológicas, sorológicas, bacteriológicas, parasitológicas, cronológicas e outras utilizando-se de aparelhos e técnicas específicas do laboratório;</p> <p>Utilizar técnicas específicas de cultura e antibiograma, comparando os resultados com gráficos de interpretação para fornecer o diagnóstico laboratorial, visando complementar o diagnóstico médico;</p> <p>Assumir a responsabilidade pelos resultados dos exames realizados no laboratório, assinando os laudos para dar maior segurança aos requisitantes;</p> <p>Manipular insumos farmacêuticos, como medicação, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender a produção de remédios e outros preparos;</p> <p>Controlar entorpecentes e produtos equiparados, através de mapas, guias e livros, assim atendendo a dispositivos legais;</p> <p>Analisar produtos farmacêuticos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento na composição;</p> <p>Fornecer sempre que solicitado subsídios para elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e manifestos;</p> <p>Fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados pelos médicos;</p> <p>Analisar os aspectos químicos da formação de anticorpos no sangue e outros fenômenos bioquímicos para verificar os efeitos produzidos no organismo e determinar a adequação relativa de cada elemento;</p> <p>conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos;</p> <p>Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;</p> <p>Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>
Calceteiro	<p>preparar superfícies a serem pavimentadas e pavimentá-las, assentando pedras ou elementos de concreto pré-moldados;</p> <p>assentar meios-fios;</p> <p>executar trabalhos de manutenção e recuperação de pavimentos;</p>

Carpinteiro	<p>selecionar a madeira e demais elementos necessários, escolhendo o material mais adequado para assegurar a qualidade do trabalho; traçar na madeira os contornos da peça a ser confeccionada, segundo o desenho ou modelo solicitado; serrar, aplinar, alisar e furar a madeira, utilizando as ferramentas apropriadas para obter os componentes necessários à montagem da peça; instalar portais, portas, janelas e similares, encaixando-as e fixando-as nos locais previamente preparados; reparar e conservar objetos de madeira, substituindo total ou parcialmente as peças desgastadas e deterioradas, ou fixando partes soltas para recompor sua estrutura; confeccionar e restaurar mobiliário escolar e de escritório pertencente à Prefeitura; revestir mobiliário pertencente à Prefeitura com laminados (fórmica) e outros materiais; confeccionar palcos, arquibancadas, placas indicativas de obras públicas, enfeites de datas comemorativas e recreativas, segundo as especificações determinadas, bem como supervisionar e executar o transporte de palcos; confeccionar casas de madeira segundo especificação técnica e supervisão do responsável pela obra.</p>
Educador Social	<p>Desenvolvimento das ações no âmbito do PAIF: Acolhida, escuta qualificada, visitas domiciliares, mediação, acompanhamento, elaboração de plano de acompanhamento familiar, realização de grupos, oficinas e ações comunitárias, planejamento das ações, busca ativa, encaminhamentos para a rede socioassistencial, entre outros.</p>
Eletricista Manutenção	<p>Assegurar as condições de funcionamentos regulares e eficientes de máquinas, instalações e equipamentos elétricos-eletrônicos, bem como da rede elétrica interna, identificando defeitos, executando a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos, ajustando, reparando ou substituindo peças ou conjuntos e testando e fazendo os reajustes e regulagens convenientes, utilizando métodos e ferramentas apropriados. Limpar e lubrificar motores, transformadores, disjuntores e outros instrumentos, visando a conservação e melhoria dos mesmos. Efetuar ligações elétricas em equipamentos portáteis, aparelhos de testes e solda e máquinas diversas, instalando fios e demais componentes, com a ajuda de ferramentas apropriadas, testando-os com instrumentos adequados, possibilitando a utilização dos mesmos. Atender as necessidades de consumo de energia elétrica, procedendo a instalação e reparo/manutenção de quadros de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas, fios, lâmpadas, painéis, interruptores, luminárias nas praças, pontos de ônibus e outros equipamentos urbanos, motores, bombas de chafarizes, entre outros, testando a instalação para comprovar a exatidão do trabalho realizado.</p> <p>Realizar serviços de montagem e desmontagem de aparelhos de som, imagem e telefone nos locais de realização de eventos. Consultar plantas, esquemas, especificações e outras informações, para montar e reparar instalações de baixa e alta tensão. Efetuar manutenção da rede de iluminação pública.</p> <p>Solicitar peças para manutenção junto ao almoxarifado ou outro órgão ou mediante pedido à chefia imediata.</p> <p>Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e solicitação de seu superior imediato.</p>
Engenheiro Civil	<p>avaliar as condições requeridas para obras, estudando o projeto e examinando as características do terreno disponível para a construção; calcular os esforços e deformações previstos na obra projetada ou que afetem a mesma, consultando tabelas e efetuando comparações, levando em consideração fatores como carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção;</p> <p>elaborar o projeto da construção, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando cálculo aproximado dos custos;</p> <p>preparar o programa de execução do trabalho elaborando plantas, croquis, planilhas, memórias de cálculo, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras;</p> <p>dirigir a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendados;</p> <p>elaborar, dirigir, acompanhar e executar projetos de engenharia civil relativos a vias urbanas, obras de pavimentação em geral, drenagem e esgoto sanitário;</p> <p>realizar análises de viabilidade de ocupação das margens de rios e ribeirões, baseando-se em levantamentos topográficos e plantas, visando a prevenção de acidentes com pessoas e deslizamento de margens;</p> <p>realizar a análise de bacias hidrográficas consultando plantas cartográficas, efetuando cálculos de vazão e diâmetro das tubulações, a fim de solucionar e prevenir a ocorrência de alagamentos em determinadas regiões do Município;</p> <p>realizar medições, valendo-se de dados obtidos em campo e através de sistemas informatizados, para emitir parecer quanto à execução das obras realizadas;</p> <p>efetuar correção de projetos de construção e desdobramentos e unificação de áreas, de acordo com as leis municipais em se tratando de obras públicas e emitir parecer quando se tratar de obras particulares;</p> <p>participar do Plano Diretor, analisando as propostas populares e leis relativas ao planejamento e desenvolvimento urbano;</p> <p>consultar outros especialistas da área de engenharia e arquitetura, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas à obra a ser executada;</p> <p>participar dos processos de licitação de obras;</p> <p>acompanhar e controlar a execução de obras que estejam sob encargo de terceiros, atestando o cumprimento das especificações técnicas determinadas e declarando o fiel cumprimento do contrato;</p> <p>conduzir veículo automotivo em serviços externos;</p> <p>emitir pareceres em projetos de engenharia, a fim de subsidiar processo de licenciamento de obras;</p> <p>desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</p>

Fiscal de
Meio Am-
biente

exercer ação fiscalizadora externa, observando as normas de proteção ambiental contidas em leis ou em regulamentos específicos; fiscalizar multar, autuar, notificar embargar apreender suspender, estabelecimentos industriais, residenciais, prestadoras de serviços; apreender equipamentos/fauna/flora; fiscalizar aspectos técnicos de ocupação de áreas verdes e áreas públicas; prevenir e orientar ações de prevenção e proteção ao meio ambiente; organizar coletâneas de pareceres, decisões e documentos concernentes à interpretação da legislação com relação ao meio ambiente; coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa; inspecionar guias de trânsito de madeira, caibro, lenha, carvão, areia e qualquer outro produto extrativo, examinando-as à luz das leis e regulamentos que defendem o patrimônio ambiental, para verificar a origem dos mesmos e apreendê-los, quando encontrados em situação irregular; acompanhar a conservação dos rios, flora e fauna de parques e reservas florestais do Município, controlando as ações desenvolvidas e/ou verificando o andamento de práticas, para comprovar o cumprimento das instruções técnicas e de proteção ambiental; instaurar processos por infração verificada pessoalmente; participar de sindicâncias especiais para instauração de processos ou apuração de denúncias e reclamações; realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas; contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro; articular-se com fiscais de outras áreas, bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário; redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados; formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes; executar outras atribuições afins.

Fiscal de
Posturas
Municipais

fiscalizar imóveis recém-construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de informar processos de concessão de habite-se;

verificar o licenciamento de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado;

embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas;

verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução, bem como a carga e descarga de material na via pública;

analisar e emitir parecer nos pedidos de demolição e habite-se;

verificar a existência de habite-se nos imóveis construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido alterações de ampliação, transformação e redução;

acompanhar os profissionais da Prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição;

verificar alinhamentos e cotas indicados nos projetos, bem como verificar se todas as especificações do mesmo estão cumpridas;

fiscalizar as obras e serviços realizados em logradouros públicos no que se refere a licença exigida pela legislação específica, se particulares;

realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;

preparar certidões de existência e de demolição de imóveis, procedendo ao levantamento cadastral da unidade imobiliária na Prefeitura, bem como ir ao local onde o mesmo está localizado para certificar-se, pessoalmente, de sua existência ou demolição;

emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas;

fiscalizar as áreas pertencentes à Municipalidade impedindo sua ocupação;

fiscalizar a abertura de loteamentos e inspecionar áreas a serem desmembradas ou remembradas verificando se as mesmas estão de acordo com a legislação urbanística do Município e com os projetos apresentados;

participar, juntamente com técnicos da área, das revisões e atualizações do cadastro técnico imobiliário e fiscal para efeito de avaliação e revisão de valores venais para cálculo do IPTU;

orientar o contribuinte quanto ao cumprimento da regulamentação urbanística no âmbito municipal;

realizar plantões e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;

redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados;

formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes;

articular-se com fiscais de outras áreas, objetivando a fiscalização integrada e o cumprimento da legislação no que for área de sua responsabilidade;

participar das atividades administrativas e de apoio referentes à sua área de atuação;

atuar na numeração das edificações.

verificar e orientar os munícipes no cumprimento do código municipal de posturas;

verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução, bem como a carga e descarga de material na via pública;

verificar e fazer cumprir a legislação municipal referente a destinação do lixo em vias e logradouros, bem como a construção de calçadas pelos proprietários dos imóveis urbanos;

verificar e fazer cumprir a legislação municipal referente ao comércio de rua e ambulantes;

acompanhar os profissionais da Prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição;

verificar alinhamentos e cotas indicados nos projetos, bem como verificar se todas as especificações do mesmo estão cumpridas;

realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;

emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas;

fiscalizar as áreas pertencentes à Municipalidade impedindo sua ocupação;

fiscalizar a abertura de loteamentos e inspecionar áreas a serem remembradas verificando se as mesmas estão de acordo com a legislação urbanística do Município e com os projetos apresentados;

intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar outras providências relativas aos violadores das posturas municipais e da legislação urbanística;

orientar o contribuinte quanto ao cumprimento da regulamentação urbanística no âmbito municipal;

realizar plantões e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;

redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados;

formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes;

articular-se com fiscais de outras áreas, objetivando a fiscalização integrada e o cumprimento da legislação no que for área de sua responsabilidade;

participar das atividades administrativas e de apoio referentes à sua área de atuação;

desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

atuar na numeração das edificações.

Fiscal de Saúde	<p>integrar a equipe de vigilância sanitária;</p> <p>inspecionar ambientes e estabelecimentos de alimentação pública, estabelecimentos da área de produtos e serviços da área de saúde, verificando o cumprimento das normas de higiene sanitária contidas na legislação em vigor;</p> <p>proceder à fiscalização dos estabelecimentos de venda de gêneros alimentícios, área de serviços e produtos, inspecionando a qualidade, o estado de conservação e as condições de armazenamento dos produtos oferecidos ao consumo;</p> <p>proceder à fiscalização dos estabelecimentos que fabricam ou manuseiam alimentos, inspecionando as condições de higiene das instalações, dos equipamentos e das pessoas que manipulam os alimentos;</p> <p>proceder à fiscalização nos estabelecimentos da área de saúde, verificando as condições de estrutura, armazenagem, vencimentos e registro de produtos e medicamentos, manipulação e paramentação;</p> <p>colher amostras de gêneros alimentícios para análise em laboratório, quando for o caso;</p> <p>providenciar a interdição da venda de alimentos impróprios ao consumidor;</p> <p>providenciar a interdição de locais com presença de animais, tais como pocilgas e galinheiros, que estejam instalados em desacordo com as normas constantes da Legislação Sanitária;</p> <p>inspecionar hotéis, restaurantes, laboratórios de análises clínicas, farmácias, consultórios médicos ou odontológicos, entre outros, observando a conformidade das instalações de acordo com a legislação;</p> <p>verificar as infrações e proceder a instauração de processos administrativos e proceder às devidas autuações de interdições, inutilização e apreensão inerentes à função;</p> <p>orientar o comércio e a indústria quanto às normas de higiene sanitária;</p> <p>lavar e assinar autos de infração, relatórios e pareceres referentes às ações executadas;</p> <p>elaborar relatórios das inspeções realizadas;</p> <p>executar outras atribuições, conforme legislação pertinente à vigilância sanitária, seja lei federal, estadual e/ou municipal;</p>
-----------------	---

Fiscal
Tributos
Municipais

I - em caráter exclusivo, relativamente aos impostos de competência do Município de Indaial, às taxas e às contribuições administradas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- realizar as ações de tributação, arrecadação, constituição e cobrança administrativa das espécies tributárias de competência do Município;
- realizar as atividades de lançamento, fiscalização e cobrança de tributos instituídos por outros entes federados, na forma da Lei ou Convênio;
- constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo;
- controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à busca e à apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como o de lacrar bens móveis e imóveis, no exercício de suas funções;
- supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, mediante lei ou convênio;
- avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação, com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;
- planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores;
- desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, na forma do § 1º, do art. 13, desta lei;
- analisar, elaborar e proferir decisões, em processos administrativo-fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, à solicitação de retificação de declaração, à imunidade, a quaisquer formas de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários previstos na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, à restituição, ao ressarcimento e à redução de tributos e contribuições, bem como participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária;
- estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta;
- elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei referente à matéria tributária;
- supervisionar as atividades de disseminação de informações ao sujeito passivo, visando à simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e à formalização de processos;
- elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por decisão administrativa ou judicial;
- prestar assistência extrajudicial, salvo em ação que figure como parte, aos órgãos encarregados da representação judicial do Município;
- informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, em processos analisados, antes do termo prescricional;
- planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições;
- realizar pesquisa e investigação relativa à inteligência fiscal;
- examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso.
- verificar livros e documentos fiscais que serviram de base para apuração dos repasses constitucionais.
- emitir parecer conclusivo sobre regularidades ou irregularidades fiscais de contribuintes, Pessoa Física e Jurídica de Direito Público e Privado, sujeitos à imposição tributária.

II - em caráter geral:

- assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria Municipal de Administração e Finanças ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento;
- coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária;
- apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos;
- proceder, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, ao acompanhamento gerencial, físico e financeiro da execução orçamentária;
- orientar, coordenar e supervisionar tecnicamente os órgãos setoriais de orçamento;
- planejar, coordenar, desenvolver, implantar e avaliar as atividades relativas à tecnologia de informações tributárias e sistemas operacionais e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;
- avaliar e planejar, concursos de acesso, programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores Tributários e demais servidores relacionados à Administração Tributária;
- acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município de Indaial;
- executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e disciplina funcionais dos Auditores Fiscais Tributários, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos;
- informar processos e demais expedientes administrativos em matéria tributária;
- realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativa às atividades de competência tributária do Município;
- desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária;
- controlar os repasses decorrentes das transferências constitucionais;
- exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais.
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

Fonoaudiólogo – 20 horas	<p>planejar, organizar, orientar, supervisionar e avaliar a assistência prestada em fonoaudiologia;</p> <p>observar a clientela no que se refere ao desenvolvimento de linguagem oral, escrita, voz, fala, articulação e audição;</p> <p>realizar triagem, avaliação, orientação acompanhamento fonoaudiológico, no que se refere a linguagem oral, escrita, fala, voz, articulação e audição;</p> <p>realizar avaliação audiológica;</p> <p>realizar terapia fonoaudiológica individual ou em grupo conforme indicação;</p> <p>desenvolver ou assessorar oficinas terapêuticas com enfoque na área de fonoaudiologia;</p> <p>solicitar, durante consulta fonoaudiológica a realização de exames complementares;</p> <p>propiciar a complementação do atendimento, sempre que necessário, por meio de encaminhamento a outros profissionais ou modalidades de atendimento disponíveis na comunidade;</p> <p>realizar assessoria fonoaudiológica a profissionais de saúde e educação;</p> <p>desenvolver atividades educativas de promoção de saúde individual e coletiva, enfocando o desenvolvimento de linguagem oral, escrita, voz, fala, articulação e audição;</p> <p>realizar visitas a pacientes em hospitais, instituições educativas, domicílios, sempre que necessário;</p> <p>identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo o treinamento fonético, auditivo de dicção, empostação da voz e outros, para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala.</p> <p>avaliar as deficiências do paciente realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico;</p> <p>promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais;</p> <p>prestar orientações aos pais de crianças que apresentem fissuras quanto a forma adequada de alimentação;</p> <p>selecionar e indicar aparelhos de amplificação sonora individuais – próteses auditivas;</p> <p>habilitar e reabilitar indivíduos portadores de deficiência auditiva;</p> <p>emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou a praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios, para complementar o diagnóstico;</p> <p>trabalhar em parceria com instituições educativas, hospitais, e outras equipes multidisciplinares, estudando casos e contribuindo na sua área de atuação, preventiva e corretivamente;</p> <p>elaborar relatórios individuais sobre as intervenções efetuadas, para fins de registro, intercâmbio com outros profissionais, avaliação e planejamento de ações coletivas;</p> <p>participar de programas de formação continuada na sua área de atuação, quando convocado;</p> <p>conhecer e divulgar, entre outras atividades, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS aos portadores de deficiência auditiva;</p> <p>conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos;</p> <p>desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</p>
Licitação	<p>realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material;</p> <p>gerenciar o cadastro de fornecedores da Prefeitura, compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados atualizada e ampliando as alternativas de fornecedores habilitados;</p> <p>executar a gestão do cadastro de insumos e preços da Prefeitura, compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados atualizada e abrangendo as necessidades de consumo;</p> <p>prover a administração da Prefeitura com os preços de referência para procedimentos de aquisição de materiais e de serviços, e executando levantamentos estatísticos sobre a performance dos preços praticados;</p> <p>instruir e executar os procedimentos de aquisição de materiais e serviços compreendendo a execução de compras pelo sistema de registro de preço e pelo pregão eletrônico, operação e manutenção do portal eletrônico de compras, preparação de solicitações de empenho, execução dos atos preparatórios para a elaboração de termos e contratos bem como executar atividades relativas à gestão da logística, compreendendo a armazenagem e a distribuição dos materiais de uso de consumo da Prefeitura;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>

Medico Clínico Geral 20 Horas	<p>Aplicar os conhecimentos de medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano. Efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emitindo diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicitação de exames, visando a promoção da saúde e bem-estar da população. Receber e examinar os usuários e realizando história e exame físico do usuário, auscultando, solicitando exames complementares pertinentes ao caso, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica; Analisar e interpretar resultados de exames diversos, tais como de laboratório, Raio X e outros para informar ou confirmar diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos. Prestar orientações aos usuários sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde. Anotar e registrar em informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso. Atender determinações legais, emitindo atestados conforme a necessidade de cada caso. Participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes do trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais. Participar de programas de vacinação, orientando a seleção da população e o tipo e vacina a ser aplicada, para prevenir moléstias transmissíveis. Atender urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas. Emitir atestados e laudos para admissão ou nomeação de empregados, concessão de licenças, abono de faltas e outros. Realizar o cuidado da saúde da população, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, e quando necessário no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros). Realizar ações de atenção à saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local. Garantir a atenção a saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde. Participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo a primeira avaliação (classificação de risco, avaliação de vulnerabilidade, coleta de informações e sinais clínicos) e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando atendimento humanizado, se responsabilizando pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo. Realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local. Responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde. Praticar cuidado familiar e dirigido a coletividades e grupos sociais que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde doença dos indivíduos, das famílias, coletividades e da própria comunidade. Realizar reuniões de equipes a fim de discutir em conjunto o planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis. Acompanhar e avaliar sistematicamente as ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho. Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação na Atenção Básica. Realizar trabalhos interdisciplinar e em equipe, integrando áreas técnicas e profissionais de diferentes formações. Realizar ações de educação em saúde a população adstrita, conforme planejamento da equipe. Participar das atividades de educação permanente. Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social. Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais. Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais. Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade. Realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc). Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea. Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário. Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário. Contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde.</p>
Medico Cardiologista 10 horas	<p>Prestar assistência médica no âmbito municipal, na especialidade de cardiologia, visando preservar ou recuperar a saúde individual e coletiva; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; Garanta o atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Cumprir os protocolos do Sistema Único de Saúde e do Município; Utilização do Prontuário Eletrônico; Participar de encontros de integração com médicos para educação continuada para aprimoramento da referência e contra referência da estratégia saúde da família.</p>
Medico Dermatologista 10 Horas	<p>Prestar assistência médica no âmbito municipal, na especialidade de dermatologia, visando preservar ou recuperar a saúde individual e coletiva; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; Garanta o atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Cumprir os protocolos do Sistema Único de Saúde e do Município; Utilização do Prontuário Eletrônico; Participar de encontros de integração com médicos para educação continuada para aprimoramento da referência e contra referência da estratégia saúde da família.</p>
Medico Gastroenterologista – 10 horas	<p>Prestar assistência médica no âmbito municipal, na especialidade de gastroenterologia, visando preservar ou recuperar a saúde individual e coletiva; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; Garanta o atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Cumprir os protocolos do Sistema Único de Saúde e do Município; Utilização do Prontuário Eletrônico; Participar de encontros de integração com médicos para educação continuada para aprimoramento da referência e contra referência da estratégia saúde da família.</p>

[illegible]

<p>Medico Veterinário – 40 horas</p>	<p>proceder ao controle das zoonoses, efetuando levantamento de dados, avaliação epidemiológica e pesquisas para possibilitar a profilaxia de doenças e fazer controle nos animais;</p> <p>participar da elaboração e coordenação de programas de combate e controle de vetores, roedores e raiva animal;</p> <p>vistoriar indústrias que manipulam alimentos, setores que manipulem e comercializem matérias-primas de alimentos, alimentos semipreparados e alimentos prontos para o consumo;</p> <p>inspecionar casas agropecuárias;</p> <p>inspecionar produtos desinfetantes (praguicidas), domissanitários;</p> <p>vistoriar escolas e instituições públicas de uso coletivo;</p> <p>notificar doenças de notificação obrigatória ou compulsória, para secretaria de agricultura e regional de saúde e do estado;</p> <p>realizar a inspeção de produtos de origem animal e vegetal, visualmente e com base em resultados de análises laboratoriais;</p> <p>fiscalizar e autuar nos casos de infração, processamento e na industrialização de produtos de origem vegetal e animal;</p> <p>coordenar, orientar e fiscalizar as operações de abate nos matadouros (suínos, bovinos, caprinos, ovinos, aves);</p> <p>fazer exame clínico nos lotes a serem abatidos na fase “ante-mortem” e exigir os respectivos documentos sanitários;</p> <p>inspecionar todos os produtos para consumo humano dentro do matadouro na fase “pós-mortem” (carcaças e vísceras);</p> <p>coordenar a equipe responsável pela inspeção e fiscalização das operações de abate nos matadouros;</p> <p>fazer cumprir fielmente o Regulamento Sanitário nos matadouros, entrepostos de carnes, pescados, fábrica de laticínios, embutidos, etc.;</p> <p>vistoriar áreas destinadas a construções de indústrias de produtos alimentícios;</p> <p>solicitar, periodicamente, exames microbiológicos e/ou físico-químico da água servida e produtos alimentícios em iguais intervalos de tempo, avaliando os resultados;</p> <p>solicitar exames bromatológicos dos produtos a serem consumidos avaliando os resultados;</p> <p>analisar e coordenar os produtos reprovados para consumo humano, dando o destino adequado;</p> <p>determinar que sejam rigorosamente cumpridos o horário de descanso, jejum e dieta hídrica para os lotes de animais a serem abatidos, bem como início do horário de abate;</p> <p>solicitar, periodicamente, a carteira de saúde dos servidores que realizam inspeção animal, bem como dos funcionários dos estabelecimentos que produzem produtos de origem animal;</p> <p>utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;</p> <p>desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</p>
<p>Monitor Social</p>	<p>dar apoio aos Assistentes Sociais na realização de projetos e reuniões comunitárias;</p> <p>auxiliar nas atividades lúdicas, recreativas, esportivas e artísticas com grupos organizados atendidos pelos Programas Sociais;</p> <p>acompanhar e cuidar das crianças, durante sua permanência nas casas lares e nos abrigos, proporcionando-lhes um ambiente tranquilo, afetuoso e seguro, bem como prestando-lhes assistência e orientação quanto a higiene, saúde e educação;</p> <p>observar e cumprir os horários, normas e recomendações determinados pela coordenação;</p> <p>participar de reuniões periódicas com os profissionais de serviço social, para o planejamento de atividades e discussão de problemas;</p> <p>zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho;</p> <p>participar de cursos de treinamento determinados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional;</p> <p>colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades promovidas pela Secretaria Municipal;</p> <p>manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando a limpeza das salas, materiais e utensílios utilizados;</p> <p>realizar, quando necessário e sempre que solicitado, tarefas de apoio administrativo;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>
<p>Motorista de Caminhão</p>	<p>dirigir automóveis, caminhonetes e demais veículos oficiais de transporte de passageiros;</p> <p>realizar plantões de atendimento conforme orientação da secretaria a qual estiver vinculado;</p> <p>verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível dentre outros, tomando as providências cabíveis para a adequada utilização;</p> <p>verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata, quando do término da tarefa;</p> <p>zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança;</p> <p>anotar, segundo normas estabelecidas, a quilometragem rodada, as viagens realizadas, objetos e pessoas transportadas, itinerários e outras ocorrências;</p> <p>recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado;</p> <p>auxiliar no carregamento e descarregamento de volumes;</p> <p>auxiliar na distribuição de volumes, de acordo com normas e roteiros pré-estabelecidos;</p> <p>conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas;</p> <p>dirigir caminhões, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível, entre outros, para o transporte de cargas;</p> <p>zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis para prevenção ou solução de qualquer anormalidade, para garantir a segurança dos passageiros, transeuntes e outros veículos;</p> <p>orientar o carregamento e descarregamento de cargas, a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados;</p> <p>observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura;</p> <p>fazer pequenos reparos de urgência;</p> <p>manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário;</p> <p>observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do caminhão;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>

Motorista Micro ônibus	<p>dirigir automóveis, caminhonetes e demais veículos oficiais de transporte de passageiros;</p> <p>realizar plantões de atendimento conforme orientação da secretaria a qual estiver vinculado;</p> <p>verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível dentre outros, tomando as providências cabíveis para a adequada utilização;</p> <p>verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata, quando do término da tarefa;</p> <p>zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança;</p> <p>anotar, segundo normas estabelecidas, a quilometragem rodada, as viagens realizadas, objetos e pessoas transportadas, itinerários e outras ocorrências;</p> <p>recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado;</p> <p>auxiliar no carregamento e descarregamento de volumes;</p> <p>auxiliar na distribuição de volumes, de acordo com normas e roteiros pré-estabelecidos;</p> <p>conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas;</p> <p>dirigir ônibus para transporte de alunos da rede municipal de ensino, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível do óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros;</p> <p>zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis para prevenção ou solução de qualquer anormalidade, para garantir a segurança dos passageiros, transeuntes e outros veículos;</p> <p>verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da viagem;</p> <p>orientar o carregamento e descarregamento de cargas, a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados;</p> <p>observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura;</p> <p>fazer pequenos reparos de urgência;</p> <p>manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário;</p> <p>observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do caminhão;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>
Motorista	<p>dirigir automóveis, caminhonetes e demais veículos oficiais de transporte de passageiros;</p> <p>dirigir ambulâncias para transporte de pacientes impossibilitados de andar ou que necessitem de atendimento urgente, dentro e fora do Município;</p> <p>auxiliar no embarque e desembarque de pacientes e dos medicamentos, quando for o caso;</p> <p>realizar plantões de atendimento conforme orientação da secretaria a qual estiver vinculado;</p> <p>verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível dentre outros, tomando as providências cabíveis para a adequada utilização;</p> <p>verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata, quando do término da tarefa;</p> <p>zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança;</p> <p>anotar, segundo normas estabelecidas, a quilometragem rodada, as viagens realizadas, objetos e pessoas transportadas, itinerários e outras ocorrências;</p> <p>recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado;</p> <p>auxiliar no carregamento e descarregamento de volumes;</p> <p>auxiliar na distribuição de volumes, de acordo com normas e roteiros pré-estabelecidos;</p> <p>conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas;</p> <p>zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis para prevenção ou solução de qualquer anormalidade, para garantir a segurança dos passageiros, transeuntes e outros veículos;</p> <p>verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da viagem;</p> <p>orientar o carregamento e descarregamento de cargas, a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados;</p> <p>observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura;</p> <p>fazer pequenos reparos de urgência;</p> <p>manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário;</p> <p>observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do caminhão;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>
Operador Pá Carre- gadeira	<p>operar máquina carregadeira para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;</p> <p>conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;</p> <p>operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;</p> <p>zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;</p> <p>pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;</p> <p>efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;</p> <p>acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;</p> <p>anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>

Operador Maq. Rotativa	<p>Operar máquina Rotativa para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;</p> <p>conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;</p> <p>operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;</p> <p>zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;</p> <p>pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;</p> <p>efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;</p> <p>acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;</p> <p>anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>
Operador Máquina Niveladora	<p>Operar máquina niveladora para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;</p> <p>conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;</p> <p>operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;</p> <p>zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;</p> <p>pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;</p> <p>efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;</p> <p>acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;</p> <p>anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>
Operador Retroescavadeira	<p>Operar máquina Retroescavadeira para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;</p> <p>conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;</p> <p>operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;</p> <p>zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;</p> <p>pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;</p> <p>efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;</p> <p>acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;</p> <p>anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>
Operador Trator Pneus (agrícola)	<p>Operar trator de pneus para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;</p> <p>conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;</p> <p>operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;</p> <p>zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;</p> <p>pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;</p> <p>efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;</p> <p>acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;</p> <p>anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>

Pedreiro	<p>executar serviços de construção, manutenção e demolição de obras de alvenaria; preparar argamassa e concreto; construir alicerces, empregando pedras ou cimento, para fornecer a base de paredes, muros e construções similares; assentar tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros materiais; revestir pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentando ladrilhos, azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas; aplicar camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações; construir bases de concreto ou de outro material, conforme as especificações e instruções recebidas, para possibilitar a instalação de máquinas, postes e similares; construir caixas d'água, caixas coletoras de água e esgoto, bem como caixas de concreto para colocação de bocas-de-lobo; executar trabalhos de reforma e manutenção de prédios; montar tubulações para instalações elétricas; preparar superfícies a serem pavimentadas e pavimentá-las, assentando pedras ou elementos de concreto pré-moldados; assentar meios-fios; executar trabalhos de manutenção e recuperação de pavimentos;</p>
Psicólogo – 20 Horas	<p>atividades de psicologia na área de saúde: estudar e avaliar indivíduos que apresentam distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, elaborando e aplicando técnicas psicológicas apropriadas, para orientar-se no diagnóstico e tratamento; desenvolver trabalhos psicoterápicos, a fim de restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; articular-se com equipe multidisciplinar, para elaboração e execução de programas de assistência e apoio a grupos específicos de pessoas; atender aos pacientes da rede municipal de saúde, avaliando-os e empregando técnicas psicológicas adequadas, para contribuir no processo de tratamento terapêutico; desenvolver ações na área de educação em saúde aplicando técnicas e princípios psicológicos apropriados ao desenvolvimento intelectual, social e emocional do indivíduo, visando a motivação, a comunicação e a educação no processo de mudança social nos serviços de saúde; trabalhar em situação de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares; participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental dos indivíduos, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial . prestar assistência psicológica, individual ou em grupo, aos familiares dos pacientes, preparando-os adequadamente para as situações resultantes de enfermidades; reunir informações a respeito de pacientes, levantando dados psicopatológicos, para fornecer aos médicos subsídios para diagnóstico e tratamento de enfermidades; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</p> <p>atividades de psicologia na área educacional aplicar técnicas e princípios psicológicos apropriados ao desenvolvimento intelectual, social e emocional do indivíduo, empregando conhecimentos dos vários ramos da psicologia; proceder ou providenciar a aplicação de técnicas psicológicas adequadas nos casos de dificuldade escolar, familiar ou de outra natureza, baseando-se em conhecimentos sobre a psicologia da personalidade, bem como no psicodiagnóstico; estudar sistemas de motivação da aprendizagem, objetivando auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais diferenciados capazes de atender as necessidades individuais; analisar as características de indivíduos supra e infradotados e portadores de necessidades especiais, utilizando métodos de observação e pesquisa, para recomendar programas especiais de ensino compostos de currículos e técnicas adequadas às diferentes qualidades de inteligência; identificar a existência de possíveis problemas na área da psicomotricidade e distúrbios sensoriais ou neuropsicológicos, aplicando e interpretando testes e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento adequado e a forma de resolver as dificuldades ou encaminhar o indivíduo para tratamento com outros especialistas; participar de programas de orientação profissional e vocacional, aplicando testes de sondagem de aptidões e outros meios, a fim de contribuir para a futura adequação do indivíduo ao trabalho; colaborar com a adequação, por parte dos educadores de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis; desenvolver trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes; elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimentos da relação professor-aluno, em situação escolares específicas, visando, através de uma ação coletiva e interdisciplinar a implementação de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento; supervisionar, orientar e executar trabalhos na área de Psicologia Profissional; participar de programas de formação continuada, visando seu aperfeiçoamento profissional; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</p> <p>atividades de psicologia na área social atuar em equipes multiprofissionais, diagnosticando, planejando e executando programas de âmbito social; estudar e avaliar os processos intra e interpessoais visando a aplicação de técnicas psicológicas que contribuam para a melhoria da convivência familiar e comunitária; reunir informações a respeito dos usuários da política de assistência social, contribuindo para a elaboração de programas e projetos que removam barreiras e/ou bloqueios psicológicos; prestar assistência psicológica a crianças, adolescentes e famílias expostos a situações de risco pessoal e social; pesquisar, analisar e estudar variáveis psicológicas que influenciam o comportamento do indivíduos; assessorar na elaboração e implementação de programas de mudanças de caráter social e técnica, em situação planejada ou não. participar do planejamento, desenvolvimento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, priorizando os elementos psicológicos a serem potencializados e/ou superados a partir da realidade; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional. conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos;</p>

**Técnico
Sanitarista**

- Inspecionar, fiscalizar o ambiente e estabelecimentos públicos e privados Ind. Comércio de produtos em geral e serviços nas áreas de saúde e alimentos bem como saúde do trabalhador;
- Articular planejar orientar apoiar e participar de ações as atividades de fiscalização com outros órgãos objetivando execução das ações de fiscalização;
- Manter intercâmbios com órgãos do governo federal, estadual, municipal e outros objetivando a troca de informações que viabilize as ações específicas de Vigilância Sanitária;
- Fiscalização das unidades e estabelecimento de saúde e de interesse da saúde, produtos, de substâncias da saúde do trabalhador, do exercício profissional do meio ambiente e de vigilância em saúde relacionado a toxico vigilância e farmacovigilância;
- Planejar, programar, organizar coordenar ações de orientações sem vigilância sanitária;
- Identificar e diagnosticar os problemas de saúde decorrentes das condições de saneamento básico das habitações dos ambientes de trabalho dos produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária;
- Fiscalizar e todos os tipos de alimentos matéria – prima, coadjuvantes de tecnologias, processo tecnologias, aditivos, embalagens, rotulagens, processos e equipamentos, utensílios e também aos aspectos nutricionais;
- Fiscalizar, monitor e inspecionar e controlar e regulamentar a distribuição, transporte comercialização, comércio, de medicamentos correlatos, saneantes domissanitários, cosméticos, produtos para higiene, perfumes e agrotóxicos;
- Fiscalizar hospitais, laboratórios, bancos de leite de sangue e clínicas médicas humanas e veterinárias laboratórios e ambulatorios e consultórios médicos, odontológicos, e veterinários, clínicas estéticas e odontológicas visando a qualidade e condições dos serviços prestado e condições higiênicas e riscos de transmissão de doenças e infecções;
- Fiscalizar serviços direta e indiretamente relacionados com a saúde, prestados pelo Estado (publico) ou e modalidades do setor privado;
- Fiscalizar todos os tipos de industrias desde o início do processo até produto a ate consumo final;
- Elaborar materiais educativo em vigilância sanitária;
- Recebimento e atendimento a denúncias
- Executar outras atribuições delegadas por estâncias superiores afins;
- Planejar e executar ações preventivas e corretivas que dizem respeito a saúde coletiva.
- Identificar os problemas de saúde ocasionados por medicamentos, cosméticos, saneastes e domissanitários, radiações, alimentos, zoonoses, condições do ambiente de trabalho e profissões ligadas a saúde, relacionando-os com as condições;
- Identificar as necessidades e problemas da população relacionada ao uso indevido de produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, ao exercício ilegal de profissões relacionadas com a saúde, ao controle sanitário dos alimentos e das principais zoonoses;
- Realizar e/ou atualizar o cadastro de estabelecimentos e profissionais de interesse da vigilância sanitária,
- Classificar os estabelecimentos e produtos segundo o critério de risco epidemiológico;
- Promover a participação de grupos da população (associação de bairros, entidades representantes e outros) no planejamento, controle e avaliação das atividades de vigilância sanitária;
- Participar de programação de atividades de inspeção sanitária para estabelecimentos, produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, segundo as prioridades definidas;
- Participar na programação das atividades de colheita de amostras de produtos de interesse da vigilância sanitária (alimentos, água, medicamentos, cosméticos, saneastes, domissanitários e correlatos); realizar levantamento de produtos alimentares disponíveis e de maior consumo, bem como o comportamento das doenças veiculadas por alimentos, condições sanitárias dos estabelecimentos e o perfil da contaminação dos alimentos;
- Realizar e/ou acompanhar inspeções de rotinas (programadas) e emergenciais (surtos, reclamações, registros e outros) em estabelecimentos alimentares de saúde de saneantes e domissanitários e outros de interesse da vigilância Sanitária;
- Auxiliar na inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;
- Realizar colheita de amostras de produtos de interesse da vigilância sanitária, com fins de Análise surto e controle de rotina;
- Participar da criação de mecanismos de notificação de casos e/ou surtos de doenças veiculadas por alimento e zoonoses; participar da investigação epidemiológica de doenças veiculadas por alimentos e zoonoses e medicamentos;
- Aplicar, quando necessárias medidas previstas em legislação sanitária vigente (intimações, infrações e apreensão e inutilização); apreciar e processos administrativos; orientar responsáveis e manipuladores de estabelecimentos quando da emissão e aplicação dos autos/termos; validar a licença sanitária de estabelecimentos de risco epidemiológico, mediante aprovação das condições sanitárias encontradas por ocasião da inspeção;
- Participar da avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas e do seu redirecionamento; participar na promoção de atividades de informações de debates com a população, profissionais e entidades representantes de classe sobre temas da vigilância sanitária; executar atividades internas processos administrativos, relacionar execução de cadastro/ atendimento ao público;
- Emitir relatórios técnicos e/ou pareceres relativos a vigilância sanitária de atuação;
- Efetuar vistoria e fiscalização em estabelecimentos públicos, e privado comerciais e industriais verificar as condições gerais de higiene, limpeza de equipamentos, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias, armazenagem, estado e graus de deterioração de produtos perecíveis, manual de boas práticas e saúde do trabalhador;
- Inspecionar imóveis antes de serem habitados, verificando condições físicas e sanitárias do local para assegurar as medidas profiláticas e de segurança necessárias, com o fim de obter alvarás;
- Vistoriar estabelecimentos de saúde em geral e outros, verificando as condições gerais, de higiene, data de vencimento de medicamentos e registro psicotrópicos;
- Coleta para análise físico-química medicamentos e outros produtos relacionados à saúde; notificações diversas; executar outras atividades relacionadas a fiscalização tarefas correlatas.

Técnico Segurança Trabalho	<p>inspecionar as áreas, instalações e equipamentos da Prefeitura, observando as condições de segurança, inclusive as exigências legais próprias, para identificar riscos de acidentes;</p> <p>recomendar, fiscalizar e controlar a distribuição e utilização dos equipamentos de proteção individual;</p> <p>instruir os servidores sobre normas de segurança, combate a incêndio e demais medidas de prevenção de acidentes, ministrando palestras e treinamento, para que possam agir acertadamente em casos de emergência;</p> <p>estabelecer normas e dispositivos de segurança, sugerindo eventuais modificações nos equipamentos e instalações e verificando sua observância, para prevenir acidentes;</p> <p>investigar e analisar acidentes para identificar suas causas e propor a adoção das providências cabíveis;</p> <p>vistoriar pontos de combate a incêndio, recomendando a manutenção, substituição e modificação dos equipamentos, a fim de mantê-los em condições de utilização;</p> <p>realizar levantamentos de áreas insalubres e de periculosidade, recomendando as providências necessárias;</p> <p>registrar irregularidades ocorridas, anotando-as em formulários próprios e elaborando estatísticas de acidentes, para obter subsídios destinados à melhoria das medidas de segurança;</p> <p>manter contatos com os serviços médico e social da empresa ou de outra instituição, utilizando os meios de comunicação oficiais, para facilitar o atendimento necessário aos acidentados;</p> <p>coordenar a publicação de matéria sobre segurança no trabalho, preparando instruções e orientando a confecção de cartazes e avisos, para divulgar e desenvolver hábitos de prevenção de acidentes;</p> <p>inspecionar as condições de trabalho em obras e serviços executados por empreiteiras contratadas, a fim de garantir o cumprimento das cláusulas contratuais, eliminando vulnerabilidades por responsabilidade solidária à Prefeitura;</p> <p>participar de reuniões sobre segurança no trabalho, fornecendo dados relativos ao assunto, apresentando sugestões e analisando a viabilidade de medidas de segurança propostas, para aperfeiçoar o sistema existente;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>
Topografo	<p>realizar levantamentos planialtimétricos, batimétricos, implantar pontos geodésicos e topográficos, operar base de monitoramento contínuo de satélites e posicionadores, realizar astronomia de posição, realizar cálculos topográficos e geodésicos;</p> <p>representar levantamentos topográficos, geodésicos, batimétricos, geofísicos e gravimétricos; realizar locações de máquinas, equipamentos e estruturas industriais, realizar levantamentos gravimétricos e geofísicos, local dados e informações georreferenciadas, fornecer suporte técnico a projetos e obras correlatas;</p> <p>elaborar documentos cartográficos estabelecendo sistemas de projeção cartográfica, semiologia e semiografia do documento cartográficos, elaborando processo de generalização cartográfica e articulação de cartas de projeto;</p> <p>preparar original cartográfico para impressão e controlar a qualidade do documento;</p> <p>compatibilizar sistemas geodésicos e gerar modelos digitais de terreno e elevação;</p> <p>efetuar levantamentos através de imageamento terrestre, aéreo e orbital, planejando a cobertura aerofotogramétrica, por sensor orbital ou terrestre, determinar apoio terrestre aos levantamentos aéreos ou orbitais, efetuar aéreo triangulação, processar imagens fotográficas e orbitais, ortorectificar imagens, restituir imagens e fotos, reambular originais cartográficos, interpretar imagens e editar restituições;</p> <p>participar da implantação de sistemas de informações geográficas, especificando base de dados, avaliando as ferramentas do sistema, desenvolvendo modelo topológico, integrando bancos de dados e base cartográficas ao sistema de forma a produzir informações geográficas espaciais e descritivas;</p> <p>participar da implantação de cadastros técnicos, fiscais, imobiliários e destinados a multifinalidades, definindo a base cartográfica a ser utilizada, a logística do trabalho, auxiliando na estruturação do banco de dados, realizando levantamentos cadastrais rurais e urbanos, coletando e validando dados cadastrais e participando da definição da metodologia de atualização do cadastro;</p> <p>atuar na área de geotécnica preparando avaliações e cartas de risco naturais e antrópicos, participando do estabelecimento de zoneamentos ambientais e geotécnicos, preparando plano de instrumentação hidrogeotécnica;</p> <p>assessorar fiscais municipais elaborando pareceres técnicos, orçamentos, perícias, em sua área de atuação, colaborando para o cumprimento da legislação urbanística e aumento da arrecadação tributária do Município;</p> <p>elaborar especificações técnicas e esboço da área estudada, utilizando fotografias aéreas ou outras possibilidades, para apresentá-los sob forma de mapas e diagramas geofísicos;</p> <p>elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, sugerindo medidas para a implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;</p> <p>participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;</p> <p>conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos;</p> <p>orientar os servidores que o auxiliam na execução de tarefas típicas do cargo;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p>

DECRETO Nº 676/17

. DECRETO Nº 676/17

. De 10 de agosto de 2017

ANULA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0181.0009.2231.3339000000000000	03100000	3.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0181.0009.2231.3449000000000000	03100000	3.000,00

Art. 3º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 677/17

. DECRETO Nº 677/17

. De 10 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 228.000,00 (DUZENTOS E VINTE E OITO MIL REAIS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0181.0009.2231.3449000000000000	03000000	139.000,00
09.002.0015.0181.0009.2231.3449000000000000	03100000	89.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 678/17

. DECRETO Nº 678/17

. De 10 de agosto de 2017

ANULA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0181.0009.2231.3339000000000000	01000000	36.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0181.0009.2231.3449000000000000	01000000	36.000,00

Art. 3º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 679/17**DECRETO Nº 679/17**
De 10 de agosto de 2017**HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO**
SELETIVO PÚBLICO Nº012/2017 / MÉDICO 20 HRS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da [Lei Orgânica](#) do Município, Lei [4.724/12](#), Edital nº 12/2017 homologado pelo Decreto 637/17 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Classificação Final em atendimento ao item 7.5 do Edital, Processo Seletivo Público nº 012/2017, MÉDICO 20HRS:

Nº	Nome	Tempo Serviço	Especializações	Tempo Serviço Público	Total	Data Nascimento	Observação
1	Nachmann José Gordon	10	0	0	10	25/12/1937	
2	Rogério Freilas Martins da Costa	2	5	0	7	14/03/1981	
3	Davidson Bruscaro Farias	2	0	2	4	08/08/1982	
4	Paula Nicole Tigre	2	0	2	4	24/07/1981	
5	Karen Idzi	1	0	1	2	07/03/1988	
6	Lee James de Souza Ramos	1	0	1	2	27/07/1988	
7	Hugo Norberto Gonzaga	0	0	0	0	01/09/1985	
8	Ezevaldo Nogueira Lima Sobrinho	0	0	0	0	28/08/1987	
9	Marcos Piazzola Bueno	0	0	0	0	05/08/1981	
10	Kleber Reinert	0	0	0	0	12/12/1981	
11	Philippe Manes de Souza	0	0	0	0	04/03/1982	
12	Maria Isabel Scheidl	0	0	0	0	01/08/1983	
13	Amanda Blanski de Castro	0	0	0	0	02/08/1983	
14	André Ameno Ribeiro	0	0	0	0	29/10/1979	*

*Desclassificado por falta de ficha de inscrição

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 680/17

. DECRETO Nº 680/17

. De 10 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.108,09 (SETENTA MIL E CENTO E OITO REAIS E NOVE CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
10.002.0017.0512.0010.2262.3339000000000000	01000005	70.108,09

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2017

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH

Processo Licitatório nº 130/2017

Edital de Pregão Presencial nº 005/2017-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de dois lava-jatos, sendo um profissional e um semi-profissional.

Entrega dos envelopes: 23/08/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 23/08/2017 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

Márcio Moisés Selhorst – Diretor Executivo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2017

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 131/2017

Edital de Pregão Presencial nº 048/2017-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais para sinalização viária do DEMUTTIN.

Entrega dos envelopes: 24/08/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 24/08/2017 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2017

Extrato

Ata de Registro de Preços 023/2017

Processo Administrativo 091/2017

Pregão Presencial 041/2017

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste Ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Lucio Malmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 041/2017, homologadas aos 10 dias do mês de agosto de 2017, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a Seleção e Futura contratação empresa especializada na prestação de serviços de arbitragens para competições em diversas modalidades esportivas a serem promovidas pelo Município de Iporã do Oeste.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: ASSOCIACAO LIGA ESPORTIVA OESTINA

Item	Produto	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO NAS MODALIDADES DE FUTSAL E FUTEBOL SETE.		SERV	300	R\$110,00	R\$33.000,00
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO NA MODALIDADE DE VOLEIBOL		SERV	30	R\$100,00	R\$3.000,00
3	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO NA MODALIDADE DE FUTEBOL DE CAMPO		SERV	90	R\$296,00	R\$26.640,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 12 (dode) meses contados da data de sua publicação.

As demais cláusulas estão descritas na presente Ata.

Município de Iporã do Oeste (SC), em 10 de agosto de 2017.

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

Associação Liga Esportiva Oestina

Ipumirim

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 56/2017, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2017/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 56/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso I, cujo objeto é: Tendo em vista que o Município tem interesse em promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Ipumirim e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 10/08/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57/2017, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2017/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso I, cujo objeto é: Tendo em vista que o Município tem interesse em relevantes serviços prestados pelos Bombeiros Voluntários a população ipumirinese, em especial aos atendimentos de primeira resposta, combate a incêndio, primeiros socorros e resgate veicular, além de outras atividades em colaboração com o Poder Público. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 10/08/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 56, IL Nº 2-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2017 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2017 Data do Processo: 10/08/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 56/2017
b) Licitação Nr.: 2/2017-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 10/08/2017
e) Objeto da Licitação Tendo em vista que o Município tem interesse em promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Ipumirim e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

APAE-ASSOC. PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (6148)

1 Tendo em vista que o Município tem interesse em promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Ipumirim e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes ipumirimenses portadores de necessidades especiais. Assim, realizar o atendimento educacional especializado aos educados com deficiência intelectual e múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho em anexo, devidamente aprovado pela Comissão de Seleção e Julgamento, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito, conforme condições fixadas neste instrumento e seus anexos.	SER	1,00	0,0000	15.000,00	15.000,00
---	-----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 15.000,00

Total Geral: 15.000,00

Ipumirim, 10 de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 57, IL Nº 3-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2017 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 57/2017 Data do Processo: 10/08/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 57/2017
b) Licitação Nr.: 3/2017-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 10/08/2017
e) Objeto da Licitação: Tendo em vista que o Município tem interesse em relevantes serviços prestados pelos Bombeiros Voluntários a população ipumirinese, em especial aos atendimentos de primeira resposta, combate a incêndio, primeiros socorros e resgate veicular, além de outras atividades em colaboração com o Poder Público.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE IPUMI (7559)

1 Tendo em vista que o Município tem interesse em relevantes serviços prestados pelos Bombeiros Voluntários a população ipumirinese, em especial aos atendimentos de primeira resposta, combate a incêndio, primeiros socorros e resgate veicular, além de outras atividades em colaboração com o Poder Público.	SER	1,00	0,0000	70.000,00	70.000,00
--	-----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 70.000,00

Total Geral: 70.000,00

Ipumirim, 10 de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Irani

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES - CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Edital de Concurso Público Nº 001/2017 - Prefeitura Municipal de Irani – SC

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Agente Administrativo		
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	654863	Alex Uberti
2	638272	Alexandre Luiz Pereira
3	644957	Aline Cristiane Zasneski Diniz
4	658932	Aline Vanessa Trates Pavan
5	659892	Alison Da Silva
6	634297	Amanda Santos
7	651478	Ana Claudia Iaros Soares Borges
8	659799	Andrea Silva Dos Santos
9	634345	Aniely Karina Blaka De Salles
10	641318	Antonio Carlos Melo
11	658532	Barbara Sabrina Chaves De Lima Lorenci
12	640785	Bruna Boeno Tibes
13	654383	Bruna Elen Santos Trindade
14	634264	Bruna Fagundes
15	646595	Carine Mineiro
16	634989	Carlos Tiago Nascimento
17	659175	Caroline De Moraes
18	659819	Cezar Germano Guerreiro
19	656619	Claudemir Jose Trento
20	636594	Cristiane Aparecida Pereira
21	657997	Cristiane Dalmagro
22	634506	Cristiano Rodrigues Da Silva
23	657414	Danielle Carmona Rodrigues
24	635165	Danielli Cristina Machado Biavatti
25	634216	Debora Almeida
26	657104	Debora Cristina Segala
27	638887	Debora Ferreira Da Silva

28	652302	Diessica Rossi Frigo
29	659848	Diogenes Francisco Britto
30	641507	Edina Xavier Alves
31	650502	Edineia Cristiane Zenaro
32	634365	Elen Corbari
33	634406	Eriton Junior De Melo
34	651885	Fabiano De Melo
35	653056	Fabio Peruzzo
36	660658	Felipe Alves De Moraes
37	659967	Fernanda Paula Nondilo
38	659749	Geane Steffenon Olbermann
39	655056	Geovana Barbara Zenatti
40	638642	Gescica Coelho Do Rosario
41	651859	Gessica Da Silva Vieira
42	634847	Gian Ritter De Moura
43	635019	Glades Deola
44	640080	Grasiele Regina De Souza
45	657685	Gustavo De Lima Chura
46	634230	Ilderson Jhones Marchetti De Moura
47	634755	Indiamara Bueno Dos Santos
48	659635	Ingrid Braatz
49	651316	Ingrid Fernanda Tomal
50	639001	Jamaille Angela Antunes Zenaro
51	653236	Janaine Helen Tomal
52	659916	Jane Ester Rodrigues
53	654143	Janete Rodrigues Da Silva
54	634937	Jaqueline Loraschi
55	659268	Jessica Carla Da Silva
56	657558	Jessica Hauff
57	641501	Jessica Mendes
58	634155	Jhenefer Regina Bussolaro
59	648519	Joceia Chaves
60	660134	Jucimara Sarturi
61	657433	Juliana Sommer

62	655942	Juliane Goncalves De Azevedo
63	638653	Kerolainy Coelho Do Rosario
64	636879	Luana Deola
65	656517	Luana Sama Costa
66	659720	Luciane De Oliveira Vieira
67	635865	Luciane Petry
68	658869	Maiara Batista Da Silva
69	634610	Maiqueli Fernandes Voss
70	660659	Marcos Paulo Gazzoni
71	635515	Marieli Chiot
72	660318	Marilia Franciela Farina
73	636001	Marines Fatima Salvi Zuege
74	643130	Marivania Carvalho Da Silva
75	636449	Marta Pegoraro
76	658070	Matheus Aurelio De Avila
77	644834	Mauricio Peruzin Serafin
78	660051	Mauricio Pino Gomes
79	656830	Messias De Jesus Alves
80	634197	Naiane Pedroso Leoratto
81	638628	Nathani Lisnara Ribeiro
82	657907	Nayara Tania Anderson
83	660021	Nicoli Ideker Lindner
84	635065	Paloma Venturin Pedron
85	644876	Pamela Cristina Johann Ribeiro
86	634300	Pamela Ribeiro Trindade
87	634502	Raquel Dallacosta
88	660727	Renato Cezar Zaine
89	656505	Rodrigo Giovanni Turmena Siega
90	638308	Rodrigo Martins Frozza
91	654174	Rosa Aparecida Dos Santos Boeno Backes
92	658744	Sacha Maria Do Amaral
93	658049	Sidiane Mendes
94	635554	Taina Carla Mortari Dos Santos
95	636210	Thalia Alessandra De Marco
96	634198	Tiago Kades
97	658938	Tiago Michael Fernandes De Andrade
98	655767	Tuani Leticia De Bastiani

99	635244	Vanderlei Azevedo
100	656211	Vanderleia Cavalheiro De J. Marques
101	647536	Vitor Augusto Mistura Deitos
102	634745	Vitor Augusto Zampieri
103	657054	Willian Junior Antonelo
Agente Construção e Manutenção		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	656882	Cleiton Edson Gnoatto
2	660018	Joao Alves Da Rosa
3	636551	Joao Carlos Ferreira
4	660151	Juliano Da Silva
5	643429	Marcos Antonio Da Luz
Agente de Administração		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	660521	Adair Jose Guareski
2	660056	Adriana Chies Ferri
3	648144	Alice Paganini
4	657658	Ana Paulina Timoteo Sena
5	647517	Bruna Fabiana Dummer Novakowski
6	642596	Deleon Perez Mendez
7	654073	Eliane Tortelli Ferri
8	644324	Elizete Maria Souza Da Luz Kades
9	634452	Elizeu Studinski
10	660344	Fernando Schereiner
11	660007	Flavio De Melo
12	650195	Franciele Regina Siega
13	660416	Gilson Antonio Amaral
14	647450	Italo De Bastiani
15	660449	Jairo Tadeu Machado Da Silva
16	655203	Joviane Aparecida Perondi
17	634184	Liamara Do Prado Ribeiro De Souza
18	658490	Mario Adilson Johann
19	643728	Tainara Follmann
20	653507	Valdevino De Azevedo
21	658211	Verediane Fatima Bussolaro

Agente de Copa e Limpeza		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	637451	Adriana De Fatima Gomes
2	634607	Alaide Benta
3	658523	Alexandra Rodrigues Dos Santos
4	658871	Alessandra Rodrigues Dos Santos
5	652488	Aline Rodrigues De Mello Colasso
6	649181	Ana Aparecida Oro
7	634929	Ana Paula Alves Correa Ferreira
8	637074	Andreza Nadia Venturin
9	641144	Berenice Pereira
10	636961	Bernadete Libra Peruzzo
11	636570	Camila Aparecida Ribeiro Rigo
12	657176	Carine Correia
13	635896	Cecilia De Fatima Santos
14	656902	Chris Aparecida Lima
15	647801	Cirineu Aparecida Lopes
16	636565	Claides Martinazzo
17	653460	Clarisse Kichel Ebert
18	656225	Claudete Fabricio
19	658510	Clementina Salete Kalinoski Szymansky
20	636481	Cleucir Bernardo
21	659430	Cleunice Aparecida Guerreiro Salambaia
22	660139	Conceicao Pereira Da Silva
23	637697	Daiane Hollmann De Oliveira
24	641892	Daniela Colaco Andreis
25	637121	David Henrique Piasson
26	640629	Denilce Aparecida De Mello Alves
27	660023	Eliane Alves Da Rosa
28	637467	Eliane Aparecida De Carvalho
29	656077	Eliane Thibes
30	660457	Elizete Conti De Oliveira
31	636375	Elizete Nunes Dos Santos Cachoeira
32	654826	Fatima Cristina Salvinski
33	660193	Fatima Leoratto Gomes
34	654837	Fernanda Lucia Salvinski

35	659840	Gilvan Santos Dos Santos
36	648316	Ieda Cassol
37	659922	Ivanei Aparecida Fabris
38	657785	Ivanete Coelho Do Rosario
39	659954	Ivanilda Anderson
40	640762	Ivete Zamarki
41	659847	Ivone Peruzzo Simao
42	634335	Ivonete Xavier Alves
43	641171	Jacqueline Santiago Da Silveira Ramos
44	640460	Janete Teresinha Pimentel
45	659893	Juliana Aparecida Fernandes
46	651226	Juraci Dias Gallas
47	634841	Jussara Pereira Domingos
48	656143	Katia Fernandes De Paula
49	651335	Leticia Felesbina Dos Santos
50	654310	Loeri Rossetti
51	653089	Loreni Ferreira Velho Dos Santos
52	656177	Lorivane Muler Schneider
53	658716	Luciane Ribeiro Vieira
54	658495	Lucimari Eufrazio Dias
55	650284	Lucinda Vieira Machado
56	638578	Marcia Aparecida Linden
57	652655	Marcia De Souza Ribeiro Dias
58	643946	Marcia Inez Da Silva
59	645385	Marcia Ribeiro
60	660501	Maria Aparecida Dias
61	636884	Maria Ivana Fogaca
62	659813	Maria Noeli Da Silva
63	647825	Maria Rosenilda Nicanor Leoratto
64	636414	Maria Silva
65	658649	Maria Tibes Lima
66	657193	Marilete De Jesus Maciel
67	640504	Marinez Ronchetti
68	641192	Marisete Chaves
69	640197	Nelsa Zenaro
70	635387	Neuza Dias Do Nascimento Blotz
71	639513	Ossimone Coelho Do Rosario

72	637485	Rosana Rodrigues Maciel
73	638813	Rosangela Da Silva
74	647800	Rosangela Pereira
75	635886	Roseli De Souza
76	638395	Rosemeri Dos Santos
77	635700	Salete Frozza
78	648795	Samara Sanini
79	656162	Sandra Pascoa Salvador
80	657223	Sara Cristina Tanello De Almeida
81	640260	Sheila Daiana Dutra De Mattos
82	652623	Sidiane Moreira Leite
83	659636	Silvana Aparecida Antunes
84	660225	Silvana Da Rosa
85	635589	Silvia Campagna
86	659902	Silvia Giseli De Oliveira Moraes Da Silva
87	659949	Sirlei Cleci Schmidt
88	636300	Sirlei Salete Balbinot
89	658862	Solange Aparecida Blaka
90	659369	Solange Cipriano De Almeida Da Luz Muller
91	634988	Sueli Carneiro De Oliveira Amadei
92	636349	Taise Lourenco De Liz Weil
93	636123	Tatiane Ronsoni Da Luz
94	649160	Terezinha Pereira Domingos
95	658704	Wilson Tribeck
96	654065	Zilda Machado Zimmermann

Assistente Social

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	636991	Aline Elizabeth Minks
2	649427	Ana Paula De Souza
3	646534	Ange Regina Ebeling
4	634881	Arlete Correa
5	654264	Aronildo Pereira Flor
6	656840	Assusiane Salete Ferreira Menezes
7	642904	Barbara Patricia De Mello
8	650750	Bruna Sumny Pozzobon
9	634744	Camila Bordignon

10	642320	Carla Cristina Toniello
11	635696	Carolina De Paris
12	654882	Claudia Tonet
13	655201	Cristiane Demartini
14	640527	Cristiani Gislaine Muller
15	654865	Deise Dezzanetti
16	660413	Edirleia Trentin
17	636139	Elza Aparecida Ribeiro Dos Santos De Almeida
18	660792	Erica Cristiane Dellagostin
19	634508	Evelin Cintia Perin
20	659694	Fabiana De Oliveira
21	634170	Francieli Dambros
22	635297	Francieli Selarin
23	638371	Gabriela Stang
24	634199	Geovania Ruth Montag Giombelli
25	655095	Gessi Datsch Rodio
26	660744	Gisele Da Silva
27	640284	Greice Momm Fontanive
28	659715	Hellen Tassiane Dieder
29	660080	Ines Cleonice Schroeder Schneider
30	634204	Jaine Camila Zenatti Krindges
31	657475	Janete Couto De Oliveira
32	634777	Jenifer De Lima Willrich
33	635547	Jordana Cararo Momo
34	657577	Juliana Fernanda Kades
35	635847	Juliana Mara Olkoski Fiametti
36	660263	Jussara Consoladora Colle
37	634718	Lais Bossini
38	643118	Larissa Ruviaro
39	644988	Liamar Alexandra Ferrasso
40	634577	Lilian Angonese
41	659652	Lucilene De Fatima Dos Santos
42	650161	Marcia Malkut Andruchewicz
43	660123	Marcia Mara Waes
44	657712	Marcia Rosane Dos Santos
45	635530	Maria Aparecida Drapalski
46	659124	Mavia Viviane Maciel Sodre Guerin

47	642180	Noeli Antunes Negretto
48	660762	Priscila Alves Pereira
49	634756	Rosane Tressino
50	634326	Rosilei Dias De Siqueira Rosilei
51	648771	Silvia Maria Neckler
52	658914	Tatiane Lasta
53	650190	Terezinha Melania Souza Da Luz Santin
54	641810	Veronica Alves De Carvalho Ferreira

Auxiliar de Consultório Dentário

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	656590	Aline Dos Santos
2	636588	Charline Nair Amaral
3	660081	Cristiele Filbert
4	643684	Daniela Aparecida Vicenci
5	644459	Mariluci Dalla Costa Tieppo
6	640687	Miria Oliveira Fragoso
7	653006	Tania Da Silva
8	634161	Vanessa Guareschi

Auxiliar de Creche

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	656515	Adaiane Dulcinea Lopes Santana Knobloch
2	634200	Alexandra Cristina Zamarki
3	659960	Alexandra Kades
4	634348	Alice Dos Santos
5	634303	Alice Tamanho
6	657835	Aline Dalla Costa
7	656282	Aline Giachini Ribeiro
8	638555	Amanda Aparecida Rosa
9	639476	Amanda Varotto De Oliveira
10	635397	Ana Cila Estipe
11	657749	Andieli Cristina Dos Santos Vieira
12	660323	Andreia Amadei Pagnoncelli
13	658227	Andressa Dos Santos
14	656943	Andressa Peruzzo Kades
15	651454	Barbara De Camargo

16	640753	Barbara Zamarki Nicanor
17	634156	Bianca Scapini
18	634249	Camila Moreira Cardoso
19	658106	Camila Schmidt
20	652767	Caroline Rezende De Moraes
21	648816	Claudete Trombetta
22	644684	Cleonice Rodrigues Dos Santos
23	651297	Cristiani Aparecida Kafer
24	648729	Cristina Gomes Alves
25	655890	Daiana Santos Correa Da Silva
26	649751	Daniela Dos Santos
27	654237	Danieli Machado Fidel
28	657730	Debora Procopio Pereira
29	649468	Edilaine Angelica Zenaro
30	659649	Edileusa Lorenzatto
31	656007	Eliandra Hilario
32	636113	Eliane Aparecida Dos Santos
33	644460	Elisandra Ott De Meneses
34	656511	Elizabeth Peres Mendes
35	637108	Ellen Cristina Da Nhaia
36	657227	Fabiana Cristina Dias
37	635180	Franciane Santin
38	635058	Francieli Aparecida Barbosa
39	640290	Francieli Caroline De Souza
40	634523	Francisca Freire
41	656280	Gabriele Pereira
42	656024	Gecieli Acosta Hilario
43	660653	Gessica Camila Zenaro
44	657182	Gracieli Bertocho Kugelmeier
45	659931	Idiane Paula Vizzotto
46	639968	Ionara Oliveira Zenaro
47	648173	Jaine Machado Zimmermann
48	656538	Janaina Luzzi
49	648554	Jessica Da Silva Camargo
50	634904	Jessica Paloma Lorenzatto
51	654026	Joceane Colle
52	639523	Joseane Ribeiro Galvao

53	659214	Josiani Patricia Zenaro Santos
54	655013	Josieli Sineia Braatz Dos Santos
55	657202	Jucelaine Gentilini Leoratto
56	650123	Julia Franceschina
57	649402	Juliana Dos Santos Da Silva
58	634483	Juliane Sandi
59	660221	Karla Cristiane Kades
60	660543	Kelly Wolski
61	639092	Larissa Amanda Alves
62	659939	Larissa Fabris
63	656275	Laudimiria Ribeiro Da Silva Deola
64	650529	Leticia Kaster
65	660397	Liandra Do Amaral Mariano
66	644296	Lisandra Taionara Todescatt
67	658560	Lorena Antonia Trombetta
68	659968	Luana Dias
69	660766	Lucas Alves De Moraes
70	660327	Luciana Aparecida De Souza Zenaro
71	639002	Luciana Moraes
72	659524	Lucineide Da Silva Costa
73	635985	Maira Zanella
74	650820	Mara Rosane Valente Dos Reis
75	637976	Marciana Fernandes Dos Santos
76	656860	Marcieli Karina Da Silva
77	642005	Margarete Lohmann
78	650674	Mariele Galvao
79	638275	Marieli Da Silva
80	649759	Marieli Salete Oliveira Da Silva
81	657369	Marilene Aparecida Correa Sampaio
82	650217	Mariluz Martins Ferreira
83	655171	Marines Moreira Leite De Chsves
84	660269	Marlei Staggemeier
85	660406	Marli Aparecida De Freitas
86	640950	Marli Teresinha De Azevedo Perez
87	660100	Marlova Adriano Dalmagro
88	641374	Marta Ferreira Nascimento
89	640514	Marta Tomas

90	659810	Mayara Perez Zamarki
91	656540	Monique Caroline De Moura
92	657419	Neivana Terezinha Bischoff De Lima
93	646925	Neucimara Susana Bertoldi
94	649143	Neura Dalla Costa
95	654021	Olsimara Anderson Neezi Recalcatti
96	657395	Pamela Miria Da Rocha Viana
97	634614	Priscila Cassol
98	640962	Priscila Schimitz
99	639506	Rafaela Castro Dos Santos
100	634783	Raquel Pereira
101	635405	Rosangela Carvalho
102	636161	Roselei Peruzzo
103	634832	Rubia Chaves
104	647928	Sabrina Santos Lemos
105	639390	Salete Bertocho
106	636592	Salete Terezinha Gomes De Oliveira Do Amaral
107	648116	Sandra Mara Fornari Pellizzaro
108	659606	Sandra Marta Cantele
109	636886	Sara Jheniffer Cardoso
110	635633	Sayonara Tedesco
111	649760	Sheila Ricci Vargas
112	639132	Simone Moreira Leite
113	634328	Stephanie Correia De Melo
114	637433	Suzane Longo Peruzzo
115	660037	Suzi Carla Costa Rosa
116	657290	Vanessa Aparecida Moreira Leite
117	636202	Walquiria Tonia Anderson

Auxiliar de Serviços Gerais

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	639392	Airton Soares
2	660405	Andreia De Fatima Moraes Da Silva
3	655053	Daniel Prestes De Almeida
4	660156	Eder Malmann
5	641909	Edson Prestes De Almeida
6	654798	Fabio Marcon

7	660402	Giceli Da Silva
8	651305	Gilmar Domingos Luiz
9	659420	Ivanir Salambaia
10	659336	Izamara Zanella Farinella
11	657169	Jonatas Alves Da Fonseca
12	635078	Lucas De Oliveira Luz
13	660715	Maiara Haefliger
14	655910	Marcos Antonio Rodrigues
15	657334	Marli Do Amaral
16	634372	Rodrigo De Avila
17	637598	Vagner Rafaelli

Contador

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	636084	Ado Lima Machado
2	651236	Adriane Pavan Nora
3	659046	Andre Luiz Chimanacio Braz Barros
4	657731	Camila Maria Kades
5	649416	Carlos Eduardo Ribeiro Machado
6	634245	Carolina Maria Pasquali Da Rosa
7	651032	Clauciane Leoratto
8	660516	Danimar Demartini
9	654888	Deise Mara Gusatto
10	658305	Diana Comin
11	634554	Ediane Serraglio
12	643236	Emanuel Fernando Meneghini
13	660107	Emanuely Tayna Johann
14	660677	Flavio Alves Das Silva
15	634252	Gilnei Fuchina
16	640505	Giulia Filipini Laabs
17	635032	Graziela Alves Dos Santos
18	660314	Graziela Leticia Pitucco Salvador
19	658181	Jessica Cassol De Lima
20	650220	Joel Kemmerich Do Amaral
21	660797	Jonas Fernando Riffel
22	634196	Juliana Paula Possamai
23	634957	Juliano Antunes De Lima

24	654005	Leonardo Luis Martins
25	636649	Liane Bergmaier
26	635785	Luis Carlos Henz
27	634677	Maila Kreibin
28	636641	Marcelo Giombelli
29	659436	Marcio Luis Sampaio
30	636025	Mateus Paulo Petry
31	657463	Nilson Luiz Moretto
32	659008	Osnei Jableski
33	647565	Rafael Tarcisio Cassol
34	659915	Regina Maria Bragagnolo
35	650812	Reni Francisco
36	634150	Susane Devens

Enfermeiro

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	634864	Airison Guedes Antunes Dos Santos
2	655233	Aline Bolsan
3	659599	Aline Pezzi Albert
4	659727	Aline Techio
5	647535	Ambrosio Zabloski
6	660575	Ana Elize Barzotto Fernandes
7	636257	Ana Paula Cesco
8	659996	Angela Meira Sagaz
9	651354	Camilla Paula Olchovi Favaretto
10	654231	Caroline Camillo Grisa
11	635967	Caroline Rita Torteli
12	660058	Catia Mosele
13	659566	Crislaine Marcanzoni Pereira Da Silva
14	659674	Cristiane Beatriz Piva
15	656527	Cyntia Mazon Moreira
16	645361	Daiana Rossi
17	651225	Dandara Boor
18	636261	Dani Felipe De Souza Pinto
19	656829	Danieli Gehlen
20	659530	Debora Gaio Vargas
21	660307	Denise Stefaniak Senn

22	646465	Denner Regis Urel
23	640601	Douglas Goncalves
24	639418	Edina Gugel Da Silva
25	656680	Eidione Tayse Romani Teixeira
26	659938	Elaine Natalia De Souza
27	658009	Eliani Mortari
28	660407	Eliciani Aparecida Kades
29	634312	Elizangela Farias Filipp
30	634158	Fabiane Forcelini Trento
31	640113	Fatima Kosmann
32	634533	Franciele Aguida Pegoraro
33	634899	Francieli De Souza
34	640478	Gabriela Rebeschini
35	635500	Gessica Cristina Dos Santos Parizotto
36	653445	Giliane Cristina Pires Vieira
37	656725	Gilvanei Santos Ortiz
38	639577	Glaciela Lurdes Lenzi Maziero
39	658974	Ingrid Brunelle Reis Alcantara
40	658492	Ione Nunes De Almeida
41	635717	Jerusa Fumagalli Schaf Nunes
42	634576	Juciele Andrade
43	634403	Julia Marcon
44	658496	Jusara Fatima Das Neves
45	651140	Kelly Fernanda Durdyn
46	639703	Kelly Fernanda Pereira Dos Santos
47	660102	Kleide Maris Zardo
48	655240	Laryssa Ivaz Correia Da Silva
49	634589	Liliane Aparecida Alves Batista
50	656556	Lisiani Rosa Rennau
51	638399	Luana Turra
52	635541	Luciana Aparecida Arndt
53	636607	Luciana Bottin
54	637487	Luciana Dezzanetti
55	660372	Lucimar Peruzzo
56	645984	Luiz Antonio Quibem
57	659556	Mariane Signor
58	634557	Marilaine De Oliveira Davide De Oliveira

59	634332	Marilaine Lorenci
60	634396	Marlete Bernardi
61	644920	Marli Pedroski Oro
62	659118	Micheli Cristina De Oliveira Chaves
63	654987	Morgana Regina Stumpf
64	657210	Neimara Bragagnollo
65	634149	Pamela Schwingel
66	640554	Patricia Sulsbach
67	634790	Patricia Tatiane Kuttner
68	637099	Priscila Corradi Dos Santos
69	651185	Rita De Cassia Oliveira Franceschina
70	650113	Rodrigo Andruchewicz
71	645777	Rosane Maria Gerhard Breier
72	635327	Sabrina Zancanaro
73	634644	Saraonice Sarturi Provenci
74	650754	Sergio Enrique Gutoski
75	658031	Simoni Chiotti
76	635619	Suelyn Otilia Klassen
77	634431	Tailine Cristina De Lucca
78	660607	Taissa Fernanda De Carvalho
79	634991	Taiza Dal Pian
80	657528	Thaise Sonda Da Silva
81	646731	Vivian Franceschet

Farmacêutico

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	634263	Aline Angela Bavaresco
2	656591	Andressa Turmena Siega
3	660519	Anelise Da Silva Bitencourt
4	650147	Cintia Emanuele Malmann Feyh
5	652953	Debora Trevisan Vendruscolo
6	645648	Diana Caroline Schneider Da Silva
7	642101	Giselle Belo Mazalotti
8	634615	Iara Cristina Ribeiro Da Silva
9	646961	Juliana Franceschina
10	635370	Lidiane Caroline Zenaro Guerreiro
11	637316	Mariely De Meira Morais Zenaro

12	635123	Mitaly Franzen
13	659671	Morgana Nesi
14	645404	Taiza Czornei
Fisioterapeuta		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	659690	Alessandra Paula Salerno
2	659823	Ana Paula Maihack Gauer
3	634637	Andressa Dos Santos
4	635601	Andressa Hippler
5	638182	Androara Silvestre Lohmann
6	660275	Camila Pires Da Silva
7	656509	Cassio Noronha Martins
8	637740	Catia Kirsten Conte Pigosso
9	636699	Cinthia Paim De Campos
10	640032	Clair Fiorini
11	638088	Daniela Kramer Baldissera
12	651192	Debora Aline Bobato
13	656425	Edina Alves De Lima
14	659247	Elmirian Regina Padoan
15	640468	Franciele Rossi Antonioli
16	643784	Janaina Molozzi Rossi
17	658261	Jeannie Criz Bettega Maciel
18	641681	Joice Aparecida Padilha
19	660196	Jonathan Caldart
20	657542	Josy Caroline Fabian
21	653012	Julia De Deus E Silva
22	659449	Juliana Silvestri Da Costa
23	655179	Leticia Bazzi
24	656031	Liziane Das Gracias Pagnoncelli Ropelato
25	658989	Loana Clamer De Lima
26	653697	Luis Eduardo Da Rosa
27	659953	Rebeca Lobo De Oliveira
28	660328	Rubia Mara Maziero
29	636560	Sabrina Cabreira Barreto
30	644334	Samanta Andresa Nunes
31	650903	Seloi Azeredo E Silva

32	656257	Taize Maria Bordin Machado
Médico		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	657234	Alberto Roberge Junior
2	654149	Andreia Domingos Frattini Vaz
3	660403	Aner Deanderson Xavier Rocha
4	635363	Karina Baggio Wrubel
5	650859	Priscila Balsan Kophal
6	638699	Roberta Goldmeier
7	659886	Weyden Dos Reis Jobim
Médico Veterinário		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	656845	Alexsandro Gritti
2	659620	Aline Paula Casarotto
3	635163	Ana Carolina Sousa Da Silva
4	635094	Ana Paula Abati
5	652805	Andressa Carminatti
6	644682	Antonio Roman Vanz
7	636076	Barbara Neumann Zimmer
8	648920	Bruna Artner
9	649129	Camila Conte
10	636943	Carla Alexandra Nicolao
11	639642	Carla Danieli Caliar
12	660765	Daniel De Oliveira Colvero
13	647831	Daniel Paes Pereira
14	635913	Daniel Somensi
15	645265	Diana Balbinott
16	655091	Eduardo Soliman De Souza
17	646161	Elizandra Rejane Rex
18	659223	Gabriel Sartor
19	651295	Gabriela Casa
20	657014	Giane Trentin
21	639988	Giseli Leoratto
22	660090	Gustavo Felipe Gois Padilha Hugen
23	659555	Indiamara Zanlorenzi Ramos

24	638267	Ivan Meneguetti
25	656963	Izabela Todescatt Tussi
26	639547	Jarbas Telo
27	645387	Jessica Fidencio
28	659745	Jessica Scortegagna
29	634530	Joao Gabriel Siqueira
30	656595	Jonathan Leonardo Ampessan
31	654963	Jordana Magro
32	650279	Juliana Petronilha Da Silva
33	651719	Keila Catarina Prior
34	642412	Kelly Sandra Maziero
35	660666	Luan Junior Piccini
36	658632	Marcelo Abatti
37	656620	Marcelo Reginaldo Vieira
38	657923	Marciane Barbieri
39	635457	Marline Pozza
40	650059	Mauricelia Mesquita De Sousa
41	659583	Rafael Luiz Olivo
42	637754	Raissa Isaura Rossi
43	644926	Raphael Vieira Paes
44	638044	Roger Pascoeti
45	636319	Rui Reis De Cerqueira
46	652336	Simone Griebeler
47	656346	Thais Bastos Stefanello

Motorista

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	634274	Alan Antonio Bavaresco
2	641134	Andre Luiz Baldessar
3	656457	Ari Dalberti
4	654894	Arlei Carvalho Da Cruz
5	635930	Claudinei Pedro Cardoso
6	635592	Claudio Cesar Chaves
7	655027	Clione Ferrasso
8	658745	Edenilso Luiz Testa
9	660253	Edson De Oliveira Spagnolo
10	660052	Evandro Lula Da Silva

11	659775	Everton Ropelato
12	656154	Geovani Deivi Schneider
13	659879	Gerson Calza
14	660143	Gilvane Alves Dre
15	648223	Iraque Isaias Pereira
16	635951	Ivanir Antoninho Gomes
17	652317	Jair Fernando Da Silva Vieira
18	654851	Janiomar Marcos De Siqueira
19	658902	Janisson Lima
20	641159	Joao Flavio Mello
21	659956	Joel Deola
22	641359	Juarez Vieira
23	636555	Julio Correa
24	658432	Leandro Ribeiro Dos Santos
25	659951	Leocir Spadotto
26	634433	Lucas Guilherme Da Silva Kern
27	643990	Luciano Santos Barroso
28	659943	Maik Rick Carvalho Nunes
29	658681	Miguel Pedroski
30	639709	Renan Moraes Da Silva
31	657903	Ricardo Damasceno
32	660229	Roberto Luiz Peres Da Silva
33	652079	Sidinei Alves Carvalho
34	655780	Valdecir Guareschi
35	638469	Vanderlei Eliano Ferasso

Nutricionista

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	645686	Ana Paula Da Silva Zanella
2	636188	Ana Paula Pellizza
3	660335	Caroline Moraes Da Rosa
4	636671	Catia Canal
5	645608	Cristiane Dalla Costa Comerlato
6	638098	Cristiane Milan
7	634376	Geovana Bombassaro
8	639967	Grazieli Fernanda Rossi
9	640239	Izabella Tozzo Falchetti

10	654795	Janaina Rodrigues Dos Santos
11	635797	Luana Marcele Munaretto
12	657955	Mariani Gabriela Martins
13	655191	Roselene Carla Hoffmann Koch
14	642364	Samara Luana Davi Bevilaqua Burnier
15	643019	Tais Dilda
16	655834	Tamires Giroto
Odontólogo		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	654006	Alexandre Lazzari Konflanz
2	660590	Aline Suzin Vitto
3	634691	Amarildo Luvison
4	635590	Ana Carolina Da Silva
5	634632	Analú Buzanello
6	634364	Andreia Sutil Da Trindade
7	634169	Andressa Cristina D'aghetti Zampieri
8	645871	Angela Maria Tomasi
9	655360	Bruna Crusaro
10	635583	Candida Bonadiman Jung
11	635451	Cleide Bertocho
12	658069	Cristian Mondadori Boaretto
13	638663	Daiane Pelizzari
14	660711	Daiane Witt
15	637444	Daniela Aline Conte
16	651908	Dayana Radatz Suris
17	639026	Eliana Lacerda Leite
18	646062	Endryele Marcon
19	655352	Flavio Augusto Vidi
20	657919	Gabriel Carneiro Antunes
21	634384	Gabriel Sousa De Matos
22	660299	Gabriela Reolon
23	636293	Glauciane Baccin
24	658727	Guilherme Marchetti
25	659122	Guilherme Schreiner
26	634367	Gustavo Schuller Forchesatto
27	634774	Helena Roth

28	646619	Iarima Waldruff
29	637911	Iolanda Bianchi Dornsbach
30	659782	Jamile Castegnaro
31	660464	Janrrie Bonato
32	657587	Jean Carlos Dagort Canello
33	642982	Joana Techio
34	645927	Julia Schmitt
35	634163	Juliana Rosa De Jesus Escobar
36	635300	Kathleen Strapasson Bordiga
37	636094	Katiane Ferla
38	634207	Larissa Demarrini Casagrande
39	657071	Leonardo Mantelli Reis
40	643989	Leonardo Moura Rosseto
41	636253	Maiquele Vogt
42	639507	Marco Antonio Ceolin Machado
43	659254	Mariana Macedo Ribas
44	642585	Maristela Ferreira Dos Santos
45	659248	Michael Machado
46	653687	Monique Baggio
47	660434	Morgana Ribeiro Da Costa
48	640614	Nathiele Amanda Varotto
49	657351	Nicole Regina Stahl Melchior
50	660322	Nicoli Mistura Rossi
51	634927	Patricia Graciela Franke
52	635240	Rafael Dellagrana Fedalto
53	660025	Rhaiza Longo
54	634464	Roger Reche
55	646690	Rubia Ferreira Mussoi
56	637455	Shanshaly Costa
57	640194	Taina Milena Muller
58	636430	Tamires Bortoli Pizutti
59	635149	Thais Menegat
60	660361	Valeria Cristiane Tremea
61	654115	Victorio Poletto Neto
62	636032	Volnei Poggere
63	636021	Willian Carlos Reis Rocha

Operador de Máquinas Rodoviárias		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	643959	Adelar Santos Da Cruz
2	658959	Adenilso Jose Teixeira
3	660084	Aldezir Dos Santos
4	658047	Anderson Germano Volmann
5	655174	Ari Antonio Zamarki
6	656926	Arlindo Goncalves De Azevedo
7	634280	Carlos Martins
8	645120	Claudilso De Oliveira Ribeiro
9	643806	Evandro Vieira Lopes
10	653990	Gelson Rodrigues Dos Santos
11	635352	Gilberto Antonio Biondo
12	656742	Ivar Luiz Deola
13	655015	Jacir Rossetti
14	656807	Jair Ferreira Brandao
15	650126	Jaisson Luiz De Marco
16	658961	Luis Fernando Alves Rodrigues
17	660029	Marcelo Bandeira
18	635516	Nadir Leorato
19	643077	Oziel Roberto Alves De Mello
20	656219	Pablo Antonioli
21	658516	Vilmar Jose Blaka
22	659948	Wagner Zardo
23	647510	Willian Abel Braghiroli
Operador de Trator de Pneus		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	654157	Fabio Junior Alessi
2	634357	Fabio Junior De Avila
Pedagogo		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	637677	Adelma Magnaguagno
2	646202	Adriana Argenton
3	644453	Cleusa De Lurdes Bernardi Genaro
4	660683	Cristiane Knebel

5	634778	Cristina Allebrandt Nazario
6	651696	Daiana Aparecida Bender
7	637556	Dalvana Cristina Sandi Zanini
8	659578	Driane Salete Spessatto Testa
9	634500	Edemila Bosio
10	650639	Eliane Pegoraro Guimaraes
11	659926	Fernanda Salete Lorenzatto Dos Santos
12	657912	Gilmar Antonio Ferreira Ricardo
13	634257	Luana Aparecida Zenaro
14	638203	Madelaine Lorenzatto
15	659475	Maria Madalena Trates
16	634334	Marina Beatriz Pereira Chaves
17	635150	Nesia Alves Theiss
18	659747	Noeli Paliano Ampeze
19	658803	Rosemar Botega Fabris
20	642088	Suelen Ferlin
21	653477	Taline Ebert
22	660695	Tatiane Ferreira Da Cruz Ribeiro De Freitas
23	654023	Tatiane Panissi
24	660800	Thalita De Carvalho Teixeira
25	647132	Viviele Andresa Gastmann
Psicólogo (20 Horas)		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	656627	Adriana May Rossi
2	634270	Daiana Roman Moreira Leite
3	639706	Eliane Rigo Mezalira Bisato
4	660228	Everly Zampieri
5	660450	Marcelo Henrique Frote
6	640211	Marialinna Bressan Zampieri
Psicólogo (40 Horas)		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	659864	Adnilton Jose Pereira
2	635732	Adriana Daiana De Oliveira
3	635168	Adriana Kelly Perondi
4	636280	Aline Aparecida Engel

5	643508	Aline S. Schmidt
6	657691	Andre Goncalves De Andrade
7	657126	Andressa Balbinot Locatelli
8	654081	Anelise Paz e Paz
9	653378	Brenda Soliman
10	642519	Camila De Borba Rossa
11	660451	Caroline Pertile
12	634214	Caroline Silveira
13	634209	Cintia Maria Farinea Teixeira
14	657988	Cristiandrei Silva Goncalves
15	658896	Cristiane Amadei
16	634404	Daniele Port
17	657659	Elaine Viancelli
18	636611	Francesco Luiz Graffitti
19	657831	Gabriela Chiesa
20	656811	Geniffer Edite Marcon
21	648948	Gianfrancesco Meneghini
22	640189	Henrique Manorov Mohr
23	658697	Iasmini Fatima Rosa
24	657633	Janaina Fernanda Konflanz
25	654346	Jaqueline Ferreira Da Silva
26	635889	Jesse Ribeiro Bueno
27	637671	Jessica Cesco
28	658883	Jilce Aparecida Kukul
29	660547	Joana Lopes Pires
30	660357	Joao Carlos Gomes Fabrini
31	634275	Julia Caroline Cordeiro Da Silva
32	635666	Juliana Denise Steckling
33	634181	Juliana Marcia Primo
34	650920	Jussara Chiamulera Das Chagas
35	647506	Karen Hack Dos Santos
36	634444	Kelli Cristina Zorzan
37	660014	Klaiton Mallmann Dos Santos
38	659057	Larissa Beatriz De Carvalho
39	655901	Leandro Zanon
40	635488	Luana Vilmara Hetkowski
41	635933	Lucas Marques

42	642173	Maicon Charles Bassanese
43	655963	Mara Cecilia Nunes De Lima
44	660155	Marcelo Schmitz Dos Santos
45	656350	Marciela Poletto
46	636675	Maria Ivanete De Oliveira Bueno
47	640472	Marieli Camila Da Silva
48	659965	Marta Dias Da Silva
49	650470	Maylise Brunetto
50	656989	Miriam Chicalski
51	654889	Monik Karolyne Bezerra Vidal
52	657704	Morgana Maziero
53	660705	Patricia Alves Pereira
54	634678	Patricia Mattana
55	634349	Rosa Isabel De Araujo Bordignon
56	655197	Sandro Molina Ruiz Dias
57	651058	Stefani Peche Fabri
58	634183	Tatiana Rossi
59	634579	Tatiane Masiero Da Silva
60	646508	Thais Marcela De Lima
61	655248	Vanessa Ivaz Correia Da Silva
62	657594	Vanessa Mara Zanella

Técnico em Enfermagem

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	635901	Alessandra Dos Santos
2	658645	Aline Roberta Johann
3	648250	Ayume Andiana Dos Santos Wolff
4	651506	Clarice Sales De Camargo
5	654857	Claudia Buratto
6	634886	Cristiana Siqueira
7	646821	Cristina Lohmann
8	636494	Debora Americo Ribeiro
9	634361	Deize Ramos
10	639491	Diana de Fátima Fiametti
11	635317	Diana Esther Leite
12	634371	Dulce Cavalheiro Da Silva Pasquali
13	652211	Elaine Salete Pescador

14	645355	Fabiana Vieira
15	650556	Gessica De Souza
16	645144	Gilvana Coelho Do Rosario
17	655806	Izabel Tortelli
18	659528	Julia Paula Berno De Souza
19	635322	Juliana Cordeiro Paz
20	651130	Leonir Dos Santos Nicanor
21	635038	Leticia Pasquali
22	635599	Lia Mara Dos Santos
23	656427	Mariza Salete Eger Bischoff
24	634369	Morgana Recalcatti
25	656265	Nataniel Cadorin Machado
26	656321	Neiva Luzia De Oliveira
27	658316	Otaviano Nicolau Netto
28	644904	Rosangela Aparecida Peruzzo
29	635111	Rosimar Santos
30	636262	Ruti Jeziele Ferreira Barbosa
31	634445	Sayonara Peruzzo
32	657166	Simone Regina Scalco

Técnico em Informática

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	643988	Andre Ramos
2	660691	Carlos Bernardo Buzzacaro
3	650672	Daiana Paula De Avila
4	634373	Djulilano Freitas
5	634281	Dyemis Angonese
6	646965	Enielson Rocha Soares
7	651293	Gianpaulo Ribeiro
8	637634	Júlio Cezar Chinazzo
9	640793	Jean Pabulo Pitucco
10	655325	Juliano Goncalves De Azevedo
11	658927	Junior Paulo Kades Da Silva
12	634823	Leandro Machajewski
13	660386	Leonir Lopes
14	657521	Marlon Granza
15	635256	Raul Magnaguagno Guareski

16	638980	Ricardo Bavaresco
17	635835	Ricardo Jose Frozza
18	658720	Samuel Drun Do Rozario
Tesoureiro		
Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	640207	Adriano Daniel Pasqualotti
2	636502	Alan Carlos Pellizzaro
3	634390	Alani Camargo Trombetta
4	660215	Alexandre Jean Schüler
5	657522	Aroldo Afonso Fochesatto
6	636362	Bruna Dosciatti Velho
7	656753	Bruna Dos Santos
8	636091	Bruna Frighetto
9	660176	Catri Camila Pasqualotto
10	659797	Cleunice Aparecida Ribeiro Da Silva
11	660440	Cristiane Dal Posso
12	638357	Cristiane Viccari Marcante
13	652246	Daiane Favaretto Carpeggiani Vilas Boas
14	660378	Debora Fernanda Romanzini Cabral
15	655124	Diane Deola
16	637405	Enedir De Almeida Vieira
17	660557	Fabiana De Oliveira Griza
18	641071	Fabiana De Oliveira Trombetta
19	637351	Fabio Farinella
20	649323	Felipe Spezzatto
21	635640	Fernando Andrin
22	640206	Fernando Cesar Zenatti Kringdes
23	660616	Flavio Liposki
24	634611	Franciele Fornari
25	634250	Franciele Locatelli
26	634202	Francieli Cristina Cantele
27	659594	Gabriel Adriano Santin
28	657544	Gabriel Deola
29	641694	Gesiel Willian Finger
30	660734	Gisele Chaves
31	634178	Graciele Ricci Lemes

32	657842	Gracieli Goncalves Lins
33	660137	Heitor Victor Romancini
34	634241	Jaqueline Dos Santos
35	641466	Jeana Carla Rech
36	647617	Jhoser Cristian Da Cruz
37	657515	Jonathan Max Pasquali
38	656763	Jordi Erick Lohmann
39	659716	Juscielly Mara Ronchetti
40	657699	Kelly Cristina Liermann
41	653810	Laudiceia Cristina Alves
42	634642	Leandro Lucas Soares
43	657956	Lizandra Carla Trombetta
44	659656	Lizandra Terezinha Colussi
45	651363	Lucas Ferreira Do Amarante
46	656918	Lucas Mafra Benedicto
47	660640	Luciana Montac
48	634509	Luiz Fernando Da Silva Pereira
49	634531	Marcella Toigo Bittencourt
50	654130	Marcia Kreibin
51	656828	Marcia Pavoski Pereira
52	635128	Mirian Perao
53	659927	Nilson Radavelli
54	635914	Paloma Cristina Kappke Cursel
55	658673	Patricia Regina Pedroski
56	660168	Paulo Sergio De Souza Rizzi
57	654391	Ronei Garcia De Mello
58	657805	Rosangela De Oliveira
59	656741	Samira Ribeiro
60	646759	Sandro Alves Pereira
61	659977	Tatiane Mendes Michelin
62	650492	Wellington Donizete De Oliveira
63	641123	William Fernando De Sousa

Vigia

Nº Con- trole	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	655322	Antonio Vanderli Chaves
2	659166	Carlinho Peruzzo

3	642160	Celio Terres
4	636289	Claudio Dalla Costa
5	656632	Cleito Ferrasso
6	660175	Francisco Pereira Da Silva
7	635062	Gilberto Ferreira Da Fonceca
8	660470	Helio De Oliveira Moraes
9	639429	Idacir Alves De Jesus
10	660093	Irineu Trombetta
11	634767	Ivan Rodrigues De Oliveira
12	634667	Iverson Mendes Dias
13	655168	Izabel Bertocho
14	635217	Jair De Oliveira Spagnolo
15	645282	Joao Lorival Moreira Leite
16	639084	Jociel Fidel
17	640279	Jorge Jonas De Mattos
18	660353	Leandro Antonio Pellizzaro
19	643616	Leandro Do Amaral Mariano
20	651975	Lucas Rossi Antonioli
21	656616	Luiz Adair De Avila
22	654314	Marilda Santos Trindade
23	635818	Odenir Joao De Oliveira Luz
24	638382	Pedro Fernandes
25	651183	Rafael Patrick Flores
26	647344	Realci Dos Santos
27	636285	Rodinei Luis Santi
28	660148	Ronivagner Pereira
29	658076	Selso Do Amaral Mariano
30	635052	Tomaz Valmor Domingos
31	648286	Valderi Chaves

Irani – SC, 10 de Agosto de 2017.

Sivio Antonio Lemos das Neves

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO PPA 2018-2021 Nº 3256/2017

Decreto nº 3256/2017

" Dispõe sobre o Plano Plurianual – 2018 a 2021, expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do Município de Irineópolis e dá outras providências."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona o seguinte:

Art. 1º - Fica estabelecido para o período de 2018 a 2021, o Plano Plurianual expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Programas anuais serão elaborados segundo esta Lei, observadas as normas estabelecidas na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 3º - Em decorrência da execução programática, o plano de trabalho e demais normas estabelecidas nesta lei, poderão ser revistos anualmente por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual ou através de leis especiais, quando do surgimento de motivos que assim exigem.

Art. 4º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro estabelecerá:

- I. ações prioritárias, objetivos e metas da administração pública municipal;
- II. metas e riscos fiscais;
- III. disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IV. estrutura e organização da lei orçamentária;
- V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
- VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;
- VII. políticas de aplicação dos Fundos, Fundações e Autarquias; da seguridade social.

Art. 5º - Serão considerados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os efeitos de alterações na legislação tributária, atos decorrentes de concessões e ou reduções de isenções fiscais, revisões de alíquotas dos tributos de competência do Município e resultados decorrentes do aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança dos tributos e da dívida ativa.

Art. 6º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá a estrutura, organização e normas para a elaboração e execução do orçamento programa, estabelecerá as políticas de pessoal relacionadas a implantação de planos de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, reajuste salarial e concernente ao aumento do número de vagas no quadro funcional das administrações direta e indireta, identificará as ações, programas e projetos novos e considerará os efeitos das expansões e ou aperfeiçoamento dos serviços municipais.

Art. 7º - As ações prioritárias, objetivos e metas para o período de 2018 a 2021, a serem observados e executados pelas unidades das administrações diretas e indiretas, estão consolidados nos Anexos desta Lei.

Art. 8º - A programação das receitas e despesas previstas para consecução do programa de trabalho estabelecido no artigo anterior está definida nos Anexos.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 09 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 021 - PROCESSO SELETIVO 001/2016

Edital 021 do Processo Seletivo 001/2016

CONVOCAÇÃO

Fica convocada as auxiliares de classe classificadas no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecerem dia 11 de Agosto de 2017 às 13 horas e 30 minutos na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasul.

Auxiliar de Classe

Posição	Nome	Assinatura
66	ROSELI CELIA JUNG DECEZARE	

ITÁ 10 de agosto de 2017

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal de Itá

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2017

CREDENCIAMENTO nº 02/2017 – Objeto credenciar leiloeiro oficial, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, visando à realização de Leilão Público, de bens patrimoniais móveis inservíveis do Município de Itaiópolis. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 30 de agosto de 2017, até as 09h15. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 30 de agosto de 2017, as 09h30. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 10 de agosto de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - TP Nº 03/2017

Tomada de Preços nº 03/2017. OBJETO: contratação de empresa para pavimentação em lajotas de concreto das Ruas: José Kominek e Carlos Buba, no Alto Paraguaçu e Alois Tyszka, no Bairro Bom Jesus. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 29 de agosto de 2017, até as 09h20. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 29 de agosto de 2017, as 09h30. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 09 de agosto de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO 1º TA AO CONTRATO Nº 25/2017

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 25/2017

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Janaína Fernanda Pinotti ME

OBJETO: aumento de Km das linhas nº 17 – matutino – de 31,4 para 34 Km (ida e volta) e vespertino – de 39,4 para 42 Km (ida e volta), a contar de 01/08/2017. Valor do Aditivo: R\$ 1.476,38. Itaiópolis, 01/08/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PR 23/2017

Pregão Presencial nº 23/2017. Objeto: Registro de Preços para contratação de micro ônibus com banheiro e com capacidade de no mínimo 27 lugares, e Van com no mínimo 15 lugares para transporte de pacientes de Itaiópolis à Campina Grande do Sul-PR e de Itaiópolis aos hospitais em Joinville e hospitais em Jaraguá do Sul para a realização de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 24 de agosto de 2017; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 24 de agosto de 2017, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Getúlio Vargas, 308 de 2ª a 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioptis.sc.gov.br Fone 047 3652 2211. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

ERRATA DO PR 22/2017

ERRATA

O Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis /SC, faz saber a todos que na publicação de 10/08/2017, do Fundo Municipal de Saúde que tem por objeto: Aquisição de peças com mão de obra para o veículo SPIN LTZ 1.8 placa MKD 1225, pertencente a Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, onde lê-se Pregão Presencial Nº 23/2017 fica corrigido para Pregão Presencial Nº 22/2017. Itaiópolis, 10/08/2017. Benedito Bento Marques.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 127, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 127, DE 09 de AGOSTO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 75/2016 PARA DISCIPLINAR O NOVO NÚMERO DE VAGAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39, de 12 de julho de 2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o art. 2º do Decreto 75/2016 para constar que os números de vagas passam de 03 (três) para 04 (quatro) vagas.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 09 de agosto de 2017.

Itapiranga, SC, 09 de agosto de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2017 E TERMOS ADITIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º T. A 110/2016 - Contrato Nº: 110/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: GENTE SEGURADORA S.A.
Valor : 2.661,98 (dois mil seiscentos e sessenta e um reais e noventa e oito centavos)
Vigência : Início: 25/08/2017 Término: 25/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 121/2016
Recursos : Dotação: 2.038.3.3.90.00.00.00.00 (151)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEICULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.
Itapiranga, 10 de Agosto de 2017

Aditivo Nº : 1º T.A 091/2017 - Contrato Nº: 091/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: MGM CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA - EPP
Vigência : Início: 08/08/2017 Término: 13/08/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 71/2017
Recursos : Dotação: 2.012.4.4.90.00.00.00.00 (58)
Objeto : RETIFICAÇÃO DOS VALORES CONTRATUAIS REFERENTES A EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL DENOMINADA RDR, NA LINHA SANTO ANTÔNIO, DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA..
Itapiranga, 10 de Agosto de 2017

Aditivo Nº : 2º T.A 112/2015 - Contrato Nº: 112/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: PRECISA GESTAO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
Valor : 18.725,00 (dezoito mil setecentos e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 11/08/2017 Término: 11/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2015
Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (163)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Itapiranga, 10 de Agosto de 2017

Contrato Nº...: 110/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 247.900,00 (duzentos e quarenta e sete mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 31/01/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 136/2017
Recursos : Dotação: 1.013.4.4.90.00.00.00.00 (117), 1.013.4.4.90.00.00.00.00 (220), 1.013.4.4.90.00.00.00.00 (221)
Objeto : EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE SERVIÇOS DE REFORMA DO COMPLEXO OKTOBER, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATORIO E SEUS ANEXOS. Itapiranga, 10 de Agosto de 2017

PORTARIA Nº 098/2017 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 098/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Franciele Rohr, matrícula nº 15020/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 110/2017, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 136/2017, execução em regime de empreitada global de serviços de reforma do complexo Oktober, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos e especificações constantes no edital convocatório e seus anexos.

Art. 2º - A Servidora supracitada compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 9 de agosto de 2017.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Franciele Rohr
Fiscalizadora

PORTARIA Nº 099/2017 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 099/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Régis K. Bittencourt, matrícula nº 14978/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 015/2017 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 016/2017- FMS, para contratação de serviços para elaboração do projeto arquitetônico, estrutural, hidrossanitário, elétrico e preventivo, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro para construção do subsolo já existente do posto de saúde fronteira.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 09 de agosto de 2017.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Régis K. Bittencourt
Fiscalizador

PORTARIA Nº 216, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 216, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DISPOE SOBRE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 32/2010, de 25 de maio de 2010 e suas alterações, c/c com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ANGELA WOLHFART, matrícula nº 15333/01, Auxiliar Administrativo; LUANA SPERLUK, matrícula nº 15343/01, Diretora do Departamento de Micro, Pequena e Médias Empresas e ILVAR FELIPE VOGT, matrícula nº 15344/01, Assessor da Indústria, Comércio e Prestação de Serviços, para exercerem cumulativamente as funções de Agente de Desenvolvimento local no Município de Itapiranga.

Art 2º A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor provado local.

§ 2º O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

- I. Residir na área da comunidade em que atuar;
- II. Haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para formação de Agente de Desenvolvimento; e
- III. Haver concluído o ensino fundamental.

Art. 3º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 4º Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

- I. Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- II. Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- III. Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- IV. Montar grupo de trabalho com os principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- V. Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;
- VI. Manter registro organizado de todas as suas atividades;
- VII. Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
- VIII. Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 5º Esta Portaria é regida especial e especialmente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências no que lhe for complementar.

Art. 6º Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal, já existentes ou que sobrevier a esta, considerando-se parte desta normativa.

Art. 7º A designação constante no art. 1º desta Portaria não conta ônus para os cofres públicos municipais, por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 185 de 09 de agosto de 2012.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 09 de agosto de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Registrada e Publicada em data supra

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

TERMO ADITIVO 154/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e Altair da Silva

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2016

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 95/2017 onde altera o prazo de vigência de 09/08/2017 para 31/12/2017 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Agente de Combate de Endemias.

Nível salarial: 627

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: 09/08/2017 a 31/12/2017

Itapiranga – SC, 09 de agosto de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

QUADRO DE VENCEDORES DA TOMADA DE PREÇOS Nº136/2017

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 136/2017 Licitação: 136/2017 - TP Data da Homologação:									
Fornecedor: 144534 - EFICCAZ CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME									
1	79876	EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE SERVIÇOS DE REFORMA DO COMPLEXO OKTOBER, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETO E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATORIO E SEUS ANEXOS.		UND	1,000	0,0000	247.900,0000	247.900,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			247.900,00	

Itapiranga, 10 de Agosto de 2017.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 131/2017

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 131/2017 Fornecedor: 33243 - COMERCIAL GUISA LTDA. ME.									
Licitação: 131/2017 - PR									
3	75965	ARROZ PARBOILIZADO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, PRIMEIRA QUALIDADE; DEVENDO APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM COM 5KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	BONZAY	UND	522,000	0,0000	10,7000	5.585,40	Venceu
13	79830	MELADO DE CANA BATIDO - EMBALAGEM DE 750 G COM COLORAÇÃO PRÓPRIA E UNIFORME, LACRADO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	FUHR	UND	520,000	0,0000	8,8900	4.622,80	Venceu
					1,042,000	Total do Fornecedor —>			
10,208,20									
Nr. do Processo: 131/2017 Fornecedor: 141566 - GIBA MERCADO E AÇOUGUE LTDA ME									
Licitação: 131/2017 - PR									
1	79833	ACHOCOLATADO EM PO INSTANTANEO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMACOES CONFORME A LEGISLACAO VIGENTE. VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 200 G	CELLI	UND	520,000	0,0000	1,2900	670,80	Venceu
4	79831	BISCOITO DOCE SORTIDO, ROTULAGEM CONTENDO INFORMACOES CONFORME LEGISLACAO VIGENTE. EMBALAGEM DE 400 GRAMAS. VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. FRANGO CONGELADO INTEIRO, COM EMBALAGEM COM PESO APROX. DE 2KG, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMACOES CONFORME LEGISLACAO VIGENTE. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PRODASA	UND	1,040,000	0,0000	2,2400	2.329,60	Venceu
9	79829		MAIS FRANGO	KG	1,560,000	0,0000	5,4600	8.517,60	Venceu

Página: 2/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 131/2017 Licitação: 131/2017 - PR Data da Homologação: Fornecedor: 141566 - GIBA MERCADO E AÇOUGUE LTDA ME									
14	76023	ÓLEO DE SOJA, REFINADO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS DEVEM COMPREENDER ASPECTO LÍMPIDO, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. DEVE ESTAR ISENTO DE RANÇO E IMPUREZAS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM PRIMÁRIA PET DE 900ML. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	COAMO	UND	520,000	0,0000	3,0900	1.606,80	Venceu
					Total do Fornecedor —>			13.124,80	
Nr. do Processo: 131/2017 Licitação: 131/2017 - PR Data da Homologação: Fornecedor: 141676 - HERTA ANA VOGT - ME									
10	79832	LEITE EM PO, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMACOES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PIRACANJUBA	UND	1.040,000	0,0000	8,8000	9.152,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			9.152,00	
Nr. do Processo: 131/2017 Licitação: 131/2017 - PR Data da Homologação: Fornecedor: 142385 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA									
5	79834	CREME DENTAL COM FLUOR, EMBALAGEM COM 90 GRAMAS, VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	Freedent	UND	520,000	0,0000	1,1600	603,20	Venceu
12	79828	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 500 G.	Bortolini	UND	1.040,000	0,0000	1,5200	1.580,80	Venceu
					Total do Fornecedor —>			2.184,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Página: 3/5

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 131/2017 Fornecedor: 142633 - A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA - ME Licitação: 131/2017 - PR Data da Homologação:									
2	79826	ACUCAR CRISTAL, SAFRA NOVA; EMBALAGEM DE 5KG EM POLIETILENO, REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; DE FABRICAÇÃO RECENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES DA DATA DA ENTREGA.	Minas	UND	522,000	0,0000	9,9500	5.193,90	Venceu
8	76000	FEIJÃO PRETO, TIPO 1, NOVO, PRIMEIRA QUALIDADE, GRÃOS NA COR CARACTERÍSTICA A VARIEDADE CORRESPONDENTE, TAMANHO E FORMATOS NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS. ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, MOFO, BROTADOS, IMATUROS, MANCHADOS, CARUNCHADOS E DESCOLORIDOS QUE PREJUDIQUEM SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	Svieiro	KG	1.040,000	0,0000	3,3700	3.504,80	Venceu
17	79835	SABONETE, EMBALAGEM DE 90 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	Motivis	UND	1.040,000	0,0000	0,8700	904,80	Venceu
18	76033	SAL IODADO, REFINADO. COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	Garsa	KG	540,000	0,0000	0,8000	432,00	Venceu
Total do Fornecedor					3.142,000			10.035,50	

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 131/2017 Licitação: 131/2017 - PR Fornecedor: 143628 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA									
6	79827	FARINHA DE MILHO, MEDIA, PACOTE DE 1 KG, ORLUNDO DE MOAGEM DO GRAO DE MILHO, SADIO E LIMPO, NAO DEVENDO CONTER MATERIAIS TERROSOS, PARASITAS E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS, DEVE CONTER COR E SABOR CARACTERISTICOS, EMBALADO EM SACO PLASTICO ATOXICO, TRANSPARENTE, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMACOES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	dalla	UND	520,000	0,0000	1,4900	774,80	Venceu
7	75999	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, BRANCA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, PRODUTO LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, NAO PODENDO SER UMÍDO, FERMENTADO OU RANCOZO, COM ASPECTO EM PÓ FINO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO DO PRODUTO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMACOES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, EMBALAGEM DE 5KG, VALIDADE MINIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	marx	UND	1,040,000	0,0000	6,8500	7.124,00	Venceu
15	69646	PAPEL HIGIENICO 100% FIBRAS NATURAIS, PICOTADO, NEUTRO, FOLHA SIMPLES, COR BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE; FARDOS COM 64 ROLOS, MEDINDO 30 M X 10 CM	qualitux	FRD	33,000	0,0000	23,0000	759,00	Venceu
16	79836	SABAO EM PO DE BOA QUALIDADE, PACOTE DE 500 GRAMAS, VALIDADE MINIMA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	class	UND	520,000	0,0000	2,3000	1.196,00	Venceu
Total do Fornecedor							2.113,000	9.853,80	

Página: 5/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 131/2017 Licitação: 131/2017 - PR Fornecedor: 144327 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP</p>									
11	76015	MARGARINA VEGETAL COM SAL, SEM GORDURA TRANS, APRESENTAÇÃO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES; DEVERÁ ESTAR ISENTO DE RANÇO E DE BOLORES. ANTES DE ABERTO, O PRODUTO NÃO DEVE NECESSITAR DE REFRIGERAÇÃO, COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; EMBALAGEM DE 500 GRAMAS; VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PRIME	UND	520,000	0,0000	2,0400	1,060,80	Vencou
					Total do Fornecedor →			1,060,80	

Itapiranga, 10 de Agosto de 2017.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 140/2017

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtdde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 140/2017									
Fornecedor: 130834 - PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP									
6	79919	TUBO DE CONCRETO 1m x 1m CA2	Pré Moldados MH	UND	300,000	0,0000	303,0000	90.900,00	Venceu
8	66147	TUBO DE CONCRETO DE 2,00m x 1m CA2	Pré Moldados MH	UND	100,000	0,0000	955,0000	95.500,00	Venceu
Total do Fornecedor →								186.400,00	
Nr. do Processo: 140/2017									
Fornecedor: 141198 - RUSCHEINSKY ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME									
3	59841	TUBO DE CONCRETO 40cm x 1m	RUSCHEINSKY	UND	1.000,000	0,0000	38,0000	38.000,00	Venceu
Total do Fornecedor →								38.000,00	
Nr. do Processo: 140/2017									
Fornecedor: 141417 - IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA ME									
5	66612	TUBO DE CONCRETO 80cm x 1m CA1	IMPERIAL	UND	100,000	0,0000	188,5000	18.850,00	Venceu
7	66442	TUBO DE CONCRETO DE 1,50m x 1m CA2	IMPERIAL	UND	100,000	0,0000	618,0000	61.800,00	Venceu
Total do Fornecedor →								80.650,00	
Nr. do Processo: 140/2017									
Fornecedor: 143078 - ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA									
4	59559	TUBO DE CONCRETO 60cm x 1m	ART FRONTEIRA	UND	800,000	0,0000	66,2500	53.000,00	Venceu
Total do Fornecedor →								53.000,00	
Nr. do Processo: 140/2017									
Fornecedor: 144098 - IETO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME									
1	62454	TUBO DE CONCRETO 20cm x 1m	Ieto Artefatos	UND	250,000	0,0000	22,3000	5.575,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 140/2017 Licitação: 140/2017 - PR									
Fornecedor: 144098 - IETO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME									
Data da Homologação:									
2	60944	TUBO DE CONCRETO 30cm x 1m	Ieto Artefatos	UND	850,000	0,0000	28,1000	23.885,00	Venceu
					1.100,000	Total do Fornecedor ---->			
						29.460,00			

Itapiranga, 10 de Agosto de 2017.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 141/2017

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtdde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 141/2017 Licitação: 141/2017 - PR Fornecedor: 143123 - EDUARDA H. STEINHORST - ME Data da Homologação:									
1	79841	LOCAÇÃO DE QUADRA DE FUTEBOL DE SABÃO, COM DIMENSÕES MINIMAS DE 10M (COMPRIMENTO) X 5M (LARGURA) X 2,5M (ALTURA)	DIA		40,000	0,0000	180,0000	7.200,00	Venceu
2	79842	LOCAÇÃO DE GUERRA DE COTONETE INFLAVEL, COM MEDIDAS MINIMAS DE 4,2M (LARGURA) X 5 M (COMPRIMENTO) X 0,60 M (ALTURA)	DIA		20,000	0,0000	90,0000	1.800,00	Venceu
3	79844	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO - TORRE ESCALADA INFLAVEL, COM MEDIDAS MINIMAS DE 5 M (COMPRIMENTO) X 5 M (LARGURA) X 4,5 M (ALTURA)	DIA		20,000	0,0000	95,0000	1.900,00	Venceu
4	79845	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO - MESA DE PEBOLIM	DIA		20,000	0,0000	80,0000	1.600,00	Venceu
					100,000			12.500,00	
					Total do Fornecedor —>				

Itapiranga, 10 de Agosto de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 004/2014**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 004/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que ente si celebra, de um lado a Câmara Municipal De Itapiranga, inscrito no CNPJ sob o nº. 78.484.995/0001-09, neste ato representado por seu Presidente, Sr Afonso Utzig e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual "quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos", considerando entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que "É permitido à Administração ultrapassar os aludidos limites [art. 65, I, 'b' da Lei 8.666/1993], na hipótese de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionabilíssimas, no sentido de que só seriam aceitáveis quando, no caso específico, a outra alternativa - a rescisão do contrato por interesse público, seguida de nova licitação e contratação - significar sacrifício insuportável ao interesse coletivo primário a ser atendido, pela obra ou serviço; ou seja, a revisão contratual qualitativa e consensual, que ultrapasse os limites pre-estabelecidos no art. 65, § 1.º, da Lei 8.666/93, somente seria justificável, no caso concreto, quando as consequências da outra alternativa - a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação - forem gravíssimas ao interesse público primário" (Decisão TCU nº 215/1999 – Processo nº 930.039/1998-0), considerando que seria anti-econômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, e considerando que a contratação de serviços para disponibilização de rotinas para gestão do recursos humanos faz-se necessária diante da constatação de que não fazem parte do objeto do contrato original, representando, à toda prova, mais do que um mero incremento às tecnologias inicialmente contratadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se a performance e consequentemente a produtividade e agilidade dos servidores públicos, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas, para dele constar as seguintes alterações: RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 002/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica acrescido ao objeto do contrato o sistema Recursos Humanos no valor mensal de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), bem como acréscimo de R\$ 742,00 (setecentos e quarenta e dois reais) nos Serviços técnicos ao valor inicialmente previsto a título de implantação e treinamento do novo sistema, restringindo-se assim o seu licenciamento à vigência do contrato ora firmado, devendo atender aos seguintes requisitos técnicos:

Permitir ao Administrador configurar permissões de acesso à menus e permissões referente à Inserção, Alteração e Exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.

Permitir limitar o acesso de usuários às informações de funcionários

de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.

Permitir flexibilizar as configurações do sistema de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.

Possuir cadastro único de pessoas com foto, integrado com o sistema de Folha e Ponto.

Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas.

Possibilitar o lançamento históricos de tempo de serviço anterior, permitindo averbar esses períodos anteriores como:

- Tempo para a aquisição de licença-prêmio

- Tempo para a aquisição de adicional

- Tempo válido para a contagem de tempo de serviço

Possibilitar o controle de bolsas de estudos com as seguintes informações:

- Instituição de ensino,

- Matrícula do bolsista,

- Período da bolsa,

- Serviço comunitário que o bolsista deverá desempenhar em troca da bolsa

Permitir o acompanhamento da bolsa de estudo, a cada fase, detalhando a aprovação ou não do bolsista.

Permitir registrar salários de contribuição das experiências anteriores a admissão nesta entidade, informando a competência, valor da contribuição e o tipo de previdência.

Permitir cadastrar as emissões da certidão de tempo de serviço para posterior emissão.

Ter controle dos dependentes, com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF

Ter o cadastro dos funcionários integrado com o sistema de folha de pagamento e sistema de ponto eletrônico.

Controlar a lotação e localização física dos servidores.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a admissão do funcionário, através da informação do ato.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.

Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade.

Ter o controle dos períodos aquisitivos de férias integrado com o sistema de folha de pagamento.

Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação a quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

Permitir informar os dados referentes a períodos aquisitivos anteriores a data de admissão do funcionário, tais como: período de gozo, cancelamentos, suspensões e manutenção dos períodos aquisitivos.

Permitir programar o gozo e pagamento das férias antecipadamente.

Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao estágio, através da informação do ato.

Registrar atos de elogio, advertência e punição.

Possibilitar a geração automática de um afastamento, se for o caso.

Possibilitar informar o responsável pelo ato.

Permitir cadastrar processos administrativos para identificar motivos que levem a exoneração ou demissão de um funcionário concursado, podendo informar a banca avaliadora e a conclusão do processo.

Permitir configurar a máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos, conforme a

necessidade do usuário.

Ter o cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos integrado com a folha de pagamento.

Permitir a inserção de dados adicionais possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade.

Ter o Cadastro de Cargos integrado com a folha de pagamento.

Permitir criar quadros de cargos conforme a legislação ou estatuto da entidade. Estes quadros possibilitam agrupar os cargos que pertencem ao mesmo quadro de cargos conforme configurado no cadastro de cargos.

Permitir diferentes configurações de férias e licença-prêmio por cargo.

Permitir configurar se o funcionários alocados no cargos terão direito a 13º salário.

Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrado algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.

Permitir o controle de níveis salariais do cargo.

Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o cargo, conforme a sua necessidade.

Permitir o controle de vagas do cargo, por secretaria.

Possibilitar informar os cursos exigidos para ocupar o cargo, assim como suas atribuições, as áreas de atuação e os planos previdenciários do cargo.

Ter as informações do tipo de movimentação de pessoal integrado com a folha de pagamento.

Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.

Permitir cadastrar atos que foram criados, colocando a data de criação, a data do vigor e as ementas que constituem o ato.

Ter as informações dos processos de aposentadorias e pensões integrado com a folha de pagamento.

Registrar os históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.

Ter o cadastro de pensionistas integrado com a folha de pagamento.

Ter controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.

Permitir inserir um representante legal para cuidar dos assuntos sobre o benefício do beneficiário menor ou incapaz.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

Permitir cadastrar concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas de cargos públicos por meio de editais e critérios de aplicação de provas na área de conhecimento conforme configuração informada no sistema.

Permitir separar os candidatos por região, área, avaliações, candidatos, perfil do cargo concorrido a vaga.

Permitir cadastrar a forma como serão informados os resultados finais (aprovação e classificação) das avaliações do concurso público. Podendo ser de forma manual ou automática.

Permitir cadastrar as comissões avaliadora dos concursos e seus membros que irão participar sendo presidente, secretário ou membro.

Permitir cadastrar as pessoas que irão se candidatar a vaga do cargo publicada no edital do concurso informado e efetuar a avaliação dos candidatos do concurso ou processo seletivo.

Possibilitar a indicação automática do sistema pela aprovação/reprovação e a classificação dos candidatos.

Permitir cadastrar os locais que irão ser efetuadas as avaliações sobre os candidatos inscritos no concurso, informar local, bloco, sala e nº de ocupantes.

Permitir cadastrar as funções dos fiscais nas provas aplicadas nos

concursos públicos. A função indica o grau de responsabilidade que a pessoa fiscalizadora tem no exercício da sua tarefa.

Cadastrar atestados com informação do CID (Classificação Internacional de Doenças).

Controlar os atestados através de laudos médicos.

Controlar através do laudo médico se o servidor já se encontra em readaptação pelo mesmo CID (Classificação Internacional de Doenças) do atestado.

Permitir no deferimento do laudo médico a geração automática de afastamentos.

Permitir selecionar relatórios afins por tipo de atestado, possibilitando imprimi-los agrupados no momento do Cadastro de Laudos Médicos.

Possibilitar o agendamento e posterior registro de consultas e exames ocupacionais.

Permitir cadastrar responsáveis pelos PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário

Oferecer opção para agendamento de consultas e exames médicos.

Possuir cadastro de acidentes de trabalho com registro dos dados do acidente, utilização ou não de equipamento de segurança, entrevista com o funcionário e testemunhas do acidente.

Possibilitar o cadastramento da ficha de avaliação médica "Anamnese", para fazer a entrevista de saúde do candidato a vaga da função na entidade.

Permitir cadastrar os médicos que faram parte da junta médica podendo ser composta por um ou vários médicos.

Permitir cadastrar ou vincular pessoa jurídica como instituição médica.

Permitir cadastrar e acompanhar as informações da avaliação do estado de saúde do funcionário, podendo ser submetido a exames, devido ao seu trabalho ou qualquer outro fator que o leve a ser examinado. Essas informações servem para gerar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário)

Permitir cadastrar os fatores de risco a que se expõe um funcionário. Essas informações servem para gerar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

Permitir registrar as informações referentes às exposições a fatores de risco, que possam causar danos a saúde ou integridade dos funcionários. Essas informações servem para gerar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

Permitir cadastrar os requisitos do Ministério do Trabalho para EPI (Equipamento de Proteção Individual). Essas informações servem para gerar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

Permitir cadastrar um período em que um funcionário desempenhou uma função, ou seja, sua atividade profissional.

Permitir cadastrar os bens adquiridos pela entidade. Equipamentos de Proteção Individual - EPI, Equipamento de Proteção Coletiva - EPC.

Permitir controlar o nível de escolaridade do servidor.

Permitir controlar cursos e treinamentos do servidor.

Permitir o registro de solicitações realizadas pelo funcionário por meio de outro sistema da WEB, ficando a cargo do administrador aceitar ou recusar a solicitação.

Permitir o planejamento e execução de cursos de aperfeiçoamento com as seguintes características:

- Definir cronograma, carga horária e data da emissão de certificado

- Possibilitar a informação do ministrante

- Permitir identificar se o curso foi por iniciativa da empresa ou por solicitação dos próprios servidores.

Permitir cadastrar os cursos que serão prestados pela entidade para treinamentos ou aperfeiçoamento dos colaboradores.

Permitir cadastrar as formações ou seja o conhecimento profissional das pessoas físicas.

Permitir cadastrar as avaliações de tipo estágio probatório, avaliação de desempenho e outras avaliações para os funcionários segundo a classificação que a entidade julgar necessário aplicar.

Ter controle das informações referente estágio probatório. Avaliação do servidor, verificação por parte do sistema se servidor atingiu

média/somatário definido ou necessidade de geração de processos administrativos.

Permitir cadastrar forma de avaliação do servidor que encontrasse de acordo com o estatuto do órgão e possibilidade de definir um tipo de avaliação padrão, sendo vinculada automaticamente ao servidor na sua admissão por concurso.

Permitir definir afastamentos para cada tipo de avaliação que poderão causar atraso no período de avaliação do funcionário.

Permitir definir para cada tipo de avaliação, afastamentos que não serão permitidos durante o período de avaliação.

Permitir definir para cada tipo de avaliação quantidade de dias de afastamento necessários para gerar processo administrativo.

Permitir definir para cada tipo de avaliação os motivos de faltas e a quantidade que poderá causar atraso no período de avaliação do funcionário, assim como quantos dias atrasará para a quantidade definida.

Permitir definir Fatores para cada tipo de avaliação. Fator significa alguns quesitos pelos quais os funcionários podem ser avaliados. Exemplos de fatores: experiência, pontualidade, assiduidade, disciplina, proatividade, produtividade, responsabilidade, etc. e definir as faixas dos conceitos considerados.

Permitir cadastrar as comissões avaliadoras e os membros que irão participar dentro do período vigente informado.

Possibilitar cadastrar as avaliações que o funcionário teve participação nos ciclos de avaliação. É possível também cadastrar o parecer do RH e Feedback ao funcionário.

Permitir cadastrar as pessoas que serão apresentadas na publicação dos resultados na divulgação das avaliações.

Permitir o lançamento de faltas justificadas e injustificadas, com possibilidade de desconto automático em folha de pagamento ou de abono das faltas.

Permitir parametrizar se as faltas deverão impactar em Férias, 13º Salário e desconsiderar nas prorrogações nas rotinas de avaliações. Controlar empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal ou na rescisão.

Possibilitar a configuração da inserção automática destes empréstimos através da leitura do arquivo enviado pelos bancos.

Controlar as funções dos servidores com possibilidade de geração automática da gratificação por exercício da função.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente as funções gratificadas exercidas pelo servidor, através da informação do ato.

Possibilitar cadastrar os períodos para aquisição de licença-prêmio, assim como os respectivos períodos de gozo da licença-prêmio.

Permitir o uso de tempo de serviço anterior averbado na contagem do período de aquisição da licença-prêmio.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao gozo de licença-prêmio do servidor, através da informação do ato.

Possibilitar prorrogar o período da licença-prêmio, inclusive colocar períodos de carência, conforme os afastamentos apresentados na configuração de licença-prêmio.

Possibilitar cadastrar os períodos para aquisição de adicional.

Permitir configurar o uso de tempos anteriores averbados, para cada período de adicional do funcionário.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a concessão de adicional ao servidor, através da informação do ato

Possuir controle de compensação horas, permitindo o controle de:

- Dias de gozo de férias que o funcionário trabalhou
- Gozo de dias de férias que o funcionário tem a ver
- Dias de gozo de férias e licença-prêmio que o funcionário trabalhou
- Gozo de dias de férias e licença-prêmio que o funcionário tem a ver
- Dias facultativos que o funcionário trabalhou
- Gozo de dias facultativos que o funcionário tem a ver
- Folgas para compensar em férias
- Compensação de folgas no período de gozo de férias
- Abono pecuniário de férias do funcionário

- Horas extras a ver do funcionário

- Compensação de horas extras do funcionário

- Pagamento de horas extras do funcionário

- Abono pecuniário de licenças-prêmio do funcionário

Controlar a emissão de autorizações de diárias.

Identificar o tipo da transferência - se é cedência ou recebimento do servidor

Possibilitar a geração das informações de transferência para Tribunais de Conta.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente as transferências do servidor, discriminando-as em cessões ou recebimentos de servidores, através da informação do ato.

Permitir configurar quais afastamentos ou avaliações podem levar a geração do processos administrativos.

Permitir deixar gravado a seleção/filtragem de relatórios rotineiros. Permitir configurações diferentes de formas de contagem de períodos de licença-prêmio por cargo.

Permitir configurar o período para a aquisição da licença-prêmio em anos ou em dias.

Permitir configurar o período - se o período de gozo da licença deve também ser lançado como um afastamento e qual o tipo do afastamento a ser lançado.

Possibilitar a configuração de quais afastamentos e qual a quantidade de dias afastados fazem com que o período de aquisição de licença-prêmio do funcionário seja cancelado ou postergado.

Possibilitar a configuração de quais motivos de faltas e qual a quantidade de faltas fazem com que o período de aquisição de licença-prêmio do funcionário seja cancelado ou postergado.

Permitir configurações de diferentes formas de contagem de períodos para a aquisição de adicionais.

Permitir utilizar os tempos de experiências anteriores para mais de uma matrícula atual do servidor.

Permitir utilizar os tempos ainda não averbados de contratos anteriores para mais de uma matrícula atual do servidor.

Possibilitar a configuração de quais afastamentos e qual a quantidade de dias afastados fazem com que o período de aquisição de adicional do funcionário seja cancelado ou postergado.

Possibilitar a configuração de quais motivos de faltas e qual a quantidade de faltas fazem com que o período de aquisição de adicional do funcionário seja cancelado ou postergado.

Possuir cinco tipos diferentes de aposentadoria: Tempo de Serviço, Idade, Invalidez, Compulsória, Especial (Professor) .

Permitir a parametrização dos tempos mínimos necessários para o cálculo da aposentadoria para cada tipo de aposentadoria.

Registrar o valor do piso e do teto para o pagamento de aposentadorias indicados para um período.

Controlar automaticamente os períodos de aquisição de Adicionais, de acordo com as configurações de adicionais.

Controlar automaticamente os períodos de aquisição de licenças-prêmio, de acordo com as configurações da licença-prêmio.

Controlar os afastamentos do funcionário, integrado com a folha de pagamento do mesmo.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.

Possibilitar encerrar o concurso a fim de não ser alteradas as informações e candidatos que participaram deste afim de ser admitidas como funcionários.

Permitir controlar o nível de escolaridade do servidor.

Efetuar o encerramento dos cursos oferecidos pela entidade aos funcionários

Registrar os tempos referentes a contratos rescindidos anteriormente, experiências anteriores e averbações que devem ser contados para adicionais, licenças-prêmio ou tempo de serviço.

Registrar todo o histórico salarial do servidor, integrado com o sistema de folha de pagamento.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente as alterações salariais do servidor, através da informação do ato.

Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor, integrado com o sistema de folha de pagamento.

Gerar as despesas referentes aos planos de saúde no período informado e lança no cadastro de despesas de plano de saúde do funcionário.

Importar os planos de saúde com todas as informações de contrato, abrangência, valor atual do plano da operadora para o cadastro de despesa de plano de saúde do funcionário.

Gerar as avaliações para o funcionários que estiverem com a configuração estabelecida. Neste processo existe a possibilidade de gerar as avaliações de forma manual ou com base na configuração poderá a distribuição de avaliadores, a geração de prorrogações, a geração de processos administrativos, a criação de rodadas e avaliações extraordinárias e a finalização dos ciclos poderão ser de forma automática.

Gerar as avaliações de estágio probatório, avaliação 360º, avaliação de desempenho, avaliações extraordinárias e outras avaliações para os funcionários conforme a necessidade da entidade.

Todos os processos executados podem ser realizados automaticamente pela rotina de agendamento da execução da rotina, através do agendador de tarefas.

Emitir os relatórios referentes aos cadastros de planos de saúde:

- Operadores de Planos de Saúde
- Planos de Saúde
- Procedimentos Médicos
- Despesas de Plano de Saúde
- Despesas de Plano de Saúde com reflexo no cálculo

Emitir relatórios cadastrais por pessoa:

- Pessoas
- Dependentes
- Experiências Anteriores
- Averbacoes
- Bolsas de Estudo

Emitir relatórios referente a pessoa. Compreender neste relatório, informações de dependentes, experiências anteriores, averbações para aposentadoria, licença-prêmio, adicionais de tempo de serviço, bolsa de estudo e, além de estar integrado com a folha de pagamento.

Emitir relatórios cadastrais dos funcionários:

- Funcionários
- Ficha Cadastral
- Aniversariantes
- Substituídos
- Períodos Aquisitivos
- Programação de Férias
- Descontos em Férias
- Dados Adicionais
- Dependentes
- Locais de trabalho
- Estagiários
- Ocorrências dos funcionários
- Afastamentos
- Cargos Comissionados ou em funções Gratificadas

Emitir diversos modelos de relatórios com informações específicas dos servidores, é possível listar informações cadastrais de forma simples e organizada.

Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.

Emitir relatórios cadastrais das estrutura da entidade e distribuição de cargos:

- Grupos Funcionais
- Organogramas
- Locais de Trabalho
- Tipos de Administração
- Sindicatos
- Tipos de Cargos
- Cargos
- Planos e níveis Salariais
- Horários
- Feriados

Emitir relatórios cadastrais referente Movimentação de Pessoal:

- Tipos de Movimentação de Pessoal
- Tipos de atos
- Fontes de Divulgação
- Atos
- Movimentação de Pessoal
- Naturezas dos Textos Jurídicos

Emitir relatórios cadastrais referente Pensões:

- Aposentadorias e Pensões
- Beneficiários
- Pensionistas
- Dados Adicionais

Emitir relatórios cadastrais referente Concursos Públicos e Processos Seletivos e as informações pertinentes a este recurso:

- Locais de avaliação
- Avaliações
- Funções dos fiscais
- Comissões dos concursos
- Concursos Públicos e Processos Seletivos
- Candidatos
- Gabaritos
- Dados Adicionais

Emitir relatórios cadastrais referente Medicina e Segurança do Trabalho:

- Acidentes de trabalho
- Tipos de atestados
- Atestados
- CAT E CAS
- Juntas Médicas
- Laudos Médicos
- Instituições Médicas
- Tipos de Consultas/Exames Médicos
- Agendamentos de Consultas e Exames
- Monitoração Biológica
- Registros Ambientais - Fatores de Risco
- P.P.P – Perfil Profissiográfico Previdenciário
- CIPA
- Anamnese
- Controle de Entrega de E.P.I.
- Controle de Equipamentos

Possibilitar a emissão da ficha de avaliação médica "Anamnese", ficha a qual é preenchido a entrevista de saúde do candidato a vaga da função na entidade

Emitir relatórios cadastrais referente Cursos e Formações:

- Cursos
- Formações
- Pessoas – Cursos e Formações
- Funcionários - Solicitações de Cursos
- Funcionários - Planejamento de Cursos

Emitir relatórios cadastrais referente Avaliações:

- Conceitos
- Fatores
- Tipos de Avaliações
- Comissões de Avaliação
- Tipo de Comissões de Avaliações
- Áreas de Atuação
- Publicações das pessoas
- Tipos de Publicações

Emitir relatórios cadastrais referente Controles de:

- Faltas
- Empréstimos
- Diárias
- Transferências
- Adicionais
- Licenças-prêmio
- Funções dos Funcionários
- Compensação de Horas

Emitir relatórios cadastrais referente parametrizações:

- Vínculos Empregatícios

- Tipos de Afastamentos
- Tipos de Salário-Família
- Organograma
- Naturezas dos Tipo das Diárias
- Tipos de Diárias
- Distâncias
- Adicionais
- Configurações de Licenças-prêmio
- Aposentadorias
- Funções
- Motivos de Alterações de Áreas de Atuação, cargos, faltas
- Motivos de Alterações Salariais e de Consultas Médicas
- Responsáveis

Permitir sintetizar em um único relatório toda a ficha funcional do servidor, configurando quais das seguintes informações devem ser exibidas:

- Ficha cadastral
- Acidentes de trabalho
- Adicionais
- Afastamentos
- Resumo Afastamentos
- Aposentadorias e pensões
- Atestados
- Atos
- Beneficiários
- Dependentes
- Controles de Faltas, Empréstimos, Transferências, Adicionais e Diárias
- Substituições a outros servidores
- Contratos de vínculos temporários com a entidade
- Funções
- Alterações salariais e de cargos
- Licenças-prêmio e Averbações
- Locais de trabalho
- Ocorrências (atos de elogio, advertência ou suspensão)
- Períodos aquisitivos
- Utilização de vales mercado e vale transporte
- Cursos
- Compensação de horas
- Avaliações Funcionais

Emitir relatórios de avaliações referente a:

- Fichas de Avaliação
- Avaliações Expiradas
- Processos Administrativos
- Avaliações do Funcionário
- Microciclos Prorrogados

Efetuar cálculo de benefícios de aposentadorias com base na média dos 80% maiores salários conforme legislação vigente, de acordo com o tipo de aposentadoria.

Permitir a configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo sistema, permitindo inclusive a inserção de comentários

Emitir relatório demonstrativo do tempo em que o funcionário trabalhou na entidade ou em qualquer outra empresa, indicando o tempo bruto, as faltas e licenças, o tempo líquido e ainda o tempo derivado de averbações de tempo fictício.

Emitir relatório de frequência que compreende a quantidade de dias trabalhados, que é composta pela quantidade de dias do mês, menos a quantidade de dias afastados, menos a quantidade de faltas, mensalmente analisadas.

Emitir listagem contendo os funcionários e suas alterações de cargos e funções.

Emitir listagem contendo os funcionários e suas mudanças de secretarias e localizações físicas (locais de trabalho).

Emitir listagem contendo todas as alterações de cargos dos funcionários dentro de um período selecionado.

Permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão

individual em lote (Ex. Professores ACTs demitidos no fim do ano letivo e readmitidos no ano seguinte.)

Possibilitar a alteração de informação nos dados dos históricos de funcionário, beneficiário, autônomo ou cargos de forma coletiva otimizando o trabalho do usuários.

Possuir calculadora de Datas e Horas.

Permitir a readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Esta funcionalidade será possível cadastrar funcionários idênticos aos funcionários já demitidos, sem a necessidade redigitar todos os dados.

Permitir a unificação de pessoas e de cadastros

Possibilitar a exclusão do número do CPF para não duplicar o número do CPF das pessoas no banco de dados.

Possibilitar a alteração referente a datas de início ou final do período aquisitivo de férias do funcionário.

Permitir na consulta rápida nos cadastros. Ex: identificar os funcionários que estejam demitidos de forma que sejam demonstrados destacados em cinza. Além das consultas padrões, já existentes no sistema, poderão ser criados vários modelos de consultas de acordo com a necessidade do usuário.

Permitir conceder ajuda, suporte e fazer pesquisas referente a o aplicativo e suas funcionalidades. Existe sumário e índice para facilitar a pesquisa do usuário

Permitir fazer consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.

Permitir "Cadastrar ou abrir os cadastros" de determinados cadastros da aplicação, agilizando o processo do sistema.

Permitir Emitir alguns relatórios do sistema, a partir da tela de cadastro da funcionalidade mediante tecla de atalho.

Permitir fazer as consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados, faltas, etc...

Permitir consultar os cálculos efetuados no sistema de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.

Permitir consultar os contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.

Permitir calcular datas possibilitando fazer conversões de datas, dias, meses e anos para lhe auxiliar a obter informações de forma rápida e prática.

Possibilitar realizar cálculos clicando nos botões da calculadora ou digitando os cálculos usando o teclado. Também tem a opção de escolher a opção de exibição de forma padrão ou científica.

Permitir, através de atalho na tela inicial do sistema, acessar cadastros, processos e relatórios, além de incluir novos menus favoritos para facilitar a usabilidade do sistema.

Ter cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.

Permitir a configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação de cada tribunal de contas.

Possuir cadastro de Comunicação de Acidente de Trabalho para posterior emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT para o INSS.

Possibilitar cadastramento de grupos de prevenção de acidentes de trabalho, em conformidade com a Portaria nº 1.121, de 8 de novembro de 1995.

Controlar a transferência de funcionários permitindo detalhar se a transferência foi realizada com ou sem ônus para a entidade, atendendo as exigências legais do e-Social.

Emitir o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, baseado no histórico do servidor, conforme o layout da Previdência Social.

Cláusula Segunda – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotação Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.90.39.11.00.00.00.0101

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Itapiranga/SC, 17 de julho de 2017.

PRESIDENTE DA CÂMARA DE ITAPIRANGA
Afonso Utzig
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Otaviano José Amaro Guerra
CPF n.º 306.155.018-69

Nome: Anelise Eich
CPF n.º 304.805.669-68

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 03/2017

Município de ITAPIRANGA - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	695.838,86	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.531.500,00	1.531.500,00	265.537,94	700.681,48	830.818,52	264.544,30	695.838,86	835.661,14	622.003,42
DESPESAS CORRENTES	1.486.500,00	1.486.500,00	265.537,94	700.681,48	785.818,52	264.544,30	695.838,86	790.661,14	622.003,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.250.000,00	1.250.000,00	219.676,37	560.576,05	689.423,95	219.676,36	560.576,04	689.423,96	486.740,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	236.500,00	236.500,00	45.861,57	140.105,43	96.394,57	44.867,94	135.262,82	101.237,18	135.262,82
DESPESAS DE CAPITAL	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ITAPIRANGA - SC
CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.531.500,00	1.531.500,00	265.537,94	700.681,48	830.818,52	264.544,30	695.838,86	835.661,14	622.003,42
INVESTIMENTOS	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.531.500,00	1.531.500,00	265.537,94	700.681,48	830.818,52	264.544,30	695.838,86	835.661,14	622.003,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.531.500,00	1.531.500,00	265.537,94	700.681,48	830.818,52	264.544,30	695.838,86	835.661,14	622.003,42
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.531.500,00	1.531.500,00	265.537,94	700.681,48	—	264.544,30	695.838,86	—	622.003,42
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.531.500,00	1.531.500,00	265.537,94	700.681,48	830.818,52	264.544,30	695.838,86	100,00
Legislativa	1.531.500,00	1.531.500,00	265.537,94	700.681,48	830.818,52	264.544,30	695.838,86	100,00
Ação Legislativa	1.531.500,00	1.531.500,00	265.537,94	700.681,48	830.818,52	264.544,30	695.838,86	100,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.531.500,00	1.531.500,00	265.537,94	700.681,48	830.818,52	264.544,30	695.838,86	100,00

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

R\$ 1,00

DO
(a-d)

35.661,14

35.661,14

35.661,14

35.661,14

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Consolidação Administração Direta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
AORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Consolidação Administração Direta

FONTE:

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 30 Abr 2017 (B)	Em 30 Jun 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	94.773,29	74.044,67
Disponibilidade de Caixa	0,00	94.773,29	74.044,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	153.204,64	147.880,11
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	58.431,35	73.835,44
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Jun 2017 (VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Divida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.486.500,00	700.681,48	673.433,30	695.838,86	672.812,50
Pessoal e Encargos Sociais	1.250.000,00	560.576,05	525.319,91	560.576,04	525.319,91
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	236.500,00	140.105,43	148.113,39	135.262,82	147.492,59
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.486.500,00	700.681,48	673.433,30	695.838,86	672.812,50
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	1.531.500,00	700.681,48	673.433,30	695.838,86	672.812,50

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVII)	-1.531.500,00	-700.681,48	-673.433,30	-695.838,86	-672.812,50
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (e+h)
	Inscritos	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				
PODER/ÓRGÃO											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

RRRO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO EXECUTADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		-45.000,00	0,00	-	-45.000,00

FONTE:

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS							R\$ 1,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
		0,00				0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (fb - (If + Ifg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		0,00					0,00
FONTE:							

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026

NADA A DECLARAR

FONTE:

ITAPIRANGA, 07/08/2017

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026

NADA A DECLARAR

FONTE:

ITAPIRANGA, 07/08/2017

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: MAPU DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME, com sede á Rua Adinar dos Santos Ribeiro, nº 210, Fazenda, Curitiba/PR, CEP: 81.330-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.715.427/0001-78, Inscrição Estadual: 101.758.33-83.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - PROCESSO Nº 67/2017;

Objeto: Aquisição de Material Didático e de Expediente para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 12.434,09 (doze mil quatrocentos e trinta e quatro reais e nove centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	210	013	001	2095	02360000	333903016
Educação	428	013	002	2098	06360000	333903016
Educação	236	013	003	2107	01010000	333903016

Data da assinatura: 02/08/2017;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA ME, com sede á Rua Pereira de Oliveira, nº 85, Galpão 02, Velha, Blumenau/SC, CEP: 89.036-350, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.667.876/0001-75.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - PROCESSO Nº 67/2017;

Objeto: Aquisição de Material Didático e de Expediente para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 9.490,50 (nove mil quatrocentos e noventa reais e cinquenta centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	210	013	001	2095	02360000	333903016
Educação	428	013	002	2098	06360000	333903016
Educação	236	013	003	2107	01010000	333903016

Data da assinatura: 02/08/2017;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: COMERCIAL ONIX LTDA EPP, com sede á Rua João Bettega, nº 2052, CJ 17, Portão, Curitiba/PR, CEP: 81.070-0001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.659.287/0001-69, Inscrição Estadual: 906.22460-70.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - PROCESSO Nº 67/2017;

Objeto: Aquisição de Material Didático e de Expediente para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 11.776,60 (onze mil setecentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	210	013	001	2095	02360000	333903016
Educação	428	013	002	2098	06360000	333903016
Educação	236	013	003	2107	01010000	333903016

Data da assinatura: 02/08/2017;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: BOZANNO & BOZANNO LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.323.392/0001-82 e Inscrição Estadual: 252.448.529.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - PROCESSO Nº 67/2017;

Objeto: Aquisição de Material Didático e de Expediente para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 948,72 (novecentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	210	013	001	2095	02360000	333903016
Educação	428	013	002	2098	06360000	333903016
Educação	236	013	003	2107	01010000	333903016

Data da assinatura: 02/08/2017;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: MARCELO JACOB ME, com sede á Rua Frei Gaspar Madre de Deus, nº 140, Portão, Curitiba/PR, CEP: 81.070-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.774.132/0001-97, Inscrição Estadual: 90515462-18.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - PROCESSO Nº 67/2017;

Objeto: Aquisição de Material Didático e de Expediente para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 3.801,50 (três mil oitocentos e um reais e cinquenta centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	210	013	001	2095	02360000	333903016
Educação	428	013	002	2098	06360000	333903016
Educação	236	013	003	2107	01010000	333903016

Data da assinatura: 02/08/2017;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME, com sede á Rua 28 de Agosto, nº 3682, Ala 03, Avaí, Guaramirim/SC, CEP: 89.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.032.430/0001-13, Inscrição Estadual: 255.821.000.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - PROCESSO Nº 67/2017;

Objeto: Aquisição de Material Didático e de Expediente para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 7.691,30 (sete mil seiscentos e noventa e um reais e trinta centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	210	013	001	2095	02360000	333903016
Educação	428	013	002	2098	06360000	333903016
Educação	236	013	003	2107	01010000	333903016

Data da assinatura: 02/08/2017;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 36/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 36/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: FERNANDO DE AVIZ EPP, com sede à Rua dos Escoteiros, nº 680, Bairro: Fátima, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.229-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.362.737/0001-78 e Inscrição Estadual nº 254.479.146.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - PROCESSO Nº 67/2017;

Objeto: Aquisição de Material Didático e de Expediente para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 41.235,00 (quarenta e um mil duzentos e trinta e cinco reais).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	210	013	001	2095	02360000	333903016
Educação	428	013	002	2098	06360000	333903016
Educação	236	013	003	2107	01010000	333903016

Data da assinatura: 02/08/2017;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, com sede à Rua Pedro Mansur Elias, nº 111, Centro, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP: 88.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.586.694/0001-41 e Inscrição Estadual: 254.261.744.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - PROCESSO Nº 67/2017;

Objeto: Aquisição de Material Didático e de Expediente para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 526,00 (quinhentos e vinte e seis reais).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	210	013	001	2095	02360000	333903016
Educação	428	013	002	2098	06360000	333903016
Educação	236	013	003	2107	01010000	333903016

Data da assinatura: 02/08/2017;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2017

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, com sede à Rua Amsterdam, nº 891, Itoupavazinha, Blumenau/SC, CEP: 89.070-490, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.304.312/0001-69, Inscrição Estadual: 257.549.895.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - PROCESSO Nº 67/2017;

Objeto: Aquisição de Material Didático e de Expediente para atender as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 352,00 (trezentos e cinquenta e dois reais).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	210	013	001	2095	02360000	333903016
Educação	428	013	002	2098	06360000	333903016
Educação	236	013	003	2107	01010000	333903016

Data da assinatura: 02/08/2017;

Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2017

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao nono dia de agosto de 2017, a partir das 16:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAICIK DUTRA POHL RISSI e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, KARINA JUSSARA DOS SANTOS e SUZANA BESEN MARTINS nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 57/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA USO NOS EVENTOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de

credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
ZANOELLO INDÚSTRIA DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA	LEONIL FERNANDO ZANOELLO
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME	JOSE LEOCADIO CORDEIRO
KSPORTS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA	PAULO ROBERTO KAMIENSKI
IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO
DENISE ALVES BARBOSA ME	CONRADO SCHNEIDER JUNIOR

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
KSPORTS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA	1 e 2	R\$ 18.940,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 9 de agosto de 2017.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL RISSI Pregoeiro	
KARINA JUSSARA DOS SANTOS Membro	SUZANA BESEN MARTINS Membro

Licitantes:

3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME JOSE LEOCADIO CORDEIRO	DENISE ALVES BARBOSA DE MOURA CONRADO SCHNEIDER JUNIOR
IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO	ZANOELLO IND. DE TROFEUS E MEDALHAS LTDA LEONIL FERNANDO ZANOELLO
KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA PAULO ROBERTO KAMIENSKI	

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2017

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo dia do mês de agosto de 2017, a partir das 14:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAICIK DUTRA POHL RISSI e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e RODRIGO FERNANDES DE SOUZA nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 61/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE RESTAURADOR DE PAVIMENTOS (TAPA BURACO) PARA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão

informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participantes	
Empresa	Representante
PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA	MARIA APARECIDA RODRIGUES

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita, após negociação o representante credenciado informou que o máximo de desconto que poderia oferecer é o valor de sua proposta conforme o Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA	1	R\$ 25.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 10 de agosto de 2017.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL RISSI Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	RODRIGO FERNANDES DE SOUZA Membro

Licitantes:

PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA MARIA APARECIDA RODRIGUES	
--	--

ATA DE SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 06/2017

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ANÁLISE DE PROPOSTAS

Data	10/08/2017	Horário: 15:30h
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 06/2017 Nº 56/2017

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Centro Educacional para sediar a Escola Municipal João Monteiro Cabral, no Balneário Brandalize, compreendendo 867,79m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3108/2017. Exatamente às 15h:30m, iniciou-se a sessão tendo em vista a recomendação do Parecer Jurídico nº 105/2017 para que a análise desta CPL utilize-se dos apontamentos inscritos no Parecer Técnico nº 195/2017/SEPLAN. Deste feito, por todos os cálculos apresentados que demonstram os erros de planilha da proposta apresentada pela empresa SL CONSTRUTORA EIRELI – EPP e recomendação pela sua desclassificação, a CPL decide por bem acatar as recomendações insertas nos documentos supracitados, declarando a empresa MODELLO CONSTRUTORA LTDA EPP vencedora deste certame com o valor de R\$ 968.994,52 (novecentos e sessenta e oito mil novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta

e dois centavos), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 1.277.035,47 (um milhão duzentos e setenta e sete mil e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SUZANA BESEN MARTINS
MEMBRO

RODRIGO FERNANDES DE SOUZA
MEMBRO

ATA SESSÃO PÚBLICA-PREGÃO Nº45/2017- ROÇADAS

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2017 - ANÁLISE DE CREDENCIAMENTOS, PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao nono dia do mês de agosto de 2017, a partir das 14h:00min, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e RODRIGO FERNANDES DE SOUZA nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 45/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS E MANUTENÇÃO DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, DISTRIBUÍDOS EM 03 (TRÊS TRECHOS), DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
EDSON FRANCISCO DA SILVA ME	EDSON FRANCISCO DA SILVA
ITAPEMA COLETA E TRANSPORTE DE ENTULHOS EIRELI	DJONI ESSER SCHOROEDER (NÃO CRENCIADO)
WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME	JÉSSICA MACHADO
BALSA NOVA COMERCIAL LTDA	HALAN DIEGO MUNHOZ
SYSTEM SEG SERVICOS LTDA - ME	JACIR JOSE MERLO
ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	RUI JAN DOBNER (NÃO CRENCIADO)
BETHA SERVIÇOS EIRELI - ME	LUIZ JOEL OLIVEIRA PEDROZO
NEIR COMERCIAL LTDA	GIULLIANO ANGELO BRUNETTA
AJARDINI PAISAGISMO LTDA	Não credenciado (ausente/ sem 3º envelope)
D6 SERVIÇOS E OBRAS EIRELI ME	LUIZ CELSO BOROCHOK (NÃO CRENCIADO)
J PEREIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ME	IVANILDA BATISTA DA SILVA (NÃO CRENCIADO)
VDS MILLENYUM SERVIÇOS E MONTAGENS LTDA ME	VALDEMIR DE SOUZA BUENO (NÃO CRENCIADO)
C.C.S ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI	CLEITON CESAR DA SILVA (NÃO CRENCIADO)
THIAGO WALTER VERA - ME	CLEBER SABEL
ADELAR KRAIESKI BATISTA ME	ADELAR KRAIESKI BATISTA

Analisados os documentos foram achados conforme, com exceção das empresas: ITAPEMA COLETA E TRANSPORTE DE ENTULHOS EIRELI, ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, D6 SERVIÇOS E OBRAS EIRELI ME, J PEREIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ME, VDS MILLENYUM SERVIÇOS E MONTAGENS LTDA ME, C.C.S ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI, que não atenderam o objeto principal da contratação descumprindo o item (4.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO- 4.1. Poderão participar deste Pregão empresas com ramo de atividade pertinente ao seu objeto, e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, empresas). Quanto à empresa AJARDINI PAISAGISMO LTDA, deixou de enviar o envelope de credenciamento, já que não se fez presente descumprindo o item nº (5.2.4.A licitante que não se fizer representar na Sessão Pública do pregão deverá entregar na forma estabelecida, sob pena de não aceitação da proposta, um 3º (terceiro) envelope, intitulado "CREDENCIAMENTO" contendo os documentos descritos nos itens 3.1.1, alíneas "a.1" à "a.4" e as Declarações que tratam os itens 3.1.2. e 3.1.3 (Declaração de Habilitação, na forma do Anexo II e Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, na forma do Anexo III) contendo a mesma apresentação descrita na cláusula 6.1. deste edital). Tendo em vista muitos questionamentos que ocorreram na sessão referente ao não credenciamento e aos credenciamentos, a sessão foi suspensa por 20 (vinte) minutos, e neste instante a Pregoeira baixou diligência onde a equipe de apoio da Pregoeira realizou consulta ao site IBGE em da comprovação do código de atividade econômica (atividades principais e secundárias), o qual não foi encontrado relação entre as atividades de paisagismo, entre outras, com o objeto da licitação, site: <http://cnae.ibge.gov.br>, anexo ao autos. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes credenciadas para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada as propostas e foram achadas conforme, são elas:

Classificação inicial	Empresas	Itens	Valor total
1.	BALSA NOVA COMERCIAL LTDA	1,2,3,	R\$ 672.960,00
2.	BETHA SERVIÇOS EIRELI - ME	1,2,3,	R\$702.828,00
3.	WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME	1,2,3,	R\$ 735.600,00
4.	ADELAR KRAIESKI BATISTA ME	1,2,3,	R\$ 841.200,00

Empresas com as propostas desclassificadas por descumprimento do item nº (6.2. NO ENVELOPE 1 "PROPOSTA DE PREÇO" a licitante apresentará os documentos, conforme solicitado abaixo: 6.3. ANEXO V TERMO DE REFERÊNCIA/ PROPOSTA E PREÇO" deverá: a. Em papel timbrado da licitante, devidamente datado e assinado pelo representante legal da empresa, com a reprodução fiel de todas as informações descritas no respectivo anexo, contendo inclusive e impreterivelmente a declaração de conhecimento e cumprimento do edital e seus anexos na forma descrita no anexo). Neste momento houve discussões acaloradas entre os representantes das empresas que tiveram suas propostas classificadas e aqueles que não tiveram, alguns licitantes exigiram que a Pregoeira cumprisse a risca o edital que faz lei entre as partes e seguisse o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade, e outros apelaram para o excesso de formalismo e o princípio da economicidade. A pregoeira e equipe de apoio neste momento em prejuízo aos licitantes que cumpriram a risca suas propostas quanto aos demais que tiveram suas propostas incompletas, resolveu por desclassificar as empresas, são elas:

Classificação inicial	Empresas	Itens	Valor total
1.	THIAGO WALTER VERA - ME	1,2,3,	R\$700.560,00
2.	NEIR COMERCIAL LTDA	1,2,3,	R\$ 672.960,00
3.	EDSON FRANCISCO DA SILVA ME	1,2,3,	R\$ 539.616,00
4.	SYSTEM SEG SERVICOS LTDA - ME	1,2,3,	R\$ 490.560,00

Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita, conforme o Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total R\$
ADELAR KRAIESKI BATISTA ME	1, 2, 3	R\$ 544.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Seguidos dos demais classificados:

Classificação inicial	Empresas	Itens	Valor total
1.	BALSA NOVA COMERCIAL LTDA	1,2,3,	R\$ 672.960,00
2.	BETHA SERVIÇOS EIRELI - ME	1,2,3,	R\$702.828,00
3.	WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME	1,2,3,	R\$ 735.600,00

Tem do em vista que o regime de julgamento baseou-se no menor preço por lote restou os seguintes valores classificatórios da fase de lances:

Lotes	BALSA NOVA COMERCIAL LTDA	BETHA SERVIÇOS EIRELI - ME	WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME
01	R\$184.700,00	R\$214.368,00	
02	R\$238.080,00		R\$ 172.000,00
03	R\$223.680,00	R\$190.860,00	

Os representantes credenciados e não credenciados manifestaram interesses em interpor recursos a pregoeira advertiu os licitantes que cumpria a risca o edital abrindo direito de recurso ao final da sessão conforme item nº (9. DOS RECURSOS DA SESSÃO PÚBLICA 9.1. Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, após a Pregoeira abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos da Pregoeira, sendo suas justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso. Deste modo, são as alegações:

Empresa recorrente	Empresa investida ou Atos da Pregoeira	Alegações	Deferimento da Pregoeira
BALSA NOVA COMERCIAL LTDA	ADELAR KRAIESKI BATISTA ME	Requer comprovação de planilha aberta dos lotes 02 e 03 (demonstrar exequibilidade)	Deferido para recurso
WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME	ADELAR KRAIESKI BATISTA ME	Alega que a empresa não recolhe imposto e que é uma instituição	Deferido para recurso
VDS MILLENYUM SERVIÇOS E MONITAGENS LTDA ME	PREGOEIRA	Não aceita sua inabilitação	Deferido para recurso

THIAGO WALTER VERA - ME	PREGOEIRA	Não concorda com a desclassificação da proposta	Deferido para recurso
	ADELAR KRAIESKI BATISTA ME	Solicita planilha aberta dos lotes 01,02,03 pois considera a proposta inexequível.	
NEIR COMERCIAL LTDA	CONTRA EDITAL E CERTAME/ PREGOEIRA	Manifesta recurso contra todas as inabilitações e desclassificações de propostas. E que as propostas exigiram informações duplicadas.	Deferido parcialmente, para incorrer somente contra sua inabilitação.
SYSTEM SEG SERVICOS LTDA - ME	PREGOEIRA	Não concorda com sua inabilitação e nem com a inabilitação das empresas que tinham paisagismo	Deferido parcialmente, para incorrer somente contra sua inabilitação.
J PEREIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ME	PREGOEIRA	Não concorda com o seu não credenciamento ao certame, pois entende que atendia o objeto do edital com o objeto de paisagismo.	Deferido para recurso
D6 SERVIÇOS E OBRAS EIRELI ME	PREGOEIRA	Não concorda com o seu não credenciamento	Deferido para recurso
	BALSA NOVA COMERCIAL LTDA	Credenciamento da empresa devido à certidão simplificada estar vencida não poderia dar lances.	Indeferido não condiz com a verdade
	ADELAR KRAIESKI BATISTA ME	Credenciamento da empresa devido à certidão simplificada estar vencida não poderia dar lances.	Indeferido não condiz com a verdade

Motivo pelo qual abre-se o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Em seguida em consequência do adiantar da hora que já se aproxima das 19h:00min, fim do expediente da Prefeitura administrativo, resolveu por suspender a sessão para lavrar ata no dia seguinte a partir da 13h:0min início do expediente. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura com o valor máximo inicial de R\$ 841.200,00 (oitocentos e quarenta e um mil e duzentos reais); d) Houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata às 15h:00min. Itapoá, 10 de agosto de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	RODRIGO FERNANDES DE SOUZA Membro

Licitantes:

EDSON FRANCISCO DA SILVA ME EDSON FRANCISCO DA SILVA	WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER E CIA LTDA ME JÉSSICA MACHADO
BALSA NOVA COMERCIAL LTDA HALAN DIEGO MUNHOZ	SYSTEM SEG SERVICOS LTDA – ME JACIR JOSE MERLO
BETHA SERVIÇOS EIRELI – ME LUIZ JOEL OLIVEIRA PEDROZO	NEIR COMERCIAL LTDA GIULLIANO ANGELO BRUNETTA
VDS MILLENYUM SERVIÇOS E MONTAGENS LTDA ME VALDEMIR DE SOUZA BUENO	C.C.S ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI CLEITON CESAR DA SILVA
THIAGO WALTER VERA – ME CLEBER SABEL	ADELAR KRAIESKI BATISTA ME ADELAR KRAIESKI BATISTA

ATA: COMISSAO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE ITAPOÁ.

Ata: COMISSAO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE ITAPOA, Data: 09/08/2017, Horário: 14h00,

Local: CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE – RUA DO PRÍNCIPE 2169

Aos nove dias do mês de agosto de 2017, no Conselho Municipal da Saúde, situado na rua do Príncipe, 2169, Itapema do Norte, às 14h10 reuni-se a Comissão Organizadora da VIII Conferencia Municipal de Assistência Social, estando presente os membros Lana Roselia Quadros Bevilaqua e Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo. Foram convocados os delegados titulares e suplentes eleitos por ocasião da VIII Conferência Municipal da Assistência Social ocorrida em 05/07/2017, estando presentes: Caroline Michely da Silva, Daniela da Rosa, Silvia Helena Batista Marcondes e Elisiane de Souza Martins. A Sra. Alessandra Silveira Oliveira, tendo conhecimento sobre o objeto da reunião informou o não comparecimento e que comunicou que “abria mão” de sua vaga como delegada na conferência estadual. Fato este confirmado a viva-voz pela Sra. Maria Bernadete durante a reunião. Desta Forma a comissão, em conjunto com os delegados presentes assim definiu: representante do Governamental: Elisiane de Souza Martins – Titular e Caroline Michely da Silva – Suplente, representante da Sociedade Civil: Silvia Helena Batista Marcondes – Titular e Edgar Utarã Dória – Suplente. Não havendo mais nada a ser tratado, encerra-se esta reunião às 14h43. Assinam esta ata os presentes:

Elisiane de Souza Martins
Lana Roselia Quadros Bevilaqua
Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo
Caroline Michely da Silva
Daniela da Rosa
Silvia Helena Batista Marcondes

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/217

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO, residente e domiciliada à Estrada Geral do Saí Mirim, s/nº, neste município de Itapoá/SC, inscrito no CNPF sob o nº 047.028.579-67, CI.RG sob o nº 4.336.722 SSP/SC e DAP sob o nº SDW0047028579670102120320. Licitação: DISPENSA Nº 09/2017 – CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2017 – PROCESSO Nº 78/2017

Objeto: CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE.

VALOR R\$: 19.995,00

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 09 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CARMEM LUCIA KLINGENFUSS JACOBI, residente e domiciliada à Estrada do Salto, P 64, L 12, no município de Joinville/SC, inscrita no CNPF sob o nº 485.170.209-44, CI.RG sob o nº 1.540.924 SESP/SC e DAP sob o nº SDW0485170209441603160911. Licitação: DISPENSA Nº 09/2017 – CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2017 – PROCESSO Nº 78/2017

Objeto: CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE.

VALOR R\$: 4.400,00

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 09 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ERALDO JOSE GILIOLI, residente e domiciliado à Estrada Geral Saí Mirim, s/nº, neste município de Itapoá/SC, inscrito no CNPF sob o nº 633.061.909-34, CI.RG sob o nº 2.165.467 SESP/SC e DAP sob o nº SDW0633061909342606170646.

Licitação: DISPENSA Nº 09/2017 – CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2017 – PROCESSO Nº 78/2017

Objeto: CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE.

VALOR R\$: 19.991,00

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 09 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº39/217

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MOB LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS S/S, com sede à Rua Avenida Dra. Zilda Arns Neumann, nº194, Balneário: Itapema do Norte, Itapoá/SC, CEP: 89249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.465.560/0029-36, representada neste ato pelo diretor o Sr. OMAR AMIN GHANEM FILHO FILHO, portador do CNPJ/MF nº 970.716.689-49 e do CI.RG nº2/C -2.190.527 SSP/SC. Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO - CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2017 - PROCESSO Nº 48/2017

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica com capacidade técnica para realização de exames laboratoriais para prestação de serviços especializados na área de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: Respeitando o teto de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 08/05/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 04 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3287/2017, DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3287/2017, DE 02 DE AGOSTO DE 2017. Nomeia Diretor do Departamento de Lazer, da Secretaria de Esporte e Lazer.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Leonir Jorge Kaufmann, no cargo de Diretor do Departamento de Lazer, da Secretaria de Esporte e Lazer.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 01 de agosto de 2017.

Itapoá (SC), 02 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

ERRATA DE EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 025/2017

ERRATA DE EDITAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 025/2017

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO I

Na seção 3 do Edital, que trata das Inscrições, especificamente para o ato da inscrição no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 025/2017:

Onde se lê:

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, devendo constar a identificação do candidato, na seguinte forma:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 025/2017

NOME:

CPF:

TELEFONE: a) Carteira de identidade;

b) CPF;

c) Certificado de conclusão do Ensino Médio;

d) Título de eleitor;

e) Certidão de Quitação Eleitoral emitida no site do TRE-SC www.tre-sc.gov.br/;

f) Quitação com as obrigações militares (masculino).

Leia-se:

3.3 - No ato da inscrição o candidato ou um representante (sem necessidade de procuração), deverá entregar cópia dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, devendo constar a identificação do candidato, na seguinte forma:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 025/2017

NOME:

CPF:

TELEFONE: a) Carteira de identidade;

b) CPF;

c) Certificado de conclusão do Ensino Médio;

d) Título de eleitor;

e) Certidão de Quitação Eleitoral emitida no site do TRE-SC www.tre-sc.gov.br/;

f) Quitação com as obrigações militares (masculino).

Itapoá (SC), 10 de agosto de 2017.

Daiane Batista

Secretária Executiva

Suzana Besen Martins

Agente Administrativo

Vandressa Aparecida Chervinski

Agente Administrativo

EXTRATO CONTRATO Nº43-17- METRONORTE VEÍCULOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº43/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC/Secretaria Municipal de Saúde

Contratada: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, com sede à Rua Max Colin, nº 1.701, Bairro: América, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.035.532/0009-35 e Inscrição Estadual nº 256622892, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. Edson Carlos Trindade, portador do CNPJ/MF nº 604.689.129-91 e do CI.RG nº4476365-6 SESP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº58/2017 - PROCESSO Nº 80/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO PASSEIO PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR R\$: 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais)

DATA DA ASSINATURA:10/08/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017

BASE LEGAL: Lei 10.520/2002.

Itapoá, 10 de agosto de 2017.

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 135/2017**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 135/2017**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 29/2016 – Luíza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 14/08/2017, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
42	40h	Educ Infantil	Marlene Westphal	17/08/2017	01/11/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 29/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 10 de agosto de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 136/2017**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 136/2017**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 29/2016 – Luíza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 14/08/2017, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
43	40h	Educ Infantil	Estela Benkendorf Ramos	22/08/2017	01/11/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 29/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 10 de agosto de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 137/2017**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 137/2017**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 29/2016 – Luíza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 14/08/2017, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
07	40h	Inglês	Luciana Delalibera Silva	22/08/2017	15/12/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 29/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 10 de agosto de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 138/2017

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 138/2017

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 29/2016 – Luíza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 14/08/2017, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
08	40h	Inglês	Tatiane de Miranda	22/08/2017	15/12/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 29/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 10 de agosto de 2017.

Luíza Montalvão de Oliveira
Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 21/2017 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA MARIA INÊS VARGEM YALÇINKAYA

PORTARIA Nº21, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Concede Licença Prêmio À Servidora Maria Inês Vargem Yalçinkaya.

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Fica concedida licença prêmio à servidora MARIA INÊS VARGEM YALÇINKAYA, matrícula nº19-01, de 30 dias, com início em 21 de agosto de 2017 e término em 19 de setembro de 2017, nos termos do § 1º, do artigo 106 da Lei Complementar Municipal nº44/2014, certidão expedida pelo setor de Recursos Humanos e requerimento formulado em 31 de maio de 2017 e deferido pelo presidente cujo pagamento será efetuado no mês de agosto de 2017.

Art. 2º Tal licença refere-se ao período aquisitivo de 31/12/2007 a 30/12/2012.

Art. 3º Fica concedida conforme requerimento formulado em 31 de maio de 2017 a conversão de 1/3 em pecúnia, da licença prêmio, a título de indenização com base no artigo 110, da LC nº44/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 10 de agosto de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 22/2017 - CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA LEONICE MARLI RISKOWSKI

PORTARIA Nº22, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Concede Férias À Servidora Leonice Marli Riskowski

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 21 de agosto de 2017 a 19 de setembro de 2017, à servidora LEONICE MARLI RISKOWSKI, matrícula 50849-01, investida no cargo de Agente Administrativo I, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Serão convertidas 1/3 das férias em pecúnia de acordo com ao artigo nº60, § 1º.

Art. 3º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 01/08/2015 à 31/07/2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Itapoá, 10 de agosto de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

DESPACHO

DESPACHO - PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 02/2017 – MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Acatando as considerações formuladas no parecer jurídico e considerando o disposto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, decido pela contratação direta, por meio de dispensa de licitação, do prestador Nilson Werter para realização do serviço perícia técnica (auditoria) de processos licitatórios no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 01/2017, de modo que determino a elaboração do instrumento contratual necessário para tanto.

Ratifico os demais termos do processo administrativo em epígrafe. Publique-se o presente despacho, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

Cumpra-se.

Ituporanga/SC, 26 de julho de 2017.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Presidente da Câmara de Vereadores

interurbano e internet banda larga a ser executado de forma contínua, no município de Ituporanga/SC, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II da Lei nº 8.666/93", e, considerando que os valores cotados pela empresa proponente são compatíveis com a natureza do serviço e com os recursos disponíveis, sem comprometer a execução orçamentária da Câmara Municipal de Ituporanga/ SC, ADJUDICA o objeto à empresa CUNHA TECNOLOGIA EM TELEFONIA LTDA., CNPJ sob nº 16.941.682/0001-77, pelo valor de R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais) mensais, observadas as demais condições estabelecidas no contrato.

Ituporanga – SC, 27 de março de 2017.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga/SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017/PMI CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ASFALTO QUENTE (CONCRETO BETUMINOSO CBUQ) APLICADO E ASFALTO FRIO SACO DE 25 KG) PARA RECUPERAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº46/2017

Processo: 55/2017/PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ASFALTO QUENTE (CONCRETO BETUMINOSO CBUQ) APLICADO E ASFALTO FRIO SACO DE 25 KG) PARA RECUPERAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 23 de agosto de 2017 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 23 de agosto de 2017 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 11 de agosto de 2017

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA 01/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO do Processo de Licitação nº 001/2017 - Dispensa de Licitação nº 01/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 20, inciso III, alínea "f", do Regimento Interno, e, considerando o que consta dos autos HOMOLOGA o procedimento licitatório nº 002/2017 na modalidade de Dispensa de Licitação, visando à "contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) local e

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO 21/2017

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 21/2016

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 25/2016

Contrato Administrativo nº: 21/2017.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, COMBUSTÍVEIS E REAGENTE QUE É USADO JUNTAMENTE COM O SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA (SCR) PARA REDUZIR QUIMICAMENTE AS EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO PRESENTES NOS GASES DE ESCAPE DOS VEÍCULOS A DIESEL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Valor: O item 1- Combustível Gasolina Original Comum passa a ter o valor de R\$ 3,95 (Três reais e noventa cinco centavos) ao litro.

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: CLEUSA MASCARELLO CORADI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.441.190/0001-04.

Jaborá, SC, 10 de agosto de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 32/2017

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 21/2016

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 23/2016

Contrato Administrativo nº: 32/2017.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

Valor: O item 1- Combustível Gasolina Original Comum passa a ter o valor de R\$ 3,95 (Três reais e noventa e cinco centavos) ao litro.

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Fundo Municipal de Saude

Contratada: CLEUSA MASCARELLO CORADI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.441.190/0001-04.

Jaborá, SC, 10 de agosto de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2017

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 19/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 29/2017.

Contrato Administrativo nº: 145/2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2017.

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87.

Jaborá, SC, 10 de Agosto de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 059 DE 10 DE JULHO DE 2017.

DECRETO Nº. 059 DE 10 DE JULHO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 827 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2017, na importância de R\$ 138.049,35 (Cento e trinta e oito mil, quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2016, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0721(19) – Aplicações

Diretas R\$ 138.049,35

TOTAL

..... R\$ 138.049,35

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2016, por conta das Transferências Fundo a Fundo da União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 138.049,35 (Cento e trinta e oito mil, quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos), depositados na Agência 1084 – CEF e Conta Poupança n.º 7775-8 da Conta Corrente nº 624.001-1.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 10 de julho de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EXTRATO CONTRATO 011-2017-SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2017/SAMAE

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratado: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Valor: R\$ 102.038,93 (CENTO E DOIS MIL E TINTA E OITO REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS).

Vigência: Início: 07/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Carta Convite Nº 004/2017/SAMAE

Dotação: 1.044.4490.00 - 709 - 01/2017 - AMPL. SISTEMA ABASTECIMENTO DE AGUA - SEDE E COMUNIDADES

Dotação: 1.044.4490.00 - 707 - 12/2017 - AMPL. SISTEMA ABASTECIMENTO DE AGUA - SEDE E COMUNIDADES

Objeto: Contratação de empresa especializada em ampliação, reforma e reestruturação da estação de tratamento de água (ETA) do samae de jacinto machado/SC. Conforme memorial descritivo, projeto, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas contidas no Edital.

Jacinto Machado – SC, 07 de Agosto de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

Diretor do SAMAE

EXTRATO CONTRATO 012-2017-SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2017/SAMAE

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratado: AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA

Valor: R\$ 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS).

Vigência: Início: 10/08/2017 Término: Até o fim do processo seletivo.

Licitação: Dispensa de Licitação 003/2017/SAMAE

Dotação: 2.047.3390.00 - 709 - 9/2017 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O SAMAE.

Jacinto Machado – SC, 10 de Agosto de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

Diretor do SAMAE

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROC 011-2017 SAMAE**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO****Objeto Resumido:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O SAMAE, permitindo a continuidade do serviço público de abastecimento de Água, com profissionais dentro da leis vigentes.

Do Contratado:

AIR SOLUÇÕES EM PESQUISAS E TECNOLOGIA EIRELI - ME (nome fantasia: AIR SOLUÇÕES); CNPJ 09.204.148/0001-12.

.

Do Valor e do Pagamento:

A presente contratação importa em um valor montante de R\$ 7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais), que serão pagos proporcionalmente em 05 até dias úteis do mês subsequente a realização da prestação de serviço.

Da Justificativa:

Com amparo legal as Leis Municipais Vigentes. E para o bom desempenho da administração SAMAE e obtendo recursos próprios para com a fonte de pagamento e baseado na limitação do quadro de funcionários vigente no que se trata no Setor da Administração e no Setor Técnico das operações do ETA.

Do Fundamento Legal:

Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações.

Jacinto Machado - SC, 10 de Agosto de 2017.

LAUDIR POSSAMI

Diretor Geral do SAMAE de Jacinto Machado/SC

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.482/2017

D E C R E T O Nº 11.482/2017

Acresce Dispositivos ao Decreto Municipal Nº 3.908/1999, de 18 de Maio de 1999, e Alterações, que Especifica os Usos Conformes e Desconformes por Zona.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o artigo 7º, da Lei Municipal Nº 1.766/1993, de 09/12/1993,

DECRETA :

Art.1º Ficam acrescidos ao artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 3.908/1999, de 18/05/1999, e alterações, os seguintes §§1º e 2º:

“Art.1º...

§1º As atividades 3.3.2 (casas noturnas, de espetáculos, bailes, discotecas, bilhares, casas de jogos e similares), da categoria de uso 3.3 (especial), do uso 3 (comercial), constantes da Tabela de Uso do Solo / Zona anexa, citadas no inciso IV, deste artigo, são consideradas conformes em relação às seguintes atividades, com exceção das ruas locais das ZCS e ZR, de que trata a alínea “a” do citado inciso:

I - 2.1.1 (igrejas, templos, paróquias, catedrais, salões de culto e centros espíritas), da categoria de uso 2.1 (religioso), do uso 2 (institucional);

II - 2.3.6 (postos de saúde), 2.3.7 (ambulatórios) e 2.3.8 (centros de reabilitação), da categoria de uso 2.3 (saúde), do uso 2 (institucional);

III - 2.4.1 a 2.4.5, da categoria de uso 2.4 (educacional), do uso 2 (institucional).

§2º A conformidade fica condicionada à não coincidência dos horários de funcionamento e de atendimento aos níveis máximos de ruído estabelecidos no Decreto Municipal Nº 7.500/2010, de 14/10/2010.”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2017.

UDO WAGNER	IVALDO KUCZKOWSKI
Prefeito	Secretário Municipal de Planejamento
em Exercício	e Urbanismo

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 23/2017 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 23/2017
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público aos interessados que se encontra aberto CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ÁREAS DE CIRURGIA GERAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (CARDIOLOGIA, DERMATOLOGIA, PSIQUIATRIA, ANGIOLOGIA, ANESTESIOLOGIA, ORTOPEDIA, REUMATOLOGIA, NEUROLOGIA, UROLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA E OFTALMOLOGIA), destinados aos servidores municipais vítimas

de acidente de trabalho, em atendimento a Lei Complementar nº 154/2014, nas condições e prazos estipulados no presente edital.

JUSTIFICATIVA: No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o credenciamento, posto que permite a seleção de todos os profissionais que atenderem aos requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: inexigibilidade de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do artigo 25, caput da Lei 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

PRAZO E LOCAL PARA CREDENCIAMENTO: a partir de 17 de agosto de 2017, de segunda a sexta feira, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs na Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos da Prefeitura Municipal situada à Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, através da Comissão Permanente de Licitações, de acordo com o Decreto Municipal nº 11.185/2017.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Gerência de Saúde Ocupacional pelo telefone 0(47) 2106-8093 na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Walter Marquardt nº 1111, no Bairro Barra do Rio Molha em Jaraguá do Sul/SC.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no endereço supracitado, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul, 28 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017-FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICA e INFANTIL ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 hs do dia 25 de agosto de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 335.455,00 (trezentos e trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 17 de julho de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

JONAS GERMANO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXCLUSIVO PARA ME/EPP
TIPO: menor preço GLOBAL

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através da Pregoeira, comunica aos interessados no Pregão Presencial acima, que em atendimento a LC 147/2014, que este Pregão Presencial foi exclusivo para participação de empresas que estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, e pelo fato de não atingir o número mínimo de 3 (três) empresas enquadradas nesta situação, este Pregão Presencial restou FRUSTADO.

Jaraguá do Sul (SC), 10 de agosto de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

LEI Nº 7.430/2017

LEI Nº 7.430/2017
Denomina Estação de Tratamento de Água.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Estação de Tratamento de Água, localizada na Estrada JGS Nº 461, Elsa Trapp Meier, passa a denominar-se BONIFÁCIO FORMIGARI.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2017.

UDO WAGNER
Prefeito
em Exercício

LEI Nº 7.431/2017

LEI Nº 7.431/2017
Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão S-504, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Três Rios do Sul, passa a denominar-se LUIZ ZAPPELLINE.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2017.

UDO WAGNER
Prefeito
em Exercício

IVALDO KUCZKOWSKI
Secretário Municipal de Planejamento
e Urbanismo

LEI Nº 7.432/2017

LEI Nº 7.432/2017
Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão de Nº 130, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Centro, passa a denominar-se RUDOLPHO HOFFMANN.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2017.

UDO WAGNER
Prefeito
em Exercício

IVALDO KUCZKOWSKI
Secretário Municipal de Planejamento
e Urbanismo

PORTARIA SAMAESJU Nº 332/2017

PORTARIA SAMAESJU Nº 332/2017

Designa Comissão Especial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014,

CONSIDERANDO o memorando 534/2017, de 07 de agosto de 2017.

CONSIDERANDO a Lei Nº 5191/2009,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, os servidores VIVIANE VERBINENN BAITTINGER, ANA PAULA BODER FUSI, JEFERSON DE GASPER, GIOVANI MARCIAL FRANCO DA SILVA e FERNANDO JESUINO DE ABREU para, sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE ACORDOS EXTRAJUDICIAIS.

Art. 2º A Comissão terá a incumbência de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMA E diante dos fatos apresentados, levantando, quando for o caso, o valor dos danos materiais causados a terceiros pela Autarquia, para fins de ressarcimento.

Art. 3º O prazo de vigência desta Comissão Especial será de 90 (Noventa) dias a contar a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º Os servidores designados para comporem a referida comissão farão jus a uma gratificação, conforme estabelece a Lei Municipal nº 3.826/2005 de 27 de maio de 2005, vedada sua percepção de gratificação de forma cumulada.

Art. 5º Em consequência fica revogada a portaria SAMAESJU Nº 188/2017 de 28/04/2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJU Nº 333/2017

PORTARIA SAMAESJU Nº 333/2017

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 535/2017, de 07 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMA E diante do fato apresentado pela senhora SAMARA CARDOSO e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 332/2017 de 08/08/2017, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação, ou seja, até dia 06/09/2017.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2017.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJU Nº 334/2017

PORTARIA SAMAESJU Nº 334/2017

Delega ao Diretor Administrativo competência para instaurar e extinguir processos administrativos fiscais.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL- SAMA E, no uso das competências conferidas pelo art. 4º da Lei Complementar nº 123, de 30 de março de 2012 e alterações posteriores e,

Considerando que a Administração Pública deve pautar suas ações nos princípios da celeridade, legalidade e eficiência, bem como utilizar a delegação de competência como instrumento de descentralização administrativa com o objetivo de assegurar eficácia às decisões e aos trâmites administrativos;

RESOLVE:

Art.1º Delegar ao Diretor Administrativo competência para instaurar e extinguir processos administrativos fiscais que visam à resolução de conflitos oriundos do inadimplemento de obrigações não tributárias relativas a esta Autarquia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Jaraguá do Sul, 08 de agosto 2017.

ADEMIR IZIDORO

Diretor – Presidente

PORTARIA SAMAESJU Nº 335/2017

PORTARIA SAMAESJU Nº 335/2017

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 004/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 162/2017 de 13/04/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 240/2017 de 09/06/2017;

CONSIDERANDO o memorando 537/2017 de 07/08/2017 da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir do dia 11/08/2017 os trabalhos da Portaria 162/2017 de 13/04/2017, prorrogado pela Portaria 240/2017 de 09/06/2017, para conclusão dos trabalhos em 09/10/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 11/08/2017.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 08 de Agosto de 2017.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 336/2017

PORTARIA SAMAESJSU Nº 336/2017
Retifica Portaria de sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 119/2012 de 15/07/2012,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria SAMAESJSU nº 324/2017 de 04/08/2017, conforme segue:

a) Onde se lê:

Art. 2º. A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 271/2017 de 29/06/2017, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

LEIA-SE:

Art. 2º. A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 273/2017 de 29/06/2017, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2017.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 337/2017

PORTARIA SAMAESJSU Nº 337/2017
Retifica Portaria de sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 119/2012 de 15/07/2012,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria SAMAESJSU nº 326/2017 de 08/08/2017, conforme segue:

a) Onde se lê:

Art. 2º. A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 271/2017 de 29/06/2017, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

LEIA-SE:

Art. 2º. A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 273/2017 de 29/06/2017, cujo prazo para conclusão

dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2017.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 338/2017

PORTARIA SAMAESJSU Nº 338/2017
Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO, o memorando 538/2017/Samae, de 07/08/2017;

CONSIDERANDO o acidente de trânsito envolvendo os veículos do Samae, patrimônio nº 3731 no dia 28/07/2017,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 3731, ocorrido no dia 28/07/2017, na Rua Walter Marquardt, nº 468, bairro Barra do Rio Molha.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 273/2017 de 29/06/2017, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa que, deverão apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2017.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 339/2017

PORTARIA SAMAESJSU Nº 339/2017
Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO, o memorando 539/2017/Samae, de 07/08/2017;

CONSIDERANDO o acidente de trânsito envolvendo os veículos do Samae, patrimônio nº 1404 no dia 02/08/2017,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 1404, ocorrido no dia 02/08/2017, na Rua João Januário Ayroso, nº 33, Bairro Jaraguá Esquerdo.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 273/2017 de 29/06/2017, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa que, deverão apresentar

relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

RESOLUÇÃO Nº 035/2017/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 035/2017/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: PMJS/SEMED - Cadastro: 35.946, solicitação de aprovação de projeto (cerca), tendo como requerente EMEF Ricieri Marcatto, do imóvel situado na Rua 853 – Richard Viergutz – bairro: Rio Cerro I - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 19 de julho de 2017.

CONSIDERANDO que a edificação em análise, constante da MI 27.353, Cadastro 35946, é o prédio escolar de alvenaria da E.M.E.F. Ricieri Marcatto.

CONSIDERANDO que o projeto refere-se ao muro de alvenaria da edificação, que faz conjunto com a escola, e tem que ser preservado.

CONSIDERANDO que o projeto proposto é uma adaptação junto ao muro, de maneira a proporcionar maior segurança aos alunos, pois dificultará a transposição do mesmo, elevando a sua altura.

CONSIDERANDO que a adaptação foi proposta com a adoção de solução que mantém de forma aceitável e compatível a preservação do muro.

CONSIDERANDO que é aceitável a projeto da cerca pois possibilita a segurança dos alunos e o bem à vida da comunidade, sem prejuízo dos elementos culturais que o caracterizam.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o projeto de colocação de cerca junto ao muro da E.M.E.F. Ricieri Marcatto, concordando com o Parecer nº 025/2017 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Técnico nº 157/2017/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul; recomendando o que segue:
I - Que seja consultado o arquiteto do Setor de Patrimônio Histórico Cultural – SPHC, no início das escavações, antes da concretagem, para verificar se a obra não trará problemas ao muro histórico.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de julho de 2017.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 036/2017/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 036/2017/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 14448/2017 - Cadastro: 7.568, Alvará de demolição, tendo como requerente Altamiro Hornburg, Rua Roberto Ziemann, 1299 – bairro: Amizade - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 19 de julho de 2017.

CONSIDERANDO que a edificação em análise é residencial em alvenaria, constante da MI 2.348, cadastro 7.568, com 220,65m², construída no ano de 1967.

CONSIDERANDO que a edificação não integra o projeto de preservação da memória e identidade de Jaraguá do Sul, “Patrimônio Arquitetônico nos Caminhos Históricos”, aprovado pela Resolução nº 002/2010/COMPHAAN/JS, de 09/02/2010.

CONSIDERANDO que a edificação não possui característica arquitetônica relevante ou está relacionada a fatos pretéritos de interesse para o Município que justifiquem sua preservação como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 030/2017 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Técnico nº 019/2017/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de julho de 2017.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 037/2017/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 037/2017/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 6993/2017 - Cadastro: 4.841, Alvará de demolição, tendo como requerente Irineu Maier, Rua Manoel Francisco da Costa, 4440 – bairro: João Pessoa - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 19 de julho de 2017.

CONSIDERANDO que a edificação residencial em alvenaria, constante da MI 17.069, cadastro 4.841, com 137,50m², construída no ano de 1961, integra o Cadastro de Inventário dos bens culturais do município conforme Cientificação nº 040/2015, datada de 23/10/2015.

CONSIDERANDO que esta cientificação não é o tombamento da edificação.

CONSIDERANDO que embora a edificação possua característica arquitetônica com volumetria das construções antigas do município, a mesma está descaracterizada com a introdução de janelas modernas de ferro.

CONSIDERANDO que a edificação não está relacionada a fatos preteritos de interesse para o Município que justifiquem sua preservação como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de julho de 2017.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 038/2017/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 038/2017/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 39901/2016 - Cadastro: 2.254, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente Ana Maria Kobus Junkes, Rua 131 – Adolf Puttjer, 112 – bairro: Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que

lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 19 de julho de 2017.

CONSIDERANDO que a edificação residencial em alvenaria, constante da MI 16.001, Cadastro 2.254, construída no ano de 1949.

CONSIDERANDO que embora a edificação tenha sido moradia do casal Ângelo Menel e Esther Menel, que iniciaram uma facção em 1958, e representaram o empreendedorismo têxtil dos anos 60, sendo os precursores da atual marca Nanete; a mesma se encontra descaracterizada, não sendo de interesse para a preservação como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável a Consulta de viabilidade para construção, concordando com o Parecer nº 029/2017 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Técnico nº 018/2017 do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul, com anuência também para demolição.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de julho de 2017.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2017

O Pregoeiro Substituto, designado pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 68/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos profissionais de arbitragem em eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Descrição do objeto	Valor total do item (R\$)
01	JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS	Modalidade - Futsal Adulto: 30 – R\$ 228,66	6.859,80
02	JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS	Modalidade - Voleibol Adulto: 20 – R\$ 167,00	3.340,00
03	JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS	Modalidade – Tênis de mesa Escolar de 07 a 14 anos: 65 – R\$ 10,38	674,70
04	JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS	Modalidade – Natação Interescolar de 07 a 12 anos: 90 – R\$ 10,44	939,60
05	JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS	Modalidade – Atletismo prova de campo Interescolar de 07 a 14 anos: 20 – R\$ 58,50	1.170,00
06	JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS	Modalidade – Atletismo prova de pista Interescolar de 07 a 14 anos: 20 – R\$ 77,50	1.550,00
07	JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS	Monitores/Staff para os Eventos Escolares e Comunitários - Monitor/ Staff : 09 – R\$ 74,44	669,96

Jaraguá do Sul, SC, 02 de agosto de 2017.

Rosinei A.G. Dias

Pregoeira – Decreto 11.334/2017

Joaçaba

PREFEITURA

12/2009 TA 12

CONTRATO Nº 12/2009 – TA 12

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 02.247.113/0001-11, doravante denominado LOCATÁRIO, neste ato representado por seu Secretário, Sr. JUCELINO JORGE FERRAZ, e o espólio da Senhora THEA BERTA ELISABETH KLEINE, conforme matrícula nº 114.950 do Registro de Imóveis 1º Ofício, o qual outorga a administração para PELIZZARO IMÓVEIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.872.651/0001-83, estabelecida na Rua Salgado Filho, 259, centro Joaçaba, SC, denominada a seguir simplesmente LOCADORA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2009, celebrado em 07 de janeiro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 162/2008, instaurado através da Dispensa nº 25/2008, que tem como objeto a locação de um imóvel, casa mista, localizado na Rua Quintilhan Morgade, 86, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do PROGRAMA SENTINELA, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

O preço da locação fica reajustado em 6,5800%, relativo à variação do INPC no período de 01/01/2016 a 31/12/2016, passando o valor mensal a ser pago a LOCADORA para R\$ 2.490,56 (dois mil quatrocentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos), a contar de 01 de agosto de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 08 de agosto de 2017.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOCATÁRIO

JUCELINO JORGE FERRAZ - Secretário

PELLIZZARO IMÓVEIS
p/p. espólio de THEA BERTA ELISABETH KLEINE
LOCADORA

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

AVISO PL 32/2017/PMJ - CC 02/2017/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2017/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 02/2017/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 32/2017/PMJ – concorrência nº 02/2017/PMJ, cujo objeto é "Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente, de 05 (cinco) ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba, SC.", a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento das propostas, está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 10 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

DECRETO Nº 5188

DECRETO Nº 5188 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), por conta do superávit financeiro dos recursos ordinários do município:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 01: Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000.000000-261

Valor: R\$ 35.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 10 de agosto de 2017

Dioclésio Ragnini

Prefeito

DECRETO Nº 5189

DECRETO Nº 5189 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 AUTORIZADO PELO ARTIGO 16, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 34.974,61 (trinta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 01: Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000-2

Valor: R\$ 34.974,61

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 01: Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-3

Valor: R\$ 33.974,61

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-4

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 10 de agosto de 2017

Dioclésio Ragnini

Prefeito

DECRETO Nº 5.185 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 5.185 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, conjuntamente com o Prefeito do Município de Herval D'Oeste-SC, usando das atribuições que são conferidas por Lei e em especial, a Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, em conjunto com a Administração do Município de Herval D'Oeste nos termos do Art. 16, § 1º da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que será constituída pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA:

Jaison Strapassola

Patricia de Pelegrin

Wilton Werner Zukowski

REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE:

Adriano Baretta Mandric

Melisa Demo

Odair Trevisol

Parágrafo único – A qualquer tempo o Município de Luzerna poderá indicar membros para compor a Comissão para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

Art. 2º. A atividade de membro da Comissão é considerado de interesse público relevante, sem ônus para o Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba(SC), em 07 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI AMÉRICO LORINI

Prefeito de Joaçaba-SC Prefeito de Herval D'Oeste-SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS Nº 04/2017-PMJ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PARA REPASSE DE RECURSOS Nº 04/2017-PMJ

(Atendida a Lei Federal 13.019/2014 e Instrução Normativa TC 14/2012 TCE-SC)

APREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo prefeito, Sr. Dioclésio Ragnini, torna público o Edital de Chamamento Público destinado à seleção de OSC - Organizações da Sociedade Civil atuantes na área da inovação e empreendedorismo, para entabulação de parceria, na forma de termo de fomento para a realização de ações na área do desenvolvimento econômico e inovação.

1 OBJETO E VALORES MÁXIMOS DO PROJETO

1.1 Este Edital de Chamamento Público destina-se à seleção de entidades para celebração de parceria na forma de fomento, em regime de mútua cooperação, envolvendo transferências de recursos financeiros no valor global de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com liberação prevista em parcela única, para a consecução de finalidades de interesse público que visam o desenvolvimento econômico dos setores: inovação, comercial, industrial, agronegócios e prestação de serviços, buscando a geração e disseminação da cultura do empreendedorismo e inovação do município, obrigatoriamente com a execução de feira de negócios, oficinas, workshops e rodada de negócios. - Lei Federal nº 13.019/2014.

1.2 As entidades interessadas deverão habilitar-se mediante a apresentação da documentação exigida no presente Edital de Chamamento e apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo I, quantificando os recursos financeiros pretendidos, dentro dos limites fixados no presente edital.

1.3 – Não será exigido contrapartida da OSC.

2 DOS REQUISITOS DA ENTIDADE

2.1 As OSC proponentes de Projeto, objeto deste Edital de Chamamento, deverão ser regidas por estatutos cujas normas disponham, expressamente, sobre (art. 33 da Lei Federal 13.019/2014):

- I) Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- II) A constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- III) Normas de prestação de contas sociais a serem observadas pela entidade.

2.2 Respeitado o disposto no art. 33, V, alínea a, da Lei Federal 13.019/2014, somente serão admitidos projetos da OSC que possua:

- I) No mínimo, 03 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e dispor de regularidade administrativa;
- II) Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- III) Capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela comissão de seleção.

3 DO PROTOCOLO DOS PROJETOS, PLANO DE TRABALHO E SEUS REQUISITOS

3.1 Os Projetos deverão ser protocolizados junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba, no período do dia 10 de agosto a 21 de agosto de 2017, das 8h30 às 19h.

3.2 Os projetos deverão conter Plano de Trabalho (modelo anexo I) demonstrando o atendimento aos itens elencados no art. 22, incisos I a IV da Lei Federal nº 13.019/14.

3.3 Cada entidade poderá protocolizar apenas 01 projeto, conforme descrito no item 1.1 do presente Edital.

3.4 Apenas poderão participar organizações da sociedade civil sem fins lucrativos sediadas ou com representação atuante e reconhecida no Município de Joaçaba ou Municípios Limítrofes há no mínimo três anos, e que comprovem atuação de atividades objeto deste edital.

4 DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

4.1 Até o dia 31 de agosto de 2017 o Município publicará o resultado das OSC aptas, ficando aquelas convocadas para apresentação, até 06 de setembro de 2017, dos seguintes documentos exigidos pela Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

- I) Solicitação (Ofício) da entidade;
- II) Cópia do CNPJ da entidade;
- III) Comprovante de endereço (água ou luz) da entidade e do seu representante legal;
- IV) Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade e tesoureiro;
- V) Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente ou Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;
- VI) Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente, sendo obrigatória a informação em eventual mudança da diretoria da entidade, mantendo o cadastro atualizado;
- VII) Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura do Município;
- VIII) Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- IX) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- X) Cópia da Lei de utilidade pública;
- XI) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;
- XII) Certidão Negativa de débitos municipais e estaduais;
- XIII) Relatório de atividades desenvolvidas pela entidade nos últimos doze meses;
- XIV) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do artigo 29, V da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- XV) Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
- XVI) Apresentação de, no mínimo, três orçamentos referente aos itens a serem adquiridos constantes no projeto;

4.2 Quando o repasse tiver por objeto a realização de obra, deverão constar também do processo os documentos discriminados:

- I - Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis comprovando a propriedade plena do imóvel com data não superior a trinta dias, nos casos em que o repasse tiver como objeto a execução de obras ou benfeitorias no mesmo, inclusive para a contratação de projeto arquitetônico;
- II - Licença ambiental prévia e, se for o caso, outras licenças expedidas pelos órgãos ambientais competentes, quando o contrato envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, conforme previsto na legislação federal e estadual aplicável;
- III - Alvarás de licença necessários à realização de obras, expedidos pelos órgãos municipais competentes;
- IV - Registro fotográfico da situação por ocasião do pedido, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimo.
- V - Projeto básico, conforme definido na Lei Federal sobre licitações e contratos, que poderá ser dispensado pela autoridade competente no caso de objeto padronizado.
- VI - Documentos que atendem a legislação vigente no município.

4.3 As cópias autenticadas dos documentos de que trata o presente Edital poderão ser procedidas por servidor do Município de Joaçaba.

5. DO PARECER TÉCNICO E DO PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

5.1 Os projetos protocolizados serão submetidos a parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se expressamente, a respeito (art. 35, V da Lei Federal 13.019/2014):

- I) Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

- II) Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
- III) Da viabilidade de sua execução;
- IV) Da verificação do cronograma de desembolso;
- V) Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- VI) Da designação do gestor da parceria;
- VII) Da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

5.2 Os projetos serão submetidos a parecer da Procuradoria Geral do Município (art. 35, VI da Lei Federal 13.019/2014).

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária do exercício financeiro de 2017.

ORGAO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 01: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Proj./Ativ.: 2.020 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

2 - 3.3.50.00.00.00.00.01.0000 Transferência a Instituições Privadas- R\$ 35.000,00

261 - 3.3.50.00.00.00.00.03.0000 Transferência a Instituições Privadas- R\$ 35.000,00

6.2 A celebração do Termo de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento e o efetivo repasse para a entidade estão vinculados ao empenhamento da despesa a ser custeada por conta da Dotação Orçamentária acima transcrita.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

7.1 Os projetos serão submetidos à análise da Comissão de Seleção formada por 03 (três membros):

- I) Gustavo Deon, que a presidirá;
- II) Delcir Dotti;
- III) Roberto Minati.

7.2 A seleção das propostas será analisada pela Comissão de Seleção em três fases distintas e subsequentes:

I) HABILITAÇÃO: nesta fase, será analisada a apresentação do Plano de Trabalho (Anexo I), que deverá ser protocolizada na Prefeitura de Joaçaba.

II) AVALIAÇÃO E SELEÇÃO: nesta fase somente os proponentes habilitados, terão suas propostas avaliadas, pela Comissão de Seleção segundo os critérios elencados, analisando também:

- a) Os serviços, programas e projetos atendendo aos requisitos técnicos em Edital;
- b) Análise financeira dos projetos no plano de trabalho conforme pontuação alcançada, e se necessário cálculos para redução proporcional;
- c) Publicação dos projetos aprovados com as devidas pontuações e demais procedimentos previstos no edital

III) ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: Na última fase a OSC escolhida deverá entregar a documentação para a habilitação final, com o Plano de Trabalho devidamente adequado (Anexo I).

7.3 A Comissão de Seleção utilizará os critérios citados na tabela abaixo para classificação dos projetos, bem como, dará devolutiva a OSC proponente da avaliação realizada e pontuação obtida.

7.4 Critérios de desempate serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- I) Maior equipe envolvida com melhor currículo;

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios	Pesos
Relevância científica e tecnológica do evento e qualidade da proposta: importância da temática; abrangência de público previsto; estruturação completa do programa sugerido; nome e vínculo institucional dos palestrantes previstos; qualidade da redação no desenvolvimento de todos os itens da proposta.	3
Presença de instituições, sociedades e associações científicas, entidades de classe e similares na promoção, organização ou como participante do evento.	2
Histórico do evento, competência e experiência do coordenador e equipe; número de pesquisadores envolvidos.	1
Coerência/adequação do orçamento solicitado para realização do evento; clara justificativa dos itens solicitados.	1

A entidade vencedora deverá, obrigatoriamente, auxiliar o Município com as seguintes contrapartidas:

- a) Disponibilizar 01 (um) stand no evento;

8 DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

8.1 O órgão concedente fica incumbido de realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma estabelecida no Termo de Fomento, observadas as normas da Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

8.2 A comissão de monitoramento e avaliação das parcerias de fomento será formada por servidores nomeados no termo de fomento pelo Prefeito.

8.3 O servidor fiscalizador será responsável pela emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação, sendo pessoalmente responsável pela veracidade das informações lançadas em seu relatório.

8.4 O relatório homologado que aponte ser insatisfatório o cumprimento do termo de fomento importa em:

- I) Rescisão de contrato de fomento que a tenha como beneficiária;
- II) Impedimento de cadastro da entidade no Município, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data de sua exclusão;
- III) Devolução dos recursos financeiros caso a entidade beneficiada venha a não executar o disposto no Plano de Trabalho por ela elaborado, sem justificativa, a época do referido evento.

9 PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 A Prestação de Contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma estabelecida no capítulo IV da Lei Federal 13.019/2014, obedecidos aos critérios da Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e respectivo no Termo de Fomento.

9.2 O prazo de prestação de contas ficará estabelecido em:

- I) 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da parcela única.

9.3 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a OSC deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas (art. 68, parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/14).

9.4 Os seguintes documentos, obrigatoriamente, deverão acompanhar a prestação de contas:

- I) Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da OSC beneficiária e pelo tesoureiro;
- II) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e o atendimento da finalidade pactuada;
- III) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- IV) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
- V) Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa de período;
- VI) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;
- VII) Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- VIII) Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- IX) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, que conterá:
 - a) Descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.
 - b) Detalhamento das horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.
 - c) Demonstração do alcance das metas e resultados previstos na parceria;
 - d) Apresentação da priorização do controle de resultados e a busca pela satisfação do objeto.
- X) Emissão do parecer técnico fundamentado pelo conselho fiscal, acerca da aplicação do recurso recebido pela entidade, em conformidade com art. 47 e seguintes da Instrução Normativa 14 do TCE-SC;
- XI) Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos, os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da CONVENIENTE.

10 DAS VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

10.1 Em atendimento ao art. 39 da Lei Federal nº 13.019/14 e suas alterações ficarão impedidos de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:

- I) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- II) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- III) Tenha como dirigente agente político de Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- IV) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- V) Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
 - a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
 - b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
 - c) a prevista nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal 13.019/2014;
- VI) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 08 (oito) anos;
- VII) Tenha entre seus dirigentes pessoa:
 - a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 08 (oito) anos;

- b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

11 DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1 As impugnações ao presente edital e os recursos das decisões proferidas nas etapas do processo de seleção e celebração das parcerias, nos prazos estipulados, deverão ser enviados à Secretaria Municipal de Assistência Social, devidamente protocolizados na Prefeitura Municipal, até às 17hs da data limite para cada etapa.

11.2 Os recursos e impugnações somente serão analisados se contiverem, necessariamente:

- I) A identificação e qualificação do recorrente/impugnante;
- II) A indicação da decisão da qual se está recorrendo ou impugnando;
- III) As razões do recurso ou da impugnação, com os fundamentos essenciais à demonstração do direito pretendido;
- IV) Os pedidos do recorrente/impugnante.

11.3 Qualquer cidadão poderá apresentar impugnação aos termos do presente edital, nos prazos e termos estabelecidos neste instrumento.

11.4 As decisões acerca dos recursos e impugnações do presente edital, serão publicadas no site oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios e delas não caberão novos recursos na esfera administrativa.

11.5 Interposto o recurso, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças dará ciência, por ofício, às partes diretamente afetadas para que estas, querendo, manifestem-se em até 01 (um) dia útil.

11.6 Havendo a impugnação do presente edital, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças fará publicar no site oficial da Prefeitura Municipal os motivos da impugnação, resolvendo o mérito no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.7 Poderá a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira prorrogar, uma única vez e por igual período.

11.8 Os pedidos de esclarecimento serão recebidos até 07 (sete) dias corridos, anteriores ao encerramento do período de apresentação das propostas.

11.9 Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora do prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão indeferidos automaticamente.

11.10 Às decisões dos recursos serão por meio de ofício à OSC requisitante, entregue até às 17 horas da data prevista no anexo II.

11.11 As OSC poderão solicitar revisão das notas apontadas nos critérios de seleção, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

11.12 Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de outras OSC, ou seja, a OSC somente poderá requerer revisão da sua nota.

12 DAS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

12.1 As OSC deverão comprovar o atendimento às medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com o artigo 24, §1º, x, da Lei 13.019/2014.

13 DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, nos termos preconizados no art. 11 da Lei Federal nº 13.019/14.

13.2 Para celebração dos Termos de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento deverão ser obedecidas às normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e legislação municipal, em especial Instrução Normativa 01/2014-PMJ.

13.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba (SC), em 10 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito de Joaçaba

ANEXO I

Modelo de Plano de Trabalho

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

I – IDENTIFICAÇÃO DA OSC

Razão social da entidade:		CNPJ:
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	CEP
Endereço eletrônico:		
Contato Telefônico:		

II – IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA OSC

Nome:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP	
Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico:			

III – IDENTIFICAÇÃO DO TESOUREIRO DA OSC

Nome:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço:			
Bairro	Cidade:	CEP:	
Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico:			

IV – IDENTIFICAÇÃO DOS DEMAIS DIRIGENTES (Diretoria e Conselho Fiscal)

Nome	Endereço	RG/Órgão Exp.	CPF

V – INDICAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSC:

Dirigente RESPONSÁVEL, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria (art. 37 da Lei Federal nr. 13.019/14):

Nome do Dirigente: VI – NATUREZA DA OSC

Tipo de entidade:
Tipo de trabalho desenvolvido pela entidade:
Tipo de público atendido:
Informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto:

VII – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:			
Período de Execução		Quantitativo de Público que foi Beneficiado em 2015:	Quantitativo de Público que será Beneficiado em 2017:
Data de Início	Data do Término		
Descrição do Público Beneficiado:			
Justificativa quanto ao interesse público, benefícios econômicos e sociais:			

Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas:

Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto:

Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas: verificar e alterar conforme a orientação do manual do terceiro setor ou outro que diz a lei 13.019

Objetivos:

Resultados Esperados:

VIII- DA PONTUAÇÃO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO)

	Peso	Plenamente Satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2	1	0
Relevância científica e tecnológica do evento e qualidade da proposta: importância da temática; abrangência de público previsto; estruturação completa do programa sugerido; nome e vínculo institucional dos palestrantes previstos; qualidade da redação no desenvolvimento de todos os itens da proposta.	3			
Presença de instituições, sociedades e associações científicas, entidades de classe e similares na promoção, organização ou como participante do evento.	2			
Histórico do evento, competência e experiência do coordenador e equipe; número de pesquisadores envolvidos.	1			
Coerência/adequação do orçamento solicitado para realização do evento; clara justificativa dos itens solicitados.	1			
Total de pontuação				

IX RECURSOS

Total dos Recursos Solicitado	R\$
-------------------------------	-----

(PREENCHIMENTO EXCLUSIVA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO)

Total dos Recursos Aprovados pela Pontuação	R\$
---	-----

Poderá haver alteração deste valor após a entrega da documentação.

X – CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

Fase	Denominação	Data Início	Data Término

XI – ORÇAMENTO DO PROJETO COM APRESENTAÇÃO DAS COTAÇÕES.

Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

XII - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Fonte	Data	R\$	Data	R\$	Data	R\$
Município						
Proponente						

Outra Fonte						
Total						

XIII – PRAZO DE ANÁLISE

Prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parcela	<input type="checkbox"/> MENSAL
	<input type="checkbox"/> BIMESTRAL
	<input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA

ANEXO II
DO CRONOGRAMA

É de responsabilidade do representante legal da OSC ficar atento a todos os prazos estipulados no cronograma abaixo bem como ficar atento a todas as correspondências que possam ser encaminhadas via e-mail e via ofício, caso interponha recurso.

Item	Atos	Datas
1.	Divulgação e publicação do Edital de Chamamento.	10/08/2017
2.	Período para protocolização de projetos.	10/08/2017 a 21/08/2017
3.	Período de recursos quanto ao edital.	21/08/2017 a 22/08/2017
4.	Período de resposta aos recursos do edital.	23/08/2017 a 24/08/2017
5.	Análise dos projetos pela Comissão de Seleção e emissão de pareceres.	25/08/2017 a 28/08/2017
6.	Parecer dos projetos, emitido pela Procuradoria Geral do Município.	29/08/2017
7.	Publicação das OSC aptas a receber recursos.	30/08/2017 a 31/08/2017
8.	Período para recursos quanto à avaliação da OSC.	01/09/2017 a 04/09/2017
9.	Período de resposta aos recursos da avaliação.	05/09/2017
10.	Período para entrega dos documentos conforme previsto no Edital.	31/08/2017 a 06/09/2017
11.	Período para análise da documentação pela comissão de seleção.	06/09/2017 a 08/09/2017
12.	Período de adequação no Cronograma de Execução após a verificação da documentação.	11/09/2017
13.	Publicação das OSC selecionadas e dos valores conquistados.	12/09/2017
14.	Assinatura do Termo de Fomento.	14/09/2017
15.	Início da liberação dos recursos conforme cronograma físico de execução.	15/09/2017

ANEXO III
TERMO DE FOMENTO Nº / 2017-PMJ
(modelo de minuta)

o MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o Nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. (nome do prefeito), doravante denominado CONCEDENTE e a (nome da entidade), pessoa (Identificar), sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº (identificar), com sede administrativa à Rua (endereço), Município de (identificar), neste ato representada por seu Presidente, Sr. (nome do presidente), doravante denominada CONVENIENTE que ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições e em atendimento à Lei nº 4.320/64, Lei Municipal nº (identificar), obedecendo a Instrução Normativa TCE/SC-14/2012 e Instrução Normativa da Coordenadoria do Controle Interno de Joaçaba 01/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

O presente Convênio visa ao estabelecimento de bases para a cooperação e para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE, parte integrante deste Convênio, cuja finalidade é a realização (descrever), a ser executado pela CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DESPESAS
VALOR

I – O CONCEDENTE efetuará o repasse financeiro no valor de R\$ (valor), em (nº de parcelas) parcelas mensais de R\$ (valor) do exercício em curso, e (nº de parcelas) parcelas previstas para o exercício de (ano), a partir de 01 de março de 2017, parte integrante deste Convênio.
II – A CONVENIENTE empregará como contrapartida no projeto o valor de R\$ (valor), em (nº de parcelas) parcelas mensais no exercício em curso, e (nº de parcelas) parcelas previstas para o exercício de (ano), em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio.

Ou

II – A CONVENIENTE não empregará contrapartida neste convênio.

DESPESAS

II – As despesas provenientes da execução deste Convênio serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária da Unidade (identificar), do Orçamento do exercício financeiro de (ano).
(Dotação Orçamentária)

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES
DA CONVENIENTE

I – Receber os recursos financeiros de que trata este termo, movimentá-lo em instituição financeira oficial, em conta corrente específica e vinculada ao presente termo, promovendo a fiel aplicação dos recursos recebidos, exclusivamente na consecução do objetivo aqui estabelecido, em conformidade com o Plano de Trabalho, anexo ao presente Termo de Convênio;
II – Comunicar, prévia e imediatamente o Município de Joaçaba, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento;

- III – Prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, conforme legislação vigente e cláusula quarta deste convênio;
- IV – Devolver os recursos e rendimento da aplicação financeira;
- V – Responder a diligências decorrentes do processo de prestação de contas, quando ocorrer;
- VI – Manter atualizado seu cadastro junto ao CONCEDENTE, comunicando eventuais alterações de endereço e/ou de seus representantes legais;
- VII – Restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos não aplicados no objeto de repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras;
- VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;
- IX - A entidade vencedora deverá auxiliar o Município na realização dos seguintes eventos:
 - a) Centenário do Município;
 - b) Festividades natalinas do Município;
 - c) Divulgações do evento - Desfile das Escolas de Samba.

DO CONCEDENTE

- I – Efetuar o repasse financeiro no valor estabelecido neste convênio, destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho;
- II – Publicar extrato resumido do Convênio;
- III – Acompanhar e fiscalizar a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos repassados, emitindo o parecer a cada prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente Convênio deve ser encaminhada ao Poder Executivo e elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e de auditoria legais e vigentes, no prazo de 30 dias do recebimento de cada parcela, de forma individualizada.

Para prestar contas a CONVENIENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE:

- I – Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- II - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e o atendimento da finalidade pactuada;
- III – Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- IV – Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
- V – Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa de período;
- VI – Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;
- VII – Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- VIII- Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- IX- Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar, se for o caso, de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços especiais os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha;
- X – Emissão do comparecer técnico fundamentado pelo conselho fiscal, acerca da aplicação do recurso recebido pela entidade, em conformidade com art. 47 e seguintes da Instrução Normativa 14 do TCE-SC;
- XI – Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos, os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da CONVENIENTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO

- I – O acompanhamento da execução física do objeto será realizada pelo CONCEDENTE, mediante fiscalização mensal;
- II – Ficam nomeados os servidores (nome dos servidores), para exercerem as funções de fiscais do presente Termo de Convênio;
- III – Os fiscais acima designados deverão emitir relatórios de visitas de acompanhamento, devendo especificar o efetivo cumprimento da aplicação dos recursos, na forma estabelecida no Plano de Trabalho, os quais ficarão anexos ao processo de prestação de contas.

CLAUSULA SEXTA– DA PROIBIÇÃO

Fica proibido o repasse dos recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do CONCEDENTE.

CLAUSULA SÉTIMA – DIREITO DE PROPRIEDADE

O CONCEDENTE terá direito dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - O prazo de vigência do presente Convênio é de (nº dias) a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período se do interesse das partes.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

DA CONVENIENTE

I - Não havendo aplicação correta, na forma ajustada, dos recursos transferidos, a constatação de irregularidades insanáveis no processo de prestação de contas, ou a não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado, será lançada a responsabilidade da CONVENIENTE,

restituição do valor total do convênio ou da respectiva parcela, bem como dos rendimentos da aplicação financeira, acrescida da variação do índice do INPC e, também acrescido de juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano;

II - Até a regularização da prestação de contas pendente, fica obstada a liberação das parcelas subsequentes.

DO CONCEDENTE

I - O CONCEDENTE assumirá ou transferirá a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência do fato relevante do modo a evitar sua descontinuidade;

II – Ocorrendo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilidade solidária, instaurará Tomada de Contas Especial na forma do regulamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Instrução Normativa 13/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração ou não cumprimento das cláusulas e condições nele estipuladas ou denunciado por qualquer dos signatários com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face de superveniência de impedimento legal que o torne inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Joaçaba-SC, (data)

Prefeito do Município de Joaçaba

Presidente

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

EXTRATO PL 71/2017/PMJ - PP 47/2017/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017/PMJ

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo van, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2017, destinado à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Joaçaba, para o transporte de seus usuários e familiares para acesso às atividades da Rede de Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 06/09/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 06/09/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 10 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

HOMOLOG PL 50/2017 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 50/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017/PMJ

O Secretário de Infraestrutura e Agricultura, Sr. Vilson Sartori, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 50/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 34/2017.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

-Empresa Vencedora:

ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

TOTAL R\$ 163.526,00
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
TOTAL R\$ 78.253,30
CONCRETOS CRUZEIRO IND E COM LTDA
TOTAL R\$ 529.470,00
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
TOTAL R\$ 195.725,40
JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA ME
TOTAL R\$ 65.795,00
JOSE THIAGO DE SOUZA ME
TOTAL R\$ 10.014,03
LOVATEL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA
TOTAL R\$ 207.202,07
LUZERNA INST. ELETRICAS LTDA-ME
TOTAL R\$ 127.433,66
PEDREIRA CALDART LTDA-EPP
TOTAL R\$ 557.100,00
PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA-ME
TOTAL R\$ 61.646,00
QUIMICASOL EIRELI EPP
TOTAL R\$ 77.690,00
SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME
TOTAL R\$ 5.916,00

FISCAIS: Valdecir Valentin Darold, da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura; Miqueias Padilha, do Terminal Rodoviário Municipal e Cemitério; Pedro Dorli Belotto, da Secretaria de Administração e Finanças; Marcos Aurelio Dallapria, da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura; Valdir José Rosa, da Secretaria de Educação.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 09 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
VILSON SARTORI
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

HOMOLOGAÇÃO PL 62/2017/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2017/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017/PMJ

O Secretario de Infraestrutura e Agricultura, Sr. Vilson Sartori, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 62/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 42/2017.

Objeto: Registro de Preços visando eventuais aquisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 105.000,00 m³ (cento e cinco mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a prestação de serviços agrícolas (nos termos da Lei nº 4684/2017).

-Empresa Vencedora:

ALCEU DEITOS
TOTAL R\$ 37.950,00
BRUNO CALZA
TOTAL R\$ 37.500,00
EDMAR ORIDES BILIBIO
TOTAL R\$ 37.500,00
LUIZ CARDOSO DA SILVA
TOTAL R\$ 37.500,00
SILVANA BERZAQUI JARDINI
TOTAL R\$ 38.100,00
SILVESTRE SYCHOSKI
TOTAL R\$ 37.950,00
TOTAL R\$ 226.500,00

FISCAIS: Valdecir Valentin Darold, da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 10 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
VILSON SARTORI
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

HOMOLOGAÇÃO PL 69/2017/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Sr. Dioclésio Ragnini, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 69/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 45/2017.

Objeto: contratação de hospedagem para o comitê organizador, equipe de montagem dos equipamentos e equipe de arbitragem para o evento Circuito Copa Brasil de Tênis de Mesa, o qual será realizado do dia 17 ao dia 20 de agosto de 2017, no Município de Joaçaba/SC, nos termos abaixo relacionados: a. Do dia 13/08/2017 ao dia 21/08/2017: 2 (dois) quartos triplos e 2 (dois) quartos duplos; b. Do dia 16/08/2017 ao dia 21/08/2017: 12 (doze) quartos triplos, 1 (um) quarto duplo e 3 (três) quartos singles.

-Empresa Vencedora:

HOTEL JOAÇABA LTDA - ME

VALOR: 20.395,00

FISCAIS: ANA PAULA ABE GURGACZ

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 09 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 07/2017 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 07/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Secretário de Educação, do Município de Joaçaba, no uso de atribuições conferidas pelo art. 19 e seus incisos da Lei Complementar nº 173, de 11 de março de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer, através da presente Resolução, os procedimentos para apresentação de certificado na área de Educação, com a finalidade de preencher os requisitos da Progressão Horizontal no ano de 2017 para os servidores efetivos que compõe o quadro do magistério público e demais setores da Secretaria de Educação, nos termos do art. 47 da Lei Complementar n. 210/2011.

Art. 2º - Os servidores deverão encaminhar cópia dos Certificados de cursos concluídos até outubro de 2017, junto com o formulário de solicitação, até a data de 31 de outubro de 2017, através de protocolo na Prefeitura de Joaçaba, das 13h às 19h.

Art. 3º - Nos termos do §3º, do art. 47, da Lei Complementar n. 210/2011, para efeito da progressão horizontal será considerada a participação de servidor em cursos de formação continuada com carga horária mínima total de 40 (quarenta) horas.

§1º As horas excedentes as quantias fixadas no caput, frequentadas no interstício, não serão computadas para efeito de progressão horizontal.

Art. 4º - Os Diretores das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil e as Chefias Imediatas dos Setores da Secretaria de Educação são responsáveis pela divulgação desta Resolução a todos os servidores efetivos nela lotados, bem como promova a afixação da presente Resolução em mural acessível a todos os servidores da escola.

Art. 5º - Esta Normativa entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo ao disposto no parágrafo único da Lei n. 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba, em 10 de Agosto de 2017.

Marilena Zanoello Detoni

Secretária Municipal de Educação

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISCIPLINAR.

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

Em virtude do não cumprimento do Art. 157 da Lei Complementar nº 76/2003 e obedecendo ao disposto no Art. 158 do mesmo diploma legal, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 1.256 de 13 de julho de 2017, NOTIFICA o senhor RODRIGO LEMOS, das oitavas agendadas conforme data, horários e local especificado abaixo:

- 17/08/2017 (quinta-feira), às 10:00 horas, no setor de Dívida Ativa, situado na Prefeitura de Joaçaba – Avenida XV de Novembro, 378 – oitiva da senhora ANGELA SIGNORI;
- 17/08/2017 (quinta-feira), às 11:00 horas, no setor de Dívida Ativa, situado na Prefeitura de Joaçaba – Avenida XV de Novembro, 378 – oitiva do senhor VALMOR REISDORFER.

Obedecendo ao Art. 148 da LC 76 de 11 de dezembro de 2003, o processo administrativo disciplinar observará o princípio do contraditório, assegurada ao (s) acusado (s) ampla defesa e o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, devidamente constituído para este fim, podendo arrolar testemunhas, requerer vista do processo, extração de cópias, contestar os fatos e tudo o mais que julgar necessário para apresentar em sua defesa.

Joaçaba, 10 de agosto de 2017.

Ines Maria Picoli

Presidente da Comissão/Portaria nº 1.256/2017

22/2017 PMJ

Página: 1/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017				Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018	
Objeto da Compra:				REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AREIA FINA (01-01-00167)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)	ARENITO	0	140,0000	1
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	141,8000	2
2	AREIA MÉDIA (01-01-00166)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)	ARENITO	0	140,0000	1
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	141,8000	2
3	BRITA 3/8 (9,52 MM) (01-01-06556)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)	BASALTO	0	19,0000	1
			PEDREIRA JOACABA LTDA. (5854)		0	20,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	63,5000	3
4	BRITA I (19,5 MM) (01-01-00177)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)	BASALTO	0	16,0000	1
			PEDREIRA JOACABA LTDA. (5854)		0	17,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	63,5000	3
5	BRITA II (01-01-00178)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)	BASALTO	0	15,0000	1
			PEDREIRA JOACABA LTDA. (5854)		0	16,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	63,5000	3
6	BRITA GRADUADA - FAIXA "A" - DNIT (01-01-05653)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)	BASALTO	0	13,0000	1

Página: 2/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	BRITA GRADUADA DE SEGUNDA CATEGORIA (01-01-13540)	M3	PEDREIRA JOACABA LTDA. (5854)	BASALTO	0	14,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	63,5000	3
			PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)		0	13,0000	1
			PEDREIRA JOACABA LTDA. (5854)		0	14,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	63,5000	3
8	PÓ DE PEDRA (01-01-00324)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)	BASALTO	0	14,0000	1
			PEDREIRA JOACABA LTDA. (5854)		0	15,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	63,5000	3
9	PEDRISCO DE 2ª CATEGORIA COM AREIA (01-01-10613)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)	BASALTO	0	13,0000	1
			PEDREIRA JOACABA LTDA. (5854)		0	14,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	62,0000	3
10	PEDRA RACHÃO (01-01-10614)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (5853)	BASALTO	0	14,0000	1
			PEDREIRA JOACABA LTDA. (5854)		0	15,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	61,0000	3

Página: 3/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	AÇO CA60 4,2 MM - 12 METROS (01-01-08038)	BR	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)	GERDAU	0	6,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	6,0500	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	8,2500	3
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	8,4000	4
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	8,5000	5
12	AÇO CA50 1/4 (8MM) - 12 METROS (01-01-08039)	BR	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	GIASSI	0	13,9000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	14,1000	2
13	AÇO CA50 5/16 (8 MM) - 12 METROS (01-01-08040)	BR	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)	GERDAU	0	22,0000	1
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	22,9000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	22,9000	3
14	AÇO CA50 3/8 - (10 MM) 12 METROS (01-01-08041)	BR	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	GIASSI	0	27,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	27,3000	2
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)		0	31,5000	3

Página: 4/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	ACO CA50 1/2 (12 MM - 12 METROS (01-01-08042)	BR	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)	GERDAU	0	43,9000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	44,0000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	48,0000	3
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	48,0000	4
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	48,0000	5
16	AÇO CA50 5/8 (16 MM) - 12 METROS (01-01-08043)	BR	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)	GERDAU	0	78,9000	1
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	79,4000	2
17	Arame farpado 1,6 - 500 metros (01-01-16320)	RLO	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	NELORI	0	181,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	182,1000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	183,4800	3
18	ARAME RECOZIDO Nº 18 (01-01-00165)	KG	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)	BENORTE	0	8,0000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	8,5000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	9,1000	3

Página: 5/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Placas em concreto - pré moldado com orifícios para drenagem 4cm. Dimensões 100x60x6 (01-01-17060)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CRS	0	109,0000	1
20	Tubo concreto 20cmx1,00cm (01-01-17061)	UN	CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	110,0000	2
21	Tubo concreto Ø 20 cm x 1,00 m - com dreno (01-01-17062)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CRS	0	25,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	29,5000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	31,5000	3
22	Tubo concreto Ø 20 cm x 1,00 m - com dreno (01-01-17062)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	C.CRUZEIRO	0	28,9000	1
			CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)		0	29,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	33,0000	3
23	TUBO DE CONCRETO - Ø 30 CM X 1,00 M (01-01-00375)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CRS	0	34,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	38,5000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	41,0000	3
			CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)		0	40,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	45,0500	2

Página: 6/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)							
24	TUBO DE CONCRETO - Ø 50 CM X 1,00 M (01-01-00377)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CR\$	0	58,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	58,8000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	59,3500	3
CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)							
25	TUBO DE CONCRETO - Ø 60 CM X 1,00 M (01-01-00378)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CR\$	0	78,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	82,1000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	91,0000	3
CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)							
26	TUBO DE CONCRETO - Ø 80 CM X 1,00 M (01-01-00379)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CR\$	0	175,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	177,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	208,0000	3
CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)							
27	TUBO DE CONCRETO Ø 1,00 M X 1,00 M (01-01-10615)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CR\$	0	240,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	240,5000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	275,0000	3

Página: 7/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Tubo concreto Ø 1,50 m x 1,00 m – com ferragem (01-01-17063)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CR\$	0	592,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	593,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	595,0000	3
29	Tubo concreto Ø 2,00 m x 1,00 m – com ferragem (01-01-17064)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CR\$	0	1,049,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	1,050,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	1,230,0000	3
30	Laje pré moldada com vigota "T" e enchimento em EPS (01-01-17065)	M2	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CR\$	0	27,9000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	28,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	28,7000	3
31	BLOCO DE CONCRETO 14 X 19 X 39 CM (01-01-04149)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (1775)	C.CR\$	0	2,0800	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	2,0900	2
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)		0	3,0000	3
32	Lajota decorativa para calçada 45x45x2,5 cor cinza (01-01-17066)	M2	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	ANDRADE	0	27,0000	1

Página: 8/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	30.0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	33.0000	3
33	Lajota tátil de alerta para calçada 45x45x2,5 cor vermelha (01-01-17067)	M2	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	ANDRADE	0	28.0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	31.2000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	36.0000	3
34	LAJOTA TATIL DE DIREÇÃO P/ CALÇADA 45X45X2,5 COR VERMELHA (01-01-17068)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	ANDRADE	0	28.0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	31.2000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	35.0000	3
35	TIJOLO 06 FUIROS - 9 X 14 X 25 CM (01-01-02095)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	BELA VISTA	0	0.5700	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	0.5800	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	0.6200	3
36	TIJOLO MACIÇO - 10 x 6 x 22 CM (01-01-00366)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP (4591)	ZEPE	0	0.5800	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	0.5800	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	0.6200	3

Página: 9/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017			Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	CIMENTO PORTLAND CP II - Z 32 - 50 KG (01-01-08045)	SC	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	VOTORAM	0	24,1900	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	24,2000	2
			PLANALITTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)		0	33,6000	3
38	CAL VIRGEM - SACO COM 20 KILOS (01-01-00185)	SC	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	CEM	0	12,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	12,0500	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	13,0000	3
39	CAL HIDRATADA - SACO COM 20 KILOS (01-01-00184)	SC	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	CEM	0	12,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	12,0500	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	13,0000	3
40	CAL PARA PINTURA - SACO COM 08 KILOS (01-01-02421)	SC	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	CEM	0	12,2000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	13,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	13,0000	3
			PLANALITTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)		0	13,3000	4

Página: 10/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Fixador cola para pintura à base de cal e tintas em pó - 150 ml (01-01-15000)	PCT	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	GLOBORFX	0	4,3000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	4,4000	2
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	4,8000	3
42	IMPERMEABILIZANTE - 18 KG - 1ª LINHA - Aditivo que impermeabiliza concreto e argamassa pela redução do ângulo de molhabilidade dos poros dos substratos, pode ser adicionado ao concreto ou utilizado para preparar argamassa impermeável de revestimento diretamente. Evita eflorescências. Indicado para reservatórios e canalizações de água, revestimentos externos, pisos e paredes em contato com a umidade do solo, assentamento de tijolos nos alicerces, concreto impermeável. (01-01-14085)	BDE	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	ANCHORTEC	0	69,9000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	99,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	123,0000	3
43	IMPERMEABILIZANTE PARA PAREDE - 3,6 LITROS - 1ª LINHA. PINTURA IMPERMEÁVEL, ELÁSTICA, DE BASE ACRÍLICA. (01-01-00193)	LTA	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	OTTO BAUNG	0	40,0000	1
			QUIMICASOL EIRELI EPP - EPP (7814)		0	40,5000	2
			LUZERNIA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	52,6500	3
44	SELADOR ACRÍLICO - 3,6 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO-ACRÍLICO, PIGMENTOS ISENTOS DE METAIS PESADOS, CARGAS MINERAIS INERTES, HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, GLICÓIS E TENSOATIVOS ETOXILADOS, INDICADO PARA UNIFORMIZAR A ABSORÇÃO E SELAR PAREDES DE REBOCO, MASSA CORRIDA E BLOCOS DE CONCRETO, EM AMBIENTES EXTERNOS E INTERNOS QUE NUNCA FORAM PINTADOS. (01-01-04254)	LTA	LUZERNIA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TINSUL	0	17,5000	1
			Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)		0	17,9900	2

Página: 11/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017			Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	20,0700	3
45	ARGAMASSA USO INTERNO AC I - SACO COM 20 KILOS (01-01-00503)	SC	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	QUARTZOLIT	0	5,9500	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	6,0000	2
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	6,5000	3
46	ARGAMASSA USO EXTERNO AC II - SACO COM 20 KILOS (01-01-00502)	SC	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	QUARTZOLIT	0	13,3900	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	13,4000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	17,9000	3
47	ARGAMASSA SUPER LIGA AC III - 20 KILOS (01-01-05724)	SC	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	QUARTZOLIT	0	19,3000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	19,5000	2
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	21,8000	3
48	ARGAMASSA PRONTA P/ REVESTIMENTO EXTERNO DE PAREDES (01-01-17069)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	QUARTZOLIT	0	7,9000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	7,9500	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	12,7000	3

Página: 12/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	REJUNTE FLEXIVEL - 05 kg (01-01-07562)	SC	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	INKOR	0	11,4000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	11,5000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	12,8000	3
50	THINNER EMBALAGEM DE 900ML (01-01-17070)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	TNSUL	0	7,3000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	7,4000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	7,8000	3
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	9,6000	4
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	9,9000	5
			Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)		0	10,0000	6
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6886)		0	10,2500	7
51	MASSA CORRIDA PVA - COM 18 LITROS- 1º LINHA (01-01-02503)	LTA	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	FENIX	0	30,0000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	30,5000	2
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6886)		0	39,6200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 13/51

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (463)		0	40,9000	4
52	MASSA CORRIDA PVA - 3,6 LITROS 1º LINHA (01-01-00512)	LTA	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (463)	TINSUL	0	13,0000	1
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	16,3700	2
			LUZERNIA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	17,2500	3
53	MASSA A OLEO PARA MADEIRA - 3,6L - 1º LINHA - A BASE DE RESINA ALQUÍDICA LONGA EM ÓLEO (01-01-17072)	LTA	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	TINSUL	0	37,4200	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (463)		0	59,0000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	59,5100	3
54	Tinta acrílica - 18 litros - 1ª linha. Composição básica: resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboidratos. Indicada para paredes externas e internas (reboco), massa acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e superfícies internas de massa corrida, gesso e repintura sobre tintas PVA ou acrílicas. Acabamento: semibrilho. (01-01-00507)	LTA	Jairdel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)	SANTA COR	0	188,0000	1
			QUIMICASOL EIRELI EPP - EPP (7814)		0	189,0000	2
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	191,6800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 14/51

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

55 Tinta acrílica - 18 litros - 1ª linha.
Composição básica: resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Indicada para paredes externas e internas (reboco), massa acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e superfícies internas de massa corrida, gesso e repintura sobre tintas PVA ou acrílicas.
Acabamento: semibrilho. (01-01-00507)

LTA LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (4591) TINSUL 0 118,0000 1

SOMA COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)

0 118,2200 2

Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)

0 180,0000 3

56 TINTA ACRILICO FOSCO 3,6L 1ª LINHA S/ CHEIRO - Indicada para ambientes internos e externos, com fácil aplicação, alta cobertura, acabamento perfeito. Composição: resina acrílica modificada, pigmentos ativos e inertes, sulfactantes, coalescentes, espessantes, microbidas não metálicos, outros aditivos e água (01-01-17073)

LTA SOMA COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868) TINSUL 0 29,5800 1

Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)

0 40,0000 2

LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)

0 49,3500 3

57 TINTA PARA PISOS - 18 LITROS - 1ª LINHA.
COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRILICO, PIGMENTOS ISENTOS DE METAIS PESADOS, CARGAS MINERAIS INERTES, GLICÓIS, TENSOATIVOS CARBOXILADOS, BACTERICIDAS E FUNGICIDAS (A BASE DE ISOTIAZOLONAS).
INDICADA PARA PISOS INTERNOS E EXTERNOS, CIMENTADOS, ÁREAS DE LAZER, QUADRAS POLIESPORTIVAS, ESCADAS, VARANDAS E OUTRAS SUPERFÍCIES DE CONCRETO RUSTICO, LISO, OU AINDA, PARA REPINTURA DE PISOS.
ACABAMENTO: FOSCO. (01-01-01051)

LTA QUIMICASOL EIRELI EPP - EPP (7814) COLOREBRIL 0 158,0000 1

Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)

0 160,0000 2

SOMA COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)

0 176,7200 3

Página: 15/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	TINTA PARA PISOS - 3,6 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICO, PIGMENTOS ISENTOS DE METAIS PESADOS, CARGAS MINERAIS INERTES, GLICÓIS, TENSIOATIVOS CARBOXILADOS, BACTERICIDAS E FUNCIDAS (A BASE DE ISOTIAZOLONAS). INDICADA PARA PISOS INTERNOS E EXTERNOS, CIMENTADOS, ÁREAS DE LAZER, QUADRAS POLIESPORTIVAS, ESCADAS, VARANDAS E OUTRAS SUPERFÍCIES DE CONCRETO RUSTICO, LISO, OU AINDA, PARA REPINTURA DE PISOS. ACABAMENTO: FOSCO. (01-01-01070)	LTA	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TINSUL	0	34,0000	1
			Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)		0	34,9000	2
			SOMA COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	39,4600	3
59	TINTA ESMALTE SINTÉTICO - 3,6 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI SECATIVO, PIGMENTOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS, CARGAS MINERAIS INERTES, HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, SECANTES ORGANO-METÁLICOS, ISENTA DE BENZENO. INDICADA PARA PINTURA EM MADEIRA E METAIS. ACABAMENTO: FOSCO. (01-01-00510)	LTA	Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)	SANTA COR	0	49,9000	1
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	51,9000	2
			SOMA COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	54,7000	3
60	TINTA ESMALTE SINTÉTICO - 18 LITROS (01-01-01713)	GL	QUIMICASOL EIRELI EPP - EPP (7814)	COLORBRIL	0	223,0000	1
			Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)		0	224,0000	2
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	229,0000	3

Página: 16/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017			Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	TINTA A ÓLEO - 3,6 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI SECATIVO, PIGMENTOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS, CARGAS MINERAIS INERTES, HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, SECANTES ORGANO-METÁLICOS. ISENTA DE BENZENO. INDICADA PARA PINTURA EM MADEIRA, FERRO, ALUMÍNIO E GALVANIZADOS. INTERIOR E EXTERIOR. ACABAMENTO: BRILHANTE. (01-01-00369)	LTA	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TINSUL	0	41,5000	1
			Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)		0	42,9000	2
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	43,9000	3
62	Verniz sintético brilhante. Acabamento de alto brilho, elevada cobertura, excelente rendimento e grande resistência ao intemperismo. Indicado para aplicação de superfícies de madeira e metal em exteriores e interiores. Produto classificado conforme ABNT NBR 11702 (01-01-17074)	GL	Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)	SANTA COR	0	48,0000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	49,0000	2
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	57,4300	3
63	Verniz Copal - 3,6 litros - 1ª linha - produto a base de resina alquídica para dar acabamento a superfícies de madeira em ambientes internos. (01-01-15001)	LTA	Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)	SANTA COR	0	46,0000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	47,0000	2
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	57,4300	3
64	Verniz marítimo - 3,6 litros - 1ª linha - composição: resina alquídica à base de óleo vegetal semi-secativo, hidrocarbonetos alifáticos, cargas sintéticas (resco), pigmento inorgânico, e secantes organometálicos. Isento de benzeno e metais pesados. (01-01-15002)	LTA	Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)	SANTA COR	0	52,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Página: 17/51

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	SOLVENTE - 900 ML - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: A BASE DE SOLVENTES ALIFÁTICOS E AROMÁTICOS. ISENTO DE ALCOOL, BENZENO OU QUERSENE. INDICADO PARA A DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS, TINTAS A ÓLEO, VERNIZES E COMPLEMENTOS À BASE DE RESINA ALQUÍDICA. TAMBÉM É INDICADO PARA A LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS DE PINTURA UTILIZADOS COM TAIS PRODUTOS. (01-01-13537)	LTA	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	53,5000	2
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	76,2800	3
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TINSUL	0	7,0000	1
66	SOLVENTE - 05 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: A BASE DE SOLVENTES ALIFÁTICOS E AROMÁTICOS. ISENTO DE ALCOOL, BENZENO OU QUERSENE. INDICADO PARA A DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS, TINTAS A ÓLEO, VERNIZES E COMPLEMENTOS À BASE DE RESINA ALQUÍDICA. TAMBÉM É INDICADO PARA A LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS DE PINTURA UTILIZADOS COM TAIS PRODUTOS. (01-01-00519)	LTA	SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	7,0600	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	7,7000	3
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TINSUL	0	35,5000	1
67	Robo para pintura - espuma - 05 cm - com cabo (01-01-16326)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	35,9000	2
			Jardel Jacobs Pereira da Silva ME (7744)		0	39,2500	3
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	40,4500	4
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	ATLAS	0	2,2500	1

Página: 18/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	2,4000	2
68	Rolo para pintura - espuma - 23 cm - com cabo (01-01-15729)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	ATLAS	0	10,8900	1
69	Rolo para pintura lã/espuma 29cm com cabo (01-01-17075)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	ROMA	0	22,5000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	22,6000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	29,9000	3
70	ROLO PARA PINTURA - LÃ - COM CABO - 9 CM (01-01-10633)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	ATLAS	0	6,4000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	7,3500	2
71	ROLO PARA PINTURA - LÃ - 23 CM - COM CABO (01-01-00458)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	ATLAS	0	16,3000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	20,7000	2
72	Lixa para madeira (amarela) - 150 (01-01-15003)	FLS	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	NORTON	0	1,9000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	2,5000	2
73	Lona plástica 1 x 6 m (01-01-16327)	MT	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)	ORION	0	4,5000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	4,9000	2

Página: 19/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos; a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	4,9000	3
74	PISO CERAMICO COMERCIAL 45X45 (01-01-03029)	M2	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (4591)	CEJATEL	0	8,8000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	8,9000	2
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	9,2000	3
75	Telha fibrocimento 6 mm x 2,13 m (01-01-15731)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	ISDRALIT	0	35,0000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	35,5000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	46,1500	3
76	TELHA FIBROCIMENTO 6 mm x 1,53 m (01-01-10624)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	ISDRALIT	0	23,8000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	23,9000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	32,7000	3
77	Telha fibrocimento 6 mm x 1,22 m (01-01-15732)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	ISDRALIT	0	21,0000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	21,4000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	24,1000	3

Página: 20/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	Cumeatra fibrocimento normal (01-01-15004)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	ISDRALIT	0	27,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	27,9000	2
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)		0	32,8000	3
79	Cumeatra articulada fibrocimento para telha 6 mm (01-01-15005)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	BRASILIT	0	21,8700	1
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (4591)		0	29,5000	2
80	FORRO DE PVC LINEAR – 20 CM (01-01-10629)	M2	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MPLAST	0	10,0000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	10,2000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	11,9500	3
81	CANTONEIRA DE PVC - 6m (01-01-10630)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	POLIFORT	0	19,0000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	19,4000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	21,0000	3
82	Parafuso zincado 5/16 x 250 mm + arruela côncava galvanizada + arruela côncava PVC - para fixação de telhas de fibrocimento (01-01-15006)	CJ	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	JOMARCA	0	0,6500	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	0,9500	2

Página: 21/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PLANALITTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)		0	1,0000	3
83	Parafuso Phillips para bucha 6 mm. (01-01-15708)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	FELPAR	0	0,0600	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	0,0700	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	0,1200	3
84	Parafuso phillips para bucha 8mm (01-01-17076)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	JOMARCA	0	0,1800	1
85	PARAFUSO PHILLIPS PARA BUCHA 10 mm (01-01-14096)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	FELPAR	0	0,0800	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	0,1900	2
86	Parafuso phillips pequeno - várias bitolas (01-01-17077)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	FELPAR	0	0,0400	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	0,1400	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	0,1500	3
87	PREGO 9X9 C/ CABECA (01-01-17078)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	GERDAU	0	13,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	14,8000	2
88	PREGO 13X15 (01-01-00329)	KG	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	GERDAU	0	7,7000	1

Página: 22/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017			Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018		
Objeto da Compra:			REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	11,3100	2
89	PREGO 16X24 (01-01-00331)	KG	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	BENORTE	0	5,9400	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	5,9500	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	7,0000	3
90	PREGO 17X27 (01-01-00332)	KG	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	BENORTE	0	6,6000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	6,7000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	7,9000	3
91	PREGO 18X30 (01-01-00333)	KG	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	BENORTE	0	7,5000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	7,7000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	7,9000	3
92	PREGO 19X39 (01-01-00334)	KG	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	BENORTE	0	6,4000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	6,5000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	7,1000	3
93	Prego 22 x 54 (01-01-11183)	KG	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	GFA	0	7,4000	1

Página: 23/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	7,5000	2
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	9,4800	3
94	PREGO 25X72 (01-01-00338)	KG	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	GFA	0	7,1000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	7,3000	2
95	Rebite de repuxo corpo de aço 3,2x6 mm (01-01-17079)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	FELPAR	0	0,0300	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	0,0800	2
96	Rebite de repuxo corpo de aço 3,2x6 mm (01-01-17080)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	FELPAR	0	0,0170	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	0,0800	2
97	Rebite de repuxo corpo de aço 3,2x10 mm (01-01-17081)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	FELPAR	0	0,0250	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	0,0350	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	0,0800	3
98	BUCHA PLASTICA 6 MM (01-01-09362)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PLASTIC	0	0,0300	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	0,0600	2

Página: 24/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	0,0800	3
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	0,0800	4
99	BUCHA PLÁSTICA - 10 MM (01-01-08025)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PLASTIC	0	0,0500	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	0,0600	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	0,1200	3
100	BUCHA PLÁSTICA - 8 MM (01-01-08026)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PLASTIC	0	0,0300	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	0,1100	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	0,1100	3
101	Prego para forro de PVC galvanizado 13x10 (01-01-17082)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	GERDAU	0	19,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	19,9600	2
102	Chapa madeirite 12 mm - 1,10 x 2,20 m (01-01-16328)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PORTAL	0	38,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	39,0000	2
			PLANALITTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)		0	43,8000	3

Página: 25/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
103	TABUA DE 3" - 1" X 0,30 X 4,00 M (01-01-02094)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	MAD. FORTE	0	33,0000	1
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	42,8000	2
104	Tábua de pinho, classificação 1ª, plainada em uma das faces e uma das laterais. Dimensões: 1"x0,30mx3,00m (01-01-17063)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PIVETA	0	27,0000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	28,0000	2
105	Sarrafo de pinho, classificação 1ª, bruta. Dimensões: 1"x0,08mx3,00mV (01-01-17064)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	MAD. FORTE	0	14,0000	1
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	14,5000	2
106	SARRAFO DE PINHO 1" X 0,05 M X 4,20 m- CLASSIFICAÇÃO 3 D2 (01-01-10636)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	GRANDO	0	15,9000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	16,0000	2
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME (5921)		0	16,9000	3
107	Lâmina para porta interna de madeira (01-01-17086)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	GRANDO	0	68,6000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	103,0000	2
108	CILINDRO DE FECHADURA SOPRANO INOX 53MM (01-01-17086)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	SOPRANO	0	13,3500	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	14,7000	2

Página: 26/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Fechadura de cilindro para porta interna (01-01-15023)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	SOPRANO	0	19,9900	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	20,0000	2
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	22,0000	3
110	Fechadura de cilindro soprano para banheiro cromado (01-01-17087)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	SOPRANO	0	19,9900	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	20,0000	2
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	23,9600	3
111	Fechadura de cilindro soprano para porta externa cromado (01-01-17088)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	SOPRANO	0	28,9900	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	29,0000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	31,0000	3
112	Chave combinada em aço cromo vanadium 6 mm (01-01-17089)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	5,4000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	6,0000	2
113	Chave combinada em aço cromo vanadium 7 mm (01-01-17090)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	7,9400	1
			BLANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	8,6000	2

Página: 27/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	Chave combinada em aço cromo vanadium 8mm (01-01-17091)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	8,0200	1
115	Chave combinada em aço cromo vanadium 9 mm (01-01-17092)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	6,4000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	6,4500	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	8,0200	3
116	Chave combinada em aço cromo vanadium 10 mm (01-01-17093)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	8,2800	1
117	Chave combinada em aço cromo vanadium 11 mm (01-01-17094)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	8,6100	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	9,9500	2
118	Chave combinada em aço cromo vanadium 12 mm (01-01-17095)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	9,1200	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	10,0500	2
119	Chave combinada em aço cromo vanadium 13 mm (01-01-17096)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	8,0000	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	8,1000	2
120	Chave combinada em aço cromo vanadium 14 mm (01-01-17097)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	10,6600	1
121	Chave combinada em aço cromo vanadium 15 mm (01-01-17098)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	7,0000	1

Página: 28/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	7,1000	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	8,9000	3
122	Chave combinada em aço cromo vanadium 16 mm (01-01-17099)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	7,9000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	7,9500	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	9,9700	3
123	Chave combinada em aço cromo vanadium 17 mm (01-01-17100)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	8,3000	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	11,9000	2
124	Chave combinada em aço cromo vanadium 18 mm (01-01-17101)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	8,9900	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	9,0000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	13,6600	3
125	Chave combinada em aço cromo vanadium 19 mm (01-01-17102)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	9,9000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	9,9500	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	11,9000	3

Página: 29/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

<div> <div>Número do Registro de Preços: 22/2017</div> <div>Data do Registro: 09/08/2017</div> <div>Válido até: 09/08/2018</div> </div>							
<div> <div>Objeto da Compra:</div> <div>REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.</div> </div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Chave combinada em aço cromo vanadium 20 mm (01-01-17103)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	11,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	12,2000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	16,8500	3
127	Chave combinada em aço cromo vanadium 21 mm (01-01-17104)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	13,9000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	16,8500	2
128	Chave combinada em aço cromo vanadium 22 mm (01-01-17105)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	18,4500	1
129	Chave combinada em aço cromo vanadium 24 mm (01-01-17106)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	22,1800	1
130	Chave combinada em aço cromo vanadium 27 mm (01-01-17107)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	34,2800	1
131	Chave combinada em aço cromo vanadium 30 mm (01-01-17108)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	39,0000	1
132	Chave combinada em aço cromo vanadium 32 mm (01-01-17109)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	36,8000	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	39,0400	2
133	Chave combinada em aço cromo vanadium 1/4 (01-01-17110)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	8,9000	1
134	Chave combinada em aço cromo vanadium 3/8 (01-01-17111)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	9,3000	1

Página: 30/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	Chave combinada em aço cromo vanadium 7/16 (01-01-17112)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	10,2000	1
136	Chave combinada em aço cromo vanadium 1/2 (01-01-17113)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	10,9000	1
137	Chave combinada em aço cromo vanadium 9/16 (01-01-17114)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	10,9000	1
138	Chave combinada em aço cromo vanadium 5/8 (01-01-17115)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	11,5000	1
139	Chave combinada em aço cromo vanadium 11/16 (01-01-17116)	UN	BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)	TRAMONTINA	0	12,9900	2
140	Chave combinada em aço cromo vanadium 3/4 (01-01-17117)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	18,0000	1
141	Chave combinada em aço cromo vanadium 13/16 (01-01-17118)	UN	BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)	TRAMONTINA	0	18,1000	2
142	Chave combinada em aço cromo vanadium 7/8 (01-01-17119)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	19,9000	3
143	Chave combinada em aço cromo vanadium 15/16 (01-01-17120)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	17,9000	1
144	Chave combinada em aço cromo vanadium 1/2 (01-01-17121)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	18,1000	2
145	Chave combinada em aço cromo vanadium 9/16 (01-01-17122)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	19,9000	1
146	Chave combinada em aço cromo vanadium 5/8 (01-01-17123)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	19,8000	1
147	Chave combinada em aço cromo vanadium 11/16 (01-01-17124)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	23,9000	1

Página: 31/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	25,0000	2
144	Chave combinada em aço cromo vanadium 1" (01-01-17121)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	29,0000	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	29,2300	2
145	Chave combinada em aço cromo vanadium 1"1/16 (01-01-17122)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	36,0000	1
146	Chave combinada em aço cromo vanadium 1"1/8 (01-01-17123)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	38,0000	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	38,1300	2
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	41,2100	3
147	Chave combinada em aço cromo vanadium 1"1/4 (01-01-17124)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	44,0000	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	44,1400	2
148	ENXADAO COM CABO RETO (01-01-12473)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PANDOLFO	0	23,8000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	24,0000	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	27,0000	3

Página: 32/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
149	Pá tipo concha com cabo (01-01-16331)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PANDOLFO	0	23,6000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	26,0000	2
150	Foice roçadeira com cabo (01-01-16332)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PANDOLFO	0	24,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	25,9000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	28,0000	3
151	Marreta 1 kg com cabo (01-01-17125)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	21,4900	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	21,5000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	26,0000	3
152	Marreta 2,5 kg com cabo (01-01-16333)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	66,0000	1
			JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME (7811)		0	71,9700	2
153	PICARETA COM CABO (01-01-00794)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PANDOLFO	0	45,0000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	46,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	49,0000	3
154	Cavadeira reta com cabo (01-01-16334)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	TRAMONTINA	0	18,1900	1

Página: 33/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	18,2000	2
			BLANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	37,0400	3
155	Martelo de unha - cabeça forjada e temperada em aço carbono especial Ø mínimo 23 mm - cabo em madeira - comprimento total mínimo 300 mm (01-01-16335)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	17,0000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	19,1000	2
156	Martelo de unha com cabo de fibra de vidro emborrachado. Tamanho aproximado 290mm. (01-01-17126)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORT	0	23,9900	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	24,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	40,0000	3
157	ALICATE UNIVERSAL (01-01-02310)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	17,7900	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	17,8000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	19,8000	3
158	Alicate torquês armador 12 polegadas (01-01-16336)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	BLACK JACK	0	23,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	27,3000	2
159	ALICATE DE PRESSAO (01-01-01986)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORT	0	25,8000	1

Página: 34/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	25,9000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	31,8500	3
160	Alicate de abrir bico chato (01-01-17127)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORTE	0	26,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	26,8000	2
161	Alicate de fechar bico chato (01-01-17128)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORTE	0	26,0000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	29,9000	2
162	Alicate de abrir bico reto (01-01-17129)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORTE	0	26,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	28,0000	2
163	Alicate de fechar bico reto (01-01-17130)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	THOMPSON	0	17,9400	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	24,0000	2
164	Alicate de abrir bico torço (01-01-17131)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORTE	0	26,0000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	29,0000	2
165	Alicate de fechar bico toroto (01-01-17132)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORTE	0	26,0000	1

Página: 35/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017			Data do Registro: 09/08/2017			Válido até: 09/08/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
166	Alicate de corte (01-01-17133)		ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	27,0000	2	
		UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MAYLE	0	19,8800	1	
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	22,0000	2	
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	23,0000	3	
167	PÉ DE CABRA SIMPLES (01-01-16337)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	RIO CLARO	0	21,0000	1	
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	21,9000	2	
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	37,9000	3	
168	DISCO DE CORTE 9" (01-01-02910)	UN	LUZERNIA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	9,1500	1	
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	11,4000	2	
169	DISCO DE CORTE 12" (01-01-01651)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	17,0000	1	
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	17,9000	2	
170	Disco de serra para madeira 7 1/4" com 60 dentes (01-01-17134)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	72,0000	1	
			LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)		0	72,8000	2	

Página: 36/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
171	Disco de serra para madeira 7 1/4" com 36 dentes (01-01-17135)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	MISTER	0	46,0000	1
172	Disco de serra para madeira 4 3/8" com 36 dentes (01-01-17136)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (4591)	BRASFORT	0	58,5000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	58,9000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	79,0000	3
173	Pacoteta média com cabo grande (01-01-17137)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (4591)	PANDOLFO	0	58,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	59,9000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	71,4000	3
174	Lima chata para afiar (01-01-17138)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (4591)	THOMPSON	0	14,0000	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	15,1000	2
			LUZERNIA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	17,0000	3
175	Lima redonda para afiar (01-01-17139)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (4591)	NICHOLSON	0	9,4000	1
			LUZERNIA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	9,5000	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	12,9000	3

Página: 37/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
176	ELETRODO CAIXA 25 KG 2.5P46 (01-01-15297)	UN	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 -ME (7811)	VONDER	0	328,9800	1
177	Eletrodo caixa de 25Kg 2.5P48 (01-01-17140)	UN	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 -ME (7811)	VONDER	0	268,9700	1
178	Eletrodo caixa de 25Kg 3.5P46 (01-01-17141)	UN	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 -ME (7811)	VONDER	0	339,9000	1
179	Eletrodo caixa de 25Kg 4.0P46 (01-01-17142)	UN	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 -ME (7811)	VONDER	0	319,9800	1
180	Eletrodo caixa de 25Kg 4.0P48 (01-01-17143)	UN	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 -ME (7811)	VONDER	0	269,9800	1
182	Pedra de afiar (01-01-17145)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. • EPP (4591)	BRASFORD	0	15,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	15,4000	2
184	Pedra de rebolo grossa para esmeril profissional (01-01-17147)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	ALCAR	0	34,0000	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	35,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	68,7100	3
185	ESCOVA DE ACO. (01-01-00533)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	ATLAS	0	9,0000	1
190	Chave "L" 10 mm (01-01-17152)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	14,7800	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	24,0000	2

Página: 38/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
191	Chave "L" 11 mm (01-01-17153)	UN	LUZERN INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	18,0800	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	21,0000	2
192	Chave "L" 13 mm (01-01-17154)	UN	LUZERN INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	18,8800	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	23,0000	2
193	Chave "L" 14 mm (01-01-17155)	UN	LUZERN INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	19,5200	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	23,0000	2
194	Chave "L" 15 mm (01-01-17156)	UN	LUZERN INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	19,9500	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	26,6000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	27,0000	3
195	Chave de fenda magnética pequena (01-01-17157)	UN	LUZERN INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	4,5500	1
196	Chave de fenda magnética grande (01-01-17158)	UN	LUZERN INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	8,7300	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	9,3000	2
197	Chave philips magnética pequena (01-01-17159)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	5,1200	1

Página: 39/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	5,4800	2
198	Cheve phillips magnética grande (01-01-17160)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORD	0	6,0000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	8,7000	2
201	ALICATE REBITADOR MANUAL profissional 10" cabeça giratória (01-01-09351)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	55,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	55,0000	2
202	Alicate de cabo isolado - médio (01-01-17163)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MAYLE	0	25,9700	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	28,0100	2
203	Parafusadeira/Firadeira Pneumática com Encaixe de 10mm - 200V (01-01-17164)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	VONDER	0	312,0000	1
			JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 -ME (7811)		0	376,5800	2
204	Furadeira De Impacto Hp1640 Profissional 760w 220 w - capacidade de 13mm metal e 30mm madeira.(01-01-17165)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MAKITA	0	300,0000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	320,0000	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	390,0000	3
205	Serra elétrica para madeira profissional 220V (01-01-17166)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MAKITA	0	535,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Página: 40/51

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (463)		0	590,0000	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	590,0000	3
206	Broca para madeira 3mm (01-01-17167)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	2,0000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	5,0800	2
207	Broca para madeira 6mm (01-01-17168)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	IRWIN	0	2,6000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	4,7000	2
208	Broca para madeira 8mm (01-01-17169)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	IRWIN	0	3,4000	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	7,9000	2
209	Broca para madeira 10mm (01-01-17170)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	11,2000	1
210	Broca de vídeo para concreto 5mm (01-01-17171)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORD	0	1,5000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	1,5500	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	3,7900	3
211	Broca de vídeo para concreto 6mm (01-01-17172)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	4,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Página: 41/51

Número do Registro de Preços: 22/2017				Data do Registro: 09/08/2017				Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos; à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
212	Broca de vídea para concreto 8mm (01-01-17173)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORD	0	3,0500	1				
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	5,8400	2				
213	Broca de vídea para concreto 10mm (01-01-17174)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASFORD	0	3,6000	1				
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	3,6500	2				
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	8,1800	3				
214	Adesivo selante S.Flex 35 200g (01-01-17175)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	ELASTIL	0	12,8000	1				
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	13,9000	2				
219	Lixa para madeira (amarela) - 100 (01-01-17179)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	NORTON	0	2,4000	1				
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	2,5000	2				
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	2,8900	3				
220	Lixa para madeira (amarela) - 50 (01-01-17180)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	NORTON	0	2,9000	1				
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	3,2000	2				
221	Parafuso philips 3.5 X 45 ponta broca fosfatizado (01-01-17181)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	JOMARCA	0	0,1100	1				

Página: 42/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
222	Broxa Trincha para Pintura Atlas, 20 cm - (01-01-17182)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	ATLAS	0	8,4000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	8,5000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	8,9000	3
223	Serrote 450mm/18" Dentês 2 Angulos - lâmina de metal e cabo de madeira (01-01-17183)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	NICHOLSON	0	37,5000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	38,0000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	44,9000	3
224	Colher de pedreiro 9" cabo de madeira (01-01-17184)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	11,8500	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	11,9000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	12,5000	3
225	APLICADOR DE SILICONE 9" (01-01-03329)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	ELASTIL	0	14,5500	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	19,9000	2
226	Silicone para vedação - frasco compatível ao aplicador de silicone 9" (01-01-17185)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	ELASTIL	0	10,2900	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	10,3000	2

Página: 43/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	12,9000	3
227	Fio para roçadeira de titânio 3mm (01-01-17186)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	DTOOLS	0	68,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	110,0000	2
			JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291988 -ME (7811)		0	117,4900	3
228	Disco de cortar tijolo refratário 4-3/8" x 3/4" - 110 mmx2 (01-01-17187)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	MISTER	0	8,9000	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	10,5000	2
229	Machado soldado com cabo de 1 mt (01-01-17188)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PANDOLF	0	40,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	41,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	42,0000	3
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	49,0000	4
230	Parafuso sext po broca nº3 c/ar epdm tp n. 12 x4 zincado branco (01-01-17189)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	JOMARCA	0	4,9000	1
231	Óculos de proteção em acrílico (01-01-17190)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	LIBUS	0	5,4000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	5,5000	2

Página: 44/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	6,3900	3
232	Espuma expansiva de PU - FRASCO COM 500ML (01-01+17191)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	WEBER	0	15,3400	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	15,3500	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	15,9000	3
233	Pulverizador costal manual com capacidade para 20 litros, produzido em polietileno, com bomba do tipo pistão duplo fabricada em latão resistente contra corrosão, lança de pelo menos 60 cm, mangueira de 1,35cm ou mais, bico dosador multi posições, sistema de correia para fixação às costas (01-01+17192)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	PALISAD	0	129,9000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	130,0000	2
			JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 -ME (7811)		0	238,0000	3
234	SERROTE DE PODA (01-01+10647)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	TRAMONTINA	0	47,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	57,8000	2
235	tesoura para cerca-viva com lâmina metálica de 10 polegadas e cabo de madeira (01-01+17193)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	22,9500	1
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	26,1000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	55,0000	3

Página: 45/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
236	Cola de contato para piso de borracha com rendimento aproximado de 4m² por kilo, lata com 2,8 kg (01-01-17194)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	BRASCOLA	0	80,0000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	81,0000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	88,0000	3
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	90,0000	4
237	Talhadreira Manual para Concreto 10" com acabamento fosforescente, cabo plástico ou emborrachado, comprimento aprox. 30 cm (01-01-17196)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	FAMASTIL	0	16,5000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	17,5000	2
238	Motoserra para poda de árvores, com pelo menos 45 cm³ de cilindrada, 2 kW de potência, comprimento do sabre 50 cm ajustável. Modelo de referência: husqvarna 445 e-series Triobrake (01-01-17196)	UN	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291688 - ME (7811)	TAYOAMA TS	0	998,0000	1
239	Carrinho de mão caçamba quadrada, capacidade de carga 65 litros, com pintura eletrolítica a pó, borda reforçada, eixo em aço de alta resistência e bucha em nylon autolubrificante, empunhaduras ergonômicas, pneu com câmara (01-01-17197)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	TRAMONTINA	0	185,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	188,0000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	233,5000	3
240	Vassoura metálica 22 dentes regulável (rastelo), dentes de arame, regulagem de distância entre os dentes, fabricada em aço carbono com pintura eletrolítica a pó e cabo de madeira (01-01-17198)	UN	LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP (4591)	MAX METAL	0	24,5000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	24,7000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Página: 46/51

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	25,1600	3
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	26,7400	4
241	Alicate bomba d'agua 10" para encanador (01-01-17199)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	IRWIN	0	37,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	37,5000	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	38,5000	3
243	Arco de serra (01-01-17201)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	VONDER	0	18,9000	1
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	19,8000	2
244	Lamina para arco de serra (01-01-17202)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	NICHOLSON	0	4,3200	1
245	Martelo de borracha 60mm com cabo de madeira (01-01-17203)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MONFORT	0	13,0000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)		0	13,9000	2
			BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD (7813)		0	16,2400	3
247	Martelete Furadeira Rotativo Rompedor Industrial 780W 2.7J Hr2470. capacidade metal 13mm, madeira 32mm concreto 24mm. Rotação por minuto 0-1.100 rpm. Impacto por minuto 0-4.500 ipm. Com maleta (01-01-17205)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MAKITA	0	741,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 47/51

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017				Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos; à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
248	Broca sds 6mm para concreto, em cromo vanádio, endurecido para 50-53 HRC para maior resistência mecânica e força máxima de ruptura (01-01-17206)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	10,0100	1
249	Broca sds 8mm para concreto, em cromo vanádio, endurecido para 50-53 HRC para maior resistência mecânica e força máxima de ruptura (01-01-17207)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	11,2500	1
250	Broca sds 10mm para concreto, em cromo vanádio, endurecido para 50-53 HRC para maior resistência mecânica e força máxima de ruptura (01-01-17208)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TRAMONTINA	0	13,6500	1
251	Talhadeira sds 20x250mm (01-01-17209)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MAKITA	0	18,5000	1
252	Ponteiro sds 20x250mm (01-01-17210)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MAKITA	0	17,9000	1
253	Morsa/torno linha profissional numero 5, abertura 127mm (01-01-17211)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	FERRARI	0	230,0000	1
254	Maquina de solda mini inversor elétrico 220v 140 Amperes, com alça, garra de solda positiva e negativa, escova e mascara simples (01-01-17212)	UN	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291988 -ME (7811)	FORT G	0	1.048,0000	1

Página: 48/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017 Data do Registro: 09/08/2017 Válido até: 09/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
255	Mini esmerilhadeira angular 720w/220v (01-01-17213)	UN	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)	FERRARI	0	44,0000	1
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	168,5900	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	221,9000	3
256	Disco de corte para metal 115mm (01-01-17214)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	MAKITA	0	8,8600	1
257	Tinta spray 400ml vermelha (01-01-17215)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TINSUL	0	11,9900	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	12,0000	2
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	12,2000	3
258	Tinta spray 400ml preta (01-01-17216)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TINSUL	0	12,1900	1
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	12,2000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	12,5000	3
259	Tinta spray 400ml branca (01-01-17217)	UN	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)	TINSUL	0	12,1900	1
			SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (6868)		0	12,2000	2
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (453)		0	12,5000	3

Página: 49/51

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
260	Fita zebra amarela/preta 200 mt (01-01-17218)	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)	NOVE54	0	9,9100	1
			ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (463)		0	12,0000	2
			CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME (7812)		0	12,9000	3
261	Cone de sinalização com faixa refletiva (01-01-17219)	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (3273)	VONDER	0	35,7000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (1000)		0	43,0000	2

Página: 50/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME (4721)		0	70.5000	3

Página: 51/51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2017

Número do Registro de Preços: 22/2017		Data do Registro: 09/08/2017		Válido até: 09/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como as obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017

PROCESSO Nº 50/2017

- (453) - ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
- (1000) - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
- (1775) - CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
- (3273) - GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
- (4591) - LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP
- (4721) - LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME
- (5853) - PEDREIRA CALDART LTDA - EPP
- (5854) - PEDREIRA JOACABA LTDA.
- (5921) - PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME
- (6868) - SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
- (7744) - JardeI Jacobs Pereira da Silva ME
- (7811) - JOSE THIAGO DE SOUZA 049352919568 - ME
- (7812) - CLAUDINEI LEITE EIRELI - ME
- (7813) - BIANCHI COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTD
- (7814) - QUIMICASOL EIRELI EPP - EPP

Joaçaba, 9 de Agosto de 2017.



ATA REGISTRO DE PREÇO - 23/2017/PMJ

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2017

Número do Registro de Preços: 23/2017 Data do Registro: 10/08/2017 Válido até: 10/08/2018

Objeto da Compra: 1.1.1. Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 105.000,00 m³ (cento e cinco mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joacaba, bem como, a pres

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ZONA 01 - 2017 Linha Pato Roxo (Alto) Linha Pinhal Linha Quiloca (01-01-17295)	M3	LUIZ CARDOSO DA SILVA (4662)		0	2,5000	1
2	ZONA 02 - 2017 Linha Pato Roxo (Baixo) Linha São Antonio do Caraguatá Linha Nsa. Sra. Das Graças (baixo) (01-01-17296)	M3	ALCEU DEITOS (262)		0	2,5300	1
3	ZONA 03 - 2017 Linha Abatti / Nossa Senhora de Lourdes Km 16/ Km 20 Linha Santa Clara (01-01-17297)	M3	Silvana Bezagui Jardim (7826)		0	2,5400	1
4	ZONA 04 - 2017 Linha Ferreirinha Linha Antinha (01-01-17298)	M3	EDEMAR ORIDES BILIBIO (2396)		0	2,5000	1
6	ZONA 06 - 2017 Vila Nova Petropolis Linha Fabro Linha Borgaro São Brás (01-01-17300)	M3	BRUNO CALZA (1061)		0	2,5000	1

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2017

Número do Registro de Preços: 23/2017		Data do Registro: 10/08/2017		Válido até: 10/08/2018			
Objeto da Compra:		1.1.1. Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 105.000,00 m³ (cento e cinco mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a pres					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	ZONA 07 - 2017 Linha do Alto Tigre Linha Tigre Linha Viecelli (01-01-17301)	M3	SILVESTRE SYCHOSKI (6753)		0	2,5300	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2017

Número do Registro de Preços: 23/2017		Data do Registro: 10/08/2017		Válido até: 10/08/2018			
Objeto da Compra: 1.1.1. Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 105.000,00 m³ cento e cinco mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a pres							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017

PROCESSO Nº 62/2017

(262) - ALCEU DEITOS
 (1061) - BRUNO CALZA
 (2396) - EDEMAR ORIDES BILIBIO
 (4662) - LUIZ CARDOSO DA SILVA
 (6753) - SILVESTRE SYCHOSKI
 (7826) - Silvana Berzagui Jardimi

Joaçaba, 10 de Agosto de 2017.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DL 7/2017/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 7/2017 - DL Processo Administrativo: 66/2017 Processo de Licitação: 66/2017 Data do Processo: 14/07/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 66/2017
b) Licitação Nr.: 7/2017-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 31/07/2017
e) Objeto da Licitação: Locação de 02 (duas) raiais da piscina da Associação Atlética do Banco do Brasil - AABB, localizada na Rua Roberto Trompowski, nº 110, centro, neste Município, destinadas à realização da escolinha de Natação da Diretoria Municipal de Esportes de Joaçaba na modalidade de natação, no horário das 13h15 às 19 horas, de segunda à sexta feira.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

AABB - ASSOC ATLETICA DO BANCO DO BRASIL (33)

1 Locação de 02 (duas) raiais da piscina da Associação Atlética do Banco do Brasil - AABB, localizada na Rua Roberto Trompowski, nº 110, centro, neste Município, destinadas à realização da escolinha de Natação da Diretoria Municipal de Esportes de Joaçaba na modalidade de natação, no horário das 13h15 às 19 horas, de segunda à sexta feira - Marca: AABB	SERV	4,00	0,0000	2.000,00	8.000,00
--	------	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 8.000,00

Total Geral: 8.000,00

Joaçaba, 31 de Julho de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PL 62/2017/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2017 - PR Processo Administrativo: 62/2017 Processo de Licitação: 62/2017 Data do Processo: 10/07/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 62/2017
b) Licitação Nr.: 42/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/08/2017
e) Objeto da Licitação: 1.1.1.Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 105.000,00 m³ (cento e cinco mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a prestação de serviços agrícolas (nos termos da Lei nº 4684/2017).

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

ALCEU DEITOS (262)

2 ZONA 02 - 2017 Linha Pato Roxo (Baixo) Linha Sto. Antonio do Caraguatá Linha Nsa. Sra. Das Graças (baixo)	M3	15.000,00	0,0000	2,53	37.950,00
Total do Fornecedor:					37.950,00

BRUNO CALZA (1061)

6 ZONA 06 - 2017 Vila Nova Petrópolis Linha Fabro Linha Borgaro São Brás	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
Total do Fornecedor:					37.500,00

EDEMAR ORIDES BILIBIO (2396)

4 ZONA 04 - 2017 Linha Ferreirinha Linha Antinha	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
Total do Fornecedor:					37.500,00

Joaçaba, 10 de Agosto de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 42/2017 - PR**Processo Administrativo: 62/2017
Processo de Licitação: 62/2017
Data do Processo: 10/07/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LUIZ CARDOSO DA SILVA (4662)**

1 ZONA 01 - 2017	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
Linha Pato Roxo (Alto)					
Linha Pinhal					
Linha Quioca					

Total do Fornecedor: 37.500,00**Silvana Berzagli Jardini (7826)**

3 ZONA 03 -2017	M3	15.000,00	0,0000	2,54	38.100,00
Linha Abatti / Nossa Senhora de Lourdes					
Km 16/ Km 20					
Linha Santa Clara					

Total do Fornecedor: 38.100,00**SILVESTRE SYCHOSKI (6753)**

7 ZONA 07 - 2017	M3	15.000,00	0,0000	2,53	37.950,00
Linha do Alto Tigre					
Linha Tigre					
Linha Vieceli					

Total do Fornecedor: 37.950,00**Total Geral: 226.500,00**

Joaçaba, 10 de Agosto de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2017 - PR Processo Administrativo: 62/2017 Processo de Licitação: 62/2017 Data do Processo: 10/07/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 62/2017
b) Licitação Nr.: 42/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/08/2017
e) Objeto da Licitação: 1.1.1.Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 105.000,00 m³ (cento e cinco mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a prestação de serviços agrícolas (nos termos da Lei nº 4684/2017).

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

ALCEU DEITOS (262)

2 ZONA 02 - 2017 Linha Pato Roxo (Baixo) Linha Sto. Antonio do Caraguatá Linha Nsa. Sra. Das Graças (baixo)	M3	15.000,00	0,0000	2,53	37.950,00
Total do Fornecedor:					37.950,00

BRUNO CALZA (1061)

6 ZONA 06 - 2017 Vila Nova Petrópolis Linha Fabro Linha Borgaro São Brás	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
Total do Fornecedor:					37.500,00

EDEMAR ORIDES BILIBIO (2396)

4 ZONA 04 - 2017 Linha Ferreirinha Linha Antinha	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
Total do Fornecedor:					37.500,00

Joaçaba, 10 de Agosto de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 42/2017 - PR**

Processo Administrativo: 62/2017
Processo de Licitação: 62/2017
Data do Processo: 10/07/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LUIZ CARDOSO DA SILVA (4662)**

1 ZONA 01 - 2017 Linha Pato Roxo (Alto) Linha Pinhal Linha Quioca	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
--	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 37.500,00**Silvana Berzaqui Jardini (7826)**

3 ZONA 03 -2017 Linha Abatti / Nossa Senhora de Lourdes Km 16/ Km 20 Linha Santa Clara	M3	15.000,00	0,0000	2,54	38.100,00
---	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 38.100,00**SILVESTRE SYCHOSKI (6753)**

7 ZONA 07 - 2017 Linha do Alto Tigre Linha Tigre Linha Vieceli	M3	15.000,00	0,0000	2,53	37.950,00
---	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 37.950,00**Total Geral: 226.500,00**

Joaçaba, 10 de Agosto de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2017 - PR Processo Administrativo: 62/2017 Processo de Licitação: 62/2017 Data do Processo: 10/07/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 62/2017
b) Licitação Nr.: 42/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/08/2017
e) Objeto da Licitação: 1.1.1.Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 105.000,00 m³ (cento e cinco mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a prestação de serviços agrícolas (nos termos da Lei nº 4684/2017).

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

ALCEU DEITOS (262)

2 ZONA 02 - 2017 Linha Pato Roxo (Baixo) Linha Sto. Antonio do Caraguatá Linha Nsa. Sra. Das Graças (baixo)	M3	15.000,00	0,0000	2,53	37.950,00
Total do Fornecedor:					37.950,00

BRUNO CALZA (1061)

6 ZONA 06 - 2017 Vila Nova Petrópolis Linha Fabro Linha Borgaro São Brás	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
Total do Fornecedor:					37.500,00

EDEMAR ORIDES BILIBIO (2396)

4 ZONA 04 - 2017 Linha Ferreirinha Linha Antinha	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
Total do Fornecedor:					37.500,00

Joaçaba, 10 de Agosto de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 42/2017 - PR**

Processo Administrativo: 62/2017
Processo de Licitação: 62/2017
Data do Processo: 10/07/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LUIZ CARDOSO DA SILVA (4662)**

1 ZONA 01 - 2017 Linha Pato Roxo (Alto) Linha Pinhal Linha Quioca	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
--	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 37.500,00**Silvana Berzaqui Jardini (7826)**

3 ZONA 03 -2017 Linha Abatti / Nossa Senhora de Lourdes Km 16/ Km 20 Linha Santa Clara	M3	15.000,00	0,0000	2,54	38.100,00
---	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 38.100,00**SILVESTRE SYCHOSKI (6753)**

7 ZONA 07 - 2017 Linha do Alto Tigre Linha Tigre Linha Vieceli	M3	15.000,00	0,0000	2,53	37.950,00
---	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 37.950,00**Total Geral: 226.500,00**

Joaçaba, 10 de Agosto de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2017 - PR Processo Administrativo: 62/2017 Processo de Licitação: 62/2017 Data do Processo: 10/07/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 62/2017
b) Licitação Nr.: 42/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/08/2017
e) Objeto da Licitação: 1.1.1.Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 105.000,00 m³ (cento e cinco mil metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a prestação de serviços agrícolas (nos termos da Lei nº 4684/2017).

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

ALCEU DEITOS (262)

2 ZONA 02 - 2017 Linha Pato Roxo (Baixo) Linha Sto. Antonio do Caraguatá Linha Nsa. Sra. Das Graças (baixo)	M3	15.000,00	0,0000	2,53	37.950,00
Total do Fornecedor:					37.950,00

BRUNO CALZA (1061)

6 ZONA 06 - 2017 Vila Nova Petrópolis Linha Fabro Linha Borgaro São Brás	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
Total do Fornecedor:					37.500,00

EDEMAR ORIDES BILIBIO (2396)

4 ZONA 04 - 2017 Linha Ferreirinha Linha Antinha	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
Total do Fornecedor:					37.500,00

Joaçaba, 10 de Agosto de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****CNPJ:** 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 42/2017 - PR****Processo Administrativo:** 62/2017
Processo de Licitação: 62/2017
Data do Processo: 10/07/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LUIZ CARDOSO DA SILVA (4662)**

1 ZONA 01 - 2017 Linha Pato Roxo (Alto) Linha Pinhal Linha Quioca	M3	15.000,00	0,0000	2,50	37.500,00
--	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 37.500,00**Silvana Berzaqui Jardini (7826)**

3 ZONA 03 -2017 Linha Abatti / Nossa Senhora de Lourdes Km 16/ Km 20 Linha Santa Clara	M3	15.000,00	0,0000	2,54	38.100,00
---	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 38.100,00**SILVESTRE SYCHOSKI (6753)**

7 ZONA 07 - 2017 Linha do Alto Tigre Linha Tigre Linha Vieceli	M3	15.000,00	0,0000	2,53	37.950,00
---	----	-----------	--------	------	-----------

Total do Fornecedor: 37.950,00**Total Geral: 226.500,00**

Joaçaba, 10 de Agosto de 2017.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PL 69/2017/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 45/2017 - PR Processo Administrativo: 69/2017 Processo de Licitação: 69/2017 Data do Processo: 20/07/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 69/2017
b) Licitação Nr.: 45/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 09/08/2014
e) Objeto da Licitação Contratação de hospedagem para o comitê organizador, equipe de montagem dos equipamentos e equipe de arbitragem para o evento Circuito Copa Brasil de Tênis de Mesa, o qual será realizado do dia 17 ao dia 20 de agosto de 2017, no Município de Joaçaba/SC, nos termos abaixo relacionados:
- a.Do dia 13/08/2017 ao dia 21/08/2017: 2 (dois) quartos triplos e 2 (dois) quartos duplos;
b.Do dia 16/08/2017 ao dia 21/08/2017: 12 (doze) quartos triplos, 1 (um) quarto duplo e 3 (três) quartos singles.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

HOTEL JOACABA LTDA - ME (7821)

1	2 QUARTOS DUPLOS (13 A 21 DE AGOSTO) - Marca: JOAÇABA	DIA	16,00	0,0000	150,00	2.400,00
2	2 QUARTOS TRIPLOS (13 A 21 DE AGOSTO) - Marca: JOAÇABA	DIA	16,00	0,0000	205,00	3.280,00
3	12 QUARTOS DUPLOS (16 A 21 DE AGOSTO) - Marca: JOAÇABA	DIA	60,00	0,0000	205,00	12.300,00
4	1 QUARTO DUPLO (16 A 21 DE AGOSTO) - Marca: JOAÇABA	DIA	5,00	0,0000	150,00	750,00
5	3 QUARTOS SINGLES (16 A 21 DE AGOSTO) - Marca: JOAÇABA	DIA	15,00	0,0000	111,00	1.665,00
Total do Fornecedor:						20.395,00
Total Geral:						20.395,00

Joaçaba, 9 de Agosto de 2014.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 308/2017**

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 308/2017 DE 10.08.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ORLANDO LINO, Operador de ETA, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 1294/2017 de 12 de maio de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.01.2013 à 31.12.2013 para serem fruídos no período de 28.08.2017 à 08.09.2017 (12 dias), de acordo com o Artigo 80, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28 de agosto de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 10 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0010/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0010/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0041/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2016

PROTOCOLO Nº 2596/2016

OBJETO: Registro de preços de serviços de limpeza de redes e ramais de esgoto nas cidades de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC e destinação final dos resíduos coletados.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Empresa Vencedora
1	Serviço de caminhão auto vácuo para sucção e desentupimento de redes e ramais coletores de esgoto CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	HR	200,00	280,00	WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA ME
2	Coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	M³	50,00	75,00	

VIGÊNCIA: 10/11/2016 a 09/11/2017

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 10 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

José Boiteux**PREFEITURA****Decreto 046/2017**

DECRETO nº. 046/2017, de 01 de Agosto de 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior na importância de R\$318.264,48 (trezentos e dezoito mil duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), conforme especificação a seguir:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.1007	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
03330100	Conv. União - Ubs Barra Dollmann	R\$106.088,16
03330200	Conv. União - Ubs Rib. Griesenback	R\$106.088,16
03330300	Conv. União - Ubs Rio Wiegand	R\$106.088,16
Total		R\$318.264,48

Art. 2º Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, pelo Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, identificados através da(s) fonte(s) de recurso(s) a seguir relacionada(s):

Codigo	Descrição	Valor
03330100	Conv. União - Ubs Barra Dollmann	R\$106.088,16
03330200	Conv. União - Ubs Rib. Griesenback	R\$106.088,16
03330300	Conv. União - Ubs Rio Wiegand	R\$106.088,16
Total		R\$318.264,48

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 01 de Agosto de 2017.

Jonas Pudewell

Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

CONTRATO 38-2017

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 038/2017

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: Alô-Brasil, Pesquisas, Consultoria e Marketing LTDA. ME., nome fantasia Alô Brasil, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ09.185.766/0001-62, com endereço na Rua Tirol, n. 236, Sala 01, Centro, Treze Tílias/SC, CEP 89.650-000, representada por seu diretor geral Pedro Pagliarini, CPF 313.279.909-20.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação direta, uma vez que dispensada a licitação (art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93), de pessoa jurídica para a prestação de serviço de avaliação da Administração Pública municipal exercício 2017-2020 a ser realizada em toda a população do Município de Lacerdópolis. A pesquisa deverá coletar e repassar ao município informações relativas ao desempenho em todas as áreas, as prioridades e demandas das políticas públicas, o índice de satisfação e eventuais sugestões de melhora.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento do objeto acima, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, em moeda corrente, mediante depósito ou transferência, o valor global de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), numa única parcela, quando da entrega efetiva dos resultados da pesquisa.

§1º - O preço acima comporta todas as despesas para o fornecimento do objeto e não sofrerá reajuste nem atualização de valores.

§2º - Os dados bancários da contratada para fins de depósito ou transferência do valor serão informados posteriormente.

§3º - A Nota Fiscal deverá ser emitida para o Município de Lacerdópolis, CNPJ 82.939.471/0001 – 24.

§4º - Anexar à Nota Fiscal todos os documentos relativos ao equipamento adquirido, tais como termo de garantia e outros.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência é até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente:

ORGAO: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS

UNIDADE: 01-SECR.DE ADMINISTRAÇÃO E SERV.JURÍDICOS

Proj/At.: 04-22.1002.2.003-MANUT.SERV.ADMINSTR.PESSOAL E MATERIAL

Compl.Elem.: 3.3.90.39.51.00.00.00 - Serviços de Análises e Pesquisas Científicas (8)

Recurso: 0000-Recursos Ordinários CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA;
- b) Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- c) Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Fornecer os serviços objeto deste contrato e obedecendo rigorosamente as suas cláusulas;
- b) Além das obrigações decorrentes da legislação específica (ética profissional e procedimentos adequados), cabe ainda à CONTRATADA, prestar os serviços contratados de acordo com a melhor técnica aplicada à espécie, com zelo diligência e economia, sempre em rigorosa observância à legislação e às cláusulas e condições estabelecidas;
- c) Acatar as determinações que lhe forem passadas, bem como comunicar qualquer irregularidade ou descumprimento do presente contrato ao Secretário Municipal de Saúde e Bem e Estar Social;
- d) Responder pelos danos que resultem de imperícia, imprudência ou negligência de acordo com os princípios gerais de responsabilidade civil e administrativa;
- e) Não transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato;
- f) Isentar completamente o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade civil, administrativa, criminal ou trabalhista provenientes da execução deste contrato;
- g) Arcar com todas as despesas decorrentes ao transporte, estadia e alimentação dos prepostos disponibilizados para a prestação dos serviços;
- h) Disponibilizar pessoal técnico especializado;
- i) Receber pelos serviços prestados de acordo com os prazos e condições previstos neste contrato;
- j) Comunicar o CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo;
- k) Responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos de ordem trabalhista, previdenciária, cíveis ou criminais, bem como tributos de qualquer espécie devidos em decorrência da prestação dos serviços, objeto deste contrato.
- l) Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
- m) Fornecer os dados das pesquisas realizadas de forma impressa ou em PDF através de relatórios.

CLÁUSULA SÉTIMA - EXECUÇÃO

- a) O início da prestação dos serviços será em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria de Administração do Município de Lacerdópolis/SC.
- b) Os serviços de pesquisa serão realizados pela equipe do quadro de funcionários da contratada, cabendo a Secretaria de Administração municipal somente a fiscalização do cumprimento das obrigações por parte daquela.
- c) O formulário contendo as perguntas e áreas objeto da pesquisa será definido conjuntamente com a Administração pública

municipal e a empresa contratada.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 - A inexecução, total ou parcial do contrato e/ou o descumprimento das normas contratuais ou editalícias por parte da CONTRATADA, sujeitará a aplicação, isolada ou conjuntamente, das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 20% sobre o valor total do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2 Poderá, ainda, ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor de uma prestação mensal, quando a CONTRATADA:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias as suas expensas;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em conformidade com as disposições dos arts. 77, 78, 79 e 80 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se ainda à analogia, aos costumes e

aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;
- b) A fiscalização e o controle por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas;
- c) Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 09 de agosto de 2017.

Município de Lacerdópolis Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	Alô-Brasil LTDA. ME. Pedro Pagliarini Diretor Geral CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

PROCESSO LICITATÓRIO 10/2017- FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 10/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2017

DATA DE EMISSÃO: 10/08/2017

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição futura pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis/SC de medicamentos éticos, genéricos e similares para serem distribuídos gratuitamente aos munícipes, cuja descrição, quantidades e valores máximos estão no ANEXO I do Edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min de 23/08/2017, para abertura da Seção às 09h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: pregão presencial para registro do menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 09 de agosto de 2017.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI

Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 10/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2017
DATA DE EMISSÃO: 10/08/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LACERDÓPOLIS/SC, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme ANEXO I deste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 09h00min de 23 de agosto de 2017.

01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

02 - OBJETO

2.1 - Registro de preços para eventual aquisição futura pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis/SC de medicamentos éticos, genéricos e similares para serem distribuídos gratuitamente aos munícipes na Unidade Básica de Saúde, de acordo com a necessidade, através de requisição do Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social, cuja descrição, quantidades e valores máximos estão no ANEXO I deste Edital.

2.2 – PRAZO DE ENTREGA: até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

2.3 - LOCAL DE ENTREGA: Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis (Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000).

2.4 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

2.5 - O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item e indicar a marca e classificação (ético, genérico ou similar) do medicamento, ficando obrigado a entregar a marca e classificação cotada, sob pena de não ser aceito.

2.6 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

2.7 – Os medicamentos não poderão ter data de validade inferior a 12 meses;

2.8 - Os medicamentos cotados deverão ser provenientes de laboratórios devidamente certificados e/ou autorizados a fabricar pela ANVISA e Ministério da Saúde;

2.9 - Para controle na farmácia, os medicamentos ofertados deverão ter os mesmos nºs de lote, validade e quantidade que em suas respectivas notas fiscais.

03 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis (CNPJ 11.417.744/0001-22).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis (CNPJ 11.417.744/0001-22) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

04 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no ANEXO I deste Edital.

05 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

5.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

5.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

06 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.2 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO II como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

6.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

6.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

6.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

6.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

07 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 09h00min do dia 23/08/2017, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC.

7.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

7.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N.08/2017
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

7.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

7.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

7.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

7.7 - Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

7.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

08 – HABILITAÇÃO

8.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2017
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo INSS);
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- k) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), conforme ANEXO IV.
- l) Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;
- m) Declaração/print comprovando que a empresa licitante não está inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep>;
- n) Para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, o interessado deverá comprovar registro na ANVISA e Ministério da Saúde que autorize fornecer os medicamentos.

8.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

8.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

8.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

8.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

8.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

8.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

8.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

09 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM do(s) item(s) descrito(s) no tópico 02 (OBJETO) deste Edital.

9.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

10 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 06 (CREDENCIAMENTO).

10.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

10.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

10.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

10.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

10.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

10.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

10.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam

iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 10.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 10.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

10.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

10.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

10.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

10.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

10.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

10.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

11 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

11.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

11.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato,

caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

11.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

12 – ASSINATURA DA ATA E SUA RESPECTIVA VIGÊNCIA

12.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) a ata (minuta constante do ANEXO V), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2 - No ato de formalização da ata, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

12.3 – A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

12.4 - Caso a ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13 - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

13.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

13.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

13.3 - Não serão aceitos valores superior à média dos preços conforme valores constantes no ANEXO I deste edital.

13.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

13.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

14 - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A ata a ser lavrada, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

15 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no ANEXO I e tópico 02 (OBJETO) deste edital.

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

16 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos medicamentos fornecidos, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

17.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: www.lacerdopolis.sc.gov.br e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br de eventuais alterações no presente edital.

17.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Descrição dos itens, quantidades e valores máximos;
- b) ANEXO II - Procuração;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – declaração de que não emprega menor de idade, salvo se aprendiz;
- e) ANEXO V – Minuta da ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 10 de agosto de 2017.

Fundo Municipal de Saúde

Edgar Brandini

Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

ANEXO I

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	8.000,00	CP	Ácido acetilsalicílico tamponado 100mg compr	0,5533	4426,40
2	8.000,00	CP	Ácido fólico 5mg comp	0,2465	1972,00
3	270,00	CP	Ácido Tióctico 600mg comp	4,9367	1332,91
4	10.000,00	CP	Ácidos graxos + omega3 1000mg caps	1,00	10000,00
5	576,00	CP	Ácido Tranexâmico 250mg comp	2,81	1618,56
6	1.500,00	CP	Amilorida + HCT 2,5/25mg comp	0,2767	415,05
7	7.000,00	CP	Amitriptilina 25mg comp	0,141	987,00
8	25,00	UN	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio 250/62,5mg c/75mL	13,8333	345,83
9	750,00	CP	Amoxicilina + clavulanato de potássio 500/125mg comp	2,235	1676,25
10	250,00	UN	Amoxicilina 250mg/5mL c/150mL	11,125	2781,25
11	7.500,00	CP	Amoxicilina 500mg caps	0,6567	4925,25
12	18,00	UN	Ampicilina 250mg suspensão c/60mL	6,26	112,68
13	300,00	01	Aripripazol 10 mg	18,855	5656,50
14	7.500,00	CP	Atenolol 50mg + Clortalidona 12,5mg comp	0,76	5700,00
15	7.500,00	CP	Atenolol 100mg comp	0,4588	3441,00
16	15.000,00	CP	Atorvastatina cálcica 20mg comp	1,32	19800,00
17	2.500,00	CP	Azitromicina 500mg comp	2,3167	5791,75
18	50,00	UN	Azitromicina 900mg suspensão c/22,5mL	16,4725	823,63
19	125,00	UN	Azitromicina 600mg suspensão c/9mL	13,6475	1705,94
20	24,00	UN	Benzoilmetronidazol + nistatina + benzalcônio creme vaginal c/40g	26,925	646,20
21	5.000,00	CP	Bisoprolol 2,5mg compri	1,7067	8533,50
22	1.500,00	CP	Bisacodil 5mg comp	0,28	420,00
23	300,00	UN	Brometo de N-butilescopolamina + Dipirona Sódica gotas 20mL	10,5333	3159,99
24	20,00	UN	Brometo de Ipratrópio + Sulfato de Salbutamol aerosol 10mL	24,60	492,00
25	100,00	UN	Bromidrato fenoterol 5mg/ml gotas 20mL	3,795	379,50
26	5.000,00	CP	Bupropiona 150mg comp	1,5233	7616,50
27	1.080,00	CP	Calcio citrato malato 250mg + vitamina D3 2,5mcg comp	3,625	3915,00
28	40,00	UN	Calipotriol + betametasona creme/pomada 30g	105,365	4214,60
30	6.000,00	CP	Carbamazepina 200mg comp	0,1533	919,80
31	2.000,00	CP	Carbonato de Lítio 450mg comp	2,395	4790,00
32	2.500,00	CP	Carvedilol 3,125mg compr	0,64	1600,00

33	5.000,00	CP	carvedilol 6,25mg compr	0,52	2600,00
34	10.000,00	CP	Cefalexina 500mg comp	1,11	11100,00
35	12,00	UN	Cetirizina solução oral 75mL	30,00	360,00
36	50,00	UN	cetoprofeno 100mg injetável ampola EV	6,0667	303,34
37	24,00	UN	Ciprofloxacino + Dexametasona colírio c/5mL	9,24	221,76
38	3.750,00	CP	Ciprofloxacino 500mg compr	7,002	26257,50
39	24,00	UN	Ciprofloxacino colírio c/5mL	16,32	391,68
40	10.000,00	CP	Citalopram 20mg compr	0,7935	7935,00
41	720,00	CP	Clonazepan 0,5mg comp	0,1413	101,74
42	150,00	UN	Clonazepan 2,5mg/mL frasco gotas c/20mL	7,165	1074,75
43	6.000,00	CP	Clopidogrel 75mg compr	2,0667	12400,20
44	30,00	UN	Tiamina + Piridoxina + cianocobalamina injetavel	9,47	284,10
45	10,00	UN	Cloridrato de Olopatadina 2,22 mg/ml	55,30	553,00
46	2.000,00	CP	Clortalidona 25mg compr	0,265	530,00
47	2.000,00	CP	Clortalidona 50mg comp	0,355	710,00
48	10.000,00	CP	Colecalciferol 1.000UI capsulas gelatinosas	1,43	14300,00
49	1.000,00	UN	Colecalciferol 50.000UI comp - cx c/4 comp	34,16	34160,00
50	5.000,00	UN	Colecalciferol 7.000UI comp - cx c/4 comp	5,655	28275,00
51	375,00	UN	Complexo B 2mL ampolas	8,325	3121,88
52	1.004,00	CP	Desogestrel 75mcg comp	1,1033	1107,71
53	175,00	UN	Dexametasona + Acetato dexametasona 2mL frasco injetavel	13,645	2387,88
54	325,00	UN	Dexametasona + Cianocobalamina + Dipirona Sodica dose injetável	14,40	4680,00
55	15,00	UN	Dexametazona 1ml c/2mg ampola	8,595	128,93
56	35,00	UN	Dexametasona frasco c/120mL	8,4644	296,25
57	2.000,00	UN	Dexclorfeniramina + Betametasona 0,25+2mg/5mL xpe 120mL	4,20	8400,00
58	720,00	CP	Diazepan 10mg comp	0,1298	93,46
59	720,00	CP	Diazepan 5mg comp	0,101	72,72
60	240,00	CP	Diclofenaco sódico + codeína 50/50mg comp	3,979	954,96
61	550,00	CP	Diidroergotamina + dipirona + cafeína comp	1,28	704,00
62	50,00	UN	Dimenidrinato 25mg/ml+Piridoxina 5mg/ml	2,595	129,75
63	14.000,00	CP	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg comp	1,49	20860,00
64	720,00	01	Diosmina + hesperidina 900/100 mg	4,80	3456,00
65	7.500,00	CP	Dipirona sódica 500mg comp	0,46	3450,00
66	10.000,00	CP	Doxazosina 2mg compr	0,3333	3333,00
67	10.000,00	CP	Doxazosina 4mg compr	0,83	8300,00
68	2.000,00	CP	Drospirenona 3mg + etinilestradiol 0,02mg comp	1,40	2800,00
69	5.000,00	UN	Cloridrato de Duloxetina 30 mg	3,435	17175,00
70	15,00	UN	Efedrina Ampola 50 mg/ml EV	9,425	141,38
71	360,00	UN	Empagliflozina 25 mg	7,21	2595,60
72	600,00	CP	Dansulosina 0,4mg + Dutasterida 0,5 mg	2,69	1614,00
73	1.500,00	CP	Escitalopram 20mg comp	1,3533	2029,95
74	200,00	UN	Estriol creme vaginal 50g	23,17	4634,00
75	12,00	UN	Estrogênios Conjugados Creme Vaginal	51,42	617,04
76	1.200,00	CP	Ezetimiba + sinvastatina 10+20mg comp	2,31	2772,00
77	216,00	CP	Fenazopiridina 200mg comp	0,95	205,20
78	2.000,00	CP	Ferro (quelato glicinato) 500mg comp	1,525	3050,00
79	200,00	UN	Fibrinolizina 1U/g + desoxirribonuclease 666U/g + cloranfenicol 0,01g pomada c/10g	28,60	5720,00
80	3.000,00	CP	Flunarizina 10mg comp	0,1983	594,90
81	7.000,00	CP	Fluoxetina 20mg comp	0,42	2940,00
82	48,00	UN	Fluoxetina 20ml frasco gotas	21,80	1046,40
83	10,00	UN	Gatifloxacino + acetato de prednisolona frasco c/3ml	32,56	325,60
84	2.000,00	CP	Ginkgo Biloba 120mg compr	1,605	3210,00
85	8.000,00	CP	Glimepirida 4mg compr	1,4433	11546,40
86	20,00	UN	Hidrato de Calciptotriol 50 mcg/g, dipropionato de betametasona 0,5 mg/g, peso: 30 g	85,00	1700,00
87	720,00	01	hidroclorotiazida + Valsartana 160/25	2,285	1645,20
88	1.050,00	CP	Imipramina 25mg comp	0,498	522,90
89	750,00	CP	Imipramina 75mg comp	3,20	2400,00
90	360,00	UN	Indacaterol 300mcg caps + inalador	6,1567	2216,41
91	600,00	CP	Leflunomide 20mg comp	15,04	9024,00
92	2.000,00	CP	Levodopa + Cloridrato de benserazida 200+50mg comp	2,9433	5886,60
93	6.725,00	CP	Levotiroxina Sódica 100mcg comp	0,294	1977,15

94	3.750,00	CP	Levotiroxina sódica 137mcg comp	0,5667	2125,13
95	6.725,00	CP	Levotiroxina Sódica 150mcg comp	0,45	3026,25
96	75,00	UN	Lidocaína + Sulfato de polimixina B solução otológica c/10mL	4,20	315,00
97	660,00	CP	Linagliptina 5mg comp	8,0767	5330,62
98	15.000,00	CP	Losartana 25mg comp	0,8067	12100,50
99	50,00	UN	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000UI injetável ampola	2,80	140,00
100	3.750,00	CP	Losartana + hidroclorotiazida 50mg/12,5mg comp	1,1167	4187,63
101	6,00	UN	Maleato de midazolam ampola 5mg/ml c/5ml	5,035	30,21
102	125,00	UN	Mebendazol + Tiabendazol frasco c/30mL	19,48	2435,00
103	100,00	UN	Mebendazol suspensão 30mL	6,4067	640,67
104	4.000,00	CP	Metformina 1G comp	1,02	4080,00
105	3.000,00	CP	Betaistina 16mg comp	0,244	732,00
106	1.500,00	UN	Montelucaste de sódio 4mg c/30 comp	1,9233	2884,95
107	20,00	UN	Metoclopramida 5mg/ml ampolas	0,57	11,40
108	24,00	UN	cloridrato de moxifloxacino 5,45mg/mL + fosfato dissódico de dexametasona 1,10mg/mL colírio 5mL	36,05	865,20
109	9,00	UN	Moxifloxacino 5mg/mL colírio 5mL	37,91	341,19
110	7.000,00	CP	Brometo de N-butilescopolamina + Dipirona Sódica comp	0,645	4515,00
111	1.800,00	CP	Nebivolol 5mg comp	2,25	4050,00
112	100,00	UN	Nimesulide gotas 15 ml	10,3825	1038,25
113	50,00	UN	Nitazoxanida 200mg/ml oral c/45ml	33,025	1651,25
114	3.000,00	CP	Nortriptilina 25mg comp	0,67	2010,00
115	720,00	CP	Olanzapina 5mg comp	2,535	1825,20
116	60,00	UN	Omeprazol EV 40mg/ml frasco de 10mL	19,7133	1182,80
117	672,00	CP	Omeprazol magnésico 20mg comp	6,435	4324,32
118	50,00	UN	Ondansetrona 8mg/4mL c/ 1 ampola	80,855	4042,75
119	60,00	UN	Oxcarbazepina 6% xarope 100mL	37,84	2270,40
120	2.500,00	CP	Pantoprazol 20mg comp	1,7167	4291,75
121	5.000,00	CP	Pantoprazol 40mg cp	2,195	10975,00
122	850,00	CP	Paroxetina 30mg comp	3,085	2622,25
123	30.000,00	CP	Paracetamol 750mg comp	0,6902	20706,00
124	2.800,00	CP	Paracetamol+codeína 30mg comp	1,08	3024,00
125	6.000,00	CP	Pregabalina 75mg caps	3,11	18660,00
126	12,00	UN	Prometazina 25mg/mL inj ampola c/2mL	2,2267	26,72
127	2.100,00	CP	Quetiapina 100mg comp	3,3667	7070,07
128	3.000,00	CP	Quetiapina 25mg comp	1,2067	3620,10
129	1.400,00	UN	Ranelato de estrôncio 2.000mg sachês	6,74	9436,00
130	1.200,00	CP	Ranitidina 150 mg	1,1216	1345,92
131	240,00	CP	Ranitidina 300mg comp	1,4613	350,71
132	3.000,00	CP	Risperidona 2mg comp	0,65	1950,00
133	1.400,00	UN	Rivaroxabana 10mg comp	10,3033	14424,62
134	1.500,00	CP	Rivaroxabana 20mg comp	10,30	15450,00
135	6.000,00	CP	Rosuvastatina 10mg comp	2,4833	14899,80
136	6.600,00	UN	Rosuvastatina 20mg comp	1,98	13068,00
137	80,00	UN	Sacarato Hidróxido de Ferro III polimaltosado ampola EV 5mL	12,24	979,20
138	125,00	CP	Secnidazol 1G compr	4,495	561,88
139	6.250,00	CP	Sertralina 50mg comp	0,74	4625,00
140	20.000,00	CP	Sinvastatina 40mg comp	1,0233	20466,00
141	3.750,00	UN.	Succinato de Metoprolol 100mg comp	2,415	9056,25
142	360,00	CP	Succinato de metoprolol 100mg + HCT 12,5mg comp	2,75	990,00
143	1.250,00	CP	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprina 80mg comp	0,37	462,50
144	4.500,00	UN	Sulfato de Glucosamina + condroitina 1500+1200mg sache	5,68	25560,00
145	4.500,00	CP	Sulfato de Glicosamina 500mg + Sulfato congroetina 400mg cp	4,00	18000,00
146	30,00	UN	Sulfato de Terbutalina 0,5mg/ml inj c/6 amp-1ml	4,20	126,00
147	1.080,00	CP	Sulfato ferroso + vitamina C + complexo B comp	1,7696	1911,17
148	1.500,00	CP	Sulpirida 50mg comp	0,83	1245,00
149	2.000,00	CP	Tansulozina 0,4mg comp	4,24	8480,00
150	1.800,00	CP	Tansulosina 0,4mg + Dutasterida 0,5mg comp	6,10	10980,00
151	12,00	UN	Tartarato de brimonidina 2mg/ml 10mL	93,60	1123,20
152	250,00	CP	Tartarato de tolterodina 4mg comp	13,575	3393,75
153	1.500,00	CP	Telmisartana + Hidroclorotiazida 80 + 12,5mg comp	6,5367	9805,05
154	1.250,00	CP	Tetraciclina 500mg comp	0,3433	429,13
155	5.000,00	CP	Tibolona 1,25mg comp	2,17	10850,00
156	480,00	CP	Tioridazina 100mg comp	1,2267	588,82

157	6.000,00	CP	Topiramato 50mg comp	0,68	4080,00
158	600,00	CP	Trazodona retard 150mg comp	4,725	2835,00
159	360,00	CP	Trimetazida 35mg comprimido	3,21	1155,60
160	36,00	UN	Valerato de betametasona + tolnaftato + sulfato de gentamicina + clioquinol creme c/20g	14,185	510,66
161	360,00	CP	Valproato Sodico + Acetato Valproico 300mg comp	0,89	320,40
162	1.800,00	CP	Valsartana 80mg comp	1,045	1881,00
163	2.800,00	CP	Venlafaxina 150mg caps	3,305	9254,00
164	4.500,00	CP	Venlafaxina 75mg comp	2,30	10350,00
165	6.000,00	CP	Vildagliptina 50mg compr	5,05	30300,00
166	5.250,00	CP	Vitamina + Sais minerais comp	1,75	9187,50
167	6,00	UN	Xilocaína spray 10% 50mL	135,03	810,18
168	2.000,00	CP	Candesartana cilexetila + felodipino 16+2,5mg comp LP	3,4567	6913,40
169	3.500,00	CP	Clortalidona + Cloridrato de amilorida 25mg comp	1,375	4812,50
170	10.500,00	CP	Ginkgo Biloba 80mg comp	0,86	9030,00
171	30,00	UN	Budesonida 64mcg/dose nasal c/120 doses	49,3533	1480,60
172	10.000,00	CP	Atorvastatina cálcica 10mg comp	1,48	14800,00
173	100,00	UN	Acetilcisteína 20 mg/ml 150ml	24,25	2425,00
174	100,00	UN	Hidróxido de Alumínio + Magnésio + Dimeticona frasco 240mL	18,96	1896,00
175	30,00	UN	Brometo de Ipratrópio 0,025% gotas 20mL	5,775	173,25
176	600,00	UN	Fenofibrato 250 mg	3,41	2046,00
177	6,00	UN	Brometo de tiotrópio 4mL c/60 doses + inalador	323,725	1942,35
178	180,00	UN	NISTATINA + OXIDO DE ZINCO 60 GR	15,59	2806,20
179	600,00	CP	Clorpromazina 25 mg cp.	1,60	960,00
180	300,00	UN	Succinato de Prucaloprida 2 mg	9,29	2787,00
181	3.000,00	CP	Paracetamol + Carizoprodol + Cafeína + Diclofenaco Sódico	1,01	3030,00
182	5.000,00	CP	Polivitaminicos e Sais Minerais	0,224	1120,00
183	2.000,00	CP	Amitriptilina 75mg comp	0,76	1520,00
184	150,00	UN	Hedera helix 15mg xarope c/100mL	8,00	1200,00
185	2.000,00	CP	Losartana + Hidroclorotiazida 100/25mg comp	16,11	32220,00
186	1.800,00	CP	Oxcarbazepina 300mg comp	0,49	882,00
187	5.000,00	CP	Levotiroxina Sódica 125mcg comp	0,76	3800,00
188	1.000,00	CP	Lamotrigina 50mg compr	0,70	700,00
189	600,00	CP	Lamotrigina 100mg compr	2,61	1566,00
190	2.000,00	UN	Plantago ovata envelope	2,75	5500,00
191	1.000,00	UN	Oxalato de escitalopram 10mg com 28 comp	3,00	3000,00
192	600,00	UN	Metotrexato 2,5 mg c/ 20 cp	2,52	1512,00
193	1.000,00	CP	Amilorida + Hidroclorotiazida 5/50mg comp	0,552	552,00
194	100,00	UN	Cloreto de Sódio + Benzalconio Gotas	0,67	67,00
195	300,00	UN	Cloreto de Sódio 0,9% spray nasal	8,43	2529,00
196	200,00	UN	Diclofenaco dietilamonio gel c/60g	14,045	2809,00
197	1.000,00	UN	cloridrato de tizanidina 2mg c/ 30comp	3,158	3158,00
198	300,00	CP	Espironolactona 25mg comp	0,99	297,00
199	1.000,00	CP	Baclofeno 10mg comp	0,47	470,00
200	1.000,00	UN	Tramadol 100mg solução injetável ampolas com 2mL	1,128	1128,00
201	30,00	UN	BROMAZEPAN 6 MG 20 CPR	0,112	3,36
202	30,00	UN	Haloperidol 5mg/mL ampola de 1mL	1,04	31,20
203	30,00	UN	Bromoprida 5mg/ml solução injetável ampola c/2mL	1,60	48,00
204	100,00	UN	Ranitidina 25 mg/ml	2,88	288,00
205	50,00	UN	Tenoxicam 20mg injetável EV/IM ampola	5,44	272,00
206	100,00	UN	Glicose 50% 10ml ampolas	2,08	208,00
207	30,00	UN	Epinefrina (Adrenalina) EV	2,96	88,80
208	30,00	UN	Amiodarona 50mg/ml inj ampola	1,60	48,00
209	600,00	CP	Sulfato de Hidroxicloroquina 400mg comp	1,58	948,00
210	50,00	UN	Tramadol 50 mg injetável EV	1,12	56,00
211	300,00	CP	Estradiol 1mg + drospirenona 2mg comp	3,16	948,00
212	360,00	UN	Lubrificante e Osmoprotetor da superfície ocular (carmelose + Glicerina), Flaconetes com 0,4 ml	2,70	972,00
213	240,00	CP	Clindamicina 300 mg	1,96	470,40
214	510,00	CP	Ondansetrona 8mg comp	1,84	938,40
215	270,00	UN	Enoxaparina sódica 40mg solução injetável seringa preenchida x 0,4ml	12,00	3240,00
216	360,00	CP	Desvenlafaxina 50mg comp	4,10	1476,00
217	400,00	CP	Flutamida 250mg comp	4,60	1840,00

218	100,00	UN	Prednisolona 3mg/mL xarope	3,16	316,00
219	50,00	UN	Vitaminas A + D frasco com 10ml	2,35	117,50
220	50,00	UN	Acido Valpróico susp. 100 ml	2,38	119,00
221	1.500,00	CP	Carbonato de lítio 300mg comp	0,175	262,50
222	2.000,00	CP	Loratadina 10mg comp	0,042	84,00
223	2.000,00	CP	Duloxetine 60mg caps	2,40	4800,00
224	600,00	CP	Haloperidol 5 mg comp	0,115	69,00
225	100,00	UN	Nistatina suspensão oral c/50mL	2,083	208,30
226	400,00	UN	ALBENDAZOL 4% 10 ML	1,05	420,00
227	10.000,00	CP	Anlodipina 5mg comp	0,022	220,00
228	1.500,00	CP	Montelucaste de sódio 10mg comp	0,5957	893,55
229	3.750,00	CP	Prednisona 20mg comp	0,19	712,50
230	1.000,00	UN	Sais de reidratação oral envelope	0,489	489,00
231	20,00	UN	Carbamazepina 20mg/mL xarope 100mL	5,77	115,40
232	280,00	CP	Divalproato de sódio 500mg comp	0,7954	222,71
233	360,00	CP	Mirtazapina 45mg comp	1,16	417,60
234	900,00	UN	ACIDO VALPROICO 500 MG 50 CPR	0,69	621,00
235	50,00	UN	ACEBROFILINA XPE PED. 120ML	2,75	137,50
236	50,00	UN	Aciclovir creme 10g	2,92	146,00
237	3.500,00	CP	Cilostazol 100mg comp	0,46	1610,00
238	3.750,00	CP	Cilostazol 50mg comp	0,25	937,50
239	3.750,00	CP	Ciprofibrato 100mg comp	0,41	1537,50
240	180,00	UN	Maleato de Bromofeniramina+Cloridrato de feniletrina 20 ml	7,40	1332,00
241	100,00	UN	Quelato de Ferro + Ácido Fólico + Vitamina B12 fraco c/150mL	15,00	1500,00
242	300,00	UN	Ibuprofeno 100mg c/20mL gotas	2,41	723,00
243	150,00	UN	Hidróxido de Alumínio 100mL	1,78	267,00
244	480,00	CP	Pregabalina 150mg caps	1,19	571,20
245	300,00	UN	Vitaminas A e D + Óxido de Zinco pomada assadura	2,30	690,00
246	1.800,00	CP	Clortalidona 12,5mg compr	0,072	129,60
247	1.440,00	CP	Biperideno 2mg comp	0,17	244,80
248	3.000,00	CP	Levotiroxina Sódica 88mcg comp	0,2099	629,70
249	80,00	UN	Cetoconazol + Betametasona pomada 30g	5,99	479,20
250	100,00	UN	Desloratadina 60mL	6,00	600,00
251	400,00	UN	CEFTRIAXONA SODICO 1G IM AMPOLA	3,08	1232,00
252	200,00	UN	ACEBROFILINA XPE ADULTO 120ML	4,13	826,00
253	1.500,00	CP	Acetato de DL-alfa tocoferol 400mg comp	0,36	540,00
254	1.800,00	CP	Amilorida + HCT 5/50mg comp	0,0948	170,64
255	50,00	UN	Cetoconazol creme 30 gr	1,5096	75,48
256	1.080,00	CP	Meclizina 25mg comp	1,00	1080,00
257	2.200,00	CP	Carbamazepina 400mg comp	0,136	299,20
258	2.700,00	CP	Alprazolam 0,5mg comp	0,107	288,90
259	1.000,00	CP	Buspirona 10mg comp	1,88	1880,00
260	50,00	UN	BROMIDRATO DE FENOTEROL 0.5% 20 ML GTS	2,48	124,00
261	1.800,00	CP	Cumarina 15mg + Troxerrutina 90mg comp	0,14	252,00
262	30.000,00	CP	Omeprazol 20mg caps	0,039	1170,00
263	30.000,00	CP	Paroxetina 20mg comp	0,165	4950,00
264	150,00	UN	Dimeticona 75mg/mL gotas 10mL	0,84	126,00
265	50,00	UN	Oleo Mineral frasco 100mL	1,80	90,00
266	7.000,00	CP	Extrato Seco de Valeriana officinalis 50mg comp	0,29	2030,00
267	300,00	CP	Albendazol 400mg c/1 comp	0,419	125,70

ANEXO II

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de ____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como PROCURADOR o Sr. ____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> _____,

<DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

Com reconhecimento da assinatura em cartório. ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. ____/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 10/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 08/2017

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 11.417.744/0001-22, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Edgar Brandini, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, RESOLVE registrar o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s), na ordem de classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(s), observadas as condições do edital e anexos que integram este instrumento e as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Registro de preços para eventual aquisição futura pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis/SC de medicamentos éticos, genéricos e similares para serem distribuídos gratuitamente aos munícipes na Unidade Básica de Saúde, de acordo com a necessidade, através de requisição do Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social, cuja descrição, quantidades e valores máximos são os seguintes:

1.2 – PRAZO DE ENTREGA: até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.3 - LOCAL DE ENTREGA: Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis (Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000).

1.4 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

1.5 - O licitante deverá entregar a marca e classificação cotada, sob pena de não ser aceito.

1.6 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

1.7 – Os medicamentos não poderão ter data de fabricação inferior a 12 meses;

1.8 - Os medicamentos cotados deverão ser provenientes de laboratórios devidamente certificados e/ou autorizados a fabricar pela ANVISA e Ministério da Saúde;

1.9 - Para controle na farmácia, os medicamentos ofertados deverão ter os mesmos nºs de lote, validade e quantidade que em suas respectivas notas fiscais.

1.10 - Integram a presente ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial n. 08/2017, Processo Licitatório n. 10/2017 e a proposta

apresentada pelo fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico "7.5" do edital.

3.6 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis (CNPJ 11.417.744/0001-22).

3.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis (CNPJ 11.417.744/0001-22) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados no tópico anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A presente ata, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis e ao Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DA ATA

5.1 - Esta ata terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

5.2 - Durante o prazo de validade da presente ata as empresas, a critério do Município de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

5.3 - Se a empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DA ATA

A presente ata de registro de preços está vinculada ao processo licitatório que a originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93, a Lei n. 10.520/02, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

7.1 - A execução desta ata será administrada e gerenciada pelo Secretário requisitante do objeto.

7.2 - O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

7.3 - Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 01 (OBJETO) desta ata.

7.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

8.1 - A presente ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

8.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar esta ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no edital e tópico 01 (OBJETO) desta ata;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13.1 - À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

13.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos medicamentos fornecidos, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desta ata, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... de... 2017.

Fundo Municipal de Saúde Edgar Brandini Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
--	--

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 53/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 53/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: FNL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 05.150.405/0001-20, estabelecida Rua Santa Cruz, 155 Salas 04 e 05 Centro Lages/SC CEP 88.501-030

Resolvem celebrar este 5º termo aditivo ao Contrato nº 53/2016, Conforme parecer Jurídico n. 622/2017, Processo Licitatório nº 87/2016, correlato à Tomada de Preços nº 11/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 21/06/2016 e homologada em 08/07/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de meia parede de alvenaria, pilares e preenchimento de vidros nos espaços de circulação do CEIM Valéria Guimarães Góss, localizada na Rua Maria Amélia de Souza Ramos, s/n. Bairro Guarujá – Lages / SC.

Conforme Solicitação de Acréscimo, efetuada pela Secretaria de Planejamento e obras, Ofício nº 071/2017, e com parecer Jurídico nº 622/2017 favorável, ADITA-SE ao valor inicialmente contratado a quantia de R\$ 12.650,02 (doze mil seiscentos e cinquenta reais e dois centavos).

As demais cláusulas e condições ora contratadas permanecem inalteradas.

Lages, 10 de julho de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

PP 72/2017 PML, PP 68/2017 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 72/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Clínicos em Ortopedia e Traumatologia, para atendimentos de urgência e emergência durante os 57º Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecerão de 03 a 11 de novembro de 2017.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 30/08/2017 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Modalidade: Pregão Presencial 68/2017 PML

Objeto: Contratação Empresa para Prestação de Serviços de Confeção, Montagem, Manutenção, Desmontagem e Armazenamento de Elementos de Decoração de ruas, praças e equipamentos para o Natal Felicidade 2017.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 31/08/2017 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Os Editais serão disponibilizados no site www.lages.sc.gov.br, sem ônus, ou no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Lages, 11 de agosto de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

REVOGAÇÃO PP 58/2017 PML

REVOGAÇÃO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017 PML

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

O Município de Lages, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Fazenda, fundamentado na justificativa apresentada pelo Secretário de Agricultura e Pesca, embasado no Parecer da Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torno público aos interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em comento. Publique-se,

Lages, 11 de agosto de 2017.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DO PP 09/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE PROCESSOS LEGISLATIVOS EM PLATAFORMA WEB, COM ENVIO EM TEMPO REAL PARA O PORTAL DA CÂMARA; TRANSMISSÕES DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EM ÁUDIO E VÍDEO; PORTAL PARA O PODER LEGISLATIVO, INTEGRANDO AS INFORMAÇÕES DO SISTEMA E ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO; VOTAÇÃO ONLINE; DIÁRIO OFICIAL E CERTIFICAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS; PARA TODA A ESTRUTURA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS DO EDITAL.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverá ocorrer até às 13h30min do dia 23/08/2017, no Depto. de Compras da Câmara municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC.

A ABERTURA DO CERTAME será dia 23/08/2017 às 13h:30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras da Câmara Municipal de Vereadores ou maiores informações pelo fone (49) 3251-5422.

Lages (SC), 10 de agosto de 2017.

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER-PRESIDENTE

PREFEITURA

Cargo: PSICÓLOGO
 POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
 001 076624 NICOLE TRINDADE BORTOLUZZI
 002 076937 KARLLA HEINZ
 003 026845 FRANCIANE RECH DA SILVA
 004 076919 ALVARO FERNANDES AVILA
 005 035291 AMABÍLE DAS NEVES INACIO
 006 038159 MARCELE RUBLESCKI SILVEIRA BRESSANE

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº. 002/ 2017 - SECRETARIA DE SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA-SC, torna pública a Homologação do Resultado final do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO para candidatos inscritos e classificados, conforme anexo, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPEUSUL, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos, no quadro de pessoal da Administração Municipal em consonância com o § 4º, Artigo 198 da Constituição Federal de 1998 e Lei Federal nº 11.350/2006, objeto do Edital 02/2017 de 23 de Maio de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Laguna – SC, 02 de Agosto de 2017.

MAURO CANDEMIL
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - MICRO ÁREA 5 (MAR GROSSO)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 076945 MARIA ALEIDA FISCH PEREIRA
 002 075055 BEATRIZ BORTOLATO
 003 077006 ANDREA NUNES MONTEDO
 004 076212 MICHELLE PACHECO MENDONCA
 005 075921 PAULA ESTELA GURGEL DO AMARAL LIMA
 006 075442 GIULLIANA PEREIRA DE QUADRA
 007 074503 NATHALIA BIANCA DA CRUZ
 008 074811 KARINE VARGAS DA SILVA AMORIM
 009 076138 JONATAS BONAZZA GUEDES
 010 075744 KIM OREANO BORGES DUARTE
 011 075204 ENRICO OREANO BORGES DUARTE
 012 074716 MARIA ELIAS ALVES
 013 074791 PAULA MARCAL SOUSA
 014 075268 ALINE MONTEIRO RIBEIRO
 015 075506 CLAUDETE NUNES GOMES
 016 076968 MARIANA DA SILVA
 017 076939 AMANDA SILVA BENTO
 018 074519 BRUNA STEPHANI PIRES MARCELINO
 019 074497 FLAYANE RICARDO RIBEIRO
 020 076066 ALEXANDRE DOS SANTOS PONTES
 021 008051 HELOISA CARDOSO DE OLIVEIRA
 022 076828 SORAIA CAPOVAL ALBINO
 023 076961 RUTE MARIA SILVA DOS SANTOS
 024 076305 ROSANI TERESINHA DIAS CARDOSO
 025 075241 PAULA RARINY DE SOUZA
 026 075902 DANIELLE ALFREDO FERNANDES

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - MICRO ÁREA 8 (BARRANCEIRA)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 029585 ADELIA ESTEVAM DE ANDRADE
 002 006766 JANAINA VIANA BATISTA
 003 009765 TAIANA VIEIRA CONINK
 004 009472 ANELISE NASCIMENTO
 005 075889 MARA REGINA MOTA VALERIO KUCZERA
 006 029307 NATHIELLE DIAS MACIEL
 007 029580 ANGELICA DA SILVA MATOS FARIAS
 008 074578 EDUARDA DE SOUZA SANTOS
 009 029663 STEFANIA SILVA DE OLIVEIRA
 010 029311 LORENA MARTINS FERNANDES

011 077010 PALOMA LOPES URBANO
 012 074493 SAMANTA DE JESUS DOS SANTOS
 013 075872 GRAZIELE RAMOS DE SOUZA
 014 074823 LARISSA DE SOUZA CUSTODIO
 015 075969 RODINEI VINICIUS CUSTODIO
 016 074575 KATIA JERONIMO NASCIMENTO

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - MICRO ÁREA 8 (CAPUTERA)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 074814 FERNANDA WOLFF DE MIRANDA
 002 074680 MARA BEATRIZ VIQUE DE OLIVEIRA
 003 075191 JURACI DE SOUZA MARTINS
 004 029740 OSMARINA DOS SANTOS SILVA
 005 075371 JANAINA LIMA SILVA DA SILVA SCHAFER
 006 076419 SHIRLEI TOME SOARES
 007 076865 THAIS FERNANDES ROSA
 008 075013 ROBERTO CARLOS JOAO

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - MICRO ÁREA 8 (PORTINHO)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 076707 THAMIRES MALDONADO CASTRO
 002 074537 IGOR PONTELHO GUTTERRES
 003 075167 ALANA FIGUEIREDO RAMOS
 004 028633 ALCIDES MAURICIO DE MELO JUNIOR
 005 076128 MARJARA MONTEIRO CORREA VIEIRA
 006 076220 PAOLA MULLER
 007 074386 FLAVIA DA SILVA FRANCISCO
 008 008710 CARMEN LUCIA LARANJEIRA DE MIRANDA
 009 009342 DEIVID SILVEIRA PACHECO
 010 076923 GABRIELA TRAJANO GARCIA
 011 075110 CAROLINA LUCHINA CORREA
 012 008872 ADRIANA ALVES BOTELHO
 013 009012 ANELIZE DA SILVEIRA
 014 074488 ESTER FERNANDES MACIEL
 015 029315 JULIA DE SOUZA MIRANDA
 016 074411 KARYNE DA SILVA ALFONSO
 017 076954 LUCAS FIGUEIREDO FONSECA
 018 076098 LARISSA CARDOSO ALBINO
 019 074815 ELAINE RODRIGUES DE OLIVEIRA PASSOS

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - ÁREA 2 (CAMPO DE FORA)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 074824 WILLIAN SA DIAS
 002 076120 MATHEUS NUNES MACHADO
 003 009478 ANDREA FERNANDES CARDOSO GODINHO
 004 006928 TATIANNIA RAFAEL
 005 075073 JULIANA DE AGUIAR DUARTE
 006 074602 ANDREZZA COSTA MOTA
 007 077014 LETICIA DOS PASSOS MARQUES
 008 074909 IARA MARIANO EUCLIDES
 009 074734 EMERSON PEREIRA CARNEIRO
 010 076944 BRUNA RODRIGUES ONESZKO

Cargo: AGENTE DE COMBATE ENDEMIAS

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 006672 ANDRE FERNANDO MACHADO JUNIOR
 002 071655 DANNY WOITUSKI
 003 008717 GIOVANI MACHADO MARTINS JUNIOR
 004 060510 FELIPE GUSTAVO DA ROSA
 005 074277 MARCELO CORREA
 006 074514 GEYSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
 007 076224 JOSE ISRAEL BARBOSA DE JESUS
 008 009177 RONALDO NUNES PACHECO FILHO
 009 075856 LUIS HENRIQUE CAMILO ALVES
 010 074623 ISADORA COSTA RECHIA
 011 042336 JOAO PAULO DE OLIVEIRA RODRIGUES

012 076965 IRENE ELISA SILVANO MONTEIRO
013 074486 JAIR ALVES JUNIOR
014 075973 GISELE DA SILVA MACHADO DE OLIVEIRA
015 041984 RODRIGO BECKER DE MEDEIROS
016 075486 SANDRO ALVES ELIAS
017 076943 FELIPE ALDAO ALVES
018 077025 GABRIELA REBELLO DUARTE
019 075113 RAFAEL DO CARMO FERREIRA
020 007648 JORGE BITENCOURT JUNIOR
021 074319 BRUNA CANDIDO PIRES
022 074846 FLAVIO BRASILIENSE DA SILVA
023 075886 MARCELO MARIANO EUCLIDES
024 075214 LARISSA DA SILVA MARTINS
025 076644 LUIS CARLOS RODRIGUES FLAUSINO
026 074380 VIVIANE DOS SANTOS
027 074777 VITOR MEDEIROS JACINTO
028 075986 PEDRO HENRIQUE SABINO TEODORO
029 076980 ROGERIO AGOSTINHO RAMOS
030 074595 BIANCA DA SILVA JOAO FORTES
031 074933 ELAINE CRISTINA MORAIS LOPES SIMON
032 075548 WILLIAN ESMERIO MOTTA
033 008168 MAICON MARIANO EUCLIDES

PORTARIA Nº 812/2017

PORTARIA RH Nº 812/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, SUELY FORTUNATO ZAGO, para exercer o cargo de Secretário Adjunto de Turismo, Lazer e Comunicação, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 815/2017

PORTARIA RH Nº 815/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR THAIS JERÔNIMO JOÃO do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Habitação, DS 3, com lotação na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 002/2017 - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

PORTARIA 02/2017 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Laguna, MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, DETERMINA:

Considerando as informações de que o Município encontra-se negativado junto ao sistema CAUC/SICONV/CADIN/SIAFI em razão da ausência de prestação de informação e entrega de documentos referentes a: a) Convênio SIAFI nº. 482682 (Processo original nº. 70000.000657/2003-11) firmado com o Ministério da Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do ano de 2003; b) Convênio SIAFI nº. 601793 (Convênio nº. 063/2007) firmado com o Ministério da Pesca e Agricultura do ano de 2007; c) Convênio 701102 firmado com o Ministério da Pecuária, Agricultura e Abastecimento, do ano de 2008; e a possibilidade de infração ao art. 78 e s. da Lei Complementar nº. 136/06.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado o INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apuração de possíveis infrações ao art. 78 e s. da Lei Complementar nº. 136/06, em virtude da ausência de prestação de informação e entrega de documentos referentes a: a) Convênio SIAFI nº. 482682 (Processo original nº. 70000.000657/2003-11) firmado com o Ministério da Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do ano de 2003; b) Convênio SIAFI nº. 601793 (Convênio nº. 063/2007) firmado com o Ministério da Pesca e Agricultura do ano de 2007; c) Convênio 701102 firmado com o Ministério da Pecuária, Agricultura e Abastecimento, do ano de 2008;

Art. 2º. Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 3º. A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes membros titulares: ANTONIO SILVEIRA FILHO, assessor especial, comissionado; CAROLINA RODRIGUES VILLA, auxiliar administrativa, matrícula nº. 457.501; SYLLAS TIMOTEO MARIZ MELO, assistente administrativo, matrícula nº. 407.101.

Parágrafo Único - A presente comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno.

Art. 4º. Fica determinada a abertura de processo administrativo pela comissão processante ora nomeada.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna/SC, 1 de agosto de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 012/2017- CMS

Resolução nº. 012/CMS 2017

APROVADO

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº. 1.802 de 01 de janeiro de 2015 e seu regimento interno, RESOLVE.

Art. 1º Aprovar a indicação do Conselheiro Representante dos Usuários pela Associação de Moradores do Estreito, a senhora Selma

Serafim, em substituição a Conselheira Representante dos Usuários pela Associação do Perrixil, a senhora Maria Regina Marçal Flores, na Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Saúde de Laguna no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir efeitos a partir de sua publicação.

Homologo em 26 de julho de 2017.

Sebastião Ferreira Nunes
Presidente do CMS/Laguna

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal de Laguna

Lajeado Grande

PREFEITURA

LEI Nº 716/2017 DE 09 DE AGOSTO DE 2017 DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei nº 716/2017

De 09 de Agosto de 2017

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de LAJEADO GRANDE para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo, estando expressas nos Anexos desta Lei.

Art. 2º - As Planilhas que compõem o Plano Plurianual representados nos Anexos referido no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Função, Sub-função, Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Tipo de ações (Projeto, Atividade, Operações Especiais), Produto, Unidade de Medida, Meta e indicação da Fonte de Recursos e seus detalhamentos.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei considera-se:

I - Função - como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Sub-função - a sub-função representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Diagnóstico - a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V - Diretrizes - conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VI - Objetivos - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

VII - Ações - o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VIII - Tipo - projeto, atividade e operações especiais;

IX - Produto - os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

X - Unidade de Medida - identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;

XI - Metas - os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

XII - Fonte - identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa;

XIII - Detalhamento de Fonte - ultimo nível, sendo opcional, detalhando a fonte de recurso.

Art. 3º - Integrarão a presente Lei, Anexos, com a especificação dos programas, demonstrativo com as tabelas de identificação de Idusos, fontes de recursos, receitas primárias, receitas não primárias e detalhamento das fontes de recursos, e anexos com especificações das receitas e respectivas fontes com seus detalhamentos.

Art. 4º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual ou Projeto de Lei específica.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programas.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibiliza-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º - As ações serão identificadas em Tipo "0" (Zero) - Operações Especiais, Tipo "01" (Um) - Projeto e Tipo "02" (Dois) - Atividades

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos e seus detalhamentos.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 11 - As receitas de Transferências de Capital da União e Estado, serão orçadas em cada Projeto com valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada fonte e poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura

do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo Único: As metas fiscais de cada projeto e a indicação dos recursos próprios serão previstos pelo valor real e meta real.

Art. 12 - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 13 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
em 09 de Agosto de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 PREGÃO
PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2017
PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O
RECOLHIMENTO E DESTINAÇÃO ADEQUADA DE
ANIMAIS MORTOS**

Município de Lajeado Grande

O Município de Lajeado Grande – SC, torna público a todos os interessados que de acordo com a Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, encontra-se aberto o Processo Licitatório 030/2017, na modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preço nº 025/2017 para contratação de empresa para o recolhimento e destinação adequada de animais mortos. O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á até a data de 25 de agosto de 2017, às 08h30min, no Setor de Licitações e Contratos. Maiores informações e/ou a íntegra do presente edital poderão ser obtidas junto a Administração Municipal, sito a Rua Vitória, n. 503, Centro, Lajeado Grande, CEP: 89828-000, de Segunda à Sexta-Feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo fone 0xx49-33550012, ou ainda pelo Site www.lajeadogrande.sc.gov.br Lajeado Grande, em 10 de agosto de 2017.

CLODOALDO SQUINA
Pregoeiro

Lauro Muller

PREFEITURA

COMUNICADO AUDIENCIA

COMUNICADO

VALDIR FONTANELLA, Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 08h30min do dia 30 de Agosto de 2017, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, Fundo Municipal de Saúde e Hospital Municipal Henrique Lage.

Lauro Müller/SC, 10 de Agosto de 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 10 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/HMHL/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/HMHL/2017

Data e horário da sessão de abertura: 24/08/2016 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição gêneros alimentícios e gás de cozinha para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage para o exercício de 2017, conforme especificações (Anexo I – Termo de Referencia do edital).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações do Município de Lauro Muller, no horário das 08h00min as 12h00min e 13h00min as 17h00min, ou pelos telefones (***48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com

Lauro Muller – SC, 10 de agosto de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 25/08/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP e Acesso a Internet Banda Larga em Celulares, com a disponibilização em comodato de Estações Móveis Celulares, para atendimento da Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as

Lebon Régis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017 - PREGÃO Nº PR25/2017

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017 - Pregão Nº PR25/2017

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do Pregoeiro Oficial nomeado pelo Decreto nº 27/2017, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: A presente licitação visa à contratação de pessoa jurídica para fornecimento parcelado de PEDRA BRITA BICA CORRIDA E RACHÃO, para recuperação das rodovias vicinais do Município, numa extensão de 40,6 Km, através do Convênio nº 2017TR1082, celebrado entre o Município e o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador - Processo nº ADR 10 00001157/2017, conforme plano de trabalho, memorial descritivo e especificações contidas neste Edital. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09h:00 do dia 24/08/2017. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 08/08/2017.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro

DECRETO Nº. 061/2017 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 061/2017 de 09 de agosto de 2017.

"DECLARA A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM PROCESSO LICITATÓRIO E DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS".

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando:

As irregularidades apuradas no processo licitatório nº 35/2015, pregão presencial nº 14/2017;

A necessidade de lançamento de novo procedimento licitatório para aquisição dos materiais para execução de serviços públicos; O disposto no art. 87, III da Lei 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam as Empresas ELIMAR ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 09.077.085/0001-80, com sede na Rodovia SC-303, km 177,5, Linha Gramado, Rio das Antas/SC, DEOCIR BOESING – ME, inscrita no CNPJ nº 07.515.006/0001-40, com sede na Rodovia SC-135, Vila Bressan, Pinheiro Preto/SC e CONCRETOS CRUZEIRO IND. & COM. LTDA, inscrita no CNPJ nº 75.493.908/0001-83, com sede na Rua Tirolesa, 240, Joaçaba/SC, SUSPENSAS TEMPORARIAMENTE, pelo período de 02 (dois) anos, de participar de procedimentos licitatórios e de firmar contratos com o Município de Lebon Régis.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 062/2017 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 062/2017 de 10 de agosto de 2017.

"DESIGNA O FISCAL DE CONTRATOS DO MUNICÍPIO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Sr. Flavio Büher Machado Neto para exercer a função de Fiscal de Contratos do Município e demais órgãos da Administração Municipal.

Art. 2º. Fica revogado o art. 4º do Decreto nº. 027, de 28 de março de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 10 de agosto de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2017 - PREGÃO PRESENCIAL PR 14/2017 - OBJETO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2017 - PREGÃO PRESENCIAL PR 14/2017 - OBJETO:

Aquisição de artefatos de concreto

DECISÃO

Tendo em vista a gravidade dos fatos descritos na Ata de Julgamento de fls. 111, acolho a recomendação da comissão de licitações e anulo o presente processo licitatório.

Publique-se.

Lebon Régis, 17 de julho de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

Leoberto Leal**PREFEITURA****CONTRATO Nº 035/2017 - PMLL**

CONTRATO Nº 035/2017 – PMLL

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 013/2016 – Aditivo de Preço.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20 - Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor Vitor Norberto Alves.

CONTRATADA: A BETHA SISTEMAS LTDA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Pessoa, 134 - Centro, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo Senhor ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR.

Considerando, a necessidade de implantar o sistema de Recursos Humanos em virtude das exigências para utilização do sistema do e-social;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 015/2016, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2016 – Aditivo de Preço, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 010/2016, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 013/2016, passa a vigorar com o acréscimo do Item 10 com a seguinte redação:

“CLAUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL”.

10 – “O Aditivo de Contrato nº 035/2017, tem por objeto a implantação do Sistema de Recursos Humanos e o reajuste no preço da locação do referido sistema, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data o valor mensal conforme tabela abaixo:”

Item	Descrição do Serviço	Preço Unitário Anterior R\$	Preço Unitário Reajustado R\$
17	Recursos Humanos	380,00	400,44

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 013/2016, do Processo de Licitação nº 015/2016, modalidade Pregão Presencial nº 010/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 013/2016.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

[
Leoberto Leal/SC, 10 de agosto de 2017.

--	--

CONTRATANTE:

VITOR NORBERTO ALVES PREFEITO MUNICIPAL	
--	--

CONTRATADA:

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR
BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017

TIPO: "Menor Preço por Lote". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para o conserto do motor e componentes relacionados ao veículo Ambulância UTI Móvel, placa MHN 1749, diesel, Sprinter ano 2009, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 017/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 23 de agosto de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 10/08/2017. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 98/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

TOMADA DE PREÇO N.º 98/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ARTUR HERMANN. COM EXTENSÃO DE 192,21M (0+3,47M ATÉ 9+15,68M), REATERRO DOS PASSEIOS DE 750,57M² E AREA DE PAVIMENTAÇÃO DE 1548,43M². Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 28/08/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 28/08/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 10 de agosto de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ARP PML Nº 065.17

1º TERMO DE APOSTILAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 065/2017
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 034/2017
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 020/2017

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, denominado CONTRATANTE, a empresa TIAGO PIRES DE MELO ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Severino Fuga, nº 117, Fundos, Bairro Vila Pedrini, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.782.188/0001-56, neste ato representada por TIAGO PIRES DE MELO, brasileiro, maior, capaz, portador da cédula de identidade nº 4.434.562 e inscrito no CPF/MF sob o nº 041.284.089-02, denominado FORNECEDOR 8, RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, §8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 065/2017, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, reajustar o valor dos itens 74 e 75 (GLP DE GÁS P-45), com base na Cláusula 2.2. da ARP n. 065.17, a partir de 10

de agosto de 2017, passando a vigorar o valor unitário dos itens em R\$ 279,30 (duzentos e setenta e nove reais e trinta centavos).

CLAUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 de agosto de 2017.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

TIAGO PIRES DE MELO
TIAGO PIRES DE MELO ME
FORNECEDOR 8

TESTEMUNHAS:

Nome legível:
RG:
CPF:

Nome legível:
RG:
CPF:

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - EDITAL SME 001/2017 - PNAIC

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA COORDENADOR E FORMADORES LOCAIS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA EDITAL SME Nº 001/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização do Processo de Seleção Interna para Coordenador e Formadores Locais do Pacto Nacional pela Alfabetização Na Idade Certa Edital SME Nº 001/2017 - Edital nº 001/2017, e não havendo pendências quanto a recursos depois de decorridos os prazos legais, HOMOLOGA o RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA COORDENADOR E FORMADORES LOCAIS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, destinado a selecionar candidatos para atuarem como Orientadores de Estudo no Curso de Formação Continuada para Professores Alfabetizadores, conforme previsto no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, instituído através da Portaria MEC nº 867, de 04 de julho de 2012.

Coordenador Local

Inscr.	Candidato	Títulos e demais documentos	Pontos	Colocação
01	Viviane Cristina Dellai Piaia	Certificado do curso em nível de graduação na área da educação	05 (cinco) pontos	1º
		Certificado do curso em nível de pós-graduação na área da educação (Especialização)	05 (cinco) pontos	
		Certificado de participação na formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	15 (quinze) pontos.	
		Tempo de atuação na docência nos Anos Iniciais ou na Educação infantil (conforme se inscrito para Coordenador ou Formador) na Rede Municipal de Ensino de Luzerna	10 (dez) pontos.	
TOTAL		35 pontos		

Formador Local - Educação Infantil

Inscr.	Candidato	Títulos e demais documentos	Pontos	Colocação
02	Eliane Noeli Spier Vanin	Certificado do curso em nível de graduação na área da educação	05 (cinco) pontos	1º
		Certificado do curso em nível de pós-graduação na área da educação (Especialização)	05 (cinco) pontos	
		Tempo de atuação na docência nos Anos Iniciais ou na Educação infantil (conforme se inscrito para Coordenador ou Formador) na Rede Municipal de Ensino de Luzerna	10 (dez) pontos.	
T O T A L		20 pontos		

Formador Local - 1º ao 3º ano

Inscr.	Candidato	Títulos e demais documentos	Pontos	Colocação
01	Giovane Amaral Mayer	Certificado do curso em nível de graduação na área da educação	05 (cinco) pontos	1º
		Certificado do curso em nível de pós-graduação na área da educação (Especialização)	05 (cinco) pontos	
		Certificado de participação na formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	15 (quinze) pontos.	
		Tempo de atuação na docência nos Anos Iniciais ou na Educação infantil (conforme se inscrito para Coordenador ou Formador) na Rede Municipal de Ensino de Luzerna	06 (seis) pontos.	
T O T A L		31 pontos		

Luzerna(SC), 10 de agosto de 2017.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU
Secretária e Educação Cultura e Esportes

Fica HOMOLOGADO definitivamente o RESULTADO FINAL do PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA COORDENADOR E FORMADORES LOCAIS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, Edital nº SME nº 001/2017 de 01 de agosto de 2017.

Luzerna(SC), 10 de agosto de 2017.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PL 063/2017 - DL 011/2017 - CARTÃO DE PAGAMENTOS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Aviso de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório 063/2017
Dispensa 011/2017

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, neste ato representado pelo seu Prefeito Moisés Diersmann, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade 3427769 e CIC 024.651.199-07, residente e domiciliado em Luzerna (SC), junto ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, neste ato representado por seu Secretário de Saúde Sr. Luis Fernando Dahmer Peruchini, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 4.620.388 e CIC nº 060.234.739-46, residente e domiciliado Joaçaba (SC) designado CONTRATANTE e o BANCO DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.000.000/0001-91, com sede no SBS - Quadra 4, Bloco A, lote 25, Ed. Sede I, 9º andar, Brasília/DF, neste ato representado pelo Sr. Eduardo Luiz Signori, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade n.º 17025567, expedida por SESP SC e do CPF n.º 516.522.779-00, residente e domiciliado em Joaçaba (SC), denominado CONTRATADO, têm como justo e contratados, com dispensa de licitação fulcrada no art. 24, inciso VIII, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, destinada a prestação de serviços relativos à emissão e administração de cartão de pagamento para utilização pela administração direta e autárquica do município de Luzerna, em saques e como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços, pelo período de 12 (doze) meses. A utilização do cartão eletrônico de pagamento pelo Município de Luzerna e Fundos Especiais, recai também para o uso em adiantamentos principalmente em viagens por motivo de segurança e facilidade de controle e prestação de contas.

Valor contratado: R\$0,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, VIII.

Luzerna (SC), 10 de agosto de 2017.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PL 064/2017 - PP 043/2017 - MATERIAIS ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 064/2017 - PML

Pregão Presencial nº 043/2017 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de materiais elétricos destinados à instalação de pontos de iluminação pública, bem como materiais de construção, ferramentas e equipamentos destinados à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, para a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações em Anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 8h30min do dia 23 de agosto de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h40min do dia 23 de agosto de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4045

DECRETO Nº. 4045
Data: 07.08.2017

REVOGA O INCISO XIII DO DECRETO 3995 DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Revoga-se Inciso XIII do decreto nº 3995 de 20 de Janeiro de 2017 o qual estabelece feriado Estadual.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 07 de Agosto de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para serviço de desmonte de rocha por explosivo, incluindo perfuração carregamento de explosivos e detonação, dentro do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 29/08/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009.

Mafra (SC), 10 de agosto de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de motocicletas para Agentes de Endemias, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 31/08/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 10 de agosto de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para realização de transporte de pacientes que realizam tratamento e consultas fora do município, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 04/09/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009.

Mafra (SC), 10 de agosto de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material de expediente para Secretaria Municipal de Saúde através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/09/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 10 de agosto de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ração e insumos agrícolas, destinados a Escola Agrícola "Prefeito José Schultz Filho", através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 28/08/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 10 de agosto de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando Pregão Presencial para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana, através da Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com recursos do FUNSAB, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 24/08/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 e 3642-4009.

Mafra (SC), 10 de agosto de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 096/2016

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 096/2016

Contrato nº: 096/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: KSM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS FERROVIARIOS LTDA-EPP

CNPJ nº 04.842.347/0001-32

Modalidade Processo Licitatório n.º 370/2016. Tomada de Preços nº 013/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 15 de março de 2017.

Valor do Termo Aditivo: R\$ 19.240,00 (dezenove mil duzentos e quarenta reais).

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 001/2015

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 001/2015

Contrato nº: 001/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CNPJ nº 01.650.178/0001-40

Modalidade Processo Licitatório n.º 601/2014. Concorrência Pública nº 002/2014.

Data Assinatura do termo aditivo: 10 de agosto de 2017.

Valor do Termo Aditivo: R\$ 266.971,50 (duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).

Foro: Comarca de Mafra

HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, o RESULTADO do Processo Licitatório nº 245/2017 – Tomada de Preço nº 003/2017, referente à execução de obra de pavimentação na Rua Dom Pedro II e Rua Vitor Konder, conforme Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal nº 1.030.313-57/2016 SIAFI 830463, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais

documentos constantes no presente processo licitatório, através da através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
Empresa vencedora: EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA – EPP
Valor: R\$ 274.853,66 (duzentos e setenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos).

Mafrá (SC), 10 de agosto de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4274

Lei nº. 4.274

DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MAFRA, COM RECURSOS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) A REPASSAR VALORES PARA O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC) DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafrá, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Município de Mafrá, com recursos financeiros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, a repassar valores ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, para o financiamento dos projetos “Projetando o Futuro Profissional dos Adolescentes Mafrenses” e “Qualificando para o Mercado de Trabalho e Elevando a Autoestima das Pessoas com Deficiência”.

Art. 2º. O repasse será no valor global de R\$ 108.527,80 (cento e oito, quinhentos e vinte e sete mil reais com oitenta centavos, a serem pagos em 05 (cinco) parcelas de igual valor a partir do mês de agosto de 2017.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafrá/SC, 08 de agosto de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4275

Lei nº. 4.275

DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER RECURSOS FINANCEIROS, BENS E SERVIÇOS, EM FORMA DE DOAÇÃO, PARA VIABILIZAR A ORGANIZAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E DE LAZER ALUSIVOS ÀS DATAS FESTIVAS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafrá, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Município de Mafrá a receber valores em dinheiro, bens móveis e serviços em forma de doação para viabilizar a organização e a realização de eventos culturais e de lazer alusivos às datas festivas do Município.

Art. 2º. Os valores recebidos para fins de cumprimento desta lei deverão ser recebidos em conta própria, com contabilidade específica e destinação vinculada.

Art. 3º. Os bens eventualmente doados para cumprimento desta lei serão incorporados ao patrimônio do município nos termos da legislação específica.

Art. 4º. Esta lei será regulamentada por Decreto Municipal em até 30 (trinta) dias a contar da data da publicação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafrá/SC, 08 de agosto de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4277

Lei Nº. 4.277

DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A DISTÂNCIA MÍNIMA PARA PLANTIO DE ÁRVORES EXÓTICAS NA LINHA DIVISÓRIA DOS IMÓVEIS NO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafrá, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O plantio de espécies vegetais exóticas de grande porte em propriedades particulares e públicas deverá obedecer além da legislação ambiental, o disposto nesta lei.

Art. 2º. Quando o plantio ocorrer em áreas de divisa dos respectivos imóveis deverá ser respeitado uma distância mínima de 10 metros entre o término do plantio e a linha divisória dos imóveis, salvo por anuência expressa do proprietário do imóvel confinante com o plantio.

Parágrafo Único - Aplicação desta lei também se dá para divisa com estradas municipais e estradas vicinais.

Art. 3º. Fica autorizado o Poder Executivo, mediante decreto, disciplinar a forma de fiscalização e aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento desta lei.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Mafrá, 09 de agosto de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4278

Lei Nº. 4.278

DE 09 DE AGOSTO DE 2017

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO CICLISMO NO CALENDÁRIO DO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafrá, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Semana de Incentivo ao Ciclismo no Município de Mafrá, a ser celebrada anualmente de 18 a 22 de setembro.

Parágrafo Único - A data ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Mafrá.

Art. 2º. São os objetivos desta Semana:

- I – Difundir o uso da bicicleta, tanto na forma de exercício físico, quanto como meio de transporte;
- II – Promover a conscientização da importância do ciclismo e da prática de esportes como instrumentos de qualidade de vida;
- III – Buscar soluções para a viabilização de vias exclusivas para os ciclistas, trazendo assim melhorias para o trânsito;
- IV – Desenvolver o mútuo respeito entre ciclistas, motoristas e pedestres.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 09 de agosto de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4279

LEI Nº. 4.279
DE 09 DE AGOSTO DE 2017
DISPÕE SOBRE NORMAS REFERENTES AO PLANTIO DE EUCALIPTOS E OUTRAS ÁRVORES DE GRANDE PORTE EM ÁREAS ONDE PASSA A REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido que a distância mínima para o plantio de novas árvores de grande porte (eucalipto e pinus), junto à rede de distribuição de energia elétrica do Município de Mafra/SC, será de 25 (vinte e cinco) metros, em relação ao eixo da rede.

Parágrafo Único - O proprietário poderá nesta área de recuo plantar vegetação de pequeno porte como erva-mate, árvores frutíferas, pastagens ou culturas anuais, com até 2 (dois) metros de altura.

Art. 2º. As árvores mencionadas no Artigo 1º que já estiverem plantadas e não obedecerem à distância regulamentar estabelecidas, deverão ser cortadas por seus proprietários, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação da presente Lei.

Parágrafo Único - As árvores nativas existentes que estiverem dentro dos limites da presente Lei, somente poderão ser cortadas mediante autorização expressa do órgão ambiental competente.

Art. 3º. O desrespeito à presente Lei, acarretará aos responsáveis pelo plantio das árvores, o pagamento por todo e qualquer

dano que por ventura ocorrer devido à queda ou outro problema ocasionado pela árvore plantada.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 09 de agosto de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4280

LEI Nº. 4.280
DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA LEI Nº 4159, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O parágrafo único do art. 2º da Lei Municipal nº 4.159, de 04 de dezembro de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único - O evento esportivo mencionado no caput deste artigo será realizado anualmente, no dia 15 (quinze) do mês de novembro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 09 de agosto de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/FMS/2017 - PREGÃO 006/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/6

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 05/05/2017 Válido até: 05/05/2018 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	ABAIXADOR DE LINGUA DESCARTAVEL C/ 100 UN	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	ESTILO	5,3700	1
2	ADESIVO DENTINÁRIOFOTOPOLIMERIZÁVEL	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	FGM	115,2800	1
3	ALGODAO ROLETE	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	CREMER	2,5700	1
4	ANESTÉSICO INJETÁVEL ARTICAINA	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	DFL	118,5500	1
5	ANESTÉSICO INJETÁVEL LIDOCAÍNA	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	DFL	77,6200	1
7	ANESTESICO SPRAY A BASE DE LIDOCAINA	FR	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	CRISTALIA	80,1000	1
8	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAINA	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	DFL	6,9400	1
9	ANIMAL DE PELÚCIA COM ALTURA DE 40CM	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	DEXPRESS	331,0500	1
10	BABADOR ODONTOLOGICO DESCARTÁVEL C/ 100 UN	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	SSPLUS	14,7200	1
11	BICARBONATO SÓDIO	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MAQUIRA	11,6500	1
12	BOBINA DE EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO 100MMX100M	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	HOSPFLEX	56,2500	1
13	BOBINA DE EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO 50MMX100M	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	HOSPFLEX	34,1500	1
14	BROCA 1011	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MICRODONT	6,4700	1
15	BROCA 1012	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MICRODONT	6,4700	1
16	BROCA 1014	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MICRODONT	6,4700	1
17	BROCA 2200 FF	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MICRODONT	6,4700	1
18	BROCA 3168 FF	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MICRODONT	6,4700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 05/05/2017 Válido até: 05/05/2018</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
19	CABO PARA ESPELHO BUCAL	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	LM	4,5000	1
20	CAPEADOR PULPAR DE HIDROXIDO DE CÁLCIO	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	BIODINAMICA	6,5600	1
21	COLGADURA	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	TECNODENT	4,1800	1
22	CONDICIONADOR ÁCIDO GEL	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	ALLPLAN	7,0700	1
23	CONTRA ANGULO	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	DENTFLEX	530,2800	1
24	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CALCIO	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	TECHNEW	25,5300	1
25	CIMENTO PROVISÓRIO PARA RESTAURAÇÃO PROVISÓRIA COM FLUOR	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	CAITHEC	12,1800	1
26	DETERGENTE ENZIMÁTICO 1L	L	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	CICLO FARM	31,2400	1
27	ESCOVA DE ROBSON	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	PREVEN	9,4600	1
28	ESPELHO BUCAL AÇO INOX	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	IODONTOSUL	4,9500	1
29	FORCEPS INFANTIL Nº5	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	GOLGRAN	83,0400	1
30	FORCEPS INFANTIL Nº 4	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	GOLGRAN	83,0400	1
32	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO E-SPEED	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	CARESTREAN	114,5500	1
33	FILME RADIOGRAFICO INFANTIL E-SPEED	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	CARESTREAN	220,0000	1
34	FIO DENTAL COR BRANCA 500 M	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MEDFIO	17,5500	1
35	FIO DE SUTURA	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	PROCARE	42,5600	1
36	FIXADOR ODONTOLÓGICO	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	CAITHEC	12,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

<p>Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 05/05/2017 Válido até: 05/05/2018</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.</p>						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
37	FLUOR 0,2% LÍQUIDO	LT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	IODONTOSUL	13,5000	1
38	FLUOR GEL 200ML	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	IODONTOSUL	6,1100	1
41	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% EMB. 1LT	LT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	CICLO FARM	4,5000	1
42	KIT DE CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO	KIT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	FGM	37,6000	1
43	KIT DE HIGIENE BUCAL	KIT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MEDFIO	5,3800	1
44	KIT DE RESINA COMPOSTA NANOHÍDRICA	KIT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	3M	714,5000	1
45	KIT EDUCATIVO DE 3 MACRO MODELOS ODONTOLÓGICOS	KIT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	DEXPRESS	391,5000	1
46	KIT LIMA ENDODÔNTICA FLEXOFILE	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	ASSUS	50,4000	1
47	LAMINA DE BISTURI Nº 15 C/ 100 UN	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	SOLIDOR	36,9200	1
48	LUVAS DE LATEX COM AMIDO TAM. PP	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	TALGE	19,9800	1
49	MACRO MODELO ESCOVA DENTAL	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	DEXPRESS	34,2000	1
50	MATRIZ AÇO 05X7X5000MM	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	AAF	1,6800	1
51	MICROMOTOR OU MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	DENTFLEX	592,1400	1
52	MICRO-APLICADORES PLÁSTICOS DESCATÁVEIS	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	KG	12,0000	1
55	PAPEL CARBONO PARA OCLUSÃO DENTÁRIA	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	ACCU FILM	222,8000	1
56	PASTA PROFILÁTICA	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MAQUIRA	9,0700	1
57	PONTA CARBIDE PARA CONTRA-ÂNGULO Nº03	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MEDIN	9,9600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 05/05/2017		Válido até: 05/05/2018	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.

58	PORTA ALGODÃO DE INOX	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	FAVA	43,2000 1
59	PORTA MATRIZ TOFFLEMIREDE AÇO INOXIDÁVEL	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	LM	26,1000 1
60	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	LM	11,7000 1
61	PRENDENDO DE BABADOR ODONTOLÓGICO DE METAL	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MAQUIRA	7,5000 1
62	RENOVADOR DE INSTRUMENTOS	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	UTIL QUÍMICA	32,5000 1
63	REVELADOR DE FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	CAITHEC	12,3000 1
66	SONDA EXPLORADORA Nº 05	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	LM	7,2000 1
67	SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE	UN	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	MAQUIRA	31,5000 1
68	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	SSPLUS	5,1800 1

Página: 5/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 05/05/2017		Válido até: 05/05/2018	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.
69	TIRA DE POLIÉSTER	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (10345)	KDENT	2,1200 1

Página: 6/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 05/05/2017	Válido até: 05/05/2018
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor
			Marca Ofer. Preço Unitário Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017

PROCESSO Nº 6/2017

(10345) - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

Maracajá, 5 de Maio de 2017.

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 120/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 053/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a contratação de serviços de sonorização para eventos, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 24 de agosto de 2017 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 10 de agosto de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 031/2017

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 043/2017 - Pregão Presencial n. 031/2017 - Pregão Presencial de Registro de preços para eventual e futura Contratação de serviços de trator de pneu equipado com plantadeira e serviços de trator de esteira. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 23/08/2017, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 23/08/2017 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 10 de agosto de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Massaranduba

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO JULHO/2017

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Julho / 2017

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		0,00	0,00	
Ordinária		0,00	0,00	
Vinculada		0,00	0,00	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.190.000,00	1.950.000,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.190.000,00	1.950.000,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		189.570,44	250.455,58	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		52.488,89	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		576,50	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		136.505,05	250.455,58	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		0,00	0,00	
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.379.570,44	2.200.455,58	

DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		915.566,72	1.384.887,38	
Ordinária		915.566,72	1.384.887,38	
Vinculada		0,00	0,00	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	565.112,62	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	565.112,62	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		124.508,05	250.455,58	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		124.508,05	250.455,58	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		339.495,67	0,00	

Identificador: WPR1491103-003-EROZE-239910256 - Emitido por: DIONISIO KEMCZYNSKI

08/08/2017 16:44

IPM Sistemas Ltda



CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Julho / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		339.495,67	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.379.570,44	2.200.455,58

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Data Emissão 08/08/2017, Hora emissão 16:44:26

Notas:

VANDERLEI SASSE
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF: 848.301.909-49

ALMIR TREVISANI
Diretor ADM
CPF: 382.262.199-49

DIONISIO KEMCZYNSKI
Contador
CPF: 683.469.309-25
CRC: 026042/O-2/SC

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491 103-003-EROZE-239910256 - Emitido por: DIONISIO KEMCZYNSKI

08/08/2017 16:44

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 072-2017 - EXCESSO MERENDA

DECRETO n.º 072/2017.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), neste termo:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112.306.2007 – Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (56)	R\$ 35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (57)	R\$ 25.000,00
11- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
1101.20.606.2013 – Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (198)	R\$ 40.000,00
Total	R\$ 100.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Julho de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 28/08/2017 às 14:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO SIMPLES PARA MANUTENÇÃO DE TRAVESSIAS DE ESTRADAS MUNICIPAIS, MANUTENÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL EM ÁREAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO DAS BOCAS DE LOBO EM VÁRIOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 10 de agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 005-2017 PROGRAMA BÔNUS FISCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Credenciamento

Chamamento Público Para Credenciamento nº 005/2017

Objeto: CREDENCIAR EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE MODELO (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2.193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, E LEI MUNICIPAL Nº 2.208/2015 DE 03 DE JUNHO DE 2015.

Entrega dos Envelopes: à partir das 08:15 horas do dia 10 de agosto de 2017, enquanto estiver em vigência o Edital de Credenciamento 005/2017.

O edital está disponíveis no site www.modelo.sc.gov.br.

Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail licitacao@modelo.sc.gov.br.

Modelo/SC 10 de agosto de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1268-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051-2017 SERVIÇOS CALÇAMENTO E MURO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº: 1268/2017

Modalidade: Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 051/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FRACIONADOS DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO (CALÇAMENTO), ASSENTAMENTO DE MEIO FIO PRÉ FABRICADO E EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO COM PEDRAS DE BASALTO.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 24 de agosto de 2017

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24 de agosto de 2017.

O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.modelo.sc.gov.br.

Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail licitacao@modelo.sc.gov.br.

Modelo/SC 08 de agosto de 2017.

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Pregoeiro

DECRETO Nº 170-2017 PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS

Decreto nº 170/2017 de 10/08/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1181/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório nº 1181/2017, Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 048/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
THEISEN DETONAÇÕES LTDA ME	57.300,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 10 de agosto de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077-2017 EXAMES LABORATORIAIS FMS - LABORATÓRIO FADK LTDA ME

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 077/2017

Processo Licitatório nº 1103/2017

Pregão SRP nº 047/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO. CNPJ: 11.511.812/0001-18

Contratada: LABORATÓRIO FADK LTDA ME, CNPJ nº 12.755.192/0001-25

Valor: R\$ 168.881,50

Assinado em: 10/08/2017

Vigente até: 10/08/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FRACIONADA DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, A SEREM PRESTADOS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, DENTRO DOS LIMITES QUANTITATIVOS FIXADOS E DE ACORDO COM OS VALORES E NORMAS DO SUS E DO EDITAL.

Modelo/SC, 10 de agosto de 2017.

ERNO MICHIELIN

Gestor do FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078-2017 PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO - THEISEN PERFURAÇÕES

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 078/2017

Processo Licitatório nº 1181/2017

Pregão SRP nº 048/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: THEISEN DETONAÇÕES EIRELI ME, CNPJ nº. 10.296.926/0001-20

Valor: R\$ 57.300,00

Assinado em: 10/08/2017

Vigente até: 10/08/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS

Modelo/SC, 10 de agosto de 2017.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 011-2017 SERVIÇOS LABORATORIAIS

Resolução nº 011/2017 de 10/08/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1103/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

ERNO MICHELIN, gestor do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigentes, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Resolve:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório nº 1103/2017, Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 047/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FRACIONADA DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, A SEREM PRESTADOS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, DENTRO DOS LIMITES QUANTITATIVOS FIXADOS E DE ACORDO COM OS VALORES E NORMAS DO SUS E DO EDITAL, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
LABORATÓRIO FADK LTDA ME	168.881,50

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 10 de agosto de 2017.

ERNO MICHELIN

Gestor FMS

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2017 - PMM

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO

Contrato: 074/2017 de 01 de agosto de 2017. Origem: Processo Licitatório nº 079/2017 – Modalidade: Dispensa de Licitação nº 014/2017. Objeto: Contratação de serviços de consolidação da legislação municipal, de modo informatizado, para utilização via Internet, num total estimado de 3.700 (três mil e setecentos) diplomas legais, na forma de uma Seção de Legislação do site oficial da Prefeitura Municipal de Mondaí/SC. Fornecedor: CESPRO – Processamento de Dados Ltda, CNPJ/MF nº. 17.875.435/0001-82. Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), a ser paga em 06 (seis) parcelas de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Vigência: até 31/07/2018. Mondaí/SC, 01 de agosto de 2017. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2017 - PMM

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 076/2017

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

CREDENCIADO: TRANS MAESTRI LTDA - ME

OBJETO: O presente Chamamento Público tem como objetivo o credenciamento de prestadores de serviço pessoas físicas ou jurídicas, para a execução/fornecimento dos serviços de máquinas pesadas, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 3.313, de 19 de junho de 2009, e Lei Complementar Municipal nº 060, de 22 de dezembro de 2015, bem como, das disposições contidas no Decreto Municipal nº 4.995, de 03 de julho de 2017, com as respectivas alterações posteriores, mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I). ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 003/2017. VALOR DE ATÉ: 359.325,00 (trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e vinte e cinco reais). VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 07 de Agosto 2017. VALDIR RUBERT- Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2017 - PMM

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2017 - Dispensa de Licitação nº. 014/2017

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir de seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 014/2017 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme descrito a seguir: OBJETO: Contratação de serviços de consolidação da legislação municipal, de modo informatizado, para utilização via Internet, num total estimado de 3.700 (três mil e setecentos) diplomas legais, na forma de uma Seção de Legislação do site oficial da Prefeitura Municipal de Mondaí/SC. CONTRATADO: CESPRO – Processamento de Dados Ltda, CNPJ/MF nº. 17.875.435/0001-82. VALOR TOTAL: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), a ser paga em 06 (seis) parcelas de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). VIGÊNCIA: 31/07/2018. Mondaí – SC, 01 de agosto de 2017.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CT Nº 046/2017 - PMM

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 035/2017

Edital: Pregão Presencial nº. 023/2017

Contrato: 046/2017 – Termo Aditivo nº 003/2017

Objeto: Fornecimento de combustível, Óleo Diesel, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas do MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2017.

Finalidade: Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Fornecedor: SCHUH & FILHO LTDA – 85.216.299/0001-79

Valores: do valor atual de R\$ 3,22 para R\$ 3,25 por litro de óleo diesel comum.

Vigência: até 31/12/2017

Mondaí/SC, 09 de agosto de 2017. VALDIR RUBERT. Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS 081/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 081/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CARREGADEIRA COMPACTA, conforme anexo I. Data: 28/08/2017 as 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 082/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 082/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE ARES-CONDICIONADOS, conforme anexo I. Data: 29/08/2017 as 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 87-2017

DECRETO Nº 87/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º e o artigo 10, Inciso II da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 1.367,07 (um mil e trezentos e sessenta e sete reais e sete centavos) com a seguinte classificação.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
2.047 – MANUT. DO BLOCO DA GESTÃO DO SUS.
4.4.90.00.00.00.00.00.0084 (036) – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.367,07

TOTAL
..... R\$ 1.367,07

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
2.047 – MANUT. DO BLOCO DA GESTÃO DO SUS.
3.3.90.00.00.00.00.00.0084 (020) – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.367,07

TOTAL
..... R\$ 1.367,07

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 27 de julho de 2017.
VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

DECRETO 88-2017

DECRETO Nº 88/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 390,16 (trezentos e noventa reais e dezesseis centavos) com a seguinte classificação.

0400 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.
0403 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.
2.006 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR ENSINO INFANTIL.
3.3.90.00.00.00.00.00.0108 (182) – Aplicações Diretas
..... R\$ 390,16

TOTAL
..... R\$ 390,16

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.
CÓDIGO DOS RECURSOS:
108 – Transferência Direta do FNDE – Brasil Carinhoso
..... R\$ 390,16

TOTAL
..... R\$ 390,16

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 27 de julho de 2017.
VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

DECRETO 89-2017

DECRETO Nº 89/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 25.429,08 (vinte e cinco mil e quatrocentos e vinte e nove reais e oito centavos) com a seguinte classificação.

0400 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.
0403 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.
2.005 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL.
3.3.90.00.00.00.00.00.0108 (183) – Aplicações Diretas
..... R\$ 25.429,08

TOTAL
..... R\$ 25.429,08

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

108 – Transferência Direta do FNDE – Novas Turmas
..... R\$ 25.429,08

TOTAL
..... R\$ 25.429,08

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 27 de julho de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 90-2017

DECRETO Nº 90/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso III da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) com a seguinte classificação:

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.031 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
3.3.90.00.00.00.00.00.0153 (40) – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

TOTAL
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior registrado na Prefeitura Municipal de Morro Grande, verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Superávit Financeiro.

CÓDIGO DO RECURSO:

29 – Rec. Ordinários – Superávit Financeiro
..... R\$ 100.000,00

TOTAL
..... \$ 100.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 27 de julho de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 91-2017

DECRETO Nº 91/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso III da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais) com a seguinte classificação.

0700 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

0703 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE.

2.028 – MANUT. DEPARTAMENTO MEIO AMBIENTE.

3.3.90.00.00.00.00.00.0029 (184) – Aplicações Diretas
..... R\$ 74.000,00

TOTAL
..... R\$ 74.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

029 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro
..... R\$ 74.000,00

TOTAL
..... R\$ 74.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 27 de julho de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 92-2017

DECRETO Nº 92/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso II da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º As dotações orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor total de R\$ 30.197,00 (trinta mil e cento e noventa e sete reais) com a seguinte classificação.

0600 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

0603 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO.

2.021 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO.

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (84) – Aplicações Diretas
..... R\$ 18.206,44

1200 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
 1201 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
 2.016 – APOIO A POLÍTICAS SOCIAIS INTEGRADAS.
 3.1.71.00.00.00.00.0100 (129) – Aplicações Diretas
 R\$ 11.990,56

TOTAL
 R\$ 30.197,00

Art. 2º Os recursos para a suplementações de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulações parciais das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

0600 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.
 0603 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO.
 2.021 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO.
 3.3.90.00.00.00.00.0100 (81) – Aplicações Diretas
 R\$ 18.206,44

1200 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
 1201 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
 2.016 – APOIO A POLÍTICAS SOCIAIS INTEGRADAS.
 4.4.71.00.00.00.00.0100 (133) – Aplicações Diretas
 R\$ 11.990,56

TOTAL
 R\$ 30.197,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 27 de julho de 2017.

VALDIONIR ROCHA
 Prefeito Municipal

DECRETO 93-2017

DECRETO Nº 93/2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE MORRO GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 291, de 24/08/2000 e artigo 18 da Lei Federal nº 11.947/2009;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Morro Grande, em caráter permanente, no âmbito do Município, como segue:

I- Representante do Poder Executivo:

a) Titular: Tâmilis Candéo Bosa, CPF nº 067.222.669-31;
 b) Suplente: Izelma Fenali Crepaldi Pazzini, CPF nº 732.807.479-53.

II- Representantes dos Professores e Demais trabalhadores da Educação:

a) Titular: Jaqueline Daniel Rabelo, CPF nº 035.093.289-14;
 b) Titular: Mikael Miziescki, CPF nº 086.884.489-65;
 c) Suplente: Débora Casagrande Crepaldi, CPF nº 030.355.559-90;
 d) Suplente: Gabriela Biff Olivo, CPF nº 048.305.599-93.

III- Representantes dos pais de alunos:

a) Titular: Viviane Brovedan Castanha, CPF nº 030.475.389-05;

b) Titular: Nádia Rovana Brovedan Toretti, CPF nº 016.016.889-97;
 c) Suplente: Tabia Candeo, CPF nº 043.741.649-60;
 d) Suplente: Cristiana Menegon Rosso, CPF nº 030.299.549-86.

IV- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

a) Titular: Anair Saccon Bordignon, CPF nº 733.253.929-20;
 b) Titular: Tereza Crepaldi, CPF nº 732.807.719-00;
 c) Suplente: Elaine Dagostin Pasini, 007.987.109-77
 d) Suplente: Jucélia Cechinel, CPF nº 024.390.459-26

Art. 2º Este decreto entrará em vigor a partir de 07 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande, 07 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA
 Prefeito Municipal

DECRETO 94-2017

DECRETO Nº 94/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MORRO GRANDE – SAMAE - NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ (.....) com a seguinte classificação:

1000- SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
 1001 – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
 2.036 – MANUTENCAO DO SAMAE
 3.3.90.00.00.00.00.0200 (06) – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0200 (10) – Aplicações Diretas
 R\$
 TOTAL
 R\$

Art. 2º O recurso para a suplementação de que trata o artigo 1º, correrá por conta do excesso de arrecadação, verificado na fonte de recurso abaixo especificado.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de Arrecadação.

CODIGO DO RECURSO: 200 – Recursos ordinários
 R\$

TOTAL R\$

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 07 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA
 Prefeito Municipal

DECRETO 95-217

DECRETO Nº 95/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º e o artigo 10, Inciso II da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 14.386,52 (catorze mil e trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) com a seguinte classificação.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
2.032 – MANUT. DA FROTA MUNICIPAL DA SAÚDE.	
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 (07) – Aplicações Diretas	
.....	R\$ 4.870,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0153 (37) – Aplicações Diretas	
.....	R\$ 9.516,52

TOTAL	
.....	R\$ 14.386,52

Art. 2º Os recursos para suplementação das dotações orçamentárias previstas no artigo 1º correrão por conta da anulação total das dotações orçamentárias abaixo especificadas.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
2.032 – MANUT. DA FROTA MUNICIPAL DA SAÚDE.	
4.4.90.00.00.00.00.00.0002 (08) – Aplicações Diretas	
.....	R\$ 4.870,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0153 (39) – Aplicações Diretas	
.....	R\$ 9.516,52

TOTAL	
.....	R\$ 14.386,52

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 07 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

DECRETO 96-2017

DECRETO Nº 96/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA PESSOAL PARA ANÁLISE DAS ESPECIFICAÇÕES DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS DERIVADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Item 6.1.13 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 19/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado para análise das especificações das amostras

dos produtos derivados do Pregão Presencial nº 19/2017, os funcionários públicos, Éric Junior Frezza, Técnico de Compras e Recursos Humanos, matrícula nº 788, Rodrigo Crepaldi Pazzini, Engenheiro Civil, matrícula nº 1061 e Marlon Tomazi, Agente Administrativo, matrícula nº 994.

Art. 2º A análise das especificações das amostras dos produtos, os designados deverão obedecer as determinações do "Item 6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 19/2017".

Art. 3º Os designados não serão remunerados pelos serviços prestados no exercício de suas funções.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 07 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 97/2017 - PMMG

DECRETO Nº 97/2017

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, DESTINADO ao provimento de Vagas de Cargos do Quadro de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Morro Grande, Estado de Santa Catarina e dá outras providências".

VALDIONIR ROCHA, Prefeito de Morro Grande, Estado de Santa Catarina, nos usos de suas atribuições legais do seu cargo e de conformidade com a Legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado o resultado final do Concurso Público nº 001/2017 do Município de Morro Grande, nos exatos termos do Edital de Classificação final nº 08/2017 e seu anexo, conforme divulgado em 10/08/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 10 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 008 - CONCURSO 1/2017 - PMMG

EDITAL Nº 008/2017

Divulga o resultado FINAL relativamente ao Concurso Público destinado ao provimento de Vagas de Cargos do Quadro de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Morro Grande, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Morro Grande – SC, Sr. VALDIONIR ROCHA, no uso de suas atribuições legais, divulga o resultado FINAL relativamente ao Concurso Público nº 001/2017 da Prefeitura Municipal, conforme Lista Anexo I deste Edital.

O Anexo I do presente edital encontra-se disponível no site www.morrogrande.sc.gov.br.

Morro Grande - SC, 10 de agosto de 2017. VALDIONIR ROCHA - Prefeito Municipal

LEI 887-2017

LEI N° 887/2017

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Morro Grande no exercício de 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Morro Grande no valor total de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação:

0600 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
0603 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO
2.021 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO
4.4.90.00.00.00.00.00.0021 (83) – Aplicações Diretas
..... R\$ 75.000,00

TOTAL
R\$ 75.000,00

Art. 2º Os recursos para a suplementação de que trata o artigo 1º da presente Lei, correrão por conta da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada:

0600 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
0602 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS
1.006 – MANUTENÇÃO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA RODOVI-
ÁRIA
4.4.90.00.00.00.00.00.0021 (66) – Aplicações Diretas
..... R\$ 75.000,00

TOTAL
R\$ 75.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 21 de julho de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

LEI 888-2017

LEI N° 888/2017

DECLARA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO MOTO
CLUBE TRILHEIROS DA QUEDA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica declarada como de utilidade pública a Associação Moto Clube Trilheiros da Queda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 26.583.834/0001-60, com sede na Estrada Municipal, sn, Bairro Nova Roma, Morro Grande/SC, com registro de seus atos constitutivos junto ao Ofício de Registros das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos do Município e Comarca de Meleiro/SC, Registro n. 282, Livro 2 e Folha 20.

Art. 2º- Revoçam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 21 de julho de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

LEI N° 890-2017

LEI N° 890/2017

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE A CUSTEAR DESPESAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica a Prefeitura Municipal de Morro Grande autorizada a custear despesas oriundas do fornecimento de água potável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE), nos pontos turísticos do Município.

Art. 2º- As despesas a serem custeadas abrangerá a instalação, fornecimento de materiais e o pagamento da tarifa de água, dentre outras de caráter extraordinário e emergencial.

Art. 3º- Os pontos turísticos que receberão os serviços de fornecimento de água potável serão definidos pelo Conselho Municipal de Turismo.

Art. 4º- A água fornecida deverá ser utilizada exclusivamente pelas pessoas que estiverem visitando os pontos turísticos, sendo vedada a sua utilização por particulares nas suas propriedades, inclusive se a propriedade for destinada à exploração de atividade turística.

Art. 5º- As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Despesa -119 / Código da Dotação: 08.03.23.695.0010.2.015.3.3.90.00.00.00.00.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 10 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

LEI N°889-2017

LEI N° 889/2017

Autoriza o Município de Morro Grande a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, com a interveniência do Instituto Geral de Perícias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Município de Morro Grande autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, com a intervenção do Instituto Geral de Perícias, visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de

identificação..

Art. 2º- As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: Despesa - 90 / Dotação – 06.03.0 6.181.0008.2.023.3.3.90.00.00.00.00.00.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 21 de julho de 2017.

PORTARIA 95-2017

PORTARIA Nº 95/2017

CONCEDE INSALUBRIDADE

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE GRAU MÉDIO (20%) para os servidores ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/2017.

Morro Grande/SC, 21 de julho de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 96-2017

PORTARIA Nº 96/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/08/2017, a servidora MAGDA BELAMIR DOS SANTOS CONSALTER, matrícula 1047, referente ao período aquisitivo 01/08/2016 a 31/07/2017;

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 24 de julho de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO Nº 400 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 400 DE 10 DE AGOSTO DE 2017
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 17.860,00 (dezessete mil, oitocentos e sessenta reais), da seguinte dotação na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA
04 – Diretoria de Indústria e Comércio
11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
198 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 17.860,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação orçamentária:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA
04 – Diretoria de Indústria e Comércio
11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
200 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 17.860,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Navegantes, 10 de Agosto de 2017.
Donizete José da Silva
Prefeito

DECRETO Nº 401 DE 10 AGOSTO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
CNPJ 05.052.722/0001-03
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.

DECRETO Nº 401 DE 10 AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários
18 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES
02 – Diretoria Administrativa - FUMAN
18.542.0022 – 2.068 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa
16 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2017.
Donizete José da Silva
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de Agosto de 2017.

Karlile Cugnier
Secretária de Administração e Logística

ERRATA CONCORRÊNCIA – 130/2017 PMN

CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR PADRÃO FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS II, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SALDO REMANESCENTE DA CONCORRÊNCIA 123/2015, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 32619.

Onde lê-se:

5.4 Qualificação Técnica
5.4.1 Certificado de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, atualizado e compatível com o objeto da licitação.
5.4.2 No caso de empresa com domicílio ou sede em outro Estado, a empresa vencedora providenciará o visto do CREA/SC em até 10 (dez) dias após o término da sessão;

Lê-se:

5.4 Qualificação Técnica
5.4.1 Certificado de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, atualizado e compatível com o objeto da licitação.

5.4.2 No caso de empresa com domicílio ou sede em outro Estado, a empresa vencedora providenciará o visto do CREA/SC ou CAU/SC em até 10 (dez) dias após o término da sessão;

PORTARIA 2238,2239/2017 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N º 2238 DE 03 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços Nº 14/2017 FUMREBOM OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE RESGATE, SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIOS, PARA ATENDER AS GUARNIÇÕES DE BOMBEIROS MILITAR, ATRAVÉS DO FUMREBOM - FUNDO MUNICIPAL REEQUIPAMENTOS CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 14/2017 FUMREBOM. Fiscal: Luiz Adônis Zimmermann

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2239 DE 03 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço Nº 28/2017 FMS OBJETO : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (UM TROCADOR DE CALOR E ELETROBOMBA) DEVIDAMENTE INSTALADOS PARA A PISCINA DO CEFIR - CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO, LOCALIZADA NO CRMH - CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 28/2017 FMS. Fiscal: Aline Vieira

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2253,2256/2017 CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N º 2253 DE 04 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) PRISCILA HELENA SELGE MARTINS, matrícula 293304 ocupante do cargo EFETIVO de AUX. DE CONSULTORIO DENTARIO, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 08/11/2016 a 04/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2256 DE 04 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VERA LUCIA SARAIVA, matrícula 63305601 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 11/05/2017 a 04/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2406 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 2406 DE 7 DE AGOSTO DE 2017
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim e Alessandra Regina Lucas para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007/2003, por parte do servidor W.J.S..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de agosto de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2407 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2407 DE 7 DE AGOSTO DE 2017
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim e Alessandra Regina Lucas para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007/2003, por parte da servidora E.C.R..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de agosto de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2408 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2408 DE 7 DE AGOSTO DE 2017

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Juliana Rubia da Costa Succo, para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível irregularidade no ato de nomeação do servidor F.E.P.F..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de agosto de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2410,2411/2017 CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N.º 2410 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) FABIANE CRISTINA CARVALHO, matrícula 1674302, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 06/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2411 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JOSIANE BONETTI, matrícula 6235801, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE COMUNITARIA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 05/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2413/2017 CONCEDE LICENÇA
TRATAMENTO DE SAUDE**

PORTARIA N º 2413 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SIDNEIA DOS SANTOS XAVIER, matrícula 63273102, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 03/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2414/2017 CONCEDE LICENÇA
TRATAMENTO DE SAUDE**

PORTARIA N º 2414 DE 19 DE JULHO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SUSANA DOS PASSOS, matrícula 180304 ocupante do cargo PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 25/07/2017 a 28/07/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2433/2017 CONCEDE LICENÇA
TRATAMENTO DE SAUDE**

PORTARIA N º 2433 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ALINE DE FATIMA MELLO FLORENCIO, matrícula 6323101, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 19/07/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 2423,2246,2361 DESIGNA FISCAL DE
CONTRATO**

PORTARIA N º 2246 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços Nº 104/2017 PMN OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA PINTURA (TINTAS ACRÍLICAS, SELADOR, PINCÉIS, ROLOS, SOLVENTES E AFINS), PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS (PRÓPRIOS E LOCADOS) E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 104/2017 PMN. Fiscal: Élcio José Pacheco

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2361 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço Nº 05/2017 FMC OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MANTIDOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES DURANTE O ANO DE 2017. Conforme Pregão Presencial nº 05/2017 FMC. Fiscal: Marcos Venicio Montagna

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2423 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço Nº 18/2017 FUMREBOM OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE DESENCARCERADOR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUMREBOM - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. Conforme Pregão Presencial nº 18/2017 FUMREBOM. Fiscal: Luiz Adôniz Zimmermann

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2251,2255/2017 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N º 2251 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços Nº 45/2017, relativo ao Pregão Presencial Nº 45/2017 – FMS. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 45/2017 FMS. Fiscal: Luciano Cleber Furlan (SAMU)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2255 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço Nº 107/2017 PMN Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA INSTALAÇÃO NAS NOVAS UNIDADES CONSUMIDORAS REGISTRADAS E TAMBÉM PARA SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS QUE ENCONTRAM-SE DANIFICADOS E COM DEFEITOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 107/2017 PMN. Fiscal: Humberto Galvez Junior

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03-2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03-2017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Termo de Adjudicação e Homologação

PREGÃO PRESENCIAL N. 003/2017

Processo Licitatório nº 003/2017

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 38, inciso VII, c/c art. 43, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, acolhendo a decisão do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, Adjudica e Homologa o resultado do processo Licitatório 003/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 003/2017, com objetivo de aquisição de um veículo automotor, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, HOMOLOGANDO como vencedora a empresa Marambaia Veículos LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.183.135/0001-30, com endereço na Avenida Marginal Oeste, nº 127, Bairro dos Municípios, na Cidade de Baneário Camboriú/SC.,

Navegantes, 09 de agosto de 2017.

Samuel Vianeí Paganelli

PRESIDENTE

ANDRÉ DE FREITAS CHAVES PACHECO

PREGOEIRO

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 179/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº 179, de 09 de Agosto de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2040	MANUT. SECRET. DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.09	R\$2.850,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do excesso de arrecadação, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1830/2016 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 09 de Agosto de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 177/2017 COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

DECRETO nº 177, de 07 de agosto de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispôs o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo nº 03/2017, designando os seguintes membros para sua composição:

- I. Marcio Solivo – Presidente;
- II. Graziane Civa – Secretário;
- III. Fabielli Polli – Membro;
- IV. Liamara Schuck – Membro;
- V. Pamela Regina Ladik – Membro.

Art. 2º Os membros designados nos termos anteriores, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo nº 03/2017.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), em 07 de agosto de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

LEI Nº 2.652/2017

LEI Nº 2.652, DE 10 de agosto DE 2017

Altera a redação da Lei nº 2.240, de 21 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, III, V e XI, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 2.240, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

I - o inciso I do art. 3º, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I - dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;”

II - o art. 5º, caput e parágrafos, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares.

§ 1º A composição, as atribuições e o regulamento do Conselho Gestor poderão ser estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2º A Presidência do Conselho-Gestor do FMHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação.

§ 3º O presidente do Conselho-Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 4º Competirá à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.”

Fls.02 – Lei nº 2.652/2017

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 10 de agosto de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal Administração e Finanças

LEI Nº 2.653/2017

LEI Nº 2.653, de 10 de agosto de 2017

Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município de Nova Trento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Seção I

Da Definição

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º O órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social (PMAS) é a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Seção II

Dos Objetivos

Art. 3º A Política Municipal da Assistência Social do Município de Nova Trento tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Seção I

Dos Princípios

Art. 4º A Política Municipal de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - gratuidade: a Assistência Social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida;

III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;

V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

II - descentralização político-administrativa e comando único das

ações em cada esfera de gestão;
III - cofinanciamento partilhado dos entes federados;
IV - matricialidade sociofamiliar;
V - territorialização;
VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
VII – controle social e participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CAPÍTULO III DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 7º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos de proteção social básica ou especial, e concedem benefícios, dirigidos às famílias e aos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, respeitados as deliberações do Conselho Nacional e Estadual de Assistência Social, bem como do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, executam ações voltadas prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO e organização

Seção I

Da Gestão

Art. 8º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

III - estabelecer as responsabilidades do município na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na Assistência Social;

V - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e

VI - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, abrangidas por esta Lei.

Seção II

Da Organização

Art. 9º O Sistema Único de Assistência Social organiza-se pelos seguintes níveis de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos e de rompimento de vínculo.

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art. 10. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço conforme preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, exceto o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, os quais devem ser executados exclusivamente pelo município ou em equipamento regional.

§ 1º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento que a entidade de Assistência Social integra a rede socioassistencial.

§ 2º Para o reconhecimento referido no parágrafo anterior, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social; e

II - integrar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidades.

§ 3º As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS poderão celebrar termos de colaboração ou de fomento com o poder público, por meio de chamamento público, para a execução dos serviços, garantindo financiamento nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

§ 4º As demais questões relacionadas ao processo de inscrição e acompanhamento das entidades e organizações de assistência social serão definidas em resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme normativas e resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Subseção I

Da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

I - coordenar e organizar o SUAS em âmbito municipal;

II - planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

III - organizar a rede socioassistencial por níveis de proteção social básica e especial;

IV - realizar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda;

V - promover a articulação intersetorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;

VI - elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços socioassistenciais;

VII - efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços;

VIII - gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos de direitos a ela vinculados;

IX - apoiar e oferecer estrutura para a realização da conferência municipal;

X - gerir os programas de transferência de renda e benefícios

eventuais;

XI - elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

XII - assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de direitos a ela vinculados;

XIII - desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

XIV - desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;

XV - desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação;

XVI - elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a NOB/RH.

XVII - instituir a educação permanente, para trabalhadores e conselheiros da Assistência Social;

XVIII - organizar e fazer a gestão da política de habitação, conforme prevê o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SINHIS.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação é constituída pela seguinte estrutura:

§ 1º Diretamente vinculados a Assistência Social – Gestão Direta:

I – Secretário Municipal de Assistência Social;

II – Diretor de Assistência Social;

III – Diretor de Habitação.

§ 2º Órgãos Colegiados vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - Conselho Municipal de Assistência Social;

II - Conselho Municipal da Pessoa Idosa;

III - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

VII - Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação.

Subseção II

Dos Serviços

Art. 13. A Proteção Social Básica será responsável por executar os seguintes serviços:

I - serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF);

II - serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

III - serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Art. 14. A Proteção Social Especial de média complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I – serviço de proteção e atendimento especializado para famílias e indivíduos (PAEFI);

II – serviço especializado em abordagem social;

III – serviço de proteção social para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC);

IV – serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias;

V – serviço especializado para pessoas em situação de rua.

Art. 15. A proteção social especial de alta complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I - serviço de acolhimento institucional, nas seguintes modalidades:

a) abrigo institucional;

b) casa lar;

c) casa de passagem;

d) residência inclusiva.

II - serviço de acolhimento em república;

III - serviço de acolhimento em família acolhedora;

IV – serviço de proteção em situações de calamidades públicas e

de emergências.

Art. 16. Os serviços de proteção social básica serão executados ou referenciados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 17. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

I - promover o acompanhamento socioassistencial de famílias em um determinado território;

II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;

III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;

IV - desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;

V - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 18. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS contará com uma equipe de referência, conforme previsto na NOB/RH e na Resolução do CNAS nº 17/2011, além das atualizações.

Parágrafo único. A criação ou ampliação dos cargos públicos, equipes técnicas de referência obrigatórias para execução dos serviços da proteção social básica, sua remuneração e as diretrizes para a sua carreira serão estabelecidas em Lei Complementar.

Art. 19. Os serviços de proteção social de média complexidade serão executados ou referenciados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 20. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS se constitui em unidade pública e polo de referência, responsável pela execução, coordenação e articulação dos serviços da proteção social especial de média complexidade, que se dará por meio das seguintes ações:

I - articular, coordenar e operar a rede de serviços públicos socioassistenciais, demais políticas públicas e de garantia de direitos, no âmbito do município;

II - prestar atendimento especializado às crianças, aos adolescentes, aos homens e às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, bem como aos seus familiares;

III - prestar atendimento às pessoas em situação de mendicância na rua e de rua;

IV - auxiliar e acompanhar as crianças e os adolescentes que estejam sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, bem como de suporte para reinserção social;

V - auxiliar e acompanhar os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e os adolescentes que se encontram em medida de semiliberdade ou internação, bem como suas famílias;

VI - monitorar e acompanhar os serviços de média complexidade oferecidos no município ou regionalizados às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência, dentre outros.

Art. 21. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS contará com uma equipe, conforme previsto na NOB/SUAS-RH e Resolução do CNAS nº 17/2011, além das atualizações. Parágrafo único. A criação ou ampliação dos cargos públicos, equipes técnicas de referência obrigatórias para execução dos serviços da proteção social especial de média complexidade, sua remuneração e as diretrizes para a sua carreira serão estabelecidas em Lei Complementar.

Art. 22. Os serviços de média complexidade poderão ser executados

por equipe de referência alocada no órgão gestor municipal, exclusiva para atendimento de proteção social especial, quando o município justificar não ter demanda o suficiente para instituir espaço físico de CREAS, ou então atender por meio do CREAS Regional, executado pelo Estado.

Art. 23. O serviço de proteção social especial de alta complexidade constitui-se no acolhimento em diferentes equipamentos, conforme previsto no art. 14, destinados às famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos, a fim de garantir proteção integral. Parágrafo único. A criação ou ampliação dos cargos públicos, equipes técnicas de referência obrigatórias para execução dos serviços de proteção social especial de alta complexidade, sua remuneração e as diretrizes para a sua carreira serão estabelecidas em Lei Complementar.

Art. 24. Deverá ser replicada às equipes de referência da proteção especial de média e alta complexidade, sempre que a demanda municipal dos serviços justificar.

Art. 25. As equipes de referências para atendimento direto nos serviços de alta complexidade, em especial para atendimento de crianças e adolescentes, devem seguir as Orientações Técnicas para Crianças e Adolescentes, bem como para atendimento de idosos deve seguir as orientações da Política da Política para Pessoa Idosa, além daquelas orientações estabelecidas na NOB/RH.

Art. 26. Os serviços de alta complexidade serão implantados no município quando se justificar por meio da demanda ou serão ofertados pelo Estado por meio da regionalização conforme determina a Política de Assistência Social.

Art. 27. Os serviços de alta complexidade, que não exigem equipe de referência no equipamento, poderão ser executados por equipe de referência alocada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Seção III

Dos Benefícios Eventuais

Art. 28. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelo CMAS e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelo Conselho.

§ 2º Os benefícios eventuais serão concedidos articulados com a execução dos serviços socioassistenciais e são complementares ao atendimento das famílias.

§ 3º Os benefícios serão concedidos, conforme a Lei Municipal específica.

Seção IV

Dos Programas e Projetos

Art. 29. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços socioassistenciais.

Parágrafo único. Os programas de que trata este artigo serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

Art. 30. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria

das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e a sua organização social.

Seção V

Do Financiamento

Art. 31. O financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, do Estado e do Município, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal de 1988, além daqueles que compõem o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

§ 1º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação deverá participar ativamente da elaboração do PPA, LDO e LOA do município, garantindo a alocação de recursos necessários para a execução da Política Municipal de Assistência Social.

§ 2º Cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 3º O financiamento da assistência social deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos serem alocados no Fundo Municipal de Assistência Social e serem destinados à operacionalização, execução, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política, especialmente:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS;

II - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

III- atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

IV - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da LOAS que são de sua competência;

V - cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;

VI- realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

VII - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

VIII - organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

IX - organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial;

X - alimentar o Censo SUAS;

XI - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XII - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;

XIII - realizar a gestão local do BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

XIV - gerir, no âmbito municipal, o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836 de 2004;

XV - elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;

XVI - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XVII - zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos Estados aos Municípios, inclusive no que tange a prestação de contas;

XVIII - proceder o preenchimento do sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social de que trata o inciso XI do art. 19 da LOAS;

XIX - viabilizar estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de acordo com as normativas federais.

XX – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da LOAS e sua regulamentação em âmbito federal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. É condição para os repasses de recursos do governo Federal e Estadual, que o Município mantenha a efetiva instituição e funcionamento:

I – do Conselho Municipal de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II – do Fundo Municipal de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III – do Plano de Assistência Social.

Parágrafo único. É, também, condição para transferência de recursos do FNAS ao Município, a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 10 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.654/2017

LEI Nº 2.654, DE 10 de AGOSTO DE 2017.

Define e regulamenta os benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios Eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Nova Trento, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os benefícios eventuais devem integrar a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 3º Vulnerabilidade social compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos, situações essas que tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é somente financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

§ 4º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

§ 5º É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 6º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, adolescente, jovens, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 7º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I – Assistentes sociais que compõe as equipes de referência que atuam nos serviços de proteção social básica e especial.

II – Assistente Social responsável pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 4º O critério de renda familiar mensal para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo em vigência, e será concedido conforme § 7º do art. 2º.

§ 1º Para cálculo da renda familiar será considerado:

a) Rendimento da Família: folha de pagamento (salário bruto), declaração de trabalho autônomo/informal, comprovante de aposentadoria ou pensão por morte ou invalidez, pensão alimentícia, valores recebidos pelos programas federais, tais como BPC, seguro desemprego, licença-maternidade, licença saúde e transferência monetária federal.

b) Gastos: Comprovantes de valor de aluguel (contrato e recibo), de financiamento de terreno ou casa, de pagamento de pensão alimentícia e gastos com medicação (comprovados com receita médica e nota fiscal).

§ 2º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal familiar, ou na falta de algum documento, o/a Assistente Social responsável terá autonomia para a concessão do benefício, por meio de justificativa, a qual deverá constar no parecer social.

§ 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio por natalidade;

II – auxílio por morte;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém-nascido;

II - apoio à família no caso de morte da mãe.

III- apoio à mãe em caso de morte do recém-nascido.

§ 1º O benefício pode ser solicitado após comprovada a gestação, independentemente do período gestacional e até 90 (noventa) dias após o nascimento.

§ 2º São documentos essenciais para concessão do auxílio por natalidade:

I- comprovante gestacional;

II – declaração de nascido vivo;

III - certidão de nascimento da criança;

IV - comprovante de rendimentos e gastos da família;

V - comprovante de residência;

VI – carteira de identidade e CPF do beneficiado;

§ 3º O auxílio natalidade será concedido na forma de um kit

natalidade, com valor aproximado de 50% do salário mínimo.

§ 4º O auxílio natalidade deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após o requerimento.

Art. 7º O auxílio por morte atenderá:

I – despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II – necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – atestado de óbito;

II – comprovante de residência;

III – comprovante de rendimentos e gastos da família;

IV – carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 90 (noventa) dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral ao município.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou pessoa em situação de rua, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º Referente ao § 3º e § 4º o município poderá arcar com 100% dos custos.

§ 6º O valor conferido ao auxílio funeral será de, no mínimo, 1 (um) salário mínimo em vigência, e deverá ser pago em até 30 (trinta) dias após o requerimento, posterior parecer socioeconômico do(a) assistente social.

Art. 8º O benefício por morte pode ser pago, diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau, ou pessoa autorizada mediante declaração.

Art. 9º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de alimentação;

a) O auxílio-alimentação, será concedido na forma de Cesta Básica, mediante a visita domiciliar de acordo com Parecer Social, elaborado pelo/a Assistente Social.

II - da dificuldade de transporte;

a) O auxílio transporte é a concessão de passagens para o usuário acessar exclusivamente os serviços da política pública da Assistência Social, buscando atender desta forma as necessidades urgentes que se apresentam devido a vulnerabilidade socioeconômica do usuário, e será concedida mediante parecer social do/a Assistente social.

III - da falta de documentação;

a) O auxílio documentação constitui-se em: segundas vias das certidões de registro geral, nascimento, casamento, fotos exclusivas para documentação e óbito.

IV – da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) de desastres e de calamidade pública;

d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º Nestes casos deverá ser garantido o auxílio aluguel social. O benefício eventual na forma de aluguel social terá caráter excepcional, transitório, não contributivo, concedido em pecúnia e destinado para pagamento de aluguel de imóvel de terceiros a famílias em situação habitacional de emergência e de baixa renda, que não possuam outro imóvel próprio no município ou fora dele,

condicionando ao atendimento dos critérios estabelecidos nos arts. 1º, 2º, 3º e 9º.

I - Considera-se situação de emergência a moradia destruída, total ou parcial, ou interditada em função de condições climáticas, tais como: deslizamentos, inundações, incêndios, conforme parecer técnico da Defesa Civil.

II - Considera-se de baixa renda as famílias com renda mensal de até 01 (um) salário mínimo de renda familiar.

III - A mulher será preferencialmente indicada como titular em receber o aluguel social ou na impossibilidade poderá ser indicado outro membro da família como responsável pelo recebimento.

IV - O benefício do aluguel social será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial.

V - Somente poderão ser objeto de locação nos termos desta Lei os imóveis localizados no Município de Nova Trento, que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de área de risco.

VI - O valor máximo do benefício aluguel social corresponderá a 70% (setenta por cento) do salário mínimo nacional vigente pelo período de até 03 (três) meses, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

§ 3º Para a prorrogação do benefício, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação deverá promover a reavaliação socioeconômica da família beneficiada.

I - O benefício será concedido em prestações mensais em nome do beneficiado.

§ 4º O benefício será utilizado para o pagamento integral ou parcial do aluguel, sendo o aluguel mensal contratado inferior ao valor do benefício aluguel social, este limitar-se-á ao valor do aluguel do imóvel locado e, na hipótese do aluguel mensal contratado ser superior ao valor do benefício, competirá ao beneficiário o complemento do valor.

§ 5º O pagamento do benefício somente será efetivado mediante apresentação do contrato de locação devidamente assinado pelas partes contratantes e registrado em cartório.

§ 6º A administração pública não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do beneficiário.

Art. 10 São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I – comprovante de residência;

II – comprovante de rendimentos e gastos da família;

III – carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Parágrafo único. O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

Art. 11. A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 1º O auxílio em situação de calamidade pública será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social, podendo ser qualquer um dos previstos no art. 9º desta lei ou outros de acordo com o acontecimento.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I – comprovante de residência;

II – comprovante de rendimentos e gastos da família;

III – carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 12. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o

seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV - garantir a inserção e o acompanhamento das famílias beneficiárias nos serviços ofertados pela proteção social básica e especial, para a superação das situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a autonomia das famílias.

V - divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

VI - encaminhar, ao CMAS relatório semestral de gestão dos benefícios eventuais.

VII - viabilizar a articulação com as demais políticas intersectoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 13. Ao Conselho Municipal de Assistência Social, compete acompanhar:

I - periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

II - a relação dos tipos de benefícios concedidos e também dos benefícios negados e as justificativas da não concessão;

III - fiscalizar a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional e o Plano Municipal de Assistência;

IV - fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do Município e do Estado título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais; e V - as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 14. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 15. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis nº 1.379/1994 e 1.402/1995.

Nova Trento, 10 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal Administração e Finanças

LEI Nº 2.655/2017

LEI Nº 2.655, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Proíbe a produção de mudas e o plantio da "Spathodea Campanulata" no território do Município de Nova Trento, incentiva a substituição das existentes, por espécies nativas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, III e V, da Lei Orgânica do Município, faz saber

a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida, no território do Município de Nova Trento, a produção de mudas e o plantio das árvores "Spathodea Campanulata", também conhecida como "Espatódea" ou "Bisnagueira".

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, promoverá campanhas publicitárias no sentido de tornar público os efeitos danosos desta árvore e de incentivo à substituição das existentes por espécies nativas.

Art. 3º A produção de mudas ou o plantio da "Spathodea Campanulata", serão punidos com multa de 100 (cem) Unidade Fiscal Municipal - UFM por planta ou muda produzida, aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 4º A fiscalização quanto à aplicação da presente lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 10 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 481/2017 "G"

PORTARIA Nº 481/2017 "G"

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação, em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014 e amparado no Decreto 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE;

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ANDREIA KNISS, matrícula nº 7535, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Educação Infantil - Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Santo Antonin, a contar de 16 de junho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de junho de 2017.

Moacir Antônio Facchini

Secretário Municipal de Educação, em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 214/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANDREIA KNISS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Carlos João Ruberti, nº 536, Bairro Trinta Reis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 095.801.709-32, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Educação Infantil - Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Santo Antonin, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (mil setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 16 de junho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 16 de junho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Andreia Kniss
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 16 de junho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 483/2017 "A"

PORTARIA N° 483/2017 "A"

Admissão em caráter temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação, em Exercício do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.533, de 21 de outubro de 2014, e amparado no Decreto nº 095 de 18/04/2017,

RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, através do processo Seletivo nº 004/2016 de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 150/2017, SUELI MELLO FAGUNDES, matrícula nº 7536, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 20 de junho de 2017 a 04 de agosto de 2017, em substituição a titular Verônica B.V. Bottamedi, afastada conforme Portaria nº 284/2017 "A" (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de junho de 2017.

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação, em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 215/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de

Educação, em Exercício, Moacir Antônio Facchini, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 94869, residente e domiciliado na Rua João bayer Sobrinho, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SUELI MELLO FAGUNDES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua João Manoel de Souza Filho, nº 46, Bairro Carmelo de Dentro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 864.056.759-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 20 de junho de 2017 a 04 de agosto de 2017, em substituição a titular Verônica B.V. Bottamedi, afastada conforme Portaria nº 284/2017 "A" (Readaptação).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes

elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de junho de 2017.

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação, em Exercício

Sueli Mello Fagundes
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de junho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 493/2017

PORTARIA Nº 493/2017

Dispõe Sobre Credenciamento

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de conformidade com o art. 1º e ss., Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

RESOLVE:

CREDENCIAR, o Servidor Público Municipal ADAUTON RAULINO, matrícula nº 7273, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a partir de 13 de junho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de junho de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 493/2017 "G"

PORTARIA Nº 493/2017 "G"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal MARLUCE GALVAN LACERDA, matrícula nº 6771, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade de Saúde Básica Aguti, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 22 de junho de 2017 a 10 de julho de 2017, conforme resultado pericial datado de 26/06/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de junho de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 501/2017 "B"

PORTARIA Nº 501/2017 "B"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a portaria nº 436/2017, que Prorrogou a concessão Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal GABRIELA SILVEIRA FELICIO, matrícula nº 6759, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 25 de junho de 2017 a 23 de agosto de 2017, conforme resultado pericial datado de 30/06/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de junho de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 502/2017

PORTARIA Nº 502/2017

Exonera Servidor

Jaison Moacir Marchiori, Prefeito Municipal em exercício, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal JÉSSICA DE MOURA RAMBOR CREPPAS, matrícula nº 7511, do cargo de Professor Não Habilitado – Educação Especial – Auxiliar de Sala, 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.

Jaison Moacir Marchiori
Prefeito Municipal, em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 503/2017

PORTARIA Nº 503/2017

Admissão em caráter temporário

Virgílio José Tamanini, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.533, de 21 de outubro de 2014, e amparado no Decreto nº 095 de 18/04/2017,

RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº 001/2017 de 25/04/2017, convocada conforme Decreto nº 181/2017, PAULO RIBEIRO VELHO, matrícula nº 7549, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017 a 02 de agosto de 2018, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de junho de 2017.

Virgílio José Tamanini
Secretário Municipal de transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 222/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, VIRGILIO JOSÉ TAMANINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 144.972.809-00, RG nº 97552, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor PAULO RIBEIRO VELHO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Loteamento Tiago Frederico Tomasoni, s/nº, Bairro Besenello, Município de

Nova Trento, portador do CPF nº 074.517.539-21, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 03 de julho de 2017 a 02 de agosto de 2018, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2017.

Virgílio José Tamanini

Secretário M. de Transp., Obras, Ser. Urb. e Planejamento

Paulo Ribeiro Velho

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar

Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 504/2017

PORTARIA Nº 504/2017

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que o cargo lhe confere, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado no Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 177/2017, LELIANE ELENITA SGROTT, matrícula nº 7548, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017 a 02 de julho de 2018, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 23017.

Moacir Antônio Facchini

Secretário Municipal de Educação em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 223/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação em exercício, MOACIR ANTONIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 948691, residente e domiciliado na Rua Jordão Cadorin, nº 40, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LELIANE ELENITA SGROTT, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Benta Seemanns Piazza, nº

228, Bairro Trinta Reis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 021.557.579-21, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 03 de julho de 2017 a 02 de julho de 2018, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2017.

Moacir Antonio Facchini
Secretário Municipal de Educação em exercício

Leliane Elenita Sgrott
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 506/2017

PORTARIA Nº 506/2017

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que o cargo lhe confere, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado no Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, de 25 de abril de 2017, convocada conforme Decreto nº 166/2017, LEIA FERNANDES PAULO, matrícula nº 7547, para exercer o cargo de Professor, Nível III, referência "A", com 35 (trinta e cinco) horas semanais, (Ensino Fundamental – Geografia), sendo 20 (vinte) horas na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho e 15 (quinze) horas na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 224/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação em exercício, MOACIR ANTONIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 948691, residente e domiciliado na Rua Jordão Cadorin, nº 40, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LEIA FERNANDES PAULO, brasileira,

solteira, residente e domiciliada na Rua Vereador Pedro Medeiros, nº 2, Bairro Serraria, Município de Florianópolis, portadora do CPF nº 398.997.649-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor, Nível III, referência "A", com 35 (trinta e cinco) horas semanais, (Ensino Fundamental – Geografia), sendo 20 (vinte) horas na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho e 15 (quinze) horas na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.614,88 (dois mil seiscentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 07 (sete) horas diárias, totalizando 35 (trinta e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado

assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2017.

Moacir Antonio Facchini

Secretário Municipal de Educação em exercício

Leia Fernandes Paulo

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar

Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 507/2017

PORTARIA Nº 507/2017

Exonera Servidor

Jaison Moacir Marchiori, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal LEONIRIA FÁTIMA ANZINI MISTURA, matrícula nº 7510, ocupante do cargo de Professor Não Habilitado – Educação Especial – Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício na Escola de Educação Básica Aguti, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.

Jaison Moacir Marchiori

Prefeito Municipal, em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 507/2017 "A"

PORTARIA Nº 507/2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que o cargo lhe confere, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado no Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, de 25 de abril de 2017, convocada conforme Decreto nº 166/2017, SUZANE ECCEL, matrícula nº 7550,

para exercer o cargo de Professor Não Habilitado – Auxiliar de Sala -Educação Especial, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 23017.

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 225/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação em exercício, MOACIR ANTONIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 948691, residente e domiciliado na Rua Jordão Cadorin, nº 40, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SUZANE ECCEL, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 136, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 087.357.529-63, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado – Auxiliar de Sala -Educação Especial, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações

do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2017.

Moacir Antonio Facchini
Secretário Municipal de Educação em exercício

Suzane Eccel
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 508/2017

PORTARIA Nº 508/2017

Exonera Servidor

Jaison Moacir Marchiori, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, DELAINE MONIZE TIL, matrícula nº 7461, ocupante do cargo de Professor Nível III - Referência A – (Educação Infantil e Ensino Fundamental) - Educação

Física, com 20 (vinte) horas semanais, sendo 05 (cinco) horas na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba Município de Nova Trento, 05 (cinco) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro e 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, Bairro Salto, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.
Jaison Moacir Marchiori
Prefeito Municipal, em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 509/2017

PORTARIA Nº 509/2017

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que o cargo lhe confere, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado no Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, de 25 de abril de 2017, convocada conforme Decreto nº 166/2017, FERNANDA KRIGER, matrícula nº 7552, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado – Auxiliar de Sala -Educação Especial, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 227/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação em exercício, MOACIR ANTONIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 948691, residente e domiciliado na Rua Jordão Cadorin, nº 40, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FERNANDA KRIGER, brasileira, solteira,

residente e domiciliada na Rua Victor Meirelles, nº 12 Bairro Morro da Bina, Município de Biguaçu, portadora do CPF nº 060.682.929-67, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado – Auxiliar de Sala -Educação Especial, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2017.

Moacir Antonio Facchini
Secretário Municipal de Educação em exercício

Fernanda Kriger
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 510/2017

PORTARIA Nº 510/2017

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que o cargo lhe confere, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado no Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, de 25 de abril de 2017, convocada conforme Decreto nº 166/2017, MIRELI CARLA CECCATO, matrícula nº 7553, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado - Educação Especial - Libras, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 228/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação em exercício, MOACIR ANTONIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 948691, residente e domiciliado na Rua Jordão Cadorin, nº 40, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MIRELI CARLA CECCATO, brasileira,

solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 851, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 082.304.629-09, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado - Educação Especial - Libras, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 03 de julho de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2017.
Moacir Antonio Facchini Mireli
Secretário Municipal de Educação em exercício

Carla Ceccato
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 511/2017

Portaria Nº 511/2017

Atribuir Exercício

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Educação em Exercício, de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18/04/2017,

Resolve:

Art. 1º Atribuir exercício à Servidora Pública Municipal, LEILA MARIA GIACOMINI, matrícula 7520, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – ACT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, a partir de 03/07/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 514/2017

PORTARIA Nº 514/2017

Altera Carga Horária de Servidor

Moacir Antônio Facchini, Secretário Municipal de Educação em exercício do Município de Nova Trento, usando das atribuições que o cargo lhe confere e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado no Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

Alterar, a carga horária, a partir de 1º de julho de 2017, da Servidora Pública Municipal, Rosimar Darós, matrícula nº 185, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor Nível IV, Referência P, (Educação Infantil – Pré Escolar) passando de 40 (quarenta)

horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi – Centro, Município de Nova Trento.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2017

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 519/2017

PORTARIA Nº 519/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Jaison Moacir Marchiori, Prefeito Municipal em Exercício, de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 81, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal LAISY ALBANAS DAVID, matrícula nº 7185, no Cargo de Provimento Efetivo de Cirurgião Dentista, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária do bairro Bezenello, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura pelo período de 12 (doze) dias, a contar de 19 de junho de 2017 a 30 de junho de 2017, conforme resultado pericial datado de 04/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, de 04 de julho de 2017.

Jaison Moacir Marchiori
Prefeito Municipal, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 527/2017

PORTARIA Nº 527/2017

Admissão em Caráter Temporário

Moacir Antonio Facchini, Secretário Municipal de Educação, em exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 001/2017, de 25/04/2017, e convocada pelo Decreto nº 166/2017, MARIA ISABEL PERES, matrícula nº 7561, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A (Ensino Fundamental - Anos Finais

- Geografia), com 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo 15 (quinze) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí, Município de Nova Trento e 20 (vinte) horas semanais na escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Distrito de Claraíba, a contar de 06 de julho de 2017 até 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de julho de 2017.

Moacir Antônio Facchini
Secretário Municipal de Educação, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 234/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação em exercício, MOACIR ANTONIO FACCHINI, casado, brasileiro, CPF nº 131.096.939-68, RG nº 948691, residente e domiciliado na Rua Jordão Cadorin, nº 40, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA ISABEL PERES LINO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Francisco Valle, nº 147, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 562.807.691-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, referência A (Ensino Fundamental - Anos Finais - Geografia), com 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo 15 (quinze) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí e 20 (vinte) horas semanais na escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Distrito de Claraíba.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 06 de julho de 2017 até 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 07 (sete) horas diárias, totalizando 35 (trinta e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de julho de 2017.

Moacir Antonio Facchini
Secretário Municipal de Educação em exercício

Maria Isabel Peres Lino
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 530/2017

PORTARIA Nº 530

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, JEFFERSON GEVIESKI OURIQUE, matrícula nº 7543, ocupante do cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário – Unidade Sanitária Madre Paulina, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 07 de junho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 533/2017

PORTARIA Nº 533/2017

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ANA LUIZA GESSELE, matrícula Nº 7250, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 11(once) dias, a contar de 11 de julho de 2017 a 21 de julho de 2017 conforme resultado pericial datado de 14/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 533/2017 "A"

PORTARIA Nº 533/2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, e de acordo com o que determina o Capítulo III, da Lei Municipal Nº 638/2015 de 23/06/2015,

RESOLVE:

Contratar por prazo Indeterminado, através do Processo Seletivo nº 005/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 191/2017, MARIA JURACI BOSO TILL, matrícula nº 7566, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com 40

(quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde da Localidade de Aguti, município de Nova Trento, a contar de 14 de julho de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de julho de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 235/2017

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO INDETERMINADO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora MARIA JURACI BOSO TILL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Rio Bonito, s/nº, Bairro Ribeirão Bonito, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 927.698.459-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Agente Comunitário de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário – Unidade Sanitária Aguti, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.118,64 (um mil cento e dezoito reais e sessenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado por período indeterminado, a contar de 14 de julho de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da CLT;
- II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções;
- III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

IV – insuficiência de desempenho, apurada, em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

V – extinção do programa federal que ensejar a contratação, ou seja, o Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS e Agente de Combate as Endemias – ACE, ou outro que venha a substituí-los;

VI – em função de apresentação de declaração falsa de residência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime celetista (CLT).

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 14 de julho de 2017.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde D. Comunitário

Maria Juraci Boso Till

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 14 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar

Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 534/2017

PORTARIA Nº 534/2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, MARIA CAROLINE DAS CHAGAS WINKELMANN, matrícula nº 7440, ocupante do

cargo de Enfermeira, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de julho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de julho de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário M. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 537/2017 "A"

PORTARIA Nº 537/ 2017 "A"

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 2º da Lei Complementar nº 657, de 18 de julho de 2017, que alterou o Artigo 107 da Lei 1.668 de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 260/2017 "A", que Concedeu Licença Gestante a Servidora Pública Municipal GIOVANA CADORIN HOFFMANN, matrícula nº 6688, concursada no cargo de Coordenador Escolar Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 25 de julho de 2017 a 22 de setembro de 2017, conforme resultado pericial datado de 19/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 538/2017

PORTARIA Nº 538/2017

Admissão em Caráter Temporário

Virgílio José Tamanini, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas e através do Decreto 095 de 18 de abril de 2017, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 001/2017, de 25/04/2017, e convocado pelo Decreto nº 181/2017,

GIOVANI GOMES DA ROSA, matrícula nº 7565, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, a contar de 20 de julho de 2017 até 19 de julho de 2018, por motivo de vaga excedente e excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de julho de 2017.

Virgílio José Tamanini
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 239/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, VIRGILIO JOSÉ TAMANINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 144.972.809-00, RG nº 97552, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor GIOVANI GOMES DA ROSA, brasileiro, amasiado, residente e domiciliado na Rua Alto Salto São Caetano, s/nº, Bairro Ribeirão Frederico, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 317.273.950-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 20 de julho de 2017 até 19 de julho de 2018, por motivo de vaga excedente e excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de julho de 2017.

Virgílio José Tamanini
Secretário M. de Transp., Obras, Ser. Urb. e Planejamento

Giovani Gomes da Rosa
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 541/2017

PORTARIA Nº 541/2017

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JULIETE LORENZETTI, matrícula Nº 6725, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha - Trinta Reis, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar de 10 de julho de 2017 a 23 de julho de 2017 conforme resultado pericial datado de 21/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 542/2017

PORTARIA Nº 542/2017
Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 478/2017, que concedeu Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal LISANGELA LOCKS DE OLIVEIRA, matrícula Nº 7418, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha - Trinta Reis, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 14 de julho de 2017 a 11 de setembro de 2017 conforme resultado pericial datado de 21/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 544/2017

PORTARIA Nº 544/2017
Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública

Municipal DOLORES DO ROCIO BATTISTI MARCHI, matrícula Nº 3529, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 20 de julho de 2017 a 03 de agosto de 2017 conforme resultado pericial datado de 24/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 546/2017

PORTARIA Nº 546/2017
Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 533/2017 que CONCEDEU Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ANA LUIZA GESSELE, matrícula Nº 7250, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 25 de julho de 2017 a 23 de agosto de 2017 conforme resultado pericial datado de 28/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 547/2017

PORTARIA Nº 547/ 2017

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 59, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 076/2017, que Prorrogou a Concessão de Readaptação a Servidora Pública Municipal IVONE SDRIGOTTI

CECCATO, matrícula nº 31, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 27 de julho de 2017 a 22 de janeiro de 2018, conforme resultado pericial datado de 31/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 548/2017

PORTARIA Nº 548/2017
Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal GABRIELA SILVEIRA FELICIO, matrícula nº 6759, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 26 de julho de 2017 a 23 de setembro de 2017, conforme resultado pericial datado de 31/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 549/2017

PORTARIA Nº 549/2017

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 062/2017, que Prorrogou a Concessão de Readaptação à Servidora Pública Municipal ADA MARIA CIPRIANI ABELINO, matrícula nº 195, concursada no cargo de Professora Nível IV, Referência F, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental - Geografia), lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, contar de 31 de JULHO de 2017 Até 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), conforme resultado pericial datado de 31/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 31 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 551/2017

PORTARIA Nº 551/2017

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 59, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 284/2017 "A", QUE CONCEDEU Readaptação ao Servidor Público Municipal VERONICA B. WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento pelo período de 180(cento e oitenta)dias , a contar de 05 de agosto de 2017 a 31 de janeiro de 2018, conforme resultado pericial datado de 31/07/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 552/2017

PORTARIA Nº 552/2017

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.533, de 21 de outubro de 2014, e amparado

no Decreto nº 095 de 18/04/2017,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria de 483/2017 "A", que Admitiu em caráter temporário, através do processo Seletivo nº 004/2016 de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 150/2017, SUELI MELLO FAGUNDES, matrícula nº 7536, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 05 de agosto de 2017 a 31 de janeiro de 2018, em substituição a titular Verônica B.V. Bottameli, afastada conforme Portaria nº 551/2017 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 215/2017

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SUELI MELLO FAGUNDES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua João Manoel de Souza Filho, nº 46, Bairro Carmelo de Dentro, município de São João Batista, portador do CPF nº 864.056.759-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Francisco João Valle, Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste Termo Aditivo, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1,103,20 (hum mil, cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo é firmado pelo período de 05 de agosto de 2017 até 31 de janeiro de 2018, em substituição a titular Verônica B.W.Bottameli, afastada conforme Portaria nº 551/2017 (Readaptação).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado Termo Aditivo.

Nova Trento, em 31 de julho de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Sueli Mello Fagundes
Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo em 31 de julho de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 555/2017

PORTARIA Nº 555/2017

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 2º da Lei Complementar nº 657, de 18 de julho de 2017, que alterou o Artigo 107 da Lei 1.668 de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 303/2017 "A", que Concedeu Licença Gestante à Servidora Pública Municipal LILIAN CRISTIANI FONTANELLI, matrícula nº 1052, concursada, atuante no cargo de Provisão em comissão de Supervisora de Educação Infantil, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 17 de agosto de 2017 a 15 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 556/2017

PORTARIA Nº 556/2017

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 2º da Lei Complementar nº 657, de 18 de julho de 2017, que alterou o Artigo 107 da Lei 1.668 de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 307/2017, que Concedeu Licença Gestante à Servidora Pública Municipal ADRIANA APARECIDA VINOTTI, matrícula nº 6546, concursada, ocupante do cargo de Professor, Nível III, Referência "C", com 40 (quarenta) horas semanais,

na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 20 de agosto de 2017 a 17 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº 005/2017

Resolução 05/2017.

“Dispõe sobre o “PLANO DE TRABALHO E O PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO DE RECURSOS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA REFERENTES AO COFINANCIAMENTO ESTADUAL SOCIOASSISTENCIAL 2017”.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, instituído pela Lei Municipal nº 1.445/95, consolidado pela Lei nº 2.622/16 de 17/11/2016, previsto pela Lei federal nº 8.742/93 Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS -consolidada pela Lei nº 12.435/11;

Resolve:

Art. 1º – Aprovar em reunião ocorrida as 08h30min na data de 09 de Agosto de 2017, na Casa da Cidadania Rua Salvador Gessele Nº 120, o Plano de trabalho e o Planejamento de execução de recursos na Proteção Social Básica, referentes ao Cofinanciamento Estadual do exercício de 2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Nova Trento 09 de Agosto de 2017.

Luís Antônio de Souza
Presidente do CMAS.

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 061/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 61/2017 - PR
CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 81/2017 Processo de Licitação: 81/2017 Data do Processo: 12/06/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

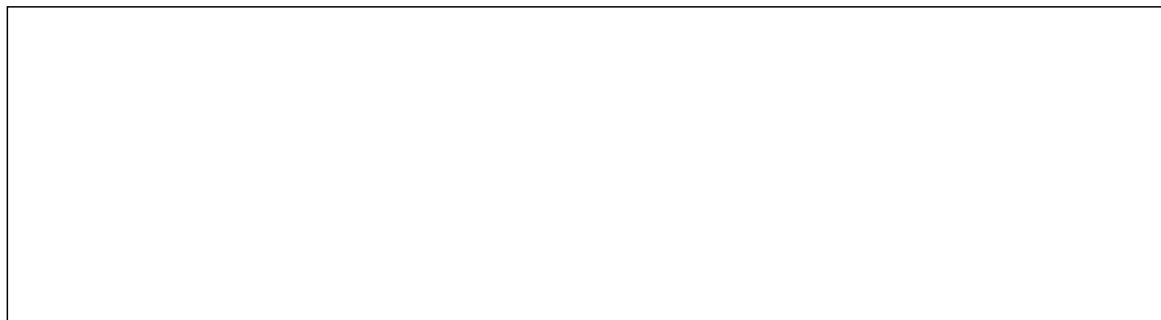
O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 81/2017
b) Licitação Nr.: 61/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/08/2017
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE UMA VAN 17 + 1 LUGARES (ZERO QUILOMETRO), ANO/MODELO 2017/2018, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006635 - DVA-VEICULOS S/A.	<u>1</u>	0,0000	<u>180.000,00</u>
	1		180.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).



Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 026/17 - PR Nº 012/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/08/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, CONSUMO E GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO E PARA MANUTENÇÃO DO CRAS E NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO CRAS QUANDO DA PARTICIPAÇÃO DAS OFICINAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 102,60 (Cento e dois reais e sessenta centavos).

DATA: 08/08/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 035/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 035/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à contratação de empresa especializada na mão de obra de auxiliar de serviços gerais e cozinheira. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 23/08/2017 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 10/08/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

ADENDO AO PR 033/2017

ADENDO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2017

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0033/2017

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para abastecer a Farmácia Pública Municipal e aquisição de leite atendendo a demanda judicial.

O Prefeito Municipal de Ouro comunica aos interessados que o edital do Processo Licitatório nº. 0053/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0033/2017 passou por alterações no seu ITEM 9 (inclusão do subitem 9.3). A data de abertura do edital não foi alterada. Ratificam-se as demais especificações e condições previstas no edital. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br/licitacoes@ouro.sc.gov.br/www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 10/08/2017. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PR 37/2017

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0037/2017

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 24/08/2017, às 14:00 hs, o Processo Licitatório nº. 0057/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0037/2017, tipo menor preço por item, sob o regime de entrega parcelada. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de higiene e limpeza. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 10/08/2017. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 77/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 29 de agosto de 2017, às 08:30 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão pública para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 77/2017 Contratação de empresa para execução de projeto executivo e instalação de painel de comando e força para estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário, como fornecimento de material e mão de obra para o Município de Palhoça, conforme edital. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoça.atende.net. Palhoça, 10 de agosto de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 071/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de serviços prestados por Agência de Viagens para aquisição de passagens aéreas, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas pela agência de viagens, no âmbito do território nacional, atendendo às normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, destinadas a atender todas as Secretarias, Autarquias e Fundações que fazem parte do Município de Palhoça, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar, totalizando R\$150.010,00 (cento e cinquenta mil e dez reais).

Palhoça, 10 de agosto de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº001/2017 -ALTERAÇÃO DO LOCAL AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CNPJ Nº 75.813.675/0001-59

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE LOCAL DA

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO MORRO DOS CAVALOS, MACIAMBUR E ENSEADA DO BRITO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA informa a ALTERAÇÃO DO LOCAL da Audiência Pública referente à Demarcação de Terras Indígenas no Morro dos Cavalos, Maciambur e Enseada do Brito, a realizar-se no dia 14 de agosto de 2017, segunda-feira, às 19h:30min, no Plenário da Câmara Municipal de Palhoça, localizada na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani, Palhoça - SC, 88132-282
Palhoça/SC, 10 de agosto de 2017.

Fábio Coelho

Presidente

Palmitos

PREFEITURA

Decreto nº 054/2017

DECRETO Nº 054/2017. De 30 de junho de 2017.	AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida na Lei Municipal nº. 3.939, de 15 de dezembro de 2016.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional especial e suplementar no valor de até R\$ 36.051,59 (trinta e seis mil cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 10.05 – Fundo Municipal da Criança e do adolescente
Projeto: 2046 – Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 (48) R\$ 25.650,00
TOTAL R\$ 25.650,00

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 1.013 – Obras de Pavimentação e Construção de Passeios em Vias Públicas
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0013 (152) R\$ 5.401,59
TOTAL R\$ 5.401,59

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 05.02 – Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 2018 – Manutenção das Atividades do Esporte
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0000 (82) R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 36.051,59 (trinta e seis mil cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos), de que trata o art. 1º deste decreto, utiliza-se de anulação parcial de dotações do orçamento vigente e excesso de arrecadação, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 10.05 – Fundo Municipal da Criança e do adolescente
Projeto: 2046 – Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 (45) R\$ 25.650,00
TOTAL R\$ 25.650,00

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

• Excesso de arrecadação na fonte de recursos 13 - Transferência de Convênios Estado/Outros R\$ 5.401,59
TOTAL R\$ 5.401,59

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 05.02 – Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 2018 – Manutenção das Atividades do Esporte
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0000 (83) R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 30 de junho de 2017.

DAIR JOCELY ENGE

Registrado e Publicado em local de costume

Oberdan Francisco Ferrari

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Decreto nº 061/2017

DECRETO Nº. 061/2017 De 24 de Julho de 2017.	"DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Dair Jocely Enge Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

DECRETA

Art. 1º. A realização de audiências públicas e a participação popular nos processos de elaboração do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual obedecerá ao disposto decreto.

Parágrafo único: A participação de que trata este Decreto abrangerá as iniciativas relacionadas aos programas temáticos do município.

Art. 2º. A participação popular deverá ser organizada de maneira a propiciar o acesso à discussão e toda a sociedade sobre os orçamentos do Município, sejam em audiências públicas.

Art. 3º. A secretaria de Planejamento divulgará calendário de realização organizará e coordenará as audiências públicas.

§1º As audiências públicas terão por finalidade a articulação com a sociedade em termos de escolha de prioridades.

DECRETO Nº. 061/2017
De 24 de Julho de 2017.

§2º A escolha prioritária sobre as demandas de cada região recairá sobre políticas públicas previamente organizadas pelo Poder Executivo.

Art. 4º. Poderão participar das audiências públicas de que trata este Decreto, pessoas físicas, entidades de classe, associações de bairro, associações comerciais ou industriais, sindicatos, e outras entidades organizadas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos (SC), em 24 de Julho de 2017.

Dair Jocely Enge
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Oberdan Francisco Ferrari
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

PROCESSO 65/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 65/2017. Modalidade: Pregão Presencial 47/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, TELEFÔNICA, HIDRÁULICA E DESENTUPIMENTO DE ESGOTO. Data da entrega dos envelopes: 24/08/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 24/08/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 10 de Agosto de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

ANULAÇÃO TP 05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
Processo Licitatório 071/2017.
Tomada de Preço 05/2017.

O Município de Papanduva, por orientação da assessoria jurídica, ANULA o processo licitatório. Motivo: Ilegalidade no tocante ao fracionamento do objeto do certame.
Papanduva, 10 de agosto de 2017.
Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2721, DE 19.07.2017 - SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA DO PLANO M DE EDUCAÇÃO.

DECRETO Nº 2721, 19 DE JULHO DE 2017.
SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA PARA ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, PARA O DECÊNIO DE 2015/2025, NOMEADOS ATRAVÉS DO DECRETO Nº 2518, DE 02 DE MARÇO DE 2017.
O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e
Considerando a necessidade de substituir membros da Comissão técnica para adequação do Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015/2025,

DECRETA

Art. 1º. Ficam substituídos alguns membros da Comissão Técnica para adequação do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, para o decênio 2015/2025, vigorando a partir desta data com a seguinte composição:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:
MARIZA DAS GRASSAS VEIGA DE SOUSA
CRISTIANE NARLOCH

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA:
JOSÉ RATOCHINSKI FILHO
MARIA CRISTINA SAVITZKY

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO:
BERNADETE WILICZINSKI
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO JURÍDICO:
DIONATHAN CESAR MACHADO
ESTELA MARI FERENS

REPRESENTANTES DO FUNDEB:
EDENILSON PADILHA
JUCELI GMACH RIBEIRO

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
ELIANE ULBRICH
NELIA KUCARZ

REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS:

ERISON WOJCIECHOWSKI
ALTIVIR DOMINIAK

COORDENADOR DA EQUIPE:
ELIANE MARIA TKATCH GUTZ

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Município de Papanduva/SC, 19 de julho de 2017.
Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2722, DE 19.07.2017 - RECOMPÕE A COMISSÃO COORDENADORA PARA ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 2722, DE 19 DE JULHO DE 2017.
RECOMPÕE A COMISSÃO COORDENADORA PARA ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, PARA O DECÊNIO DE 2015/2025, NOMEADA ATRAVÉS DO DECRETO 2517, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e
Considerando a necessidade de recompor a Comissão Coordenadora para adequação do PME do Município de Papanduva 2015/2025,

DECRETA

Art. 1º. Fica a Comissão Coordenadora para adequação do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, para o decênio 2015/2025, recomposta com os seguintes membros:

I- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:
CRISTIANE NARLOCH
ELIANE MARIA TKATCH GUTZ

II-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS: DANIELE FERENS IELER
ANA PAULA HENZ SHONS

III-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS:
ELISIANE JUSEFOVICZ
ELISABETE GRESZCZUK MACHADO

IV-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO:
SANDRA APARECIDA DA SILVA
GEISE BEL LISBOA

V-SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:
ZENELI KOHUT
EVENI GONÇALVES DE OLIVEIRA

VI-CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

ELIANE ULBRICH
ELIANE APARECIDA PADILHA

VII- PROFISSIONAIS DO ENSINO MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL:
JUSSARA DE SOUZA MARON
MARINA ALVES ELIAS

VIII- PROFISSIONAIS DO ENSINO MODALIDADE EDUCAÇÃO INFANTIL:
CRISTIANE PEREIRA BARBOSA FERNANDES
ADRIANA OLESKOVICZ

IX-REPRESENTANTES PROFISSIONAIS DO ENSINO MODALIDADE EDUCAÇÃO DO CAMPO:
JOELMA REGINA KRAIESKI
LEONI JUSEFOVICZ

X-REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES:
TAFAREL SHONS
ALTAMIR GLONEK

XI- REPRESENTANTES DO EXECUTIVO:
BERNADETE WILICZINSKI
ESTELA MARI FERENS

XII-REPRESENTANTES CONSELHO TUTELAR:
MARIA APARECIDA HELLINGER
LIDIANE CLAUDINE DE LUCA

XIII- REPRESENTANTES DOS GESTORES MUNICIPAIS:
ROMÉLIA KIESKI DE PAULA
DENISE FÁTIMA DE PAULA

XIV- REPRESENTANTES DOS GESTORES ESTADUAIS:
EDSON DE MELLO
RENATA OSTETTO GERALDI REESE

XV- REPRESENTANTES DA GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO:
JAQUELINE BALENA

XVI- REPRESENTANTES DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
ARNALDO ORACZ

XVII-REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
LUCIANA LOPES DE MEDEIROS
HILDA NUNES SEIFER BREGINSKI

XVIII- REPRESENTANTES DOS PAIS:
MICHELI CRISTINA POPOVICZ LEAL
ALEX CAINÃ LIMA

XIX-REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I:
RAYSSA RAPHAELLY LEAL
ANA LULIA PINOTTI

XX-REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II:
LARISSA EDUARDA LEAL
VINÍCIUS EUGÊNIO GUTZ

XXI-REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO:
ANDRIELE NARLOCH PETERS
DEBORA DA SILVEIRA RATUCHINSKI

XXII-REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE:

ANDRÉIA SOUZA
BRUNA BUSNELO

XXIII – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

CÁTIA TACIANA TOHRSTENBERG
KÁTIA NAIANA MULLER

XXIV – REPRESENTANTES DA MODALIDADE JOVENS E ADULTOS:
SIRLEI KAMINSKI DUFFECK GREIN
EDINÉIA KEETZ

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva/SC, 19 de julho de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

ERRATA - NA PUBLICAÇÃO DOM/SC - EDIÇÃO Nº 2314, DE 8 DE AGOSTO DE 2017 - PAG 838, ONDE SE LÊ - RESOLUÇÃO Nº 05/2017 - LÊ-SE RESOLUÇÃO Nº 04/2017.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

RESOLUÇÃO Nº 04/2017

Dispõe sobre aprovação de transferência voluntária modalidade fundo a fundo por meio do Programa SICONV.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em reunião realizada dia 23/06/2017, Ata Nº 05/2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Municipal nº 1411 de 17/04/1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Papanduva – CMAS.

Resolve:

Art. 1º - aprovar a programação destinada a transferência voluntária de recursos, modalidade fundo a fundo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;

Art. 2º - recursos classificados como investimento que visa a estruturação da rede de serviços da Proteção Social Básica, através do Orçamento Geral da União, ano 2017 Programa SICONV 5500020170013.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 24 de junho de 2017.

Dagmar Alves Matioski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 05-2017 - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

RESOLUÇÃO Nº 05/2017

Dispõe sobre aprovação do Plano de Trabalho da Proteção Social Básica para o ano de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em reunião ordinária realizada dia 02/08/2017, Ata Nº 07/2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Municipal nº 1411 de 17/04/1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Papanduva – CMAS.

Resolve:

Art. 1º - aprovar o Plano de Trabalho para Proteção Social Básica, referente Co financiamento estadual para o ano de 2017;

Art. 2º - o recurso no valor de R\$ 24.324,32 – vinte e quatro mil trezentos e vinte e quatro reais com trinta e dois centavos, deverá ser aplicado em sua totalidade para custear a conservação e adaptação do imóvel público destinado exclusivamente para desenvolver as atividades do Serviço de Proteção Social Básica;

Art. 3º - esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 02 de agosto de 2017.

Dagmar Alves Matioski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Passos Maia**PREFEITURA****TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO CORREIOS 2017**

3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912265660 QUE ENTRE SI FAZEM MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Social: Município de Passos Maia		
CNPJ: 95.993.085/0001-62	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: Prefeitura Municipal	Ramo de Atividade: 84.11-6-00 - Administração pública em geral	
Endereço: Rua Padre Joao Botero Casa, Sn - Centro		
Cidade: Passos Maia	UF: SC	CEP: 89687-000
Telefone: (49) 3437-0010	FAX	
Endereço Eletrônico: licitacao@passosmaia.sc.gov.br		
Nome do Responsável: Leomar Roberto Listoni		
Cargo: Prefeito	RG: 2074422	CPF: 639.458.199-20

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome Fantasia: Superintendência Estadual de Operações SC	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23	
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4228	FAX:	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Nome do Representante Legal: Marciano da Silva Vieira		
RG: 4.111.072 SSP/SC	CPF: 042.110.989-00	
Nome do Representante Legal: Moacir Aguiar		
RG: 3.752.011 SSP/SC	CPF: 003.720.399-10	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 28/09/2017 até 28/09/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 137.547,33 (cento e trinta e sete mil quinhentos e quarenta e sete reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 03.01.04.122.0402

Projeto/Atividade: Manut. Da Secr. Da ADM E Fazenda

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

São José/SC,

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Leomar Roberto Listoni		Marciano da Silva Vieira
Prefeito		Superintendente Estadual de Operações SC
		Moacir Aguiar
		Gerente Regional de Vendas

TESTEMUNHAS:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

Paulo Lopes

PREFEITURA

376/2017

PORTARIA Nº 376/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1473/2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Ana Julia Dela Bruna Brand, brasileira, portadora do CPF nº 065.118.669-20, matrícula 11434, para atuar no Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 07/08/2017 até 06/08/2018 ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 07 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

377/2017

PORTARIA Nº 377/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1473/2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Isaura Berto de Oliveira Souza, brasileira, portadora do CPF nº 075.754.649-80, matrícula 11435, para atuar no Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 07/08/2017 até 06/08/2018 ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 07 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

378/2017

PORTARIA Nº 378/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 79, item I,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Lucinéia Zenita de Souza, nomeada pela portaria 063/2002, ocupante do cargo Professor, matrícula nº 705, conforme atestado médico, pelo período de 07 de agosto de 2017 a 21 de agosto de 2017, mediante remuneração pelo Município e a partir de 22 de agosto de 2017, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 09 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

379/2017

PORTARIA Nº 379/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto no artigo 185 da Lei Orgânica Municipal e a Lei 873/2000,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, por 120 (cento e vinte) dias, o mandato dos conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, nomeados pela Portaria 210/2015, ao Conselho Municipal do Idoso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 18 de junho de 2017 e condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 09 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

380/2017

PORTARIA Nº 380/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 79, item I,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Vania Maria Zucchi dos Santos, nomeada pela portaria 005A/1994, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 153, conforme atestado médico, pelo período de 09 de agosto de 2017 a 16 de agosto de 2017, mediante remuneração pelo Município e a partir de 17 de agosto de 2017, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 09 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

de preços nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 58/2013, solicitou desistência dos produtos . Tal solicitação, por ser uma prerrogativa prevista em Lei, após ser juridicamente analisada foi aceita pelo Município

CLÁSULA TERCEIRA – Da Rescisão

3.1 – A partir da presente data, fica rescindido a Ata de Registro de Preço em epígrafe; entretanto ficam reservados os direitos garantidos à Prefeitura Municipal de Paulo Lopes-SC.

Assim, firma o presente instrumento de Rescisão de Ata por acordo entre as partes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para todos os efeitos legais e de direito.

Paulo Lopes, 10 de agosto de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Município de Paulo Lopes

JULIANA TEREZINHA DE SÁ VIEIRA
Representante Legal

TERMO RESCISÃO - ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 21-2/2016

TERMO DE RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 21-2/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES E A EMPRESA AUTO POSTO GEMEOS EIRELI-ME

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, estado de Santa Catarina pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.892.365/0001-32, localizada na Rua José Pereira da Silva, nesta cidade de Paulo sob nº 415.919.099-53, residente e domiciliado nesta cidade de Paulo Lopes, SC, vem por meio do presente, RESCINDIR a ata de Registro de Preços n.º 21-2/2016, referente ao Pregão Eletrônico de Registro de Preço n.º 64/2016, pactuado com a empresa AUTO POSTO GEMEOS EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 22,299,970/0001-72, com sede na cidade de Paulo Lopes/SC neste ato representada pelo Srª JULIANA TEREZINHA DE SÁ VIEIRA, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob n.º 032.036.719-30, residente e domiciliado na cidade de Paulo Lopes/SC, na pessoa de seu representante legal; com amparo no art. 13, III, do Decreto Municipal n.º 58/2013, mediante cláusulas e seguintes condições:

CLAÚSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 – O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável administrativa referente à Ata de Registro de Preços n.º 21-2/2016, a contar da presente data, firmado entre a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e a empresa AUTO POSTO GEMEOS EIRELI-ME conforme dispõe o III, do art. 13 do Decreto n.º 58/2013 .

CLÁUSULA SEGUNDA – DO MOTIVO

2.1- A Licitante - Auto Posto Gêmeos EIRELI- ME- primeira colocada e vencedora dos itens previsto na Ata de Registro de Preços n.º 21-2/2016, após ser convocada para concretização da redução

Penha

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO Nº 95/2017 - PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 095/2017-PMP

AO CONTRATO Nº 193/2015- PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 62/2015 - PMP, PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 – PMP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM CONTROLE PATRIMONIAL, NO ÂMBITO DE ADEQUAÇÃO DOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

OBJETO DO ADITAMENTO: redução de valores.

Pelo presente instrumento de 5º Termo Aditivo nº. 095/2017-PMP ao Contrato Administrativo 193/2015-PMP, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, e de outro lado a Empresa DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.640.413/0001-42, com sede na cidade de São Jose/SC, Rua Candido Amaro Damásio, nº 456, Bairro: Jd. Cidade de Florianópolis, CEP: 88111-110, Telefone: (48) – 3035-7740/ (48) 9146-7323, e-mail: rodrigofpaim@gmail.com, , neste ato representada por Rodrigo Figueiro Paim, brasileiro, solteiro, diretor do comércio, inscrito no CPF/MF sob nº 696.369.740-04 e no RG sob nº 7050542526, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm ajustado em comum acordo mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica reduzido o percentual de 33,333% do valor total constante na Cláusula Primeira do Contrato 193/2015-PMP, 3º Termo Aditivo 204/2016-PMP e 4º Termo Aditivo nº 266/2016-PMP.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor total correspondente ao tocante da Secretaria Municipal de Administração de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) passará a ser de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o período da contratação constante do 3º Termo Aditivo 204/2016-PMP, contados a partir da data de assinatura e publicação do presente Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – Secretaria da Administração

Unidade: 05.04 – Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

Funcional: 04.122.0004.2.010 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (30)

Valor: R\$ 30.000,00

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 26 de julho de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Contratante

DIGITAL TECNOL. E SERV. LTDA – ME Rodrigo Figueiro Paim

Contratada

O presente termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário De Administração

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Geral

OAB: 13723

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017 PROCESSO DE SELEÇÃO DE PROFESSORES FORMADORES PARA O PNAIC-PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

PROCESSO DE SELEÇÃO DE PROFESSORES FORMADORES PARA O PNAIC-PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

A Secretaria Municipal de Educação de Penha faz saber que estarão abertas as inscrições para o processo de seleção de Professores Formadores Locais para atuar no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no Município de Penha (PNAIC), instituído através da Portaria nº 826 de 07/07/2017 do Gabinete do Ministro da Educação que dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação - PNME.

O Processo de Seleção dos Professores Formadores Locais será regido pelas regras estabelecidas neste documento e executado pela Coordenação Local do PNAIC conforme determina o artigo 24 da Portaria nº 826 de 07/07/2017.

1. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DA REMUNERAÇÃO

1.1. À pessoa com necessidades especiais será assegurado o direito de participar do processo seletivo, desde que as atribuições da função sejam compatíveis com a deficiência, exigindo-se, no caso, que o candidato declare na ficha de inscrição essa condição, especificando-a;

1.2. A seleção ocorrerá através de duas fases: a 1ª de análise de currículo e a 2ª de entrevista.

1.3. Requisitos para inscrição:

I. ser professor da rede pública de ensino de Penha;

II. ter participado do programa de formação continuada do PNAIC nos últimos 3 (três) anos ou ser coordenador pedagógico, professor da pré-escola ou do ciclo alfabetização com resultados reconhecidos na escola e na rede de ensino onde atua; e

III. ter disponibilidade para dedicar-se ao curso e à multiplicação junto aos coordenadores pedagógicos, professores e articuladores da escola do PNME.

§ 1º Na ausência de candidatos que atendam aos requisitos previstos no inciso II, a Secretaria de Educação promoverá a seleção mediante análise de currículo dentre os candidatos que preencham, no mínimo, os seguintes requisitos:

I. ser profissional do magistério da rede;

II. ter licenciatura; e

III. possuir experiência comprovada na formação de coordenadores pedagógicos e professores.

§ 2º Os requisitos previstos no § 1º deverão ser documentalmente comprovados pelo formador local junto ao coordenador local.

1.4 Da Remuneração:

O Professor Formador Local receberá bolsa de acordo com o determinado na Portaria nº 851, de 13 de julho de 2017 que define o valor das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores da pré-escola, alfabetizadores e do ensino fundamental, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC e do Programa Novo Mais Educação - PNME.

§ 1º O valor mensal de R\$ R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais);

§ 2º As bolsas concedidas aos participantes da formação continuada no âmbito do PNAIC e do PNME serão pagas diretamente aos bolsistas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

§ 3º É vedado ao participante do PNAIC e do PNME receber cumulativamente a bolsa de estudo e pesquisa do Programa e a de outro programa de formação continuada que conceda bolsas com base na Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

§ 4º A bolsa será paga mensalmente durante todo o período efetivo de realização da Formação, podendo ser paga por tempo inferior ou mesmo sofrer interrupção, desde que justificada.

2. DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

2.1 As inscrições serão realizadas no período de 14 a 15 de agosto de 2017, no horário das 14h às 17h, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situado na rua José João Batista, 115, Centro, Penha, Santa Catarina.

2.2 DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA RECEBIMENTO DAS BOLSAS:

a) Formulário de inscrição preenchido, de acordo com o modelo disponível em anexo.

b) Curriculum Vitae devidamente comprovado

c) Cópia do documento de identidade

d) Cópia do CPF

e) Cópia do título de eleitor

f) Comprovação de que está em dia com as obrigações eleitorais.

g) Declaração de não recebimento de bolsa de estudo de outros programas federais, com firma reconhecida

3. DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

De acordo com o artigo 40 da Portaria nº 826 de 07/07/2017 são atribuições do Formador Local:

I. ministrar a formação em momentos presenciais à sua turma de professores, coordenadores pedagógicos e articuladores da escola no município de Penha;

II. planejar e avaliar a atuação em serviço e os encontros de formação dos professores, coordenadores pedagógicos e articuladores da escola;

III. conhecer o material didático selecionado pela rede que servirá de base para a formação e acompanhar a prática pedagógica dos professores, coordenadores pedagógicos e articuladores da escola;

IV. avaliar os professores, os coordenadores pedagógicos e os articuladores das escolas quanto à frequência aos encontros presenciais, à participação nas atividades de formação e ao acompanhamento dos estudantes, registrando as informações no SisPacto;

- V. analisar os relatórios de professores, coordenadores pedagógicos e articuladores da escola e orientar a busca de soluções para as vulnerabilidades e os desafios encontrados;
- VI. manter registro das atividades desenvolvidas pelos professores, coordenadores pedagógicos e articuladores da escola em suas turmas de alfabetização e escolas;
- VII. apresentar à instituição formadora relatório pedagógico e gerencial das atividades referentes à formação dos professores, coordenadores pedagógicos e articuladores da escola;
- VIII. identificar professores com maiores dificuldades e oferecer atendimento personalizado;
- IX. fomentar a realização de trabalhos colaborativos entre professores, coordenadores, articuladores e escolas, na busca de soluções compartilhadas; e
- X. acompanhar os resultados das escolas sob sua responsabilidade nas avaliações externas nacionais, nas avaliações realizadas pela rede e pelas escolas e na evolução das metas traçadas.
- § 1º O formador local somente poderá ser substituído por um coordenador pedagógico, professor cursista ou articulador da escola no âmbito do Programa.

4. DAS ETAPAS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

4.1 A Seleção abrangerá:

- 4.1.1 Análise do Curriculum Vitae, considerando-se os documentos que comprovem a experiência, formação e o aperfeiçoamento profissionais, dando-se valor preponderante aos títulos e certificados condizentes com a área e a finalidade do processo seletivo.
- 4.1.2 Entrevista presencial a ser realizada no dia 17 de agosto de 2017, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com início às 13h30 e será por ordem de chegada dos candidatos.

4.2 Os membros da Comissão Examinadora atribuirão a cada um dos candidatos, em cada etapa, segundo seu merecimento, uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), permitida a atribuição de valor decimal. Ao final será calculada a média final de cada candidato. Os candidatos que obtiveram média final inferior a 6,0 serão considerados reprovados no processo seletivo.

5. DO RESULTADO FINAL E CRITÉRIOS

- 5.1 Os critérios para classificação dos candidatos serão estabelecidos pela coordenação Local do PNAIC e pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Penha.
- 5.2 Os candidatos serão classificados de acordo com a ordem decrescente da nota final obtida.

6. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O resultado final será publicado no site da Prefeitura Municipal de Penha no dia 18 de agosto de 2017.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1 Inexistência de dados e documentos ou outras irregularidades constantes no decorrer do processo, ou posteriormente, eliminarão o candidato, anulando-se todos os atos decorrentes à sua inscrição.
- 7.2 É de inteira responsabilidade do candidato o fornecimento de informações e a atualização de seu endereço eletrônico durante o processo de seleção.
- 7.3 A Coordenação do PNAIC não se responsabiliza por eventuais prejuízos que possa sofrer o candidato em decorrência de informações incorretas ou insuficientes.
- 7.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Local do PNAIC e pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Penha.

Penha, 10 de Agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO			
Nome:			
Matrícula:	Turma que atua:		
Escola de lotação:	Período de trabalho:		
Data de nascimento (d/m/a):	Sexo:		
____/____/____	() Fem. () Masc.		
Endereço (Rua, Número):			
Bairro:	CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone Fixo: ()	Celular ()	E-mail:	

CPF	Matrícula:	RG: Órgão Expedidor:
Ano de Conclusão da Graduação	Instituição	Formação (indicar a Licenciatura e/ou Pedagogia)
Data ____/____/____	Assinatura do Candidato	

ANEXO II

Declaração de disponibilidade

Eu, _____, DECLARO, para fins de inscrição no processo seletivo para Formador Local do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que tenho disponibilidade para dedicar-me ao programa, em qualquer período e dia da semana, participando das formações junto ao formador regional, das reuniões coletivas de planejamento junto à coordenação local, as formações aos cursistas e as ações de monitoramento e apoio às escolas da Rede Municipal de Ensino de Penha. DECLARO, ainda, que, atualmente, não recebo qualquer tipo de bolsa ou ajuda de custo ofertada por Programas Federais vinculados ao Ministério da Educação e que estou de acordo com o fato de que, durante a atuação como Formador Local do referido programa, estando ciente da responsabilidade administrativa do ora reclamado.

Penha, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do candidato

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de tubos, calhas, grelha e meio fio de concreto, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 556/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Entrega dos Envelopes: 24/08/2017 até as 17h00 no Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração, situado a Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 25/08/2017 às 9 horas no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 10 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017-FMS

	MUNICÍPIO DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
--	---	--

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de medicamentos para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município, conforme solicitações nº 288, 289 e 290/2017 da Secretaria de Saúde, anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Considerando questionamento da Empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, e, considerando que a presente errata busca exatamente ampliar a competitividade do certame, não afetando a formulação de proposta pelos licitantes interessados na participação, a teor do que determina o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, segue retificação:

ONDE SE LÊ:

6 – DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 1

II – descrição detalhada quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, o valor unitário e total de cada item e o valor total geral previsto para o período contratual, em moeda corrente nacional, em algarismos com até duas casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso;

IV – fornecimento: declaração de que o fornecimento será realizado de forma parcelada, em até 10 (dez) dias após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade das Unidades de Saúde e Pronto Atendimento através de solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

LEIA-SE

6 – DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 1

II – descrição detalhada quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, o valor unitário e total de cada item e o valor total geral previsto para o período contratual, em moeda corrente nacional, em algarismos com até três casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso;

IV – fornecimento: declaração de que o fornecimento será realizado de forma parcelada, em até 10 (dez) dias após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade das Unidades de Saúde e Pronto Atendimento através de solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Os produtos deverão ter validade de 18 (dezoito) meses a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

Mantêm-se as demais cláusulas do Edital, inclusive a data e horário da Sessão Pública.

Publique-se.

Penha, 10 de agosto de 2017.

LEANDRO DE LIMA BORBA
Pregoeiro Oficial

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2017 - PMP HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2017 - PMP
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº. 02/2017, destinado a formação de cadastro de reserva de motoristas, conforme segue:

1	ALEXANDRE FURTADO DE SOUZA
2	LAUDENOR FOLTCH
3	MAURO EDENIS THIBES
4	MARCIO CELSO VISCOKI
5	MANOEL FELINTO JACO
6	MARCO ANTONIO FRONZA MARCONSINI
7	VALMOR DA SILVA PÔRTO
8	LEANDRO FLORES
9	LEO RAMOS DA SILVA
10	ALEXANDRE GONÇALVES
11	ELIZIER DE AVILA SALVA TERRA
12	BRUNO MIRANDA PINTO
13	GERSON RODRIGO DA COSTA
14	LUIZ CARLOS DA SILVA BONIFACIO
15	MARCIO NOGUEIRA VIEIRA DE LIMA
16	MATHEUS JOAQUIM VIEIRA
17	MECIAS NATANAEL DA CUNHA
18	PAULO ROBERTO FELAU

19	ROBERTO LUIZ MONTEIRO
20	MANOEL GILMAR GOMES TRINDADE
21	ILARIO ARENDARCHUK
22	PEDRO COLOMBI
23	EDESIO DE ARAUJO
24	ROBERTO CARLOS LAZZARIN
25	ERINALDO HENRIQUE ARAUJO DE ANDRADE
26	ADEMAR HOEGEN
27	MARCIO PEREIRA MINSKY
28	LUCAS SLOMPO
29	PAULO SERGIO MARCELINO
30	NELSON DE SOUZA FILHO
31	ALEX ANTONIO DA SILVA
32	JOÃO MARCOS DA SILVA
33	JAIR CARLOS OLINEK
34	ALEXANDER ALMEIDA DA SILVA JUNIOR
35	IVAN GUALBERTO GALVAO
36	GIZELI DE SOUZA
37	RAULINO ROCHA
38	MARCELO CARLOS JOSÉ
39	JAIR AFONSO DA SILVA
40	CLAUDIONOR DA SILVA PEREIRA
41	JOILSON GUILHERME DA SILVA
42	ANDREI FRANCISCO DA ROSA
43	ALDO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR
44	NAZARENO MENDES ALEXANDRE
45	CLEITON JULIANO DA CUNHA
46	LEDIANE MACHADO DE MATOS
47	LUCAS RAFAEL HINSCHING
48	SERGIO LUIZ GIOVANELA
49	GELSON NAUM DA SILVA
50	ANTONIO CARLOS SIQUEIRA DA SILVA
51	VANILDO BASSE
52	PAULO JOÃO DE SOUZA
53	VICTOR ALEXANDRE MARTINS
54	ELMER DE OLIVEIRA MACEDO
55	RICARDO ROEMMLER
56	RODRIGO ORIVAL DE OLIVEIRA
57	WILSON VIEIRA
58	VANDERLEI PRIPRA
59	ZILTON RUSSI NETO
60	DIJAVAM ROSCETE
61	KALEBE VITORINO DA SILVA
62	JAIR IOLANDO VIEIRA
63	ROBERTO PAULO FLORES
64	GEAZI BERGMANN DE SOUZA
65	JESSE ANERIS DE OLIVEIRA
66	THIAGO FERNANDES DE SOUZA
67	JOSE REINALDO MORAIS
68	ELAINE MARIA DOS SANTOS RODRIGUES

69	JOÃO LEMES
70	JORGE DA SILVA
71	DAMIÃO FERNANDES BEZERRA
72	SANDRO DOMISSETTI DOS SANTOS
73	EVANDRO ASSIS CANDIDO
74	FELIPE ANACLETO FERREIRA
75	FLAVIO KOEHLER
76	MAURICIO DA COSTA FONSECA
77	FABIO JOSE CORDEIRO
78	ANSELMO HENKEL
79	ORLANDO ALBERTO FRANCISCO
80	ALEXANDRE MILTON DO NASCIMENTO
81	LUCIANO JOSE CHERVINSKI

Penha/SC, 9 de Agosto de 2017.
Aquiles José Schneider da Costa
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 126 2017

DECRETO N.º 126/2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Peritiba, inciso VIII, Art. 101, e de conformidade com a Lei n.º 2114/2017 de 05 de Julho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos Órgãos e Entidades que representam:

SOCIEDADE CIVIL

Representantes de Pais e Familiares:

MARISA KOLLER ENGEL - TITULAR

EDELA HOLDEFER - SUPLENTE

IRINEU EINSFELD – TITULAR

JOSÉ MÁRIO PETTER – SUPLENTE

Representantes das Pessoas com Deficiência:

CÉLIO RAUBER – TITULAR

LAURO ROBERTO GROSSO – SUPLENTE

MONALISA DAMBROS – TITULAR

MARILUCI JAQUELINE HEYDT - SUPLENTE

Representantes de Prestadores de Serviços e Entidades Conveniadas:

TIAGO ANTÔNIO CESCO – TITULAR

BRUNA SECCO DA SILVA – SUPLENTE

GOVERNAMENTAL

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

LUANA CAROLINA SCHARDONG – TITULAR

ADILSON ANTONIO GALLI – SUPLENTE

DULCI DHAMER FERRARI – TITULAR

ROSELEI DA SILVA PISSAIA – SUPLENTE

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

FABIANE TAIS WOLFART – TITULAR

RENATO SUDATI – SUPLENTE

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

ADELAIDE MARISETE GERHARDT – TITULAR

VANDERLEI BOUCHARDT – SUPLENTE

Cras Recanto Familiar

NERCIA MERI SGANDERLA – TITULAR

ROSANA VALCARENGHI - SUPLENTE

Art. 2.º A função do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD não será remunerada, e seu exercício será considerado de relevante interesse público, com mandato até 07/08/2019.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 08 de Agosto de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Agosto/2017	
---	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

EXTRATO DE CONTRATO 103 2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 57/2017 Credenciamento Universal nº 02/2017 e o Processo de Licitação nº 66/2017 Inexigibilidade nº 10/2017

Objeto: Credenciamento de Emissoras de rádio para divulgação da Expo Peritiba a ser realizada nos dias 18 a 20 de agosto de 2017.

Valor : R\$ 1.000,00 (Um mil reais)

Dados do Contrato:103/2017

Contratado: RÁDIO ALIANÇA LTDA - EPP

CNPJ: 75.787.630/0001-57

Data de Vigência: 03/08/2017 a 20/08/2017.

Município de Peritiba – SC em 03 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 104 2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 67/2017, Dispensa de licitação nº 18/2017

Objeto: contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico por profissional habilitado com registro junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) para elaboração de projeto de rede de abastecimento de água a ser implantada no loteamento do Bairro Bela Vista na continuidade da Rua Valdemar Schneider.

Valor : R\$ 1.450,00 (Um mil quatrocentos e cinquenta reais).

Dados do Contrato:104/2017

Contratado: MEDSAT AGRIMENSURA LTDA ME

CNPJ: 09.073.985/0001-50

Data de Vigência: 03/08/2017 a 31/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 03 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 105 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de licitação nº 36/2017 Credenciamento Universal nº 01/2017 e o Processo de Licitação nº 69/2017 Inexigibilidade nº 11/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município para o ano de 2017 a 2020.

Valor : Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Dados do Contrato:105/2017

Contratado: ALBINO GERVANI ZILIOOTTO

CNPJ: 743.706.189-91

Data de Vigência: 08/08/2017 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 08 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 106 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de licitação nº 36/2017 Credenciamento Universal nº 01/2017 e o Processo de Licitação nº 70/2017 Inexigibilidade nº 12/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município para o ano de 2017 a 2020.

Valor : Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Dados do Contrato:106/2017

Contratado: ALTAIR ISGANZELLA

CNPJ: 579.195.779/34

Data de Vigência: 08/08/2017 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 08 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 107 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de licitação nº 36/2017 Credenciamento Universal nº 01/2017 e o Processo de Licitação nº 71/2017 Inexigibilidade nº 13/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município para o ano de 2017 a 2020.

Valor : Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Dados do Contrato:107/2017

Contratado: LEONIR MÁXIMO DE ABREU

CNPJ: 533.453.559-49

Data de Vigência: 08/08/2017 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 08 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 108 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de licitação nº 36/2017 Credenciamento Universal nº 01/2017 e o Processo de Licitação nº 72/2017 Inexigibilidade nº 14/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município para o ano de 2017 a 2020.

Valor : Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Dados do Contrato:108/2017

Contratado: ARI CONTE

CNPJ: 141.388.759-72

Data de Vigência: 08/08/2017 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 08 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

PORTARIA 392 2017

PORTARIA Nº 392/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JAKELINE BERVIAN MEZZOMO, ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA, Grupo 2, Nível 2, Classe "C", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 07 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
07/Agosto/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 393 2017

PORTARIA Nº 393/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora LIZIANE TROMBETTA, ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICO, Classe "B" do Grupo 2, Nível 8, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 07 de Agosto de 2017, no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
07/Agosto/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 394 2017

PORTARIA Nº 394/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ADRIANA BOLL, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR DE CONTROLE INTERNO, Grupo 2, Nível 7, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 07 de Agosto de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
07/Agosto/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 049/2017

DECRETO Nº. 049, de 20 de Julho de 2017.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1655, de 20 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal da Assistência Social, abaixo discriminada:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (10) Aplicações Diretas
Recursos – 0.1.0155 – Recursos Outros Convênios com a União
..... R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0155 – Recursos Outros Convênios com a União, na importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco mil reais).

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Julho de 2017.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 050/2017

DECRETO Nº. 050, de 24 de Julho de 2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1655 de 20 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00.00 – (24) Aplicações

Diretas Decorrentes de Op. Entre Órgão

Recursos – 0.1.0121 – Recursos Farmácia Básica da União
..... R\$ 15.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00.00 – (27) Aplicações Diretas Decorrentes de Op. Entre Órgão
Recursos – 0.1.0159 – Recursos Farmácia Básica Estado
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (12) Aplicações Diretas Decorrentes de Op. Entre Órgão
Recursos – 0.1.0121 – Recursos Farmácia Básica da União
..... R\$ 15.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (21) Aplicações Diretas Decorrentes de Op. Entre Órgão
Recursos – 0.1.0159 – Recursos Farmácia Básica Estado
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 24 de Julho de 2017.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 051/2017

DECRETO Nº. 051, de 24 de Julho de 2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1655 de 20 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 48.220,00 (quarenta e oito mil, duzentos e vinte reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração
 Elemento de Despesa – 4.4.90.90.00.00.00.00 – (12) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.220,00

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 Proj./Atividade – 2.050 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
 Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (26) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários
 R\$ 45.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 48.220,00 (quarenta e oito mil, duzentos e vinte reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração
 Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00.00 – (10) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.220,00

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 Proj./Atividade – 2.050 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
 Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (28) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários
 R\$ 45.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 24 de Julho 2017.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 052/2017

DECRETO Nº. 052, de 25 de Julho de 2017.
 SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.655, de 20 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal da Assistência Social, abaixo discriminada:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (10) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0155 – Recursos Outros Convênios com a União
 R\$ 19.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0155 – Recursos Outros Convênios com a União, na importância de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 25 de Julho de 2017.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 24 2017 - SISTEMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 33/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017, tendo por objetivo o FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES TEMPORÁRIAS E NÃO EXCLUSIVAS, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA, MIGRAÇÃO DE DADOS ORIUNDOS DE SISTEMAS LEGADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DO SISTEMA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 24/08/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 11 de agosto de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMDCA

Edital de Convocação

Jurcelei Bertha, Presidente do CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente) do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 569/91 e pelo decreto nº 4.263, de 18 de agosto de 2015, leva ao conhecimento de todos o presente Edital de Convocação 01/2017.

Considerando a Portaria de nº 300 de 31 de julho de 2017 de vacância do cargo da Conselheira Tutelar Luciana Zanella, vem convocar a Senhora HELLEN CRISTINA MÂNICA, tendo sido eleita em oitavo lugar no processo eleitoral de 04 de outubro de 2015, para assumir o cargo de Conselheira Tutelar.

O presente edital será publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Pinheiro Preto, 09 de agosto de 2017.

Jurcelei Bertha
Presidente do CMDCA

Edital de Convocação

Jurcelei Bertha, Presidente do CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente) do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 569/91 e pelo decreto nº 4.263, de 18 de agosto de 2015, leva ao conhecimento de todos o presente Edital de Convocação 02/2017.

Considerando a Portaria de nº 316 de 09 de agosto de 2017 de vacância do cargo da Conselheira Tutelar Elisangela Rodrigues Ribeiro de Aguiar, vem convocar a Senhora Elidiane Fátima Gaio, tendo sido eleita em nono lugar no processo eleitoral de 04 de outubro de 2015, para assumir o cargo de Conselheira Tutelar.

O presente edital será publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Pinheiro Preto, 09 de agosto de 2017.

Jurcelei Bertha
Presidente do CMDCA

LEI 1952

LEI Nº 1.952, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

APROVA DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o "Diagnóstico Socioambiental" do Município de Pinheiro Preto, elaborado pelo Consórcio CIMCATARINA, constante do anexo à presente lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 11 de agosto de 2017.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1.952, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

APROVA DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

ANEXO

Diagnóstico socioambiental

PORTARIA 317

PORTARIA Nº 317, DE 11 DE AGOSTO DE 2017
HOMOLOGA RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE SELEÇÃO REFERENTE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto na Lei n. 13.019/2014;

Considerando o item 7.9 do Edital de Chamamento Público n. 001/2017;

Considerando a inexistência de recurso acerca da fase 7.8 do Edital de Chamamento Público,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado definitivo do processo de seleção, Edital de Chamamento Público nº 01/2017, declarando classificada para assinatura do termo de fomento, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, Projeto "Coral de Música Italiana", a "Associação Vêneta de Pinheiro Preto", Sociedade Civil sem fins lucrativos, com sede no Município de Pinheiro Preto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.511.417/0001-06.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 11 de agosto de 2017
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA N. 127/2017

PORTARIA Nº 127/2017

CONCEDE FÉRIAS

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	PERÍODO	OBS
Aldir Padilha de Lima	Agente de Serviços Gerais Externos	01/03/2017 A 30/03/2017	
Andressa Heckler Bortolini	Enfermeira	01/03/2017 A 30/03/2017	
Camila Aparecida Pires Belotto	Escriturária	01/03/2017 A 30/03/2017	Converter 1/3 abono pecuniário, últimos 10 dias
Charley Bortolini	Contador	01/03/2017 A 30/03/2017	
Clarice Innocenti	Auxiliar de Enfermagem	01/03/2017 A 30/03/2017	
Clarice Lopes Santana de Quadros	Técnico em Tributos	01/03/2017 A 30/03/2017	Converter 1/3 abono pecuniário, primeiros 10 dias
Dirlei Salete Martinazzo Eggers	Agente Comunitária de Saúde	01/03/2017 A 30/03/2017	
Edson Alexandre Pooch	Operador de Máquinas	01/03/2017 A 30/03/2017	
Gracieli Baldasso	Farmacêutica	01/03/2017 A 30/03/2017	Converter 1/3 abono pecuniário, últimos 10 dias
Ivana Roberta Kipper	Psicóloga	01/03/2017 A 30/03/2017	
Ivo Weber	Técnico Agrícola	01/03/2017 A 30/03/2017	
Jose Celso da Silva	Motorista	01/03/2017 A 30/03/2017	
Julciane Abatti Mafioletti	Conselheira Tutelar	01/03/2017 A 30/03/2017	
Maria Luiza Colpani	Assistente Social	01/03/2017 A 30/03/2017	
Marlon Fernando Hack	Agente de Serviços Gerais Externos	01/03/2017 A 30/03/2017	
Nadia Maria Iensen	Agente de Serviços Gerais Internos	01/03/2017 A 30/03/2017	
Odesimar dos Santos	Motorista	01/03/2017 A 30/03/2017	
Paulo Ricardo Kurt Schuch	Técnico em Tributos /Assessor de Informação	01/03/2017 A 30/03/2017	Converter 1/3 abono pecuniário, primeiros 10 dias
Vinícius Dias	Odontólogo	01/03/2017 A 30/03/2017	

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de março de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 128/2017

PORTARIA Nº 128/2017

NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA – SC

O PREFEITO DE PIRATUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica e do Decreto n. 736, de 14 de fevereiro de 2017 que regulamenta a Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

NOMEIA

Considerando a necessidade de iniciar os procedimentos para seleção de parcerias e o disposto no Art. 5 do decreto 736/2016.

Art. 1º Ficam os membros abaixo relacionados, nomeados para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Julgamento e Seleção para Chamamento Público:

I. Karla Riffel da Silva;

II. Simara Teixeira Petry;

III. Camila Aparecida Pires Belotto;

IV. Roselei Koch;

V. Alam Giovani Pauly Morosini.

Art. 2º O serviço da comissão designada no art 1º desta Portaria, será considerado de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de março de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 129/2017

PORTARIA Nº 129/2017

EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

CLEUSA MARIA SORDI REICHERT, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua João Batista Riffel, s/nº, Município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº14/C-2.466.345 e CPF sob o nº 915.554.269-72, funcionário efetiva desta municipalidade no cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - 1ª a 5ª série, conforme Portaria nº109/2004 de 25 de fevereiro de 2004, sendo declarada a vacância do referido cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de fevereiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de março de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 130/2017

PORTARIA Nº130/2.017

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do artigo 10 da Lei Complementar nº 67/2007, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do município de Piratuba, do quadro de pessoal e dá outras providências

CONCEDE

FERNANDES ANTONIO SCHAITEI, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, s/n, Município de Piratuba, portador da carteira de identidade nº2.306.315 e CPF sob o nº 707.402.599-20, funcionário efetivo desta municipalidade no cargo de Escriturário, função gratificada para exercer concomitantemente com o cargo efetivo a função de Auxiliar no Controle Contábil, da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, passando a receber a gratificação de 30% sobre seus vencimentos..

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de março de 2017

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 131/2017

PORTARIA Nº 131/2017, de 01 de março de 2.017

Redistribui servidor efetivo para atuar junto a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito Municipal de Piratuba – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, combinado com o § 1º do artigo 58 da lei complementar nº 65/2015 que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Piratuba, das fundações municipais e dá outras providências, REDISTRIBUI

LEONARDO ALEXANDRE DANELESKI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Guilhermina Ko Freitag, s/nº, Município de Ipira-SC, portador da carteira de identidade nº6.286.322 e CPF sob o nº 100.769.949-37, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais Internos, para a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico.

A jornada de trabalho é a estabelecida para a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico.

Nos termos do artigo 20 da lei complementar nº 65/2015, fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação para entrar em exercício no novo órgão, sob pena da aplicação das normas estabelecidas no artigo 165 da lei retro citada.

Ficam revogadas as disposições em contrário.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 01 de março de 2.017.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 132/2017

PORTARIA Nº132/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 120 da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar 77/2016 de 18 de agosto de 2016, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Piratuba e dá outras providências.

NOMEIA

JOEL DE VARGAS, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, no município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº 11/R-2.140.001, inscrito no CPF sob o nº 947.328.929-49, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, constante do Anexo I-D, da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-050, da Lei supra mencionada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 01 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 133/2017

PORTARIA Nº133/2017

NOMEIA PARA O CARGO COMISSIONADO DE GERENTE DA CASA DA CIDADANIA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

GECSO LONGO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº1181, nesta cidade e Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº2.632.033 e CPF sob o nº 636.831.729-91, para exercer o cargo de provimento em comissão

de GERENTE DA CASA DA CIDADANIA, constante do Anexo I-D, da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-040, da Lei supra mencionada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 134/2017

PORTARIA Nº 134/2017, de 01 de março de 2.017

Redistribui servidora efetiva para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação e Esportes

O Prefeito Municipal de Piratuba – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, combinado com o § 1º do artigo 58 da lei complementar nº 65/2015 que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Piratuba, das fundações municipais e dá outras providências,
REDISTRIBUI

LIAMARA PACHECO DOS SANTOS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, s/nº, nesta cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.620.912 e CPF sob o nº 058.486.349-71, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

A jornada de trabalho é a estabelecida para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Nos termos do artigo 20 da lei complementar nº 65/2015, fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação para entrar em exercício no novo órgão, sob pena da aplicação das normas estabelecidas no artigo 165 da lei retro citada.

Ficam revogadas as disposições em contrário.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 01 de março de 2.017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 135/2017

PORTARIA Nº 135/2017

ALTERA PORTARIA Nº 102/2016, QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

ALTERA

GIOVANI RIBEIRO LOPES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida 18 de Fevereiro, nº1557, nesta cidade e Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº11/R-1.886.780, inscrito no CPF sob o nº 636.821.179-20, ocupante do cargo efetivo de Contador, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, passando a ser em Maio e Dezembro de 2017, convertendo 1/3 da Licença em dinheiro, sendo o mês de Julho de 2013, referente ao período de 01/03/2008 a 01/03/2013.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 01 de março de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 136/2017

PORTARIA Nº 136/2017

ALTERA PORTARIA Nº 163/2016, QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

ALTERA

CLAUDIA APARECIDA PORT JUNG, brasileira, casada, residente e domiciliada em Lageado Mariano, s/nº, nesta cidade e Município de Piratuba, portadora da carteira de identidade nº 11/R-3.563.258, e do CPF sob o nº 027.856.309-04, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Fundamental, matrícula 728, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo Abril de 2016, Fevereiro e Março de 2018, referente ao período de 19/02/2011 a 19/02/2016.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 01 de março de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 01 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 137/2017

PORTARIA Nº 137/2017

EXONERA SERVIDORAS

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA

Exonera os servidores abaixo relacionados:

Nome	Portaria Contratação	Término Contrato
Mégui Merlin Muller Siqueira	121/2017	02/03/2017
Cirlei Terezinha Lucas de Mello Closs	100/2017	02/03/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de março de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 02 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 138/2017

PORTARIA Nº138/2017

ALTERA PORTARIA Nº 069/2017 QUE NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIA ESCOLAR

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 53 da Lei Complementar nº 66/2015 de 02 de janeiro de 2.015, que institui os planos de cargos, vencimentos e carreira do magistério.

ALTERA

MARILENE DALMAGRO CASAGRANDE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, nº967, na Cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº2.636.913 e inscrita no CPF sob o nº833.782.009-87, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA ESCOLAR (EJA), na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, no período noturno, constantes do Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015 de 02 de janeiro de 2.015, com carga horária de 20 horas, com vencimentos previstos no Anexo IV, Nível Pós Graduação "Latu Sensu", e gratificação de função FG-01 do anexo V, da Lei supra mencionada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de março de 2.017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 02 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 139/2017

PORTARIA Nº139/2017

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA GESTANTE

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

FLÁVIA CAROLINE EGGERS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Leoberto Leal nº648, na Cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.182.316 e CPF sob o nº097.714.109-89, funcionária em caráter temporário desta municipalidade no cargo de Cuidador Escolar, LICENÇA A SERVIDORA GESTANTE, de 120 (cento e vinte) dias, conforme artigo 110 da Lei Complementar 65/15 e atestado médico de 16/02/2017, prorrogando-se por 30 (trinta) dias, conforme artigo 7º XVIII da Constituição Federal e artigo 10, II "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88 e requerimento de 06/03/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 02 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 02 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 140/2017

PORTARIA Nº 140/2017

EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 68/15, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dá outras providências,

EXONERA

ALINE APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, neste Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº11/R 4.755.704 e CPF sob o nº 063.938.829-99, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE-ACS, conforme Portaria nº341/2012, de 02 de julho de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 03 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 141/2017

PORTARIA Nº 141/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE PROJETOS

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 120 da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Piratuba e dá outras providências.

NOMEIA

IRTO KIRSTEN, brasileiro, desquitado, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, nº57, nesta Cidade e Município de Piratuba, portador da carteira de identidade nº11/C-293.089 e CPF sob o nº 020.723.789-15, ocupante do cargo comissionado de COORDENADOR DE PROJETOS, para atuar na Coordenação do Programa de Escolinhas de Bolão e Equipe Adulto, junto à Secretaria Municipal de Educação e Esporte – Departamento de Esportes, constante do Anexo I-H da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-010, da Lei supra mencionada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 06 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 06 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 142/2017

PORTARIA Nº 142/2017

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

LEONARDO ALEXANDRE DANELESKI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Guilhermina Ko Freitag, s/nº, Município de Ipira-SC, portador da carteira de identidade nº6.286.322 e CPF sob o nº 100.769.949-37, funcionário efetivo desta municipalidade no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, conforme Portaria nº053/2016 de 15 de fevereiro de 2016, sendo declarada a vacância do referido cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 06 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 06 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 143/2017

PORTARIA Nº143/2017
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO DE GERENTE
DE SERVIÇOS URBANOS

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba – SC, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 120 da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Piratuba e dá outras providências,

NOMEIA

CARLOS ALEXANDRE DALMAGRO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº4.488.293 e CPF sob o nº 054.089.729-92, para exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE SERVIÇOS URBANOS, constante do Anexo I-F, da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-040, da Lei supra mencionada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 07 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 07 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 144/2017

PORTARIA Nº 144/2017, de 07 de março de 2.017
Redistribui servidor efetivo para atuar junto a Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura Rural.

O Prefeito Municipal de Piratuba – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, combinado com o § 1º do artigo 58 da lei complementar nº 65/2015 que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Piratuba, das fundações municipais e dá outras providências,
REDISTRIBUI

MARCOS DE SOUZA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Governador Jorge Lacerda, s/nº, Município de Piratuba, portador da carteira de identidade nº11/R-4.005.485 e CPF sob o nº 043.684.859-71, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Mecânico, para a Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura Rural.

A jornada de trabalho é a estabelecida para a Secretaria Municipal

de Transportes e Infraestrutura Rural.

Nos termos do artigo 20 da lei complementar nº 65/2015, fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação para entrar em exercício no novo órgão, sob pena da aplicação das normas estabelecidas no artigo 165 da lei retro citada.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de março de 2017.

Piratuba-SC, em 07 de março de 2.017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 07 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 145/2017

PORTARIA Nº147/2017
NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO COMISSIONADO DE ASSISTENTE TÉCNICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba – SC, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 120 da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Piratuba e dá outras providências.

NOMEIA

MARISETE REGALIN GAUGER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 4.755.014 e CPF sob o nº 868.387.929-15, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE TÉCNICO, na Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, constante do Anexo I-H da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-020, da Lei supra mencionada.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 09 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 09 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 146/2017

PORTARIA Nº 146/2017

EXONERA SERVIDOR

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA

MARISETE REGALIN GAUGER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 4.755.014 e CPF sob o nº 868.387.929-15, funcionária desta municipalidade no cargo comissionado de AUXILIAR DE SECRETARIA, conforme Portaria nº029/2017 de 03 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 08 de março de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 08 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 147/2017

PORTARIA Nº147/2017

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO COMISSONADO DE ASSISTENTE TÉCNICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba – SC, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 120 da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Piratuba e dá outras providências.

NOMEIA

MARISETE REGALIN GAUGER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 4.755.014 e CPF sob o nº 868.387.929-15, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE TÉCNICO, na Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, constante do Anexo I-H da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-020, da Lei supra mencionada.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 09 de março de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 09 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 148/2017

PORTARIA Nº148/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSONADO DE AUXILIAR DE SECRETARIA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba – SC, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 120 da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Piratuba e dá outras providências.

NOMEIA

MARCELO WALTER TRENNEPHOL, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Antônio Ko Freitag s/n, nesta Cidade e Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº3.781.947 e CPF sob o nº 049.574.259-73, para exercer o cargo de provimento em comissão de AUXILIAR DE SECRETARIA da Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Econômico, da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-010, da Lei supra mencionada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 10 de março de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 10 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 149/2017

PORTARIA Nº Nº149/2.017, de 10 de março de 2017

Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do artigo 10 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

CONCEDE

ALTAIR PERREIRA DUARTE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Alto Gramado s/nº, Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº11/R-2.148.857, inscrito no CPF sob o nº743.939.019-91, funcionário efetivo no exercício do cargo de Motorista, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, para exercer concomitantemente com atividades do seu cargo efetivo a função de responsável pelo transporte escolar do município, em substituição ao titular José Celso da Silva em seu período de férias, de 01 a 30 de março.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 10 de março de 2017
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 10 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 150/2017

PORTARIA Nº 150/2017

CESSA EFEITOS PORTARIA Nº 015/2017

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e da Lei Complementar nº 66/2015, que institui os planos de cargos, vencimentos e carreira do magistério.

CESSA

Ficam CESSADOS os efeitos da Portaria 015/2017, que Designa a servidora MARCIA REGINA KO FREITAG FABRIN a exercer o cargo de Diretora Escolar, em função do seu retorno ao cargo de origem de Professora de Educação Infantil.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 10 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 10 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 151/2017

PORTARIA Nº 151/2017

CESSA EFEITOS PORTARIA Nº 016/2017

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e da Lei Complementar nº 66/2015, que institui os planos de cargos, vencimentos e carreira do magistério.

CESSA

Ficam CESSADOS os efeitos da Portaria 016/2017, que Designa a servidora JANETE APARECIDA PADILHA DE MELO a exercer o cargo de Secretária Escolar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 10 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 10 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 152/2017

PORTARIA Nº 152/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

MARCIA REGINA KO FREITAG FABRIN, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua das Flores, nesta cidade e Município de Piratuba, portadora da carteira de identidade nº11/R-1.317.342 e CPF sob o nº 636.828.779-91, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil (matrículas 10 e 730), FÉRIAS, no período de 13 de março de 2017 à 11 de abril de 2017, referente ao período de 16 de março de 2016 a 15 de março de 2017 (matrícula 10) e referente ao período de 19 de fevereiro de 2016 a 18 de fevereiro de 2017 (matrícula 730).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 13 de março de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 13 de março de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Pomerode

PREFEITURA

PORTARIA 21.823

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 21.823

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA BIANCA PRISCILA GONÇALVES MORELL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença-Prêmio a servidora BIANCA PRISCILA GONÇALVES MORELL, ocupante do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL I, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, no C.E.I.M. Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05.08.2013 a 04.08.2016, a serem usufruídas no período de 23 de janeiro de 2017 a 21 de fevereiro de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos, a partir do dia 23 de janeiro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 24 de fevereiro de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS ANDRÉ RADÜNZ
Sec. Educ. e Form. Empreendedora Controlador Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK
Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.131

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.131

NOMEIA MIRCO UALACE HETTERICH PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE TURISMO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulada com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, NOMEAR MIRCO UALACE HETTERICH, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR DE TURISMO, na Secretaria de Turismo, a partir de 22 de maio de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22 de maio de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 26 de maio de 2017.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 22.152

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.152

EXONERA JOAO ALBERTO DE MELLO, EM FACE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, PELO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERAR, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição pelo FAP – Fundo de Aposentadoria e Pensões, o servidor JOÃO ALBERTO DE MELLO, no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA COMUNITÁRIO – NÍVEL I, referência 022-A-266, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Saúde, a partir de 01 de junho de 2017. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/06/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de junho de 2017.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 22.183

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.183

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA WALLI LACH KRUEGER.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, a servidora WALLI LACH KRUEGER, ocupante do cargo de Berçarista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, no CEIM Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05/12/2013 a 19/12/2016, no período de 01

à 30 de junho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 01 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.186

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.186

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARQUELIN DE OLIVEIRA MAASS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, a servidora MARQUELIN DE OLIVEIRA MAASS, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, na EBM Dr. Amadeu da Luz, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01/02/2010 a 31/01/2013, no período de 31 de maio à 29 de junho de 2017 e do período aquisitivo de 01/02/2013 à 31/01/2016, no período de 30 de junho à 14 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 31 de maio de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.188

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.188

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA JULIANA BORK.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05

de dezembro de 2014, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, a servidora JULIANA BORK, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, na CEIM Profª Amália Gertrudes da Silva Anders, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05/08/2013 à 04/08/2016, no período de 01 à 30 de junho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 01 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.220

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.220

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARILENE DE CARVALHO SANTOS TRETTIN.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora MARILENE DE CARVALHO SANTOS TRETTIN, ocupante do cargo de Professor – Anos Iniciais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, a disposição do AEE na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05/12/2007 a 04/12/2010, no período de 19 de junho à 03 de julho de 2017..

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 19 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.222

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina	
---	--

PORTARIA Nº 22.222

REMOÇÃO POR PERMUTA DOS SERVIDORES ROSINETE BLOEMER P. BUSS E GILVAN RODRIGES DOS REIS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 52, da Lei Complementar nº 269/2014, REMOVE POR PERMUTA, ROSINETE BLOEMER PICKLER BUSS, servidora efetiva no cargo de Professor I – Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais, na EBM Hermann Guenther e GILVAN RODRIGUES DOS REIS, servidor efetivo no cargo de Professor I – Anos Iniciais, lotado com 40 horas semanais, sendo 20 horas semanais na Escola Municipal Raulino Horn, 12 horas semanais na Escola Hermann Guenther e 08 horas semanais na Escola Municipal Olavo Bilac, vem mui respeitosamente requerer de comum acordo PERMUTAR de acordo com o artigo 51, 52 e 53 da Lei Complementar de nº 269 de 05/12/14, passando a servidora, ROSINETE BLOEMER PICKLER BUSS a ser lotada com 40 horas semanais, sendo 20 horas semanais na Escola Municipal Raulino Horn, 12 horas semanais na EBM Hermann Guenther e 08 horas semanais na Escola Municipal Olavo Bilac, e o servidor GILVAN RODRIGUES DOS REIS a ser lotado em 40 horas semanais na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora a partir do dia 29 de junho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 29 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS ANDRÉ RADÜNZ

Educ. e Form. Empreendedora Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK

Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.223

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 22.223

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA ROSA MARIA LANDEIRA BECK .

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA ROSA MARIA LANDEIRA BECK, ocupante do cargo de Pedagogo, para exercer a função gratificada de Diretora de Escola, conforme artigo 28, da Lei Complementar nº 292/2016, na EBM Almirante Barroso, em virtude da licença prêmio da servidora Carmen Schuldt Volz, no período de 29 de junho à 28 de julho de 2017, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN MARCOS ANDRÉ RADÜNZ

Educ. e Form. Empreendedora Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK

Sec. Gestão Adm. e Fazendária Prefeito Municipal

PORTARIA 22.224

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.224

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR RICARDO MORETTI.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor RICARDO MORETTI, ocupante do cargo de Secretário de Escola, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, na EEBM Profª Noemi de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 10/02/2010 a 09/02/2013, no período de 19 de junho à 03 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 19 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.227

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.227

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARCIA LEMPKE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora MARCIA LEMPKE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, na CEIM Rudolf Hornburg, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01/06/2012 a 31/05/2015, no período de 28 de junho à 27 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 28 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.231

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.231

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA JANETE SPRINGER.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, a servidora JANETE SPRINGER, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 08/12/2011 a 07/12/2014, no período de 20 de junho à 19 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 20 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.232

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.232

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR HEIDY JOSÉ MOREIRA DE ALMEIDA.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor HEIDY JOSÉ MOREIRA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Professor de educação física, com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas, na EEBM Profº Vidal Ferreira, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 25/01/2013 a 24/01/2016, no período de 14 de junho à 13 de julho de 2017.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 14 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.234

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.234

REGISTRA RETORNO DA SERVIDORA GENAÍNA CARVALHO REIS NUNES.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Registra retorno as atividades devido a encaminhamento de revisão de auxílio doença junto ao INSS da servidora GENAÍNA CARVALHO REIS NUNES, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, com jornada de trabalho de 20 vinte horas semanais, na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 21 de junho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos, a partir do dia 21 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.235

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.235

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO ELIZABETE SCHIRMER DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com a Lei de nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato ELIZABETE SCHIRMER do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 14 de junho de 2017. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

PORTARIA 22.238

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.238

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CARMEN SCHULDT VOLZ.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora CARMEN SCHULDT VOLZ, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, nomeada na função gratificada de Diretor de Escola, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01/06/2010 a 31/05/2013, no período de 29 de junho à 28 de julho de 2017. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 29 de junho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de junho de 2017.

NEUZI SCHOTTEN Educ. e Form. Empreendedora	GENRADO RIEMER Sec. Gestão Adm. e Fazendária
MARCOS ANDRÉ RADÜNZ Controladoria Municipal	ÉRCIO KRIEK Prefeito Municipal

TERMO DE ADITAMENTO Nº 01 - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06-2017

TERMO DE ADITAMENTO Nº 01

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2017.

Pelo presente termo de aditamento, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525, nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE e do outro ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SOCIAL AO ESPORTE AMADOR DE POMERODE - ADEPOMER, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.20.909.754/0001-76, com sede na Rua dos Atiradores, nº 9434, Bairro Testa Central, na cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Elenir Schwartzwald Muller, brasileira, casada, inscrita no CPF sob

nº 891.483.589-20, residente e domiciliada na Rua dos Atiradores, 9434, Bairro Testo Central, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente PROPONENTE, resolvem alterar o TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2017, , mediante as seguintes cláusulas e condições:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA

Este Termo alterará o cronograma financeiro previsto no Plano de Trabalho, após prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, conforme segue abaixo:

VII. CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO (R\$) - Concedente

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
	6,800,00	925.00	925.00	925.00	925.00	
Meta	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês

CLÁUSULA SEGUNDA

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Pomerode/SC, 28 de julho de 2017.

MUNICÍPIO DE POMERODE
ÉRCIO KRIEK

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SOCIAL AO ESPORTE AMADOR DE POMERODE,
ELENIR SCHWARTZWALD MULLER

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 702/2017

DECRETO Nº 702/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. DIEINI RIBEIRO, ocupante do cargo de FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 07 (sete) dias a contar do dia 04 de agosto de 2017, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE AGOSTO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 703/2017

DECRETO Nº 703/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. KELY CRISTINA BERTE BOTTOLI, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 07 (sete) dias a contar do dia 03 de agosto de 2017, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE AGOSTO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 704/2017

DECRETO Nº 704/2017, 07 DE AGOSTO DE 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo Edital n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. IAN LUCAS POLETO, portador do CPF n. 075.865.069-81 para exercer o cargo de AGENTE DE INFORMATICA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE AGOSTO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 705/2017

DECRETO Nº 705/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. AMANDA APARECIDA VANZIN, ocupante do cargo de TECNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 02/08/2017, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE AGOSTO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 706/2017

DECRETO Nº 706/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. JAQUELINE CHILANTTI CARVALHO PETTINI, ocupante do cargo de DIRETOR com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 (cinco) dias a contar do dia de hoje, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE AGOSTO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 707/2017

DECRETO Nº 707/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA."

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. EDILAINÉ APARECIDA DE AZEREDO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 07/08/2017, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE AGOSTO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 708/2017

DECRETO Nº 708/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde ao Funcionário Público Municipal Sr. MAURICIO IVAN TOBIAS, ocupante do cargo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 06 dias a contar do dia 30 de julho de 2017, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE AGOSTO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Lei N. 2.308/2017

LEI Nº 2.308/2017

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer repasse financeiro à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), portadora do CNPJ nº 83.678.086/0001-33, conforme valores mensais a serem estabelecidos em Resolução do Presidente da entidade, fixada em Assembleia Geral dos municípios.

Parágrafo Único: Os recursos a serem transferidos referem-se à parcela de contribuição deste município para manutenção da respectiva associação, no que tange as despesas de assessoramento técnico, pessoal e na melhoria e ampliação das ações.

Art. 2º. A contribuição visa também assegurar a representação institucional do Município de Ponte Serrada/SC nas diversas esferas administrativas do Estado, junto ao Governo Federal e demais órgãos normativos, de execução e de controle e para:

I – Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II – Participar de ações governamentais que visem o desenvolvimento dos Municípios, a atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, a modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

III – Representar os Municípios em eventos oficiais em âmbito estadual e federal.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente com previsão para os demais exercícios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 1º de Março de 2017, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE AGOSTO DE 2017.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da Lei.

Lei N. 2.309/2017

LEI Nº 2.309/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento do exercício de 2017 no valor de até R\$ 146.944,00 (Cento e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
05.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.2001.2.021 – Manutenção da secretaria de agricultura e meio ambiente

Modalidade de Aplicação: 3171.7000
Fonte de Recursos: 01.0001 - 127 - R\$ 15.470,00

Modalidade de Aplicação: 33717000
Fonte de Recursos: 01.0001 -128 - R\$ 4.760,00

Modalidade de Aplicação: 4471.7000
Fonte de recurso 01.0001- 129 - R\$ 714,00

Modalidade de Aplicação: 3393.3900
Fonte de recurso 01.0001- 130 - R\$ 50.000,00

04 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS

25.752.1502.2.041- Manutenção da iluminação pública

Modalidade de Aplicação: 3393.0000
Fonte de recurso 01.0001 - 132 - R\$ 40.000,00
Fonte de recurso 01.0008 - 131 - R\$ 35.000,00

08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA
08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA

10.301.1001.2.008 – Manutenção das ações e programas de saúde do município

Modalidade de Aplicação: 3171.0000
Fonte de recurso 01.0002 - 1 - R\$ 500,00

Modalidade de Aplicação: 3371.0000
Fonte de recurso 01.0002 - 3 - R\$ 500,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, R\$ 146.944,00 (Cento e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais) serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
05.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.2001.2.021 – Manutenção da secretaria de agricultura e meio ambiente

Modalidade de Aplicação: 3190.0000
Fonte de Recursos: 01.0001 - 71 - R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 3390.0000
fonte de Recursos: 01.0001 – 72 - R\$ 20.944,00

04 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS

25.752.1502.2.041- Manutenção da iluminação pública

Modalidade de Aplicação: 3390.0000
Fonte de recurso 01.0001- 68 - R\$ 40.000,00
Fonte de recurso 01.0008 - 69 - R\$ 35.000,00

08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA
08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA

10.301.1001.2.008 – Manutenção das ações e programas de saúde do município

Modalidade de Aplicação: 3390.0000
Fonte de recurso 01.0002 - R\$ 1.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE AGOSTO DE 2017.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra na forma da Lei.

Lei N. 2.310/2017

LEI Nº 2.310/2017

DISPÕE SOBRE NORMAS A SEREM ADOTADAS EM RELAÇÃO A RESTOS A PAGAR E DESPESAS NÃO EMPENHADAS DO EXERCÍCIO DE 2016.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 e na Lei Federal nº 10.028/2000, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer a dívida existente referente a Restos a Pagar correspondentes ao exercício de 2016, no valor total de R\$ 5.539,03 (cinco mil quinhentos e trinta e nove reais e três centavos).

Art. 2º A dívida de que trata o artigo anterior fica reconhecida e consolidada em 10 de novembro de 2016, devidamente comprovada através da compra de mercadoria para o Município de Ponte Serrada/SC, realizado através de compra direta junto a empresa Nelci Cagliari Paglia – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.556.903/0001-77, com endereço na Rua Irineu Bornhausen, 513, Bairro Antonio Paglia, Ponte Serrada/SC, conforme Nota Fiscal de Venda de Mercadorias registrada sob o nº 247, emitida em 09 de novembro de 2016.

Parágrafo único: Os itens referentes ao débito estabelecido no caput foram utilizados para instalação de energia trifásica junto há quadra escolar coberta, localizada na Rua Adão Tobias, na Vila Pousos dos Tropeiros, Interior do Município de Ponte Serrada/SC.

Art. 3º O pagamento da dívida com o credor será realizada em parcela única.

Art. 4º Para quitação das dívidas que se enquadrarem nesta Lei, observar-se-á o princípio da economicidade, da moralidade, impessoalidade e ainda o interesse público, devidamente justificado.

Art. 5º O credor que se encontrar inadimplente com o Município, para valer-se dos benefícios desta Lei, deverá, antes, quitar os débitos, inclusive pela via de compensação.

Art. 6º Para adimplemento da dívida, de que trata o art. 1º da presente, serão utilizados recursos da dotação orçamentária do ano de 2017, de forma que a sua realização não comprometa o equilíbrio das contas públicas do exercício em curso.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal poderá baixar normas para regulamentar a presente, bem como para dirimir dúvidas quanto sua interpretação.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE AGOSTO DE 2017.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra na forma da Lei.

Lei N. 2.311/2017

LEI Nº 2.311/2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA QUE DECLARAREM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos municípios do Estado de Santa Catarina e municípios limítrofes do Estado do Paraná que declararem "SE-Situação de Emergência ou ECP- Estado de Calamidade Pública."

Parágrafo único: As máquinas, equipamentos e pessoal serão cedidos para a normalização os serviços públicos essenciais, tais como desobstrução e recuperação de estradas, ruas, etc., se estendendo também aos setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do município cedente.

Art. 2º O controle das máquinas, equipamentos e pessoal cedidos, serão de competência do Poder Executivo Municipal cedente, que deverá atuar conjuntamente com o órgão competente do município beneficiado com a presente lei.

Art. 3º As despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e pessoal, até os municípios atingidos, correrão por conta de dotação do orçamento municipal vigente.

Art. 4º O Executivo Municipal expedirá decreto especificando as máquinas, os equipamentos e pessoal cedidos, estipulando um prazo determinado pela cessão.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE AGOSTO DE 2017.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra na forma da Lei.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 009/2017 - FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial nº 009/2017 - FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Aquisição de Ônibus Escolar Urbano para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 24/08/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 24/08/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro – Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 11 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1631, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 1631, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 660.384,31 (Seiscentos e Sessenta mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 09 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.049 – Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.49 - SF – SUS/UNIÃO – PAB SBucal

Valor: R\$ 5.760,96

Atividade: 2.050 – Manutenção do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.47 - SF – SUS/UNIÃO – PAB ESF

Valor: R\$ 20.814,27

Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.53 - SF – SUS/UNIÃO – PAB PSE

Valor: R\$ 17.777,48

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.58 - SF – SUS/UNIÃO – MAC Rede Cegonha

Valor: R\$ 1.881,68

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.68 - SF – SUS/UNIÃO – Bloco de Investimento

Valor: R\$ 210.146,54

Funcional Programática: 10.302.0012

Atividade: 2.059 – Manutenção das Ações de Media e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.58 - SF – SUS/ESTADO – Incentivo NASF

Valor: R\$ 24.003,38

Órgão: 15 – Fundo Previdenciário Financeiro

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Previdenciário Financeiro

Funcional Programática: 09.272.0008

Atividade: 2.038 – Manutenção do Fundo Previdenciário Financeiro

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.04 - SF – Contribuição RPPS – Fundo Financeiro

Valor: R\$ 220.000,00

Órgão: 16 – Fundo Previdenciário Capitalizado

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Previdenciário Capitalizado

Funcional Programática: 04.272.0008

Atividade: 2.040 – Manutenção das Ativ. Adm. Fundo Previdenciário Capitalizado

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.03 - SF – Contribuição RPPS – Fundo Previdenciário

Valor: R\$ 60.000,00

Funcional Programática: 09.272.0008

Atividade: 2.071 – Manutenção do Fundo Previdenciário Capitalizado

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.03 - SF – Contribuição RPPS – Fundo Previdenciário

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta dos recursos SF – SUS/UNIÃO – PAB SBucal no valor de R\$ 5.760,96 (Cinco mil, setecentos e sessenta reais e noventa e seis centavos), SF – SUS/UNIÃO – PAB ESF no valor de R\$ 20.814,27 (Vinte mil, oitocentos e quatorze reais e vinte e sete centavos), SF – SUS/UNIÃO – PAB PSE no valor de R\$ 17.777,48 (Dezessete mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos), SF – SUS/UNIÃO – MAC Rede Cegonha no valor de R\$ 1.881,68 (Um mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos), SF – SUS/UNIÃO – Bloco de Investimento no valor de R\$ 210.146,54 (Dezentos e dez mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), SF – SUS/ESTADO – Incentivo NASF no valor de R\$ 24.003,38 (Vinte e quatro mil, três reais e trinta e oito centavos), SF – Contribuição RPPS – Fundo Financeiro no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos mil reais) e SF – Contribuição

RPPS – Fundo Previdenciário no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais), totalizando o valor de R\$ 660.384,31 (Seiscientos e Sessenta mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 8 dias do mês de agosto de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1633, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 1633, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 256.000,00 (Duzentos e cinquenta e seis mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0014

Atividade: 1.017 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidade Escolares do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.01 – Receita Impostos e Transferência de Impostos - Educação

Valor: R\$ 256.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017 por conta do Recurso Receita Impostos e Transferência de Impostos - Educação na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de agosto de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 256/2017

DECRETO Nº 256, de 31 de julho de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3390 – 169 – Aplicações Diretas	137	80.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		80.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 31 de julho de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 258/2017

DECRETO Nº 258, de 03 de agosto de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC.MUN.TRANSP.OBRAS E SERV.PUBL.		
PROJETO	1009 – Construção e Instal. de Praças, Parques e Jardins		
MODALIDADE	4490 – 3100 – Aplicações Diretas	208	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício 2016, na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 260/2017

DECRETO Nº 260, de 07 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Idade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, observado o disposto no Artigo 40, § 1º, Inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e no Artigo 31, Inciso II da Lei Municipal nº 3.079 de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Servidor Público Municipal Sr. HANS ULRICH SEIFERT, portador do RG nº 686.500-3/SSP/PR e CPF nº 221.632.479-53, no Cargo de Farmacêutico, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

DECRETO Nº 261/2017

DECRETO Nº 261, de 07 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, observado o disposto no Artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. MARILENE COTRIM DA SILVA BUCH, portador do RG nº 964.840-2/SSP/SC e CPF nº 482.222.919-04, no Cargo de Professor Pedagogo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

EXTRATO DE CONTRATO 186/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 186/2017

Partes: Município de Porto União e Panificadora Pão da Vovó Ltda – ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada em produção, armazenamento e montagem do Bolo Comemorativo ao Centenário de Porto União.

Valor: R\$ 17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais).

Vigência: Até 31/12/2017.

Base legal: Pregão Presencial 099/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 24 de julho de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Panificadora Pão da Vovó Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 187/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 187/2017

Partes: Município de Porto União e SB Restaurante e Lanchonete EIRELI - ME.

Objeto: Aquisição de refeições (almoço e jantar) para a alimentação dos grupos artísticos que irão realizar espetáculos para o Centenário de Porto União, bem como para outros eventos realizados pela Secretaria Municipal de Cultura.

Valor: R\$ 6.540,00 (seis mil quinhentos e quarenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 100/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 26 de julho de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

SB Restaurante e Lanchonete EIRELI - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 188/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 188/2017

Partes: Município de Porto União e Perfect Informática Ltda - ME.

Objeto: Contratação de serviços de recarga de toner e cartuchos de impressoras para as Secretarias da prefeitura Municipal de Porto União.

Valor: R\$ 13.970,00 (treze mil novecentos e setenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 092/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 27 de julho de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Perfect Informática Ltda - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 189/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 189/2017

Partes: Município de Porto União e Fenix Informática e Telefonia Ltda - ME.

Objeto: Aquisição de toner e cartuchos de impressoras para as Secretarias da prefeitura Municipal de Porto União.

Valor: R\$ 5.678,00 (cinco mil seiscentos e setenta e oito reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 092/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 27 de julho de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Fenix Informática e Telefonia Ltda - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 190/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 190/2017

Partes: Município de Porto União e Gustavo Wietzke - ME.

Objeto: Contratação de serviços de recarga de toner e cartuchos de impressoras para as Secretarias da prefeitura Municipal de Porto União.

Valor: R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 092/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 27 de julho de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Gustavo Wietzke - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 191/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 191/2017
Partes: Município de Porto União e Máxima Atacadista EIRELI.
Objeto: Aquisição de toner e cartuchos de impressoras para as Secretarias da prefeitura Municipal de Porto União.
Valor: R\$ 2.603,00 (dois mil seiscentos e três reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 092/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 27 de julho de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Máxima Atacadista EIRELI.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 192/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 192/2017
Partes: Município de Porto União e Leo Guliani - ME.
Objeto: Aquisição de toner e cartuchos de impressoras para as Secretarias da prefeitura Municipal de Porto União.
Valor: R\$ 7.335,00 (sete mil trezentos e trinta e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 092/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 27 de julho de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Leo Guliani - ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 193/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 193/2017
Partes: Município de Porto União e Bellos Eventos Ltda - EPP.
Objeto: Locação de brinquedos infláveis para suprir as demandas das atividades alusivas ao Centenário de Porto União.
Valor: R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 101/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 27 de julho de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Bellos Eventos Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 196/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 196/2017
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para manutenção do Departamento Municipal de Esportes.
Valor: R\$ 8.558,15 (oito mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 094/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de julho de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Supermercado Dukelli Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 197/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 197/2017
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para manutenção do Departamento Municipal de Esportes.
Valor: R\$ 9.201,25 (nove mil duzentos e um reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 094/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de julho de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 198/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 198/2017
Partes: Município de Porto União e Mercado Koserá Ltda - ME.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para manutenção do Departamento Municipal de Esportes.
Valor: R\$ 10.584,25 (dez mil quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 094/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de julho de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Mercado Koserá Ltda - ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 194/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 194/2017
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 032/2015 – Saúde.
Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

O valor do contrato passa a ser de R\$ 37.827,98 (trinta e sete mil oitocentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos).

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

Reajusta-se em -0,78% (menos zero vírgula setenta e oito por cento) o aludido contrato superior, com base no IGP-M.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 29/07/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 28 de julho de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 195/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 195/2017

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 178/2016.

Partes: Município de Porto União e Teleunião Telecomunicações Ltda – EPP.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Exclui-se o ponto de monitoramento do sistema de alarme “Centro de Especialidades Odontológicas - CEO”, situado a Praça Paraná, nº 230, centro, Porto União - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 11.760,00 (onze mil setecentos e sessenta reais) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 29/07/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 28 de julho de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 015/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 184/2017.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 015/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para aquisição de escovódromo portátil móvel e acionador elétrico para torneiras. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site “www.portaldecompraspublicas.com.br” até às 08h00min do dia 25 de agosto de 2017, com início da mesma às 08h15min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União “www.portouniao.sc.gov.br” e no site “www.portaldecompraspublicas.com.br”. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 10 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2017 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 030/2017 - Educação.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 015/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de chapas de compensado. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 25 de agosto de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 10 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 016/2017 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 031/2017 - Educação.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 016/2017.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de dois veículos automotores. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 25 de agosto de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 10 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2017 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 032/2017 - Educação.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 017/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material esportivo. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 28 de agosto de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 10 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 035/2017

PORTARIA Nº 035, de 09 de agosto de 2017.

Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, determinar a instauração de Sindicância e constituir a respectiva Comissão Sindicante, encarregada de apurar possíveis responsabilidades do Servidor Público Municipal JOSÉ DOS SANTOS, ocasionada por motivos registrados nos Boletins de Ocorrência nºs 00049 – 2017 – 0001568 e 00049 – 2017 – 0001580 da Delegacia de Polícia de Porto União.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar citar, desde logo, o Servidor JOSÉ DOS SANTOS, para que acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante o mesmo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão Sindicante:

I- Paulo Medeiros – Presidente;

II- Roseli Maria Costa Curta de Bona – Secretária;

III- Ludgeron Marcos Ilchechen – Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 036/2017

PORTARIA Nº 036, de 09 de agosto de 2017.

Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, determinar a instauração de Sindicância e constituir a respectiva Comissão Sindicante, encarregada de apurar possíveis irregularidades no preenchimento das Ordens de Abastecimento da frota da Secretaria Municipal de Saúde, supostamente cometidas pelo Servidor Público Municipal THIAGO HENRIQUE PADILHA DE MORAIS, e eventual ato lesivo à Administração Pública.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Servidor THIAGO HENRIQUE PADILHA DE MORAIS, para que acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante o mesmo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão Sindicante:

I- Afonso Wasmann Neto – Presidente;

II- Laureci Freisleben – Secretária;

III- Rudi Mari Feix Júnior – Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 851/2017 - RH

PORTARIA Nº 851, de 07 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de agosto de 2017 a 06 de agosto de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Anselmo Edgar Mysczak, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obra e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 852/2017 - RH

PORTARIA Nº 852, de 08 de agosto de 2017.

Revogar Função Gratificada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 305, de 01 de fevereiro de 2017, que concede Função Gratificada como Responsável por Programas Institucionais, à servidora efetiva Marlise Jacoboski Rodrigues Batili.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 853/2017 - RH

PORTARIA Nº 853, de 08 de agosto de 2017.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Josina Oliveira Santana Pasternak, das funções do cargo de Professor Docente 1º

ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 854/2017 - RH

PORTARIA Nº 854, de 08 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de agosto a 19 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Scheila Aparecida Correa, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, classificada em "83º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada à professora Fabiola da Silva que está desempenhando suas funções no Núcleo Educacional Jangada do Sul.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 855/2017 - RH

PORTARIA Nº 855, de 08 de agosto de 2017.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 157/2017, no período de 04 a 30 de agosto de 2017, de Rosangela Kinal, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Marlena Aparecida Pereira Pacheco que encontra-se afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jangada do Sul, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 856/2017 - RH

PORTARIA Nº 856, de 08 de agosto de 2017.

Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 08 de agosto a 15 de setembro de 2017, a carga horária da professora contratada Norma Parastchuk Gibinski

Fernandes, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Artes), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição a servidora efetiva Jóis da Trindade Viana que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 857/2017 - RH

PORTARIA Nº 857, de 08 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de agosto a 19 de dezembro de 2017, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alessandra Ribeiro dos Santos Saraiva, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "73º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão de não haver candidato aprovado em concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Berçário Maria Luiza Waldruff, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 858/2017 - RH

PORTARIA Nº 858, de 08 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de agosto a 19 de dezembro de 2017, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Josina Oliveira Santana Pasternak, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "78º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão de não haver candidato aprovado em concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jangada do Sul, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 859/2017 - RH

PORTARIA Nº 859, de 08 de agosto de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a partir de 08 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de agosto/2010 a agosto/2015, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora Rita de Cassia do Nascimento Pecharke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 027/2017

Partes: Município de Porto União e Promefarma Representações Comerciais Ltda.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Devido a dificuldade da empresa adquirir o medicamento Amoxicilina 500MG Aurobindo, troca-se o medicamento para a marca Teuto, e com isso, pelo fato do medicamento possuir um valor superior, faz-se o reequilíbrio de preço:

Item 81 – Amoxicilina 500 mg, passando para o valor de R\$ 0,166 por comprimido.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 25 de julho de 2017.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 092/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 137/2017

Pregão Presencial 092/2017

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Fenix Informática e Telefonia Ltda – ME,

Gustavo Wietzke – ME,

Máxima Atacadista EIRELI,

Leo Guliani – ME e

Perfect Informática Ltda – ME.

Porto União SC, 27 de julho de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 094/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 139/2017

Pregão Presencial 094/2017

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Mercado Koserá Ltda – ME,

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP e

Supermercado Dukelli Ltda – EPP.

Porto União SC, 28 de julho de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
099/2017**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 144/2017
Pregão Presencial 099/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Panificadora Pão da Vovó Ltda – ME.
Porto União SC, 24 de julho de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
100/2017**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 145/2017
Pregão Presencial 100/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
SB Restaurante e Lanchonete EIRELI - ME.
Porto União SC, 26 de julho de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
101/2017**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 146/2017
Pregão Presencial 101/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Bellos Eventos Ltda - EPP.
Porto União SC, 27 de julho de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
013/2017 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 024/2017 - Educação
Pregão Presencial 013/2017
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com fulcro no artigo 49 da
lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS
004/2017 - FAS**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 011/2017 - FAS
Tomada de Preços 004/2017
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da
lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.
Porto União SC, 25 de julho de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 035 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº 035/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017 – MENOR PREÇO GLOBAL

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 09:00 horas do dia 23/08/2017, licitação que tem por objeto, Registro de Preços para Contratação de empresa do ramo, com fornecimento de recuperação, mão de obra, pintura completa, peças e material rodante para conserto do trator de esteira Komatsu D50, de uso da Secretaria de Obras do Município., conforme anexo I do Edital, pelo fone (47) 3545-1133) pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, ou pelo site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 10 de Agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO N.º 38/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO Nº. 38/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2017 – DL Nº 08/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (CONSULTAS), LABORATÓRIAS (ATENDIMENTO AO DST/AIDS, TRATAMENTO À HEPATITE E TUBERCULOSE) E ASSESSORIA AO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE PRESTADOS PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC.

DO VALOR: R\$ 10.000,00

DO FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO VIII, DA LEI 8.666/93

DA VIGENCIA: 09/08/2017 à 31/12/2017.

Praia Grande, 09 de agosto de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO N.º 39/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO Nº. 39/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº08/2017 – IL Nº 01/2017

CONTRATADA: LABORATÓRIO J.A. MATOS LTDA ME

OBJETO: A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO NO ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

DO VALOR: ESTIMADO EM R\$ 10.000,00

DO FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 14, CAPUT, DA LEI 8.666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

DA VIGENCIA: 10/08/2017 à 31/12//2017.

Praia Grande, 10 de agosto de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 104/2017 - PREFEA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO Nº. 104/2017

COMPRA DIRETA N.º 332/2017

CONTRATADA: PONTONET COMPUTADORES E REDES LTDA-EPP

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE INTERNET PARA NAES - NÚCLEO AVANÇADO DE ENSINO SUPLETIVO DE PRAIA GRANDE – SC.

DO VALOR: R\$ 499,50

DA VIGENCIA: 01/08/2017 à 31/12/2017.

Praia Grande, 01 de Agosto de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 320/2017

PORTARIA Nº. 320 de 08 de Agosto de 2017.
CONCEDE LICENÇA COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o Art. 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1.º Fica concedido à servidora OSNITA DE SOUZA DALPRA, Merendeira, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, pelo período máximo de 02 (dois) anos, solicitada pela mesma através do requerimento em anexo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 08 de Agosto de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 321/2017

PORTARIA Nº. 321 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias) a ALINE MOREIRA, Coordenador Administrativo, pelo período de 10 de Agosto de 2017 a 24 de Agosto de 2017, relativo ao período aquisitivo de 08/08/2016 à 07/08/2017.

Parágrafo Único – Em conformidade com a Art. 115, § 6º da Lei Complementar Nº. 001/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os 10 (dez) Primeiros dias de suas férias foram indenizados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 10 de Agosto de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 322/2017

PORTARIA Nº. 322 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ANA PAULA PRIM DA SILVA, Conselheira Tutelar, pelo período de 10 de Agosto de 2017 a 08 de Setembro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 10/01/2016 à 09/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 10 de Agosto de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 21.2017-FMS - SÓLIS

Contrato nº 21/2017-FMS, de 10 de agosto de 2017.

Contratação de CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS nas áreas de PSQUIIATRIA, para pacientes residentes no Município de Princesa/SC.

Contratante: MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC, inscrito no CNPJ 01.612.836/0001-00, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.430.652/0001-82, neste ato representado pela sua Gestora, a Sra. Clédina de Oliveira, de ora em diante denominado de CONTRATANTE

Contratada: SÓLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.986.215/0001-02, com sede na Rua Antonio Pedrassani, 131, Centro – São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado pelo Sr. João Eduardo Schacker, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 715.897.670-04, de ora em diante denominada de CONTRATADA.

Fundamento Legal: Este Contrato tem seu fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, bem como nas condições estabelecidas no Processo Licitatório 18/2017-FMS, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação 05/2017-FMS – Credenciamento 03/2017-FMS, onde os mencionados acima resolvem contratar o objeto deste instrumento, pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do objeto do contrato e do preço

1.1 - Este contrato tem como objeto a "Contratação de CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS nas áreas de GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, para pacientes residentes no Município de Princesa/SC.

1.2 – A quantidades informadas neste contrato representam o montante total de cada item, previstos para utilização durante a vigência dos contratos de prestação de serviço. Assim, a utilização da totalidade da quantidade estimada poderá ou não se confirmar, como, também, poderá ser prestada por outra Credenciada, ainda que em parte.

1.3 – Os itens previstos e aqui contratados têm as seguintes especificações:

Qtde	Unidade	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
40	Un.	CONSULTA médica com especialista em PSQUIIATRIA, com 1 retorno.	200,00	8.000,00
			TOTAL (R\$)	8.000,00

Cláusula Segunda – Da forma, do prazo e da execução do objeto

2.1 – A execução dos serviços ocorrerá de forma CONTINUADA durante o prazo previsto de 12 meses, mediante Autorização da Secretaria de Saúde.

2.2 – O Contratado ficará responsável pela entrega dos materiais/execução dos serviços conforme as condições e a necessidade da Secretaria responsável pela solicitação.

2.3 – O Contratado é responsável por manter contato com o(a) servidor(a) mencionado na Cláusula Décima Sétima e/ou o responsável pelo setor requisitante para esclarecer quaisquer dúvidas ou informar outras ocorrências.

Cláusula Terceira – Das condições de pagamento

3.1 – O pagamento será efetuado por intermédio de crédito em conta bancária, efetuado proporcionalmente à execução dos serviços, até o 10º dia do mês subsequente ao da execução do serviço.

3.2 - O pagamento fica condicionado à apresentação, por parte da licitante vencedora, de:

a) Nota Fiscal;

b) Relatório de Prestação de Serviços, nos moldes estipulados na Instrução Normativa 02/2016 do Município de Princesa, contendo, no mínimo, informações detalhadas sobre data, período/horas, quantidade, descrição das atividades e profissional que realizou as atividades.

c) Comprovantes de Regularidade Fiscal:

- Certidão Negativa de Débitos Federais;

- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

- Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da Contratada);

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

- Certidão Negativa de Débitos relativos ao FGTS.

d) Dados de conta bancária em instituição financeira oficial (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);

d.1) Caso o fornecedor indique conta bancária em outra instituição que não aquelas supra citadas, os valores referentes às taxas de transferência serão descontados do montante a ser pago pelo Município ao fornecedor.

d.2) Caso o fornecedor não concorde com os termos acima, deverá apresentar declaração expressa de não concordância.

3.3 – O pagamento fica condicionado, também, ao "termo de aceite" a ser redigido no anverso da Nota Fiscal pelo responsável pelo Setor Requisitante.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado a empresas enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

Cláusula Quarta – Do reajuste dos preços

4.1 - O preço dos serviços constantes neste contrato será fixo.

4.1.1 - Não haverá reajuste dos preços, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666/93, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

4.2 - Caso a Contratada detecte a necessidade de readequação de valores, deverá encaminhar solicitação expressa ao Contratante, descrevendo pormenorizadamente os motivos do pedido, justificar a solicitação e demonstrar documentalmente as razões do requerimento de readequação de valores.

Cláusula Quinta – Da vigência e da prorrogação do contrato

5.1 - A vigência deste Contrato é de até 12 meses, tendo como termo inicial o dia 11 de agosto de 2017 e como termo final o dia 10 de agosto de 2018.

5.2 - Este contrato poderá ter seu prazo de vigência prorrogado pelos prazos previstos na legislação que o rege, desde que detectadas necessidade, oportunidade e conveniência do Contratante.

5.3- Havendo prorrogação do prazo deste contrato, poderá ocorrer o reajuste de valores.

5.3.1 - Para efetivação do reajuste de valores, adotar-se-á a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do período OU outro índice determinado pelo Fundo Municipal de Saúde, e sua formalização dar-se-á por intermédio de solicitação da Secretaria.

Cláusula Sexta – Das dotações orçamentárias

6.1 - Para custear as despesas oriundas da presente licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 4 – Fundo Municipal de Saúde de Princesa

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2023 – Manutenção das Atividades da Saúde

Elemento Despesa: 05 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 – Aplicações Diretas

Cláusula Sétima – Dos recursos financeiros

7.1 - Para custeio das despesas originadas por este contrato, serão usados recursos próprios, provenientes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, decorrentes do orçamento Municipal do exercício financeiro de 2017/2018.

Cláusula Oitava – Da possibilidade de rescisão do contrato

8.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer por inadimplemento, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada.

8.2 - No caso de rescisão contratual, devidamente justificada e em conformidade com as hipóteses legais, não será devido à Contratada nenhum outro valor senão aquele efetivamente gasto com a prestação dos serviços.

Cláusula Nona – Das obrigações do Contratante

9.1 - O Contratante, por intermédio de seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias à perfeita prestação dos serviços, bem como efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

9.2 – Comunicar imediatamente à Contratada qualquer defeito ou deficiência que constate nos serviços contratados;

Cláusula Décima – Das obrigações da contratada

10.1 – Realizar a execução dos serviços nas condições, preços e prazos constantes deste Edital;

10.2 – Prestar os serviços em conformidade com as autorizações emitidas pela Secretaria de Saúde;

10.2.1 – A prestação dos serviços poderá ser realizada na Unidade de Saúde de Princesa ou em estabelecimento próprio do proponente/contratado.

10.3 - Cumprir as exigências descritas nas requisições que deram origem a este processo licitatório ou que constarem no contrato ou outro instrumento que o substitua.

10.4 – Executar os serviços de modo a atender as necessidades e peculiaridades apontadas no Edital.

10.5 – Assumir total responsabilidade sobre custos de transporte ou deslocamento dos objetos vinculados aos itens licitados, bem como em relação a toda e qualquer ação, sua ou de terceiro, necessária à execução de todas as cláusulas, direitos e obrigações constantes no Edital, em seu contrato ou qualquer outro documento vinculado ao objeto deste instrumento.

10.6 – Assumir total responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos que, por ação ou omissão, cause ao objeto desta licitação, ao Município ou a terceiro.

10.7 – Arcar com todos os custos necessários à perfeita e acabada execução do serviço.

10.7.1 – Dentre os custos compreendidos no item 10.7 estão (rol meramente exemplificativo, não exaustivo):

- transporte e traslado, caso necessário, de bens/materiais/objetos necessários à execução do objeto deste edital;
- transporte e traslado de peças e equipamentos;
- deslocamento, alimentação, hospedagem e diárias de profissionais;
- contratação de equipamentos ou profissionais;
- utilização de equipamentos e insumos às expensas da credenciada.

Cláusula Décima Primeira – Dos direitos do Contratante

11.1 - O Contratante tem o direito de exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte, a si próprio ou a quem determinar, caso a execução não seja comprovadamente aquela estabelecida no edital de Credenciamento 03/2017-FMS.

Cláusula Décima Segunda – Da vinculação à licitação

12.1 - Este contrato vincula-se ao Edital de Processo Licitatório 18/2017-FMS, modalidade Inexigibilidade 05/2017-FMS, para todos os efeitos legais e jurídicos, e às determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, especialmente no tocante às dúvidas, contradições e omissões.

Cláusula Décima Terceira – Das penalidades por descumprimento

13.1 - São ações passíveis de aplicação de punição à Contratada:

- Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- Não manter a proposta;
- Fraudar ou falhar na execução do compromisso;
- Comportar-se de modo inidôneo; ou
- Cometer fraude fiscal.

13.1.1 - Caso cometa alguma destas ações, a Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Contratante e, se for o caso, será descredenciada no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

13.2 - As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

I) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta: impedimento de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;

II) Fraudar ou falhar na prestação de serviço/entrega de produto: impedimento de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

III) Apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo: descredenciamento junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

13.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.4 - A licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Contrato:

I) - advertência;

II) multa(s):

a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso, por descumprimento dos prazos de entrega dos produtos/materiais previstos neste Edital;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

13.5 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente.

13.6 - Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a prestação de serviço/entrega dos produtos, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

13.7 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

13.8 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

13.9 - Da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da intimação.

Cláusula Décima Quarta – Eventual atraso do Contratante

14.1 - Na eventualidade do município não cumprir os pagamentos conforme pactuado, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

Cláusula Décima Quinta – Das condições de habilitação

15.1 - A Contratada se obriga a manter, durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão contratual e aplicação de penalidades.

Cláusula Décima Sexta – Dos recursos administrativos

16.1 - Da penalidade porventura aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando esta sobrestada até o julgamento do pleito.

Cláusula Décima Sétima – Do acompanhamento e fiscalização

17.1 - A entrega dos produtos/execução dos serviços pela Contratada será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social – CLÉDINA DE OLIVEIRA.

17.1.1 - O Contratante, desde que o faça expressamente, poderá designar outro representante para acompanhar a entrega dos produtos.

Cláusula Décima Oitava – Das disposições Finais

18.1 - Este contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência do Contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

18.2 - Os casos omissos serão regidos pelos preceitos de direito público, teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

Cláusula Décima Nona – Do Foro para resolução de controvérsias

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do Art. nº 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma.

Princesa/SC, 03 de junho de 2017.

Clédina de Oliveira Gestora do FMS Contratante	João Eduardo Schacker Representante Legal SÓLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA - EPP Contratada
Ivan Bernardi OAB/SC – 18.468 Assessor Jurídico	

EXTRATO DE PREGÃO 35.2017 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 59/2017-PM

Pregão Presencial 35/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de TRATOR AGRÍCOLA, DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO e COLHE-DORAS DE FORRAGEM.". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 24 de agosto de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 10 de agosto de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

LEI Nº 893 DE 10.08.2017

LEI Nº. 893, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A FIRMAR CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL COM A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais que lhes forem conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder imóvel de propriedade do Município à CELESC Distribuição S.A.

§1º. O objeto da presente cessão é destinado à instalação do escritório local da CELESC Distribuição S.A. para atendimento aos consumidores e prestação de serviços relacionados a distribuição de energia elétrica à população Princesense.

§ 2º. Em contrapartida a cessão do imóvel, a CELESC Distribuição S.A. deverá manter no local atendimento mínimo de 4 horas diárias e 20 horas semanais.

Art. 2º Fica proibido a beneficiária a efetuar modificações no imóvel ora cedido, sem expressa autorização do Poder Público.

Parágrafo Único. A beneficiária ainda deverá observar:

I - Critérios de funcionamento e operacionalização das atividades a serem realizadas e otimizar a utilização do local, estabelecendo normas regimentais sobre a operação, utilização, custeio e outras relativas à utilização dos bens concedidos para uso;

II - Executar, com recursos próprios os serviços de manutenção preventiva e decorrentes de depreciação no local, primando pelo bom estado de conservação e aparência visual do local;

III - Custear, com recursos próprios as despesas decorrentes do funcionamento, incluindo aquelas de natureza trabalhista e isentar integralmente o Município de quaisquer obrigações ou compromissos assumidos;

IV - Permitir, a qualquer tempo, o órgão competente do Município realizar vistorias e perícias no imóvel concedido, observando a conservação e fins destinados;

Art. 3º A Celesc Distribuição S.A. não será ressarcida pelas melhorias e/ou benfeitorias a qualquer título que eventualmente possa vir a realizar no imóvel durante o prazo de cessão, como também o Município não exigirá qualquer valor monetário da empresa no período de ocupação.

Art. 4º Eventual encerramento das atividades do escritório, antes de fluído o prazo de ocupação estabelecido, obriga a empresa a desocupar o imóvel imediatamente, independente de notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, não podendo a presente concessão ou qualquer direito dela decorrente ser transferida a terceiros sem expressa autorização do Município de Princesa.

Parágrafo único. A cessão do imóvel será por prazo determinado de 01 (um) ano, renovável por iguais períodos, mediante interesse comum das partes.

Art. 5º As determinações estabelecidas na presente Lei, inclusive o imóvel a ser destinado, farão parte de contrato específico a ser firmado entre a CELESC Distribuição S.A. e o Município de Princesa (Prefeitura Municipal), a partir da aprovação da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Agosto de 2017.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,

10 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

LEI Nº. 890 DE 10.08.2017

LEI Nº. 890, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"Autoriza o Município realizar o transporte de alunos para participar de eventos que compõe a programação escolar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais que lhes forem conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo realizar o transporte com veículos próprios do transporte escolar ou terceirizados, de alunos do município, compreendendo estudantes da educação infantil, fundamental e médio para participar de eventos que compõe a programação escolar, para municípios abrangidos dentro da Associação de Municípios do Extremo Oeste – AMEOSC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
10 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

LEI Nº. 891 DE 10.08.2017

LEI Nº. 891, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR SERVIÇOS EM PROPRIEDADES PRÓXIMAS AS DIVISAS DO MUNICÍPIO DE PRINCESA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais que lhes forem conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, direta ou indiretamente, a realizar serviços em propriedades rurais localizadas a uma distância de até 02 (dois) quilômetros das divisas do Município de Princesa, desde que preenchido os seguintes requisitos:

I. O proprietário do imóvel onde serão realizados os serviços deverá possuir bloco de produtor cadastrado no Município de Princesa;

II. Apresentar certidão de Movimentação Econômica Financeira do Município onde serão realizados os serviços e do Município de Princesa;

§1º. A movimentação econômica financeira no Município de Princesa deverá ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do total da movimentação do requerente, com referência aos 12 meses anteriores à solicitação dos serviços.

§2º. Os benefícios criados pela Lei Municipal n. 883, de 08 de Junho de 2017 poderão ser estendidos aos agricultores beneficiários desta Lei, desde que realizarem 100% (cem por cento) da movimentação econômica financeira no Município de Princesa, referente aos 12 meses anteriores à solicitação dos serviços.

§3º. No primeiro ano de vigência dessa lei, para adequação da movimentação econômica e financeira, os interessados estão desobrigados a alcançar a totalidade dos percentuais estabelecidos, porém deverão a cada nova solicitação demonstrar a evolução do percentual relativamente apresentado na solicitação de serviços anterior.

Art. 2º. As despesas financeiras ocorrerão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Para melhor aplicação desta lei, poderá ser regulamentada por Decreto do poder Executivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
10 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

LEI Nº. 892 DE 10.08.2017

LEI Nº. 892, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A FIRMAR CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA ALIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais que lhes forem conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a ceder a ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA ALIANÇA, entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, localizada na Linha Marmeleiro, neste Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 78.503.158/0001-71 o direito real de uso de bem imóvel do município com as seguintes características:

"Imóvel da matrícula 5.357 do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro, com a seguinte descrição: "Parte do lote rural número quatro, com área de 3.603,79 m² (três mil seiscentos e três metros quadrados), e parte do lote rural número seis com área de 1.423,59m² (um mil quatrocentos e vinte e três metros quadrados), perfazendo um total de 6.027,38m² (seis mil e vinte e sete metros quadrados), situado em linha Marmeleiro, com as seguintes confrontações: ao NOROESTE, por linha seca, com parte do mesmo lote rural número quatro, numa extensão de 71,20 metros; ao SUDOESTE, por linha seca, com parte do lote rural número 4, numa extensão de 72,16 metros; ao SUL, pela estrada, numa extensão de 62,75 metros, e ao NORDESTE, por linha seca, com parte do mesmo lote rural número 4, numa extensão de 49,45 metros; e ao LESTE, por linha seca, com parte do mesmo lote rural nº 6 até o ponto inicial."

Consta na matrícula a AV.3-5.357 de 03 de julho de 2017 averbação de construção de um GALPÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, com área de 360 m², em estrutura com 7(sete) pórticos de concreto pré-moldado, com vão de 12 metros e pé direito livre de 3,5 metros, cobertura em telha de fibrocimento de 6mm.

Parágrafo único. O direito real de uso estabelecido no presente artigo terá vigência de 10 (dez) anos, a ser estabelecida em contrato

administrativo de cessão de direito real de uso. Mediante interesse público e/ou acordo entre as partes, o mesmo poderá ser extinto a qualquer momento, ou renovado por iguais períodos.

Art. 2º Fica a ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA ALIANÇA responsável pela administração, utilização e conservação do patrimônio público objeto da presente Lei, podendo executar obras de melhorias no imóvel, sem alteração de suas características arquitetônicas, assim como ampliar, obedecida neste caso à legislação pertinente e com prévia autorização e aprovação do projeto pelo cedente, que servirá para uso nos termos dos Estatutos Sociais da entidade.

§ 1º Após o encerramento do prazo de cessão, extinção ou encerramento das atividades, o imóvel objeto da presente lei assim como todas as edificações nele incorporadas ou melhoradas serão incorporados ao patrimônio público municipal.

Art. 3º Para habilitar-se a cessão de direito real de uso previsto nesta Lei a ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA ALIANÇA deverá apresentar junto a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA os seguintes documentos:

I - requerimento solicitando a cessão de direito real de uso;

II - cópia dos seguintes documentos da Associação:

a) Ato Constitutivo;

b) CNPJ;

c) Certidão negativa conjunta de débitos federais;

d) Certidão negativa de débito do FGTS;

e) Certidão negativa conjunta de débitos estaduais;

f) Certidão negativa de débitos municipais;

g) Ata devidamente autenticada da eleição da diretoria;

h) Documentos pessoais do representante legal.

Art. 4º Durante a vigência do contrato administrativo de cessão de direito real de uso a ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA ALIANÇA obriga-se:

I - Determinar os critérios de funcionamento e operacionalização das atividades a serem realizadas e otimizar a utilização do local, estabelecendo normas regimentais sobre a operação, utilização, custeio e outras relativas à utilização dos bens concedidos para uso;

II - Promover atividades culturais e esportivas, obedecendo à legislação vigente no que tange a presença de menores de idade e comercialização de bebidas alcoólicas;

III - Manter em dia as condições sanitárias de manipuladores de alimentos, alvarás de funcionamento e demais condições legais aplicáveis;

IV - Executar, com recursos próprios ou mediante convênios celebrados, os serviços de manutenção preventiva e decorrentes de depreciação no local, primando pelo bom estado de conservação e aparência visual;

V - Custear, com recursos próprios ou mediante convênios celebrados, as despesas decorrentes do funcionamento, incluindo aquelas de natureza trabalhista e isentar integralmente o Município de quaisquer despesas ou compromissos assumidos pela Associação beneficiada;

VI - permitir, a qualquer tempo, o órgão competente do Município realizar vistorias e perícias no imóvel concedido, observando a conservação e fins destinados;

VII - ceder gratuitamente o imóvel ao MUNICÍPIO, quando este o requisitar para utilização em casos excepcionais em decorrência de programações oficiais, emergências ou calamidades;

§ 1º Se o parecer da perícia realizada na forma do inciso VI concluir pela má manutenção do bem ou sua utilização em contrário do disposto do inciso II, ambos do presente artigo, poderá ensejar a rescisão do contrato com o retorno do bem ao patrimônio do Município, garantido o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 2º No caso da paralisação das atividades da ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA ALIANÇA, o imóvel recebido em cessão retornará ao patrimônio do Município.

§ 3º O imóvel recebido pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA ALIANÇA, durante a vigência do contrato administrativo de cessão de direito real de uso é inalienável.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,

10 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 164 DE 10.08.2017

PORTARIA Nº. 164, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

TRANSFERE LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. ALCIONI SEGAT, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 07 de Agosto de 2017 por tempo indeterminado.

Art. 2º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. ALBERTO ROQUE ROVEDDER, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07 de Agosto de 2017 por tempo indeterminado.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente da secretaria onde o servidor será lotado.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 07.08.2017.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas na Portaria nº. 115 de 26 de Maio de 2017 e na Portaria nº.

003 de 03 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 10 de Agosto de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 165 DE 10.08.2017

PORTARIA Nº. 165, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, ao servidor abaixo relacionado, conforme período aquisitivo e período de gozo em anexo.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
MÁRIO TENROLLER	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	03/04/2015 à 02/04/2016	04/09/2017 à 03/10/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04.09.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 10 de Agosto de 2017.
Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO 030/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE /SC

TERMO DE ANULAÇÃO DA PUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2017

O Fundo Municipal de Rio do Sul, torna público que, diante da não especificação não detalhada do objeto a ser licitado, fica nesta data o Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial nº 033/2017 com o objetivo de aquisição de um (01) veículo Zero (0) KM, ANULADO, sendo que em momento oportuno será realizado novo certame licitatório para o objetivo pretendido.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2017.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 6397, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6397, de 07 de agosto de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA O 13º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado ao 13º Batalhão de Polícia Militar veículo, conforme segue:

Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2009/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 380 – Chassi 9532882W7AR011863 – Renavam 196451353

Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, pelo prazo determinado das 07h, às 11h30 min., do dia 08 de agosto de 2017, para o transporte dos Alunos do Curso de Soldados, para atividades externas ao Batalhão.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Sebastião Amaral, Matrícula número 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEGOV.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

07 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6398, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6398, de 07 de agosto de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA – SEDAF, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Concede-se por tempo determinado à Secretaria de Administração e Fazenda o veículo, conforme segue:

Veículo DUCATO MULTI JAEDI T – Placas MDF0155 – Cor Branca – Frota 270 – Chassi 93W245H3362007459 – Ano 2006/2006 – Renavam 890387737 – Patrimônio 9729, para viabilizar a participação de servidores municipais no III Encontro Estadual de Gestores Municipais de Convênios e I Seminário Catarinense de Engenharia e Arquitetura no Setor Público, em Florianópolis. Saída em 15/08 às 13h, com retorno no dia 17/08, às 15h.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Fundação Municipal de Desporto, por solicitação do Prefeito ou da FMD.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista da SEDAF, o servidor Sebastião do Amaral, Matrícula número 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

07 de julho de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6399, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6399, de 07 de agosto de 2017.

“CONCESSÃO DO VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, POR PRAZO DETERMINADO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º- Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto o veículo, conforme segue:

Veículo VW/17210 NEOBUS MEGA – Placas MCH6798 – Cor Branca – Frota 231 – Chassi 9BWR82W82R214051 – Ano 2002/2002 – Renavam 790653737 – Patrimônio 1478, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, nos dias 05 a 06 de agosto de 2017, para a cidade de Blumenau, para levar a equipe da modalidade de Voleibol Masculino.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de

Assistência e Desenvolvimento Social antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretária.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo e motorista, o servidor Clébson Custódio Conceição, matrícula 109835, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

07 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6400, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6400, de 07 de agosto de 2017.

"CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desporto, por tempo determinado entre os dias 03 à 06 de agosto do corrente ano, conforme descrição abaixo o servidor Sebastião do Amaral, motorista, matrícula nº 76139:

Horário de saída: 08h30min., Local de saída – Ginásio Municipal, Destino: Vila Germânica -Blumenau, Modalidade: Bolão 23 Feminino, com retorno no final da competição.

Art.2º - As despesas com diária do servidor, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

07 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6401, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6401, de 08 de agosto de 2017.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão de estruturação do Processo Licitatório do Transporte Coletivo Urbano, como titulares os servidores:

- José Deola – Diretor do Departamento de Central de Compras e Licitações

- Bianka Regina da Silva - Engenheira Civil;
- Jairo Wehmuth Júnior – Advogado PMRS;
- Laiana da Silva Ossemer – Diretora Técnica de Administração;
- Alexandre Matos Pereira - Secretário Municipal de Administração e Fazenda;
- José Luiz do Nascimento – Diretor Técnico de Fazenda;
- Jean Marco Pegoraro – Diretor do Departamento de Urbanismo
- Fábio Alexandrini – Secretário Municipal de Infraestrutura

Art.2º - A Comissão será presidida pelo Secretário Alexandre Pereira Matos e o mandato dos membros nomeados por este Decreto será até 31 de dezembro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6402, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6402, de 08 de agosto de 2017.

"CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA – SEDAF, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO - FMD, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desporto, por tempo determinado entre os dias 09 à 10 de agosto do corrente ano, conforme descrição abaixo o servidor Sebastião do Amaral, motorista, matrícula nº 76139:

Dia 09 de agosto, Horário de saída: 13h, Local de saída – Ginásio Municipal, Destino: São João Batista, Modalidade: Vôlei Feminino Infantil.

Dia 10 de agosto, Horário de saída: 15h, Local de saída – Estádio Municipal, Destino: Blumenau, Modalidade: Futsal Sub 17. Retorno previsto para o dia 10 no final dos jogos.

Art.2º - As despesas com diária do servidor, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6403, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6403, de 08 de agosto de 2017.

"CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA – SEDAF, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO - FMD, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desporto, por tempo determinado entre os dias 11 e 12 de agosto do corrente ano, conforme descrição abaixo o servidor Clébson Custódio Conceição, motorista, matrícula nº 109835:
Horário de saída: 14h, Local de saída – Ginásio Municipal, Destino: Araquari, Modalidade: Futsal sub 13. Retorno previsto para o dia 12 no final dos jogos.

Art.2º - As despesas com diária do servidor, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6404, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6404, de 08 de agosto de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO - FMD, PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º- Concede-se por tempo determinado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, o veículo conforme segue:

Veículo DUCATO MULTI JAEDI T – Placas MDF0155 – Cor Branca – Frota 270 – Chassi 93W245H3362007459 – Ano 2006/2006 – Renavam 890387737 – Patrimônio 9729, com saída no dia 08 de agosto do corrente ano, para conduzir servidores para Capacitação, em Florianópolis. Com retorno no mesmo dia após o término do evento.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Fundação Municipal de Desporto, por solicitação do Prefeito ou da FMD.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor Dauri Casatti, Matrícula número 75817, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6406, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6406, de 09 de agosto de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, PARA A FMD, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desportos o veículo, conforme segue:

Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2009/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 380 – Chassi 9532882W7AR011863 – Renavam 196451353

Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, pelo prazo determinado das 07h30min., e retorno às 11h30min., do dia 19 de agosto de 2017, para o 2º FMD nos bairros (Bairro Navegantes). Roteiro: saída dos Bairro Boa Vista, passando pelo Progresso, Fundo Canoas, Barra do Taboão e Bairro Rainha. Este roteiro um professor acompanhará todo o percurso no ônibus.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Sebastião Amaral, Matrícula número 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

INEXIGIBILIDADE 034/2017

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos – Setor de Licitações

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2017 – FMS

O Fundo Municipal de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, pela sua Gestora, Sr.^a Sueli Teresinha de Oliveira, leva ao conhecimento dos interessados, que fica inexigível a licitação, consoante o abaixo exposto:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE DESTINADO AOS SEVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL. PELO PERÍODO DE SETEMBRO/2017 A FEVEREIRO DE 2018.

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de inexigibilidade: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

VALOR DO OBJETO: R\$46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais)

FORNECEDORES:

* Expresso Taioense Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.776.342/0001-50.

*Ônibus Circular Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro

Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.775.633/0001-24.

Rio do Sul, 07 de agosto de 2017.

Sueli Teresinha de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde

LEI 5847

LEI Nº 5.847, de 10 de agosto de 2017.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO CELEBRADO COM A UNIDADE GESTORA DA SECRETARIA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, ENTIDADE REPASSADORA DOS RECURSOS A TÍTULO DO CONVÊNIO 724749/2009 E DO CONVÊNIO 704810/2009”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Parcelamento de Débitos celebrado com a Unidade Gestora da Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo do Ministério do Turismo, entidade repassadora dos recursos a título dos Convênios nº 724749/2009 e 704810/2009.

§1º O Termo de Parcelamento de Débito Convênio MTUR nº 584/2017, referente ao Convênio nº 724749/2009, tem como objeto a concessão de parcelamento de débito referente ao valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), repassados pela Unidade Gestora ao município de Rio do Sul, da seguinte forma:

I – o débito a ser parcelado deverá abranger os recursos recebidos e os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, conforme disposto na Portaria do Ministério do Turismo nº 39, de 10 de março de 2017, totalizando o montante de R\$ 306.909,31 (trezentos e seis mil, novecentos e nove reais e trinta e um centavos);

II – o município de Rio do Sul recolherá, a título de restituição, o importe de R\$ 12.787,89 (doze mil, setecentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos), em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas;

III – as parcelas serão mensais e sucessivas, com vencimentos no último dia útil de cada mês, e deverão ser atualizadas a cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, acrescidas de atualização monetária equivalente a taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao pagamento, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU); IV – o não pagamento da primeira parcela ou atraso do recolhimento superior a 30 (trinta) dias em uma das demais parcelas, ensejará o cancelamento do referido Termo de Parcelamento, com a imediata cobrança do saldo devedor e retorno do Convênio à situação no SIAFI no momento da celebração, sem possibilidade de novo parcelamento.

§ 2º O Termo de Parcelamento de Débito Convênio MTUR nº 585/2017, referente ao Convênio nº 704810/2009, tem como objeto a concessão de parcelamento de débito referente ao valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil), repassados pela Unidade Gestora ao Município de Rio do Sul, da seguinte forma:

I – o débito a ser parcelado deverá abranger os recursos recebidos e os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, conforme disposto na Portaria do Ministério do Turismo nº 39, de 10 de março de 2017, totalizando o montante de R\$ 537.036,52 (quinhentos e trinta e sete mil e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos); II – o município de Rio do Sul recolherá, a título de restituição,

o importe de R\$ 22.376,52 (vinte e dois mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas;

III – as parcelas serão mensais e sucessivas, com vencimentos no último dia útil de cada mês, e deverão ser atualizadas a cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, acrescidas de atualização monetária equivalente a taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao pagamento, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU); IV – o não pagamento da primeira parcela ou atraso do recolhimento superior a 30 (trinta) dias em uma das demais parcelas, ensejará o cancelamento do referido Termo de Parcelamento, com a imediata cobrança do saldo devedor e retorno do Convênio à situação no SIAFI no momento da celebração, sem possibilidade de novo parcelamento.

Art. 2º As despesas decorrentes dos Termos de Parcelamento de Débito a ser firmado correrão a conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º As normas e condições que regerão os Termos de Parcelamento de Débito são aquelas constantes nas minutas em anexo, o qual passam a fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO

10 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

PAUTA DE SORTEIO Nº 006/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

Pauta de Sorteio Nº 006/2017

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 14 de agosto de 2017, às 08hs00min no Plenário da Câmara de Vereadores, sito 2º andar do prédio Central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164307/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 003/2017

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164308/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 004/2017

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164312/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 005/2017

Número do Protocolo: Protocolo Nº 163221/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 006/2017

Número do Protocolo: Protocolo Nº 163222/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 007/2017

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164313/2017

Nome do Recorrente: CELESC Distribuição S/A

Nº do Recurso: 009/2017

Rio do Sul, 10 de Agosto de 2017.

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

PORTARIA N. 1006/DGP

PORTARIA N. 1006/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 163, da Lei Complementar nº. 309, de 01 de dezembro de 2015, à servidora pública municipal BARBARA CRISTINE PONTICELLI, portadora do cargo efetivo de PROFESSORA, no período de 07/08/2017 a 11/08/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ahr

PORTARIA N. 1007/DGP

PORTARIA N. 1007/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 163, da Lei Complementar nº. 309, de 01 de dezembro de 2015, ao servidor público municipal VLADimir LUIZ BRASIL JUNIOR, portadora do cargo efetivo de PROFESSOR, no período de 07/08/2017 a 11/08/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ahr

PORTARIA Nº 0994/DGP

PORTARIA Nº 0994/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, ao servidor Paulo Rene Rodrigues de Moura, matrícula n.166413, ocupante do cargo de provimento efetivo motorista de caminhão, para realizar

Estágio Orientado de Prática Jurídica, requisito do Curso de Direito, na UNIDAVI – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – no município de Rio do Sul – SC, de acordo com o requerimento efetuado pelo servidor, por meio do Protocolo n. 166849/2017.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais semanalmente.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de julho de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0995/DGP

PORTARIA Nº 0995/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Débora Roiwas, matrícula n.224650, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para realizar Curso de Especialização em Direito Tributário, no Instituto Brasileiro de Formação Continuada - IBET, no município de Florianópolis - SC, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 167000/2017.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais semanalmente.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de julho de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0996/DGP

PORTARIA N. 0996/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, ao servidor RAMON THIAGO DA SILVA KISSNER, matrícula n. 2001853-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Obras e Posturas, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Pós-Graduação MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 16 (dezesesseis) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de junho de 2017, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de julho de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0997/DGP

PORTARIA N. 0997/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, a servidora MAFALDA DE SOUZA DOS SANTOS, matrícula n. 77747-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Pós-Graduação MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 16 (dezesesseis) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de junho de 2017, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de julho de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0998/DGP

PORTARIA Nº. 0998/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 151 e 152, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 309/2015, Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor:

NOME	CARGO
JANARA APARECIDA MAFRA	PSICOPEDAGOGO
MARILENE BACK ESPINDOLA	PROFESSOR
VIVIANA DE OLIVEIRA BURIGO	PROFESSOR

Art. 2º Licença paga conforme Decreto nº 6099 de 16 de março de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PORTARIA Nº 0999/DGP

PORTARIA Nº. 0999/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 138 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 309/2015, Prêmio Especial, ao servidor:

NOME	CARGO
HELMUT LINDNER FILHO	PROFESSOR

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PORTARIA Nº 1004/DGP

PORTARIA N. 1004/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, ao servidor RAFAEL IRINEU FACHINI, matrícula n. 166286-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Obras, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Pós-Graduação MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 16 (dezesesseis) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de junho de 2017, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 1005/DGP

PORTARIA N. 1005/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, a servidora CRISTIANE DALMOLIN, matrícula n. 258628-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Pós-Graduação MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 16 (dezesesseis) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de junho de 2017, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 1009/DGP

PORTARIA Nº. 1009/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 151 e 152, parágrafo 1º, da Lei Complementar Nº 309/2015, Licença Prêmio em gozo, a servidora:

NOME	PERÍODO GOZO
PATRICIA SENS DE OLIVEIRA	24/07/2017 a 06/09/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PREGÃO PRESENCIAL 064/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017

OBJETO: Contratação de seguro contra acidentes pessoais para estagiários e pessoal do PEAD. Divisão de Recursos Humanos. Secretaria de Administração.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 23/08/2017, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 23/08/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 10 de agosto de 2017
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO FERRARI
Pregoeiro

RESOLUÇÃO Nº 09.2017, INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
RESOLUÇÃO Nº 09/2017

Institui Comissão Especial do Conselho Municipal de Educação.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 39 do Regimento Interno deste Conselho, considerando o art. 4º da Lei 5.638, de 18 de setembro de 2015, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 09 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Institui Comissão Especial do Conselho Municipal de Educação, composta pelas representações dos segmentos abaixo relacionados:

- I – Secretaria Municipal de Educação (Educação Infantil);
- II – Procuradoria Jurídica do Município;
- III – Associações de Pais e Professores ou Conselhos Escolares do Sistema Municipal de Ensino, da Comissão de Ensino Fundamental.

Art. 2º – A Comissão Especial instituída terá a atribuição de elaborar pareceres a serem apreciados e votados em sessão plenária, após inspeções realizadas em centros de Educação Infantil, nos termos do Ofício nº 0641/2017/01PJ/RSL, de 19 de julho de 2017, encaminhado pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul.

Art. 3º – A Comissão Especial instituída é para estudo de assunto específico e, após a conclusão dos trabalhos, ficará automaticamente dissolvida.

Art. 4º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 09 de agosto de 2017.

Maria Lenir Stüpp

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESUMO DO ADITIVO Nº 075/2017

4º TERMO ADITIVO Nº 075/2017 - DO CONTRATO Nº157/2014 - QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede governamental na localizada na Praça 25 de Julho, 01, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob nº83.102.574/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº00.748.569/0001-30, com sede na rua Ataulfo Alves, 186, Bairro Roçado, São José, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Robson Cardoso, brasileiro, empresário, casado sob regime parcial de comunhão de bens, portador da Cédula de Identidade nº2.410.309 expedida pela SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº710.996.389-68, domiciliado em São José, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pactuam e contratam as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1 As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 12 de agosto de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

3.1 A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

3.1. Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja e tendo justo e pactuado as cláusulas aqui retificadas, estando ratificadas todas as demais cláusulas, onde as partes assinam este termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Rio do Sul/SC, 03 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Contratante

ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Sr. Robson Cardoso

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO CONTRATO Nº 055/2017

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 055/2017

Pregão Presencial nº 044/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Mineração Rio do Ouro Ltda

Objeto: contratação de serviço de transporte de calcário para a Secretaria Municipal de Agricultura, no que segue:

Item	Qte.	Especificações
1	500 Ton.	Contratação de serviços de transporte de calcário dolomítico, compreendendo o trecho da cidade de Botuverá até Rio do Sul.

Valor: R\$ 16.250,00 (Dezesseis duzentos e cinquenta Reais);

Prazo de Execução: execução total do serviço deverá ser até 31 de dezembro de 2017;

Local para entrega: Conforme demanda devidamente autorizada pela Secretaria pela Secretaria Municipal de Agricultura, correndo o frete, a carga e a descarga por conta e risco da Contratada;

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações

nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 14 de julho de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1002/2017

PORTARIA No 1002, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza o Gozo remanescente de Férias a Servidora Cristiane matos Rossa

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 14 de agosto a 02 de setembro de 2017, a servidora Cristiane Matos Rossa, Atendente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2015 – 2016, de acordo com a Portaria nº 916, de 08 de setembro de 2016.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2017.
HELIANA DUARTE PRIM
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 1003/2017

PORTARIA No 1003, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Concede Horário Especial de Trabalho a Servidora Estudante Juliana Eleutério Carvalho.

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, com fundamento no disposto no Art. 164, da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015, Horário Especial de Trabalho a servidora Juliana Eleutério Carvalho, ocupante do cargo de Técnica Legislativa – Área Legislativa, para frequentar curso de graduação em Direito junto ao Centro Universitário do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

Art. 2º A jornada de trabalho da servidora, até o final do ano de 2017, nas quintas e sextas-feiras, passa a ser das 12h30min às 18h30min, ficando mantida a jornada de 6 horas diárias.

Parágrafo único. Nas férias escolares e nos dias em que não houver aula na Instituição de ensino, a servidora beneficiada com o horário especial deverá cumprir a carga horária integral do cargo efetivo do qual está vinculado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2017.
HELIANA DUARTE PRIM
Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 83/2017 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EPI'S

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 83/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EPI'S, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 22/08/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 22/08/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 10 de Agosto de 2017.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Educação

MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI
Secretária de Saúde

RAFAEL NONES
Secretário de Obras

Rio Fortuna

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 031/2017 PROCESSO 045/2017 EDUCAÇÃO MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, torna público que, às 08 horas, do dia 24 de agosto de 2017, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, serão abertas as propostas referentes ao Processo Licitatório nº 045/2017, Modalidade PREGÃO, sob nº 031/2017, da Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com obediência ao disposto na Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e no Decreto nº 3.555/00, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e demais legislações.

I – DO OBJETO E SEUS ITENS

1.1 O presente Edital visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO, DE EXPEDIENTE, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA PARA O 2º SEMESTRE DO ANO DE 2017, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DETALHADA CONSTANTE DO ANEXO IV DESTES EDITAL.

1.2 A entrega dos produtos deverá ser efetuada na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da solicitação. O não atendimento desse prazo implica sanções, dentre elas multa, rescisão contratual e outras. O prazo para fornecimento será da homologação deste Processo até o prazo máximo de 31 de dezembro de 2017.

1.3 A relação de itens consta no ANEXO IV deste Edital e deverá ser observada, expressamente, na elaboração da proposta. Devem constar além do preço unitário e total por item, as respectivas marcas de cada produto.

1.4 O Valor do contrato será o que resultar da proposta vencedora, resultante do preço total proposto no qual já deve estar incluído os custos com entrega e transporte do objeto.

II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Podem participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas que cumprirem as regras da presente licitação.

2.2 Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e seus anexos e das condições do objeto da Licitação. Deverá ser verificado o local de entrega dos objetos e o prazo máximo contido no item 1.2 deste instrumento, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo para realização do objeto.

2.3 Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, por qualquer órgão, em qualquer dos níveis da administração pública, dentro do território nacional, conforme as regras previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da lei 8.666/93.

2.4 É vedada a participação de empresas em consórcio ou associação.

III – DOS REQUISITOS PARA A APRESENTAÇÃO E ENVELOPES

3.1 É condição para a participação na presente licitação a apresentação, em envelopes separados, das Propostas de Preço e dos Documentos de Habilitação pelos proponentes, até as 08 horas, do dia 24 de agosto de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura. As propostas de preços deverão constar do Envelope nº 01 e os Documentos de Habilitação deverão constar do Envelope nº 02. Os envelopes devem estar lacrados, não devem ser transparentes e deverão ser identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS	ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA
PREGÃO Nº 031/2017	PREGÃO Nº 031/2017
Data e hora da abertura	Data e hora da abertura
Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ	Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ
Endereço completo do licitante	Endereço completo do licitante

3.2 A entrega dos envelopes descritos no item 3.1 do presente instrumento, no dia e horário mencionado, significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e seus anexos e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.3 Caso a indicação acima apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes (proposta no envelope de documentação e vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo.

3.4 Em nenhuma hipótese, serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

IV – DA HABILITAÇÃO

4.1 Para a habilitação das empresas faz-se necessária a apresentação, em via única, em envelope separado, não transparente e devidamente lacrado denominado ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, os seguintes documentos, devidamente validados, sob pena de inabilitação:

- Contrato Social ou equivalente;
- Certidão Negativa do INSS;
- Certidão Negativa do FGTS;
- Certidão Negativa de Tributos Federais (Negativa Conjunta Federal e União);
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

- f) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Alvará de Funcionamento do ramo vigente;
- i) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Modelo Anexo V);
- j) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo Anexo VI).

4.2 A presente documentação, devidamente atualizada, poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração do Município, caso em que devem estar presentes os originais ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.3 Não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelhos de fax, bem como aquelas que se encontrarem ilegíveis, rasuras, ressalvas ou emendas.

4.4 Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

4.5 A Comissão de Licitação poderá consultar ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando a licitante dispensada de autenticá-la, no caso de cópia das mesmas.

V – DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 Os licitantes deverão apresentar proposta para os itens que desejarem concorrer, em via única, datilografada ou emitida por computador, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar devidamente rubricadas e a última assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, dela devendo constar:

- a) Razão Social, número do CNPJ e endereço completo;
- b) Descrição dos Itens almejados, de acordo com a descrição, quantidade e preços máximos estipulados no Anexo IV, deste Edital, assim intitulado: Relação dos Itens do Processo;
- c) Cotação de preço unitário e global para cada item expresso em moeda corrente nacional, em algarismos, prevalecendo, em caso de divergência, o preço unitário;
- d) Validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega dos envelopes de proposta e documentação, estipulada no preâmbulo deste Edital. O referido prazo ficará suspenso caso haja interposição de recursos;
- e) Declaração de que os preços propostos compreendem todos os serviços, materiais, impostos, custos com transporte e entrega e encargos necessários a sua completa realização;
- f) Declaração de que os produtos serão entregues de acordo com as normas de segurança, padrões de qualidade, com as marcas referidas na proposta e com prazos de validade em dia.

5.2 Serão desconsideradas as propostas que forem manifestadamente inexecutáveis, presumindo-se como tal aquelas que contiverem preços unitários muito aquém, face aos concorrentes no mercado.

5.3 Também serão desconsideradas as propostas que contiverem preços excessivos, ou seja, mais elevados do que os preços máximos estabelecidos no Edital.

5.4 Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas omitidas na proposta de preços ou incorretamente cotadas serão consideradas como inclusas na proposta.

5.5 Somente serão aceitas as propostas com os itens com as mesmas características, conforme especificado no anexo IV do referido Edital. Produtos recebidos na Secretaria Municipal de Educação que não possuem tais características serão devolvidos e aplicados as penalidades cabíveis ao respectivo fornecedor.

5.6 Ocorrendo erro, engano ou rasura na digitação do preço do item ou do total do Item constante na Proposta, o representante da empresa deverá manifestar-se na sessão sobre o preço apresentado, podendo a CPL inabilitar o referido participante para aquele Item.

5.7 Não sendo apresentadas as declarações das letras “e” e “f”, bem como indicação do prazo de validade da proposta, pressupõe-se que as condições acima são aceitas pelo proponente, suprimindo-se sua ausência.

5.8 Todos os itens deverão conter a marca dos produtos, e o preço unitário não poderá ultrapassar DUAS CASAS DECIMAIS, após a vírgula, sob pena de desclassificação da proposta nos itens em que as licitantes não cumprirem com esses critérios.

5.9 A proposta deverá ser encaminhada digitada e, ainda, se possível, em CD ou Pen Drive (Sistema Betha Auto Cotação), para que os itens possam ser copiados automaticamente para o Sistema, agilizando o Processo.

VI – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A convocação de interessados dar-se-á através de publicação de aviso no Mural da Prefeitura, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, e disponibilização gratuita do Edital, na íntegra, na sede desta Prefeitura, no site licitacoes@riofortuna.sc.gov.br ou no email licitacoes@riofortuna.sc.gov.br.

6.2 A sessão pública de realização do pregão será conduzida por servidor designado como Pregoeiro, que terá a atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à licitação.

6.3 A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública.

6.4 A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões.

6.5 Para ofertar propostas através de lances verbais, recorrer de decisão e contraditar, os interessados deverão credenciar (facultativo), junto a Pregoeira, os respectivos representantes legais com poderes para praticar esses atos (ANEXO II).

6.6 Caso a empresa apresente representante legal, este deverá identificar-se e trazer a Pregoeira um documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Ato Constitutivo da empresa ou outro equivalente.

6.7 Para o caso de não haver menção do nome do representante no Ato Constitutivo ou equivalente, este deverá apresentar procuração, com firma reconhecida em Cartório, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este Pregão, tais como: formulação de lances, alegações em ata, interposição de recurso, renúncia de direitos etc. Poderá ser apresentado, também, em substituição à Procuração, Termo de Credenciamento, conforme Anexo II, acompanhado do Ato Constitutivo da empresa.

6.8 O representante legal da empresa, no ato da entrega dos envelopes, se solicitado, deverá exibir sua cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto).

6.9 O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos à presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa.

6.10 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a documentação exigida no certame e as propostas, podendo, para tanto, ser utilizado o modelo de declaração constante no ANEXO III. Caso os interessados não se fizerem representar na sessão pública, a Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação deverá ser encaminhada no 3º Envelope, devendo o mesmo estar assim identificado:

ENVELOPE Nº 03 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA

PREGÃO Nº 031/2017

Data e hora da abertura

Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ

Endereço completo do licitante

6.11 A não apresentação da Declaração de que trata o item 6.10 do Edital, seja no 3º envelope ou fora dele, inviabilizará a apresentação da Proposta e da Habilitação. Porventura o licitante deixe de encaminhar essa Declaração, poderá esta ser redigida, de próprio punho e firmada pelo representante legal presente à Sessão do Pregão.

6.12 As empresas que tiverem interesse em se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 deverão apresentar, juntamente com o Credenciamento ou com a Proposta de Preços, a Certidão Simplificada da Junta Comercial, comprovando que a empresa é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. A não apresentação deste documento impossibilitará a licitante de se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

VII – DO PROCEDIMENTO E FASES DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

7.1.1 No dia e horário estabelecidos neste Edital, a Pregoeira Oficial fará a abertura da sessão, recebendo da pessoa física ou empresa interessada, ou de seu representante, o documento para credenciamento (ANEXO II), a Declaração prevista no ANEXO III e os envelopes de proposta e habilitação.

7.1.2 Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

7.2 SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

7.2.1 Terminada a fase de credenciamento e entrega da Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, a Pregoeira passará para a abertura dos envelopes das propostas, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

7.2.2 Após a análise das propostas pela Pregoeira, os participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas.

7.2.3 Em seguida, passar-se-á à oferta de lances verbais, em valores sucessivos e decrescentes para o item a ser adquirido, considerando-se o valor unitário e total de cada item.

7.2.4 Poderão ofertar lances as licitantes detentoras das propostas classificadas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao preço do autor da oferta mais baixa para cada item, até a proclamação do vencedor.

7.2.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.6 A Pregoeira convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço para o item e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados, não caberá retratação.

7.2.6.1 Somente serão aceitos os lances com redução de preços de pelo menos 1% (um por cento) do lance anterior para o item.

7.2.7 A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

7.2.8 Ofertados os lances verbais, a Pregoeira solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances, a redução a termo dos últimos lances ofertados.

7.2.9 A Pregoeira poderá fixar em até 05 (cinco) minutos o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar aos licitantes quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado.

7.2.10 Durante a etapa de lances verbais, a pregoeira monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo.

7.2.11 Caso alguma descrição do item tenha, por qualquer motivo, que ser retirada ou alterada, poderá a Pregoeira desconsiderá-lo, mantendo-se a licitação do item nas demais descrições.

7.2.12 Durante a Sessão do Pregão, não serão aceitas, entre os participantes, discussões pertinentes às especificações técnicas dos produtos. A Pregoeira não aceitará um representante de uma empresa afirmar que o produto cotado por uma de suas concorrentes não atende ao Edital, porque isso será verificado quando da entrega dos materiais e equipamentos pela Equipe de Odontólogos do Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna. Caso algum material/produto entregue não esteja em conformidade com as especificações determinadas por este Edital, serão aplicadas as penalidades previstas na Cláusula XVI deste Edital e demais que forem pertinentes.

7.2.12.1 Caso haja alguma discussão no sentido conforme explicitado na Cláusula 7.2.12, o representante legal da empresa licitante que iniciar a discussão e outros que, porventura, o Pregoeiro entender necessário, serão expulsos da Sessão do Pregão.

7.3 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

7.3.1 Encerrada a fase de lance para todos os itens, a Pregoeira procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, verificando a sua habilitação ou inabilitação.

7.3.2 Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos.

7.3.3 Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja inabilitado, a Pregoeira examinará a habilitação dos licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

VIII – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 Serão desclassificados:

- a) Os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste Edital para habilitação;
- b) As propostas que não atenderem às especificações deste Edital, em especial o item 1.1 e 1.2, e sejam, ainda, manifestadamente inexequíveis, sejam por preços excessivos ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- c) Demais determinações constantes no Edital e na Lei 8.666/93.

8.2 Serão inabilitados os licitantes ou desclassificados as propostas que deixarem de atender às exigências deste Edital, ressalvadas as situações previstas nos itens 8.6 e 8.7.

8.3 Os preços serão analisados conforme o Capítulo IX, deste Edital.

8.4 As propostas serão classificadas, conforme o critério do menor preço por item, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar/ofertar lance, como sendo o de menor preço unitário e total de cada item licitado e, ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e seus Anexos.

8.5 No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, no mesmo item, a Pregoeira Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.

8.5.1 A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas, no mesmo item, e os licitantes não quiserem ofertar lances verbais.

8.6 A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que o licitante se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

8.7 A Pregoeira Oficial, verificando a necessidade de mais informações, no que diz respeito à documentação e às propostas apresentadas, aplicará subsidiariamente o disposto no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, podendo suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligências.

8.8 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Comissão de Apoio e Pregoeira, todos os envelopes, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Comissão, Pregoeira e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que será oficiado às mesmas a data para prosseguimento do certame.

8.9 Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e Anexos.

8.10 Serão desconsiderados os fatos irrelevantes que não causem prejuízo à escolha da melhor proposta para o objeto da presente licitação.

IX – DOS PREÇOS

9.1 Os preços serão considerados pelo valor unitário e global para cada item cotado, expressos em moeda corrente nacional.

9.2 Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 00 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores aos praticados pelo mercado.

9.3 Os preços ofertados não poderão ser reajustados.

X – DOS RECURSOS

10.1 Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarado(s) o(s) vencedor(es), momento em que, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2 O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e devolutivo exclusivamente em relação ao item questionado e deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal de Rio Fortuna, cabendo ao mesmo apreciá-lo em 05 (cinco) dias úteis.

10.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito administrativo e, conseqüentemente, adjudicação do objeto da licitação, pela Pregoeira, ao vencedor.

XI – DA ADJUDICAÇÃO

11.1 O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e seus anexos, for declarado vencedor para o item respectivo, de acordo com os critérios de julgamento e habilitação.

XII – DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será mensal, devendo o Contratado emitir Nota Fiscal especificando os produtos entregues e os preços individuais e globais, de acordo com a Ordem de Fornecimento.

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente do objeto de licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Prefeitura, nas seguintes dotações:

(57) 3.3.90.30.16 – Saldo de Dotação: R\$ 12.616,97

XIV – DO CONTRATO E RESCISÃO

14.1 Será firmado Contrato (Anexo I) com o Licitante vencedor, que será notificado a assinar o mesmo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de homologação e adjudicação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas neste.

14.2 Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Edital, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independente de transcrição.

14.3 O Contrato a ser assinado com o Licitante vencedor terá sua vigência adstrita ao prazo para entrega dos materiais/produtos, definido por este Edital, iniciando-se na data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2017.

14.4 Não assinado o contrato no prazo fixado pela Administração, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município de Rio Fortuna e seus órgãos pelo período não superior a 02 (dois) anos.

14.5 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante.

14.6 O contrato será rescindido automaticamente no caso de o Licitante vencedor apresentar produtos em desacordo com as normas padrões; entregar produtos com qualidades inferiores às normas estabelecidas; diferentes das marcas declaradas na proposta; em desacordo com as regras deste Edital ou, ainda, não atender ao item 1.2 deste Edital.

XV – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

15.1 O cancelamento da execução será cabível, de pleno direito, independente de interpretação judicial ou extra-judicial, a firma adjudicatária que:

15.1.1 Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

15.1.2 Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Fundo Municipal de Rio Fortuna;

15.1.3 Estiver sendo processada por crime previsto no Código Penal Brasileiro ou outras Leis;

15.1.4 Possuir conduta social reprovável e/ou não respeitar as normas da Administração Municipal.

15.2 A Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1 À empresa proponente vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, será aplicada as seguintes penalidades:

16.1.1 Rescisão do contrato de fornecimento;

16.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Rio Fortuna;

16.1.3 Declaração de inidoneidade.

16.2 A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer das penalidades acima mencionadas, acarretará perda da garantia com todos os seus acréscimos.

16.3 A Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá, a seu critério, rescindir o contrato ou aplicar multa de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor do objeto da presente, até 15% (quinze por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida, bem como:

16.3.1 Prestar informações inexatas ou criar embaraços para entrega dos produtos;

16.3.2 Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna;

16.3.3 Cometer qualquer infração às normas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

16.4 Na hipótese do Adjudicatário não realizar a entrega dos produtos desta licitação dentro do prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados da solicitação e/ou não realizar a entrega dos produtos conforme as especificações contidas neste Edital, será aplicada uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, não o eximindo das demais penalidades previstas.

16.5 A recusa de receber a Ordem de Fornecedor, no prazo de validade das propostas, e a entrega fora das especificações predeterminadas implicam sanções previstas no item 16.3, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes.

16.6 Se o licitante vencedor receber a Ordem de Fornecedor e não fornecer o objeto no prazo estabelecido, a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinarem o contrato e assumirem os serviços em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante, conforme legislação em vigor, ou poderá revogar total ou parcialmente qualquer dos Itens do Anexo IV deste Edital.

16.7 Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

XVII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1 Qualquer pessoa poderá questionar, solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Município de Rio Fortuna, através da Pregoeira Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.2 Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da proposta, não cabendo à proponente direito a qualquer reclamação posterior.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou

contratar com a Administração Pública, ou estiver em regime de falência, este fica desde já impedido de participar da presente licitação.

18.2 Não serão aceitos, sob qualquer alegação, os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, apresentados após o horário marcado para o encerramento deste EDITAL, no local indicado na inicial desta licitação.

18.3 É facultada a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação ou durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da habilitação ou da proposta.

18.4 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente justificados, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação.

18.5 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.

18.6 Realizado o procedimento licitatório, com a observação de todas as formalidades legais, o resultado será comunicado aos licitantes na própria sessão de julgamento e, naqueles itens em que não houver interposição de recurso, será efetuada a adjudicação pela Pregoeira e submetidos ao Prefeito Municipal para homologação do certame.

18.7 A Comissão de Apoio a Pregoeira dirimirá as dúvidas concernentes às especificações técnicas e demais esclarecimentos acerca do objeto desta licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes.

18.8 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Setor de Licitações, estando a Pregoeira e Equipe de Apoio disponíveis para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, na sede da PREFEITURA, situada na Avenida Sete de Setembro, 1175, Centro, nesta cidade, fone/fax: (48) 3653-1122.

18.9 Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos: 1) Anexo I – Minuta do Contrato; 2) Anexo II – Modelo de Termo de Credenciamento; 3) Anexo III – Declaração de cumprimento aos requisitos de Habilitação; 4) Anexo IV – Relação dos Itens do Processo; 5) Anexo V – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo; 6) Anexo VI – Declaração de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; 7) Anexo VII - Termo de Referência.

18.10 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deixar registrados na Prefeitura o endereço para posterior contato, se necessário.

18.11 No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 08 horas do primeiro dia útil, após aquela data.

18.12 Nos pontos em que este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e demais legislações em vigor.

18.13 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro da Cidade de Braço do Norte/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente Edital será publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, no Site da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, e no "MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA".

Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, 10 de agosto de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO Nº .../2017

(de ... de ... de 2017)

termo de contrato de fornecimento de material didático, de expediente, para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, até 31/12/2017, conforme discriminado no Edital de Licitação nº 045/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 031/2017, que fazem entre si a Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna e a empresa

CONTRATANTE: A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.585/0001-30, situado na Avenida Sete de Setembro, 1175, através da Secretaria Municipal de Educação, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.585.0001-30, situado na Rua Padre Rademacker, nº 195, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LINDOMAR BALLMANN, portador do CPF nº 031.353.049-14

CONTRATADO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS

1ª. Aquisição de material didático, de expediente para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna até 31/12/2017, na seguinte quantidade e descrição:

Item	Descrição do Material	Quantidade e Medida	Marca	Preço Unitário em Reais	Preço Total em Reais

Parágrafo Único. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na sede da Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da solicitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ (... ..).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3ª. O CONTRATADO emitirá Nota Fiscal especificando os materiais entregues e os respectivos preços. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor adquirido pela Secretária Municipal de Educação de forma mensal.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento sempre após o dia 10 (dez) do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4ª. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura até o prazo máximo de 31/12/2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento serão fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, dispõe dos recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício de 2017, conforme descrição abaixo:

(57) 3.3.90.30.16 – Saldo de Dotação: R\$ 12.615,97

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7ª. O inadimplemento de quaisquer Cláusulas deste Contrato, por parte do Contratado, ensejará:

7.1. Rescisão do contrato e/ou aplicação de uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, não o eximindo das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93;

7.2 Suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Rio Fortuna;

7.3 Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;

b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;

c) a lentidão de seu cumprimento;

d) fornecimento dos itens descritos na Cláusula Primeira em condições diversas da apresentada no envelope proposta do processo licitatório;

e) fornecimento dos objetos com prazo de validade vencido.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

CLÁUSULA NONA – DO DIREITO DE ADQUIRIR PARCIALMENTE

9ª. A Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna reserva-se o direito de, a qualquer tempo, adquirir parcialmente a quantidade de materiais/produtos ora contratadas, sendo dispensados do presente Contrato os materiais e equipamentos que porventura não forem solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade deste contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Rio Fortuna, de de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Contratado

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF :

Nome:
CPF:

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Sr. (a.), portador (a) do RG nº e do CPF nº, a participar da licitação instaurada pela Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna, na modalidade Pregão Presencial, de nº 031/2017, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de de 2017.

Diretor ou Representante Legal com Firma Reconhecida da Assinatura

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (razão social da empresa), CNPJ nº, localizada em, declara, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório, realizado pela Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna – Pregão nº 031/2017.

....., de de 2017.

Diretor ou Representante Legal

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO IV

RELAÇÃO DOS ITENS DO PROCESSO

Em anexo no edital.

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 031/2017, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

....., ____ de de 2017.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Para fins de participação, no Edital de Pregão nº 031/2017, em cumprimento com o que determina o art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2017.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.

ANEXO VII DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2017 – TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, objetiva a obtenção de melhor proposta para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO, DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA PARA O 2º SEMESTRE DO ANO DE 2017.

2 DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

Em anexo no documento intitulado: "RELAÇÃO DOS ITENS DO PROCESSO".

3 DA JUSTIFICATIVA

3.1 A Contratação de Empresa(s) para fornecimento de material didático, de expediente, de para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, conforme demanda de necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna.

4 DA ESTIMATIVA CONTRATUAL

4.1 O valor global estimado para contratação de Empresa para fornecimento de material didático, de expediente, para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna será de aproximadamente R\$ 77.594,06 (setenta e sete mil quinhentos e noventa e quatro reais e seis centavos).

5 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 O(s) contrato(s) a ser(em) firmado(s) com a(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) vigência até 31 de dezembro de 2017.

6 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 Deverá (ão) a(s) contratada(s) disponibilizar (em) os produtos, conforme necessidade desta Municipalidade.

7 DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, mensalmente, após a entrega dos materiais e apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), obedecida à ordem cronológica de empenho da(s) Nota(s) Fiscal(is). Os preços somente serão reajustados, de acordo com os índices oficiais determinados pelo Governo da União.

8 DO LOCAL DE ENTREGA

8.1 Entregar os produtos, conforme solicitado na ordem de compra expedida.

9 DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM

9.1 Os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Não fornecer os produtos sem a devida ordem de compra;

10.2 Manter em dia estoque dos produtos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

10.3 Não fornecer os produtos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

10.4 Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.5 Realizar a entrega dos produtos de acordo com o solicitado pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, até 31 de dezembro de 2017, ou enquanto perdurarem os estoques. Sendo que os produtos, bem como suas quantidades, marcas e especificações técnicas serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Efetuar os pagamentos referentes aos produtos adquiridos;

11.2 Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos produtos licitados.

11.3 Fiscalizar a entrega dos produtos, quantidades, marcas e especificações técnicas relativamente aos produtos entregues.

12 DAS MEDIDAS CAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

Rio Fortuna/SC, 10 de agosto de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

ADJUDICAÇÃO PREGÃO 34/2017

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: 1561 / 2017

MODALIDADE: Pregão – Nº 34 / 2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA USO EM ADULTOS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Aos, 10/ago/2017 na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Romelândia, a Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se com a presença dos membros abaixo assinados e decidiu ADJUDICAR como vencedora do certame acima identificado os seguintes proponentes:

PROponente	ITEM	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL ITEM
TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI - EPP	3	500,0	5,53	2.764,50
JARDIM COSMÉTICOS LTDA ME	1	500,0	4,96	2.480,00
JARDIM COSMÉTICOS LTDA ME	2	700,0	5,52	3.864,00

Dariz Genz Equipe de Apoio	Nilson Schaeffer Equipe de Apoio	Milton Aimi Pregoeiro
-------------------------------	-------------------------------------	--------------------------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 82/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 82

Processo Licitatório Nº. 1561/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 34/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 10/08/17

Pelo presente o Fundo Municipal de Saúde de Romelândia, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Tiradentes, 670, inscrito no CNPJ sob nº 11.456.420/0001-01, neste ato representado pelo seu Gestor Municipal de Saúde Sr. CLAUDIO ELIAS SCHENKEL, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF nº 006.132.579-10 e RG nº 3.331.927 SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 34/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI - EPP

CNPJ: 12.069.550/0001-46, FONE:

ENDEREÇO: RUA BENTO GONÇALVES, 60, CENTRO, 99718-000, PAULO BENTO, RS, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1561/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 34/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA USO EM ADULTOS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
3	500,0	PAC	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO GG, FORMATO ANATÔMICO COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, GEL SUPERABSORVENTE, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS. REGISTRADOS SEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 07 UNIDADES.	5,53

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 10/08/17.

CLAUDIO ELIAS SCHENKEL		TOTAL H. DIST. MAT. MÉDICO EIRELI
CPF: 006.132.579-10		JACSON ALVES DE ANHAYA
CONTRATANTE		CONTRATATO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 83/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 83

Processo Licitatório Nº. 1561/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 34/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 10/08/17

Pelo presente o Fundo Municipal de Saúde de Romelândia, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Tiradentes, 670, inscrito no CNPJ sob nº 11.456.420/0001-01, neste ato representado pelo seu Gestor Municipal de Saúde Sr. CLAUDIO ELIAS SCHENKEL, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF nº 006.132.579-10 e RG nº 3.331.927 SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 34/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: JARDIM COSMÉTICOS LTDA ME

CNPJ: 23.720.752/0001-22, FONE: 54 3523 2234

ENDEREÇO: RUA JOSE BONIFÁCIO, 610, CENTRO, 99740-000, BARRÃO DE COTEGIPE, RS, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1561/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 34/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA USO EM ADULTOS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	500,0	PAC	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO M, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, GEL SUPERABSORVENTE, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS. REGISTRADOS SEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.	4,96
2	700,0	PAC	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO G, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, GEL SUPERABSORVENTE, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS. REGISTRADOS SEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.	5,52

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

- I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;
- II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;
- III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.
- IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.
- V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.
- VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.
- VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;
- A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;
- B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
- C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
- D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.
- II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos
- III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.
- II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

- I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

- I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

- I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.
- II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:
- III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;
- IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- V – Judicial, nos termos da legislação.
- VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;
- II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";
- III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado

a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 10/08/17.

VALDIR BUGS		JARDIM COSMÉTICOS LTDA ME
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO 3.888/2017

DECRETO Nº 3.888/2017

DECRETA PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, em todas as repartições Públicas Municipais, no dia 08 de setembro de 2017, sexta-feira, em razão do feriado e desfile cívico do dia 07 de setembro.

Art. 2º - Fica determinado que a Secretaria Municipal de Saúde atenderá em regime de plantão no dia 08 de setembro de 2017.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, 10 de agosto de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 34/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 37/2017

PROCESSO LICITATÓRIO: 1561 / 2017

MODALIDADE: Pregão 34 / 2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA USO EM ADULTOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em obediência ao que dispõe o artigo 38, em seu inciso VII da Lei de Licitações, HOMOLOGA a presente licitação.

Romelândia/SC, 10/08/17

CLAUDIO ELIAS SCHENKEL
Gestor Municipal de Saúde

PREGÃO 36/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1648/2017

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2017

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Registro de Preço, para AQUISIÇÃO DE CASCALHO NAS PROXIMIDADES DAS COMUNIDADES DE LINHA ÁGUA AZUL, LINHA TRINTA E CINCO E LINHA SÃO JOÃO BATISTA, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E URBANAS. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 24/08/17. Romelândia (SC), 08/08/2017. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 61/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 61/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2017

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 61/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de materiais de primeira qualidade para distribuição gratuita destinados para premiação dos clubes de mães do Município, no encontro anual, organizado pela Secretaria de Assistência Social e Habitação do município de Santa Helena – SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 25 de agosto de 2017. Abertura das propostas as 08h45min do dia 25 de agosto de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 10 de agosto de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 80/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FABIO JOSE RECKZIEGEL - EPP.

Objeto: Aquisição de sêmem bovino para manutenção do programa de melhoramento genético do rebanho bovino do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

Processo Licitatório nº. 66/2017.

Pregão Presencial nº. 44/2017.

Valor: R\$ 11.445,00 (onze mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Vigência: 10 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 10 de agosto de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EMBRIOSEMEM - EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - EPP.

Objeto: Aquisição de sêmem bovino para manutenção do programa de melhoramento genético do rebanho bovino do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

Processo Licitatório nº. 66/2017.

Pregão Presencial nº. 44/2017.

Valor: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Vigência: 10 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 10 de agosto de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS 01/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.02/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.02/2017
Processo Licitatório nº.06/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

MERCADO SANTIAGO LTDA - ME, 29 itens – Valor R\$ 59.244,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, 12 itens – Valor R\$ 4.372,10

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM. LTDA, 10 itens – Valor R\$ 5.767,60

CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, 07 itens – Valor R\$ 5.012,50

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, 16 itens – Valor R\$ 5.351,10

SCS COMÉRCIO LTDA – ME, 03 itens – Valor R\$ 5.190,00

ZELI NELICE PEDROTTI GROLLI – ME, 03 itens – Valor R\$ 7.670,00

Assinado em: 06/02/2017

Vigente até: 06/02/2018

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.

Santiago do Sul/SC, 06 de fevereiro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.03/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.03/2017
Processo Licitatório nº.07/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratada:

JULSIMAR GUERRA, 91 itens – Valor R\$ 29.785,80

Assinado em: 14/02/2017

Vigente até: 14/02/2018

Objeto: Prestação de serviço de lavagem, conserto de pneus e montagem/desmontagem de pneus de veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.

Santiago do Sul/SC, 14 de fevereiro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.04/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.04/2017
Processo Licitatório nº.08/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DE CHAPECÓ, 01 item – Valor R\$ 8.480,00

JENIFER EVENTOS LTDA – ME, 04 itens – Valor R\$ 25.890,00

Assinado em: 14/02/2017

Vigente até: 14/02/2018

Objeto: Prestação de serviços de arbitragem, para os jogos a serem realizados pelo Município durante o ano de 2017.

Santiago do Sul/SC, 14 de fevereiro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.05/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.05/2017
Processo Licitatório nº.10/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

AUTO ELÉTRICA BORDIGNON LTDA - ME, 01 item – Valor R\$ 13.600,00

AUTO ELÉTRICA ZARDO LTDA – ME, 01 item – Valor R\$ 10.000,00

G.B.S EQUIPAMENTOS & SERVIÇOS LTDA – ME, 02 itens – Valor R\$ 4.150,00

TORNEARIA E FERRARIA PANSEIRA LTDA – ME, 01 item – Valor R\$ 20.100,00

VIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, 03 itens – Valor R\$ 51.550,00

Assinado em: 15/02/2017

Vigente até: 15/02/2018

Objeto: Prestação de serviço de mão de obra mecânica e mão de obra elétrica para conserto/manutenção dos veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.

Santiago do Sul/SC, 15 de fevereiro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.06/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.06/2017
Processo Licitatório nº.11/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

CASANOVA LORENZETTI & CIA LTDA - EPP, 04 itens – Valor R\$ 2.862,00

LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS, 01 item – Valor R\$ 1.732,00

VIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, 02 itens – Valor R\$ 1.982,00

WE EQUIPAMENTOS – COMERCIO DE PEÇAS, 14 itens – Valor R\$ 35.899,00

Assinado em: 24/02/2017

Vigente até: 24/02/2018

Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes para utilização pelas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.

Santiago do Sul/SC, 24 de fevereiro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.09/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.09/2017
Processo Licitatório nº.14/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME, 11 itens – Valor R\$ 1.848,20

M.L LOVERA & CIA LTDA, 39 itens – Valor R\$ 15.523,20

PEGASUS ATACADISTA LTDA – ME, 58 itens – Valor R\$ 5.216,65

RB PAPELARIA E BAZAR LTDA – ME, 18 itens – Valor R\$ 901,85

TIPOGRAFIA SPONCHIADO LTDA – ME, 20 itens – Valor R\$ 987,45

Assinado em: 02/03/2017

Vigente até: 02/03/2018

Objeto: Aquisição de material didático/expediente para uso pelas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.

Santiago do Sul/SC, 02 de março de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.09/2017
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.10/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.10/2017
Processo Licitatório nº.15/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

AUTO MECANICA BRANSALES LTDA - EPP, 11 itens – Valor R\$ 62.568,32

PNEU BOM LTDA – EPP, 02 itens – Valor R\$ 7.400,00

RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS, 15 itens – Valor R\$ 53.347,80

Assinado em: 07/03/2017

Vigente até: 07/03/2018

Objeto: Aquisição de pneus e câmaras de ar para substituição nos veículos, máquinas e equipamentos da frota do Município e do Fundo Municipal de Saúde.

Santiago do Sul/SC, 07 de março de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.11/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.11/2017

Processo Licitatório nº.17/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

F.M PNEUS LTDA, 16 itens – Valor R\$ 73.538,00

R.M PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME, 02 itens – Valor R\$ 46.890,00

VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA – EPP, 04 itens – Valor R\$ 50.310,00

Assinado em: 17/03/2017

Vigente até: 17/03/2018

Objeto: Prestação de serviços de recapagens de pneus de veículos, máquinas e equipamentos da frota do Município de Santiago do Sul.

Santiago do Sul/SC, 17 de março de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.26/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.26/2017

Processo Licitatório nº.38/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratada:

CHAIANE TUR LTDA – ME, 01 item – Valor R\$ 14.400,00

Assinado em: 25/04/2017

Vigente até: 25/04/2018

Objeto: Serviços de transporte de passageiros com veículo ônibus.

Santiago do Sul/SC, 25 de abril de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.28/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.28/2017

Processo Licitatório nº.40/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

ARTEFATOS DE CIMENTO QUILOMBO LTDA - EPP, 06 item – Valor R\$ 61.860,00

CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA – ME, 02 itens – Valor R\$ 4.250,00

Assinado em: 08/05/2017

Vigente até: 08/05/2018

Objeto: Aquisição de tubos de concreto para utilização pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Santiago do Sul.

Santiago do Sul/SC, 08 de maio de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.33/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.33/2017

Processo Licitatório nº.45/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratada:

TERRANALISES LABORATÓRIO DE ANALISES, 01 item – Valor R\$ 8.934,00

Assinado em: 16/05/2017

Vigente até: 16/05/2018

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de análises físico-químicas em amostras de água do sistema municipal de abastecimento de Santiago do Sul/SC.

Santiago do Sul/SC, 16 de maio de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.36/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.36/2017

Processo Licitatório nº.48/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

ELETRICA CAVALLI LTDA - EPP, 15 itens – Valor R\$ 7.971,00

HL DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS LTDA – ME, 04 itens – Valor R\$ 1.268,00

Assinado em: 17/05/2017

Vigente até: 17/05/2018

Objeto: Aquisição de materiais elétricos/eletrônicos para utilização na manutenção da iluminação Pública do perímetro urbano do Município de Santiago do Sul.

Santiago do Sul/SC, 17 de maio de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.40/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.40/2017

Processo Licitatório nº.55/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

ACLARA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI - ME, 03 itens – Valor R\$ 3.095,00

CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME, 02 itens – Valor R\$ 13.380,00

COM DE ART.DE INFORMATICA IRACEMINHA – LTDA, 03 itens – Valor R\$ 1.931,50

COMÉRCIO E TRANSPORTES GENTILINI LTDA – ME, 03 itens – Valor R\$ 2.464,00

CONCÓRDIA INFORMÁTICA LTDA – ME, 03 itens – Valor R\$ 9.760,00

FULL TECH EQUIPAMENTOS LTDA – EPP, 02 itens – Valor R\$ 1.203,00

GESUL COMERCIAL LTDA – ME, 07 itens – Valor R\$ 3.832,00

JP INFORMATICA LTDA – ME, 04 itens – Valor R\$ 3.235,00

MB CATARINENSE LTDA – ME, 01 item, Valor R\$ 5.040,00

REFRIGERAÇÃO OSOKOSKI LTDA – ME, 03 itens – Valor R\$ 3.220,00

Assinado em: 23/05/2017

Vigente até: 23/05/2018

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, móveis, climatizadores e demais equipamentos para as Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.

Santiago do Sul/SC, 23 de maio de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.49/2017

Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.49/2017

Processo Licitatório nº.64/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratada:

JULSIMAR GUERRA, 31 itens – Valor R\$ 43.896,00

Assinado em: 29/06/2017

Vigente até: 29/06/2018

Objeto: Prestação de serviço de lavagem, conserto de pneus e montagem/desmontagem de pneus de veículos e máquinas da

frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.

Santiago do Sul/SC, 29 de junho de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.50/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.50/2017
Processo Licitatório nº.65/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratada:

KNAPP & CIA LTDA, 01 item – Valor R\$ 59.900,00

Assinado em: 29/06/2017

Vigente até: 29/06/2018

Objeto: Prestação de serviço de perfuração e detonação de rochas.

Santiago do Sul/SC, 29 de junho de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.51/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.51/2017
Processo Licitatório nº.66/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

MERCADO SANTIAGO LTDA - ME, 12 itens – Valor R\$ 20.490,20

ZELI NELICE PEDROTTI GROLLI – ME, 01 item – Valor R\$ 990,00

Assinado em: 07/07/2017

Vigente até: 07/07/2018

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.

Santiago do Sul/SC, 07 de julho de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.55/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.55/2017
Processo Licitatório nº.71/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratada:

VIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS, Lote 01 - 06 itens – Valor R\$ 60.000,00

VIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS, Lote 02 - 01 item – Valor R\$ 27.500,00

VIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS, Lote 03 - 04 itens – Valor R\$ 3.295,00

Assinado em: 17/07/2017

Vigente até: 17/07/2018

Objeto: Prestação de serviços de solda, mão de obra para soldagem, serviços mecânicos e aquisição de materiais para manutenção de veículos, máquinas, equipamentos rodoviários e equipamentos agrícolas da frota do Município de Santiago do Sul.

Santiago do Sul/SC, 17 de julho de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.56/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.56/2017
Processo Licitatório nº.72/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

TORNEARIA FERRARIA PANSEIRA LTDA – ME, Lote 01 – 27 itens – Valor R\$ 25.500,00

TORNEARIA FERRARIA PANSEIRA LTDA – ME, Lote 02 – 09 itens – Valor R\$ 6.500,00

VIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS, Lote 03 - 27 itens – Valor R\$ 14.786,00

Assinado em: 04/08/2017

Vigente até: 04/08/2018

Objeto: Aquisição de peças para reposição nas plantadeiras, sementeiras de pastagens e ensiladeiras utilizadas nos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Santiago do Sul/SC, 04 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.57/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.57/2017
Processo Licitatório nº.73/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

AUTO ELÉTRICA BORDIGNON LTDA - ME, 02 itens – Valor R\$ 7.575,00

AUTO ELÉTRICA ZARDO LTDA – ME, 02 itens – Valor R\$ 10.825,00

Assinado em: 01/08/2017

Vigente até: 01/08/2018

Objeto: Aquisição de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas das Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.

Santiago do Sul/SC, 01 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.58/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.58/2017
Processo Licitatório nº.74/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, 06 itens – Valor R\$ 1.016,16

AP OESTE DISTRIB.E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, 01 item – Valor R\$ 3.600,00

CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, 02 itens – Valor R\$ 2.529,20

HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, 07 itens – Valor R\$ 1.627,28

HL DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS LTDA – ME, 06 itens – Valor R\$ 3.486,41

MERCADO SANTIAGO LTDA – ME, 04 itens – Valor R\$ 2.145,90

SCS COMÉRCIO LTDA – ME, 08 itens – Valor R\$ 1.092,20

Assinado em: 01/08/2017

Vigente até: 01/08/2018

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para as Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde.

Santiago do Sul/SC, 01 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.59/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.59/2017
Processo Licitatório nº.75/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratada:

GESUL COMERCIAL LTDA - ME, 03 itens – Valor R\$ 7.803,00

Assinado em: 01/08/2017

Vigente até: 01/08/2018

Objeto: Aquisição de lixeiras para colocação nas ruas do perímetro urbano do Município de Santiago do Sul.

Santiago do Sul/SC, 01 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº.63/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial nº.63/2017
Processo Licitatório nº.80/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC

Contratadas:

AUTO ELÉTRICA BORDIGNON LTDA - ME, 12 itens – Valor R\$

12.222,00
LAJE ÁGUA COM. DE MAT. DE CONST. LTDA, 02 itens – Valor R\$ 787,30
LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA, 14 itens – Valor R\$ 68.286,50
LUCIANO DE PARIS, 01 item – Valor R\$ 7,00
MINERAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, 08 itens – Valor R\$ 4.335,62
Assinado em: 03/08/2017
Vigente até: 03/08/2018
Objeto: Aquisição de material hidráulico para utilização no conserto/manutenção/instalação de redes de água potável da sede e interior do Município de Santiago do Sul.
Santiago do Sul/SC, 03 de agosto de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS FMS 01/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO FMS Nº.01/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial FMS nº.01/2017
Processo Licitatório nº.02/2017
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL/SC
Contratadas:
AG KIENEN & CIA LTDA, 36 itens – Valor R\$ 132.104,34
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME, 23 itens – Valor R\$ 66.049,50
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA – ME, 23 itens – Valor R\$ 29.475,00
CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS, 20 itens – Valor R\$ 20.498,50
DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME, 11 itens – Valor R\$ 77.242,40
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS, 15 itens – Valor R\$ 9.133,30
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS, 15 itens – Valor R\$ 17.417,00
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP, 21 itens – Valor R\$ 62.606,00
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, 24 itens – Valor R\$ 10.088,50
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS, 15 itens – Valor R\$ 29.184,00
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI – EPP, 14 itens – Valor R\$ 16.752,65
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, 03 itens – Valor R\$ 1.303,00
S&R DISTRIBUIDORA LTDA, 39 itens – Valor R\$ 46.183,25
Assinado em: 20/02/2017
Vigente até: 20/02/2018
Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos municípios de Santiago do Sul.
Santiago do Sul/SC, 20 de fevereiro de 2017.
NAIANDRA BATISTI BALDISSERA
Gestora do FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO FMS Nº.04/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial FMS nº.04/2017
Processo Licitatório nº.06/2017
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL/SC
Contratadas:
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA – ME, 09 itens – Valor R\$ 6.600,81

AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, 04 itens – Valor R\$ 20.133,00
CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS, 01 item – Valor R\$ 64,00
DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME, 01 item – Valor R\$ 933,00
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS, 03 itens – Valor R\$ 4.479,00
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS, 07 itens – Valor R\$ 11.523,00
IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, 06 itens – Valor R\$ 8.005,40
S&R DISTRIBUIDORA LTDA, 12 itens – Valor R\$ 11.917,10
Assinado em: 07/06/2017
Vigente até: 07/06/2018
Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos municípios de Santiago do Sul.
Santiago do Sul/SC, 07 de junho de 2017.
NAIANDRA BATISTI BALDISSERA
Gestora do FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO FMS Nº.07/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial FMS nº.07/2017
Processo Licitatório nº.09/2017
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL/SC
Contratada:
NANDIS COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS LTDA, 02 itens – Valor R\$ 4.920,00
Assinado em: 10/07/2017
Vigente até: 10/07/2018
Objeto: Aquisição de oxigênio medicinal, para atender as necessidades dos usuários da Unidade Básica de Saúde de Santiago do Sul.
Santiago do Sul/SC, 10 de julho de 2017.
NAIANDRA BATISTI BALDISSERA
Gestora do FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO FMS Nº.08/2017
Extrato de Ata de Registro de Preços Pregão Presencial FMS nº.08/2017
Processo Licitatório nº.10/2017
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL/SC
Contratadas:
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA - EPP, 02 itens – Valor R\$ 457,71
D & MZ COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS LTDA – ME, 01 item – Valor R\$ 193,00
SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – ME, 14 itens – Valor R\$ 4.215,54
Assinado em: 11/07/2017
Vigente até: 11/07/2018
Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para fisioterapia e psicologia.
Santiago do Sul/SC, 11 de julho de 2017.
NAIANDRA BATISTI BALDISSERA
Gestora do FMS

DECRETO Nº 214/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 214/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal KASSIA RECKTENWALD TARGA, aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº002/2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada KASSIA RECKTENWALD TARGA para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 01 de agosto de 2017 a 15 de dezembro de 2017, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº211/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº211/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a remoção de lotação da Servidora Pública Municipal KÁTIA RAMOS DE AMARAL, por interesse público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com o Art. 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica removida por interesse público de acordo com o Parágrafo único, Inciso I, do Artigo 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001, a Servidora KATIA RAMOS DE AMARAL, ocupante do Cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com Lotação na Secretaria Municipal de Saúde de Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRÁS

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de agosto de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº212/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº212/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a remoção de lotação da Servidora Pública Municipal ROSELI PEREIRA ANTUNES DA SILVA, por interesse público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com o Art. 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica removida por interesse público de acordo com o Parágrafo único, Inciso I, do Artigo 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001, a Servidora ROSELI PEREIRA ANTUNES DA SILVA, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, com Lotação na Secretaria Municipal de Saúde de Assistência Social - CRÁS, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de agosto de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº213/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº213/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a remoção de lotação da Servidora Pública Municipal LILIAN BLANGER, por interesse público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com o Art. 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica removida por interesse público de acordo com o Parágrafo único, Inciso I, do Artigo 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001, a Servidora LILIAN BLANGER, ocupante do Cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com Lotação na Secretaria Municipal de Saúde de Assistência Social - CRÁS, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de agosto de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2017

MENOR PREÇO POR LOTE

COTA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E COTA PRINCIPAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Educação, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 13:30 horas do dia 22 de agosto de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS, CONFORME DESCRITIVO ANEXO, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631 6125 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2017.

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO

Secretária de Educação – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 152/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 152/2017

MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que receberá até as 08h30min horas do dia 30/08/2017, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS NA REFORMA DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, SITUADO À RUA JORGE LACERDA, Nº 75 - CENTRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao, obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

São Bento do Sul, 03 de agosto de 2017.

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária Municipal de Administração

LISTAGEM PORTARIAS Nº 11/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 2130, de 9 de agosto de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de julho de 2017, Rosemeri da Cunha Zoellner, Professor Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para a Classe J. SEMED.

Portaria nº 2131, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 7 de agosto de 2017, Cyntia Correa, Auxiliar de Serviços, SEMED.

Portaria nº 2134, de 9 de agosto de 2017. Declara Vago o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2011, a partir de 14 de julho de 2017. Dorli Schwalbe.

Portaria nº 2135, de 9 de agosto de 2017. Declara Vago o cargo de Professor Anos Finais, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2011, a partir de 1º de agosto de 2017. Rosilene Ribeiro Consul de Oliveira.

Portaria nº 2136, de 9 de agosto de 2017. Declara Vago o cargo de Professor Anos Iniciais, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2011, a partir de 1º de agosto de 2017. Marcia Elisete Mallon.

Portaria nº 2137, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 1º de agosto de 2017, Josiane Schroeder, Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 2138, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 2 de agosto de 2017, Rochele Spode Mahlke, Professor Anos Finais – Educação Física. SEMED.

Portaria nº 2139, de 9 de agosto de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 7 de agosto de 2017, Cyntia Correa, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 2140, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 9 de agosto de 2017, Liliam Viola Ampuero, Médico Ginecologista/Obstetra, por término de contrato. SEMUS,

Portaria nº 2141, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 9 de agosto de 2017, Antonio Cieslinsky, Auxiliar de Operações, por término de contrato. SEMOB.

Portaria nº 2142, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 1º de agosto de 2017, Liliane Pereira dos Santos, Atendente Educativo, por término de contrato. SEMED.

Portaria nº 2143, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 6 de agosto de 2017, Konrad Musialowski, Instrutor de Informática, por término de contrato. SEMED.

Portaria nº 2144, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 9 de agosto de 2017, Denise de Souza Freitas, Atendente Educativo, por término de contrato. SEMED.

Portaria nº 2145, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 9 de agosto de 2017, Dorilda dos Passos,

Atendente Educativo, por término de contrato. SEMED.

Portaria nº 2146, de 9 de agosto de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 13 de agosto de 2017, Cleiton Eduardo da Silveira, Instrutor de Informática, por término de contrato. SEMED.

Portaria nº 2147, de 9 de agosto de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 7 de agosto de 2017, Roger Lourenço da Silva, Professor Anos Finais – Inglês, totalizando 40 horas semanais, na EBM Baselisse Virmond, na EBM Pref Antonio Tremel e na EBM Maria Waltrudes Vasconcelos Kruger. SEMED.

Portaria nº 2148, de 9 de agosto de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 7 de agosto de 2017, Lucineide Aparecida Bona Pin, Especialista em Assuntos Educacionais, com 40 horas semanais, na EBM Profª Adelia Lutz. SEMED.

Portaria nº 2149, de 9 de agosto de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 7 de agosto de 2017, Janete Pereira dos Santos, Atendente Educativo Especial, com 30 horas semanais, na EBM Profª Lucia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 2150, de 9 de agosto de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 7 de agosto de 2017, Cristian Adriano Gruber, Professor Anos Finais – Oficina Cultura Digital, totalizando 20 horas semanais, na EBM Profº Newton Mendes, na EBM Alfredo Diener e na EBM Profª Lucia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 2151, de 9 de agosto de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 7 de agosto de 2017, Adriana Foitt Cabral, Atendente Educativo, com 30 horas semanais, no CEIM Magia do Bebê. SEMED.

Portaria nº 2152, de 9 de agosto de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 7 de agosto de 2017, Zelia Aparecida Vellozo do Amaral, Professor Anos Finais - Matemática, com 20 horas semanais, na EBM Dalmir Pedro Cubas. SEMED.

Portaria nº 2153, de 9 de agosto de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 7 de agosto de 2017, Evelize Aparecida Taschek, Professor Anos Finais - Artes, com 30 horas semanais, na EBM Pres. Castelo Branco e na EBM Profº Newton Mendes SEMED.

Portaria nº 2154, de 9 de agosto de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 8 de agosto de 2017, Monique Tatiana de Goes Anders, Atendente Educativo Especial, com 30 horas semanais, na EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 2155, de 9 de agosto de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 8 de agosto de 2017, Luciana Alves Tibes Bueno, Professor Anos Iniciais, com 40 horas semanais, na EBM Profª Adelia Lutz. SEMED.

Portaria nº 2156, de 9 de agosto de 2017. Conclusão de Estágio Probatório, Andreia Prussak Bachel, Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde, período de 10/06/2014 a 09/06/2017.

Portaria nº 2157, de 9 de agosto de 2017. Conclusão de Estágio Probatório, Maiara Duflloth Pelissa, Psicólogo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, período de 12/05/2014 a 13/06/2017.

Portaria nº 2158, de 9 de agosto de 2017. Conclusão de Estágio Probatório, Karen Cristina Giraldo Uhlick, Farmacêutico, na Secretaria Municipal de Saúde, período de 24/07/2014 a 23/07/2017.

Portaria nº 2159, de 9 de agosto de 2017. Conclusão de Estágio Probatório, Melissa Dias da Costa da Cunha, Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, período de 18/10/2013 a

30/07/2017.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2017.
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA (FETEP) DE SÃO BENTO DO SUL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n. 86.051.398/0001-00, com sede e foro na Rua Jorge Lacerda n. 75, Centro, neste ato representado por seu Prefeito MAGNO BOLLMANN, portador do RG n. 543.185 e do CPF n. 019.658.839-15, doravante denominado CONCEDENTE, e do outro lado a FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA – FETEP, entidade civil com natureza jurídica de Associação, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 83.174.474/0001-87, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Curador, Sr. Osmar Muhlbauer, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 311.242.599-53, portador do RG nº 717.975 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Paulo Linzmeyer, nº 146, Bairro Oxford, São Bento do Sul/SC, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3802, de 8 de agosto de 2017, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convenicionar entre si o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento e continuidade dos trabalhos e ações da Incubadora Tecnológica de São Bento do Sul – ITfetep, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 4512/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 – Este Termo terá como gestor do PROPONENTE o SR. OSVALMIR TSCHOEKE, portador do CPF nº 757.705.719-34, o qual se responsabiliza, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

2.2 – O CONCEDENTE nomeia como gestor do presente Termo de Colaboração o SR. DAGUIMAR NOGUEIRA, portador do RG nº 6.138.796-SC e do CPF nº 031.792.328-54, conforme Portaria nº 2129/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Para execução do presente Termo de Fomento, o CONCEDENTE transferirá ao PROPONENTE, neste exercício, o montante global de R\$ 75.831,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais), a serem empenhados, em parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$ 12.638,50 (doze mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), referentes a julho de 2017 a dezembro de 2017.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Terceira serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 2772-2, em favor

do PROPONENTE.

§ 2º As despesas decorrentes do presente Termo de Colaboração correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 11 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Unidade: 02. – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - CODESB

Projeto/Atividade: 22.661.0007.2.078 – Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Elemento de Despesa: (423) 3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições

Fonte de Recursos: 0100 – Recursos Ordinários

§ 3º As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido a critério do CONCEDENTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Termo de Fomento e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

5.1 – São obrigações do CONCEDENTE:

- fornecer os recursos para a execução deste objeto;
- acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria mensalmente;
- promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de São Bento do Sul;
- publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial Eletrônico;
- receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo PROPONENTE;
- elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas do PROPONENTE, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

5.2 – São obrigações do PROPONENTE:

- responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;
- prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações do PROPONENTE;
- responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos

pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

- manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- identificar o número do instrumento da parceria e o Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo ao CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
- prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- comunicar o CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;
- efetuar a prestação de contas.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O PROPONENTE se compromete a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- inexecução do objeto;
- falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- não apresentação dos documentos previstos neste Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O PROPONENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento;
- Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais, por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- Extrato bancário com movimentação completa do período;
- Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folhders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PROIBIÇÕES

Fica proibido ao PROPONENTE:

a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;

c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;

d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista no Plano de Trabalho;

e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;

f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias que não haja comprovante;

h) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;

i) realizar despesas com: multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto do termo de fomento, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas; pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas

cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

O presente Termo de Fomento terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

Parágrafo Único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

São Bento do Sul/SC, 9 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN
PREFEITO MUNICIPAL

OSMAR MUHLBAUER
FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA – FETEP

Testemunhas:

NILVA MARLI LARSEN HOLZ MARCIO FABIANO STIZ
Chefe de Gabinete Assessor de Gabinete
CPF nº 293.068.689-87 CPF nº 040.654.039-01

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 006/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 006/2017

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo, modificativo, ao Contrato de Prestação de Serviços nº 009/2014 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Impulso Comunicação Ltda., em 15 de julho de 2014.

Considerando a previsão legal para a alteração contratual, que tem como objeto a contratação de agência de publicidade e propaganda prestadora dos serviços de criação, produção, distribuição, veiculação, controle e acompanhamento de peças e campanhas publicitárias, a Câmara Municipal autorizou a modificação dos valores contratados, suprimindo R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) – que correspondem a 11,94% (onze vírgula noventa e quatro por cento) do contrato originário atualizado – para o período de 15 de julho de 2017 a 14 de julho de 2018, totalizando R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) para o período.

As demais cláusulas e condições contratuais originárias permanecerão inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de agosto de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

IVAN ROBERTO LIEBL – pela Empresa Contratada

PORTARIA Nº 031, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 031, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"Nomeia Fiscal de Contratos."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Servidora de carreira, Rosilene Arnoldo, Assistente Legislativo, como Fiscal da execução de todos os contratos mantidos por essa Câmara Municipal de Vereadores.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se tanto aos contratos em vigência, quanto aos novos contratos a serem assinados pela Câmara Municipal, revogando-se a Portaria nº 023 de 02 de março de 2017.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 - FMD

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 - FMD

MENOR PREÇO POR LOTE

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

A Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do seu Diretor Presidente Interino Sr. Sylvio Roberto Munhoz, torna público, para quem interessar possa, que considerando o Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 011/2017 - FMD publicado no DOM/SC, edição nº 2313, página nº 575, em 07/08/2017 resolve: RETIFICAR a data de abertura, conforme segue:

Onde se lê: que receberá até às 08:30 horas do dia 21 de Agosto de 2017.

Leia-se: que receberá até às 08:30 horas do dia 28 de Agosto de 2017.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2017

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ

Diretor Presidente Interino da Fundação Municipal de Desportos

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 41/2017

Pregão Presencial nº 41/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 41/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 23 de Agosto de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de atividades relacionadas a SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, com alocação de mão de obra capacitada.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2017.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 146, DE 3 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 146, de 3 de agosto de 2017.

“NOMEIA DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – NOMEAR, a partir de 3 de agosto de 2017, na forma do Art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001, a senhora IVONETE TEREZINHA VIERNE GONÇALVES DE LIMA, para exercer o cargo de Diretora Administrativa e Financeira, classificado como Símbolo CC2 no Anexo II da Lei nº 508, de 1º/12/1995 (com a redação dada pela Lei nº 3.589/2015).

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 54/2017

Decreto CTB Nº 54/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) .

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.036-3.3.50.00.00.00.667 - Aplicações Diretas 105.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de agosto de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

Decreto 093/2017

DECRETO Nº 093/2017 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

REGULAMENTA O FHS - FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, PREVISTO PELA LEI 1.805, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS, destinado exclusivamente ao recebimento e distribuição de honorários advocatícios de sucumbência devidos nas ações judiciais em que o Município for parte, nos termos da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, do art. 85, § 19 da Lei 13.105/2015 e pelo disposto na Lei Municipal 1.805, de 10 de agosto de 2017.

Art. 2º Constituirão receitas do Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS:

I - os valores pagos, a título de honorários advocatícios, oriundos do pagamento de débitos devidamente constituídos em dívida ativa;

II - os valores advindos do levantamento de alvarás judiciais referentes a honorários advocatícios em processos nos quais o Município de São Carlos seja parte;

III - os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo de Honorários Sucumbenciais do Município de São Carlos.

Parágrafo único. As receitas do Fundo de Honorários Sucumbenciais não poderão ser revertidas, a qualquer título, ao Tesouro Municipal.

Art. 3º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em agência bancária oficial situada no Município de São Carlos, em conta especial sob a denominação - Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS.

§ 1º A Secretaria Municipal de Finanças somente dará quitação da dívida fiscal se o executado/contribuinte comprovar o recolhimento dos correspondentes honorários advocatícios.

§ 2º Quanto aos honorários sucumbenciais recolhidos em juízo, a Procuradoria Geral do Município comunicará ao Juízo o número da conta corrente onde os honorários deverão ser depositados, vinculada obrigatoriamente ao Fundo Municipal ora instituído.

§ 3º Fica vedada a arrecadação e recolhimento das receitas do Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS em espécie, assim como depósitos em conta corrente ou transferências eletrônicas que não identifiquem o depositante.

Art. 4º Os recursos do Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS serão distribuídos, de forma equânime, em sua totalidade, entre os Advogados do Município (assessor jurídico e/ou Procurador), observados os critérios constantes no artigo 2º da Lei Municipal 1.805/2017.

Art. 5º O Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS será fiscalizado pelos Advogados do Município (assessor jurídico e/ou Procurador), conforme disposto no artigo 3º da Lei Municipal 1.805/2017 e gerido pelo Município de São Carlos, em razão da sua natureza jurídica.

Parágrafo único. A referida fiscalização dar-se-á com o acesso irrestrito dos Advogados do Município (assessor jurídico e/ou Procurador), através de senha do sistema operacional desta Municipalidade, à arrecadação de tributos em dívida ativa e à nova conta relativa ao FHS, de acordo com a Lei Municipal 1.805/2017.

Art. 6º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire dos beneficiários, no todo ou em parte, o direito à percepção e distribuição dos honorários advocatícios, conforme disposição expressa da Lei Municipal 1.805/2017 em seu artigo 4º e parágrafo único.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelos Advogados do Município (assessor jurídico e/ou Procurador, através da maioria, nos termos do parágrafo único, artigo 3º, da Lei Municipal 1.805/2017.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 9º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos, SC, 10 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se, e Publique-se.

Lei 1805/17

LEI MUNICIPAL Nº 1805/2017 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – FHS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e fica SANCIONADA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado, na forma desta lei ordinária, o Fundo de Honorários Sucumbenciais - FHS, destinado exclusivamente ao recebimento e distribuição de honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados pelo Poder Judiciário, ou pagos administrativamente, nas ações em que o Município for parte, nos termos da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994 e do art. 85, § 19 da Lei 13.105/2015.

Art. 2º. Os recursos do FHS serão distribuídos, de forma equânime, em sua totalidade, entre os Advogados do Município (assessor jurídico e/ou Procurador), sendo vedada qualquer forma de discriminação quanto ao gozo desse direito, observados os critérios de divisão abaixo:

I - Apuração das cotas individuais através da divisão do saldo existente na conta do fundo no dia 15(quinze) de cada mês, pela quantidade dos beneficiários que, na mesma data, sejam assessores jurídicos e/ou Procuradores do Município;

II - Repasse, até o último dia de cada mês, da cota individual ao respectivo titular do direito.

§ 1º. Os recursos não repassados ao beneficiário do direito pela aplicação do inciso II serão acumulados individualmente para repasse nos meses subsequentes.

§ 2º. Não incide contribuição previdenciária sobre os valores distribuídos na forma dessa lei.

Art. 3º. O FHS será fiscalizado pelos Assessores Jurídicos e Procuradores do Município, composto por todos os beneficiários de que trata o caput do art. 2º, cujas decisões serão tomadas por maioria simples, responsáveis pela movimentação e prestação de contas dos recursos do fundo.

Parágrafo único. Compete ainda aos Assessores/Procuradores do Município a expedição de eventuais atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 4º. É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire, no todo ou em parte, dos beneficiários o direito à percepção e distribuição dos honorários advocatícios de que trata esta lei.

Parágrafo único. Havendo programa de recuperação fiscal por parte do Município de São Carlos, os honorários sucumbenciais poderão ser reduzidos, somente com a anuência dos Assessores/Procuradores do Município.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente lei ordinária correrão à conta das dotações próprias, ficando desde já autorizada a abertura de crédito adicional suplementar ou especial necessário ao seu cumprimento.

Art. 6º. Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 10 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM <input type="checkbox"/> Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

Lei 1806/17

LEI MUNICIPAL Nº 1806/2017 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DÁ NOME AO AUDITÓRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, SITUADO NA RUA MONTEIRO LOBATO, NESTA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e fica SANCIONADA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado como "AUDITÓRIO PROFESSOR WALDIR VICENTE LOEBLEIN", o Auditório Municipal da Educação, instalado junto ao prédio da Educação, situado na Rua Monteiro Lobato, nesta cidade.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 10 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA

Mural Público Municipal

de ____/____/____ a ____/____/____

DOM ☐ Diário Oficial dos Municípios

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edição nº ____ de ____/____/____

Responsável pela Publicação

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 001-2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Poder Legislativo de São Carlos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 02.889.252/0001-49, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, nº 1.010, Prédio Histórico, Centro de São Carlos, representado pelo seu presidente Senhor José Noimar Mai, TORNA PÚBLICO que fica retificado o Edital de Pregão Presencial nº 001/2017, alterando a redação do Anexo "C" (DESCRIÇÃO DE ITENS, OBJETO DESTA LICITAÇÃO) do edital.

Desta forma, o edital em epígrafe fica retificado conforme abaixo especificado:

Onde se lê:

"...Freios: A DISCO NAS QUATRO RODAS COM SISTEMA ABS;..."

Leia-se:

"...Freios: SISTEMA DE FREIO ABS;..."

As demais normativas referentes ao Edital em epígrafe permanecem inalteradas.

São Carlos/ SC, em 10 de agosto de 2017.

JOSÉ NOIMAR MAI

Presidente da Câmara

São Domingos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 165 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 165, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza servidor a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada, Paula Natana Comachio;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a conduzir veículos de propriedade deste município, o servidor público municipal Luiz Eduardo VAleNTini, ocupante do cargo de Coordenador de Programa, portador da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 05441256773.

Art. 2º O Servidor ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de agosto de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/FMS/2017

Ata de Registro de Preços nº 012/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 033/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/FMS/2017

No dia 10 de agosto de 2017, o Fundo Municipal de Saúde, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 440, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 10/08/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E CARGA DE GÁS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para os leites cotados são:

PERFORMANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME CNPJ 26.682.219/0001-01
Item: 02
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).
SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 12.970.750/000-75
Itens: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 3.889,50 (três mil oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em 05 (cinco) dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 10 de agosto de 2017 – Ademir José Rover - Secretário Municipal.

DECRETO 3177/2017

DECRETO 3177/2017

“Institui no âmbito do Município de São João Batista, Comitê Gestor para a implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso do exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, IX e XII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de articular, apoiar, fomentar, facilitar e coordenar o processo de empreendedorismo no município de São João Batista, por intermédio da simplificação do processo de registro mercantil e licenciamento de empresas e empresários e com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da municipalidade; e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIMPLES, cujo objetivo é estabelecer a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, integrando todos os órgãos envolvidos com o registro e com o licenciamento de empresas e negócios;

DECRETA:

Art. 1º É instituído no âmbito do Município de São João Batista, Comitê Gestor para a implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, licenciamento e integração, nos termos do art. 2º da Lei 11.598/07 e art. 4º da Lei Complementar 123/06 e suas alterações.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor de implementação da REDESIM: I. Elaborar, coordenar, articular, ações e atividades para implementar no âmbito do Município a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIMPLES;

II. Disseminar o conhecimento acerca da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 e normas correlatas;

III. Articular, coordenar, executar e acompanhar, nos procedimentos de sua competência governamental, a unicidade de processo de registro, de legalização e licenciamento de empresários e pessoas jurídicas;

IV. Promover a articulação e o entendimento entre todos os órgãos e entidades envolvidos no procedimento de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, no âmbito do Estado;

V. Elaborar e aprovar programa de trabalho para implementação e operação das ações necessárias para que os objetivos de simplificação e desburocratização sejam atingidos;

VI. Definir e promover a execução do programa de trabalho de implementação da REDESIM no Estado;

VII. Instituir a tabela de grau de risco na vigilância sanitária municipal, e no meio ambiente conforme legislação estadual nº 17.071;

VIII. Instituir a consulta de viabilidade conforme legislação da RedeSIM 11.598;

IX. Elaborar e aprovar regulamentações sob a forma de resolução.

Art. 3º O Comitê Gestor para implementação da REDESIM no âmbito do, Município de São João Batista:

I. Representante da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico;

II. Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Regulação Urbana;

III. Representante do Sebrae/SC;

IV. Representante do Corpo de Bombeiros Militar;

V. Representante da Fundação Municipal de Amparo ao Meio Ambiente;

VI. Representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

VII. Representante da Divisão de Vigilância Sanitária;

VIII. Um representante da Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo Único. A Presidência do Comitê Gestor será exercida pelo representante da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, cabendo a ele a Coordenadoria Executiva dos trabalhos.

Art. 4º O Comitê Gestor para implementação da REDESIMPLES no Município, funcionará de acordo com seu plano de trabalho, nos termos do art. 2º, IV e V deste Decreto.

Parágrafo Único. O Comitê Gestor realizará periodicamente reuniões ordinárias e quando necessário as reuniões extraordinárias.

Art. 5º A participação no Comitê Gestor, é atividade de utilidade pública, não remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos no âmbito das deliberações do Comitê Gestor.

Art. 7º O prazo de funcionamento do Comitê Gestor é por tempo indeterminado.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

São João Batista, 03 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO 3178/2017

DECRETO 3178/2017

Determina a instauração de processo disciplinar e constitui Comissão Disciplinar para apurar a responsabilidade de servidor.

O Prefeito do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar 01/2003, resolve:

Art. 1º Fica constituída Comissão Disciplinar para conduzir processo disciplinar com o fim de apurar a responsabilidade da servidora MARIA DOLORES TILL, lotada na Secretaria de Assistência Social, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, sob a matrícula n.º 5619, em suma, pelo motivo de, em tese, ter deixado de comparecer ao local de trabalho, injustificadamente ou sem prévia autorização do chefe imediato ou superior competente, bem como agir de maneira incompatível com a moralidade administrativa, fatos esses que constituem infrações disciplinares por força do art. 80, incisos III e XXVI da Lei Complementar Municipal 01/2003.

Art. 2º Integrarão a comissão os servidores: JAIRO PEREIRA, como presidente, GILNEA CRISTINA MORAES, como secretária, e KARLA IZABEL DALCENTER, como relatora.

Art. 3º O processo deverá ser concluído no prazo legal, com apresentação de relatório conclusivo ao Chefe do Poder Executivo para decisão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 07 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 028/SISAM/2017

Extrato do Contrato nº 028/SISAM/2017

Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: JRS Editora Gráfica e Carimbos LTDA ME – CNPJ nº 04.910.365/0001-04; Processo Licitatório 023/SISAM/2017 - Convite 009/SISAM/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPRESSÃO DE FOLDER E CONFECÇÃO DE PASTAS DE ARQUIVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Valor global: R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais); Despesa orçamentária: (8) 3.3.39.39.63.00.00.00.00, (19) 3.3.90.39.63.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 10/08/2017; Vigência: 12 meses

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/PMSJB/2017

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 019/PMSJB/2017
Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Extração de Areia Coleoni LTDA ME – CNPJ nº 02.420.815/0001-55; Processo Licitatório: 006/PMSJB/2017 - PP 006/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 019/PMSJB/2017, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de materiais no valor R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais), que passa a ter a seguinte redação: “4.1 O preço global previsto neste contrato é de R\$ 100.695,00 (cem mil seiscentos e noventa e cinco reais)”; Dotação orçamentária: (91) 3.3.90.30.51.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 08/08/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO 126/PMSJB/2017 - PP 092/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 126/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 126/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 092/PMSJB/2017, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DAS RUAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 25/08/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 25/08/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 206/214, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br; licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 10 de agosto de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/PMSJB/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 125/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 125/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 091/PMSJB/2017, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 60 METROS CÚBICOS DE CONCRETO USINADO FCK 20 MPA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 31/08/2017. Abertura dos envelopes: 09h00min do dia 31/08/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 206/214, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br; licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 10 de agosto de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

DECRETO Nº 3179/17**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA****Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89****Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369****C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC****E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br****DECRETO Nº 3179/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 78.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

06.182.0006.2.076 - Manutenção do Sistema de Trânsito Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas

Valor - 53.000,00

06.182.0006.2.075 - Manutenção da Polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas

Valor - 25.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 7 de Agosto de 2017**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 07/08/2017

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3179/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 78.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

06.182.0006.2.076 - Manutenção do Sistema de Trânsito Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas

Valor - 53.000,00

06.182.0006.2.075 - Manutenção da Polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas

Valor - 25.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 7 de Agosto de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 07/08/2017

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3179/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 78.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

06.182.0006.2.076 - Manutenção do Sistema de Trânsito Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas

Valor - 53.000,00

06.182.0006.2.075 - Manutenção da Polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas

Valor - 25.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 7 de Agosto de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 07/08/2017

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e LMV Informática LTDA-ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 09/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e materiais de expediente para o setor de bolsa família do Fundo Municipal da Assistência Social."

VALOR: R\$ 859,00

PRAZO: 11.08.2017 até 30.09.2017

São João do Oeste – 11 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção- LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 87/2017

OBJETO: "Aquisição de variados materiais de construção e afins para as diversas secretarias municipais de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 18.701,00

PRAZO: 11.08.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 11 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Informática Mondai-LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 09/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e materiais de expediente para o setor de bolsa família do Fundo Municipal da Assistência Social."

VALOR: R\$ 682,70

PRAZO: 11.08.2017 até 30.09.2017

São João do Oeste – 11 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e JV-Itch Informática Tecnol. Impressão LTDA- ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 09/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e materiais de expediente para o setor de bolsa família do Fundo Municipal da Assistência Social."

VALOR: R\$ 599,60

PRAZO: 11.08.2017 até 30.09.2017

São João do Oeste – 11 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Ruscheinsky Artefatos de Cimento Eireli- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 87/2017

OBJETO: "Aquisição de variados materiais de construção e afins para as diversas secretarias municipais de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 2.830,00

PRAZO: 11.08.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 10 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA PP 45/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 2315 Página 616 do dia 09/08//2017
Pregão presencial 45/2017

Processo n.º 62/2017 – Aquisição de Relógios Ponto Digital Biométrico para a Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Assistência Social e Educação.

No Item 1.2 do edital.

No edital onde se lê: Assim entendeu-se importante padronizar os relógios ponto do Executivo Municipal, adquirindo os relógios faltantes e tantos quantos se façam necessários futuramente, da mesma marca e, preferentemente, do mesmo modelo dos já adquiridos.

Acrescente-se : Assim entendeu-se importante padronizar os relógios ponto do Executivo Municipal, adquirindo os relógios faltantes e tantos quantos se façam necessários futuramente, da mesma marca e, preferentemente, do mesmo modelo dos já adquiridos da marca RWTech modelo Pointline Bioprox-e (960).

Diretoria de Compras

PORTARIA Nº 448/2017

PORTARIANº 448/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme apresentação de Atestado Médico; Fica RE-ALOCADA TEMPORARIAMENTE a funcionária HILDA CATARINA GARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, no prédio da Prefeitura Municipal, para desempenhar suas funções compatíveis com sua incapacidade no SINE, com 40 horas semanais, a contar do dia 08/08/2017 á 19/02/2018, quando a mesma deve ser reavaliada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 449/2017

PORTARIANº 449/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora: - VERONICA SCHLISCHTING MULLER RIBEIRO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade do São Sebastião do

Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 435/2016, de 26/10/2016. A referida exoneração é contar do dia 26/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 26 de Julho de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 450/2017

PORTARIANº 450/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas EXONERAÇÕES a pedidos as seguintes pessoas: - KELLY MATOS ZWETSCH, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 395/2017, de 05/07/2017. - LUCIANA COSTA, ocupante da Função de Enfermeira (Unidade Central), na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 404/2013, de 01/11/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 451/2017

PORTARIANº 451/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a funcionária: - ADRIANA NUNES NEZI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/08/2017 à 31/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de Agosto de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 453/2017

PORTARIANº 453/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Emergencial Simplificado Nº 002/2017, realizado em data de 30/06/17; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora EZOLENE DE PAULA PADILHA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, com 40 horas semanais, a contar do dia 09/08/2017, em substituição a agente Bernadete Porto Kauling, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 454/2017

PORTARIANº 454/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 020/2017, realizada em data de 31/07/17; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - VALERIA DA SILVA BATISTA, para exercer a função de Professora Substituta, na área de Ciências, Profª 2º Grau, na E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, com 20 horas semanais, a contar do dia 09/08/2017, em substituição a professora Lenara Broilo de Almeida, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 455/2017

PORTARIANº 455/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 021/2017, realizada em data de 07/08/17; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas - DIANA GLEYCE DOS SANTOS BRITO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de Matemática, Profª 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 09/08/2017, em substituição a professora Lucia de Fatima Furtado dos Santos, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS. – STEFANI DA SILVA BARBOSA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de Matemática, Profª 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 09/08/2017, em substituição a professora Lucia de Fatima Furtado dos Santos, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 456/2017

PORTARIANº 456/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 022/2017, realizada em data de 07/08/17; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - ADRIELI COSTA MARTINS, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Orientadora de Dança, Profª 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 09/08/2017.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 457/2017

PORTARIANº 457/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias, por Falecimento de sua Mãe, conforme apresentação de Certidão de óbito à funcionária: - ANA MARIA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 01/08/2017 até o dia 05/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Agosto de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO 21/2017 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 21/2017

Pregão Presencial Nº 13/2017 – Registro de Preços

Objeto: Aquisição de material de roupa de cama, mesa e banho para uso da Secretaria Municipal de Saúde.

Tipo: Menor preço por item

Abertura: 23/08/2017 – 13h30min

Valor estimado: R\$ 12.602,55

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 10 de agosto de 2017

Departamento de Compras

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2017 - Processo nº 503/2017 – Proc. Adm. 7216/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E REVITALIZAÇÃO DO BECO DA CARIOCA - CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ/SC, VINCULADO À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 29 de agosto de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 29 de agosto de 2017, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810446.

CONTRATO/CT: Nº 055/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 055/2017 – IN 017/2017 – Processo 358/2017 – Proc. Adm. 5375/2017 - Contratado: ELEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA. Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ELEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS E MEDIÇÃO LTDA., PARA MANUTENÇÃO, CALIBRAÇÃO, VERIFICAÇÃO INMETRO E FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS PARA O ETILÔMETRO DE PROPRIEDADE DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$ 3.282,00 (três mil, duzentos e oitenta e dois reais). Data da Assinatura do Contrato: 25 de julho de 2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 022/2017 CONCURSO PÚBLICO 002/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 022/2017
CONCURSO PÚBLICO 002/2014

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2014, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 8.5 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
JUSSARA DE MATTOS REBELLO	Agente de Fiscalização Sanitária	14

São José, 09 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 023/2017 CONCURSO PÚBLICO 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 023/2017
CONCURSO PÚBLICO 001/2014

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 8.5 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
PRISCILA SILVA	Agente Fazendário	12
VANESSA BUDAG	Agente Administrativo	33

São José, 09 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024/2017 CONCURSO PÚBLICO 003/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024/2017
CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
ANA PAULA PEREIRA MOREIRA	Técnico em Enfermagem da Família	24

São José, 09 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2017 – Processo nº 190/2017 – Proc. Adm. 3022/2017. Fornecedores: RACINE COMERCIAL LTDA EPP; S.O.S. SUL RESGATE - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA; HBJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI – ME; ULTRAMAR IMPORTACAO LTDA – EPP; SERMEDICALL ARP EQUIP.HOSPITALARES LTDA; L.M. - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME; RESGATECNICA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE EIRELI e BRASIMPEX EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E SEGURANÇA EIRELI EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMBATE A INCÊNDIO, BUSCA, SALVAMENTO E ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR, DESTINADOS AO USO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DA 1ª CIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 388.449,37 – trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/2016 – Processo nº 722/2016 – Proc. Adm. 26760/2016. Fornecedor: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEVISORES DE 40" DESTINADOS A POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 5.700,00 – cinco mil, setecentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2016-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 152/2016-01 – PR 061/2016 - Processo 239/2016 – Proc. Adm. 6524/2017 – Contratado: SEMECAL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA. – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADOS À FROTA DOS VEÍCULOS DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ/SC. DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO: Nos termos do art. 65, II e § 1º da Lei nº 8.666/1993, conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no presente Processo, fica acrescido ao valor da Ata de Registro de Preços original, o percentual de 25% no valor de Lote 4, itens 1 e 2, o que representa o valor de R\$ 4.678,87 (quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos). O valor do Ata de Registro de Preços nº 152/2016 passará de R\$ 18.715,46 (dezoito mil, setecentos e quinze reais e quarenta e seis centavos) para R\$ 23.394,33 (vinte e três mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e três centavos). Data da assinatura: 20 de julho de 2017

TERMO ADITIVO/TA Nº 235/2013-04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 235/2013-04 – DL 053/2013 – Proc. de compras 194/2013 – Proc. Adm. 6734/2017 – Contratado: ANDERSON ARTUR ALBANAES ME. Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA JAIME ESTEFANO BECKER, QUADRA 02, LOTE 24, LOTEAMENTO ANNA CLARA 1 - BAIRRO BARREIROS – SÃO JOSÉ/SC, DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL APAM. DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 19/09/2017. RENÚNCIA AO REAJUSTE: A Contratada renuncia ao reajuste oriundo dos últimos 12 meses do Contrato em epígrafe, o qual permanecerá com o valor mensal de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), conforme documento de fl. 18. Data da assinatura: 28 de julho de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CANCELAMENTO DA RESOLUÇÃO Nº. 489, DE 03 DE JULHO DE 2017

AVISO DE CANCELAMENTO DA RESOLUÇÃO Nº. 489, DE 03 DE JULHO DE 2017, QUE ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO, PROTOCOLIZAÇÃO, AUTUAÇÃO DE DOCUMENTOS E RESPECTIVA TRAMITAÇÃO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São José, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que torna sem efeito a Resolução nº 489, de 03 de julho de 2017 divulgada através do Diário Oficial do Município em 10 de agosto de 2017.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 489, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

RESOLUÇÃO Nº. 489, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR ROINOLDO DE ASSIS NECKEL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 42, IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO c/c ART. 74, INCISO II, "5", e ART. 87, III, § 3º, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedido licença ao Vereador ROINOLDO DE ASSIS NECKEL, para tratar de interesse particular pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme memorando 023/2017 (doc. anexo), contados a partir do dia 07 de agosto de 2017, nos termos do artigo 37, III, §3º da Lei Orgânica c/c o artigo 87, inciso III, §3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 08 de agosto de 2017.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017 - PR Nº 025/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/08/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017, OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº 11359.214000/1160-01, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 10 de Agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017 - ICSL.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Marta Camara Amaro 04150671974, CNPJ nº 23.508.531/0001-95.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO EM 15 PEÇAS DE FIBRA DE VIDRO COM CORES E TAMANHOS DIVERSOS.

Valor: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na conta corrente de titularidade da Contratada, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Dotação Orçamentária: D - 002/2017 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 09/08/2017.

Vigência: de 09/08/2017 a 30/11/2017.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Marta Camara Amaro - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 011/2017, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 003/2017.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Klaus P. Produções Artísticas Criações Editorial Ltda., CNPJ nº 01.417.817/0001-22.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDA "MADE IN BRAZIL", PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2017 NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 16.500,00 (nove mil reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago mediante transferência bancária à Contratada em 2 (duas) parcelas, sendo que a primeira parcela no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) será paga no primeiro dia útil após a assinatura deste Contrato; e o restante do valor contratado R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) será pago no primeiro dia útil após a prestação do objeto deste Contrato, com a devida emissão da nota fiscal cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Dotação Orçamentária: D - 002/2017 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 10/08/2017.

Vigência: de 10/08/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Claudio José Porlan de Almeida - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 103/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 081/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TRIEL-HT INDUSTRIAL E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 89.422.042/0001-24.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSFORMAÇÃO DE CAMINHÃO CHASSI NOVO EM VIATURA OPERACIONAL DE CORPO DE BOMBEIROS TIPO AUTO TANQUE (AT) PARA A 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Valor: R\$ 209.900,00 (duzentos e nove mil e novecentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados I de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste

Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 016/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; e D - 030/2017 - 06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 04/08/2017.

Vigência: de 04/08/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marciano Dalla Rosa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 099/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 079/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP, CNPJ nº 17.542.364/0001-04.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PRODESA - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1.033.449-68/2016/ MAPA/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº833489/2016, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 29.990,00 (vinte e nove mil e novecentos e noventa reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta Contrato de Convênio nº 833489/2016 e Contrato de Repasse nº 2623.1.033.449-68/2016 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, referente à execução de ações relativas ao PRODESA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através do Contrato de Convênio nº 833489/2016 e Contrato de Repasse nº 2623.1.033.449-68/2016 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, referente à execução de ações relativas ao PRODESA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 097/2017 - 10.01.20.606.4507.2.02 5.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agricultura e Aquicultura - Secretária Municipal de Agricultura e Aquicultura; b) D - 155/2017 - 10.01.20.606.4507.2.0 25.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agricultura e Aquicultura - Secretária Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 07/08/2017.

Vigência: de 07/08/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e João Batista Panazzolo - pela Contratada.

PORTARIA Nº 922, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 922, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Constitui a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público nº 001/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2017, de 03 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais a seguir relacionados, para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO Nº 001/2017, que irá coordenar a execução do Concurso Público, aberto pelo Edital nº 001/2017, de 03 de agosto de 2017:

I - Ediane Terezinha Gobatto Brunetto, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Recursos Humanos e Capacitação, matrícula nº 192/03 - Presidente;

II - Eneia Paula Ranzan Turatti, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 1690/01 - Vice-presidente;

III - Jackson Alex Kichel, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1919/01 - Secretário;

IV - Kamila Tomazi Catani, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora de Administração, matrícula nº 3275/01 - Membro; e

V - Simone Cristina de Marco Monteiro, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração Financeira, matrícula nº 3066/01 - Membro.

Art. 2º A Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público nº 001/2017 somente poderá atuar com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º Compete a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público nº 001/2017, deferir as inscrições devidamente realizadas e indeferir aquelas que não atendam as exigências do edital de abertura, bem como aferir títulos, emitir julgamentos, e demais encargos previstos no edital, além de resolver os casos omissos no mesmo.

Art. 4º Caberá ao Presidente da Comissão, nomeado na forma do art. 1º, o julgamento dos pedidos de reconsideração de inscrição, bem como dos recursos formulados em virtude do resultado da prova objetiva, da prova prática, da apresentação dos títulos e do resultado final, sempre divulgando a decisão na forma prevista no edital de abertura.

Paragrafo único. As demais decisões serão tomadas pela Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público, por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços realizados no acompanhamento do Concurso Público nº 001/2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 001-2017**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, e o PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO tornam público, por meio do INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA - ME, a PRIMEIRA RETIFICAÇÃO PARCIAL do Edital do Concurso Público nº 001/2017 do Município de São Lourenço do Oeste - SC e do Instituto Cultural de São Lourenço, nos seguintes termos:

I) ONDE SE LÊ:**□3.2 - DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET□**

"3.2.1 - Será admitida a inscrição apenas via INTERNET, no endereço eletrônico www.institutoexcelenciapr.com.br, a partir do dia 03/08/2017 às 12h até o dia 04/09/2017 às 12h desde que efetuar seu pagamento até o dia 04/09/2017 através de ☐Boleto Bancário☐ a ser emitido após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição no endereço www.institutoexcelenciapr.com.br."

II) LEIA – SE:**3.2 - DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET**

3.2.1 - Será admitida a inscrição apenas via INTERNET, no endereço eletrônico www.institutoexcelenciapr.com.br, a partir do dia 03/08/2017 às 12h até o dia 04/09/2017 às 12h desde que efetuar seu pagamento até o dia 04/09/2017 através de ☐Boleto Bancário☐ a ser emitido após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição no endereço www.institutoexcelenciapr.com.br.

III) ONDE SE LÊ:**"3.3 - DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA□**

"3.3.15 - A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência."

IV) LEIA – SE:**3.3 - DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA**

3.3.15 - A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

V) ONDE SE LÊ:**"4 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES"**

"4.13. A empresa Instituto Excelência Ltda-ME avaliará os pedidos de isenção e publicará sua decisão no mural do Centro Administrativo Municipal e nos sites www.saolourenco.sc.gov.br e www.institutoexcelenciapr.com.br, no dia 01 de setembro de 2017"

VI) LEIA – SE:**4 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES**

4.13 - A empresa Instituto Excelência Ltda-ME avaliará os pedidos de isenção e publicará sua decisão no mural do Centro Administrativo Municipal e nos sites www.saolourenco.sc.gov.br e www.institutoexcelenciapr.com.br, no dia 1º de setembro de 2017.

VII) ONDE SE LÊ:**"7 - DA PROVA PRÁTICA:"**

"7.1 - A Prova Prática (PPR) será de caráter eliminatório e classificatório."

VIII) LEIA – SE:**7 - DA PROVA PRÁTICA:**

7.1 - A Prova Prática (PPR) será de caráter classificatório.

IX) ONDE SE LÊ:**"9 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE"**

"9.2 - Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso ☐ candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:9"

X) LEIA – SE:**9 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE**

9.2 - Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso ☐ candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:

XI) ONDE SE LÊ:**"10 - DOS RECURSOS"**

"10.2.2 - Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento referido nas alíneas do item 1"

"10.1 - devendo o candidato argumentar em cada recurso toda a matéria que entender ser de direito. Em caso de recurso referente ao gabarito, o candidato poderá interpor 01 (um) recurso por evento."

"10.4 - Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo ou por decisão judicial, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo, e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas."

XII) LEIA – SE:**10 - DOS RECURSOS**

10.2.2 - Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento referido nas alíneas do item 10.1 - devendo o candidato argumentar em cada recurso toda a matéria que entender ser de direito. Em caso de recurso referente ao gabarito, o candidato poderá interpor 01 (um) recurso por evento.

10.4 - Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo, e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas.

XIII) ONDE SE LÊ:**"11 - DA NOMEAÇÃO"**

“11.1 - A convocação para nomeação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade da Prefeitura do Município de São Lourenço do Oeste/SC, dentro do prazo de validade do Concurso Público, por tempo determinado, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.”

“11.4 - Por ocasião da convocação que antecede a contratação, os candidatos classificados deverão apresentar os seguintes documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas no Edital:”

“11.4.13. os documentos previstos no item 9 deste Edital deverão ser apresentados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data publicação do ato de nomeação, sob pena de exclusão do concurso público.”

XIV) LEIA – SE:

11 - DA NOMEAÇÃO

11.1 - A convocação para nomeação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade da Prefeitura do Município de São Lourenço do Oeste/SC, dentro do prazo de validade do Concurso Público, com base no inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal.

11.4 - Por ocasião da convocação que antecede a nomeação, os candidatos classificados deverão apresentar os seguintes documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidos no Edital:

11.4.13. os documentos previstos no item 11.4 deste Edital deverão ser apresentados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data publicação do ato de nomeação, sob pena de exclusão do concurso público.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

RENNÃ HIGOR FEDRIGO

Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2017 - TP Nº 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do Sr. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR os itens 1.2.3, 4.3.3, 9.1 e 9.5, e os Anexos I, II e III do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2017. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENG. Nº 008/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DOM PEDRO II E DUQUE DE CAXIAS, AMBAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE 5.617,60M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO. (Publicado no DOM/SC em 01/08/2017, ed. 2309, pg.709). Designando-se nova data para entrega e abertura

dos envelopes para o dia 28/08/2017, às 08h15min e 08h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8502. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 10 de Agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 172/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de carroceria metálica com grade baixa com medidas 3,20m x 1,85m x 40 cm destinado para o veículo tipo camionete HR Hyundai do Demutran, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 25 de agosto de 2017.

Abertura: às 09 do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO N. 173/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 173/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 21/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Locação do imóvel Sala Comercial nº 03, no andar térreo, Edifício Rech, sito na Rua Marques do Herval, nº 810, Centro de SMOeste-SC, destinado para o Procon, para o período de 12 meses, conforme Parecer Jurídico, prorrogáveis conforme a necessidade/conveniência da Administração Pública e acordo entre as partes nos termos da Lei Federal nº 8.666/93. Contratado: PIOVESAN NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA – ME. Valor Mensal de R\$ 1.800,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 10 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE FOMENTO - PREFEITURA

TERMO DE FOMENTO 01/2017 – PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a promoção do repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, que foi devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social, representada pela comissão de avaliação e julgamento de propostas e planos de trabalho (Portaria nº 0051/2017), constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE SÃO MIGUEL DO OESTE

VALOR: R\$ 30.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: SALETE RODRIGUES DA SILVA REICHERT

São Miguel do Oeste/SC, 10 de agosto de 2017

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 320/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 320/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora NARA SILVERIO COELHO, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora NARA SILVERIO COELHO, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar da data de 07/08/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/08/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º. 047/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA MARCIA JANICE DA SILVA LOPES OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º. 047/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA MARCIA JANICE DA SILVA LOPES OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora MARCIA JANICE DA SILVA LOPES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 691.565.309-00, residente e domiciliada a Rua José Mathias Junkes, s/nº., Vila Junkes – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 047/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 047/2017 até 18/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º. 051/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA PRISCILA NEIS OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º. 051/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA PRISCILA NEIS OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora PRISCILA NEIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 050.757.469-93, residente a Rua Armando Martins Schnorrenber, nº. 185, Potecas, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 051/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 051/2017 até a data do retorno da servidora titular Sueli Maria Stahelin para o seu cargo de origem, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 18/12/2017, fica esta data sendo como término do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 049/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA THUANY STAHELIN KUHN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 049/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA THUANY STAHELIN KUHN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora THUANY STAHELIN KUHN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 085.542.139-80, residente e domiciliada a Rua Ambrósio Kuhn, nº. 46, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 049/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:
Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 049/2017 até 18/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 050/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 050/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 970.629.019-20, residente e domiciliada a Avenida Paulo Roberto Vidal, nº. 1455, Bela Vista - Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 050/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:
Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 050/2017 até 18/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 048/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA VANESSA STAHELIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 048/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA VANESSA STAHELIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora VANESSA STAHELIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 051.327.459-62, residente e domiciliada a Rua Francisco José Ferreira, nº. 32, Forquilha - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 048/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 048/2017 até 18/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. A02/2017 – FAS

TERMO ADITIVO Nº. A02/2017 – FAS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2014-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 95.836.771/0001-20, estabelecida na Rua Içara nº. 151, lote 07, Itoupava, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-170, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Alexandre Hwizdaleck inscrito no CPF sob o nº. 636.465.959-49, portador da carteira de identidade nº. 2.173.335-0-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 12/2014-FAS, celebrado em 02 de julho de 2014, decorrente Processo de licitação nº. 10/2014 – FAS, Modalidade Pregão Presencial nº. 04/2014- FAS, para contratação de empresa para fornecimento de sistema para gestão da Política Pública de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela empresa contratante que no contrato passe a ser a nova razão social "PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA", conforme cópia do contrato social em anexo.

Considerando a 13ª Alteração Contratual, no qual nos traz em sua Cláusula – 1º - A Sociedade atua sob o nome empresarial de "PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA".

Considerando que a referida Alteração Contratual foi realizada em 11 de julho de 2017 e protocolada/registrada perante a Junta Comercial em 20/07/2017.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a razão social para PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 95.836.771/0001-20, estabelecida na Rua Içara nº. 151, lote 07, Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-000.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 12/2014-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 10 de agosto de 2017.

CONTRATADA:

PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA

Alexandre Hwizdaleck

CPF nº. 636.465.959-49

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 02/2017-FAS

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 10/08/2017 Válido até: 10/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de skates para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Grupo Skate) do CRAS da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder /SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Skate completo composto pelos seguintes itens: Shape: de madeira pinho, largura 18cm, comprimento 80 cm, com 7 lâminas, liva preta composta de pó de ferro. A furração do shape deve ser com medidas e padrões adequados (devem situar-se em linha reta). Os parafusos devem ser adequados com chave philips e material galvanizado. Truck: peça feita com ligas de metal, base e travessia em ligas de alumínio e o eixo em aço inoxidável. Rodas: Amortecedor adequado e reforçado para suportar peso de 60Kg. Rodas: feito de poliuretano, com diâmetro de 50mm. Rolamento: com ligas de metal puro e DDU a prova d'água, mas espaçadores. Skate deve vir montado com a liva colada, acompanhando adesivo a garantia do fabricante	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (12924)	SODIO	0	94,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 10/08/2017		Válido até: 10/08/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de skates para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Grupo Skate) do CRAS da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder /SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017
PROCESSO Nº 19/2017

(12924) - G T AATACADO E VAREJO EIRELI - EPP

Schroeder, 10 de Agosto de 2017.

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1273

DECRETO Nº 1273, de 10 de agosto de 2017

Nomeia comissão avaliadora das amostras da Licitação nº 92/2017 - Edital de Pregão Presencial no 55/2017- RP

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Avaliadora das amostras da Licitação nº 92/2017- Edital de Pregão Presencial no 55/2017-RP.

- a) Julio Cesar Paludo
- b) Neri Cosmann
- c) Edson Pelisson
- d) Dulcimar Mezzaroba

Art. 2º Os membros das Comissões acima, não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC, 10 de agosto de 2017

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 10 de agosto de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2017 - FMS

Fundo Municipal da Saúde de Seara

Processo Licitatório nº 029/2017 - FMS

Edital de Pregão Presencial nº 018/2017 – FMS - Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93 estará recebendo até às 08h30min do dia 24/08/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais odontológicos para confecção de próteses odontológicas. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtido no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 10 de agosto de 2017.

Flávio Joel Zolet

Secretário Municipal da Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2017

Processo Licitatório nº 100/2017

Edital de Pregão Presencial nº. 059/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo até às 13h30min do dia 23/08/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de cargas de gás. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 10 de agosto de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 160/2017

DECRETO Nº 160/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso II do art. 4º da Lei nº 1.069/2016, e Decreto nº 073/2017, de 13 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes

Projeto/Atividade: 2.600 – Apoio ao Esporte Amador

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0001 – Superávit Recursos Ordinários

Dotação: 133 R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior, apurado pelo Decreto nº 073/2017, de 13 de março de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 10 de agosto de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

PORT. 210/2017

PORTARIA Nº 210 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar por falecimento o Servidor efetivo Sr. LUIZ DE SOUZA PICADA, Médico - PSF, Matrícula nº 5574, com regime de trabalho de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 133, de 01 de abril de 2011.

Fica revogada a Portaria nº 133, de 01 de abril de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 10 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORT. 211/2017

PORTARIA Nº. 211 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Odontólogo, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que o referido candidato deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

NOME
Dolizeti Paulino de Araujo

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 10 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 438, DE 08 DE AGOSTO DE 2.017.

PORTARIA Nº. 438, DE 08 DE AGOSTO DE 2.017.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando que a servidora requereu exoneração do cargo por motivos particulares

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora BRUNA GAIO SERAFINI, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II - CLASSE A, a partir de 07/08/2017.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 07/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 08 DE AGOSTO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 440, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA N.º 440, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO – FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei Municipal n.º 2.031/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para comporem o Conselho Municipal do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico - FUNDEB, as seguintes pessoas:

I – Representante do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

a) Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Daniela Zamprone Vargas Slongo;

Suplente: Estela Aparecida Belini Menoncin;

b) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Titular: Cidinea Grahl;

Suplente: Lenise Regina Zanchet Camelotti Sartor;

II – Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Marizete Maria Ceron Piana;

Suplente: Ivanilde Zortea;

III – Representante dos Diretores das Escolas de Educação Básica Pública:

Titular: Antônio Luiz Valler;

Suplente: Jaqueline Leiser;

IV – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas de Educação Básica Pública:

Titular: Marco Antonio Fernandes dos Santos;

Suplente: Danielly Strey Freddo;

V – Representante dos Pais e Alunos das Escolas de Educação Básica Pública:

a) DOS PAIS:

Titular: Elisângela Aparecida Freski dos Campos dos Anjos;

Suplente: Ana Claudia Menegão;

Titular: Cezar Stori Ramos;

Suplente: Tatiani Almeida Denardi;

b) DOS ALUNOS:

Titular: Terezinha Lucia Guindani Posserra ;

Suplente: Talia Monteiro Siqueira;

VI – Representante dos Estudantes das Escolas de Educação Básica Pública:

Titular: Patrícia Hensel Fritzen;

Suplente: Nilvio Pan;

VII – Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Luciana Fatima dos Santos;

Suplente: Regilene Carlesso;

VIII – Representante do Conselho Tutelar do Município:

Titular: Marilei Galvão;

Suplente: Dirceu Luiz Massoco;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a portaria n.º 641, de 13 de Novembro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 09 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 441, DE 10 DE AGOSTO DE 2.017.

PORTARIA Nº. 441, DE 10 DE AGOSTO DE 2.017.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal, de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o servidor necessita de afastamento para tratamento de saúde através do Instituto da Previdência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento por auxílio doença ao servidor IVANEY BENTO DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de ZELADOR DE SERVIÇOS INTERNOS – NÍVEL 03 – CLASSE A, a partir de 15/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 15/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM DE 10 DE AGOSTO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 080/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 080/2017, a qual tem por objeto registro de preço AQUISIÇÃO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL E CAPAS PARA BLOCO DE NOTAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 23/08/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 10 de Agosto de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 042-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 042/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2017.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria na Recuperação de Créditos do PASEP, conforme especificações constantes no Anexo I do edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 24/08/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 08h40min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064. Tigrinhos (SC), 10 de Agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 168/2017

PORTARIA Nº. 168/2017.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MARCELO SALLES RODRIGUES, Vigia, Matrícula nº. 359/01, relativo ao período aquisitivo de Agosto de 2016 a Julho de 2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 14 de Agosto de 2017 a 12 de Setembro de 2017, retornando ao trabalho em 13 de Setembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE AGOSTO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de agosto de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 099/PMT/17 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 077/PMT/17

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 099/PMT/2017 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 077/PMT/2017

Objeto: Aquisição de Bandeiras para uso nas dependências públicas, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA - EPP, foi vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 no valor de R\$. 2.941,86 (Dois mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 2017

EXTRATO DE CONTRATO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2017

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas

CNPJ: 80.669.864/0001-30

Contratado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CNPJ: 34.028.316/0012-66

Objeto: A presente Licitação tem por objetivo a Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PRODUTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS.

Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10.520/02, Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.

Vigência: 02/05/2017 à 31/12/2017

Valor Global: R\$ 1.200,00

(um mil e duzentos reais)

Timbé do Sul

PREFEITURA

TERMO DE DISPENSA DA LICITAÇÃO 20/2017 FMS

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local, durante o exercício de 2017.

Do fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC com sede na Av. Sete de Setembro, 653 – Cidade Alta, no município de Aranguá/SC, inscrita no CNPJ sob nº 01.356.308/0001-37.

Do valor e do pagamento: O valor global estimado dos serviços importa em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que serão pagos mensalmente até o dia 15º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: Por o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Timbé do Sul/SC, 10 de agosto de 2017.

Fernando Favarin

Diretor de Compras e Licitações

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 23 2017 FCT - RESTAURANTE DE SERVIÇO 27ª FESTA DO IMIGRANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017 FCT

OBJETO: Contratação de empresa destinada ao fornecimento de alimentação (almoço e jantar), sem autonomia no espaço, para a equipe e pessoal que executará atividades junto a 27ª Festa do Imigrante disponibilizando toda estrutura necessária, mão de obra, balcão térmico ou richô para buffet, talheres (em inox), pratos (de porcelana), e limpeza do local, que acontecerá no período de 11 a 15 de outubro de 2017. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 24 de agosto de 2017. ABERTURA: dia 24 de agosto de 2017 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó, 10 de agosto de 2017

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

DECRETO NO 4542, DE 19 DE JULHO DE 2017

DECRETO No 4542, DE 19 DE JULHO DE 2017

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-460,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE – AMOR PERFEITO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil(R\$)
21040	Fogão industrial	649,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – NEI LAR DA CRIANÇA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil(R\$)
2201	Escrivaninha	30,00
2207	Estante de madeira	15,00
2209	Armário americano	15,00
2210	Pia com tampo	20,00
2211	Balcão de madeira	5,00
2222,2226,2233,2236,2239, 2240	Cadeira	1,00
2212, 2213 e 2215	Mesa	5,00
8280	Estante de madeira	50,00
11479	Multiprocessador	134,00
12084	Centrifuga	225,00
13314,13315	Banco para refeitório	71,83
13318	Mesa	89,73
13627	Refrigerador	650,00
19122	Cadeira	44,00
19747	Forno elétrico	275,00
11495 a 11498	Ventilador de parede	79,00
25488	Aparelho de som	398,00
25550	Cadeira para criança	37,90
25596	Mesa individual	58,50
25719,25722,25723	Colchonete	24,31

25720,25721	Colchonete	24,31
25744,25745	Mesa para criança	86,50
25762	Armários altos	449,50
25764	Roupeiro	445,00
25780,25785,25788	Berço	154,00
25798,25800,25802,25803	Cadeira de alimentação	125,00
26015,26017	Cadeira	104,90
26044	Quadro mural	62,00
26410,26411	Suporte de ferro	40,00
26467,26468,26469	Iluminação de emergência	32,00
26500,26503,26505,26506,26508	Iluminação de emergência	34,00
26523,26530	Placa de saída	59,00
24329 e 24330	Estante revisteira	380,00
25443 a 25445	Esterilizador para mamadeira	158,00
25798, 25800,25802,25803	Cadeira de alimentação	125,00
25814 e 25785	Berço	154,00
26015 e 26017	Cadeira para criança	104,90
26025 a 26029	Colchão de berço	37,00
28612 a 28615	Secador automático	750,00

FUNREBOM – POLICIA MILITAR

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (R\$)
19512	Monitor Samsung	590,00
19513	Monitor lg	590,00
20122	Teclado	17,00
19879	Teclado	40,00
17473	Estabilizador	130,00
12429	Cpu	1.732,00
17898	Impressora hp	390,00
23438	Notebook	4.540,00
27369	Notebook	4.540,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – E.M.MAURICIO GERMER

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (R\$)
459	Condicionador de ar	500,00
4077	Cadeira	8,00
4081	Cadeira	8,00
4379	Estante	60,00
4446	Cadeira	8,00
4471	Cadeira	8,00
4472	Cadeira	8,00
4611	Cadeira	8,00
4698	Cadeira	8,00
4743	Cadeira	8,00
5089	Carteira	8,00
6458	Cadeira	8,00
6509	Cadeira	8,00
15280	Cadeira	8,00
15281	Cadeira	36,00
15289	Cadeira	36,00
15292	Cadeira	36,00
15196	Mesa redonda	86,20
15297	Cadeira estofada	36,00
16900	Carteira	38,63
17565	Teclado	30,00
23759	Carteira	181,00
4835	Carteira	8,00
15284	Cadeira	36,00
15274	Cadeira	36,00

SECRETARIA DE SAÚDE - POLICLINICA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (R\$)
25291	Telefone	33,00

SECRETARIA DE SAÚDE

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (R\$)
1124	Estante de melanina	60,00
1223	Arquivo de aço	80,00
1384	Arquivo de aço	80,00
5272	Compressor	300,00
12697	Arquivo de aço	480,00
12968	Armário kolcava	380,00
14222	Armário 6 divisória	163,33
14463	Bebedouro	252,70
14817	Tampo para balcão	110,00
14821	Armário	280,00
14950	Armário	270,00
15889	Fax	520,00
16122	Pia inox	249,00
16325	Cadeira tipo caixa	230,00
16355	Telefone	36,00
16389	Cadeira longarina	324,00
16391	Balcão	295,00
16393	Mesa para computador	142,00
16395,16398,16399	Mesa 1,20	175,00
16400	Mesa 1m	170,00
16677	Armário duas portas	231,90
17267	Televisor	342,00
17270,17271	Conjunto	342,00
17275	Mesa pequena	150,00
17311	No break	390,00
17569	Impressora	324,00
17701	Arquivo de aço	488,32
17822	Bebedouro	290,00
17888	Aparelho de fax	704,16
17889	Micro system	241,00
17891	Televisor	347,76
17960	Livro cid 10	82,00
17961	Livro dsm iv	175,00
18445	Manual de infecção hospital	205,00
19473	Pia com balcão	325,00
19549	Triplo 3 faces	188,00
20524	Esfigmomanometro	291,50
21876	Arquivo de aço	351,00
21899	Cadeira fixa	65,00
23410	Estante	223,00
24261	Hoby	49,00
24430	Andador articulado	172,04
24708	Suporte para soro	200,00
25231	Ar condicionado	1.030,00
25246	Ar condicionado	1.030,00
25247	Ar condicionado	990,00
25918	Hub 8 portas	38,90
26745	Mesa Redonda	162,50
27339	Telefone	142,70
27861	Roteador	125,00
27911 e 27913	Ezafone	215,00
27996	Telefone	84,60
14078 e 14079	Armário	270,00
14769 e 14770	Arquivo de aço	231,00
14987 a 14989	Cadeira giratória	108,00
16486 a 16488	Longarina	243,00
18313 a 18315	Longarina	270,00
19754 E 19755	Celular gsm	665,00
20179 a 20185	Arquivo de aço	859,00
20547 a 20551	Contra angulo	439,00
20773 a 20775	Otoscópio	340,00

23084, 23086	Monitor	288,00
24434 a 24436	Avental	202,15
24645 e 24649	Lixeira de aço	200,00
27215 e 27219	Cadeira fixa	136,00
23406 a 23409 e 23411	Estante de aço	223,00
27932,27935	Monitor	314,00
28013,28015,28020,28021	Monitor	349,99
28113	Câmera infravermelha	360,00
28218	Hd externo	405,00
28363,28364,28372	Cadeira fixa	334,48
28386	Longarina	304,58
25421	Cadeira de rodas	238,00
25920	Monitor	380,00
25928 a 25935	Monitor	315,00
26819,26820,26823,26826	Monitor	330,00
27341	Peça reta de baixa rotação	292,90
27342	Contra angulo	346,55
27435	No break	404,40
27437	Dispensador de senha	339,00
27479	Estabilizador	135,00
27563 e 27564	Alta rotação	431,20

PREFEITURA – CASA DA CIDADANIA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (R\$)
1097	Condicionador de ar marca Consul air master 7.500	400,00
536	Condicionador de ar marca Consul air master 10.000	300,00
9516	Cadeira para escritório estofada em curvin preto	27,00
9556	Cadeira estofada preta	27,00
12895	Impressora hp deskjet 3820	480,00
19582	Com braço, injetada.	160,00
19583	Com braço, injetada.	160,00
12890	Micro computador athlon xp 1.8ghz amd 256 mb ram d	2.346,00
13311	Impressora hp deskjet 5550	430,00
23198	Luminária de emergência	45,00
23199	Luminária de emergência	45,00
9534	Escrivaninha de madeira	80,00
9535	Banco estofado	56,00
9538	Cadeira giratória estofada	79,00
9539	Cadeira giratória estofada	79,00
9542	Ar condicionado marca Consul 7.500 btus frio	500,00
9546	Mesa	30,00
9807	Baú	15,00
9808	Estante	37,00
10674	Estofado korino	357,00
10675	Mesa centro	61,00
10676	Tapete	97,00
10717	Aspirador de pó 12 l marca Arno	178,00
11110	"Monitor 15" svga lg	380,00
11112	Teclado for Windows	20,00
11114	Impressora hp 930c	380,00
15900	Aparelho de som	404,00
16128	"Monitor 15".	400,00
16132	No break	399,00
16271	Teclado	46,00
16714	Mesa para micro	82,00
16715	Mesa para micro	82,00
16716	Mesa para micro	82,00
16717	Mesa para micro	82,00
16718	Mesa para micro	82,00
16723	Cadeira fixa	85,00
17396	Poltrona 1 lugar	177,30
17783	Microfone	390,00
17784	Microfone	390,00
18332	Modem adsl	150,00

18924	Moveis sob medida	500,00
25227	Aparelho telefone	34,40
BENS TRANSITÓRIOS - PREFEITURA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil (R\$)
16135	Micro computador	3.110,00
17073	Estação de trabalho	397,00
17199	Estante dupla face	449,90
17690	Câmera fotográfica	2.490,00
18018	Cadeira	319,00
19094, 19095,19097	Armário com tranca de madeira	430,00
19194 e 19195	Computador com processador Pentium	1.190,00
25931	Televisor	1.290,00
24271	Computador	869,00
26296 a 26299	Computador	1.048,00
27849	Celular	499,00
28876	Máquina de café expresso	545,00
28871	Ar condicionado	1.906,97
27169	Geladeira	1.840,00
28600 a 28602	Condicionador de ar	1.291,00
26178	Processador Intel	2.279,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4545, DE 31 DE JULHO DE 2017

DECRETO Nº 4545, DE 31 DE JULHO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.300000	LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ

Criado pela Lei Municipal Nº 1.713/94

Avenida Sete de setembro, 595 – Centro – CEP 89120 - 000

Timbó - Santa Catarina

EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 1.713 de 19 de dezembro de 1994 (Dispõe sobre a Organização e a Política Municipal de Assistência Social, e da outras providências), torna público às entidades não governamentais que integram a presente Lei (conforme inciso I do artigo 10º do referido dispositivo legal, abaixo transcrito), acerca da necessidade de promoverem a indicação de seus representantes para integrarem o Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Timbó/SC, através de Conselheiros Titulares e seus respectivos suplentes. Estão abertas as inscrições para o credenciamento das entidades não governamentais interessadas a participar do processo eleitoral de escolha dos membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Timbó.

“Art. 10 - O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por 12 (doze) membros, sendo:

I - 6 (seis) representantes titulares e respectivos suplentes da Entidade Governamental e 6 (seis) titulares respectivos suplentes da Entidade Não Governamentais.”

1. As entidades não governamentais que pretendam participar da eleição para composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Timbó, sejam na qualidade de candidatos ou de eleitores, deverão apresentar-se nas datas estabelecidas no cronograma abaixo (item 6), obrigatoriamente junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Av. 7 de setembro, 595 , Centro, Timbó/SC no horário compreendido entre 8h00m às 12h00m com Adriana) para promoverem seu regular credenciamento, apresentando, na ocasião, os seguintes documentos:

- cópia do estatuto da entidade;
- cópia da ata da assembléia que elegeu sua atual diretoria;
- Requerimento do pedido de inscrições e do credenciamento devidamente assinado pelo presidente da entidade, estes dirigidos ao Conselho Municipal de Assistência Social, na pessoa de seu presidente.

1.1. A entidade para ser credenciada deverá provar, indispensavelmente, que não possui fins lucrativos (deve constar em seu Estatuto), sob pena de ser excluída, perdendo assim imediatamente o direito de eleger e de votar.

1.2. A Entidade apenas poderá votar munida da credencial fornecida pela comissão/ mesa nomeada para conduzir os atos relacionados a presente eleição.

1.3. Poderá composta comissão/ mesa eleitoral através de ato exarado pelo chefe do poder executivo municipal para conduzir os trabalhos relacionados a presente eleição.

2. A entidade deverá, no momento de seu credenciamento, apresentar representante/delegado, podendo também apresentar 01 (um) candidato, os quais deverão fazer parte da entidade não governamental. A entidade, além dos documentos descritos no item 1, deverá entregar cópia dos documentos de identidade, CPF e comprovante de endereço do representante/delegado e do candidato.

2.1. Terá direito a voto apenas o representante/delegado da entidade.

2.2. Os candidatos indicados pelas entidades serão incluídos na cédula de votação.

2.3. Os representantes das entidades (representante/delegado ou candidatos), indicados pelas respectivas entidades, deverão ter idade mínima de 21 anos e não poderão ter parentesco até o 3º grau com quaisquer dos candidatos inscritos, ficando, por tal motivo, sujeitos a imediata desclassificação.

2.4. No caso de indicação de candidato, deverá ser apresentada cópia do CPF, RG e comprovante de residência do mesmo.

3. Esta eleição visa escolher os conselheiros titulares e respectivos suplentes não governamentais para composição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Timbó.

3.1. A eleição ocorre bianualmente através de Fórum próprio convocado pelo Prefeito, obedecidos aos princípios gerais de credenciamento das entidades bem como a formação da comissão de eleição por voto secreto.

3.2. As entidades credenciadas na forma deste Edital deverão comparecer para a eleição, munidos da célula de identidade e do credenciamento, no dia 18/09/2017, no horário das 08:30 horas às 12:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (Av. 7 de setembro n.º 595, Centro, cidade de Timbó/SC), observadas as demais condições estabelecidas neste Edital e na legislação aplicável à espécie.

3.3. Cada entidade (na pessoa do seu representante/delegado), para fins de votação, receberá cédula expedida pelo CMAS, momento em que poderá escolher até 05 (cinco) dos candidatos ali incluídos.

4. Consideram-se eleitos os 10 (dez) nomes mais votados, sendo os 05 (cinco) primeiros tidos como titulares e os outros 05 (cinco) como suplentes, que serão regularmente nomeados através de ato exarado pelo chefe do Poder Executivo.

5. Todo e qualquer pedido e demais solicitações relacionadas à referida eleição, deverão ser efetuadas junto a Secretaria Municipal de Assistência Social Av. 7 de setembro nº 595, Timbó/SC o cronograma constante do item 6.

6. As eleições para escolha dos membros titulares e respectivos suplentes não governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Timbó observará e seguirá obrigatoriamente o seguinte cronograma:

- Inscrições de 14/08/17 à 04/09/17;
- Análises das inscrições 05/09/17;
- Divulgação dos resultados das inscrições 06/09/17;
- Prazo para recurso sobre o indeferimento das inscrições das 8:00hs às 12:00hs do dia 11/09/17;
- Resultado final das inscrições 13/09/17
- Eleição do novo CMAS 18/09/17;
- Divulgação do resultado da eleição do CMAS 25/09/17;
- Prazo para recurso sobre a divulgação do resultado das 8:00hs até as 12:00hs do dia 26/09/17;
- Publicação do resultado da eleição 29/09/17;
- Posse do novo CMAS 02/10/17;

Timbó, 02 de agosto de 2017.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó

EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI

EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 2.200 de 17 de outubro de 2003 (Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, e da outras providências), alterada pela Lei n.º 2452, de 18 de março de 2010, torna público às entidades não governamentais que integram a presente Lei (conforme inciso II do artigo 5º do referido dispositivo legal, abaixo transcrito), acerca da necessidade de promoverem a indicação de seus representantes para integrarem o Conselho Municipal do Idoso do Município de Timbó/SC, através de Conselheiros Titulares e seus respectivos suplentes. Estão abertas as inscrições para o credenciamento das entidades não governamentais interessadas a participar do processo eleitoral de escolha dos membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal Idoso – CMI de Timbó.

“Art. 5º O Conselho Municipal do Idoso – CMI é composto de 16 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

I – ...

II – oito conselheiros titulares com os respectivos suplentes, indicados por Entidades não governamentais e nomeados pelo poder executivo, dos seguintes seguimentos representativos:

- a) Dois representantes indicados dentre os grupos de idosos;
- b) Um representante da Associação de Amparo a Terceira Idade “Elze Benz”;
- c) Um representante dos trabalhadores da Assistência Social;
- d) Dois representantes indicados dentre as entidades religiosas do Município;
- e) Um representante indicado dentre os Clubes de Serviço do Município;
- f) Um representante da OAB – Subseção de Timbó.”

1. As entidades não governamentais que pretendam participar da eleição para composição do Conselho Municipal do Idoso – CMI de Timbó, sejam na qualidade de candidatos ou de eleitores, deverão apresentar-se nas datas estabelecidas no cronograma abaixo (item 6), obrigatoriamente junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Av. 7 de setembro, 595 , Centro, Timbó/SC no horário compreendido entre 8h00m às 12h00m com Adriana) para promoverem seu regular credenciamento, apresentando, na ocasião, os seguintes documentos:

- cópia do estatuto da entidade;
- cópia da ata da assembléia que elegeu sua atual diretoria;
- Requerimento do pedido de inscrições e do credenciamento devidamente assinado pelo presidente da entidade, estes dirigidos ao Conselho Idoso, na pessoa de seu presidente.

1.1. A entidade para ser credenciada deverá provar, indispensavelmente, que não possui fins lucrativos (deve constar em seu Estatuto), sob pena de ser excluída, perdendo assim imediatamente o direito de eleger e de votar.

1.2. A Entidade apenas poderá votar munida da credencial fornecida pela comissão/mesa nomeada para conduzir os atos relacionados a presente eleição.

1.3. Poderá composta comissão/mesa eleitoral através de ato exarado pelo chefe do poder executivo municipal para conduzir os trabalhos relacionados a presente eleição.

2. A entidade deverá, no momento de seu credenciamento, apresentar representante/delegado, podendo também apresentar 01 (um) candidato, os quais deverão fazer parte da entidade não governamental. A entidade, além dos documentos descritos no item 1, deverá entregar cópia dos documentos de identidade, CPF e comprovante de endereço do representante/delegado e do candidato.

2.1. Terá direito a voto apenas o representante/delegado da entidade.

2.2. Os candidatos indicados pelas entidades serão incluídos na cédula de votação.

2.3. Os representantes das entidades (representante/delegado ou candidatos), indicados pelas respectivas entidades, deverão ter idade mínima de 21 anos e não poderão ter parentesco até o 3º grau com quaisquer dos candidatos inscritos, ficando, por tal motivo, sujeitos a imediata desclassificação.

2.4. No caso de indicação de candidato, deverá ser apresentada cópia do CPF, RG e comprovante de residência do mesmo.

3. Esta eleição visa escolher os conselheiros titulares e respectivos suplentes não governamentais para composição do Conselho Municipal do Idoso - CMI de Timbó.

3.1. A eleição ocorre bienalmente através de Fórum próprio convocado pelo Prefeito, obedecidos aos princípios gerais de credenciamento das entidades bem como a formação da comissão de eleição por voto secreto.

3.2. As entidades credenciadas na forma deste Edital deverão comparecer para a eleição, munidos da cédula de identidade e do credenciamento, no dia 19/09/2017, no horário das 08:30 horas às 12:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (Av. 7 de setembro nº 595, Centro, cidade de Timbó/SC), observadas as demais condições estabelecidas neste Edital e na legislação aplicável à espécie.

3.3. Cada entidade (na pessoa do seu representante/delegado), para fins de votação, receberá cédula expedida pelo CMI, momento em que poderá escolher até 05 (cinco) dos candidatos ali incluídos.

4. Consideram-se eleitos os 10 (dez) nomes mais votados, sendo os 05 (cinco) primeiros tidos como titulares e os outros 05 (cinco) como suplentes, que serão regularmente nomeados através de ato exarado pelo chefe do Poder Executivo.

5. Todo e qualquer pedido e demais solicitações relacionadas à referida eleição, deverão ser efetuadas junto a Secretaria Municipal de Assistência Social Av. 7 de setembro nº 595, timbó/SC o cronograma constante do item 6.

6. As eleições para escolha dos membros titulares e respectivos suplentes não governamentais do Conselho Municipal do Idoso – CMI de Timbó observará e seguirá obrigatoriamente o seguinte cronograma:

- Inscrições de 14/08/17 à 04/09/17;
- Análises das inscrições 05/09/17;
- Divulgação dos resultados das inscrições 06/09/17;
- Prazo para recurso sobre o indeferimento das inscrições das 8:00hs às 12:00hs do dia 11/09/17;
- Resultado final das inscrições 13/09/17
- Eleição do novo CMI 19/09/17;
- Divulgação do resultado da eleição do CMI 25/09/17;
- Prazo para recurso sobre a divulgação do resultado das 8:00hs até as 12:00hs do dia 26/09/17;
- Publicação do resultado da eleição 29/09/17;
- Posse do novo CMI 03/10/17;

Timbó, 02 de agosto de 2017.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó

EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.375/92, torna público que estão abertas as inscrições para o credenciamento das entidades não governamentais interessadas a participar do processo eleitoral de escolha dos membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Timbó.

1. As entidades não governamentais que pretendam participar da eleição para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Timbó, sejam na qualidade de candidatos ou de eleitores, deverão apresentar-se nas datas estabelecidas no cronograma abaixo (item 6), obrigatoriamente junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Av. 7 de setembro, 595 , Centro, Timbó/SC no horário compreendido entre 8h00m às 12h00m com Adriana) para promoverem seu regular credenciamento, apresentando, na ocasião, os seguintes documentos:

- cópia do estatuto da entidade;
- cópia da ata da assembléia que elegeu sua atual diretoria;
- Requerimento do pedido de inscrições e do credenciamento devidamente assinado pelo presidente da entidade, estes dirigidos ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, na pessoa de seu presidente.

1.1. A entidade para ser credenciada deverá provar, indispensavelmente, que não possui fins lucrativos (deve constar em seu Estatuto), sob pena de ser excluída, perdendo assim imediatamente o direito de eleger e de votar.

1.2. A Entidade apenas poderá votar munida da credencial fornecida pela comissão/mesa nomeada para conduzir os atos relacionados a presente eleição.

1.3. Poderá composta comissão/mesa eleitoral através de ato exarado pelo chefe do poder executivo municipal para conduzir os trabalhos relacionados a presente eleição.

2. A entidade deverá, no momento de seu credenciamento, apresentar representante/delegado, podendo também apresentar 01 (um) candidato, os quais deverão fazer parte da entidade não governamental. A entidade, além dos documentos descritos no item 1, deverá entregar cópia dos documentos de identidade, CPF e comprovante de endereço do representante/delegado e do candidato.

2.1. Terá direito a voto apenas o representante/delegado da entidade.

2.2. Os candidatos indicados pelas entidades serão incluídos na cédula de votação.

2.3. Os representantes das entidades (representante/delegado ou candidatos), indicados pelas respectivas entidades, deverão ter idade mínima de 21 anos e não poderão ter parentesco até o 3º grau com quaisquer dos candidatos inscritos, ficando, por tal motivo, sujeitos a imediata desclassificação.

2.4. No caso de indicação de candidato, deverá ser apresentada cópia do CPF, RG e comprovante de residência do mesmo.

3. Esta eleição visa escolher os conselheiros titulares e respectivos suplentes não governamentais para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Timbó.

3.1. A eleição ocorre bianualmente através de Fórum próprio convocado pelo Prefeito, obedecidos aos princípios gerais de credenciamento das entidades bem como a formação da comissão de eleição por voto secreto.

3.2. As entidades credenciadas na forma deste Edital deverão comparecer para a eleição, munidos da célula de identidade e do credenciamento, no dia 20/09/2017, no horário das 08:30 horas às 12:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (Av. 7 de setembro n° 595, Centro, cidade de Timbó/SC), observadas as demais condições estabelecidas neste Edital e na legislação aplicável à espécie.

3.3. Cada entidade (na pessoa do seu representante/delegado), para fins de votação, receberá cédula expedida pelo CMDCA, momento em que poderá escolher até 05 (cinco) dos candidatos ali incluídos.

4. Consideram-se eleitos os 10 (dez) nomes mais votados, sendo os 05 (cinco) primeiros tidos como titulares e os outros 05 (cinco) como suplentes, que serão regularmente nomeados através de ato exarado pelo chefe do Poder Executivo.

5. Todo e qualquer pedido e demais solicitações relacionadas à referida eleição, deverão ser efetuadas junto a Secretaria Municipal de Assistência Social Av. 7 de setembro n° 595, timbó/SC o cronograma constante do item 6.

6. As eleições para escolha dos membros titulares e respectivos suplentes não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Timbó observará e seguirá obrigatoriamente o seguinte cronograma:

- Inscrições de 14/08/17 à 04/09/17;
- Análises das inscrições 05/09/17;
- Divulgação dos resultados das inscrições 06/09/17;
- Prazo para recurso sobre o indeferimento das inscrições das 8:00hs às 12:00hs do dia 11/09/17;
- Resultado final das inscrições 13/09/17
- Eleição do novo CMDCA 20/09/17;
- Divulgação do resultado da eleição do CMDCA 25/09/17;
- Prazo para recurso sobre a divulgação do resultado das 8:00hs até as 12:00hs do dia 26/09/17;
- Publicação do resultado da eleição 29/09/17;
- Posse do novo CMDCA 04/10/17;

Timbó, 02 de agosto de 2017.
JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 11 2017 SAMAE - SOFTWARE DE TELEMETRIA

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

CONTRATADO: Elipse Software Ltda.

OBJETO: Aquisição de software para telemetria do sistema de abastecimento de água.

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 20.646,04 (vinte mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quatro centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, iniciando da data da homologação, podendo ser prorrogado por iguais ou sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses.

Timbó, 10 de agosto de 2017

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA NO 354, DE 03 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No 354, DE 03 DE JULHO DE 2017

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Assistência Social)			
NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Luciane Giovannella Gutz	Auxiliar Operacional I	1159, de 30/06/2014	03/07/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA			
NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Elison de Souza Monteiro	Auxiliar Operacional I	215, de 10/04/2017	03/07/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 355, DE 03 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No 355, DE 03 DE JULHO DE 2017

Designa Servidora Pública Municipal para exercício de Função Gratificada na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, a servidora abaixo relacionada, lotada na Administração Direta:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	A CONTAR DE
Carla Inês Fachini	FG-4	20	Coordenação das atividades relacionadas ao gerenciamento de Contratos Administrativos e de Processos Licitatórios	01/07/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó / SC

PORTARIA NO 366, DE 06 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No 366, DE 06 DE JULHO DE 2017

Designa servidora para exercer Função Gratificada na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto nos artigos 11, "caput" e § único, e 13 da Lei Complementar nº 138, de 02/07/98, alterada pela Lei Complementar nº 199, de 10/05/01, a servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGA HORÁRIA SEMANAL DE INCIDÊNCIA DA FG	A CONTAR DE
Edgna Humbelino	FG-4	20	Coordenação Pedagógica-Escola Municipal São Roque	20h/s	10/07/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 367, DE 10 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No 367, DE 10 DE JULHO DE 2017

Autoriza Servidores Públicos Municipais, lotados na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam os Servidores Públicos Municipais abaixo identificados, autorizados a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA

NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Joel Sartori	Assessor de Serviços	03125822317 / AB
Roberto Carlos Tilch	Assessor da Divisão de Obras	02582905120 / AB

Art. 2º Ficam os servidores desde já cientificados que durante o período em que estiverem de posse do veículo, são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 380, DE 24 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No 380, DE 24 DE JULHO DE 2017

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Carla Cristina Durksen Souza Ohf	Psicóloga	04387344362 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 381, DE 24 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No 381, DE 24 DE JULHO DE 2017

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Andreia Cristiane Hilchechen	Técnica em Enfermagem	04410071781 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 383, DE 27 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No 383, DE 27 DE JULHO DE 2017

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Fundação Municipal de Esportes, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, autorizado a conduzir veículo oficial deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Márcio Elisio	Diretor Presidente	02324506570 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 384, DE 27 DE JULHO DE 2017

PORTARIA No 384, DE 27 DE JULHO DE 2017

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Janir Stringari	Pedreiro	02727694288 / AE

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 382, DE 27 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº 382, DE 27 DE JULHO DE 2017

Designa o Servidor Público Municipal Diego Zатели para ocupar cumulativamente em substituição, a Servidora Carla Tatiana Raduenz Geisler, no cargo em comissão de Diretora de Departamento-Administrativo/Financeiro do SAMAE no período de 20/07/2017 a 03/08/2017.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei

Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor DIEGO ZATELLI, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Departamento/Manutenção e Expansão, Símbolo CC-2 para ocupar cumulativamente em substituição à CARLA TATIANA RADUENZ GEISLER, o cargo em comissão de Diretora de Departamento Administrativo/Financeiro, Símbolo CC-2, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, no período de 20/07/2017 a 03/08/2017, em razão de Atestado Médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 353, DE 03 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº 353, DE 03 DE JULHO DE 2017

Remove de Ofício a Servidora Pública Municipal lotada na Administração Direta, a contar de 17 de julho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art.1º REMOVER DE OFÍCIO a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, a contar de 17 de julho do corrente:

NOME	DE	PARA
Iris Lucia Belarmino de Borba	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 371, DE 14 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº 371, DE 14 DE JULHO DE 2017

Nomeia Servidores Públicos Municipais para o exercício de cargo efetivo na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a",

da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98 e alterações, os servidores abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2016:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil Ref.Salarial: SG-16 Jornada Semanal: 40h	
NOME	CPF
Erica Patricia Gomes Barbosa	160.938.538-10
Suzenei Cristina Negherbon	041.301.729-05
Andrea Regina Campregheer Allein	051.205.239-51
Mayara Cristine de Borba	059.920.509-14
Rosinei Cayton Lenz	771.106.252-49
Odaisa Teske Miranda	066.329.139-97
Luana Jaine Cechlar Bitencourt	105.321.269-04
Margarete Rosana Fritzke Sandri	548.987.069-91
Anna Paula Tamanini Schwanz	051.748.039-52
Mariel Luana Nones	075.767.299-02
Victoria Mira Renner	072.349.899-78
Eliane Rodrigues da Costa Fonseca	003.586.859-74
Vanessa Martoffel	829.454.620-87
Kelly Vanessa Silva dos Campos	020.856.461-66
Aline Andreazza	084.670.119-71
Franciele dos Santos Guedes	071.513.929-07
Gabriele Caroline Kruger Toneti	060.542.519-10
Karina Marisa Krambeck	102.395.209-20
Sabrina Fernanda Wetzel	105.094.849-13
Janaina de Souza	098.436.089-17
Silvania Russini Gavron	947.705.579-49
Cargo: Educador Infantil Ref.Salarial: B-18 Jornada Semanal: 30h	
NOME	CPF
Pérola da Silva Barbosa Ferreira	109.429.597-36
Laiz Leal Lira	057.328.699-05
Daiane Jaeger	088.601.649-58
Isabel Maria Beber	765.046.469-53
Josiane Schmitz Orsi	939.628.199-91
Jandira Pitan Pasquali	022.115.029-38
Janaina Vanessa Klug Stolfi	004.448.689-84
Rosane Bündchen Lazarini	004.961.099-60
Bianca Matos Costa	000.382.192-71
Denise Fátima Costa Peroza	072.686.209-69
Jamaica Suellen Bell Saraiva	052.657.449-67
Vanessa Kühl Garcia	938.383.396-30
Maristela Weiss	576.239.299-68
Isolane Petersen Valcanaia	032.445.539-90
Simone Kuester Neves	067.891.039-10
Aline Brancher	088.574.659-77
Ana Cláudia Koglin Strobel	595.704.669-87
Lucia Helena Lenzi	036.465.089-30
Betânia Cristina Janke Schramm	037.525.519-25
Kathleen Oliveira Krankel Pasquali	052.455.309-29

Patricia Regina Felippi

083.765.619-28

Art. 2º CONVOCAR os Servidores nomeados para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2016, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeado.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 379, DE 24 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº 379, DE 24 DE JULHO DE 2017

Designa em substituição a Servidora Pública Municipal Débora Barth, para exercer a função de membro da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, na data de 24/07/2017.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em conformidade com o Decreto nº 445, de 16 de março de 2006,

RESOLVE:

Art.1º Designar para a data de 24/07/2017, a Servidora Pública Municipal DÉBORA BARTH, matrícula nº 3989798, a função de membro da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, em substituição a Servidora Elenise Pissetta, conforme Portaria nº 19, de 02/01/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04 2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para serviço móvel de transporte terrestre, apto a realizar remoções de pacientes de média, baixa, e alta complexidade, de todas as idades, por meio de ambulâncias, pelo período de 12 (doze) meses.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Anjos da Vida Saúde - Serviços

Moveis de Atendimentos a Urgências Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 191.405,00 (cento e noventa e um mil e quatrocentos e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/05/2018

Timbó, 10/05/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 81 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente destinados a atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Celia Regina W. Sani Me; Blu Distribuidora de Papelaria Eireli Me; N.T.Luize - Epp; JLM Distribuidora BR Ltda - Me; Bozzano e Bozzano Ltda; M Mobile Eireli Me; Elmo Papelaria Ltda Me; Império do Papel Comércio de Papéis Ltda Me; Sione Maria Geremias Schaefer – Me e Ricarl Distribuidora Eireli Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 137.444,59 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/11/2017

Timbó, 10/11/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 79/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 79/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de equipamento para implementação de academia ao ar livre, junto as dependências do ginásio Gabriel Hausberger no Município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 24/08/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2017

EXTRATO DE CONTRATO 69/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de consultoria técnica para realizar análise atuarial, financeira e de mercado para adequação dos serviços de assistência à saúde dos servidores de Treze Tílias

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2017: 02.02.2020.33.90.00.00.00.00.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 7 800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 06 meses.

DATA ASSINATURA: 10/08/2017

TREZE TÍLIAS, 10/08/2017

Trombudo Central

PREFEITURA

AVISO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA PREGÃO PRESENCIAL 50/2017 PMTC

AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE
LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

O Município de Trombudo Central – SC, através do pregoeiro, torna público aos interessados a SUSPENSÃO TEMPORÁRIA da Licitação Pregão Presencial nº 50/2017, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE OFICINA ELÉTRICA, OFICINA MECÂNICA BÁSICA E INJEÇÃO ELETRÔNICA, TORNO, SOLDA E MANUTENÇÃO DIVERSAS DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO OS BOMBEIROS, de acordo com as especificações constantes no anexo I, que faz parte integrante deste edital. Portanto, fica revogado o aviso de licitação publicado no DOM em 03/08/2017, e no site da PMTC, na seção Licitações no dia 02/08/2017, cancelando-se a sessão presencial marcada para o dia 15 de agosto de 2017, em razão de interesse público e alterações no edital. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, situada na Praça Arthur Siewedt, 01, Centro - Trombudo Central – SC, através do telefone: (47) 3544 0271, ou pelo e-mail: licita03@trombudocentral.sc.gov.br.
Trombudo Central - SC, 11 de agosto de 2017.

Zulnei Luchtemberg

Pregoeiro

REPUBLICAÇÃO E REMARCAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 48.2017 PMTC

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 84/2017

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 48/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que o Pregão Presencial PMTC Nº 48/2017 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA RECARGA DE GÁS DE COZINHA (GLP) P13 E P45 PARA TODAS AS SECRETARIAS, INCLUINDO OS BOMBEIROS, teve republicado e remarcado seu instrumento convocatório, em vista da impugnação interposta pela Companhia Ultragaz S.A destacando a inclusão como, documentos de habilitação, documentos técnicos os quais seriam obrigatórios para atividade e comercialização de gás liquefeito e não haviam sido exigidos. Entende - se pelo acolhimento da impugnação. A reabertura da licitação ocorrerá no dia 24/08/2017; documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra devidamente retificada do edital deverá ser retirado no site do município www.trombudocentral.sc.gov.br ou na sede do município, no endereço mencionado acima, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Maiores informações e esclarecimentos pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita03@trombudocentral.sc.gov.br

Trombudo Central, 10 de agosto de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 31/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA FLACH E VOGT LTDA – ME.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 31/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA FLACH E VOGT LTDA – ME.

Pelo presente Termo Aditivo, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa FLACH E VOGT LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.920.043/0001-83, estabelecida na Linha Pitangueira, interior do Município de Tunápolis/SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. Dállys Rangel Flach, inscrito no CPF sob o nº 094.160.269-99 e doravante denominado CONTRATADO resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prestação de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e o contrato administrativo nº 31/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

REAJUSTE NO VALOR DO KM:

O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o acréscimo de valor, de acordo com o índice de 6,84%(seis reais e oitenta e quatro centavos) no Km rodado, conforme previsto na cláusula quinta do contrato nº 31/2017 “O valor do preço unitário do quilômetro rodado, do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelos índices aplicados pelo DETER II”.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PREVISÃO DE CUSTOS	
			Valor Unitário atual R\$	Valor Unitário reajustado R\$
2	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Saindo da escola de pitangueira passando pela estrada geral passando pela propriedade de Ivo Spies. Indo até a casa de Marli Sehn, Cecília Schaefer na Linha, Pauli e Deters Retornando até a escola. Saindo da escola passando pela volta Corinthias, Schorr volta de São Sebastião até a escola. Perfazendo aproximadamente um total de 105 Km diários	KM	3,29	3,51
4	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 14 lugares. Saindo da escola de Pitangueira passando por volta de Bonita, Água Fria e Sebastião Groth centro de Bonita, Sergio Friedrich até a escola. Passando pela Linha Frey, divisa de Itapiranga Linha Peperi até Roberto Speht retornando até a escola. Perfazendo aproximadamente um total de 105, Km diários.	KM	3,29	3,51
6	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 14 lugares. Saindo da unidade escolar do Padre. Balduino Rambo via Pitangueira, Bonita e São Sebastião medindo aproximadamente um total de 27,5 km diários com previsão anual de Transporte feito a noite	KM	3,39	3,62

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de julho de 2017.

Renato Paulata FLACH E VOGT LTDA – ME
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO.

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 34/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES E SERVIÇOS RURAIS STAUB LTDA.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 34/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES E SERVIÇOS RURAIS STAUB LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, empresa TRANSPORTES E SERVIÇOS RURAIS STAUB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.490.574/0001-01, estabelecida na Est. Linha Cantina-Interior do Município de Santa Helena, doravante denominado CONTRATADO resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prestação de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTES MUNICÍPIO, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e o contrato administrativo nº 34/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

REAJUSTE NO VALOR DO KM:

O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o acréscimo de valor, de acordo com o índice de 6,84%(seis reais e oitenta e quatro centavos) no Km rodado, conforme previsto na cláusula quinta do contrato nº 34/2017 “O valor do preço unitário do

quilômetro rodado, do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelos índices aplicados pelo DETER II”.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PREVISÃO DE CUSTOS	
			Valor atual Unitário R\$	Valor Unitário reajustado R\$
7	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 14 lugares. Saindo da unidade escolar do Padre Balduino Rambo via estrada geral de São Pedro, São José, São Jorge, Linha Canaleta via mecânica agrícola Baumgratz, asfalto até o ponto de saída medindo aproximadamente 48 Km diários. Trajetos à noite	KM	2,90	3,09

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de julho de 2017.

Renato Paulata Transp. E Ser.Rurais Staub Ltda
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO.

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 32/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TUNÁPOLIS TUR LTDA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 32/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TUNÁPOLIS TUR LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TUNAPOLIS TUR LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Linha Real,s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.303.910/0001-67, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Danilo Kessler, inscrito no CPF sob o nº 760.386.379-15, considerado simplesmente doravante CONTRATADO resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste Município, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e o contrato administrativo nº 32/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO REAJUSTE NO VALOR DO KM:

O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o acréscimo de valor, de acordo com o índice de 6,84%(seis reais e oitenta e quatro centavos) no Km rodado, conforme previsto na cláusula quinta do contrato nº 32/2017 "O valor do preço unitário do quilômetro rodado, do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelos índices aplicados pelo DETER II".

TEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PREVISÃO DE CUSTOS	
			Valor Unitário atual R\$	Valor Unitário reajustado R\$
5	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 40 lugares. Saída em Tunápolis passando por Linha Canaleta, São Jorge, Fátima via Ponte Alta subindo pela laticínios Coomilp, descendo pelo asfalto a Tunápolis. Percurso total ida e volta nos três períodos aproximado do Trajeto: 77 Km	KM	4,81	5,13

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de julho de 2017.

Renato Paulata
PREFEITO MUNICIPAL

TUNÁPOLIS TUR LTDA
CONTRATADO.

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2017

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467,

no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, resolvem entre si e na melhor forma de direito, alterar o valor do contrato de nº 03/2017.

Considerando o contrato administrativo nº 03/2017-MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, celebrado em 02 de janeiro 2017, proveniente do processo licitatório nº 154/2016, e pregão presencial nº 121/2016 em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2017.

Cláusula Primeira- ACRÉSCIMO DE VALOR

Ao presente contrato nº 03/2017 fica acrescido o valor de R\$ 0,23 (vinte três centavos) no óleo diesel comum conforme previsto no contrato na cláusula segunda, item 2.3 "O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato" Considerando que o fornecedor comprovou e anexou documentos fiscais, passando o valor a ser praticado conforme tabela abaixo:

Descrição valor R\$
Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor a ser praticado R\$
óleo diesel comum	2,77	3,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 27 de julho de 2017.

Renato Paulata Auto Posto Canarinho Ltda
Prefeito Municipal Contratada

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2017

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, resolvem entre si e na melhor forma de direito, alterar o valor do contrato de nº 03/2017.

Considerando o contrato administrativo nº 03/2017-MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, celebrado em 02 de janeiro 2017, proveniente do processo licitatório nº 154/2016, e pregão presencial nº 121/2016 em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2017.

Cláusula Primeira- ACRÉSCIMO DE VALOR

Ao presente contrato nº 03/2017 fica acrescido o valor de R\$ 0,08 (oito centavos) no óleo diesel comum conforme previsto no contrato na cláusula segunda, item 2.3 "O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato" Considerando que o fornecedor comprovou e anexou documentos fiscais, passando o valor a ser praticado conforme tabela abaixo:

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor a ser praticado R\$
óleo diesel comum	3,00	3,08

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 31 de julho de 2017.

Renato Paulata Auto Posto Canarinho Ltda
Prefeito Municipal Contratada

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2017

Inexigibilidade de licitação nº 06/2017

Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 33/2017

Objeto: contratação de serviços, para exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS, no atendimento a pacientes do Município,".

Fundamento: Art. 25, inciso CAPUT, da Lei nº 8666/93.

Valor: R\$ 2.604,00 (dois mil seiscentos e quatro reais)

Empresa: HCL LABORATÓRIO CLINICO LTDA ME

Data 08/08/2017.

Clarice W. Staub

Gestora do Fundo

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 33/2017

Inexigibilidade de licitação nº 33/2017

Município de Tunápolis.

Objeto A presente Inexigibilidade de licitação tem por objeto a aquisição DISCO EMBREAGEM destinadas para o conserto do CAMINHÃO VOLVO 330, ano 2014 do DMER

Fundamento: com base no Art. 25, inciso I, da Lei nº 8666/93.

Valor R\$ 1.120,00 (Um mil cento e vinte reais)

Empresa: Dicave Gartner Dist Catarinense de Veículos Ltda

Data 10/08/2017

Renato Paulata

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 33/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES MATHEUS LTDA-ME.

Pelo presente Termo Aditivo, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52 neste ato representado pelo Prefeito

Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TRANSPORTES MATHEUS LTDA –ME, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 08.313.588/0001-45, com sede à Estrada Geral, Linha São Pedro, s/n, no Município de Tunápolis/SC, neste ato representado pelo seu Procurador o Sr. Aloisio Mombach, inscrito no CPF sob o nº 767.725.009-20 considerado doravante CONTRATADO, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017 que tem por objeto a prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste Município, e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 33/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

REAJUSTE NO VALOR DO KM:

O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o acréscimo de valor, de acordo com o índice de 6,84%(seis reais e oitenta e quatro centavos) no Km rodado, conforme previsto na cláusula quinta do contrato nº 33/2017 "O valor do preço unitário do quilômetro rodado, do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelos índices aplicados pelo DETER II", conforme documentos comprovando anexo.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PREVISÃO DE CUSTOS	
			Valor Unitário atual R\$	Valor Unitário reajustado R\$
3	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 08 lugares. Saindo da Escola São Pedro até Arno Schoenberger , retornando até Leonardo Babick, passando pela linha Wirth até o Paulo Schoor, subindo pelo morro do facão até o Mário Baumgratz, subindo pelo Paulo Baumgratz por São José até o Milton Ruhoff, passando na propriedade de Egídio Kothe. Percurso total ida e volta nos três períodos do trajeto, aproximadamente de 75 Km diários.	KM	3,29	3,51

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de julho de 2017.

Renato Paulata
PREFEITO MUNICIPAL

Transportes Matheus Ltda
CONTRATADO.

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 35/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ARCINDO FRANCESCON-ME.

Pelo presente Termo Aditivo, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa ARCINDO FRANCESCON-ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 26.529.553/0001-20, estabelecida na Avenida Brasília, 1060-B, Centro, no Município de Santa Helena/SC, neste ato devidamente representado pelo Sr. Arcindo Francescon doravante denominado CONTRATADO resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prestação de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e o contrato administrativo nº 35/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**REAJUSTE NO VALOR DO KM:**

O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o acréscimo de valor, de acordo com o índice de 6,84%(seis reais e oitenta e quatro centavos) no Km rodado, conforme previsto na cláusula quinta do contrato nº 35/2017 "O valor do preço unitário do quilômetro rodado, do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelos índices aplicados pelo DETER II".

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PREVISÃO DE CUSTOS	
			Valor Unitário ATUA R\$	Valor Unitário Reajustado R\$
1	Trajetos para veículo com capacidade mínima de 14 lugares. Saindo da unidade escolar do Padre Balduino Rambo via saída para Linha Raigão seguindo pela Linha Spies, Raigão Alto, Raigão Baixo, Linha Bonita até o ponto de saída da Sede do Município. Perfazendo aproximadamente um total de 32 km diários. Trajeto à noite	KM	3,77	4,02
8	Trajeto com veículo com capacidade mínima de 16 lugares. Trajeto escolar: Ao meio dia saindo da Linha Canaleta passando propriedade de Nestor Stuab Clovis Wutschik saindo pela Fazenda Sehn passando em São Jorge pela volta Klein e pela volta do Pedro Scherer retornando até a sede de Canaleta. No final do dia, saindo da sede do município, subindo pela linha Spies via Marmoraria entrada de canaleta granja de Ivo Spies Linha Canaleta passando propriedade de Nestor Stuab Clovis Wutschik saindo pela Fazenda Sehn passando em São Jorge pela volta Klein e pela volta do Pedro Scherer retornando até a sede do município. Perfazendo aproximadamente 56 km diários	KM	3,71	3,96

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de julho de 2017.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

ARCINDO FRANCESCON-ME
CONTRATADO.

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 169/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2017

Processo de Compra Nº.: 169/2017

Pregão Presencial nº: 108/2017

Data Emissão: 10/08/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 8h30min do dia 24 de agosto de 2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O Objeto do presente pregão consiste na aquisição REAGENTE DE CLORO e SOLUÇÃO PH, material utilizado para realizar análises na água pela equipe técnica do setor do SAMAE deste Município de Tunápolis, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato

convocatório e seus anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 8h30min do dia 24 de agosto de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Renato Paulata.

PREFEITO MUNICIPAL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, resolvem entre si e na melhor forma de direito, alterar o valor do contrato de nº 01/2017.

Considerando o contrato administrativo nº 01/2017-FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, celebrado em 02 de janeiro 2017, proveniente do processo licitatório nº 154/2016, e pregão presencial nº 121/2016 em que consta como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, do Fundo Municipal da Saúde para o exercício de 2017.

Cláusula Primeira- ACRÉSCIMO DE VALOR

Ao presente contrato nº 03/2017 fica acrescido o valor de R\$ 0,08 (oito centavos) no óleo diesel comum conforme previsto no contrato na cláusula segunda, item 2.3 "O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato"Considerando que o fornecedor comprovou e anexou documentos fiscais, passando o valor a ser praticado conforme tabela abaixo:

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor a ser praticado R\$
óleo diesel comum	3,00	3,08

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 31 de julho de 2017.

Clarice Weis Staub
Gestora do Fundo

Auto Posto Canarinho Ltda
Contratada

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017**

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, resolvem entre si e na melhor forma de direito, alterar o valor do contrato de nº 01/2017.

Considerando o contrato administrativo nº 01/2017-FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, celebrado em 02 de janeiro 2017, proveniente do processo licitatório nº 154/2016, e pregão presencial nº 121/2016 em que consta como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, do Fundo Municipal da Saúde para o exercício de 2017.

Cláusula Primeira- ACRÉSCIMO DE VALOR

Ao presente contrato nº 01/2017 fica acrescido o valor de R\$ 0,23 (vinte três centavos) no óleo diesel comum conforme previsto no contrato na cláusula segunda, item 2.3 "O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato" Considerando que o fornecedor comprovou e anexou documentos fiscais, passando o valor a ser praticado conforme tabela abaixo:

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor a ser praticado R\$
óleo diesel comum	2,77	3,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 27 de julho de 2017.

Clarice Weis Staub
Gestora do Fundo

Auto Posto Canarinho Ltda
Contratada

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017**

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, resolvem entre si e na melhor forma de direito, alterar o valor do contrato de nº 01/2017.

Considerando o contrato administrativo nº 01/2017-FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, celebrado em 02 de janeiro 2017, proveniente do processo licitatório nº 154/2016, e pregão presencial nº 121/2016 em que consta como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, do Fundo Municipal da Saúde para o exercício de 2017.

Cláusula Primeira- ACRÉSCIMO DE VALOR

Ao presente contrato nº 01/2017 fica acrescido o valor de R\$ 0,23 (vinte três centavos) no óleo diesel comum conforme previsto no contrato na cláusula segunda, item 2.3 "O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato" Considerando que o fornecedor comprovou e anexou documentos fiscais, passando o valor a ser praticado conforme tabela abaixo:

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor a ser praticado R\$
óleo diesel comum	2,77	3,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 27 de julho de 2017.

Clarice Weis Staub
Gestora do Fundo

Auto Posto Canarinho Ltda
Contratada

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 29/2017

DECRETO Nº 029/17, de 07 de Agosto de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.293/16 (Lei Orçamentária Anual), de 23.12.2016.
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), assim classificados:

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.608.0030.2.020 – Manut. do Parque Exp. Iris Olivo/Realização Festa Colono

3.3.90.00.00.00.00.0080 (116) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta excesso de arrecadação da fonte de recursos 0080 (Recursos Próprios) no valor R\$ 150.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 07 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/17, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/17, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que os Vereadores de conformidade com os artigos 17, X e 40, § 1º, 2, da Lei Orgânica do Município; combinado com os artigos 89, § 1º, II, 182, 183 e 184 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, aprovaram e eu, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam Aprovadas as contas do exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Turvo, nos termos da decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente Processo nº PCP 16/00074968, Parecer Prévio nº. - 0174/2016, Relatório DMU nº. 1627/2016, Parecer MPJTC - 45744/2016.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua Publicação.

Turvo, 01 de Agosto de 2017.

Vereador LUIZ LUCINEI VITTO

Presidente da Câmara

Registrado e Publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, na data supra.

Vereador CARLOS EVERALDO DE STÉFANI
Primeiro Secretário

TERMO DE CONTRATO Nº. 09/2017.

TERMO DE CONTRATO Nº. 09/2017.

Proponente: Reginaldo Fermiano Mendes Neto.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Prestação de Serviços de Assessoria, Consultoria e Orientação na área de Gestão Pública e os Serviços Técnicos Correlatos.

Valor: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) mensais.

Vigência: De 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2017.

TERMO DE CONTRATO Nº. 10/2017.

TERMO DE CONTRATO Nº. 010/2017.

Proponente: TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP).

Valor: R\$ 505,00 (quinhentos e cinco reais) mensais.

Vigência: De 24 de Julho de 2017 a 24 de Julho de 2018.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 56/2017

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 56/2017	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2017	
Tipo: Menor Preço/por item	
Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA RETROSCAVADEIRA NOVA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC.	
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 23 de agosto de 2017.	
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 23 de agosto de 2017.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br	
União do Oeste - SC, 11 de agosto de 2017.	
CELSO MATIELLO	
PREFEITO MUNICIPAL	

DECRETO N. 3520/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.520, de 10 de agosto de 2017.

Dispõe sobre prorrogação de vigência de decreto municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal N.º 958/2013, Lei Complementar Municipal N.º 090/2015 e alterações posteriores e Resolução n.º 02/2017 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de União do Oeste/SC.

DECRETA:

Art.1º Fica prorrogada a vigência do Decreto Municipal 3.449/2017 de 18/04/2017, até o dia 13 de outubro de 2017, considerando a prorrogação da licença maternidade da conselheira Raquel Maria Simionato.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 10 de agosto de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

Urupema

PREFEITURA

ALTERAÇÃO ITEM PREGÃO PRESENCIAL 28/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA

SETOR DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, que fará alterações necessárias no ANEXO I – RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO – DO EDITAL:

No item 5:

Onde Se lê: ROÇADEIRA AGRÍCOLA CENTRAL E LATERAL CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: LATERAL 02 LAMINAS DE GIRO LIVRE C/ CAIXA DE TRANSMISSÃO, COM EIXO DE 45 MM MÓDULO COROA E PINHÃO Nº 08 CHAPA COM ESPESURA DE 4,25 MM

Leia-se: ROÇADEIRA AGRÍCOLA CENTRAL E LATERAL CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: LATERAL 02 LAMINAS DE GIRO LIVRE C/ CAIXA DE TRANSMISSÃO, COM EIXO DE 45 MM MÓDULO COROA E PINHÃO Nº 08 CHAPA COM ESPESURA DE 4,25 MM, LARGURA DE CORTE 1700 MM.

A abertura dos envelopes contendo habilitação e propostas que seria realizada no dia 17/08/2017 às 14h00min, fica marcada para o dia 30/08/2017, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155. Pregão Presencial pelo menor preço por item para Objeto: aquisição As As As demais cláusulas, remanescem inalteradas

Urupema, 11 de Agosto de 2017.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 - CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA - RESULTADO OFICIAL

Câmara Municipal de Urussanga

Processo Seletivo nº 01/2017 – Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA – RESULTADO FINAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA DE NASCI- MENTO	ACERTOS	ERROS	INVALIDAÇÕES	PONTUAÇÃO FINAL
01	AMILTON JOÃO MARTINS	14/06/1962	20	00	00	20
02	FERNADA SÉRGIO FLÔR	15/09/1990	20	00	00	20
03	MARELIR SANTA HELENA TONI	02/09/1964	18	01	01	18
04	ROZANE PASKIEVSKI	21/09/1967	18	01	01	18
05	ADRIANA MASIERO MARTELLO	18/09/1976	17	03	00	17
06	LIPIANE APARECIDA MAFRA TIBES DA SILVA	08/01/1979	16	04	00	16
07	ELAINE RIBEIRO BERNARDES	11/06/1988	16	04	00	16
08	GREICE DELLA VECCHIA BORTOLIN	09/12/1984	15	03	02	15
09	JANETE MACALOSI	25/07/1967	14	06	00	14
10	LUCIANE MASIERO	21/03/1976	14	02	04	14

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 - DECLARAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

DECLARAÇÃO

A Comissão Especial instituída e constituída por meio do Ato nº 25, de 27 de junho de 2017, para realização do Processo Seletivo nº 01/2017, DECLARA aos devidos fins que, no período de 9 e 10 de agosto de 2017, não houve protocolo de recursos à prova escrita, à classificação preliminar ou ao certame em si, na forma do Item 5.1 do Edital.

Urussanga, 11 de agosto de 2017.

Larissa Xavier Teixeira

Presidente da Comissão Especial

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 - HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, no uso de suas atribuições legais e em conformidade ao Edital de Processo Seletivo nº 01/2017, destinado a prover, em caráter temporário, 1 (uma) vaga do cargo de Agente de Serviços Gerais, torna público a HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL, consoante ao resultado publicado nos murais públicos da Câmara Municipal de Urussanga, no site www.camaraurussanga.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Urussanga, 11 de agosto de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira

Presidente da Câmara Municipal de Urussanga

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 72/2017

Extrato de EDITAL de Pregão Presencial n° 72/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal n.º 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 28 de agosto de 2017 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza e carga de gás, destinados ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão n° 72/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão, SC, 10 de agosto de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017 - SISTEMA SAÚDE

Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 16/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a ☐ CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE ☐, conforme descrito no presente Edital e em seu Anexo I.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 031/2016 em 18/02/2016 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2017, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES: dia 24/08/2017 às 09:00 hrs.

LOCAL: Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.
Vidal Ramos, 10 de agosto de 2017.

LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 78/2017 - EVENTUAL AQUISIÇÃO FILTROS

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 78/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para EVENTUAL aquisição de diversos filtros para reposição em veículos da frota municipal. A entrega será parcelada, de acordo com a necessidade.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 78/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:30 hrs do dia 24 de agosto de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 10:30 hrs do dia 24 de agosto de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 10 de agosto de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 14.120/17

DECRETO Nº 14.120/17, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.459/17, de 04 de agosto de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração		
01 – Administração		
1.002 – Aquisição de Veículos - Administração		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	20.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	70.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal		
01 – Assessoria de Gabinete		
1.001 – Aquisição de Veículos - Gabinete		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	50.000,00	
TOTAL DA ANULAÇÃO	50.000,00	

Art. 3º A suplementação no valor R\$ 20.000,00 correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2016 dos recursos próprios do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0011/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0112/2017 – Tomada de Preços nº 0011/2017

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, Através do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 0011/2017, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Reforma e Ampliação do CESEX Cantinho Feliz, localizado no Bairro Bortolon, Município de Xanxerê, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma e Projetos anexos ao presente. O recebimento das propostas será até às 09:00h, do dia 05/09/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:15h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital no website da Prefeitura Municipal www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 10 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 0065/2017

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, Juntamente com o Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0065/2017, do tipo menor preço global, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de mão-de-obra terceirizada em serviços de Limpeza e Conservação com Serviços Gerais, Serviços com Merendeira e Serviços com Zelador para atender as necessidades das Secretarias Municipais, em virtude de alterações no Edital. O recebimento das propostas passa a ser até as 09:00h, do dia 24/08/2017 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:15h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 10 de agosto de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PUBLICAÇÃO 4º ADITIVO AO CONTRATO 0020/15

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0020149MEPORTES ABITUR LTxeri, Cooperativa La, Pesque e Pague Dal Zot, Bombeiros. /2015 Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Orsatto Transportes Ltda ME

Objeto: Tem por objeto o Contrato acima, a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar na Linha 08.

Fica alterado a quilometragem passando de 136 km para 144 km por dia de segunda a sexta feira, conforme despacho da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação, anexos ao processo

Xanxerê-SC, 10 de agosto de 2017. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº CMAS/014/2017, DE 14 DE JUNHO DE 2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) XANXERÊ

RESOLUÇÃO Nº CMAS/014/2017, DE 14 DE JUNHO DE 2017.

APROVA A REPACTUAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.356 de 31 de Outubro de 2011, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), pactuado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, nos termos da Resolução CNAS nº 18/2012, alterada pela Resolução CNAS nº 25/2016, que materializa a participação da política de assistência social no acesso ao mundo do trabalho, conforme definido na Resolução CNAS nº 33/2011.

CONSIDERANDO a reunião do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, realizada no dia 14 de junho de 2017, cuja ata se encontra transcrita sob nº 239/2017, a qual foi apresentada aos conselheiros o Programa AcesSuas Trabalho, no âmbito municipal.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Termo de Repactuação do Programa Acessuas Trabalho do Governo Federal para os anos de 2017 e 2018, para atender 200 pessoas, com saldo disponível em conta no valor R\$ 50.542,81 (cinquenta mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Poliane Aparecida da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº CMAS/015/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

RESOLUÇÃO Nº 015/2017

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de XANXERÊ

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 08 de agosto de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 3.356, de 31 de outubro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Xanxerê– CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de , e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor total de , a serem transferido para o FMAS referente ao ano de 2017 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 08 de Agosto de 2017

Poliane Aparecida da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Xavantina

PREFEITURA

PORTARIA Nº 149/2017

PORTARIA Nº 149/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. STEFANO REUSCH CUNHA, portador da Cédula de Identidade RG n. 9097166021 e inscrito no CPF sob o n. 0005.373.780-65, para ocupar o cargo de Fonoaudiólogo, com carga horária semanal de 20 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 08 de Agosto de 2017

ENOIR FAZOLO

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 150/2017

PORTARIA Nº 150/2017

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº782/02; Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Thais Luana Triaca e,

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a Sra. MARILICE LORENZETTI, para ocupar a função de Professor Não-Habilitado - Educação Física - Ensino Fundamental, com carga de 20 horas/semanais, com efeitos a contar de 08 de Agosto de 2017, tendo como local de trabalho a EEF Pinhal Preto e CMEI Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato de Trabalho está condicionado ao disposto na Lei nº 782/2002 e ao Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 08 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 151/2017

PORTARIA Nº 151/2017

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº782/02; Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Thais Luana Triaca e,

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a Sra. SOLENI BICIGO PALUDO, para ocupar a função de Professor Não-Habilitado - Educação Física - Ensino Fundamental, com carga de 10 horas/semanais, com efeitos a contar de 08 de Agosto de 2017, tendo como local de trabalho a EEF Pinhal Preto e CMEI Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato de Trabalho está condicionado ao disposto na Lei nº 782/2002 e ao Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 08 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

ATA PL 11.2017.7

ATA 007

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017 PMXV.

Processo Licitatório nº. 011/2017 – Tomada de Preços nº 002/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de forma continuada de serviços em gestão, consultoria e auditoria nas áreas administrativa, legislativa, tributária, gestão de recursos humanos ao Gabinete do Prefeito Municipal, conforme especificações constantes nos Anexos □C□ e □E□, deste Edital.

Ao décimo dia do mês de agosto de dois e dezessete, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, instituída pelo Decreto nº 029/2017, sob a presidência do Senhor Cleidir Eleandro Kemmrich, tendo como membros a Senhora Taciane Caon e suplente o Senhor Joselino Luiz Naissinger, com a finalidade de efetuar abertura dos envelopes nº 2 com as propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe, das empresas habilitadas para essa fase: Patrimonial Consultores Associados Ltda e Instituto Giombelli de Educação e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda. Apresentou-se para participar do certame a seguinte

empresa: Patrimonial Consultores Associados Ltda representada pelo Senhor Reinaldo Valentini. O Instituto Giombelli de Educação e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda não constou representante presente no certame. Sendo que a licitante Patrimonial Consultores Associados Ltda comprovou o enquadramento como ME e EPP, podendo assim usufruir dos benefícios previstos pela Lei nº. 123/06, conforme consta o subitem 4.4 do Edital. Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram verificados se os envelopes estavam lacrados e contendo todas as rubricas pelos seus membros e representantes presentes e, novamente rubricados os Envelopes nº 02 – Proposta das licitantes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado nos subitens 1.2 e 1.3 do Edital e constatando-se que os mesmos estavam incólumes. Em ato contínuo, a Comissão procedeu então à abertura do Envelope 02 – Proposta de Preço das licitantes: Patrimonial Consultores Associados Ltda e Instituto Giombelli de Educação e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda, os quais foram conferidos com os requisitos constantes do ato convocatório e rubricadas pelos membros da Comissão e pelo representante presente, constatando-se que as licitantes atenderam às exigências formais relativas à proposta, constantes do item nº 6 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. De consequência, foi apurado o seguinte resultado: a licitante Instituto Giombelli de Educação e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda sagrou-se vencedora do objeto desta licitação em epigrafe com o valor total de R\$ 6.798,50 (Seis Mil e Setecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) na segunda colocação ficou a licitante Patrimonial Consultores Associados Ltda com o valor total de R\$ 7.480,00 (Sete mil e quatrocentos e oitenta reais). Quanto ao preço das licitantes, verificou-se que os valores ficaram abaixo do valor orçado pela Administração. O Presidente convocou o representante da Patrimonial Consultores Associados Ltda se tem interesse de manifestar recurso referente à fase proposta de preços. O mesmo declarou que não tem interesse de manifestar recurso sobre a etapa proposta de preços. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina - DOM, sendo que o prazo recursal referente a proposta de preços é de 5 (cinco) dias úteis, disposto no art. 109, inc. I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, será contado a partir da referida data de publicação. Deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante presente.

CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH Presidente da CPL	JOSELINO LUIZ NAISSINGER Suplente
TACIANE CAON Membro	
REINALDO VALENTINI PATRIMONIAL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.	

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 069/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 069/2017

Edital: Inexigibilidade de Licitação para Compras e Serviços nº: 008/2017

Fundamento: Art. 25, I da Lei 8.666/93.

Objeto: Contrato de empresa especializada para FORNECIMENTO DE BIHETES RODOVIÁRIOS, para passagens destinadas a pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio (TFD), e benefícios eventuais.

Fornecedor: REUNIDAS TURISMO S.A.

Valore Estimado: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Xaxim/SC, 10 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

Decreto 308

DECRETO Nº. 308/2017.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e considerando aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 08 de agosto de 2017, a servidora municipal CARMEN BARELA LAPINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, portadora da matrícula 4877, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de agosto de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

DECRETO 310 - LIBERA CAUÇÃO DE LOTES

DECRETO Nº 310/2017.

AUTORIZA A LIBERAÇÃO DOS LOTES OFERECIDOS EM GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DENOMINADO "CHÁCARAS DE LAZER" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 9º 'caput' da lei 6.766/79, Decreto nº 445/2014 e Decreto nº 450/2014; e ainda,

Considerando a vistoria realizada junto ao Empreendimento, dando conta da execução das obras de infraestrutura

DECRETA:

Art. 1º. Fica liberado da garantia que se refere o Decreto nº 450/2014, o seguinte lote, do parcelamento do solo denominado "Chácara de Lazer", aprovado pela Lei nº 3.568/2011 e então caucionado em favor da Administração Pública Municipal de Xaxim:

I – Da quadra 579 – lote: 18 matrícula no CRI nº 12.434;

Art. 2º. A liberação referida no artigo anterior dar-se-á automaticamente por força do presente Decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 09 de agosto de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Decreto 311

DECRETO Nº. 311/2017.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e considerando aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 08 de agosto de 2017, a servidora municipal CARMEN THOME, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, portadora da matrícula 1103, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de agosto de 2017.

Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri
Diretora de Recursos Humanos

DECRETO 312 - CRIA SENTIDO ÚNICO NA RUA JOSÉ FUZINATTO

DECRETO Nº. 312/2017.

CRIA SENTIDO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NA RUA JOSÉ FUSINATO NO TRECHO ENTRE AS RUAS LUIZ MATIELO E A RUA ANGELO PECINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

Considerando as disposições do Artigo 24 da Lei Federal nº 9.503/97- Código de Trânsito Brasileiro e demais disposições legais;

Considerando os documentos juntados aos autos do processo nº 23/2017 do Departamento de Trânsito e Rodoviário e deliberações do Conselho Municipal de Trânsito.

DECRETA:

Art. 1º. Cria sentido único de circulação de veículos, no seguinte local:

– Rua José Fusinato, com sentido de circulação único da Rua Angelo Pecini em direção à Rua Luiz Matielo.

Art. 2º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme normas de trânsito, assim como oficiar os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de agosto de 2017.

Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli
Secretário Municipal de Administração

DECRETO 313 - CRIA SENTIDO DUPLO NA RUA IRANI

DECRETO Nº. 313/2017.

CRIA DUPLO SENTIDO DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NA RUA IRANI, EM TODA SUA EXTENSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

Considerando as disposições do Artigo 24 da Lei Federal nº 9.503/97- Código de Trânsito Brasileiro e demais disposições legais;

Considerando os documentos juntados aos autos do processo nº

006/2017 do Departamento de Trânsito e Rodoviário e deliberações do Conselho Municipal de Trânsito.

DECRETA:

Art. 1º. Cria duplo sentido de circulação de veículos, no seguinte local:

– Rua Irani, com duplo sentido de circulação em toda sua extensão.

Art. 2º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme normas de trânsito, assim como oficiar os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir do dia 17 de agosto do corrente ano, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de agosto de 2017.

Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli
Secretário Municipal de Administração

Decreto 309

DECRETO Nº. 309/2017.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e considerando aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 08 de agosto de 2017, a servidora municipal CARMEN BARELA LAPINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, portadora da matrícula 301, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de agosto de 2017.

Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri
Diretora de Recursos Humanos

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 022/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 022/2017

Objeto: Aquisição futura e parcelada de GÁS DE COZINHA GLP, necessário para manutenção e atendimento às atividades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, programas realizados pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e demais Secretarias Municipais, bem como a manutenção do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Civil, e demais Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal.

Item	Especificação	Quantidade estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	Gás P13	478	R\$ 60,00	28.680,00
2	Gás P45	225	R\$ 270,00	60.750,00

Empresas Registradas:

Vigência do Registro de Preço: 08/08/2017 até 08/08/2018.

Valor Total estimado: R\$ 89.430,00 (oitenta e nove mil e quatrocentos e trinta reais).

Licitação: Processo de Licitação 067/2017 - Pregão Presencial para Registro de Preços 037/2017

Xaxim/SC, 08 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO N. 0068/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0068/2017

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: NEY ROQUE MOCELIN

Objeto: Constitui objeto do contrato formalizado por este instrumento Locação de imóvel, sob a matrícula n. 17489, com aproximadamente 332,44m², localizado na Rua Silvio Lunardi, n. 1805, Bairro Guarany, Centro no Município de Xaxim, para contínuo funcionamento do almoxarifado da saúde.

Vigência: 08 de Agosto de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Valor Total: R\$ 5.000,00 (cinco mil e duzentos reais) ano, R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais.

Dotações: 3.3.90.36.15.00.00.00 (7/2017)

Licitação: Processo Licitatório nº 077/2017, Dispensa de Licitação nº 025/2017.

Xaxim/SC, 08 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 016/2017 - AQUISICAO DE GAS DE COZINHA **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0041/2017

Pregão Presencial Nº 0016/2017

A Prefeitura Municipal de Zortéa, SC, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial Visando o Registro de Preços para aquisição de gás de cozinha para manutenção das diversas atividades desenvolvidas pelas secretarias do município de Zortéa-SC.

Prazo de Vigência: até 31/12/2017

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 24/08/2017.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Sala de Licitações , Rua Otaviano Oleoni Franceschi, Nº 53,Centro,Zortéa/SC.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3557-2018, (049) 3557-2019.

No sítio: www.zortea.sc.gov.br

Associações

AMMVI

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 14-2017 - PRODUTOS DE LIMPEZA

ALTERAÇÃO AO CONTRATO – COMPRAS E CONTRATAÇÕES nº 14/2017

Considerando-se a identificação de erro para menos no quantitativo de um item do Contrato e na sua descrição, ou seja, da necessidade de aumento da quantidade de fornecimento do item 30 e da correção de seu descritivo, e a possibilidade de aditivo para atendimento das necessidades da AMMVI;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Secretário Executivo - Sr. José Rafael Correa, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro a empresa C.B.S. COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.027.699/0001-34, com endereço à Rua Antônio Zendron, nº 787, Bairro Valparaíso, CEP. 89.023-201, cidade de Blumenau/SC, neste ato representado pela sua administradora Sra. CÉLIA BENDINI SCHMITT - CPF nº 601.993.939-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato de Fornecimento nº 14/2017, firmado em 23/06/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

1.1 – O quantitativo e descritivo do item 30 do quadro demonstrativo do objeto, previsto na Clausula Primeira do Contrato nº 14/2017, fica aditado na forma que segue:

Item	Especificação/Descrição (Especificação Técnica)	Unid.	Quantidade	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
30	COPO TOTALPLAST 180 ML TRANSPARENTE ABNT C/100 UND	Unid.	175	R\$ 2,61	R\$ 456,75
TOTAL					R\$ 456,75

1.2 – Considerando o aditivo de que trata o item 1.1 desta Cláusula, o valor total do Contrato, para efeitos financeiros, fiscais, civis e administrativos, será de R\$ 7.884,92 (sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos), de conformidade com a proposta da CONTRATADA e da previsão de despesa previamente autorizada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 14/2017, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes abaixo.

Blumenau/SC, 14 de julho de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Valdete Korz Marques

CPF: 546.983.919-20

Nome: Nair Teodoro Machado de Mello

CPF: 025.518.749-12

AMEOSC**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2017 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER**

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, GENÉSIO BRESSIANI, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA, por meio do presente, todos os consorciados para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 25 de agosto de 2017, na sede da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC, localizada na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, centro, município de São Miguel do Oeste, SC, com a seguinte ordem do dia:

- 01 – Discussão e aprovação do plano de cargos e salários da Secretaria Executiva do Consórcio;
- 02 – Aprovação do Programa de Perfuração de Poços Artesianos e providências para sua efetivação;
- 03 – Apuração orçamentária do Consórcio;
- 04 – Eleição da nova diretoria do Consórcio e Conselho Fiscal;
- 05 – Outros assuntos gerais de interesse do Consórcio.

A Assembleia Geral Ordinária funcionará em primeira convocação às 07:45 horas com a presença da maioria absoluta dos consorciados e, em segunda convocação, às 08:45 horas, com a presença de qualquer número de consorciados.

São Miguel do Oeste, 07 de agosto de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente CONDER

Consórcios

ARIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017

Processo Licitatório nº 048/2017

Pregão nº 007/2017

Aos dezoito dias do mês de janeiro de 2017, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n. 295.153.869-34, resolve Registrar Preços da empresa abaixo nominada, vencedora do Pregão nº 048/2017, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e do Edital de Pregão nº 007/2017 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, fica registrado na ARIS, observada a ordem de classificação, o preço da empresa fornecedora registrada a seguir relacionada, objetivando o compromisso de fornecimento de material gráfico, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Empresa: ALFA PRINT E GRAFICA LTDA ME (CNPJ n. 08.432.848/0001-00), INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 30642 E INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 25.531.755-7, situada na Rodovia Luiz Rosso nº 1150, sala 02 – Bairro Recanto Verde – Criciúma/SC.

1.2. Preços registrados:

Lote 01				
ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR DO ITEM	VOLOR TOTAL POR ITEM
1	2.000	RELATÓRIO ANUAL: 29,79X42,4CM, 4X4 CORES, TINTA MÉDIA 4 CORES EM SUPREMO COMERCIAL FSC 300G. MIOLO: 34 PAGES, 21X29,7CM, 4 CORES, TINTA MEDIA 4 CORES EM COUCHE FOSCO FSC 170G, BA 1X1. FACA PARA VINCO, COM PROLAMINAÇÃO BOPP FOSCA = 1 LADO(S) CAPA, VERNIZ UV LOCALIZADO BRILHO = 1 LADO (S) (CAPA), CORTE E VINCO (CAPA), COLA DE LOMBADA PUR, ALCEAMENTO AUTOMÁTICO. 600 UNID. FECHADAS COM EMBALAGEM SHRINK. COM AMOSTRA IMPRESSA. COM 1 MODELO	R\$ 3,75	R\$ 7.500,00
2	10.000	INFORMATIVO: ABERTO: 29,79X42CM - FECHADO: 29,79X21CM, 4X CORES, EM COUCHE BRILHO, LD 115G. 600 UNID. FECHADAS COM EMBALAGEM SHRINK. COM AMOSTRA IMPRESSA. COM 6 MODELOS	R\$ 0,28	R\$ 2.800,00
3	100.000	FOLDER 115g: ABERTO: 45X21CM – FECHADO: 15X21CM, 4X4 CORES, TINTA SELEÇÃO DE CORES EM COUCHE BRILHO 115G. GRAVAÇÃO CTP. DOBRADO = 3 PARALELAS, 6PG. COM AMOSTRA IMPRESSA. COM 2 MODELOS (EMPACOTAR)	R\$ 0,07	R\$ 7.000,00
4	100.000	FOLDER 240g: ABERTO: 45X21CM – FECHADO: 15X21CM, 4X4 CORES, TINTA SELEÇÃO DE CORES EM COUCHE BRILHO 240G. GRAVAÇÃO CTP. DOBRADO = 3 PARALELAS, 6PG. COM AMOSTRA IMPRESSA. COM 1 MODELO (EMPACOTAR)	R\$ 0,13	R\$ 13.000,00
5	300.000	FOLDER 10x21: ABERTO: 30X21CM – FECHADO: 10X21CM, 4X4 CORES, TINTA SELEÇÃO DE CORES EM COUCHE BRILHO 115G. GRAVAÇÃO CTP. DOBRADO = 3 PARALELAS, 6PG. COM AMOSTRA IMPRESSA. COM 2 MODELOS (EMPACOTAR)	R\$ 0,05	R\$ 15.000,00
6	300.000	FOLDER 12,4x17,5: ABERTO: 49,7X17,5CM – FECHADO: 12,4X17,5CM, 4X4 CORES, TINTA SELEÇÃO DE CORES EM COUCHE BRILHO 115G. GRAVAÇÃO CTP. DOBRADO = 4 PARALELAS, 8PG COM AMOSTRA IMPRESSA. COM 2 MODELOS. (EMPACOTAR)	R\$ 0,07	R\$ 21.000,00
7	6.000	CARTÃO DE VISITA: 5X9CM, 4X4 CORES, TINTA MEDIA 4 CORES EM COUCHE FOSCO COMERCIAL 350G. CTP, COM PROLAMINAÇÃO BOPP FOSCA = 2 LADOS. 20 MODELOS. COM AMOSTRA FÍSICA.	R\$ 0,46	R\$ 2.760,00
8	1.000	APOSTILA: CAPA: 2 FOLHAS, 21X29.7CM, 4X0 CORES, TINTA MEDIA 4 CORES E VERNIZ MÁQUINA FRENTE EM COUCHE FOSCO COMERCIAL 300G. CTP.MIOLO: 90 PÁGS, 21X29.7CM, 4 CORES, TINTA MEDIA 4 CORES EM OFF-SET COMERCIAL 90G. CTP - CLIENTE FORN. ARQU. PDF.ALCEAMENTO AUTOMÁTICO, ESPIRAL. COM AMOSTRA IMPRESSA. COM 2 MODELOS	R\$ 12,30	R\$ 12.300,00
9	1.000	RELATÓRIO: 29,79X42,4CM, 4X4 CORES, TINTA MÉDIA 4 CORES EM SUPREMO COMERCIAL FSC 300G. MIOLO: 200 PAGES, 21X29,7CM, 4 CORES, TINTA MEDIA 4 CORES EM COUCHE FOSCO FSC 170G, BA 1X1. FACA PARA VINCO, COM PROLAMINAÇÃO BOPP FOSCA = 1 LADO(S) CAPA, VERNIZ UV LOCALIZADO BRILHO = 1 LADO (S) (CAPA), CORTE E VINCO (CAPA), COLA DE LOMBADA PUR, ALCEAMENTO AUTOMÁTICO. COM AMOSTRA IMPRESSA. 1 MODELO	R\$ 17,43	R\$ 17.430,00
TOTAL DO LOTE 01				R\$ 98.790,00

LOTE 02



ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR DO ITEM	VOLOR TOTAL POR ITEM
1	10.000	BLOCO DE ANOTAÇÕES: CAPA: COUCHE 250G 4X0, 42,5X15CM ABERTO, VINCOS. MIOLO: SULFITE 75G, 4X0, 21X15CM, SERRILHA (PICOTE), LOMBADA , 10 LAMINAS	R\$ 0,56	R\$ 5.600,00
2	1.000	CADERNO DE ANOTAÇÕES: ABERTO: 50X18CM – FECHADO: 25X18CM. CAPA DURA, ACOPLADO PAPELÃO, IMPRESSÃO 4X0, LAMINAÇÃO FOSCA 1X0, GUARDA BRANCA. MIOLO: 100 LAMINAS, 1X1, SULFITE 90G, (LAMINAS IGUAIS) ACABAMENTO WIRE-O BRANCO	R\$ 7,79	R\$ 7.790,00
3	10.000	FOLHA DE OFÍCIO TIMBRADA: 21X30CM, 4X0, SULFITE 90G. COM AMOSTRA IMPRESSA	R\$ 0,06	R\$ 600,00
4	1.000	ENVELOPE PEQUENO: 23X11,5CM FECHADO/PRONTO, EM PAPEL BRANCO COM BRASÃO DA ARIS, LOGOMARCA E ENDEREÇO, 4X0, SULFITE 150G, FACA, COLA.	R\$ 0,61	R\$ 610,00
5	2.500	ENVELOPE MÉDIO: 23X16,5CM FECHADO/PRONTO, EM PAPEL BRANCO COM BRASÃO DA ARIS, LOGOMARCA E ENDEREÇO, 4X0, SULFITE 150G, FACA, COLA.	R\$ 0,44	R\$ 1.100,00
6	2.500	ENVELOPE GRANDE: 24X34CM FECHADO/PRONTO, EM PAPEL BRANCO COM BRASÃO DA ARIS, LOGOMARCA E ENDEREÇO, 4X0, SULFITE 150G, FACA, COLA.	R\$ 0,65	R\$ 1.625,00
7	1.000	CERTIFICADOS: PAPEL SULFITE FOSCO 180G, 4X0 = 21X30CM. COM AMOSTRA IMPRESSA	R\$ 0,31	R\$ 310,00
TOTAL DO LOTE 02				R\$ 17.635,00

2. Os pedidos serão realizados pela ARIS por meio de instrumento de contrato, podendo este ser substituído por Nota de Empenho ou outro documento equivalente, cuja emissão se dará conforme a necessidade da ARIS.

3. A entrega dos itens do pedido será feita na sede da ARIS, no endereço na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC.

4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

6. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

7. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca da Palhoça do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias.

Florianópolis, 08 de agosto de 2017.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Elieser de Aguiar

Alfa Print e Gráfica Ltda - ME

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2017 - COMBÚSTIVEL RIO DO SUL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017

Pregão Presencial nº 08/2017

Aos oito dias do mês de agosto de 2017, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua: Gen. Liberato Bittencourt, nº 1885, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representado por seu Diretor-geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n. 295.153.869-34, resolve Registrar Preços da empresa abaixo nominada, vencedora do Pregão nº 008/2017, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02 e do Edital de Pregão nº 08/2017 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, fica registrado na ARIS, observada a ordem de classificação, o preço da empresa fornecedora registrada a seguir relacionada, objetivando o compromisso de fornecimento de combustíveis, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Empresa: Posto Centro Ltda, inscrita no CNPJ: 03.071.326/0001-06, situada na Alameda Aristiliano Ramos, nº 11 – Centro – Rio do Sul

1.2. Preços registrados:

Item	Produto	Marca/Bandeira	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
2	Gasolina	Idaza	5000	3,736	18.680,00

2. O fornecimento de combustíveis será realizado no posto de abastecimento da licitante contratada, no endereço indicado na proposta, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da contratante.

3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

5. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

6. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Palhoça do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias.

Florianópolis, 08 de agosto de 2017.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Deonísio Bilinski

Posto Centro Ltda

CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 11/2017

Ato de Dispensa nº 11/2017

Processo ADMINISTRATIVO nº 16/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de publicação de anúncio no formato 10,2 cm x 8,3 cm, o qual será veiculado por uma única vez em jornal impresso com circulação em todo o território catarinense, referente à divulgação do Seminário Catarinense sobre a gestão do Simples Nacional, que será realizado nos dias 21 e 22 de agosto de 2017, na cidade de Florianópolis/SC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando que na 15ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, realizada em 27 de janeiro de 2017, houve a deliberação favorável para que o CIGA realizasse eventos que promovam o aprimoramento operacional dos agentes públicos municipais em áreas relacionadas aos sistemas ofertados pelo CIGA;

Considerando que o CIGA irá realizar o Seminário Catarinense sobre a Gestão do Simples Nacional, nos dias 21 e 22 de agosto de 2017, na cidade de Florianópolis/SC, sendo que as inscrições serão gratuitas e há capacidade para, aproximadamente, 450 participantes;

Considerando a relevância do tema do Seminário Catarinense sobre a Gestão do Simples Nacional para os municípios, cujo público alvo são os agentes públicos dos municípios consorciados ao CIGA, usuários dos sistemas de gestão tributária ofertados pelo Consórcio, auditores fiscais dos municípios pertencentes à Federação Catarinense de Municípios – FECAM e Associações de Municípios, bem como outros interessados de entidades de representação de classe ligadas ao tema, órgãos de fiscalização estadual e federal;

Considerando que o Seminário possui como intuito atender ao princípio da informação e ao conhecimento aos agentes públicos dos municípios catarinenses, difundir ideias, iniciativas e promover debates;

Faz-se necessária a divulgação do referido seminário em mídia impressa que possua abrangência de circulação em todo o estado catarinense.

Contratada: NC COMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 79.227.963/0001-82

VALOR: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

Florianópolis, 10 de agosto de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 12/2017

Ato de Dispensa nº 12/2017

Processo ADMINISTRATIVO nº 17/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de publicação de anúncio do tipo "rodapé" no formato de 4 cm altura x 26,5 cm largura, o qual será veiculado por uma única vez em 30 jornais impressos distintos, os quais possuem circulação regional em Santa Catarina, referente à divulgação do Seminário Catarinense sobre a Gestão do Simples Nacional, que será realizado nos dias 21 e 22 de agosto de 2017, na cidade de Florianópolis/SC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando que na 15ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, realizada em 27 de janeiro de 2017, houve a deliberação favorável para que o CIGA realizasse eventos que promovam o aprimoramento operacional dos agentes públicos municipais em áreas relacionadas aos sistemas ofertados pelo CIGA;

Considerando que o CIGA irá realizar o Seminário Catarinense sobre a Gestão do Simples Nacional, nos dias 21 e 22 de agosto de 2017, na cidade de Florianópolis/SC, sendo que as inscrições serão gratuitas e há capacidade para, aproximadamente, 450 participantes;

Considerando a relevância do tema do Seminário Catarinense sobre a Gestão do Simples Nacional para os municípios, cujo público alvo são os agentes públicos dos municípios consorciados ao CIGA, usuários dos sistemas de gestão tributária ofertados pelo Consórcio, auditores fiscais dos municípios pertencentes à Federação Catarinense de Municípios – FECAM e Associações de Municípios, bem como outros interessados de entidades de representação de classe ligadas ao tema, órgãos de fiscalização estadual e federal;

Considerando que o Seminário possui como intuito atender ao princípio da informação e ao conhecimento aos agentes públicos dos municípios catarinenses, difundir ideias, iniciativas e promover debates;

Faz-se necessária a divulgação do referido seminário em mídia impressa com publicação em jornais diversos, que possuam circulação regional em Santa Catarina, com o intuito de alcançar o público de interesse do seminário.

Contratada: ASS. DOS JORNAIS DO INTERIOR DE SANTA CATARINA – ADJORI SC

CNPJ: 79.694.220/0001-12

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Florianópolis, 10 de agosto de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMFRI**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL 01/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI CNPJ 09.267.291/0001-53 Rua Luiz Lopes Gonzaga 1655, sala 01 CEP 88309-421 Itajaí – SC	EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 Processo Administrativo Processo de Licitação: 02/2017 Data do Processo: 02/07/2017
---	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL

O Diretor Administrativo do CIS-AMFRI, Célio José Bernardino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e pelo Protocolo de Intenções do CIS-AMFRI, especialmente pela Lei n. 8.666/93 e Lei nº 10.520/02, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1 – HOMOLOGAR o presente Pregão Presencial nestes termos:

- a) Processo n: 02/2017
- b) Pregão Presencial n: 01/2017
- c) Modalidade: Pregão Presencial
- d) Data da homologação: 08/08/2017

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para Locação e Uso de Sistema Informatizado de Gestão de Consórcios Intermunicipais de Saúde, via web e sem limite de usuários, contendo as funcionalidades mínimas descritas no Termo de Referência (ANEXO I), incluindo-se os serviços de conversão dos dados existentes, implantação, configuração, parametrização, customização, treinamento dos usuários, suporte técnico, atualização da versão e a hospedagem do sistema em Datacenter, próprio ou de terceiro, conforme especificações contidas neste Edital.

e) Fornecedor: CELK SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03.434.978/0001-50.

f) Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Itajaí/SC, 08 de agosto de 2017.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CIS/AMOSC**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 33/2017

PRESTADOR: CLÍNICA DE MARCO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de Cirurgias Eletivas.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 34/2017

PRESTADOR: HOSPITAL REGIONAL LENOIR VARGAS

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de Cirurgias Eletivas.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 35/2017

PRESTADOR: HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SAÚDE

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de Cirurgias Eletivas.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 36/2017

PRESTADOR: HOSPITAL DA CRIANÇA AUGUSTA MULLER BOHNER

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de Cirurgias Eletivas.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 37/2017

PRESTADOR: CIRLENE FILISBINO DOS ANJOS

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Sessões de Psicoterapia.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 38/2017

PRESTADOR: GRACIELI DE SÁ

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Sessões de Psicoterapia.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 39/2017

PRESTADOR: CLÍNICA INTEGRADA OESTE

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Consulta em otorrinolaringoscopia, exames e próteses auditivas.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 40/2017

PRESTADOR: FUNDAÇÃO HOSPITALAR CAXAMBU

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de Cirurgias Eletivas.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO ADITIVO Nº 32/2017

PRESTADOR: CLINICARDIO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de serviços de Exame de Ecodoppler.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO ADITIVO Nº 33/2017

PRESTADOR: AUDIOCLÍNICA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de serviços de Terapia fonoaudióloga.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO ADITIVO Nº 34/2017

PRESTADOR: CLÍNICA DE MOLÉSTIAS CARDIOVASCULARES DE CHAPECÓ S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de serviços de Exame Holter.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

TERMO ADITIVO Nº 35/2017

PRESTADOR: VIA IMAGEM

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de serviços de Exame de Tomografia.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2017

CIS/AMURC

PREGAO ELETRONICO 02/2017 - 1ª ALTERACAO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA

REGIÃO DO CONTESTADO-CISAMURC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº02/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2017- 1ª ALTERAÇÃO

TIPO LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, torna público que devido a questionamentos e impugnação de alguns itens do presente pregão eletrônico, houveram alterações de itens constantes neste processo licitatório. Em decorrência das alterações efetuadas, foram alteradas as datas para recebimento, abertura e julgamento das propostas e sessão de disputa de preços. Assim sendo, de acordo com o artigo 21, § 4º da lei 8666/93 e suas respectivas alterações, serão recebidas propostas das 08h30m do dia 14/08/2017 até as 08h00m do dia 23/08/2017. A abertura e julgamento das propostas ocorrerá das 08h01m às 10h00m do dia 24/08/2017 e o início da sessão de disputa de preços iniciará as 10h01m do dia 24/08/2017. Maiores informações poderão ser obtidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC, sita Rua João da Cruz Kreiling, 875, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (47) 3622-4530.

Canoinhas, 10 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Presidente

TERMO DE DOAÇÃO CISAMURC

TERMO DE DOAÇÃO

Dia 20 de dezembro de 2016, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO, CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 03.887.256/0001-50, com sede à Rua João da Cruz Kreiling, 1085, centro, no município de Canoinhas, SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Juliano Pozzi Pereira, doravante denominado CISAMURC e HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 83.192.096/0001-64, com sede à Rua João da Cruz Kreiling, n.º 1050, Centro, na cidade de Canoinhas, SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Artur Rogerio Burgardt, doravante denominado HSCC, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste termo refere-se à doação dos bens constantes no Anexo único deste termo, para viabilizar as atividades do centro de diagnóstico por imagem. Assim, a eficácia permanente da doação começa a contar a partir da assinatura do presente termo, recaiando ao HSCC toda responsabilidade por manutenção e conservação dos bem doados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VEDAÇÃO E DESTINAÇÃO

Fica vedado à beneficiária, proceder com a alienação, cessão e/ou sublocação do bem doado, sob pena de reversão ao patrimônio do consórcio, não devendo ainda, ser utilizado para outras finalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas/SC, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Canoinhas/SC, 20 de dezembro de 2016.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO

JULIANO POZZI PEREIRA

Presidente

HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS

ARTUR ROGERIO BURGARDT

Presidente

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO UNICO**PATRIMONIO CDI-CISAMURC DOADO ao HSCC**

Data Aquisição	Descrição	Qtide	Valor Pago
19/11/2010	Gaveteiros volante	3	R\$ 990,00
01/03/2010	Nobreak NHS Lase Prime 3000 Va	1	R\$ 3.374,00
30/04/2010	Computador Completo	1	R\$ 1.555,90
15/05/2010	Computador Completo	1	R\$ 1.832,40
21/09/2010	Computador Completo	1	R\$ 732,00
26/07/2010	Unidade Móvel de Oxigênio Portátil, Conjunto de Oxigênio para emergências, Carro de emergência com suporte de soro Tabua e Tampo em Inox.	1	R\$ 2.907,65
20/10/2010	Desfibrilador Cardíaco Bifásico, Reanimador manual Adulto, Reanimador manual Infantil, Cânula de Guedell PVC	1	R\$ 7.191,50
25/02/2011	Cadeira Giratória	1	R\$ 165,00
06/09/2011	Cadeira Giratória	3	R\$ 660,00
09/06/2011	Armário	1	R\$ 740,00
20/07/2011	Rack Piso , LanRack Bandeja Bandeja, Lan Rack Telescopia, LanRack, tomadas, guias de cabo, teto ventilador , monitor 15,6 Led , CD Gravavel, suporte para monitor para CPD CDI.	1	R\$ 4.041,20
28/03/2011	Placa Philtrnics, Processador Sthlon, Memória DDRIII HD, Gabinete ATX, Placa 7de Captura, Pixelvile 8000 GT, Cabo 5 videos e Windows 7 Professional.	1	R\$ 1.966,00
01/02/2011	Lavadora 9 Kg Electrolux	1	R\$ 1.183,02
05/01/2011	Fonte, PenDrive, Computador Completo com Monitor e Estabilizador.	1	R\$ 1.804,50
13/05/2011	Lavadora hobby 3 Karcher e enrolador com mangueira	1	R\$ 709,89
30/04/2012	Refrigerador Consul	1	R\$ 858,82
22/10/2012	Suporte para Soro	4	R\$ 604,00
27/06/2012	Visor Radiológico	1	R\$ 4.390,00
05/12/2012	Computador Completo	1	R\$ 1.006,80

11/10/2012	Computador COMPLETO	1	R\$ 1.500,00
06/03/2012	Computador Completo	1	R\$ 1.358,10
03/02/2012	Notebook Atom	1	R\$ 1.051,00
19/09/2012	Motor Trifásico	1	R\$ 690,00
04/06/2016	Secadora de Roupas	1	R\$ 1.850,48
18/05/2012	Carro de Transporte 300 Kg BR Tolls	1	R\$ 337,77
30/03/2012	Antena Sky	1	R\$ 540,00
27/06/2012	Porta Radiológica para TC	1	R\$ 7.980,00
18/09/2012	Aparelho de Pressão Premium	1	R\$ 80,24
11/03/2013	Computador Completo -	1	R\$ 1.860,00
30/07/2013	Ar condicionado	2	R\$ 2.650,00
20/06/2013	Nobreak	2	R\$ 1.650,00
18/02/2013	Câmera CFTV Citrox Digital, Cabo de Rede, HD Seagate, DVD+ RW , Envelope para CD, Mouse Ótico , Fita Impressora	1	R\$ 994,50
02/12/2013	Cadeira de Roda Dobrável	1	R\$ 595,00
31/07/2014	Motor Deslizante com 2 controles	1	R\$ 1.350,00
04/08/2014	Computador Completo -	1	R\$ 2.039,90
10/11/2014	Monitor lcd, Memoria DDR para Servidor IBM.	1	R\$ 1.684,00
03/10/2014	Computador Completo -	1	R\$ 2.327,00
04/07/2014	Monitor LED 19,5 samsung	1	R\$ 440,40
12/05/2014	Mikrouter Router RB 1100 licença Nivel 6.	1	R\$ 1.660,00
10/04/2014	HD Samsung	1	R\$ 359,90
10/04/2014	Computador Completo -	1	R\$ 2.427,00
06/03/2014	Monitor LED, Placa de Vídeo, Cabo DVI , Memoria DDR	1	R\$ 1.376,50
11/02/2014	Servidor IBM X 3100	1	R\$ 9.360,00
08/10/2014	Tv 24' Led, Suporte para tv	1	R\$ 745,93
14/03/2014	Negatoscópio	1	R\$ 2.400,00
15/08/2014	Gaveteiro, mesa e suporte	1	R\$ 501,00
06/08/2014	Nobreak	1	R\$ 90,00
04/08/2014	Cadeira Giratória	2	R\$ 520,00
27/03/2014	Estante de aço	1	R\$ 750,00
20/03/2014	Mesa., Balcão baixo de 2 portas	1	R\$ 460,00
20/05/2015	Hub Switch e Nobreak	1	R\$ 1.679,00
			R\$ 90.020,40